

HISTÓRIA DO
ANARQUISMO E
DO SINDICALISMO
DE INTENÇÃO
REVOLUCIONÁRIA
NO BRASIL

novas perspectivas

HISTÓRIA DO
ANARQUISMO E
DO SINDICALISMO
DE INTENÇÃO
REVOLUCIONÁRIA
NO BRASIL

novas perspectivas

Kauan Willian dos Santos
Rafael Viana da Silva
(organizadores)



**História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil:
Novas Perspectivas
Kauan Willian dos Santos e Rafael Viana da Silva (organizadores)**

1ª Edição - Copyright© 2017 Editora Prismas
Todos os Direitos Reservados.

Editor Chefe: Vanderlei Cruz
editorchefe@editoraprimas.com.br
Agente Editorial: Sueli Salles
agenteeditorial@editoraprimas.com.br
Capa, Diagramação e Projeto Gráfico: Danielle Paula

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por: Isabel Schiavon Kinasz
Bibliotecária CRB 9-626

Nome do Autor XXXX Nome do Livro XXXX / Nome do Autor. – X. ed. – Curitiba : Editora Prismas, XXXX. XXX p. ; 23 cm ISBN: XXX-XX-XXXXX-XX-X 1. XXX. 2. XXX. 3. XXX. 4. XXX. 5. XXX. I. Título. CDD xxx.xxx(xx.ed) CDU xxx(xx)
--

Coleção XXXXXXX

Diretor Científico

XXXXXX

Consultores científicos

Para citar: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (organizadores). História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

Prefácio

Ainda que a influência e a coerência contemporâneas do anarquismo e do sindicalismo não devam ser exageradas, o início do século XXI marca um retorno do anarquismo à posição de destacado veículo de revolta; os anarquistas são fundamentais nos “mais determinados e combativos movimentos” que combatem a globalização capitalista. Hoje, num momento em que o nacionalismo antiimperialista e os programas socialdemocratas parecem ter fracassado, num mundo em que “há poucos lugares onde partidos comunistas sérios continuam a existir”, não é “difícil encontrar, em várias regiões do mundo, grupos auto-intitulados anarquistas (ou sindicalistas) bem vigorosos, ainda que sejam comumente pequenos (mas não sempre)” – Lucien Van der Walt (2016, p.82)

Mesmo que seja perceptível uma presença do anarquismo e de práticas que queiram transcender ou marcar um contraponto às formas políticas hegemônicas vigentes no mundo atual, esse fenômeno, de acordo com o pesquisador sul-africano Lucien Van der Walt (2016), é muito pouco estudado, tanto como proposta política, quanto pela sua rica história entre a classe trabalhadora e os grupos explorados. Dessa maneira, mesmo que o reconhecido historiador Eric Hobsbawm (1988) afirme que nas primeiras décadas do século XX “o típico revolucionário ocidental era provavelmente uma espécie de sindicalista revolucionário” (p.194), “suas ideias e história, ainda hoje, não são bem conhecidas.” (VAN DER WALT, 2016, p.82) Isso provém de uma trajetória bem complexa, no qual, em parte, estudiosos antipáticos ou concorrentes do anarquismo estudaram suas práticas, tentando legitimar outras correntes políticas. A fraca presença do anarquismo nos ambientes acadêmicos em comparação ao marxismo também foi uma variável que se somou à repressão de governos autoritários, incluindo os socialistas de Estado, minando fontes de pesquisa, fazendo com que até simpatizantes do movimento tropeçassem em tentar entender tal ideologia.

Entre os anos 1960 e 1980 houve globalmente uma retomada do interesse nos estudos sobre o anarquismo, motivada, em grande

medida, pela Nova Esquerda, potencializada pelo Maio de 1968 e pelo fim das ditaduras militares em muitos países. Desenvolveram-se, nesse período, algumas das produções que constituem, até o presente, estudos referências do anarquismo. Num balanço histórico panorâmico, que leva em conta estudos realizados desde o século XIX até o presente, podemos dizer que, em meio a avanços significativos, proporcionados pelas várias pesquisas em questão, há, também, problemas significativos; permanecem, principalmente pela influência desses estudos de referência, elementos metodológicos, teóricos e históricos que complicam e limitam a continuidade das investigações. (CORRÊA; SILVA; 2014, pp.15-62)

O processo de globalização, fortalecido nos fins dos anos 1990 com o desenvolvimento e a generalização da internet, a reorganização e o aumento da visibilidade dos anarquistas no último período vêm contribuindo com uma mudança de contexto que oferece possibilidades imensas para as investigações em geral, e do anarquismo em particular. Duas delas merecem ser comentadas. Primeiramente, as possibilidades abertas pela internet, que envolvem a melhoria no acesso e no compartilhamento das fontes e na comunicação entre os pesquisadores; hoje, sem grandes dificuldades, podem-se acessar materiais on-line, comprar livros atuais e antigos, mesmo os raros, contatar pessoas de dentro e de fora do país e trocar informações com outros pesquisadores. Isso, ao mesmo tempo, e em alguma medida, tem contribuído para a melhoria na qualidade dos estudos. Em segundo lugar, em termos globais, o crescimento das traduções e das publicações de obras anarquistas e de estudos sobre o tema, realizados, dentro e fora da internet, por novos projetos e editoras; especialmente no Brasil, houve, a partir dos anos 1980, um aumento significativo das traduções de obras clássicas e históricas do anarquismo. Os estudos atuais do anarquismo inserem-se nesse complexo contexto, representado, por um lado, por todas as dificuldades relacionadas à pesquisa do anarquismo – tanto no que diz respeito às questões políticas, quanto os problemas que envolvem método, teoria e história, em especial na academia; por outro, por esse momento particularmente favorável às investigações.

No Brasil, o anarquismo é um velho conhecido na área da História, em específico com os avanços obtidos no âmbito da História

Social. Os estudos sobre o movimento operário esbarraram em mais de um momento com a presença das práticas políticas anarquistas em certos contextos. Um setor específico de produção acadêmica foi conformado, no qual o movimento operário – e, por conseguinte o anarquismo – foi se constituindo enquanto um objeto de pesquisa e que paulatinamente ganhou a atenção de numerosos estudiosos. Desde os anos 1980 a atenção desses estudos concentrou-se com maior ênfase na Primeira República e nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, não coincidentemente esta é a época de consolidação do chamado novo sindicalismo, marcado pela atuação de militantes no ABC paulista. Em termos cronológicos, podemos afirmar que estas pesquisas, com poucas variações, ainda permaneciam em sua maioria restritas às primeiras décadas do século XX e foram responsáveis por constituir um campo bem delimitado que pavimentou o caminho para futuras análises. (SILVA, 2017, pp. 29-30)

Não obstante, desde a década de 1990, além da própria globalização e do resgate das fontes do movimento operário e do anarquismo – como das iniciativas do Arquivo Edgard Leuenroth na Universidade Estadual de Campinas e o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo – podemos citar também as próprias renovações da historiografia como a emergência da Nova História Política, a História Oral, a Micro-História e a História Transnacional e Global, por exemplo. A partir disso, diversos estudos vêm mostrando tanto as manifestações do anarquismo em suas características políticas, sua inserção e significado entre as instituições e a sociedade, mas também o seu significado de acordo com a visão de seus personagens que o construíram, tanto através de prismas culturais como sociais. (ALVARENGA; SANTOS, 2015) Foi possível, assim, observar práticas mais usuais e hegemônicas entre os grupos, a partir de uma comparação internacional, mas também especificidades, quando contrastados com propostas minoritárias. Lucien Van der Walt (2016) inspirado por um prisma sociológico e histórico, tentou buscar as origens do movimento e defende que

o socialismo libertário foi representado pela ampla tradição anarquista, que conciliou a visão de que os indivíduos devem ser livres – desde que tal liberdade não comprometa a liberdade dos outros – com a crítica das desigualdades econômicas e sociais que impediam esta liberdade de ser exercida. A liberdade, argumentava Bakunin, exigia “igualdade social e econômica” e deveria ser “estabelecida no mundo pela organização espontânea do trabalho e da propriedade coletiva, levada a cabo por associações de produtores livremente organizados, e pela igualmente espontânea federação de comunas, para substituir o Estado dominador e paternalista”, “de baixo para cima”. Kropotkin rejeitava o “esforço socialdemocrata de fazer as massas participarem de sua própria exploração” e argumentava que “a emancipação dos trabalhadores deve ser realizada pelos próprios trabalhadores”, na luta tanto contra o Estado quanto contra o capital. (VAN DER WALT, 2016, p.90)

Para tal autor, mas também muitos outros, o principal meio, estratégia ou, como diriam seus personagens “alavancas”, para a inserção do anarquismo entre a classe trabalhadora em mais de 150 anos de sua história foi o sindicalismo de intenção revolucionária, que abarca aqui o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo. Para nós, o que distingue essas duas estratégias é o fato de o segundo possuir um vínculo programático explícito com o anarquismo, ou seja, uma ideologia oficial, como ocorreu com a Federación Obrera Regional Argentina (FORA), a partir de 1905 e com a Confederación Nacional del Trabajo (CNT) espanhola, a partir de 1919, ambas as quais são, a nosso ver, anarcossindicalistas. Outros exemplos, como a Confédération Générale du Travail (CGT) francesa ou mesmo a Confederação Operária Brasileira (COB) brasileira, por não possuírem esse vínculo político-doutrinário explícito em seus programas com o anarquismo, defendendo a “neutralidade política” dos sindicatos, são sindicalistas revolucionárias. Embora consideremos tanto o anarcossindicalismo como o sindicalismo revolucionário estratégias anarquistas, elas devem ser diferenciadas, visando uma melhor compreensão dos debates. Muitos foram os anarquistas que defenderam a organização exclusiva de massas pelo nível sindical, dentre os quais Pierre Monatte (1998, pp. 206-207), que, no contexto do Congresso

Anarquista de Amsterdã, em 1907, sustentou que o sindicalismo revolucionário “se basta a si próprio”. Ele acreditava que o movimento popular iniciado pela CGT, na França, em 1895, havia possibilitado uma reaproximação entre os anarquistas e as massas e por isso recomendava: “que todos os anarquistas ingressem no sindicalismo”. Essa posição de Monatte, essencialmente sindicalista revolucionária, foi preponderante no anarquismo do século XX, senão em teoria, pelo menos na prática.

Não obstante, uma posição também importante foi a do dualismo organizacional. Dentre os dualistas encontra-se Amédée Dunois (2010), que sustentou, neste mesmo congresso, para além do trabalho sindical, de massas, a necessidade de uma organização anarquista: “Seria suficiente à organização anarquista agrupar, em torno de um programa de ação prática e concreta, todos os companheiros que aceitem nossos princípios e que queiram trabalhar conosco, de acordo com nossos métodos”. Assim, deveriam haver dois níveis de organização: um social, de massas, e outro político-ideológico, anarquista; no nível social, dos sindicatos, os anarquistas organizam-se como trabalhadores; no nível político, organizam-se como anarquistas. A função da organização anarquista seria promover um programa dentro das organizações de massas.

Visando compreender esse processo global na questão específica do Brasil, tanto o anarquismo como uma corrente do socialismo de tendência libertária, quanto sua principal estratégia e um dos principais meios de luta histórica da classe trabalhadora, o sindicalismo de intenção revolucionária, propomos, através da *Coleção Estudos do Anarquismo* da Editora Prismas, o presente livro. Os capítulos encontrados aqui partem de recentes e emergentes pesquisas que abordam a história do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no país e suas conexões com outras regiões, uma vez que tal ideologia e estratégia se pretendem internacionalistas. A escolha dos autores condiz com estudos que tentaram descaracterizar e enfrentar equívocos anteriores e ainda apresentar novos parâmetros e visões para entendermos tais fenômenos no Brasil, tanto referente às teorias e procedimentos metodológicos, mas também no tocante aos recortes temporais e geográficos bem como na atenção nas ações dos personagens anarquistas.

Iniciamos a obra com o texto de Felipe Corrêa intitulado *O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da Associação Internacional dos Trabalhadores à emergência na América Latina*, no qual o autor discute primeiramente questões teóricas e conceituais sobre a construção e a emergência do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária e de seus principais debates no mundo. Esse capítulo é importante para alocarmos determinada visão que temos do anarquismo e de suas estratégias que foi desenvolvida no presente livro. Corrêa ainda segue mostrando o surgimento preciso do anarquismo enquanto prática e proposta política e sua difusão e enraizamento na América Latina, pano de fundo para entendermos o que aconteceu no caso particular do Brasil.

No capítulo seguinte de Clayton Peron Franco de Godoy em *"I Senza Patria": padrões de difusão transnacional e sua recepção em São Paulo* foram analisadas a circulação de ideias e práticas bem como a adaptação inicial do anarquismo em uma das primeiras cidades de sua maior expressão no país. Primeiramente o autor discutiu a atuação de mediadores e do transnacionalismo lingüístico para essa difusão e para o estabelecimento do anarquismo como movimento internacional. Após isso o autor considerou como os anarquistas foram captando as questões locais como importantes no processo de construção de suas práticas políticas na cidade considerada.

Em *Sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo nos Congressos Operários do Rio Grande do Sul (1898 – 1928)* de Anderson Romário Corrêa foi discutido como as estratégias sindicalistas do anarquismo foram penetradas e desenvolvidas no movimento operário de uma região importante, mas ignorada por parte da historiografia da classe trabalhadora da Primeira República. Analisando os congressos operários do Rio Grande do Sul, o autor nos mostra como, apesar das associações e órgãos operários serem disputados por diversas correntes políticas, os anarquistas articularam suas estratégias e propostas de transformação.

O quarto capítulo, de Victor Pereira, intitulado *Verbo de Fogo: Imprensa anarquista e o sindicalismo revolucionário no Ceará na década de 1920*, nos mostra o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário e

das ideias anarquistas divulgadas através de jornais numa região nordestina, encarnados na trajetória do militante Pedro Augusto Motta. O autor ainda revela a importante conexão para o desenvolvimento do anarquismo e de suas estratégias com outras regiões como Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Portugal, construindo tal corrente política como translocal na própria prática e, embora sem tanto respaldo em algumas regiões como no próprio Ceará comparado com regiões do sudeste, foi importante para o fazer-se da classe trabalhadora.

Já no capítulo de Kauan Willian dos Santos em *Guerra à guerra: raça, antimilitarismo e organização política anarquista durante a Primeira Guerra Mundial* é mostrada a posição dos principais e influentes grupos anarquistas na cidade de São Paulo no tocante aos grandes conflitos nacionais iniciados em 1914. O autor revela como alguns militantes anarquistas retomaram debates antiimperialistas da tradição anarquista somando-os às suas experiências transnacionais e na América do Sul para fazerem frente à Grande Guerra propondo congressos no continente e revendo posições étnicas e políticas. Nesse período foi importante uma das primeiras propostas do dualismo organizacional refletida na Aliança Anarquista e influente nas ações da Greve Geral de 1917.

Outro importante passo para o anarquismo no país durante a Primeira República foi analisado pela autora Samanta Colhado Mendes em *Anarquismo e feminismo: as mulheres libertárias no Brasil (1900 – 1930)*. Embora pouco estudada, a questão de gênero foi importante para a construção do anarquismo e sua legitimação entre a classe trabalhadora, boa parte constituída por mulheres. Longe de ser formulado somente por homens, a autora revela como as importantes militantes foram traduzindo o anarquismo para os interesses de seu gênero, entendendo a luta contra o machismo de forma classista e libertária, criando associações importantes em manifestações e greves importantes no período, e também resistindo e educando seus próprios companheiros e outros militantes dentro do âmbito privado ou nas redes de sociabilidade.

No sétimo capítulo, por meio do *"Anarquismo e Revolução": militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República*, Tiago Bernardon de Oliveira evidencia como se

deu a emergência da estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil e as articulações políticas e sindicais que possibilitaram a inserção dessa forma de luta entre o operariado no país no período proposto, também inserido em debates e discussões em outras partes do mundo. O autor também discute como se deu a decadência de tal estratégia e da influência do anarquismo no movimento operário brasileiro, não só por fatores externos como a mencionada repressão, mas por falta de revisão de algumas táticas e estratégias militantes e pela ineficácia de outros meios propostos. Fatos que serão importantes para a reorganização do anarquismo em outros períodos.

Após isso passamos para o capítulo de Caroline Poletto em *Imaginação subversiva em circulação: imagens anarquistas como instrumento político e o transnacionalismo imagético na imprensa anarquista e anticlerical brasileira, argentina e espanhola (1897-1936)*, no qual a autora, através de um prisma cultural e imagético, sem desconectar com a própria ação política, mostra como as imagens anarquistas e anticlericais usadas como propaganda e ação foram adaptadas em redefinidas através de novos contextos, regiões e ideários onde se instalavam, dando potência para a própria ideologia e transformando-a em transnacionalista e internacionalista na prática.

Atravessando o período da Primeira República apresentamos o texto de Rodrigo Rosa da Silva em *Anarquistas e sindicalistas em São Paulo: repressão política e resistência nos anos 1930* que mostra o embate e as táticas e estratégias diversas dos anarquistas em lidarem com o Estado e sua cooptação do sindicalismo de ação direta no período varguista. De fato, os anarquistas sofreram danos irreparáveis nesse período devido sua própria forma de inserção, mas ao resistir e tentar enfrentar a repressão através da estratégia do sindicalismo revolucionário, sobretudo através da Federação Operária de São Paulo, o autor mostra como essa estratégia foi uma constante na visão dos personagens anarquistas, além de tentarem criar ou potencializar outros espaços, como os culturais, para sua resistência nos anos posteriores.

Essa resistência vai possibilitar a reorganização do anarquismo nos anos posteriores estudada por Rafael Viana da Silva em

Sindicalismo e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964). O autor evidencia como, através de um contexto mais favorável, os militantes anarquistas se rearticularam no país propondo congressos, criando ou ativando periódicos e avaliando seus equívocos e acertos estratégicos visando a inserção do anarquismo entre a classe trabalhadora do período. Mesmo diante do chamado trabalhismo, da disputa com o Partido Comunista Brasileiro e de certo nível de repressão, é evidenciado no capítulo o fortalecimento das propostas do dualismo organizacional, da tentativa de continuação do sindicalismo revolucionário como principal estratégia e do fortalecimento de outras táticas e frentes para fortalecerem o movimento, inclusive para enfrentar décadas posteriores, com a Ditadura Militar.

Nesse sentido, um dos principais meios de resistência do anarquismo no período Militar foi estudado por João Henrique Castro de Oliveira em *Anarquismo, movimento estudantil e imprensa alternativa: a trajetória do jornal O Inimigo do Rei (1977-1988)*. A trajetória do periódico *O Inimigo do Rei* mostra como o anarquismo se rearticulou no período da chamada reabertura, dessa vez entre o movimento estudantil no país e como foi construindo discursos e práticas tanto contra a esquerda hegemônica, mas também contra a própria Ditadura e seus feitos e políticas como a repressão. O autor nos mostra como o órgão foi se constituindo num dos principais jornais da chamada cultura alternativa e contra-hegemônica sendo militante e irônico ao mesmo tempo, e se tornando reconhecido não só na Bahia, mas em várias partes do Brasil.

No seguinte capítulo de Rafael Viana da Silva nomeado *Ideias, crítica e combate: o anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985)* adentramos outras frentes de resistência do anarquismo no período da Ditadura militar. Os anarquistas, ainda que com capacidade de ação política reduzida, não ficariam fora desse contexto político e organizavam seus centros de cultura, participavam modestamente do mundo sindical/estudantil e divulgavam sua imprensa específica. Suas críticas e resistência ao regime foram importantes para a organização política anarquista com a redemocratização dos anos 1980.

Com o avanço do neoliberalismo no Brasil, uma das mais importantes questões dos anarquistas era recriar e endurecer sua capacida-

de comunicativa em diversos ambientes, questão que foi analisada por João Henrique de Castro Oliveira em *Libera... Amore Mio - Comunicação anarquista e contra-hegemônica em tempos de consenso neoliberal (1991-2011)*. Para o autor, o *Libera... Amore Mio* vai representar um dos principais pólos para as discussões teóricas e práticas do anarquismo no país bem como representar uma inserção inicial entre os trabalhadores e precarizados do período em diversas manifestações e organismos, assim como fazer frente às políticas neoliberais.

Após isso, nós, os organizadores da obra, realizamos um debate e uma pesquisa com dois importantes pesquisadores e militantes do anarquismo brasileiro e de movimentos sociais, Mariana Affonso Penna e Bruno Lima Rocha, resultando no capítulo “*Ou se vota com os de cima ou se luta com os de baixo*”: *presença e a (re)organização do anarquismo em tempos neoliberais no Brasil (1980-2013)*. Nesta parte, tentamos resgatar a trajetória de reorganização dos anarquistas após o fim da Ditadura militar dentro da perspectiva global do anarquismo na teoria das cinco ondas, avaliando seu papel particular, mas também conectado no mundo, contra o neoliberalismo, o neofascismo, o imperialismo e a globalização, propondo questões particulares como o dualismo organizacional e novos grupos educativos ou periódicos, mas também adentrando em novas frentes e movimentos autônomos e sindicais e influenciando ou impulsionando visíveis manifestações e organismos como nas jornadas de junho de 2013.

Por fim, no capítulo de Rogério de Castro em *Autogestão e mutualismo: as escolas dos movimentos sociais numa fricção entre tempos (São Paulo, 1906 – 2016)*, foi mostrado um dos efeitos do enraizamento das ideias libertárias entre os grupos explorados, no caso, de estudantes de baixa renda que ocuparam recentemente suas escolas contra cortes na educação e reformas conservadoras propondo e praticando, em resposta, práticas de autogestão e mutualismo. O autor deixa claro, através de uma análise numa fricção entre tempos, como essa prática faz parte de uma estratégia de longa duração entre as propostas anarquistas desde o início do século XX que rendeu escolas contrárias tanto ao capital e ao Estado, mas também à educação da Igreja no período.

Com tais estudos em vista, esta obra pretende não só mostrar as pesquisas que estão sendo feitas sobre o anarquismo no Brasil, ten-

tando quebrar parâmetros antigos, mas também contribuir, mesmo de maneira sutil, aos estudos posteriores desses pensamentos e práticas que foram tão importantes aos grupos explorados e marginalizados. Para os leitores da prática política, que possamos também ter a mesma força e esperança que os personagens aqui encontrados tiveram para liderarem e combaterem a realidade em que estavam.

Referências bibliográficas

ALVARENGA, Lucas Thiago Rodarte; SANTOS, Kauan Willian dos. “Por que a História (da) política no Movimento Operário? O caso do anarquismo na Primeira República entre visões políticas e transformações historiográficas.” *Revista Latino-Americana de História*, v.4, p.49-68, 2015.

CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da. “Anarquismo, Teoria e História.” In: _____; _____; SILVA, Alessandro Soares da. *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2014. pp.15-62.

DUNOIS, Amédée. “Anarquismo e Organização”. In: *Anarkismo.net*, 2010.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: 1988.

MONATTE, Pierre. “Em Defesa do Sindicalismo”. In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1998.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

VAN DER WALT, Lucien. “Revolução Mundial: para um balanço dos impactos, da organização popular, das lutas e da teoria anarquista e sindicalista em todo o mundo.” In: FERREIRA, Andrey Cordeiro (Org.). *Pensamento e Práticas Insurgentes: Anarquismo e Autonomias nos Levantes e Resistências do Capitalismo no Século XXI*. Alternativa Editora: Niterói, 2016. pp. 81-118.

Sumário

- O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da Associação Internacional dos Trabalhadores à emergência na América Latina..... 19**
Felipe Corrêa
- “I Senza Patria”: padrões de difusão transnacional do movimento anarquista e sua recepção em São Paulo67**
Clayton Peron Franco de Godoy
- Sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo nos Congressos Operários do Rio Grande do Sul (1898 -1928).....91**
Anderson Romário Pereira Corrêa
- Militância anarquista e Verbo de Fogo: Pedro Augusto Motta, sindicalismo revolucionário e imprensa libertária no Ceará dos anos 1920111**
Victor Pereira
- “Guerra à guerra”: raça, antimilitarismo organização política anarquista durante a Primeira Guerra Mundial..... 135**
Kauan Willian dos Santos
- Anarquismo e feminismo: as mulheres libertárias no Brasil (1900 – 1930).....161**
Samanta Colhado Mendes
- “Anarquismo e Revolução”: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República 193**
Tiago Bernardon de Oliveira
- Imaginação subversiva em circulação: imagens anarquistas como instrumento político e o transnacionalismo imagético na imprensa anarquista e anticlerical brasileira, argentina e espanhola(1897-1936)227**
Caroline Poletto

Anarquistas e sindicalistas em São Paulo: repressão política e resistência nos anos 1930.....	255
<i>Rodrigo Rosa da Silva</i>	
Sindicalismo e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964).....	279
<i>Rafael Viana da Silva</i>	
Anarquismo, movimento estudantil e imprensa alternativa: a trajetória do jornal <i>O Inimigo do Rei</i> (1977-1988).....	301
<i>João Henrique de Castro Oliveira</i>	
Ideias, crítica e combate: o anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985).....	327
<i>Rafael Viana da Silva</i>	
<i>Libera... Amore Mio</i> – imprensa anarquista em tempos de consenso neoliberal (1991-2011)	347
<i>João Henrique de Castro Oliveira</i>	
“Ou se vota com os de cima ou se luta com os de baixo”: presença e a (re)organização do anarquismo em tempos neoliberais no Brasil (1980-2013).....	373
<i>Bruno Lima Rocha, Kauan Willian dos Santos, Mariana Affonso Penna e Rafael Viana da Silva</i>	
Autogestão e mutualismo: as escolas dos movimentos sociais numa fricção entre tempos (São Paulo, 1906 – 2016)	401
<i>Rogério de Castro</i>	

O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da Associação Internacional dos Trabalhadores à emergência na América Latina

Felipe Corrêa

Doutorando em Ciências Sociais na Educação
Universidade Estadual de Campinas

Este capítulo aborda, em quatro partes, o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária, tomando como ponto de partida uma reflexão teórico-conceitual e avançando para uma discussão acerca de seu processo de surgimento e difusão no mundo em geral e na América Latina em particular.

O anarquismo primeiramente é definido a partir de três grandes eixos – crítica da dominação, defesa da autogestão e estratégia fundamental – e de um conjunto de dez princípios político-ideológicos, os quais sintetizam sua ampla experiência histórica que vem sendo levada a cabo globalmente há praticamente 150 anos. O sindicalismo de intenção revolucionária – cujas mais relevantes modalidades na história foram o sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo – é considerado uma estratégia desenvolvida e promovida pelos anarquistas, um meio de luta por meio do qual eles construíram seus principais vetores sociais, especialmente durante o século XX.

Depois, em “Surgimento e Difusão do anarquismo”, a emergência do anarquismo no mundo é apontada como um processo que se evidenciou no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a qual teve existência entre 1864 e 1877, e que envolveu diretamente a Aliança da Democracia Socialista (ADS), fundada em 1868. Consolidando-se plenamente em menos de 20 anos, o anarquismo, ao final dos anos 1880,

já contava com presença não somente na Europa ocidental, mas também na América no Norte, no norte da África e na América Latina.

Em “Estabelecendo Raízes na América Latina”, a emergência do anarquismo neste subcontinente é discutida, dentre outros fatores, como resultado de uma radicalização do socialismo da primeira geração, para a qual a práxis da AIT foi determinante, sobretudo ao contribuir com a radicalização das sociedades de socorros mútuos, que se transformaram progressivamente em sociedades de resistência (sindicatos). Tais sindicatos foram os principais espaços de inserção destes libertários em diversos países na região e permitiram que se conformassem as bases do sindicalismo de intenção revolucionária latino-americano. Juntamente com os sindicatos, outros ferramentais estratégicos, táticos e organizativos foram responsáveis por canalizar a potência dos anarquistas e expressar toda sua força social.

Em “Anarquismo e Sindicalismo de Intenção Revolucionária: América Latina e Brasil”, além de algumas amarrações conclusivas, realizam-se reflexões mais generalizantes sobre o papel da mobilidade e da comunicação não presencial no surgimento e na difusão do anarquismo, as relações entre anarquismo e sindicalismo de intenção revolucionária e a dinâmica relacional envolvendo as dimensões globais-transnacionais, nacionais e subnacionais do anarquismo. Enfim, introduz-se o Brasil como parte deste anarquismo latino-americano.

As duas primeiras parte do capítulo retomam os principais argumentos do livro *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo* (Corrêa, 2014a) e de outro texto, “Surgimento e Breve Perspectiva Histórica do Anarquismo” (Corrêa, 2013), que serviu de base para a elaboração do livro.¹ A terceira e a quarta partes são inéditas e, assim, apresentam, articulam e discutem a bibliografia do tema em questão, buscando chegar a algumas conclusões.

¹ As referências bibliográficas detalhadas destas duas partes encontram-se nos escritos citados. Há dois outros artigos que dialogam diretamente com eles: “Teoría e Historia Anarquista en Perspectiva Global” (Corrêa, 2016) e “Anarquismo, Teoría e História”, escrito conjuntamente com Rafael Viana da Silva (Corrêa e Silva, 2013). Este artigo apresenta ao final, nas referências bibliográficas, um conjunto de obras que pode contribuir com o entendimento da problemática teórico-conceitual do anarquismo.

Conceituando o anarquismo

O anarquismo é uma ideologia, uma doutrina socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e de uma defesa da autogestão; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em estratégias, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão.

O anarquismo emerge de uma relação entre determinadas práticas das classes dominadas e formulações de distintos teóricos e tem como objetivo transformar a capacidade de realização das classes dominadas em força social e, por meio do conflito social caracterizado pela luta de classes, substituir o poder dominador que surge como vetor resultante das relações sociais por um poder autogestionário, consolidado nas três esferas estruturadas da sociedade (econômica, política/jurídica/militar, cultural/ideológica).

Para o desenvolvimento deste projeto de poder, o anarquismo considera atores principais os agentes sociais que são membros das classes sociais concretas, presentes em cada tempo e lugar, as quais constituem as classes dominadas de maneira mais ampla. O anarquismo busca, em meio a elas e como parte delas, aumentar permanentemente sua força social, por meio de processos de luta que impliquem: participação crescente, visando à autogestão; estímulo da consciência de classe; construção das lutas de baixo para cima, com independência em relação aos agentes e estruturas dos inimigos de classe – sustenta, assim, meios condizentes com os fins que pretende atingir. A consolidação de tal projeto de poder se dá por meio de uma construção permanente, que encontra em um processo revolucionário, em que a violência é inevitável, um marco de passagem de um sistema de dominação para um sistema de autogestão.

Crítica da dominação, defesa da autogestão e estratégia fundamental

Visando aprofundar brevemente a definição de anarquismo em questão, serão discutidos três eixos, por meio dos quais tal conceito tornar-se-á mais claro. O primeiro, da crítica anarquista da dominação, é abordado por meio da posição dos anarquistas em relação à dominação nas mencionadas três esferas sociais; enfatiza-se a crítica anarquista à dominação de classe, a outros tipos de dominação (imperialismo, gênero e raça/etnia) e à dominação em geral. O segundo, da defesa anarquista da autogestão, é abordado, da mesma maneira, por meio da posição dos anarquistas em relação à autogestão nas três esferas sociais e de sua defesa do poder autogestionário e da autogestão generalizada. O terceiro, da estratégia anarquista, similarmente, é abordado por meio da posição dos anarquistas dos sujeitos revolucionários, de sua estratégia geral de luta e de suas concepções de revolução social e violência – esta estratégia é concebida para as lutas integradas nas três esferas; abordam-se, ainda, as lutas de gênero, de raça/etnia e antiimperialistas.

Assim como outras correntes socialistas, o anarquismo enfatiza que o capitalismo implica a exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção, os quais se apropriam, injustamente, por meio dos salários, de uma parcela importante do trabalho dos trabalhadores. Entretanto, a crítica econômica anarquista não se restringe ao capitalismo; outros modos de produção, considerados pré-capitalistas, cujos traços permanecem em sociedades modernas em função dos distintos níveis de desenvolvimento econômico, também são levados em conta. E é assim que também se considera injusta a propriedade da terra, a partir da qual latifundiários dominam o campesinato e também se apropriam de uma parcela relevante de seu trabalho. Além disso, os anarquistas criticam as relações de dominação que envolvem aqueles que realizam trabalhos precários, desempregados e marginalizados – chamados algumas vezes, pejorativamente, de lumpemproletariado.

Para os anarquistas, o Estado é responsável por alguns tipos de dominação, além da exploração: tais são os casos da coação física e da dominação político-burocrática, que se dão, respectivamente, em função do monopólio da força e das tomadas de decisão da sociedade. Esta crítica estende-se amplamente, para todas as formas de Estado (unitárias e federais) e seus distintos sistemas de governo, desde os mais autoritários até os mais liberais, ainda que se diferenciem os níveis e tipos de dominação nos casos em questão. Há, na crítica anarquista do Estado, uma dupla perspectiva: a oposição à hierarquia e a ligação entre Estado e classes sociais; nos dois casos, o Estado constitui um meio para que uma minoria governe uma maioria. O Estado, ainda nesta chave, não é um simples reflexo das relações econômicas e constitui um elemento central dos sistemas de dominação em geral e do capitalismo em particular; corporifica, juntamente com outros elementos, a dominação política, aspecto central na definição anarquista das classes sociais.

As instituições responsáveis pela produção cultural e ideológica são, segundo os anarquistas, fundamentais para a legitimação dos sistemas de dominação, e por isso mesmo têm sido significativamente criticadas. Instituições como a religião, a educação e, mais recentemente, a mídia, vêm recebendo bastante atenção, tanto em função de suas alianças com as classes dominantes, como por sua capacidade de forjar uma moral e determinados valores – como a obediência, a docilidade, o conformismo, a justiça da dominação etc. – condizentes com a manutenção do *status-quo* e, portanto, das relações de dominação.

Para os anarquistas, a sociedade capitalista é considerada uma sociedade de classes antagônicas e envolve, necessariamente, um processo de luta de classes. A definição anarquista de classes sociais tem como fundamento a categoria dominação, que inclui a exploração econômica, mas não se resume a ela; abarca, assim, a propriedade dos meios de produção, mas inclui também a propriedade dos meios de administração, controle e coerção da sociedade e, em muitos casos, a propriedade dos meios de produção de conhecimento.

Entre as classes dominantes encontram-se proprietários dos meios de produção, incluindo capitalistas e proprietários de terras, os

gestores do capitalismo, do Estado, militares de primeiro escalão, juízes, parlamentares em geral, proprietários dos grandes meios de comunicação entre outros. Dentre as classes dominadas, estão os trabalhadores, o campesinato e os precarizados e marginalizados de maneira geral. Nesta estrutura de classes, as classes dominantes exercem a dominação sobre as classes dominadas; por razão de terem interesses de classes antagônicos, umas e outras estão em permanente luta. As classes sociais concretas representam, em cada tempo e lugar, os agrupamentos que constituem estes conjuntos mais amplos de dominantes e dominados.

Ainda que o anarquismo afirme a centralidade da luta de classes, ele se opõe à dominação de maneira geral. Três outros tipos de dominação foram e ainda são objeto da crítica anarquista: o imperialismo e as dominações de gênero e de raça/etnia. Consideram-se injustas as relações dominadoras que se estabelecem entre as classes dominantes de um país e todas as classes de outro país (imperialismo), entre homens e mulheres (patriarcado/machismo), entre brancos e não brancos (racismo), assim como a cultura e a ideologia que as justificam, e que estas relações não derivam automaticamente da dominação de classe, ainda que a ela se relacionem.

A crítica anarquista à dominação possui como base uma noção ética, que considera, por meio de análises racionais da sociedade, que a dominação é construída socialmente e que é injusta, e que, por isso, deve ser modificada. É por meio da noção de autogestão, antítese da dominação, que os anarquistas sustentam ser possível nortear um processo revolucionário de transformação social.

O aspecto central da autogestão econômica é a socialização da propriedade privada dos meios de produção. A lógica condutora do trabalho não é a busca do lucro e o trabalho assalariado, da maneira como funciona nos sistemas capitalistas, deixa de existir; são as necessidades populares que norteiam a economia. Os trabalhadores, em seu conjunto, usufruem de todos os frutos de seu trabalho, e seu envolvimento nos processos decisórios econômicos – decidindo o que produzir, como produzir, os investimentos, o destino dos excedentes – é realizado de maneira proporcional a quanto eles são afetados. A socialização autogestionária

é levada a cabo tanto no campo como na cidade, em localidades com modos de produção mais ou menos desenvolvidos; no campo, pode-se optar pela coletivização ou pela propriedade individual/familiar, num sistema de posse, em que não há exploração do trabalho. Na socialização urbana e rural são envolvidos produtores e consumidores, articulados por meio de conselhos que, sob o controle dos trabalhadores, têm por objetivo romper com a divisão social do trabalho e garantir a equidade de consumo, por meio de processos de trabalho que estejam em harmonia com a natureza e aproveitem as tecnologias para benefício dos trabalhadores e não do lucro dos proprietários.

A autogestão política propõe uma alternativa à dominação do Estado: o autogoverno democrático. Ele implica a abolição do Estado, que é concretizada ainda durante o processo revolucionário, acabando com a divisão entre governantes e governados. No autogoverno democrático, a política não se define pelo monopólio dos processos decisórios por um setor minoritário, mas por sua completa socialização. As instituições que substituem o Estado e constituem as bases da autogestão política são os conselhos, os sindicatos, os movimentos populares, ou seja, associações voluntárias que permitem a todos participar efetivamente das decisões, na medida em que são afetados por elas. O conjunto destas instituições, cuja base se constitui por grupos e associações livres, toma as decisões de maneira local e democrática, de baixo para cima, com participação generalizada e ampla, controla a execução dessas decisões e soluciona conflitos.

Todo o processo político autogestionário, para funcionar em larga escala, implica uma articulação que tem por base o federalismo: mecanismo autogestionário que permite articular as estruturas políticas por meio de delegações que levam às instâncias mais amplas decisões das bases e garantem sua execução; os delegados possuem autonomia relativa, são controlados pela base, suas funções são rotativas e seus mandatos revogáveis a qualquer momento. No autogoverno democrático, ainda que estejam conciliadas com a liberdade coletiva, as liberdades individuais são garantidas: de expressão, de reunião, de associação, de trabalho, de crença, de ir e vir etc. Mecanismos jurídicos, que concernem

à solução de conflitos e à regulação das relações sociais, e militares, que dizem respeito à questão da violência e da repressão, também funcionam de maneira autogestionária.

Juntamente com as propostas para a economia e a política, o anarquismo, historicamente, preocupou-se com a esfera ideológica/cultural, propondo uma cultura distinta, que pudesse legitimar sua proposta de autogestão. Suas propostas contam com uma cultura autogestionária, forjada em bases ideológicas e em uma ética pautada em valores, capaz de sustentar seu projeto econômico e político. Essa ética anarquista é um elemento universal promovido transversalmente em todos os contextos, pautada, no caso de uma sociedade futura, com a autogestão funcionando plenamente, nos seguintes valores: liberdade individual e coletiva; igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; solidariedade e apoio mútuo; estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade. Para a promoção desta cultura, os anarquistas investiram significativamente em três campos: a educação, o lazer e a comunicação.

Os anarquistas não possuem uma estratégia única de atuação; ainda assim, há uma estratégia comum, que constitui parte dos princípios históricos anarquistas.

A perspectiva classista do anarquismo fornece as bases para que se forje uma noção de sujeito revolucionário: agente social que, inserido no processo de luta de classes, possui capacidade de realização e interesses, mas, fundamentalmente, consciência de classe para investir ativamente em um processo de transformação social revolucionária. Estes sujeitos possuem, assim, capacidade de autodeterminação e de autoconstituição e são revolucionários na medida em que compreendem os interesses contraditórios que são gerados pelos sistemas de dominação e seus respectivos poderes dominadores e obtêm consciência de classe. Este sujeito não está, portanto, determinado *a priori*, mas se forja historicamente, nos processos de luta das classes dominadas contra as classes dominantes.

Esta concepção foi responsável por constituir as bases das recusas de distintas estratégias que implicam a utilização da dominação como um meio de se chegar à autogestão: algumas mais comuns a todo

o socialismo, como a recusa de se ocupar as posições dominantes dentro de organismos econômicos capitalistas, e outras que são mais restritas ao anarquismo, como a recusa de se utilizar o Estado como meio de atuação, seja por meio de estratégias revolucionárias ou reformistas. Não se pode, também, construir lutas fundamentadas na dominação, como no caso das relações entre organização política e movimento popular – o caso do partido de vanguarda, que domina os movimentos, ou mesmo no atrelamento de movimentos aos partidos políticos, de maneira a retirar-lhe a independência e autonomia de classe – e/ou nas relações entre os militantes dentro das estruturas organizativas, sejam elas políticas ou sociais, quando ocorre dominação da base pela direção, entre outros processos similares.

A revolução social é concebida como um processo de transformação profundo, com implicações significativas nas três esferas sociais. As classes dominadas, por meio de sua força social, impõem suas posições no jogo de forças caracterizado pela luta de classes, a fim de proporcionar as transformações sociais capazes de superar a sociedade de classes. Torna-se imprescindível, por isso, derrubar o capitalismo e o Estado, a dominação nas diferentes esferas, e estabelecer um sistema de autogestão. Para os anarquistas, um processo revolucionário desta magnitude não pode descartar completamente a possibilidade de utilização da violência revolucionária. Ainda que se tenha discutido o nível de violência necessário em um processo revolucionário – sempre dentro de uma perspectiva de autodefesa, visto que a violência maior foi sempre considerada aquela imposta diariamente pelo sistema de dominação vigente e sua estrutura de classes –, foi constante a crença de que ela seria, muito provavelmente, necessária. Para alguns anarquistas, o processo revolucionário é um processo lento, fundamentalmente pela envergadura da transformação; para outros, é um processo que, inserido em uma conjuntura favorável, pode ser significativamente acelerado.

Ao integrarem as lutas de gênero, de raça/etnia e antiimperialistas, os anarquistas, em geral, apresentam programas próprios de ações, visando ligar essas lutas com o objetivo da revolução social e dar

a elas um caráter classista e internacionalista. Assim, buscam relacionar a dominação com a luta de classes e estimular a solidariedade internacional entre países e povos, sem, entretanto, subordinar tais dominações à dominação de classe ou sustentar que a solução desta última resolve, automaticamente, as primeiras.

Grandes debates e correntes anarquistas

Os grandes debates na história que vêm pautando as diferenças entre as posições anarquistas e conformando as bases para o estabelecimento das correntes anarquistas se dão em relação a dois dos três eixos anteriormente discutidos: defesa da autogestão e estratégia fundamental, sendo este último o mais relevante. A crítica anarquista à dominação é, em geral, similar, e não apresenta grandes divergências. Métodos de análise e teorias sociais sequer são utilizados como critérios para definir o anarquismo e, coerentemente, também não são utilizados para a discussão dos debates e das correntes anarquistas.

Os principais debates em torno da defesa da autogestão são: mercado autogestionário X planificação democrática; coletivismo X comunismo (distribuição dos frutos do trabalho por quantidade de trabalho realizado ou necessidade); política no local de moradia X política no local de trabalho; cultura secundária X prioridade na cultura. Entretanto, três motivos permitem dizer que esses debates são secundários em relação àqueles que apresentaremos a seguir: alguns deles são completamente marginais na literatura (como o caso do mercado X planificação); outros estão restritos a um contexto (em especial coletivismo X comunismo, relacionado à Europa nos fins do século XIX); há também posições intermediárias, que foram hegemônicas na maioria do tempo (no caso da política pelo local de moradia ou trabalho e do debate cultural).

Os debates mais relevantes entre os anarquistas relacionam-se à estratégia fundamental do anarquismo e são, principalmente, três: defesa da organização X contra a organização, defesa das reformas X

contra as reformas, violência simultânea/decorrente X violência como gatilho, os quais serão em seguida discutidos. Há um quarto debate relevante, sobre o modelo da organização anarquista, que não será discutido, pois, ainda que divida posições entre os modelos de organização programática e flexível, não constitui as bases para o estabelecimento das correntes anarquistas.

Em relação ao primeiro debate, identificamos três posições fundamentais: antiorganizacionismo, sindicalismo/comunitarismo exclusivo, dualismo organizacional. O antiorganizacionismo é contrário às organizações formais defende as associações informais que atuam por meio da educação, da propaganda e/ou da ação violenta. O sindicalismo/comunitarismo exclusivo vincula-se à ideia de que o movimento popular possui as condições de abarcar e promover completamente as posições libertárias, de maneira a cumprir todas as funções estratégicas necessárias em um processo revolucionário. Há uma minoria de anarquistas contrária ao sindicalismo que defende as organizações de massas no nível exclusivamente comunitário, superando os interesses corporativos e setoriais, segundo eles, necessariamente vinculados aos sindicatos. Distintamente desta posição, bastante marginal, encontra-se o sindicalismo de intenção revolucionária exclusivo, que abarca tanto o sindicalismo revolucionário quanto o anarcossindicalismo. O sindicalismo de intenção revolucionária é uma estratégia anarquista e o sindicalismo revolucionário se diferencia do anarcossindicalismo, na medida em que o segundo possui um vínculo programático explícito com o anarquismo e busca transformar seus membros em anarquistas, o que não é o caso do primeiro. Esta estratégia foi hegemônica no anarquismo em todo o mundo, especialmente durante o século XX. No dualismo organizacional, propõe-se haver dois níveis de organização: um social, de massas, e outro político-ideológico, anarquista; no nível social, dos sindicatos e outros movimentos populares, os anarquistas organizam-se como trabalhadores; no nível político, organizam-se como anarquistas. A função da organização anarquista é promover um programa dentro das organizações de massas; constantemente, este programa conta com elementos centrais do sindicalismo de intenção revolucionária.

Em relação ao segundo debate, sobre a contribuição ou não das reformas para um projeto revolucionário, há duas posições, uma possibilista e outra impossibilista. Os possibilistas sustentam que as reformas, se conquistadas por meio da luta de classes articuladas por trabalhadores organizados e dentro de uma perspectiva determinada, podem contribuir com a aproximação de um processo revolucionário. Os impossibilistas consideram que as reformas simplesmente ajustam o sistema capitalista e não colocam em xeque seus principais fundamentos.

Em relação ao terceiro debate, sobre a questão da violência, ainda que os anarquistas, em geral, afirmem que num processo revolucionário ela será necessária, evidenciam-se também duas posições. Para alguns, a violência funciona como uma ferramenta para criar movimentos revolucionários, um gatilho, uma forma propaganda, muitas vezes motivada pela vingança, que inspira membros das classes dominadas a ingressarem em um processo mais radicalizado de luta. Para outros, a violência deve ser utilizada simultaneamente a movimentos populares previamente estabelecidos, de maneira a aumentar sua força no processo de luta de classes; a violência é, aqui, uma ferramenta para favorecer lutas de massas e não um gatilho para criá-las ou a melhor maneira de realizar propaganda para atrair pessoas para a luta.

A defesa da organização, das reformas como caminho possível para a revolução e da violência simultânea/decorrente a movimentos massivos previamente articulados constituem os fundamentos do *anarquismo de massas*; as posições contrárias à organização, às lutas por reformas e a defesa da violência como gatilho constituem os fundamentos do *anarquismo insurrecionalista*.

Estas são as duas grandes correntes anarquistas, as quais podem ser estabelecidas desde um enfoque global dos 150 anos de história do anarquismo. Historicamente, as posições vinculadas ao anarquismo de massas são majoritárias em relação às posições relacionadas ao *anarquismo insurrecionalista*.

Surgimento e difusão do anarquismo

O anarquismo desenvolveu-se como resultado de um processo que envolveu pensamento e ação de um conjunto de novos sujeitos que operavam num contexto histórico particular. Trata-se, assim, de um produto da ação humana, que foi levado a cabo numa determinada estrutura social. Este cenário – que passava por mudanças sociais de imensa envergadura em todas as esferas sociais, e cujos grandes traços se forjaram mais permanentemente durante o século XIX – permitiu e favoreceu o surgimento e a difusão do anarquismo, este tipo revolucionário de socialismo originado na segunda metade daquele século.

Durante o século XIX, o capitalismo fortalecia-se e globalizava-se, a partir da integração das estruturas econômicas mundiais, dentro de marcos estabelecidos pela Revolução Industrial, com a primeira economia global surgindo nos anos 1870, a qual, para alguns autores, poderia, inclusive, ser considerada uma Segunda Revolução Industrial. Ao mesmo tempo, os Estados Modernos terminam de se conformar e protagonizam uma expansão imperial considerável, ligada, em grande medida, ao aumento da produção mundial e às novas tecnologias desenvolvidas. Tais processos foram acompanhados de um enorme crescimento na imigração de trabalhadores, com aumentos sem precedentes na migração transoceânica e intracontinental, e, ao mesmo tempo, de um amplo desenvolvimento das tecnologias em geral, em especial dos transportes e das comunicações. A promoção do racionalismo e a circulação de valores modernos, que se destacam com a Revolução Francesa, também devem ser levados em conta, assim como a reorganização das classes sociais e seu protagonismo em conflitos nas cidades e nos campos.

Em termos globais, notam-se duas situações relativamente distintas. De um lado, o capitalismo moderno em processo de consolidação por meio do crescimento industrial; seus centros encontram-se na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão, os quais se ampliam rapidamente, juntamente com uma classe de trabalhadores assalariados e urbanos, que se envolve constantemente em conflitos trabalhistas. De outro, econo-

mias menos desenvolvidas, de base agrária, como nos países da América Latina, na China, na África, no mundo islâmico e mesmo em outras partes da Ásia e da Europa; nestas localidades, trabalhadores rurais e camponeses protagonizam conflitos em torno da propriedade da terra. Em ambas as regiões, mesmo com a ascensão progressiva do proletariado industrial, o campesinato constitui uma classe importante, em termos numéricos e também por seu envolvimento nos conflitos, em contextos frequentemente marcados pelo crescimento do comércio de produtos agrícolas.

Os conflitos sociais nas cidades e nos campos acarretam lutas durante todo o século XIX: lutas de independência e antiimperialistas, revoltas camponesas e de escravos, conflitos de operários e artesãos nas cidades; muitas destas lutas tiveram participação dos oprimidos, com maior ou menor protagonismo. Os conflitos sociais, em geral, contribuem com a noção de que a ação humana pode modificar o futuro; particularmente, os conflitos de classe fortalecem a concepção de que os oprimidos, por meio de sua própria ação, podem transformar a sociedade em seu próprio favor.

Juntamente com o desenvolvimento de uma estrutura de dominação capitalista, estatista e pautada nos valores modernos, surgem novos sujeitos que, se opondo às classes dominantes, não se sentem contemplados pelas ideologias políticas em voga; elaboram os traços que conformam as bases do anarquismo.

O trabalho capitalista desumano, que implicava jornadas extenuantes e péssimas condições de trabalho, contribuiu para o fortalecimento das posições anticapitalistas. Os Estados brutais, baseados na repressão e na intervenção expansionista, colaboraram com o estabelecimento de posições antiestatistas. O racionalismo e os valores difundidos contribuíram para que se elaborassem análises críticas da realidade e objetivos de transformação revolucionários e socialistas.

Experiências históricas precedentes demonstravam, crescentemente, a necessidade de um projeto próprio das classes dominadas e de um movimento transformador que as tivesse como centro; não podiam, conforme foi sendo percebido, continuar a ser utilizadas na construção de projetos das classes dominantes. Tradições políticas anteriores, pautadas

na tomada violenta do poder por minorias conscientes, demonstravam sua ineficácia na emancipação dos trabalhadores e apontavam para a necessidade de processos transformadores de bases mais amplas e democráticas, que pudessem, realmente, promover a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A diminuição da influência da Igreja permitia que diversos espaços de lazer fossem politizados e, juntamente com alternativas no campo da educação, robustecessem uma determinada cultura de classe.

Os extensos fluxos migratórios e o aperfeiçoamento das comunicações permitiram a conexão permanente entre militantes e o fortalecimento do internacionalismo; movimento que se relaciona diretamente com o desenvolvimento dos transportes, dos correios e da comunicação. Rodovias, trens e barcos não apenas se aprimoravam, mas apareciam cada vez em maior número e com os custos mais acessíveis; as viagens tornavam-se mais constantes, assim como o deslocamento de militantes dentro e fora de seus países. O aumento de eficácia dos correios possibilitou a troca permanente de correspondências e publicações entre anarquistas de diferentes lugares do mundo. Os progressos químicos e da prensa rotativa a vapor contribuíram com o crescimento na difusão de informações, no número de publicações e com seu barateamento; a melhoria da educação permitiu que um número crescente de trabalhadores lesse estas publicações. Este avanço tecnológico possibilitou que os anarquistas entrassem em contato, se comunicassem, trocassem publicações, possibilitando o rápido espalhamento do anarquismo.

A Associação Internacional dos Trabalhadores

Foram estas condições históricas que, somadas às iniciativas de um número considerável de trabalhadores, possibilitaram que, com as visitas mútuas entre operários ingleses e franceses, a partir de 1862, se preparasse a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ocorrida em 1864, e que ficou posteriormente conhecida como “Primeira Internacional”.

Fundada em Londres, por obra do proletariado francês, hegemonicamente mutualista proudhoniano, e do proletariado inglês, na maioria *trade-unionista*, a Internacional visava criar um organismo internacional no qual a classe trabalhadora pudesse se associar para discutir projetos comuns. A AIT constituiu o espaço privilegiado, alguns anos depois de sua fundação, para o surgimento do anarquismo, pois contribuiu com a consciência revolucionária e internacionalista de importantes setores dos trabalhadores, por meio da criação de uma organização federalista internacional de seus membros. Num primeiro momento, a Internacional dedicou-se, em nível local, por meio de suas seções, às articulações de trabalhadores e, internacionalmente, ao estabelecimento de suas bases de acordo. Realizou, inicialmente, congressos anuais, a partir de 1866.

O primeiro congresso, realizado em Genebra, na Suíça, em 1866, além de aprovar os estatutos gerais da associação, deliberou pela estrutura federalista que seria adotada, incluindo uma estrutura de *bureaux* regionais que articulariam as comunicações com as seções locais e o Conselho Geral, o qual deveria, além de constituir um nó para distribuição das comunicações, funcionar como um órgão executivo da associação.

O segundo congresso, realizado em Lausane, na Suíça, em 1867, ainda marcado pelas posições hegemonicamente mutualistas, deliberou, entre outras coisas: o estímulo às cooperativas de crédito e de produção, nas quais se deveria fazer penetrar o espírito mutualista e federalista; a necessidade de redução das jornadas de trabalho, da extinção do trabalho assalariado e da repartição dos produtos entre os trabalhadores, de maneira a promover a emancipação social.

O terceiro congresso, realizado em Bruxelas, na Bélgica, em 1868, marcou um momento de radicalização da Internacional que, até então, mantinha-se bastante moderada. Aprovaram-se incentivos à criação de novos sindicatos e ao ingresso das massas na AIT; a associação também recomendou o método federalista, devendo as decisões nos sindicatos ser tomadas pelas bases e com as delegações submetidas ao controle dos trabalhadores; aprovou que se deveria incentivar a luta pela redução da jornada de trabalho, por meio de

greves, além do aumento de combatividade das cooperativas operárias. Aprovaram-se, ainda, como perspectivas para o movimento operário, a condenação do sistema capitalista e a necessidade de os trabalhadores expropriarem os capitalistas de seus instrumentos de produção. Os próprios movimentos populares que constituíam as bases da Internacional radicalizaram-se neste período.

Este congresso marcou uma mudança importante na correlação de forças interna da associação. A hegemonia federalista, vigente em toda a existência da Internacional, modificou-se naquele ano. O mutualismo, um dos campos federalistas, cedeu espaço para outro, o coletivismo. Durante esta radicalização, antigos mutualistas passaram às fileiras coletivistas e chegaram outros revolucionários à Internacional, em geral com bons níveis de instrução e com um passado de lutas que incluía participação nas insurreições populares de 1848 e 1849. Contaram também, para esta radicalização, as próprias experiências das lutas dos trabalhadores. A eficácia das greves e mobilizações mais combativas, os limites das atuações exclusivamente por meio das cooperativas, as frustrações com as eleições entre outros fatores pareciam mostrar aos trabalhadores, por meio de sua própria atuação, os caminhos que deveriam ser tomados para promover a revolução e o socialismo.

O quarto congresso da Internacional, realizado na Basileia, na Suíça, em 1869, marcou, definitivamente, a hegemonia coletivista, e deliberou, entre outros pontos: a recomendação de que o movimento operário reivindicasse a propriedade coletiva e o fim das heranças, de maneira a concretizar a realização do socialismo, além da necessidade de fortalecimento das sociedades de resistência.

A partir de então, vieram à tona, de maneira bem evidente, os conflitos entre federalistas, dentre os quais se encontravam os anarquistas, e centralistas, que estavam, principalmente, em torno do Conselho Geral. A Comuna de Paris, com todas suas implicações posteriores, e a Conferência de Londres, de 1871, que teve participação restrita, sem representação das seções, construíram o palco da chamada cisão do movimento operário. Esta se consumou em 1872, no quinto congresso da associação, em Haia, dividindo os trabalhadores em dois blocos.

Uma minoria, centralista, com influência nas seções da Alemanha e da Inglaterra, logo se desmobilizou e, com a decisão de transferir o Conselho Geral para Nova York, declarou morta a Internacional em 1876. Uma maioria, federalista – com influência nas seções da Espanha, da Itália, da Bélgica, da Suíça, da França e dos Estados Unidos – reuniu-se, ainda em 1872, e fundou a Internacional Anti-autoritária, que deu continuidade à AIT até 1877.²

O surgimento do anarquismo está diretamente relacionado à experiência da Internacional, em especial a este momento de radicalização e da mencionada mudança na correlação de forças entre mutualismo e coletivismo. Se tivermos de apontar um ano em particular, parece ser razoável considerar que o anarquismo emerge em 1868, principalmente como um setor do coletivismo federalista da Internacional. É neste momento que se pode encontrar, nomeadamente, um conjunto de militantes que podem ser chamados, de maneira adequada, de anarquistas.

A AIT criou uma estrutura orgânica, com presença em diversos países, que possibilitou a articulação permanente de trabalhadores, movimentos classistas e internacionalistas e que, em meio às suas produções teóricas e práticas, amadureceram e radicalizaram suas posições. Mobilizações locais ganharam apoio e encorajaram a solidariedade de classe; experiências positivas e negativas foram utilizadas nas reflexões críticas para a continuidade do movimento; discutiram-se questões centrais do movimento operário em geral, e do socialismo em particular. Todos estes elementos foram imprescindíveis para o desenvolvimento do anarquismo.

A Aliança da Democracia Socialista (ADS)

A força do coletivismo na Internacional, evidente em 1868, mas, estabelecida plena e hegemonicamente no congresso do ano se-

² Considero a chamada “Internacional Anti-autoritária” a legítima continuadora da Associação Internacional dos Trabalhadores. Por este motivo, refiro-me à sua vigência entre 1864 e 1877.

guinte, foi reforçada com a radicalização de muitos mutualistas proudhonianos. Não se tratava apenas de uma mudança no discurso, mas de um deslocamento de métodos e de meios por meio dos quais deveriam os militantes valer-se para operar a ruptura; ou seja, era uma radicalização que, em meio ao contexto histórico discutido, procurava adequar as práticas políticas militantes aos objetivos revolucionários estabelecidos.

No entanto, isso não foi algo que ocorreu com todos os mutualistas. Um determinado grupo, mantendo-se fiel às suas posições originais, não acompanhou esta radicalização, e terminou por sustentar concepções políticas moderadas e conservadoras frente a episódios práticos da luta dos trabalhadores, como no caso da Comuna de Paris. O acirramento das lutas neste contexto terminou separando aqueles que permaneceram no campo mutualista e os coletivistas. Ainda que se possa falar em mutualismo e coletivismo como formas históricas de uma mesma tradição anti-autoritária e federalista, o fato é que este processo de radicalização da AIT, de passagem de parte significativa dos mutualistas para o campo coletivista, e a separação clara entre os dois campos, ao que tudo indica, foi central para o surgimento do anarquismo.

Ao mesmo tempo, isso não significa reduzir o coletivismo ao anarquismo; o segundo, na realidade, surgiu como uma corrente, provavelmente majoritária, do primeiro, graças à conjunção de dois setores que se encontraram em 1868, e que constituíram as bases da Aliança, ou ADS, primeira organização específica anarquista da história. Estes setores tinham origens distintas e não eram homogêneos. Um deles era composto por revolucionários instruídos, de proveniência mais ou menos privilegiada, que, renunciando sua origem de classe, se aproximavam progressivamente do socialismo, depois de um passado de lutas que incluía, em alguns casos, participações armadas na Primavera dos Povos. O outro era composto por operários, menos instruídos e provenientes da classe trabalhadora, que já faziam parte da Internacional e muitos dos quais estavam envolvidos com as crescentes mobilizações sindicais do momento.

O primeiro setor havia rompido com a Liga da Paz e da Liberdade e ingressado na Internacional. A ele pertenciam: Mikhail Bakunin, russo,

ex-participante dos levantes armados e das revoltas populares na França, em 1848, em Praga, na Boêmia e em Dresden, em 1849, e futuro participante das insurreições de Lyon, em 1870, e de Bolonha, em 1874; Élisée Reclus, francês, geógrafo e futuro *communard*; Aristide Rey, francês e futuro *communard*; Valérien Mroczkowski, polonês e futuro participante do levante de Marselha; Albert Richard, francês, jornalista e futuro participante da insurreição de Lyon; Nicolas Jukovski, russo e futuro participante do levante de Marselha; Giuseppe Fanelli, italiano, arquiteto, ex-deputado e ex-combatente garibaldino; Saverio Friscia, italiano, médico, ex-deputado e participante da insurreição siciliana de 1848; Alberto Tucci, italiano e advogado, entre outros. O segundo setor já fazia parte da Internacional e se somou ao processo. A ele pertenciam: Jean-Philippe Becker, alemão, jornalista, jardineiro, fabricante de vassouras, a depender do momento, e um dos chefes militares da insurreição de Baden, em 1849; François Brosset, suíço, serralheiro e uma das lideranças da greve dos operários da construção de março e abril de 1868; Th. Duval, suíço, marceneiro e dirigente operário; L. Guétat, suíço e sapateiro; Charles Perron, suíço, pintor e, posteriormente, cartógrafo; Zagorski, polonês. Estes internacionalistas compuseram o primeiro bureau central da ADS. Algum tempo depois, ingressaram na ADS três notáveis militantes: James Guillaume, professor e fundador da seção da AIT no Locle, Suíça; Adhémar Schwitzguébel, gravador, dirigente sindical e fundador da seção da AIT em Sonvillier, Suíça; Eugène Varlin, encadernador, dirigente sindical, destacado militante da AIT, o qual se tornaria, posteriormente, o principal combatente federalista da Comuna de Paris. Outros membros destacados da ADS foram: Benoit Malon, francês, tintureiro, dirigente sindical e futuro *communard*; Gaspard Sentiñon, espanhol e médico; Louis Palix, francês, alfaiate e futuro participante da insurreição de Lyon; Rafael Farga-Pellicer, espanhol, tipógrafo; Carlo Gambuzzi, italiano, advogado, ex-garibaldino e participante das batalhas de Aspromonte e Mentana; Paul Robin, francês e professor; Francisco Mora, espanhol e sapateiro; Tomás Gonzáles Morago, espanhol e gravador.

Os membros da Aliança não concordavam que a consciência e a estratégia revolucionária derivavam automaticamente da opressão

e, por isso, consideravam que a ação coletiva exigia estratégias e táticas. Uma organização de minoria ativa deveria educar, agitar e organizar as massas, sem qualquer intenção de dominá-las.

Essa minoria era a própria ADS, organização específica anarquista que, em seus estatutos de 1868, assim declarava seu duplo objetivo de realizar a propaganda de ideias e filiar revolucionários preparados e dedicados para impulsionar as massas à revolução social. Esta organização anarquista, que teve existência pública e secreta, a depender da situação, concebeu sua estratégia pautada no dualismo organizacional. Ainda que ela tenha sido pouquíssimo estudada, e que haja dúvidas expressivas sobre sua história, é possível afirmar que a Aliança, por um lado, buscou criar e estimular organizações de massas e veículos de propaganda pública; suas posições defendidas na AIT, as quais definiram as bases do sindicalismo de intenção revolucionária, constituem o primeiro pilar deste dualismo. Por outro, a Aliança buscou articular uma organização política, um pequeno “partido”, como dizia Bakunin, que teria como objetivo fortalecer a intervenção da ADS entre as massas.

A Aliança foi fundada em 1868 e, a partir de então, teve atuação determinante. No nível de massas, a atividade predominante dos militantes aliancistas foi a criação da Internacional em países onde ela ainda não existia e, em outros casos, a criação de novas seções da Internacional onde ela já estava em funcionamento. Tais foram os casos da Espanha, da Itália, de Portugal e da Suíça. Eles também estimularam, aparentemente por correspondência, a fundação de uma seção da AIT no Uruguai, apesar de não terem presença de militantes na América Latina.

Criando ou participando das seções da Internacional, estes anarquistas promoveram programas que, entre outros pontos, sustentavam a necessidade de mobilizações amplas de trabalhadores, articulados em movimentos classistas, para a realização de lutas populares combativas, independentes e organizadas em bases federalistas, que deveriam ser capazes, ao mesmo tempo, de proporcionar conquistas imediatas aos trabalhadores, mas também, de caminhar rumo à revolução social e ao socialismo, passando necessariamente pela derrubada do capitalismo e do Estado.

No nível político, os aliancistas investiram na criação de seções da ADS nos países, visando potencializar este programa de massas e dar maior organicidade aos militantes anarquistas; a depender dos contextos, a Aliança parece ter tido maior ou menor organicidade.

Conformação do anarquismo entre 1868 e 1886

O surgimento, a difusão e a conformação plena do anarquismo ocorreram no intervalo de menos de 20 anos, compreendido entre 1868 e 1886. Neste período, o anarquismo se estabeleceu não somente na Europa ocidental, mas também na América no Norte, na América Latina e no norte da África. Suas principais fortalezas foram estabelecidas nos seguintes países: Argentina, Cuba, Egito, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, México, Portugal, Suíça e Uruguai.

Tal processo está diretamente vinculado ao sindicalismo de intenção revolucionária, fortalecido e difundido no seio da Internacional – conforme sustentado, como resultado da teoria e prática da ADS no seio da AIT – e que, em seguida, foi insistente e constantemente promovido pelos anarquistas. É evidente que este tipo de sindicalismo não surgiu com a *Confédération Générale du Travail* (CGT) francesa em 1895, mas que deriva diretamente das atividades anarquistas, constituindo sua principal estratégia de ação neste período entre 1868 e 1886, e também de depois, quando ele se difunde, principalmente por obra dos anarquistas, para outras localidades no mundo. Os elementos historiográficos apontados a seguir subsidiam o argumento de que sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo são estratégias anarquistas.

Desde uma perspectiva cronológica, há basicamente três momentos neste processo de conformação do anarquismo. Primeiro, aquele que se deu concomitantemente à existência da AIT pré-cisão de Haia (1872) e envolveu Espanha, França, Itália, Portugal e Suíça – os quais estavam diretamente vinculados à experiência internacionalista – e também o México. Segundo, o que ocorreu na esteira da Internacional Anti-

autoritária (1872-1877) e abarcou Argentina, Uruguai e Egito. E terceiro, aquele levado à cabo depois do fim desta experiência, já na primeira metade dos anos 1880 e envolveu Estados Unidos e Cuba.

Numa breve tentativa de enumerar, nestes momentos, as iniciativas e os episódios mais expressivos deste período (1868-1886) que contaram com protagonismo anarquista, tem-se o seguinte.

No primeiro momento, na Espanha, fundou-se a *Federación Regional Española* (FRE) em 1870 que, três anos depois, chegou a ter 60 mil trabalhadores da cidade e do campo federados; deu origem à *Federación de Trabajadores de la Región Española* (FTRE), criada em 1881. As Revoltas Cantonistas de 1873, que pretendiam estabelecer por meio das armas um federalismo radical, envolvendo a autonomia das cidades e das federações de cidades (cantões), contaram com cooperação decisiva dos anarquistas em Granada, Sevilha, Málaga e Alcoi. Na França, militantes da ADS participaram da Comuna de Lyon e do Levante de Marselha, ambos em 1870. Além disso, foram criadas iniciativas no campo da educação, como o Orfanato de Cempuis (1880-1894). Na Comuna de Paris, em 1871, consideravelmente influenciada pela Internacional, os federalistas conseguiram ter hegemonia, apesar de blanquistas e jacobinos estarem em maior número. Os anarquistas, parte minoritária deste setor federalista, participaram de maneira relevante.

Na Suíça, foram conformados a Federação Jurassiana, em 1871, o *Anarchistisch-Kommunistische Partei Deutscher Sprache* [Partido Anarco-Comunista de Língua Alemã] (AKP), em 1877, e o jornal *Le Revolté*, em 1879. Na Itália, destacam-se algumas iniciativas: o jornal *La Campana*; a Federação Italiana, criada em 1872, que chegou a 30 mil membros em 1873; o Comitê Italiano pela Revolução Social, de 1873, sua participação nas insurreições de Bolonha, em 1874, e de Benevento, promovida pelo Bando de Matese, em 1877. Em Portugal, a AIT, criada por obra de delegados da ADS no país, contava, em 1872, com 20 mil membros.

No México, entre 1868 e 1869, *La Social* converteu-se numa organização específica anarquista; em 1869, surgiu o Círculo Proletário e, em 1870, o Centro Geral dos Trabalhadores Organizados, chamado

posteriormente de Gran Círculo de Obreros México (GCOM), o qual constituiu uma expressão de massas do anarquismo e chegou a 50 mil membros. Entre 1877 e 1878, o anarquismo chegou ao ápice neste primeiro período.

No segundo momento, no Uruguai, já em 1872, havia uma seção da Internacional, formada por influência dos anarquistas, que forneceu as bases para a fundação, em 1876/78, da Federación Regional de la Republica Oriental de Uruguai (FRROU) e, em 1885, da Federación de los Trabajadores de Uruguay, que deu continuidade à sua obra. Na Argentina, houve a fundação, em 1876, do Centro de Propaganda Obrera e, depois, do Círculo Comunista Anárquico, ambos vinculados ao anarquismo; visitas de anarquistas italianos possibilitaram a fundação do sindicato dos padeiros, em 1887. No Egito, o anarquismo emergiu em 1876, com imigrantes italianos que constituíram, em 1877, uma seção da Internacional e, em 1881, o Círculo Europeu de Estudos Sociais.

No terceiro momento, nos Estados Unidos, emerge o anarquismo no contexto do Congresso de Pittsburgh, em 1883, e da conformação da International Working People's Association (IWPA), expressão de massas anarquista que, em 1886, chegou a ter 2500 militantes e 10 mil colaboradores em Chicago. Outros marcos significativos foram: o jornal diário *Chicagoer Arbeiter Zeitung* e a fundação, em 1884, da Central Labor Union (CLU), que chegou a 28 mil trabalhadores, somente em Chicago, em 1886, mesmo ano em que encabeçou a greve pelas oito horas, envolvendo 300 mil trabalhadores nos EUA e terminando com a condenação à morte de cinco militantes anarquistas, conhecidos como Mártires de Chicago, estabelecendo o Primeiro de Maio como dia dos trabalhadores. Em Cuba, o anarquismo consolidou-se entre 1883 e 1885, com a fundação da Junta Central de Artesanos (JCA) e do Círculo de Trabajadores de La Habana (CTH); periódicos como *El Obrero* e *El Productor*, assim como a organização específica Alianza Obrera, inspirada na ADS, foram outros bastiões do anarquismo no período.

Depois de 1886, o anarquismo consolidou-se e ingressou no século XX como uma das principais ideologias dos trabalhadores em

todos os continentes. Sua existência manteve-se, em maior ou menor medida, por meio de fluxos e refluxos, ou, o que se poderia chamar “ondas”. Trata-se de um fenômeno com presença geográfica global e permanência histórica, as quais lhe garantem profunda relevância.

Estabelecendo raízes na América Latina

Viu-se que alguns países da América Latina tiveram destaque no momento de surgimento e difusão do anarquismo; cronologicamente, foram eles: México, Uruguai, Argentina e Cuba.

Parecem adequados os dois critérios para a divisão analítica da América Latina elaborados por Carlos Rama (1967). Segundo o autor, este subcontinente pode ser dividido em três grandes grupos, a partir de um *critério étnico-geográfico*. O primeiro grupo compõe-se dos países e regiões em que predominam os indígenas, a exploração agrária por meio dos latifúndios, o colonato e até a servidão, parcialmente substituída a partir do século XVIII pela peonagem. Fazem parte deste grupo: América Central com exceção de Costa Rica, Bolívia, Colômbia, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela. O segundo grupo é formado por países e regiões e que foram zonas de escravidão negra. Ainda que possua enclaves em outros grupos, encontra-se, principalmente, nas regiões litorâneas de Brasil, Venezuela, Colômbia, Guianas, nas ilhas do Caribe e no sul dos Estados Unidos. O terceiro grupo envolve países e regiões que tiveram intensa e, em alguns casos, recente colonização europeia, com a população indígena tendo sido completamente exterminada ou colocada em “reservas” e a mão de obra para o trabalho conseguida com imigrantes europeus, na maioria de países latinos. Compõem este grupo: Argentina, Chile, Costa Rica, Uruguai e os estados do sul do Brasil.

Desde um critério histórico, Rama (1967, pp. 15-19) propõe dividir o período colonial latino-americano em dois: 1.) 1492-1699, 2.) 1700-1809. O lapso temporal que se inicia com o movimento indepen-

dentista e que continua com as primeiras ideias e práticas socialistas, a imigração europeia, as distintas formas de organização dos trabalhadores – as quais constituirão o pano de fundo do surgimento do anarquismo na América Latina – conforma um terceiro período: 3.) 1810 ao fim dos anos 1860.

A história moderna da América Latina, que passa por estes três períodos, foi profundamente marcada por variados movimentos das classes dominadas locais, que responderam, de diferentes maneiras e por meio de confrontos mais ou menos violentos, aos acontecimentos da região.

A seguir, encontram-se, de modo bem sucinto, as grandes linhas da história destes três períodos. Elas visam, concomitantemente, contextualizar minimamente o tema em questão e contestar algumas teses, comumente repetidas pelas classes dominantes e elites regionais, assim como pela própria historiografia.³ Para tanto, o estudo de Rama (1967) constitui a principal fonte.

O primeiro período foi marcado pela conquista europeia, principalmente hispânica, mas também portuguesa, e pela exploração da mão de obra indígena, acabando com comunidades de certa estabilidade, promovendo violentamente o capitalismo e, não raramente, extermínios massivos de comunidades inteiras. O sistema de *encomienda*, que impunha tributos aos indígenas e circunscrevia a exploração do trabalho, iniciado no século XVI, foi mantido até o século XVIII (1718 na Espanha e 1755 em Portugal), em função da força dos conquistadores; ainda assim, ele teve uma continuidade prática em favor de latifundiários bolivianos e peruanos e perdurou até o século XX. Este também foi o período das grandes evangelizações, com as missões jesuíticas e a conformação de reduções indígenas pelas ordens monásticas, tais como aquela da região paraguaia entre 1609 e 1767 e a própria fundação de São Paulo em 1554.

Destacadas resistências indígenas marcaram este período, tan-

³ Dentre as teses contestadas está aquela que foi, durante muito tempo, promovida pelas classes dominantes e elites brasileiras e, de alguma maneira, foi mesmo incorporada em estudos da classe trabalhadora brasileira: a tese de que o Brasil era um país harmônico de povo cordato e conciliador, e que foram os imigrantes, particularmente os anarquistas, que trouxeram de fora esta “planta exótica” da luta e da resistência popular. Como se poderá ver, não somente o povo do Brasil, mas de toda a América Latina, esteve, no período em questão, frequentemente imbricado nos conflitos sociais e movimentos populares.

to no momento das conquistas, quanto no de sua expansão para o interior. Grupos regionais como os *araucanos* do Chile, os *calchaquíes* da Argentina, os *charrúas* do Uruguai, os *caribes* das Antilhas demonstram potencial de combate à opressão colonial. Os indígenas submetidos pela derrota dos “impérios” pré-colombianos envolveram-se em levantes prolongados e sangrentos. A partir de 1502 teve início a inserção da população negra escravizada – os quais chegariam a 12 milhões e passariam a povoar as regiões tropicais –, que, progressivamente, substituíram os indígenas exterminados e constituíram a mão de obra necessária para os empreendimentos agrícolas, mineiros e industriais. Desde 1555, ocorreram rebeliões de escravos negros e começaram a surgir “repúblicas” independentes de *cimarrones* ou *alzados* em áreas selvagens, compostas por aqueles que fugiam de fazendas, minas e engenhos. Neste primeiro momento, os movimentos de indígenas e os de negros não possuíam, ainda, relação entre si. Colonos espanhóis e portugueses também protagonizaram motins, sedições e rebeliões contra a legislação centralizadora e monopolista, mas, similarmente, se envolvem em mobilizações contra a legislação que favorecia os indígenas, como no caso das Leis Novas de 1542 promulgadas pela Espanha e mesmo nos casos de Portugal e da França ocorridos no século seguinte.

O segundo período distingue-se, especialmente para as colônias hispânicas, pela ascensão da dinastia borbônica e pela administração de tipo francês; para as colônias portuguesas, o Tratado de Methuen com a Inglaterra, estabelecido em 1703, constitui igualmente um marco. O Tratado de Utrecht, formalizado em 1713, consagrará o monopólio inglês do tráfico negreiro atlântico, proporcionando, ao longo daquele século, o aumento de influência da Inglaterra na região, em detrimento de França, Espanha e Portugal. Ao mesmo tempo, neste período ocorre uma integração crescente da economia latino-americana com a Europa; às antigas explorações de metais e de açúcar unem-se o café, a carne da região do Rio da Prata e, especialmente, as grandes jazidas de ouro e diamante de Minas Gerais no Brasil. Com a miscigenação, o mestiço e o mulato minimizam a importância dos elementos exclusivamente indígenas e negros. Assim, fortalece-se o rompimento de determinadas

barreiras sociais e amplia-se o contato entre distintos estratos; descaracterizam-se, desta maneira, sistemas que poderiam ser considerados de castas e constituem-se ordens ou estamentos similares aos que marcavam a Europa continental até 1789.

Os movimentos populares de resistência do século XVIII foram intensos e abarcaram áreas geográficas consideráveis; alguns foram mistos e contaram com atuação conjunta de indígenas e negros numa mesma área. Em 1780, teve início a maior rebelião anticolonial na América deste período, liderada por Tupac Amaru, que estendeu sua influência às atuais regiões de Bolívia, Equador, Peru e norte do Chile e da Argentina. Em 1798, na Bahia, Brasil, a Conspiração dos Alfaiates (Conjuração Baiana) destacou-se por seu caráter popular e seu ideário democrático influenciado por novas ideias francesas. Tornaram-se cada vez mais comuns movimentos populares e democráticos de colonos espanhóis, como as rebeliões dos *comuneros* de Assunção do Paraguai (1721-1730) e de Nova Granada (1781). Esse movimento social foi, aos poucos, sendo influenciado pelas novas ideias que se espalhavam pelo mundo desde a Revolução Inglesa (1648-1688), mas, especialmente, a partir da Independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789). Assim como acontecia em países europeus como Espanha, França e Portugal, as colônias eram mobilizadas por publicistas, sociedade secretas e patrióticas, que usufruíam dos benefícios da imprensa, do jornalismo e das universidades.

A partir de 1730 conformam-se ao menos 13 grandes movimentos sociais que anunciam a Revolução Latino-Americana de 1810; depois de 1780, eles contribuem com o enfraquecimento definitivo das autoridades ibéricas e do império francês, preparando a independência de 20 países latino-americanos. As demandas deste movimento incluem não apenas a libertação da população negra e do trabalho forçado dos índios, mas o pleno estabelecimento das classes sociais que, com o fim da discriminação étnico-racial e nacional, permitiria a todos, dentre outras coisas, o acesso às funções públicas.

O terceiro período inicia-se com a revolução independentista, potencializada pela invasão napoleônica da Península Ibérica em 1808,

que implicou o traslado da corte portuguesa ao Brasil e enormes prejuízos à gestão do império espanhol. Dirigido por *criollos* e brancos, este processo destruiu a sociedade colonial e implantou medidas que terminaram por garantir a igualdade jurídica e social de variados setores de trabalhadores.

A escravidão foi abolida na maioria dos países de língua espanhola entre 1810 e 1858, antecipando o caso do Brasil (1888) e das últimas colônias hispânicas (1871-1889). Destacam-se neste período, ao mesmo tempo, a extinção do trabalho forçado dos indígenas *mita* e *yanacona*, ocorrida entre 1811 e 1825, e a ascensão social de mestiços e mulatos que, por meio das posições militares e do compartilhamento do poder político, passam a ter poder econômico, especialmente nas zonas rurais.

A democracia liberal muitas vezes frustrou-se diante do conservadorismo dos movimentos de trabalhadores, como no caso dos cubanos que, em 1812, preferiram permanecer fiéis ao despotismo de Fernando VII do que apoiar a sublevação de escravos negros de Aponte e Yucatán; em 1841, abriram mão de sua independência para reprimir a rebelião dos *maias*. Não foi incomum, também, o reestabelecimento de privilégios anteriores por parte de mestiços alçados às posições de poder, como na Bolívia, em 1829, e no Peru, em 1866, quando o trabalho forçado aos indígenas foi reintroduzido.

Entre o início dos anos 1820 e os anos 1860 – quando se deu a última batalha pela independência (1824) e a estabilização dos maiores Estados (Argentina, em 1862, e México, em 1867) –, as ideias e práticas socialistas chegaram e se estabeleceram na América Latina. Altamente heterogêneo, este socialismo – influenciado majoritariamente por franceses, mas também por ingleses e italianos, posteriormente chamados de “socialistas utópicos” – subsidiou um conjunto vasto de iniciativas que, se por um lado fortaleceram as classes dominantes e seus projetos, por outro permitiram, em determinados casos, a criação das primeiras organizações de trabalhadores e a conformação de um projeto próprio das classes dominadas. Entre os anos 1850 e 1860, tais organizações – mutualidades, sociedades de ofício e, posteriormente, sociedades de resistência (sindicatos) – acompanharam um processo de radicalização – por vezes vinculando lutas pela liberdade da es-

cravidão com as recentes sociedades de resistência – que foram fundamentais para o surgimento de outro tipo de socialismo,, agora completamente vinculado aos trabalhadores, anticapitalista e revolucionário.

O impulso da Associação Internacional dos Trabalhadores

Fundamental para esta passagem das mutualidades aos sindicatos foi a presença, em solo latino, da mencionada Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Com a presença facilitada nesta região, como coloca Rama (1967, p. 51), em função de “uma anterior e relativamente importante difusão do socialismo das primeiras etapas”, a Internacional contribuiu determinantemente com o movimento regional de trabalhadores. Ainda que sua presença tenha ocorrido tardiamente – quando, na Europa, os conflitos entre federalistas e centralistas chegava em seu ápice –, a Internacional Anti-autoritária, continuadora da AIT até 1877, terminou por influenciar diretamente a práxis de trabalhadores imigrantes e locais na América Latina.

Conforme coloca Bao (1988, pp. 83, 86), nesta região, as correntes político-ideológicas oriundas da AIT, especialmente o federalismo coletivista de Bakunin (anarquismo), contribuíram determinantemente com “a organização de sociedades e caixas de resistência, a prática de greve e certas formas de organização mutual”, as quais “foram difundidas e assimiladas pelos trabalhadores, imigrantes e nativos, na América Latina”. A estratégia assumida por tais organizações foi diretamente influenciada pelo modelo hegemônico da Internacional Anti-autoritária e mesmo por federações operárias locais dos países que contaram com intensa imigração para a América Latina.⁴

⁴ Não é coincidência o fato de a imensa maioria dos imigrantes que chegou à América Latina ser oriunda dos chamados países latinos (Itália, Espanha e Portugal, respectivamente), onde, durante a vigência da Internacional, a influência dos federalistas coletivistas (e, nesta esteira, do anarquismo) foi amplamente majoritária em relação aos centralistas. (Samis, 2014) Não parece

Rama (1967) propõe analisar a influência da Internacional em solo latino-americano por meio da divisão da região em dois grandes grupos: o dos países que ainda viviam sob o regime colonial e o dos países independentes.

Dentro do primeiro grupo encontram-se as localidades que estabeleceram “os primeiros contatos” com a Internacional, visto que, em função de ainda serem colônias, “a maior vinculação com a metrópole favorecia a circulação de pessoas e da propaganda”. (Falcón, 1984, p. 40). Nestes países, cabe destacar a fundação, em 1865, de uma seção da AIT em Martinica, na qual predominavam os federalistas proudhonianos, e, em 1866, de uma outra em Guadalupe⁵, ambas colônias francesas no Caribe. Não há maiores registros sobre estas seções, com exceções de breves observações de Max Nettlau e a presença de informes sucintos nos congressos da Internacional ocorridos na Europa. (Cappelletti, 1990, p. clxii) Além disso, tanto Bao (1988, p. 87) quanto Godio (1979, p. 16) mencionam a existência de um núcleo da Internacional em Porto Rico, em relação ao qual também não há maiores informações.

Ainda neste grupo encontra-se a colônia espanhola de Cuba, que contou com a presença de exilados *communards* (Fernández, 2000, p. 25), com a influência do pensamento proudhoniano e, especialmente, com a intensa imigração espanhola. Não há maiores informações sobre a presença de uma seção da AIT em Cuba; Rama (1967, p. 62) coloca que “talvez” houvesse uma seção naquele país e Angel Cappelletti, em “Anarquismo Latinoamericano” (Cappelletti, 1990, p. clxiv), informa que “numa carta de 23 de junho de 1873, o operário de Mallorca Francisco Tomás dizia que a Federação Regional Espanhola”, filiada à Internacional, “não contava com informação das seções de Cuba”.

haver dúvidas que o caráter ideológico do movimento operário e camponês latino-americano foi amplamente influenciado pelas posições vigentes nos países de origem dos imigrantes que contribuíram com a conformação destes movimentos. Ainda assim, deve-se destacar que o anarquismo latino-americano não pode e nem deve ser entendido como uma importação europeia. Isso porque, ao conformar-se, ele conciliou esta indubitável influência do velho continente com elementos das tradições de luta e resistência populares anteriores e mesmo autóctones, as quais, frequentemente, articularam-se sem quaisquer referências europeias.

⁵ Conforme aponta Falcón (1984), a seção de Guadalupe durou de 1866 a 1867.

A influência determinante dos trabalhadores espanhóis, em especial dos bakuninistas, fez-se sentir em solo cubano, tanto por meio dos contatos estabelecidos com os trabalhadores locais ainda nos anos 1860⁶, quanto por sua própria presença; dentre as inúmeras atividades de propaganda e organização pode-se destacar a contribuição determinante dos espanhóis na articulação dos tabaqueiros cubanos. Mesmo assim, foi somente a partir de 1881, quando se fundou na Espanha a Federación de Trabajadores de la Región Española (FTRE), que as relações entre Espanha e Cuba estabeleceram-se definitiva e frequentemente, possibilitando um avanço mais definitivo e duradouro do movimento de trabalhadores cubanos. (Cappelletti, 1990, clxiv-clxv; Fernández, 2000, p. 25)

Dentro do segundo grupo encontram-se as localidades com as quais a AIT estabeleceu laços “mais tardios”, porém com “maior enraizamento nos meios operários locais”. Há um subgrupo constituído pelos “países em que a imigração ocorreu mais cedo, particularmente Argentina e Uruguai”. Em seguida, “uma situação intermediária”, do México, onde “a Reforma criou certas condições para que se iniciasse alguma agitação de operários e artesãos desde o final dos anos 1860”. Depois, podem-se identificar países com a “existência de contatos, como no caso do Brasil e do Chile”. E, finalmente, países que praticamente não tiveram relação com a Internacional.⁷ (Falcón, 1984, p. 40)

Os países que tiveram presença mais ou menos orgânica da AIT podem ser caracterizados como “sociedades mais urbanizadas, onde a imigração europeia foi abundante, ou a difusão das novas ideias sociais mais precoce constituiu-se majoritariamente nas cidades e apoiada, na maior parte, nos imigrantes, muitos destes, que chegaram à partir da política governamental racista de embraquecimento da população (caso do Brasil). Na maioria dos outros países, que não tiveram imigração significativa e nem consideráveis difusões de novas ideias, “praticamente se desconhece a Internacional”. (Rama, 1967, pp. 54-55)

6 Falcón (1984, p. 40) afirma que nos anos 1860 “bakuninistas espanhóis entraram em contato com as associações operárias da ilha”.

7 Ainda neste subgrupo – que abarca os países independentes e sem grande urbanização, imigração europeia e presença de novas ideias –, Bao (1988, p. 87) menciona o caso do Equador, que teria tido um núcleo da AIT. Entretanto, esta informação não consta em nenhuma outra fonte.

Há, ao mesmo tempo, traços de continuidade e ruptura, similaridades e particularidades em relação à presença da AIT nestes países, os quais serão, em seguida, brevemente apontados.

A presença da Internacional na Argentina possui um registro mais amplo que em outros países. Em 1870, sabe-se que os tipógrafos de Buenos Aires enviaram aos internacionalistas de Barcelona o primeiro número dos *Anales de la Sociedad Tipográfica Bonaerense* e, em dezembro daquele mesmo ano, Francisco Mora, secretário do Conselho Federal espanhol, contactou o Conselho Geral da Internacional em Londres informando do contato com Buenos Aires e dizendo que os militantes daquela localidade estavam em contato com outros de Córdoba, Montevideu, Valparaíso e Rio de Janeiro. A partir de então, estreitou-se a relação entre o Conselho Geral e os argentinos, que terminaram por fundar, no início de 1872, uma seção francesa em Buenos Aires, e pedir ingresso na AIT, sendo reconhecida em junho daquele mesmo ano.⁸ Depois da seção francesa, que contava com diversos *ex-communards*, foi criada uma seção italiana e uma outra espanhola. As seções editavam o período *El Trabajo* a partir de 1872 e articulavam-se em um conselho federal com dois representantes de cada uma das três seções, que se consolidaram mais definitivamente em 1873, com algumas centenas de membros. A elas seguiu-se, em 1874, a fundação de uma seção em Córdoba. (Nettlau, 1926; Falcón, 1984, p. 39-42; Rama, 1967, p. 58; Cappelletti, 1990, p. xvi)

É certo que se reproduziram, na Argentina, polêmicas similares às que tiveram espaço na Europa entre centralistas e federalistas, mas não há uma posição conclusiva sobre as linhas ideológicas hegemônicas nas seções. Segundo Rama (1967, p. 58) e Ricardo Falcón (1984,

8 Rama (1967, p. 57) afirma que esta seção da Internacional Argentina esteve representada no Congresso de Haia de 1872 por Raymond Vilmar (ou Wilmart), amigo de Paul Lafargue, o qual, chegando a Buenos Aires em 1873, manteve correspondência com Marx. Entretanto, conforme esclarece Falcón (1984, pp. 112-113), Wilmart (1850-1937), que aparece nas atas do congresso com o pseudônimo de Wilmot, na realidade participou do congresso representando a seção francesa de Bourdeaux e foi enviado a Buenos Aires somente depois do congresso, lá chegando em 1873 para tentar organizar a continuidade da Internacional centralista. Participou do comitê de administração do periódico da AIT na Argentina e do processo de fundação da seção de Córdoba. Guillaume (1985, vol. II, 321-323) e as próprias atas do Congresso de Haia (IWMA, s/d) confirmam que não houve delegação ou representação argentina neste congresso.

pp. 48-52), os centralistas eram preponderantes⁹ e, conforme coloca Cappelletti (1990, p. xvi), os centralistas eram maioria na seção francesa, mas as seções italiana e espanhola contavam com uma maioria federalista. Fato é que houve, neste país, uma singularidade constituída pela presença mais significativa dos centralistas – marxistas ou blanquistas, pode-se dizer –, que implicou uma disputa mais acirrada com os federalistas. Estes últimos, inclusive, procuraram articular-se com os internacionalistas uruguaios e mexicanos, majoritariamente federalistas, para contrapor seus adversários.¹⁰

A perseguição aos internacionalistas ocorrida em função do incêndio no colégio e na igreja El Salvador em 1875, o encerramento das atividades do Conselho Geral de Nova York da AIT centralista em 1876 e o contexto do país terminaram por arrefecer as atividades da Internacional argentina. Novas imigrações de espanhóis e italianos em 1875 contribuíram com o subsequente fortalecimento do setor federalista em geral e do anarquismo em particular, o qual, a partir de 1876, estabelece-se como hegemônico. Dentro de alguns anos, em meio aos quais houve uma tentativa de reconstituir a seção de Buenos Aires em 1879, o anarquismo obterá a hegemonia do movimento de trabalhadores, assim adentrando o século XX. (Nettlau, 1926; Falcón, 1984, pp. 44-48; Cappelletti, 1990, p. xvii)

Refletindo acerca do salto qualitativo dado pelo movimento operário argentino nesse período, Falcón, em *Los Orígenes del Movimiento Obrero*, coloca:

De alguma maneira, o predomínio de organizações de tipo mutualista – ainda que incluíssem algumas pautas reivindicativas de caráter sindical – e de uma ideologia globalmente socialista, reformista,

9 Entretanto, os argumentos utilizados por Falcón para subsidiar sua posição não convencem completamente. Parece mesmo que, distintamente de outros países latinos, havia, na Internacional Argentina, uma influência mais significativa da corrente centralista representada pelo Conselho Geral de Londres. Ainda assim, não é possível verificar com precisão a correlação de forças nas seções e mesmo no conselho federal.

10 F. C. Calcerán, secretário da seção uruguaia da Internacional, escreveu aos internacionalistas mexicanos, em 25 de maio de 1872: “Estamos preparando um periódico que se chamará *El Obrero Federalista* para combater os autoritários que se estabeleceram em Buenos Aires.” (Cappelletti, 1990, p. xvi)

legalista, parecia corresponder às características da camada de artesãos e assalariados que constituíam sua base social. Por outro lado, a aparição da Internacional introduz um tipo de organização não corporativo, mas programático, e as postulações ideológicas de bakuninistas, marxistas, blanquistas e outros, que significavam um salto em relação à evolução anterior do movimento operário local. [...] A AIT significou alguns passos importantes na estruturação do incipiente movimento argentino. Além disso, seus membros contribuíram, depois de 1876, com a estruturação das primeiras organizações de caráter sindical mais definido e com a multiplicação da propaganda socialista. (Falcón, 1984, pp. 42, 52)

A posição do autor reforça o argumento anteriormente esboçado, de que a AIT contribuiu diretamente com a passagem do mutualismo ao sindicalismo e com a propagação das ideias do socialismo das segundas gerações na América Latina.

No Uruguai, a presença da Internacional assemelha-se, em alguns aspectos, à Argentina, com a diferença de que, naquele país, a hegemonia foi definitivamente federalista, influenciada pelo pensamento bakuniniano e proudhoniano. Ainda que, desde abril de 1871, haja cartas destinadas ao “secretário da seção uruguaia da AIT” enviadas pelos mexicanos, Rama (1967, p. 59) considera que a terminologia poderia constituir tão somente um excesso dos correspondentes em questão.

Cappelletti (1990, pp. lxii-lxiii) e Vladimir Muñoz, em “El Anarquismo en el Uruguay hasta 1900” (Muñoz, 1956, p. 21), identificam a fundação da seção uruguaia da Internacional durante o ano de 1872. Isso parece coerente, ainda conforme Muñoz (1956, pp. 22-23), com a existência de uma “carta selada da seção uruguaia da AIT e assinada por Domingo Marañón e Francisco Calcerán” com data de “1 de janeiro de 1873”, que foi enviada a Zalacosta, secretário da seção mexicana da AIT.¹¹ Desde então, conforme aponta Juan C. Mechoso (2011) a AIT uruguaia, articulada e comunicando-se diretamente com a Internacional Anti-autoritária e a Federação Jurassiana suíça, levou a

11 Isso também parece estar de acordo com Rama (1967, p. 59), que afirma: seguramente, em janeiro de 1873 havia se formalizado a adesão do núcleo de artesãos e operários de Montevideú à AIT, como ‘seção uruguaia’.

cabo atividades organizativas e de propaganda. Seu primeiro ato público ocorreu em junho de 1875 e contou com duas mil pessoas.

Num manifesto escrito e difundido pelos internacionalistas bakuninistas uruguaios em 1875¹², evidencia-se a noção, sustentada pela totalidade dos membros da Internacional, de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores e que o caminho para esta emancipação deverá ser, seguindo o exemplo de outros países, fortalecer a AIT:

Quem melhor e com mais boa-fé que nós mesmos pode destruir a exploração criminosa a que vivemos condenados? Pois bem: somente nós devemos defender nossos interesses e nossa redenção deve ser obra de nós mesmos. [...] A nós cumpre continuar e propagar a obra da Associação Internacional dos Trabalhadores para, deste modo, fazer solidários nossos esforços e realizar o imediato triunfo de nossa causa: o trabalho. [...] Unamo-nos e marchemos associados todos nós, que sofremos as funestas consequências de um transtorno tão triste [...] e para isso bastamos nós, não duvidais; provas muito evidentes disso nos dão os rápidos progressos, os benéficos resultados que em poucos anos houve na Inglaterra, na Alemanha, na Suíça, na Itália, na França, na Espanha, nos Estados Unidos, em todo o mundo a Associação Internacional dos Trabalhadores, a qual, há muito tempo, em todo o resto do mundo, volta com nobre interesse seus olhos para a triste situação do trabalhador, onde quer que se encontre, estendendo sua mão amiga, fraternal e convidando-lhes a participar da tarefa comum. (*apud* Muñoz, 1956, pp. 23-24)

Em setembro de 1876, este núcleo fundou a Federación Regional de Montevideo (FRM) e, por meio da Federación Española da AIT, solicitou sua incorporação formal à associação, durante o IX Congresso da Internacional Anti-autoritária, realizado em Verviers, em setembro de 1877. (Nettlau, 1926; Rama, 1967, p. 59) A federação ale-

12 O manifesto possui data de 7 de julho de 1875 e foi assinado por Martínez y Segovia, Juan Zavala, Pedro Sabater, Esteban Anduerza, José Vilavoa, Modesto Gómez, Domingo Marañón, Francisco Galcerán e Colomé Abbas. Foi difundido no Uruguai e também no México, por meio do periódico *El Socialista*. Tais informações, assim como o manifesto na íntegra, encontram-se em Muñoz, 1956.

gava, naquela ocasião, contar com seis escritórios organizados, cinco seções e dois mil sócios permanentes; seu ingresso foi aprovado naquele mesmo congresso. (Muñoz, 1956, p. 25)

Ainda que haja referência, desde 1875, ao nome da Federación Regional de la República Oriental de Uruguay (FRROU) – expressando, segundo Mechoso (2011, pp. 48-49), possivelmente, uma intenção organizativa de nível nacional, em função do aparecimento de sindicatos no interior do país –, esta federação não possuía, ainda, existência formal. Foi apenas em 1878, conforme informação de José Ingenieros, que a FRROU consolidou-se, substituindo definitivamente a FRM e passando a editar o periódico *El Internacional*.¹³

No México, a fundação e a trajetória da Internacional foram conhecidas e discutidas pelos dirigentes do movimento popular mexicano, marcando-os profundamente. Em 1869, Villanueva – membro de La Social, grupo articulado por Rhodakanaty fundado alguns anos antes e que naquela altura já era anarquista – editou num folheto os acordos do Congresso de 1866 da AIT ocorrido em Genebra, mesmo ano em que apareceram no semanário *El Socialista* informes do Conselho Geral, dos congressos e das seções europeias da Internacional. (Rama, 1967, p. 56) As associações de trabalhadores deste período, o Círculo Proletário, de 1869, e o subsequente Gran Círculo de Obreros México, de 1870, foram influenciadas diretamente pelos membros de La Social e pela Internacional. (Hart, 1987, pp. 46-47)

Ainda que, desde 1872, correspondentes do movimento operário uruguaio refram-se à La Social como “seção mexicana da Associação Internacional dos Trabalhadores”, há evidências de que foi somente depois de sua rearticulação, em 1876, que ela constituiu oficialmente uma seção da Internacional Anti-autoritária. (Rama, 1967, p. 57) A presença no país, em 1873, de Carlos Sanz – espanhol de Barcelona,

13 É interessante notar que, se as informações de José Ingenieros – que constam no *Almanaque Socialista de La Vanguardia para 1899*, publicado em 1898 (Muñoz, 1956, p. 26) – estiveram corretas, a Federación Regional de la República Oriental de Uruguay de la Asociación Internacional de los Trabajadores foi conformada depois de 1877, quando, em geral, se considera o fim da Internacional Anti-autoritária. Tratar-se-ia, assim, de uma seção tardia da AIT, posterior mesmo ao momento de refluxo na Europa e dando, em alguma medida, continuação à obra internacionalista na América Latina.

amigo de Rafael Farga-Pellicer (membro da Aliança bakuninista e da Internacional) – parece também ter influenciado o movimento local, assim como as viagens posteriores que ele realizou à Argentina e ao Uruguai. (Nettlau, 1926) Inclusive, as disputas que cindiram a AIT em Haia fizeram-se sentir no México, como foi o caso do Primeiro Congresso Obrero Permanente, ocorrido em 1876 na Cidade do México, que opôs os anarquistas aos socialistas. (Cappelletti, 1990, p. clxxxii)

Chile e Brasil, distintamente dos mencionados casos de Cuba, Argentina, Uruguai e México, não possuem experiências mais duradouras ou de significativa influência da AIT nas décadas de 1870 e 1880. Terão, por esta e outras razões, um movimento sindicalista revolucionário e anarquista mais tardio do que nos mencionados países e com influências distintas.¹⁴

Certamente houve contatos por distintos meios entre trabalhadores brasileiros e chilenos e os internacionalistas, e mesmo tentativas de estabelecimento de núcleos da Internacional nesses países. Tanto Bao (1988) quanto Godio (1979) afirmam ter havido núcleos da AIT em ambos os países. No caso do Chile, Bao (1988) coloca que, em 1872, Eduardo de la Barra foi responsável pela criação deste núcleo, e Rama (1967, p. 60) sustenta que a Internacional tornou-se conhecida por meio de contatos pessoais entre trabalhadores e pela chegada de material de

14 Ao passo que em Cuba, no México, na Argentina e no Uruguai, tanto o sindicalismo revolucionário como o anarquismo constituem-se plenamente entre os anos 1870 e 1880, nos casos do Chile e do Brasil constituir-se-ão somente anos mais tarde, adquirindo expressão relevante apenas nos início do século XX. Além disso, nos quatro países citados, a influência determinante nesta constituição foi da Federación Regional Española (FRE), que era membro da Internacional. (Cappelletti, 1990) No Chile, o sindicalismo revolucionário, apesar de previamente existente, fortaleceu-se com a criação da seção dos Industrial Workers of the World (IWW), em 1919. (Cappelletti, 1990, p. lxxxviii) Organismo fundado originalmente nos Estados Unidos, em 1905, o IWW teve considerável influência no mundo anglófono e, curiosamente, não se difundiu muito na América Latina; constituem exceções este caso chileno e o contato fronteiriço com os mexicanos, no contexto da revolução de 1910. No Brasil, o sindicalismo revolucionário será influenciado, especialmente no Primeiro Congresso Operário, de 1906, e nas experiências que dele derivam, pela Confédération Générale du Travail (CGT), fundada na França, em 1895, e que teve influência marcante no mundo hispano-lusófono. (Corrêa, 2014a) Ainda assim, não se pode negar que houve também alguma influência, mesmo que menor, da Federación Obrera Regional Argentina (FORA); articulando-se a partir de 1901, seu modelo inspirou, dentre outros casos, a militância de zonas portuárias, como no caso dos sindicalistas de Santos e de regiões fronteiriças do cone sul.

propaganda. No caso do Brasil, Nettlau (1926) menciona a existência de troca de correspondência entre internacionalistas europeus e militantes do Rio de Janeiro, e Muñoz (1956) aponta que, em suas viagens de propaganda, o internacionalista bakuninista platense A. Juanes passou pelo Rio de Janeiro em 1872. Ainda assim, parece certo que não houve maiores desdobramentos destes contatos em ambos os países e o cruzamento de fontes permite considerar imprecisa ou exagerada a afirmação de Muñoz (1956, p. 26) sobre a existência de seções da Internacional em Santiago e Valparaíso e de “várias seções” no Brasil ainda em 1875.

Rama (1967, pp. 59-60), buscando refletir acerca do porquê da particularidade dos casos chileno e brasileiro – visto que, conforme sua tipologia, fazem parte dos países que são independentes, urbanizados, com grande imigração e presença de novas ideias – identifica alguns elementos que podem explicar tal diferença. Em relação ao Chile, considera fatores complicadores tanto seu isolamento geográfico relativo, que lhe proporcionou menos contatos com a AIT que os países com saída para o Atlântico, como a Guerra do Pacífico, que envolveu o país de 1874 a 1883. Em relação ao Brasil, aponta a existência tardia da escravidão e do império, que teriam consumido esforços progressistas em geral até o fim dos anos 1880. Ao que parece, a questão do idioma também complicou a penetração da Internacional no Brasil. Se não houve, conforme alguns esperavam, uma influência por parte de Portugal, que havia fundado sua seção da AIT em 1871, também não foi possível um estímulo mais duradouro vindo das experiências latinas de países de fala hispânica.

Realizando um balanço da história da Internacional na América Latina, Carlos Rama enfatiza:

Se fosse necessário estabelecer um tipo de balanço conclusivo deste ciclo da Internacional na América Latina, poder-se-ia dizer que ele foi historicamente positivo. O movimento operário, até então incipiente e quase reduzido aos moldes do mutualismo e da sociedade de ofícios, em vários países adquire a maturidade que o capacita para encarar sua organização de maneira mais permanente e firme. Assim como na Europa, estes centros operários são verdadeiras “academias”

onde se discutem as novas e revolucionárias ideias do socialismo mundial da década de 1860. Destes núcleos partirá praticamente todo o movimento operário da segunda metade do século XIX nos países mais adiantados da América Latina, até constituir as grandes federações dos primeiros anos do século XX e os primeiros partidos socialistas e ateneus libertários e influenciar o movimento cultural dos fins do século de Santiago até Havana. (Rama, 1967, p. 61)

Conforme aponta o autor, a AIT na América Latina contribuiu com a radicalização das primeiras experiências organizativas dos trabalhadores e estimulou a criação dos primeiros sindicatos na região, em geral adeptos do sindicalismo de intenção revolucionária. Os desdobramentos locais da Internacional permitiram não apenas a associação dos trabalhadores para resistir aos diversos tipos de dominação que os afetavam e o fortalecimento da luta de classes, mas também a criação de um conjunto de espaços de educação popular, em que os trabalhadores puderam conhecer o socialismo moderno e, em meio às discussões de ideias e práticas de luta, constituir-se como classe trabalhadora organizada. Nesse sentido, a Internacional foi, mais propriamente, uma das ferramentas que contribuiu sobremaneira com o processo de autoconstituição da classe trabalhadora latino-americana.

Anarquismo e Sindicalismo de intenção revolucionário: América Latina e Brasil

O anarquismo surgiu na América Latina ao longo dos anos 1870 e logo se tornou a mais destacada corrente político-doutrinária entre os trabalhadores organizados naquele segundo momento do socialismo na região e durante o início do quarto período histórico posterior à colonização. Suas primeiras experiências coformaram-se na América Branca, em maior medida no Uruguai, mas também na Argentina, e na América com forte presença étnico-racial negra e indígena, particularmente no México.

Seu processo de enraizamento resultou da conciliação entre a ação de um conjunto de sujeitos sociais e um contexto conjuntural e estrutural determinado. Numa tentativa de contribuir com alguns elementos explicativos deste processo, Steven Hirsch (2011) coloca:

Primeiro, a imprensa anarquista teve um papel central na construção das redes anarquistas transnacionais. Além disso, ela colaborou com a promoção e a coordenação transnacional da solidariedade anarquista. Segundo, os movimentos anarquistas na América Latina conectaram-se pela mobilidade de ativistas e adeptos da classe trabalhadora nos centros urbanos, ao longo das linhas marítimas, transpondo as fronteiras e dentro das nações e entre elas. Frequentemente, essa mobilidade foi catalisada pelos fluxos de capital e/ou pela repressão de Estado. Terceiro, [...] o compromisso anarquista tanto com o internacionalismo quanto com o interesse pelas condições locais e regionais. (Hirsch, 2011, pp. 8-9)

Nesta perspectiva, pode-se dizer que a mobilidade permitiu conexões entre anarquistas latino-americanos e de outros continentes, e mesmo entre os próprios latinos, por meio das visitas e das mudanças permanentes de militantes. Estas relações também foram fortalecidas pela comunicação não presencial, especialmente com *as cartas e publicações* como livros, jornais, panfletos. A imprensa teve papel fundamental, ao fortalecer a formação de redes internacionais e coordenar a solidariedade entre anarquistas e movimentos de trabalhadores.¹⁵

A mobilidade, a imprensa, as trocas de cartas e publicações dos anarquistas na América Latina foram possibilitadas, ainda de acordo com Hirsch, por uma infraestrutura de transportes e comunicação construída na esteira do desenvolvimento capitalista e estatista na região. Houve, deste modo, *condições estruturais* significativas que, estabelecidas pelos inimigos de classe dos anarquistas, terminaram sendo subvertidas

15 Em relação às localidades que ainda não contavam com imprensa anarquista, Nettlau (1926) enfatiza: “no passado, onde os periódicos, publicados em poucas e grandes cidades, não haviam ainda penetrado, a ideia era difundida com base naquilo que os primeiros propagandistas tinham em mente, estimulada por panfletos, livros ou periódicos da Espanha, da Itália etc. que haviam sido trazidos com eles ou mesmo que haviam sido conseguidos por eles.”

e utilizadas como meios de difusão do próprio anarquismo. A estas condições somaram-se outras, em especial concernentes às formações econômicas, políticas e culturais da região, mas, principalmente, às relações de dominação que atravessavam todas as esferas sociais e que resultavam em enormes desigualdades e privilégios.

Naquele cenário, um conjunto de trabalhadores imigrantes e locais instituiu, por meio de sua iniciativa e ação – na relação com outros trabalhadores (latinos e não latinos, anarquistas e não anarquistas) e com experiências de lutas, resistências e movimentos – uma inovadora cultura política no país, que se apoiava em componentes doutrinários e ideológicos de pensamento e ação. Baseados na consciência crítica das dominações e na vontade de transformação social, estes trabalhadores passavam, assim, a promover o anarquismo que, em algum tempo, espalhar-se-ia pelo subcontinente e atingiria ampla influência nas organizações e conflitos das classes dominadas latino-americanas.

No início dos anos 1870 é clara a presença de núcleos anarquistas em ambas as margens do Prata. Desde então, e durante mais de meio século, o anarquismo tem uma ampla e acidentada história em muitos dos países latino-americanos. Em alguns deles, como na Argentina e no Uruguai, conseguiu a adesão da maior parte da classe trabalhadora, por meio de sindicatos e sociedades de resistência, durante várias décadas. Em outros, como no México, desempenhou um papel importante, inclusive na história política e nas contendas armadas do país. No Chile e no Peru, foi, sem dúvidas, o iniciador das lutas da classe trabalhadora em sua dimensão revolucionária. (Cappelletti, 1990, p. ix)

Quando se considera o anarquismo como “mais destacada corrente político-doutrinária” daquele momento entre os trabalhadores organizados, tal afirmação vai no mesmo sentido do que apontam diferentes autores, na maior parte dos casos alinhados à outras concepções ideológicas. (Hall e Spalding, 2009, pp. 297-311; Godio, 1979, pp. 43-44; Bao, 1988, p. 93; Alexander, 1967, p. 30; Vitale, 1998, p. 8) Tais autores consideram que houve uma hegemonia do anarquismo entre

estes trabalhadores latino-americanos, a qual se estendeu pelo menos do período da Internacional (anos 1870) ao período de bolchevização da Revolução Russa (início dos anos 1920).

No entanto, para que esta hegemonia seja compreendida, inclusive nestas obras, é necessário um ferramental conceitual que está ausente em grande parte dos estudos que abordam o anarquismo. Isso porque tal conclusão assenta-se na definição anteriormente exposta, de que o sindicalismo de intenção revolucionária – especialmente em suas duas mais relevantes modalidades, o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo – constituem estratégias históricas do anarquismo.¹⁶ (Corrêa, 2011a, 2014a)

Em acordo com este argumento, cumpre notar que não é coincidência o fato de que a principal forma de atuação dos anarquistas latino-americanos no período estudado – que certamente se somam a inúmeras outras, de maior ou menor relevância – tenha sido esta estratégia sindical, levada a cabo em maior medida nas regiões urbanas, mas também nas rurais. Segundo este enfoque, sustenta-se que o modo como, normalmente, se distinguem anarquismo de anarcossindicalismo (Hall e Spalding, 2009) ou anarquismo de sindicalismo revolucionário (Toledo, 2004), entre outras distinções, não se sustentam diante de um exame lógico e histórico mais rigoroso.

De acordo com o que foi discutido, pode-se também afirmar que o anarquismo latino-americano emerge de uma radicalização do socialismo da primeira geração, em cujo processo influiu a obra de Proudhon, mas, principalmente, a práxis da Primeira Internacional e de sua continuidade federalista pós-1872, a Internacional Anti-autoritária. A AIT contribuiu, na América Latina, com a passagem das sociedades de socorros mútuos às sociedades de resistência, dando início ao sindicalismo de intenção revolucionária, em meio ao qual o anarquismo destacou-se como força hegemônica; este tipo de sindicalismo, e mais

16 Desta forma, quando se trata aqui de anarquismo, considera-se que ele abarca tudo aquilo que a literatura em geral chama – em especial no que tange à América Latina dos anos 1870 aos anos 1920 – de anarquismo, anarcocomunismo, anarcossindicalismo e sindicalismo revolucionário.

especificamente o sindicalismo revolucionário, foi, como colocado, a mais relevante estratégia anarquista na região.

Ainda em concordância com Hirsch (2011), pode-se dizer que a penetração e a difusão da práxis do anarquismo latino-americano ocorreram graças ao internacionalismo anarquista que, levado seriamente em conta por aquele conjunto de trabalhadores, tanto teórica quanto praticamente, motivou “fluxos supranacionais e multidirecionais de ideias, discursos, recursos e ativistas”, além de “interações e conexões organizacionais e pessoais formais e informais”.

Foram estes fluxos, estas interações e conexões que, em nível mundial, deram ao anarquismo seu caráter global e transnacional. No caso da América Latina, como nos outros casos particulares, esta dimensão global-transnacional não pode ser ignorada, pois é ela que possibilita uma compreensão das características supranacionais do anarquismo. Ao mesmo tempo, ela pode, e mesmo deve ser complementada por outras dimensões, em particular aquelas nacionais e subnacionais, pois são elas que permitem um entendimento das particularidades locais do anarquismo. Afinal, o anarquismo latino-americano envolve, em sua formação, elementos internacionais, nacionais e locais, em meio aos quais a influência europeia certamente se faz sentir, mas a qual é, ao mesmo tempo, atravessada por elementos próprios das tradições nacionais e locais de luta e resistência popular.

Na América Latina, o anarquismo com certeza foi altamente influenciado pelas ideias e práticas europeias, as quais marcaram, em grande medida, a trajetória da Internacional. Houve, indubitavelmente, contribuições europeias – especialmente da Espanha, mas também, ainda que em menor medida, da Itália, de Portugal e da França. Entretanto, isso não significa que o anarquismo possa ou deva ser caracterizado como uma ideologia eurocêntrica, cuja experiência estaria marcada por uma difusão unidirecional, do centro do mundo capitalista para suas periferias; “interpretar esse fato [a influência europeia] como um sinal de deficiência”, nos mencionados termos, “parece mais uma demonstração de estupidez”. Isso porque, “as ideias são menos produtos do que organismos e, como tais, devem adaptar-se ao novo meio e, fazendo isso, modificar-se em maior ou menor medida”.

Nesta adaptação e modificação do anarquismo latino-americano, houve contribuições expressivas das lutas e resistências autóctones e anteriores, as quais não apenas enriqueceram seus próprios conteúdos, mas que também demonstraram sua capacidade de adequação a diferentes contextos:

O anarquismo [na América Latina] não foi somente a ideologia das massas operárias e camponesas paupérrimas que, chegando ao novo continente, se sentiram despojadas em sua esperança de uma vida melhor e vieram modificar a opressão das antigas monarquias pela, não menos pesada, opressão das novas oligarquias republicanas. Ele foi, muito rapidamente, o modo de ver o mundo e a sociedade que também era adotado pelas massas autóctones e indígenas, desde o México até a Argentina, desde Zalacosta em Chalco até Facón Grande na Patagônia. Notou-se, poucas vezes, que a doutrina anarquista do coletivismo autogestionário, aplicada à questão agrária, coincidia de fato com o antigo modo de organização e de vida dos indígenas do México e do Peru, anterior não somente ao imperialismo espanhol, mas também ao imperialismo dos astecas e dos incas. Na medida em que os anarquistas conseguiram atingir os indígenas, não tiveram de inculcar-lhes ideologias exóticas, mas somente tornar conscientes as ideologias camponesas ancestrais do “capul” e do “ayllu”. (Cappelletti, 1990, pp. x-xi)

Este projeto internacionalista, como se pode observar, mesclou dimensões globais-transnacionais, nacionais e subnacionais, e promoveu, por meio de princípios compartilhados com outros anarquistas, alternativas políticas que pretendiam dar conta das particularidades encontradas em cada contexto; isso certamente esteve por trás da possibilidade que o anarquismo encontrou de fortalecer-se, crescer e potencializar sua influência.

Deve-se apontar que tal argumento possui diferenças substanciais com os principais estudos do anarquismo na América Latina; tanto em relação àqueles que sustentam ser o anarquismo um fenômeno completamente importado da Europa (maioria), quanto àqueles que defendem ser o anarquismo uma constituição puramente nacional/local

(minoria). Ele alinha-se, deste modo, à conclusão que “os movimentos anarquistas na América Latina, contrariamente à literatura acadêmica tradicional, não foram extensões unidirecionais dos movimentos europeus e nem fenômenos sociopolíticos separados.” (Hirsch, 2011, p. 8)

Quando se fala do caso específico do Brasil, cumpre destacar que este país insere-se, como um ator de peso, na experiência histórica do anarquismo latino-americano. Em linhas muito gerais, e com base em distintos autores (Samis, 2004; Silva, 2012; Cappelletti, 1990, pp. cxii-cxliv), considera-se que, no Brasil, o anarquismo emergiu, algumas décadas depois dos países precursores da região, entre os fins do século XIX e início do século XX, como resultado de uma variedade de experiências de luta e resistência dos oprimidos, que vão desde greves e revoltas populares (algumas ainda no período da escravidão) até colônias agrícolas/experimentais e produções artísticas/culturais.

Conforme sustentado, em acordo com Rama (1967, pp. 59-60), este momento relativamente tardio de surgimento do anarquismo no país parece explicar-se, dentre outros fatores, pelo contexto social daquela segunda metade do século XIX, marcado profundamente pela sistema escravocrata e pelo Império, e pela falta de uma articulação mais duradoura da militância brasileira com a Internacional, a qual pode ter sido prejudicada em função das diferenças de idioma e culturais.

Como em outros países da América Latina, o anarquismo brasileiro foi profundamente impactado pelo anarquismo europeu, tanto em função da presença de imigrantes, quanto das trocas de cartas e publicações. Ao mesmo tempo, também como em outros países, ele seguramente envolveu trabalhadores locais, muitos dos quais haviam tido experiências prévias de envolvimento em conflitos sociais. Sua principal estratégia de atuação durante a Primeira República foi o sindicalismo revolucionário.

Contudo, distintamente da maioria dos países latino-americanos, inspirados majoritariamente pelas referências espanholas, o sindicalismo revolucionário brasileiro conformou-se notadamente sob a influência do modelo da Confédération Générale du Travail (CGT) da França, a qual atuou sob influência libertária entre 1895 e a Primeira

Guerra, e cujo modelo teve penetração em Portugal e em outros países. (Samis, 2004, 2009a; Addor, 2002; Corrêa, 2011a) Ainda assim, depois de conformado, o anarquismo no Brasil teve também influências, mesmo que minoritárias, do anarcossindicalismo da Federación Obrera Regional Argentina (FORA).

Movimentos de influência em sentido contrário (do Brasil para a Europa) também podem ser identificados. Um dos exemplos foi o dos imigrantes que, tendo-se formado na tradição anarquista no Brasil, tiveram a oportunidade de voltar a seus países de origem e lá influenciar o desenvolvimento do anarquismo; a este respeito, é notável o caso do português Neno Vasco. (Samis, 2009a)

Posterior à sua constituição, o anarquismo brasileiro teve uma existência constante no país, entre enormes fluxos – como sua hegemonia durante a Primeira República, reconhecida inclusive por autores marxistas como Ricardo Antunes (2003, pp. 41-42) – e intensos refluxos – destacadamente durante a ditadura civil-militar de 1964-1985.

De qualquer modo, não se pode negar que o anarquismo e sua principal estratégia histórica, o sindicalismo de intenção revolucionária, tiveram um enorme destaque na história da luta de classes brasileira como veremos no presente livro.

Referências bibliográficas

ADDOR, Carlos A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

ALEXANDER, Robert J. *El Movimiento Obrero en America Latina*. Cidade do México: Roble, 1967.

ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BAO, Ricardo Melgar. *El Movimiento Obrero Latino-Americano*. Madri: Alianza, 1988.

- BERTHIER, René. *Philosophie Politique de l'Anarchisme. Essai sur les fondements théoriques de l'anarchisme*. Paris: Monde Nouveau, 2008.
- CAPPELLETTI, Angel. "Anarquismo Latinoamericano". In: RAMA, Carlos (org.) *El Anarquismo en America Latina*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1990.
- COÊLHO, Plínio et all. (Orgs). *História do Anarquismo*. São Paulo: Imaginário/ Faísca, 2008.
- CORRÊA, Felipe. *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo, Faísca, 2011a.
- _____. *Bandeira Negra: rediscutindo o anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2014b.
- CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V.; SILVA, Alessandro S. *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2014c.
- COSTA, Caio. *O que é Anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DANTON, José Antonio Gutiérrez. *Los Orígenes Libertarios del Primero de Mayo: de Chicago a América Latina (1886-1930)*. Santiago: Quimantú, 2010.
- DE JONG, Rudolf. *A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária*. São Paulo: Faísca, 2008.
- DE MARIA, Mariana M. *Em Busca de uma América Possível: nação, soberania e federalismo no pensamento de Simón Bolívar e Juan Bautista Alberdi*. Ouro Preto, UFOP (Dissertação de mestrado), 2011.
- DOLGOFF, Sam. *A Relevância do Anarquismo para a Sociedade Moderna*. São Paulo: Faísca, 2005.
- ELTZBACHER, Paul. *The Great Anarchists: ideas and teachings of seven major thinkers*. Nova York: Dover, 2004.
- ENCKELL, Marianne. "A AIT: a aprendizagem do sindicalismo e da política." In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- ERRANDONEA, Alfredo. *Sociologia de la Dominación*. Montevideo/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989.
- FALCÓN, Ricardo. *Los Orígenes del Movimiento Obrero (1857-1899)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.
- FERNÁNDEZ, Frank. *El Anarquismo en Cuba*. Madri: Fundación Anselmo Lorenzo, 2000.
- GODIO, Julio. *Historia del Movimiento Obrero Latinoamericano*. Buenos Aires: El Cid, 1979.
- GODOY, Clayton Peron. *Ação Direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo – São Paulo, 2013.
- GUÉRIN, Daniel. *O Anarquismo: da doutrina à ação*. Rio de Janeiro: Gernival, 1968.
- GUILLAUME, James. *L'Internationale: documents et souvenirs*. 4 vols. Paris: Gérard Lebovici, 1985.
- _____. *A Internacional: documentos e recordações*. Vol. I. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009a.
- _____. "A Internacional dos Trabalhadores: de sua fundação até o Congresso da Basileia". In: *Anarkismo.net*, 2009b.
- HALL, Michael; SPALDING JR, Hobart. "A Classe Trabalhadora Urbana e os Primeiros Movimentos Trabalhistas na América Latina, 1880-1930". In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*, vol. 4. *De 1870 a 1930*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- HART, John. *Anarchism and the Mexican Working Class (1860-1931)*. Austin: University Of Texas Press, 1987.
- HIRSCH, Steven. "Without Borders: reflexions on anarchism in Latin America". In: *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe (E. I. A. L.)*, vol. 22, 2011.
- HOROWITZ, Irving. *Los Anarquistas. Vol. I. La teoria*. Madri: Alianza, 1982.
- JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.
- LEVAL, Gaston. *Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2007.
- LÓPEZ, Fabio López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiame, 2001.
- LORENZO, Anselmo. *El Proletariado Militante*. Madri: Alianza, 1974.
- MARSHALL, Peter. *Demanding the Impossible: a history of anarchism*. Oakland: PM Press, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MCKAY, Iain. *An Anarchist FAQ*. Vol. I. Oakland: AK Press, 2008.

MECHOSO, Juan C. *Acción Directa Anarquista: una história de FAU*. Tomos I, II, III e IV. Montevideo: Recortes, 2011, 2005, 2006, 2009.

MELTZER, Albert. *Anarchism: arguments for and against*. Oakland: AK Press, 1996.

MELTZER, Albert; CHRISTIE, Stuart. *Anarquismo y Lucha de Clases*. Buenos Aires: Proyección, 1970.

MINTZ, Frank. *Anarquismo Social*. São Paulo: Faisca, 2006.

MULLER, Alfredo Gómez. *Anarquismo y Anarcosindicalismo en América Latina: Colombia, Brasil, Argentina, México*. Medellín: La Carreta, 2009.

MUÑOZ, Vladimir. “El Anarquismo en el Uruguay hasta 1900”. In: *Solidaridad*, Montevidéo, 1956.

NETTLAU, Max. *Miguel Bakunin, la Internacional y la Alianza en España. 1868-1873*. Madri: Piqueta, 1977.

_____. *História da Anarquia*. 2 vols. São Paulo: Hedra, 2008/no prelo.

PRICE, Wayne. *Revolutionary Class-Struggle Anarchism*. Fordsburg: Zabalaza Books, 2008.

RAMA, Carlos. *Historia del Movimiento Obrero y Social Latinoamericano Contemporáneo*. Buenos Aires / Montevidéo: Palestra, 1967.

_____. “El Utopismo Socialista en America Latina”. In: *Utopismo Socialista*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.

SANTOS, Kauan Willian dos. “Paz entre Nós, Guerra aos Senhores”: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas *Guerra Sociale* e *A Plebe* na segunda década do século XX em São Paulo. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo – Guarulhos/São Paulo, 2016.

SAMIS, Alexandre. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva”. In: COLOMBO, Eduardo et al (Orgs.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

_____. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009a.

_____. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.

SILVA, Jorge. “O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as Primeiras Lutas Operárias”. In: *Instituto de Teoria e História Anarquista*, 2012.

SILVA, Rafael Viana da. *Os Revolucionários Ineficazes de Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo*. São Paulo: Faisca Publicações, 2014.

SKIRDA, Alexandre. *Facing the Enemy: a history of anarchist organization from Proudhon to May 1968*. Oakland: AK Press, 2002.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

VAN DER WALT, Lucien. “(Re)Construindo um Cânone Anarquista e Sindicalista Global”. In: Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013.

_____. “Revolução Mundial: para um balanço dos impactos, da organização popular, das lutas e da teoria anarquista e sindicalista em todo o mundo”. In: FERREIRA, Andrey. *Pensamentos e Práticas Insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo do século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016a.

_____. “Fora das Sombras: a base de massas, a composição de classe e a influência popular do anarquismo e do sindicalismo”. In: FERREIRA, Andrey C. *Pensamentos e Práticas Insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo do século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016b.

_____. “Global Anarchism and Syndicalism: theory, history, resistance”. *Anarchist Studies*, vol. 24, num 1, 2016c.

VAN DER WALT, Lucien; HIRSCH, Steven (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010a.

_____. “Rethinking Anarchism and Syndicalism: the colonial and postcolonial experience, 1870-1940.” In: *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010b.

_____. “Final Reflections: the vicissitudes of anarchist and syndicalist trajectories, 1940 to the present.” In: *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010c.

VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, Michael. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.

VITALE, Luis. *Contribución a una Historia del Anarquismo en América Latina*. Santiago: IIMS Pedro Vuskovic, 1998.

WALTER, Nicolas. *Do Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2000.

WOODCOCK. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. 2 vols. Porto Alegre: LP&M, 2002.

“I Senza Patria”: padrões de difusão transnacional do movimento anarquista e sua recepção em São Paulo

Clayton Peron Franco de Godoy

Doutor em Sociologia
Universidade de São Paulo

Entre os dias 24 de novembro e 21 de dezembro de 1898, na cidade de Roma, na Itália, ocorreu uma reunião secreta entre delegações de 21 países europeus. Além do país anfitrião, estiveram representados Portugal, Alemanha, Inglaterra, França, Espanha, Rússia, Austro-Hungria, entre outros. A “Conferência Internacional de Roma para a Defesa Social contra o Anarquismo”, tal como foi denominada, teve como motivação básica o enfrentamento do chamado terrorismo anarquista, acusado dos magnicídios recentes do primeiro-ministro espanhol Antonio Cánovas del Castillo, em 8 de agosto de 1897, e da imperatriz Elisabeth da Áustria, em 10 de setembro de 1898. Atentados anarquistas à base de explosivos também haviam ultimamente atingido lugares de frequência pública burguesa e popular, como teatros e restaurantes, contribuindo para o adensamento de um clima de insegurança social - principalmente em Barcelona e em Paris. Os 54 participantes presentes na conferência - diplomatas, burocratas e chefes de polícia - dividiram-se em diversos comitês, a fim de debater os três temas do programa: a definição de um conceito de anarquismo, a adoção de disposições legislativas de combate ao movimento e a orquestração de medidas administrativas e policiais de prevenção e de punição de atentados anarquistas.

A conferência averbou em seus registros oficiais a definição do “ato anarquista” como “qualquer ato tendo como seu objetivo a destruição, por meios violentos, de toda a organização social” e, consequentemente, definiu o anarquista como o indivíduo praticante de tal ato. (JENSEN, 1981, p. 327) O protocolo final da reunião manifestou em suas resoluções a necessidade de adoção de medidas legislativas

nacionais que coibissem a divulgação de propaganda anarquista, o amparo aos seus ativistas ou a filiação às suas associações; que proibissem e punissem a posse e o uso de explosivos em atos violentos; que enquadrassem criminalmente a expressão de apoio ou a execução de atos anarquistas. Entre as medidas administrativas e policiais a serem concretizadas indicou a instalação de agências nacionais para a vigilância dos anarquistas, a necessidade de intensificação do fluxo comunicacional entre as polícias europeias e a adoção de práticas preventivas e punitivas que deveriam recobrir desde métodos de identificação criminal até a extradição de ativistas por crimes políticos. (JENSEN, *Op. cit.*; JENSEN, 2009; DEFLEM, 2005)

Embora não possuísse efeitos vinculantes e tenha apresentado poucos resultados práticos no que concerne à efetiva colaboração internacional, a Conferência de Roma pode ser computada como uma das muitas tentativas de articulação de uma cooperação sistemática entre vários Estados nacionais para fazer frente ao movimento anarquista no período pós-Comuna de Paris.

Trago o episódio à tona para indicar que essa tentativa internacional implicou, logicamente, o reconhecimento do anarquismo como ator sociopolítico para além de fronteiras nacionais. Em outras palavras, o acontecimento é indicativo do prestígio alcançado pelo movimento mesmo entre seus adversários contemporâneos: uma rede amorfa e indefinida que cruzava fronteiras e que, portanto, necessitava de estratégias concertadas por parte dos Estados-nação para combatê-la. A própria dificuldade em estabelecer um solo comum, internacional, ao enfrentamento do ativismo anarquista é um indicador significativo da ausência de instâncias transnacionais capazes de lidar com essa realidade do movimento.

De fato, na passagem do século XIX para o século XX, o anarquismo configurou-se como um movimento transnacional caracterizado por redes complexas, heterogêneas e policêntricas de contatos pessoais e interorganizacionais, responsáveis pela circulação de ideias, informações, recursos, formas de ação, artefatos culturais e, eventualmente, pela colaboração em eventos políticos e campanhas temporárias ou permanentes.

O artigo é dedicado ao exame desse processo para um estudo de caso específico. A primeira seção identifica dois mecanismos de sua difusão global, a atuação de mediadores (*brokers*) e o transnacionalismo linguístico, elementos essenciais para a circulação de práticas tais como modelos de organização e canais de comunicação em âmbito global. A segunda seção esclarece o funcionamento desses dois mecanismos para o caso da localidade de São Paulo no período compreendido entre 1892 e 1914. A última seção resgata os principais resultados das seções precedentes e constrói um argumento geral para o caso estudado.

O padrão de difusão do anarquismo: atuação de *brokers* e transnacionalismo linguístico

No período compreendido entre os anos de 1870 e 1914, o movimento anarquista constituiu-se como uma relativa novidade no cenário político europeu - assim como, em geral, todos os movimentos sociais autônomos declaradamente baseados nas clivagens de classe. Foi, segundo Benedict Anderson, “o principal veículo de oposição global ao capitalismo industrial, à autocracia, ao latifúndio e ao imperialismo.” (ANDERSON, 2005, p. 54)

Na primeira década do século XX, já havia logrado difundir-se em praticamente todas as partes do globo: Américas, Ásia e África. Essa difusão ocorreu principalmente nos centros urbanos mais dinâmicos e industrializados de cada país¹⁷. Nas zonas rurais, atingiu

17 Em Portugal, o anarquismo difundiu-se primeiramente nos centros urbanos e regionais de Lisboa, Coimbra e Porto. Foi a partir de Lisboa, cidade mais industrializada do país ao final do século XIX, que o anarquismo penetrou nas organizações de classe portuguesas (cf. SAMIS, 2009). Na Itália, além de Roma, o anarquismo deitou raízes em importantes centros industriais do norte, nas regiões do Vêneto (Veneza), Emília-Romanha (Bolonha), Ligúria (Gênova), Lombardia (Milão), Toscana (Livorno e Florença) e Piemonte (Turim). Madri e Barcelona foram as primeiras cidades espanholas a apresentarem grupos anarquistas. Em ambas foram fundadas sessões da AIT ligadas ao coletivismo bakunista, sob a influência de Giuseppe Fanelli, emissário de Bakunin na região. Na França pós-Comuna, o anarquismo adquiriu um caráter mais dinâmico sobretudo em Paris e em Lyon. Nos Estados Unidos, os grupos anarquistas in-

igualmente localidades que apresentavam ou não algum grau de desenvolvimento capitalista.¹⁸

Pode-se afirmar que a difusão do movimento anarquista do universo europeu para o continente americano foi uma consequência, em grande medida, de uma verdadeira diáspora de militantes, provocada pelas medidas repressivas adotadas pelos estados europeus no nível doméstico.¹⁹ Um fator estrutural absolutamente facilitador dessa diáspora

tensificaram sua presença em cidades como Chicago, Nova Iorque e Paterson, essa última cidade localizada em Nova Jersey (cf. ZIMMER, 2010). No Brasil, o anarquismo enraizou-se primeiramente nas cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, para só então espalhar-se para outros municípios (cf. MARAM, 1979). Na Argentina, ainda no final do século XIX, o movimento instalou-se principalmente nas cidades de Buenos Aires e de Rosario, notórios centros urbanos e industriais já naquela época (cf. SURIANO, 2001).

18 Nas zonas rurais de Florença, situada no centro da Itália, o anarquismo encontrou receptividade principalmente entre os *braccianti*, trabalhadores rurais diaristas, logo em fins da década de 1870 (cf. ROMANI, 2002). Em Nápoles, sul da Itália, o anarquismo também difundiu-se nas zonas rurais. Parte desse enraizamento pode ser creditada às incursões preliminares de Bakunin nas duas regiões: o russo morou em 1864 em Florença e entre 1865 e 1867 em Nápoles (cf. JOLL, 1977).

19 Ainda que não totalmente concertadas, as táticas dos Estados nacionais no combate ao anarquismo foram bastante similares e coetâneas. No plano legislativo, algumas regulamentações tinham a finalidade específica de impedir a mobilidade dos militantes e a difusão do movimento. Além da restrição às liberdades políticas, foram criadas legislações severas que previam a expulsão ou extradição de militantes: a lei italiana que direcionou a pena de *domicilio coatto* para crimes políticos data de 1894; Portugal editou leis específicas para coibir e expulsar anarquistas em 1896; leis de residência foram aprovadas no início do século XX nos Estados Unidos (1901), na Argentina (1902) e no Brasil (1907). No campo diplomático, dois protocolos secretos internacionais foram assinados por estados europeus. Em 1898, o protocolo final da “Conferência Internacional de Roma para a Defesa Social contra o Anarquismo” manifestou em suas resoluções a necessidade de adoção de medidas legislativas nacionais que coibissem a divulgação de propaganda anarquista, o amparo aos seus militantes ou a filiação às suas associações; que proibissem e punissem a posse e o uso de explosivos em atos violentos; que enquadrassem criminalmente a expressão de apoio ou a execução de atos anarquistas. Entre as medidas administrativas e policiais a serem concretizadas indicou a instalação de agências nacionais para a vigilância dos anarquistas, a necessidade de intensificação do fluxo comunicacional entre as polícias europeias e a adoção de práticas preventivas e punitivas que deveriam recobrir desde métodos de identificação criminal até a extradição de militantes por crimes políticos. Tal documento foi subscreto por 21 países, entre eles Itália, Portugal, Alemanha, Inglaterra, França, Espanha, Rússia e Áustria-Hungria (JENSEN, 1981; JENSEN, 2009; DEFLEM, 2005). Por sua vez, o “Protocolo de São Petersburgo”, assinado em 1904 por dez países europeus (além da Turquia, participaram somente países de origem eslava, germânica e escandinava), previa o estreitamento da comunicação entre as autoridades policiais nacionais e especificava procedimentos para a expulsão de militantes. Como o protocolo de 1898, este tampouco apresentou resultados práticos do ponto de vista da efetiva cooperação internacional. Porém, ambos são indicativos tentativas de articulação de uma cooperação sistemática entre vários Estados nacionais para fazer frente ao movimento anarquista no período pós-Comuna de Paris, do prestígio alcançado pelo movimento mesmo

foi a grande onda emigratória que varreu o continente europeu entre os anos 1870 e 1920. Essas correntes foram aproveitadas pelos militantes perseguidos em seus países de origem e, posteriormente, quando eventualmente precisavam trocar de país, em decorrência de novas perseguições nos países de primeiro destino.

Preferencialmente organizados autonomamente no nível local, os militantes anarquistas chegaram, entretanto, a experimentar formas de organização de base regional, nacional ou mesmo transnacional.²⁰ Da mesma maneira, congressos e encontros funcionaram como arenas de interação do movimento nesses diferentes níveis.

Os militantes anarquistas do final do século XIX e da primeira década do século XX apostaram bastante nas redes sociais como estruturas básicas de mobilização. Não que as organizações não tivessem importância. Apenas que, em vez de disputarem o exercício de uma “liderança organizacional”, investiam na criação e manutenção de “relações densas” entre si. (BENNETT, 2005, p. 224) O adensamento dos vínculos dessas redes foi propiciado pelo aproveitamento das melhorias tecnológicas disponíveis, que permitiram a circulação contínua e eficaz de informações, a mobilidade internacional de militantes e uma economia de recursos (em decorrência do barateamento relativo dos valores das passagens de trens e navios, de prensas e tipógrafos, de tarifas postais etc.).

As redes do ativismo anarquista incluíam os grupos de afinidade, os centros sociais, os sindicatos de orientação sindicalista revolucionária ou declaradamente anarquistas, os grupos de propaganda e, principalmente, periódicos e indivíduos.²¹ Particularmente os periódicos

entre seus adversários contemporâneos: uma rede amorfa e indefinida que cruzava fronteiras e que, portanto, necessitava de estratégias concertadas por parte dos Estados-nação para combatê-la (JENSEN, 1981).

20 Sem a pretensão de ser exaustivo, e restringindo-me ao período histórico entre 1870 e 1914, cito como exemplos: na Espanha, a Federação Anarquista da Região Espanhola (1888); na Itália, a fundação do Partido Socialista Anarquista Revolucionário Italiano durante o Congresso de Capolago, em 1891; na Alemanha, a Federação Anarquista Alemã (1903); em Portugal, a Federação Anarquista da Região Sul de Portugal (1911); na França, a Aliança Comunista Anarquista (1911) e a Federação Comunista Revolucionária Anarquista (1913) (MADRID, 2004; SAMIS, 2009.).

21 Ainda está para ser contada a história dessas relações em escala global ou mesmo regional. Um caminho promissor de investigação seria a aplicação de instrumentos metodológicos formais de análise de redes sociais, a fim de capturar as diferentes redes ou

extrapolaram suas funções usuais de veículos de propaganda, convertendo-se, nos dizeres de Turcato, em verdadeiros “comitês de correspondência” e “centros de discussão” internacionais. Não raro eram produzidos em uma localidade tendo em vista sua distribuição e circulação em outros países, como no caso de certos periódicos em italiano produzidos nos Estados Unidos que, apesar de submetidos a um público leitor local, eram feitos para circular pela Itália durante o período repressivo instalado após a ascensão de Umberto I. (TURCATO, 2007)

Diferentes padrões de colaboração, de divisão do trabalho e de integração do movimento puderam ser acionados pelos militantes através dessas redes. Os fluxos de recursos entre indivíduos e entre grupos anarquistas tinham por finalidade, entre outros objetivos, subsidiar *tours* de propaganda de militantes, auxiliar presos políticos de outras localidades ou suas famílias e contribuir para a manutenção de periódicos. A colaboração se estendia também a eventos políticos ou à promoção de campanhas permanentes, tais como campanhas antimilitaristas, pela abstenção eleitoral etc.

No período sob análise, o desempenho das redes interpessoais de mediadores (*brokers*)²², fossem cosmopolitas enraizados²³ ou ativistas diaspóricos²⁴, parece ter sido um fator de maior importância na

diversos circuitos que compuseram o movimento anarquista nesse período histórico.

22 A mediação (*brokerage*) é um mecanismo relacional indireto, pois supõe a presença de um terceiro ator, que funciona como elo entre dois atores ou lugares que não estão diretamente conectados. Por estar conectado diretamente aos outros dois atores, esse mediador (*broker*) ocupa uma posição-chave, mantendo ativos os canais de comunicação de quadros interpretativos, modelos organizacionais e de formas de ação entre lugares e atores que de outra maneira não estariam conectados (GIVAN *et al.*, 2010; TARROW, 2005).

23 Tarrow define como “cosmopolitas enraizados” (*rooted cosmopolitans*) aqueles “indivíduos e grupos que mobilizam recursos e oportunidades nacionais e internacionais para promover reivindicações em nome de atores, contra adversários externos, ou em favor de objetivos que têm em comum com os aliados transnacionais” (TARROW, 2005, p. 29). Esses ativistas transnacionais são definidos como “pessoas e grupos que estão enraizados em contextos nacionais específicos, mas que se dedicam a atividades políticas confrontacionais que os envolvem em redes transnacionais de contatos e conflitos” (*Idem, Ibid.*).

24 De acordo com Breno Bringel, o ativismo diaspórico caracteriza-se por uma “militância política marcada pela dispersão, que se produz, inclusive, de forma simultânea, em ao menos dois lugares, e que ainda que mantenha (...) uma memória privilegiada sobre o lugar de origem e um território compartilhado, não está necessariamente pautada pela territorialidade do Estado-nação ou de uma região particular do mundo, mas por um projeto político e social específico, imbuído em várias territorialidades e em múltiplas espacialidades.” (BRINGEL, 2010, p. 202)

difusão transatlântica do anarquismo. Foi secundada pelas interações das redes interorganizacionais de circulação de práticas e de modelos de organização e pela produção e circulação de informações e de teorizações, em escala internacional, efetivada por periódicos produzidos pelo próprio do movimento.

Nesse sentido, a distribuição de militantes anarquistas de origem italiana em diversas localidades do globo foi uma oportunidade para a criação ou adensamento de vínculos transnacionais do movimento, a ponto de Davide Turcato identificar nesse elemento um “transnacionalismo lingüístico.” (TURCATO, 2007) A língua dos emigrados determinou a sociabilidade internacional dos militantes, funcionando ao mesmo tempo como ponte com o exterior e como barreira no nível doméstico, dificultando, embora não impedindo, a assimilação dos emigrados anarquistas ao país de destino ou a amálgama entre as redes dos diferentes circuitos etnolingüísticos. (BANTMAN; ALTENA, 2015)

A título de exemplo, observe-se a situação da imigração italiana em três regiões nas quais o anarquismo desse ramo lingüístico teve impacto significativo²⁵. No Brasil, os imigrantes italianos ingressados no país no período entre 1894 e 1903 somaram 537.784, em um total de 852.110 imigrantes de várias nacionalidades. No período de 1904 a 1913, esse número caiu vertiginosamente: 196.521 para um total de 1.006.617 entradas. Foi quase a metade da entrada de imigrantes portugueses (384.672) e um número inferior ao de imigrantes espanhóis (224.672). (GODOY, 2013) De acordo com o recenseamento municipal de São Paulo, no ano de 1893, os imigrantes representavam 54,6% da população; de acordo com esses mesmos dados, 34% da população municipal seria de italianos. (HALL, 2004) Em Nova Jersey, nos Estados Unidos, a população migrante italiana

25 Outros ramos lingüísticos das redes transnacionais podem ser igualmente identificados, tais como o ramo de língua espanhola, o ramo de língua inglesa e o ramo de língua portuguesa. Se destaque o caso do ramo italiano, é por conveniência de apresentação e para dar suporte empírico à argumentação, e não por força de sua prevalência empírica ante os demais. De fato, não vem ao caso indicar a preponderância de um ou outro desses ramos na difusão transnacional do movimento anarquista. Acredito que um caminho mais frutífero seja o de identificar a sua presença coetânea em determinadas localidades e a suas interações nesses territórios ou entre territórios contíguos ou distantes.

sofreu um acréscimo de 1.000% entre 1890 e 1910: particularmente na cidade de Paterson, o percentual da população de emigrantes italianos, que correspondia a 1,1% do total de habitantes em 1890, passou a representar 7,4% em 1910. (ZIMMER, 2010) No caso da Argentina, a população estrangeira chegou a compor 38,8% da população economicamente ativa em 1895, percentual que alcançou a marca de 46,1% em 1914. Na capital, Buenos Aires, as proporções foram bem maiores: a população estrangeira representava 52,7% do total de habitantes em 1887 e 50,6% em 1914. Entre os anos de 1887 e 1904, os italianos compuseram a maioria da população migrante: entre 50% e 60% do total de emigrados, enquanto os espanhóis responderam por percentuais entre 15% e 25%, sendo que o restante foi preenchido por outros grupos (franceses, ingleses, alemães etc.). (RUVIRA, 1978)

De modo geral, anarquistas italianos tiveram papel destacado na implantação dos primeiros núcleos e grupos libertários nas localidades de Paterson, Buenos Aires e São Paulo. De acordo com Davide Turcato, Brasil, Argentina e Estados Unidos contribuíram com 22% de todos os periódicos anarquistas publicados em língua italiana em escala global durante os anos de 1899 e 1913. Caso se discrimine os resultados por país, a contribuição de cada território fica assim representada: os Estados Unidos publicaram 9% dos periódicos em língua italiana, seguidos pelo Brasil (8%) e pela Argentina (5%). Ainda segundo o autor, apenas dois jornais em língua italiana circulavam em escala global em 1894, nenhum deles produzido em território italiano: *La Questione Sociale* de Buenos Aires e *L'Avvenire*, de São Paulo. (TURCATO, *op. cit.*)

A ação das redes interpessoais dos militantes integrantes do “ramo italiano” foi um fator crucial para o adensamento das relações entre essas localidades e para a circulação de práticas e de modelos organizacionais. Pode-se aludir à atuação de Errico Malatesta e Pietro Gori em *tours* de propaganda ou na organização de centros sociais e periódicos em Buenos Aires e Paterson, localidades nas quais foram também colaboradores na fundação ou na administração dos periódicos

cos *La Questione Sociale*²⁶. Suas atividades contribuíram para a conexão entre essas duas localidades entre si e de ambas com regiões do norte da Itália. (ZIMMER, *Op. cit.*; URRIOLA, 2016) Igualmente, o florentino Fortunato Serantoni, residente em Buenos Aires entre os anos 1892 e 1902, após uma estadia de 10 anos em Barcelona, foi um ator fundamental na impressão e distribuição local de edições de folhetos anarquistas em língua italiana e espanhola. (CUNHA, 2016)

Cabe destacar também as contribuições de Felice Vezzani e de Oreste Ristori para o estabelecimento de conexões de São Paulo com Buenos Aires e com as regiões do norte da Itália. Felice Vezzani, nascido em Novellara, participou ativamente de sociedades de mútuos socorros e da liga de resistência dos padeiros da Bolonha, chegando a ser vice-presidente da sociedade operária dessa região. No segundo semestre de 1892 rompeu com o socialismo legalista durante o congresso do Partido dos Trabalhadores Italianos (PLDI) e aproximou-se do anarquismo. O cotejamento de dados biográficos permitiu identificar que pôs os pés em São Paulo por volta de janeiro de 1893, aos 38 anos, vindo diretamente de Bolonha. Nessa cidade participou dos grupos editoriais *L'Asino Umano*, *La Bestia Umana* e *L'Avvenire*. Foi deportado para Montevideu em 1895, passando a editar *L'Avvenire* em Buenos Aires no ano de 1896. (FELICI, 1994) Por sua vez, Oreste Ristori, toscano, tornou-se anarquista ainda na adolescência. Em 1895 enfrentou o primeiro de uma série de degredos, sendo condenado ao *domicilio coatto* na fortaleza de Port'Ercole. (ROMANI, 2002) Foi correspondente dos periódicos *Le Libertaire* (Paris), *L'Agitazione* (Ancona) e *Il Risveglio* (Genebra), entre outros. Depois de várias fugas e degredos, e após ter passado por

26 Apesar da sinonímia, *La Questione Sociale* foi o nome dado a diversos periódicos. O primeiro deles foi organizado por Malatesta em Florença, durante os anos 1883 e 1884, e teve entre seus representantes internacionais Fortunato Serantoni. Posteriormente, Malatesta refundou o periódico em Buenos Aires, tendo sido por ele editado entre os anos de 1885 e 1886 (URRIOLA, 2016). Já o *La Questione Sociale* de Paterson foi fundado pelo *Gruppo Diritto all'Esistenza* (também conhecido por seu nome em inglês, *Right to Existence Group*). Teve como primeiro editor Antonio Agresti e, durante três meses em 1895, contou com a editoria de Pietro Gori. Circulou em língua italiana entre 1895 e 1908 (ZIMMER, *op. cit.*). Finalmente, também deve ser notada a existência da revista *La Questione Sociale*, publicação bilíngue em italiano e espanhol editada por Serantoni na Argentina a partir de 1894, e que reunia textos teóricos de militantes de diversas regiões e notícias sobre o movimento anarquista em outras partes do globo. (CUNHA, 2016)

Marselha e outras cidades europeias, Ristori chegou a Buenos Aires em 1902. Foi diretor do *L'Avvenire* durante 1903, transferindo-se em seguida para Montevidéu, no Uruguai, em decorrência da perseguição que sofria por conta da lei de residência argentina. Chegou a São Paulo no início de 1904, junto com sua companheira, Mercedes Gomes, e fundou o jornal *La Battaglia*, pelo qual foi o principal responsável durante toda a primeira década do século XX (*Idem, Ibid.*).

Finalmente, há o caso de Firmino Gallo, que naturalizou-se cidadão norte-americano tão logo aportou em Paterson, em 1899. Sua *Libreria Sociologica*, inaugurada em 1903, funcionou por mais de uma década como ponto de encontro entre anarquistas de Paterson e como distribuidora de publicações provenientes da Itália, da França e de outras localidades dos Estados Unidos (ZIMMER, 2010).

As trajetórias de Enrico Malatesta, Pietro Gori, Felice Vezzani e Oreste Ristori são indicativas da atuação de ativistas diaspóricos, enquanto que as trajetórias de Fortunato Serantoni e de Firmino Gallo são representativas da atuação de *cosmopolitas enraizados*. Nelas percebe-se o papel fundamental dos *brokers* como criadores de laços entre localidades até então desconectadas ou como elementos para a reativação ou adensamento de conexões prévias. Além disso, suas sucessivas mudanças de local de militância no próprio continente americano relativizam uma leitura unilateralmente eurocêntrica, na medida em que os identifica como responsáveis pela intensificação de conexões entre as localidades sul-americanas e norte-americanas. Para tanto, fizeram uso intensivo do transnacionalismo linguístico do circuito italiano do movimento anarquista.

As redes interpessoais, convertidas em capital social ativo de novas redes interorganizacionais, não só conectavam as localidades do continente americano entre si como também com regiões do norte e do centro da Itália, em especial as da Emília-Romanha, Piemonte e Toscana. Todas elas, em especial em seus centros urbanos, apresentavam predomínio de grupos anarquistas e eram reconhecidos centros de difusão anarquista ao longo do final do século XIX e início do século XX. (URRIOLA, 2016) Por todas essas localidades circularam ideias, práticas, artefatos culturais e modelos de organização que, com adaptações

contextuais, compuseram duas linhas do repertório de ação coletiva do movimento anarquista durante esse período: a estratégia de massas e a estratégia insurrecional.²⁷

Entre os anos de 1895 e 1920, a cidade de Paterson, nos Estados Unidos, foi um dos principais centros mundiais de difusão do anarquismo, contando com a atuação de dedicados emigrados italianos oriundos de Biella, na região italiana de Piemonte, mas também de militantes franceses e alemães. Em sua maior parte, os migrantes italianos tornaram-se anarquistas somente no período pós-emigração, a partir da experiência de vida como trabalhadores estrangeiros nos Estados Unidos. (ZIMMER, 2010) O movimento anarquista nessa localidade, profuso em número de grupos anarquistas, inclinou-se desde cedo à organização do movimento operário, com a criação de ligas de resistência e participação destacada na fundação e condução da Industrial Workers of the World (IWW). Mas também contou com a intensa atividade de militantes italianos adeptos da estratégia insurrecional, principalmente ao longo dos anos 1890, com a atuação do grupo editor do periódico *L'Aurora*, que teve entre seus membros Gaetano Bresci, responsável pela execução de Umberto I. (ZIMMER, *Op. cit.*) Escritos dos principais pensadores anarquistas da época, vertidos em italiano, foram produzidos em Paterson e dali distribuídos para outras localidades, como Buenos Aires. (SURIANO, 2001)

27 As táticas e formas de ação absorvidas, acionadas ou formuladas pelo movimento anarquista durante toda a primeira década do século XX foram tributárias de diferentes orientações de grupos anarquistas autônomos, que datam pelo menos do final da década de 1860. Ao longo dos anos elas foram recusadas, adaptadas ou aprimoradas por diversos grupos anarquistas ao redor do globo, resultando em duas estratégias gerais diferenciadas, cujas feições começaram a se delimitar somente na última década do século XIX. Sob essa perspectiva, é útil a distinção entre “estratégia insurrecional” e “estratégia de massas” proposta por Michael Schmidt e Lucien Van der Walt (2009). Sobre a primeira rubrica, os autores agrupam o rol de táticas que privilegiam o uso de ações ilegais e clandestinas por militantes anarquistas. Elas têm em comum a negação de participação em qualquer movimento de massas organizado e reivindicativo, já que quaisquer reformas seriam, por definição, ilusórias, pois não proporcionariam ganhos autênticos para as classes populares e seriam inúteis para o projeto revolucionário. Segundo esse entendimento, a promoção da rebelião social, com a conseqüente revolução social violenta pelas massas, seria a única via possível para a mudança social. Por oposição, a “estratégia de massas” tem por objetivo estimular a radicalização dos movimentos sociais populares devotados inicialmente a reivindicações de reforma social e política. Trata-se de promover a cultura e os quadros interpretativos anarquistas nesses movimentos, incentivando neles a incorporação de formas de ação direta e de experiências autogestionárias (SCHMIDT & VAN DER WALT, 2009).

A capital da Argentina constituiu-se, durante a primeira década do século XX, em um pujante centro de referência para os anarquistas adeptos de ambas as estratégias. No caso da estratégia de massas, em virtude, principalmente, da fundação e atuação da FORA, ponto culminante de um processo de criação de centros sociais e de organizações sindicais iniciado com a atuação de Malatesta e Héctor Mattei ainda nos anos 1880, e de José Prat na virada do século. No caso da estratégia insurrecional, há que se considerar a forte influência local do periódico *El Perseguido*, que teve uma duração de quase uma década nos anos 1890, e dos inúmeros grupos de afinidade defensores da propaganda insurrecional (cf. RUVIRA, 19878).

Em São Paulo, como se verá na próxima seção, ambas as estratégias consolidaram grupos de atuação e inseriram-se no cotidiano das atividades das classes populares.

Devo sublinhar que, em cada uma dessas localidades, os circuitos formados por vinculação etnolinguística não se constituíram como comunidades ensimesmadas, apartadas entre si. Pelo contrário, nos casos de Paterson, Buenos Aires e São Paulo, o que se observa é a criação local de uma espécie de, nas palavras de Kenyon Zimmer (2010) “cosmopolitismo interétnico”, no qual os grupos de migrantes conscientemente construíram laços de cooperação e de solidariedade entre si na condução de campanhas, eventos de protesto e atuação em grupos anarquistas e em sindicatos. (ZIMMER, 2010)

Em síntese, a vinculação dessas localidades com o movimento anarquista transnacional é um vetor fundamental para explicar a atuação dos ativistas no nível local, seja em termos de aplicação de formas modulares de ação já consolidadas no movimento, seja em termos de adaptação ou produção de novas formas de ação que, uma vez postas em prática e em circulação na rede transnacional do movimento, vieram a se incorporar ao seu repertório de ação globalmente considerado. Inversamente, a transposição, para o nível local, de um repertório de ação coletiva modular e internacionalizado teve efeitos de inovação no próprio estoque local do repertório de confronto político, por força de sua adaptação a cenários particulares de consolidação do movimen-

to anarquista. O mesmo argumento é válido para outros elementos constituintes do movimento social: recursos, quadros interpretativos, modelos de organização e artefatos culturais.²⁸

O anarquismo em São Paulo: da inserção à consolidação local

A gênese do movimento anarquista em São Paulo seguiu o padrão geral descrito. Foi muito mais dependente da presença e do desempenho de militantes originários de outros países e de suas respectivas redes interpessoais do que da absorção inicial, por segmentos sociais brasileiros nativos, de ideias difundidas através de mecanismos não relacionais. No período entre 1892 e 1914, o anarquismo constituiu seus grupos e realizou suas ações tendo como destacados protagonistas militantes italianos recém-imigrados.

Em pesquisa anterior (GODOY, 2013) realizei um levantamento da biografia de 87 militantes anarquistas atuantes na cidade de São Paulo durante o final do século XIX e início do século XX.²⁹ A

28 Esses são os principais elementos reiteradamente destacados e analisados pelas diversas vertentes teóricas do campo de estudos sobre movimentos sociais. Para uma introdução ao debate, recomendo consultar JASPER, 2016 e CROSSLEY, 2002.

29 A solução metodológica adotada restringiu o universo de militantes àqueles setores que foram mapeados ou pela historiografia, ou pela pesquisa social desenvolvida pelos memorialistas do movimento. Assim, o setor ligado à imprensa e, em menor medida, ao meio sindical, foi sobrerrepresentado em detrimento de militantes ligados a outros setores, tais como os grupos de teatro, escolas etc. Essa solução pode ter desnivelado a amostra em um duplo sentido: excluindo militantes que estiveram envolvidos com outros tipos de ação – eventualmente, ações violentas (expropriação, atentados etc.) e perfis sociológicos diferenciados (por exemplo, mulheres). A quase ausência de mulheres na listagem dos militantes pode ser considerada um produto de dois fatores associados: da época, já que diversos obstáculos se impunham à sua presença no espaço sociopolítico, e da historiografia, derivando de uma invisibilidade de gênero já algumas vezes ressaltada. (HAHNER, 1996) Entretanto, essa amostra qualitativa de casos múltiplos permitiu iluminar os traços de trajetórias possíveis com base em trajetórias reais. O avanço de pesquisas em fontes primárias poderá com toda a certeza ampliar essa amostra e solucionar alguns desses problemas.

maior parte da amostra foi composta por italianos, mas contou também com espanhóis, portugueses e brasileiros, como pode ser verificado no quadro a seguir:

Tabela 1.
Naturalidade dos militantes anarquistas em São Paulo (1892-1914)

NATURALIDADE	QUANTIDADE	%
Italiana	65	74,7
Espanhola	12	13,8
Brasileira	6	6,9
Portuguesa	4	4,6
TOTAL	87	100

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados coletados em GODOY, 2013

Contudo, é preciso contextualizar esses dados. Enquanto a totalidade dos militantes anarquistas encontrados até 1898 foi de italianos, na virada do século a pluralidade étnica foi mais diversificada, contando com a presença de militantes brasileiros, espanhóis e portugueses. Assim, se inicialmente o perfil étnico dos ativistas foi composto exclusivamente por italianos, o movimento anarquista em São Paulo esteve sujeito a uma recomposição que foi dependente - mas não determinada - pelos fluxos migratórios que acompanharam o crescimento da cidade.³⁰

30 O cônsul italiano conde Edoardo Compans de Brichanteau, em relatório endereçado ao Ministério das Relações Exteriores datado de 28 de março de 1894, afirmou que “o primeiro núcleo de anarquistas surgido no Brasil foi no Estado de São Paulo, em 1891, e infelizmente consiste exclusivamente de italianos” (BRICHANTEAU, 1894 apud FELICI, 1994, p. 328). Em que pese a falta de informação do cônsul (já que, por exemplo, a Colônia Cecília, no estado do Paraná, data de 1890), esse relatório aparenta ter certa verossimilhança, caso se projete o enunciado somente para o território municipal de São Paulo. Com efeito, a partir de 1893, as referências à presença de militantes anarquistas estrangeiros na cidade e no estado de São Paulo passaram a ser também mais recorrentes e numerosas nas trocas de informações ente as autoridades públicas e policiais, assim como na imprensa diária (LEAL, 2006).

Os periódicos anarquistas refletiram essa situação, quer se considere a sua apresentação como artefato cultural, quer a sua composição como grupo editorial. Dos dezesseis periódicos produzidos na cidade de São Paulo entre 1892 e 1914, apenas seis continham textos escritos na língua portuguesa. Os demais eram redigidos integralmente em italiano. Com relação ao corte cronológico, todos os periódicos em circulação até 1898 continham apenas textos em língua italiana; depois disso, entre 1898 e 1903 encontraram-se quatro periódicos multilíngues ou escritos em português (*Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo* e *Germinal*). A partir de 1904, observa-se uma nova situação: três periódicos escritos quase totalmente em português (*O Amigo do Povo*, *A Terra Livre* e *Germinal!*) e quatro periódicos com textos escritos preponderantemente em italiano (*La Battaglia*, *Il Libertario*, *La Propaganda Libertaria* e *La Barricata*).³¹

Do mesmo modo como ocorreu em outros lugares, os periódicos anarquistas em São Paulo também funcionaram como pontos nucleares de redes de conexões capazes de fornecer apoio inicial ao movimento e vinculá-lo a outros locais. Evidentemente, as vinculações etnolinguísticas não foram estanques, isto é, não condenaram os militantes pertencentes a determinado circuito a se relacionar exclusivamente com ele. De toda forma, as trajetórias e o tipo de inserção dos militantes no movimento anarquista transnacional marcaram suas redes sociais de colaboração e, conseqüentemente, a construção do movimento em São Paulo. Um exemplo dessas vinculações pode ser buscado na descrição dos canais de comunicação construídos entre São Paulo e as demais localidades: até 1902, os periódicos *L'Avvenire*, *Il Risveglio*, *Palestra Social* e *Germinal* retratam sua circulação principalmente na Argentina (Buenos Aires, Rosario e Lujan), nos Estados Unidos (Paterson, Nova Iorque e Chicago), na Inglaterra (Londres), na Itália (Ancona, Roma, Florença, Turim, Siena e Livorno) e em Portugal (Coimbra e Lisboa).

31 Foram dez os periódicos redigidos somente em italiano: *Gli Schiavi Bianchi* (1892-1893), *L'Asino Umano* (1893-1894), *La Bestia Umana* (1894), *L'Avvenire* (1894-1895), *L'Operaio* (1896), *La Nuova Gente* (1903), *Il Libertario* (1906), *La Battaglia* (1904-1912), *La Barricata* (1912-1913) e *La propaganda libertaria* (1913-1914). Redigidos quase que exclusivamente em português encontraram-se três periódicos: *O Amigo do Povo* (1902-1904), *A Terra Livre* (1905-1910) e *Germinal!* (1913). Três periódicos - *Il Risveglio* (1898-1899), *Palestra Social* (1900-1901) e *Germinal* (1902) - continham textos nas línguas italiana, portuguesa e espanhola.

Depois disso, o mesmo indicador dá conta da circulação dos periódicos *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre* e *La Battaglia* recorrentemente apenas na Argentina (Buenos Aires), na Itália (Florença, Roma, Milão e Bolonha) e em Portugal (Coimbra, Lisboa, Amarante e Porto). (GODOY, 2016)

Essas diferenças são reflexos de dinâmicas variadas da estabilização do movimento anarquista na capital paulista. Grosso modo, para o período que estou utilizando como referência (1892-1914), essas dinâmicas podem ser divididas em três fases: a fase de inserção (1892-1897), a fase de constituição (1898-1903) e a fase de consolidação (1904-1914) do movimento anarquista em São Paulo.

A fase de inserção (1892-1897) foi aquela em que ocorreram a internalização dos quadros interpretativos globais do anarquismo e a incorporação do movimento ao espaço sociopolítico local. Os ativistas italianos que chegaram à cidade foram bem sucedidos na tarefa de construção de um conjunto de referências próprias para o campo socialista, demarcando o seu posicionamento perante opositores e aliados. E isso ocorreu em um ambiente de forte repressão governamental: basta indicar que os periódicos dessa fase mal chegavam a comemorar um ano de existência, em decorrência direta da ação repressiva das autoridades policiais e políticas. A perseguição e a vigilância constante por agentes de segurança pública transmutados em polícia política deu a tônica ao empastelamento de jornais e à deportação de militantes para Buenos Aires e Montevideu ou diretamente para a Itália. (GODOY, 2013)

Apesar disso, os militantes anarquistas se atiraram à transposição dos quadros interpretativos globais do movimento ao cenário local, manejando principalmente aspectos ligados à situação social das classes populares e à condição dos imigrantes nas novas terras. Articularam situações relacionadas às condições de trabalho da mão de obra imigrante alocada nas fazendas e nas indústrias urbanas às condições de vida nos bairros operários e ao tratamento dispensado pelas autoridades policiais às classes populares e aos imigrantes com uma crítica global do ideário de sustentação do regime republicano e das relações capitalistas. A sinalização do diagnóstico da questão social e a atribuição de seus responsáveis assumiram uma feição clara em um artigo do número inaugural de *L'Avvenire*:

Defendemos que o interesse da maioria deve prevalecer sobre a ganância de uns poucos, e em nome do direito dos operários a viver, a trabalhar, a aproveitar o fruto do seu trabalho, a aprender, a educar seus filhos, e a ter um pão na sua velhice, a não serem escravos de ninguém, vamos lutar contra o chamado “direito de propriedade.”

Porque o efeito desse direito de propriedade (que é um privilégio monstruoso) é este: que todo aquele que nasce pobre, nasce escravo; os filhos do povo são condenados à ignorância; que, sendo pobres e ignorantes, eles estão condenados ao trabalho mais pesado, e o operário frequentemente não encontra como ocupar seus braços, está cada vez mais carente e o proprietário e o capitalista se aproveitam dele, e os frutos do seu trabalho são usurpados pelos capitalistas; depois de usar sua saúde em uma fábrica, morre na sua palha ou no hospital: em vez disso, o capitalista sempre prospera e aumenta o seu capital. (“La proprietà.” *L'Avvenire*, 18/11/1894, p.2)

Injustiça, exclusão e direitos das classes populares operaram como quadros interpretativos construídos e manejados pelos militantes anarquistas para indicar e testar os limites do regime republicano e da estrutura capitalista.

Os grupos anarquistas desse período também obtiveram êxito na introdução do movimento como ator reconhecido no espaço sociopolítico paulistano. Suas ações despertaram seus opositores para sua existência e para a possibilidade de pressões e reivindicações populares no regime em construção. Sua interação com a esfera local foi fundamentalmente pautada por denúncias reiteradas a respeito da violência policial e da repressão política. Com isso, demarcaram constantemente os limites impostos pelo regime às próprias liberdades republicanas de associação e de manifestação, assim como suas diferenças com relação ao socialismo democrático.

Contando com poucos militantes, privação de recursos materiais e forte repressão política, os grupos anarquistas dessa fase, nucleados nos periódicos, privilegiaram a estratégia insurrecionalista como eixo orientador de suas ações. Essa estratégia teve considerável importância na última década do século XIX. Os anarquistas em

São Paulo adotaram algumas de suas táticas, sem contudo recorrer ao emprego de formas de ação violentas. A “propaganda pela palavra” foi utilizada por esses grupos, seja para o incitamento das massas à rebelião, seja para apelar à organização de grupos autônomos de propaganda anarquista.

Suas ações públicas expressaram tentativas de inserção, no nível local, do calendário de protestos globais do movimento. Comícios, declarações públicas e ações sediciosas efetivadas nessa fase tiveram como temário recorrente o aniversário da Comuna de Paris e o Primeiro de Maio, evocando assim a necessidade de rebelião popular simultaneamente contra as autoridades políticas e o capital. De fato, o calendário comemorativo, vinculação simbólica com o movimento transnacional, incluiu ainda as datas de 10 de fevereiro, em alusão aos “Mártires de Jerez”, e de 11 de novembro (aniversário dos “Mártires de Chicago”), além de incluir, de maneira menos frequente, os aniversários de execução de ativistas condenados por atentados na Europa.

Nesse contexto de semiclandestinidadade, a vinculação com localidades situadas em outros países foi de vital importância para a continuidade do movimento em São Paulo. Alguns indícios desses vínculos podem ser procurados em atividades de colaboração. Assim, a segunda fase do periódico *L'Avvenire*, que começou a ser publicada a partir de julho de 1895, foi toda impressa na Tipografia La Costanza, de Montevideu, em virtude da proibição de uso de tipografia do *L'Avvenire* pelas autoridades policiais paulistas. O periódico *L'Operaio*, com vigência em fevereiro de 1896 e que teve à sua frente Augusto Donati (cognominado A. Ceschi na publicação), também foi impresso em Montevideu, na Tipografia Anarquista. (FELICI, 1994)

A segunda fase (1898-1903) corresponde à etapa de constituição de estruturas de mobilização locais, de modo a enraizar a cultura do movimento no quadro do associativismo popular ascendente na capital paulista e a proporcionar o recrutamento local de novos militantes. Durante essa fase, ocorreu a integração de brasileiros, espanhóis, portugueses e italianos ao movimento, fossem militantes recém-emigrados, fossem indivíduos que se tornaram anarquistas por força do êxito da propaganda local.

Contando com um ambiente político menos repressivo, os militantes anarquistas multiplicaram suas organizações. Entre os anos 1898 e 1903, foram constituídos 24 grupos anarquistas, tipificados em grupos de afinidade, centro de estudos sociais, grupos filodramáticos de teatro social, coletivos editoriais e escolas racionalistas. (GODOY, 2013) Esses grupos promoveram um cenário para a produção e circulação de um conjunto de valores, símbolos, artefatos culturais e crenças e sustentaram a construção de redes sociais. Igualmente, por meio de suas micropráticas, certificaram um modo de vida que atualizava a disposição radical de seus ativistas – tanto na escala local como em sua relação simbólica com grupos situados em outros lugares.

Na virada do século, o diagnóstico local a respeito da necessidade de adensamento das redes sociais e de montagem de formas organizacionais capazes de dar sustentação às ações do movimento acompanhou a orientação mais geral que se desenhava transnacionalmente. Sua constituição seguiu uma tendência geral do movimento anarquista globalmente considerado, harmonizando-se com as facilidades abertas no contexto político e social local. Nesse sentido, é significativo que Juan Suriano tenha identificado uma intensa onda de constituição de centros sociais libertários em Buenos Aires no mesmo período aqui estudado. (SURIANO, 2001, p. 50)

Nessa fase, o padrão predominante de relacionamento com as redes transnacionais do movimento foi ampliado. Ainda contava-se com grande número de atividades de colaboração na América do Sul: *Il Risveglio*, por exemplo, intermediou a distribuição de *Psicologia del socialista-anarquista* de Hamon, traduzido e publicado por uma tipografia de Buenos Aires. Foi justamente nessa fase que os contatos com múltiplas localidades da Europa e dos Estados Unidos foi mais frequente e sistemático. Livros escritos em diversas línguas, incluindo traduções para o português, foram anunciados nas colunas dos periódicos anarquistas paulistanos, indicando atividades de importação e distribuição e atividades de tradução e edição.

A experiência de parte dos militantes na Europa e a difusão das ideias a respeito da organização contribuíram para que, localmente, a

estratégia insurrecional fosse aos poucos suplantada pelo predomínio de uma estratégia de massas que, sem suprimi-la, obscureceu-a, tornando-se uma orientação predominante entre os diversos grupos de ativistas, da mesma forma como ocorreu em outros lugares.

Com a ascensão da estratégia de massas também foram incorporados os debates em torno da atuação do anarquismo nas estruturas operárias. Esboçaram-se em São Paulo grupos que defendiam que os anarquistas deveriam agir diretamente na organização das classes populares, principalmente no campo econômico. Os militantes reunidos no grupo responsável pela edição d'*O Amigo do Povo* assim se expressaram:

Sendo a organização política um absurdo em contradição com as ideias libertárias, a que nós propugnamos é a econômica, que nos conduz nas ligas de resistência a revigorá-las, a leva-las ao ideal que nos anima para um fim único: a revolução. Essa é a organização que deve conduzir-nos a ensinar o produtor a emancipar-se por si mesmo, a revoltar-se contra os seus patrões políticos. (“Organizemo-nos”. *O Amigo do Povo*, 19/04/1902, p.1)

Os periódicos anarquistas que compartilhavam a orientação da estratégia de massas - principalmente *O Amigo do Povo* e *Palestra Social* - divulgavam frequentemente a constituição das ligas de resistência e a realização de suas reuniões. Também acompanhavam e divulgavam notícias sobre o movimento operário local, nacional e internacional em colunas intituladas “Movimento Operário”, “Movimento Social” etc. Seus editoriais também apregoavam táticas de ação direta e autônoma no campo econômico, tais como a sabotagem, o boicote e a greve, mesmos temas que foram presença constante nas conferências realizadas por seus membros nos bairros operários de São Paulo.

A terceira fase (1904-1914), de consolidação, foi a época de definição das estratégias de ação do movimento anarquista de São Paulo. Essa consolidação ocorreu em um contexto de forte mobilização do movimento operário, com a deflagração de uma onda crescente de greves entre os anos de 1905 e 1908, e de perseguição aos militantes anarquistas e socialistas, que culminou com a aprovação do decreto nº 1.641, de

7 de janeiro de 1907, conhecida como Lei Adolpho Gordo, que normatizou processos de expulsão de estrangeiros do Brasil.

Nesse período, formaram-se mais de uma dúzia de grupos anarquistas, dos mais variados tipos, adeptos tanto da estratégia de massas como da estratégia insurrecional. Se a fase de inserção foi de predomínio da estratégia insurrecional e a segunda fase foi de dominância da estratégia de massas, essa fase pode ser considerada como a de acomodação entre as duas grandes orientações em solo paulistano.

Durante a fase de consolidação, a estratégia de massas direcionou-se inequivocamente para a adoção de táticas sindicalistas no interior do movimento anarquista local. Por sua vez, os grupos e ativistas favoráveis à estratégia insurrecional fixaram o antissindicalismo como orientação fundamental. Contudo, a orientação sindical da estratégia de massas e o antissindicalismo dos insurrecionalistas não opôs os diversos grupos de maneira incontornável. A concepção sobre a necessidade de composição de estruturas de mobilização próprias do anarquismo, capazes de realizar ações de difusão e de mobilização, foi um dos pontos que manteve aberto o canal de colaboração entre os insurrecionalistas e os adeptos da estratégia de massas nesse período.

Sem descuidar das ações de difusão e de mobilização entre as camadas urbanas das classes populares, os insurrecionalistas voltaram sua atenção para as localidades do interior do estado de São Paulo, especificamente para os pequenos centros urbanos e os núcleos coloniais de imigrantes que trabalhavam nas fazendas de café. Os grupos insurrecionalistas retomaram e renovaram as excursões de propaganda que haviam sido conduzidas antes da virada do século por ativistas como Gigi Damiani e José Sarmento Marques. Essas novas excursões tiveram como finalidade coletar informações sobre as condições de trabalho nas fazendas de café, difundir o anarquismo, promover a criação de novos grupos anarquistas nas cidades do interior e incitar os colonos à rebelião rural.

Por seu turno, militantes anarquistas adeptos da estratégia de massas continuaram lutando pela configuração que julgavam a ideal para o sindicato e sua atuação no campo econômico, bem como prosseguiram com o proselitismo anarquista em seu interior. Sua atuação

foi fundamental para a vitória das teses sindicalistas revolucionárias no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 15 e 22 de abril de 1906. Mas não descuidaram nem de outras formas de difusão do movimento entre as classes populares e nem de outras formas de ação pública, desenvolvidas a partir de organizações especificamente anarquistas.

Dessa maneira, a especialização e a divisão interna do trabalho do ativismo responderam a um mesmo propósito: os grupos continuaram a se definir e a serem definidos, simbólica e praticamente, como parte de um mesmo movimento, reafirmando a ação direta como o padrão de interação com seus opositores nos campos político e econômico.

A diferenciação entre a estratégia de massas e a estratégia insurrecionalista encontrou eco na diferenciação etnolinguística dos periódicos em circulação em São Paulo. Aqueles com textos predominantemente em língua portuguesa - *O Amigo do Povo* e *A Terra Livre* - inclinaram-se à adoção da estratégia de massas, enquanto que os periódicos em língua italiana, com *La Battaglia* à frente, desposaram a estratégia insurrecionalista. Essa diferenciação etnolinguística refletiu-se no padrão de constituição dos canais de comunicação com o movimento anarquista transnacional. Tanto os periódicos em língua portuguesa como em língua italiana mantiveram a vinculação com Buenos Aires, construída nas fases anteriores. Porém, os primeiros praticamente restringiram sua circulação a localidades portuguesas (Coimbra, Lisboa, Amarante e Porto), enquanto os segundos mantiveram vínculos de circulação quase que somente a localidades italianas (Florença, Roma, Milão e Bolonha). (GODOY, 2016)

Com a sua consolidação, o movimento esteve plenamente constituído para as jornadas nas quais foi protagonista em grandes campanhas no território da cidade de São Paulo, desenvolvidas em conjunto com grupos situados em outras cidades do território brasileiro ou mesmo em outros países. Campanhas locais e nacionais, como aquelas contra a carestia da vida ou contra a imigração para as fazendas de café, foram conduzidas paralelamente a campanhas globais, como a campanha de repúdio ao assassinato de Francisco

Ferrer pelo governo espanhol, a campanha pela criação de Escolas Modernas, desenvolvida transnacionalmente entre os anos 1909 e 1913, ou as campanhas antimilitaristas levadas a cabo previamente à eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Assim, o envolvimento com as questões locais não eclipsou as referências e vínculos transnacionais; tampouco essas foram capazes de cegar os militantes situados em São Paulo para o seu envolvimento com problemas e questões locais.

Considerações finais

Contrariamente às teses historiográficas fundamentadas no nacionalismo metodológico, que circunscrevem o anarquismo paulistano ao cenário social e político brasileiro, considero que a cidade de São Paulo deve ser concebida como um ponto de largos circuitos de atuação e de mobilidade dos militantes do movimento anarquista transnacional. Esses circuitos foram construídos por diversos ramos, cuja propriedade essencial era a língua ou a vinculação étnica: italiano, espanhol, português etc.

A predominância inicial de militantes de origem italiana introduziu o movimento local em uma determinada rede, que interligava localidades como São Paulo, Paterson, e Buenos Aires, as quais completavam um circuito do anarquismo de língua italiana com as regiões do norte e do centro da Itália. (TURCATO, 2007) Esse circuito propiciou a comunicação e circulação de ideias e modelos organizacionais, modulando as práticas organizacionais adotadas localmente durante o final do século XIX e início do século XX.

A identificação desse circuito e de suas redes constituintes remove a ideia da Europa como um centro irradiador único do movimento anarquista, iluminando aspectos das relações internas do anarquismo transnacional como um movimento menos eurocêntrico e mais policêntrico. Ao invés de uma cabeça, várias. Como bem definiu Turcato (*op. cit.*): uma hidra, em vez de uma fênix.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Under three flags: anarchism and the anti-colonial imagination*, London/New York: Verso, 2005.
- BANTMAN, Constance; ALTENA, Bert. "Introduction: Problematizing scales of analysis in network-based social movements." In: _____. *Reassessing the transnational turn: scales of analysis in anarchist and syndicalist studies*. New York: Routledge, 2015.
- BENNETT, Lance. "Social movements beyond borders: organization, communication, and political capacity in two eras of transnational activism." in: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. (Orgs.). *Transnational protest and global activism*. Lanham-Seabrook/Prince George's County, Rowman & Littlefield Publishers, 2005, pp. 203-226.
- BRINGEL, Breno. "Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais." *Estudos de Sociologia*, v. 16, nº 2, pp. 185-215, 2010.
- CHABOT, Sean. "Dialogue matters: beyond the transmission model of transnational diffusion between social movements." In: GIVAN, Rebecca Kolins; ROBERTS Kenneth; SOULE, Sarah (Orgs.). *The diffusion of social movements. Actors, mechanisms and political effects*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. pp. 99-124.
- CUNHA, Eduardo Augusto Souza. "Edição e anarquismo: a trajetória transnacional de Fortunato Serantoni (1856-1908)." *Actas del I Congreso de Investigadorxs sobre anarquismo*. Buenos Aires, 2016.
- DEFLEM, Mathieu. "Wild Beasts Without Nationality: The Uncertain Origins of Interpol, 1898-1910." In: REICHEL, Philip (Org.). *The Handbook of Transnational Crime and Justice*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005. pp. 275-285.
- FELICI, Isabelle. *Les Italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*, Université de la Sorbonne nouvelle-PARIS 3, Thèse de Doctorat, 1994.
- GIVAN, Rebecca Kolins; ROBERTS, Kenneth; SOULE, Sarah. "The dimensions of diffusion." in: GIVAN, Rebecca Kolins; ROBERTS, Kenneth; SOULE, Sarah A. Soule (Orgs.). *The diffusion of social movements. Actors, mechanisms and political effects*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. pp. 1-15.
- GODOY, Clayton Peron Franco de. "A "Hidra Negra": mobilidade internacional de militantes e canais de comunicação no movimento anarquista em São Paulo (1892-1914)." *Actas del I Congreso de Investigadorxs sobre anarquismo*. Buenos Aires, 2016.
- _____. *Ação direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo – São Paulo, 2013.
- HAHNER, June Edith. *A mulher brasileira e suas lutas sociais: 1859-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- HALL, Michael. "Imigrantes na cidade de São Paulo." In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 121-151.
- JENSEN, Richard Bach. "The International Anti-Anarchist Conference of 1898 and the Origins of Interpol." *Journal of Contemporary History*, vol. 16, nº 2, pp. 323-347, 1981.
- JENSEN, Richard Bach. "The International Campaign Against Anarchist Terrorism, 1880-1930s." *Terrorism and Political Violence*, vol.21, nº 1, 2009.
- JOLL, James. *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.
- LEAL, Claudia Feirabend Baeta. *Pensiero e Dinamite. Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- MADRID, Francisco. "Anarquismo e organização na Espanha. *Solidariedad Obrera* e as origens da CNT." In Eduardo Colombo *et all* (Org.). *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo, Editora Imaginário, 2004, pp. 45-54.
- MARAM, Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo : Annablume, 2002.
- RUVIRA, Gonzalo Zaragoza. "Anarchisme et mouvement ouvrier en Argentine à la fin du XIX siècle." *Le Mouvement social*, nº 103, 1978, pp. 7-30.
- SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2009.
- SURIANO, Juan. *Anarquistas. Cultura e política libertaria en Buenos Aires - 1890-1910*. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- TURCATO, Davide. "Italian Anarchism as a transnational movement, 1885-1915." *International Review of Social History*. vol. 52, nº 3, pp. 407-444, 2007.

URRIOLA, Jorge Ariel Canales. *Le valigie dell'anarchia: Percorsi e attivismo degli anarchici emiliani e romagnoli in Argentina e Brasile nella svolta di fine Ottocento*. Dottorato (ricerca in Politica), Università di Bologna, 2016.

VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, Michael; *Black Flame: The revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland/Edinburgh: AK Press, 2009.

ZIMMER, Kenyon., *The whole world is our country': immigration and anarchism in the United States, 1885-1940*. Thesis (Doctoral in History), University of Pittsburgh, 2010.

Sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo nos Congressos Operários do Rio Grande do Sul (1898 -1928)³²

Anderson Romário Pereira Corrêa

Mestrado em História pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul e
Professor na Universidade Federal do Pampa

“O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. (...) Se o Congresso tivesse tomado caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe.” Neno Vasco (Confederação Operária Brasileira – 1906)

Este texto pretende conhecer a linha política adotada pelos trabalhadores, entre 1898 e 1928, nos congressos operários no Rio Grande do Sul. Naquela época, já em sua gênese, o movimento operário foi disputado por diversas correntes, sendo equivocado pensar que somente as concepções de esquerda ou, principalmente, revolucionárias e anarquistas predominaram no seio do proletariado. O movimento operário, formado por assalariados urbanos, pequenos comerciantes, artesãos e o funcionalismo público (que dava seus primeiros passos) correspondia a uma pequena parcela de uma sociedade predominantemente rural. Grande parte da população e dos trabalhadores estava no campo, nas zonas rurais, marcado pelo coronelismo. Essa elite do campo tinha grande poder de mobilização, o que ficou evidente no Rio Grande do Sul, nas guerras civis de 1893 e 1923, onde a elite rural teve a capacidade de demonstrar o poder de mobilização da *peonada* (trabalhadores do campo) nesses episódios de luta armada. Na transição da Monarquia pra

³² Uma primeira versão deste texto foi publicada na Revista Estudos Históricos, na República Oriental do Uruguay, em dezembro de 2016.

República, no Rio Grande do Sul, o movimento operário estava vinculado aos partidos da elite política tradicional. (CORRÊA, 2014, p.11) Já no final do século XIX e início do Século XX o movimento operário começou a esboçar uma guinada em direção aos grupos políticos mais à esquerda (incluindo aí a social-democracia e as concepções anarquistas). De 1898 a 1906 há uma forte presença de ideias socialistas originárias da social-democracia europeia e de outras origens como positivismo e darwinismo (reformistas).

Nessa época aparece um Partido Socialista e um Partido Operário. Depois de 1906, com a Greve dos 21 dias e com a fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), começou uma paulatina ascensão da influência anarquista. Entre 1906 e a década de 1910, a liderança da FORGS foi exercida pelos socialistas em disputa com os anarquistas que estavam organizados, também, na União Operária Internacional (criada em 1902). A influência das ideias anarquistas vai ser de destaque nos anos anteriores e posteriores à Primeira Guerra Mundial, incluindo as Greves de 1917, 1918 e 1919. A partir de 1923 começa o enfraquecimento da influência anarquista. No final da década de 1920 o movimento operário é disputado por diversas correntes políticas, entre elas os comunistas, que criaram a Confederação Regional do Trabalho (CRT) e o Bloco Operário Camponês (BOC). Também apareceram a Liga dos Operários Republicanos e os chamados partidos trabalhistas. (LONER, 2007) O sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo foram correntes políticas do movimento operário. O sindicalismo revolucionário, segundo a historiografia, teve muita influência no Rio Grande do Sul a partir de 1912. Este não se coloca explicitamente vinculado ao anarquismo. Porém pode-se afirmar que o sindicalismo revolucionário é uma estratégia dos anarquistas para as entidades de classe. Havia anarquistas que defendiam o sindicalismo revolucionário e outros que defendiam o anarcossindicalismo. A diferença é que o sindicalismo revolucionário não exige a filiação a uma ideologia ou a um partido e o anarcossindicalismo defende que o sindicato inclua o anarquismo explicitamente em seu programa político. (CORRÊA, 2011, p.83) Com essa definição, interessa saber, qual a linha política

adotada pelos sindicalistas nos congressos operários do Rio Grande do Sul, no período da República Velha?

Este capítulo será desenvolvido a partir da análise das posições dos representantes do movimento operário rio-grandense em congressos nacionais da Confederação Operária Brasileira (COB) e nos Congressos Operários no Rio Grande do Sul. As fontes de pesquisa são os relatos das decisões tomadas nos Congressos Operários, publicados na bibliografia especializada: I Congresso Operário do Rio Grande do Sul, de 1898 (PETERSEN, 1992); I Congresso Operário Brasileiro, R.J, 1906 (PETERSEN, 2001) e (MATEUS, 2012); II Congresso Operário Brasileiro, RJ, 1913 (PETERSEN, 1992); II Congresso da FORGS, Porto Alegre, 1920 (PETERSEN, 1992) e (PETERSEN, 201); III Congresso Operário Brasileiro, RJ, 1920 (Jornal *A VOZ DO POVO*); III Congresso da FORGS, 1925, Porto Alegre (PETERSEN, 1992) e IV Congresso da FORGS, Pelotas, 1928 (LONER, 2011) e (RODRIGUES, sd). A pesquisa é qualitativa e exploratória com fontes, principalmente bibliográficas. As técnicas de pesquisa passam pela construção das categorias conceituais, explícitas no marco teórico nessa introdução, onde se definiu o conceito de sindicalismo revolucionário e de anarcossindicalismo, para realizar a análise dos discursos no conteúdo dos registros selecionados como fontes. Recorreu-se também a comparação empírica. Grande parte do material foi publicado nos jornais “burgueses” e ou de uma das correntes de pensamento envolvidas no movimento operário. Muitas das discussões, principalmente as relacionadas a questões conceituais da política e ideologias em disputa, poderiam sofrer alterações da parte de quem fez os registros e os publicou. As conclusões que este artigo pode apontar não extrapolam os limites dos próprios registros, ou seja, as decisões tomadas nos congressos e as disputas internas.

O sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo: definição, origem e contexto

As ideias e correntes políticas influenciavam em grau variado o conjunto dos trabalhadores e das suas lideranças. No seio do movimen-

to operário havia desde aqueles que colaboravam com patrões e governos até os mais radicais. Os operários verdadeiramente comprometidos com ideias socialistas ou anarquistas eram muito poucos. A maioria dos trabalhadores rio-grandenses não participava de associações ou de qualquer outro movimento reivindicatório. Grande parte das lideranças do movimento operário, tanto na capital quanto no interior do Estado, acreditavam em melhorias para classe dentro do sistema econômico vigente. (LONER, 2007, p.512) Ainda de acordo com Loner (2007), na conjuntura de 1911 a 1913, os socialistas já desgastados (ligados a política partidária) perdem espaço pra os anarquistas e ocorre a ascensão do *sindicalismo revolucionário* (grifo meu). O avanço dessa proposta marcou uma maior radicalidade no enfrentamento com os patrões e governos e por uma ampliação nas atividades (propaganda, educação, cultura). Este fato, juntamente com outros fatores (econômicos/políticos/culturais), foi um dos responsáveis pelas mobilizações dos anos de 1917, 1918 e 1919. As greves desses anos foram marcadas pela extensão e radicalidade. Cada uma dessas mobilizações teve suas características próprias mas a mais radical, segundo a autora, foi a de 1919. (Ibid, p.517)

Alexandre Samis, ao escrever sobre o sindicalismo revolucionário no Brasil, dedica uma parte do livro pra falar sobre o Rio Grande do Sul. Para ele, este estado apresentou um vigoroso movimento operário e anarquista. No final do Século XIX já havia um grupo de anarquistas militando no estado e presente no primeiro congresso operário, em 1898. Os anarquistas fundaram o Grupo dos Homens Livres, ainda no final do século XIX, no início do Século XX passaram a disputar, com os socialistas, a liderança da Liga Operária Internacional. Essa situação, juntamente com a “greve dos 21 dias” contribuiu para a fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul, em 1906. No final da década de 1910 e a partir de 1920 a influência anarquista no movimento operário passou por uma série de dificuldades. Ainda assim, durante a década de 1920 os anarquistas adeptos da estratégia de massas sindical conseguiram influenciar os congressos operários do Rio Grande do Sul, de 1920 e de 1925. (SAMIS, 2004, p.151)

O sindicalismo revolucionário surge na Primeira Internacional, proposta defendida por Bakunin e os membros da Aliança da Democracia Socialista (ADS). A primeira organização sindical a adotar os princípios do sindicalismo revolucionário e se tornar uma referência, dessa postura política, ao sindicalismo internacional foi a CGT francesa, em 1906. No entanto, ondas importantes do sindicalismo revolucionário podem ser encontradas em períodos anteriores, como atestam pesquisas recentes. O sindicalismo revolucionário possui as seguintes características: luta operária independente de todo partido político, ação direta, reivindicações econômicas como elemento de atração e motor da luta proletária, eliminação do capitalismo e do Estado – de todo Estado – criação de uma sociedade sem classes pelas organizações operárias, internacionalismo e antimilitarismo. (LEVAL, 2007, p.22)

Segundo Samis, o sindicalismo revolucionário tem sua origem nas teses de Bakunin durante a Primeira Internacional. No contexto do Congresso da Basileia, Bakunin propunha a unidade econômica do proletariado e não concordava com a proposta da corrente alemã que pretendia uma orientação mais política e partidária para a Internacional. As propostas de Bakunin espalharam-se pela Espanha, Suíça e Bélgica. Após a morte de Bakunin, os anarquistas seguidores de suas teses, participaram dos Congressos de Bruxelas (1874), Berna (1876), Verviers (1877) e no de Gand. Essa corrente, a partir da década de 1880, ganhou as formas de um movimento de massas. Uma das importantes formas de luta do sindicalismo revolucionário é a Greve Geral. Os anarquistas eram defensores da greve geral revolucionária. Nos congressos operários do final do Século XIX defendia-se a ideia de uma greve universal que deveria preceder o advento de uma nova sociedade. O anarquista Josephe Jean-Marie Tortelier foi quem mais propagou e disseminou esse método nos meios operários na Europa. No Congresso de Toulouse, e 1897, os anarquistas Delessalle e Pouget conseguiram aprovar as táticas da sabotagem e do boicote na CGT. (LEVAL, 2007, p.10) Entre os dias 08 e 13 de outubro de 1906, faz conhecer os princípios que norteiam a prática sindical daquela organização, que ficou conhecida como Carta de Amiens, um dos marcos do sindicalismo revolucionário internacional.

(...) A CGT agrupa, fora de toda escola política, todos os trabalhadores conscientes da luta dirigida pela desapareição do assalariado e do patronato...;

O Congresso considera que esta declaração é um reconhecimento da luta de classes que opõe, no terreno econômico, os trabalhadores em revolta contra todas as formas de exploração e de opressão, tanto materiais quanto morais, colocadas em prática pela classe capitalista contra a classe operária;

O Congresso reforça, através dos seguintes pontos, tal afirmação teórica: Por obra da reivindicação cotidiana, o sindicalismo procura a coordenação dos esforços obreiros, o aumento do bem-estar dos trabalhadores através da realização de melhorias imediatas, tais como a diminuição das horas de trabalho, o aumento dos salários, etc.;

Mas esta tarefa não é senão um flanco da prática do sindicalismo; ele prepara a emancipação integral; que não pode realizar-se senão através da expropriação capitalista; preconiza como meio de ação a greve geral e considera que o sindicato, hoje agrupamento de resistência, será no porvir o agrupamento de produção e de repartição, base da organização social;

O Congresso declara que esta dupla tarefa, a cotidiana e a do porvir, decorre da situação de assalariado que pesa sobre a classe operária e que faz com que todos os trabalhadores, sejam quais forem suas opiniões ou tendências políticas e filosóficas, tenham o dever de pertencer a este agrupamento essencial, que é o sindicato.

Como consequência, no que concerne aos indivíduos, o Congresso afirma a total liberdade do afiliado participar, fora do agrupamento corporativo, das formas de luta que bem corresponderem à sua concepção filosófica ou política, reservando-se à solicitar-lhe, em reciprocidade, que não introduza nos sindicatos as opiniões que professa fora deste;

No que concerne às organizações, o Congresso decide que a fim de que o sindicalismo atinja seu máximo efeito, a ação econômica deve-se exercer diretamente contra o patronato, as organizações confederadas não devem, enquanto agrupamentos sindicais, lidar com

partidos e seitas que, fora dele e ao lado dele, podem perseguir com total liberdade a transformação social. (LSOC, 2014)

Os congressos operários que reuniram as organizações sindicais brasileiras nos anos de 1906, 1913 e 1920 foram assumidamente sindicalistas revolucionários. Adotaram a linha da neutralidade política, federalismo, descentralização, antimilitarismo, ação direta, greve geral, e violência revolucionária. (MATEUS, 2012) Para o anarquista português Neno Vasco, presente no Primeiro Congresso da COB, em 1906: “O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. (...) Se o Congresso tivesse tomado caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe.” (SAMIS, 2002, p. 196)

O sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo são um conjunto de princípios e práticas políticas. Esses princípios e práticas são defendidos por militantes comprometidos com essa “linha política”. De acordo com Batalha (1997, p.104) no movimento operário existem três segmentos de participantes, de acordo com o grau de envolvimento e comprometimento: lideranças, quadros intermediários e a base. Para o movimento operário adotar uma determinada linha política é preciso que suas ideias, princípios e práticas sejam aceitas pela “maioria”, ou pelo menos, pela maioria que participa. Essa linha política deve ser adotada em momentos de mobilização, em assembleias e ou em congressos. No Rio Grande do Sul havia várias organizações operárias. Cada uma com uma dinâmica própria de acordo com suas características. Essas entidades, em determinados momentos, estavam articuladas e coordenadas em uma organização regional (FORGS) e em outros momentos não.

A linha política adotada pelos Congressos Operários: RJ e RS

Os operários rio-grandenses estavam representados nos congressos operários brasileiros de 1906, 1913 e 1920. Os congressos operários, no Rio Grande do Sul, ocorreram em 1898, 1920, 1925 e 1928. Para melhor entender o processo de formação e mobilização do movimento operário rio-grandense será feita uma análise das decisões dos respectivos congressos quanto ao critério de participação, princípios, formas e estratégia de luta. Optou-se por uma descrição cronológica dos eventos. Por isso a sequência dos congressos fica assim: 1898 (RS), 1906 (RJ), 1913 (RJ), 1920 (RS), 1920 (RJ), 1925 (RS) e 1928 (RS).

I Congresso Operário do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 1898

No I Congresso Operário do Rio Grande do Sul, realizado nos dias 01 e 02 de janeiro de 1898, em Porto Alegre, estiveram presente aproximadamente dez associações, um jornal e um grupo anarquista. O segundo ponto da pauta do Congresso foi: “Qual deve ser o modo de agir do proletário, no Estado?” Ficou decidido: Criação das Ligas Operárias de Resistência em todo Estado e confederadas entre si; criação de Câmaras de trabalho, criação de bibliotecas e de um jornal. Um grupo de anarquistas se fez presente nesse congresso de maioria socialista (reformista) que se apresentou como Grupo Libertários. Os anarquistas só concordaram com a organização das ligas e com a fundação de bibliotecas. Não concordaram com a criação de cooperativas. O Grupo Libertários apresentou a proposta de Boicotagem como arma de luta econômica. Foi aprovado por unanimidade. O Congresso declarou-se francamente socialista e aprovou a criação de um jornal. Foi eleita a Comissão Central da Confederação Operária Sul Rio-grandense. Nesse Congresso havia uma forte influência socialista reformista, perceptível nos discursos que defendiam a participação dos operários na política e posicionando-se contrários à revolução

e defenderam as reformas através do voto e da educação. De acordo com os relatos do Congresso, percebe-se que o grupo de anarquistas trabalhou o tempo inteiro pra dar um cunho mais combativo para os encaminhamentos do Congresso. Os anarquistas apresentaram a proposta do boicote como arma de luta e essa proposta foi aprovada por unanimidade. (PETERSEN, 1992, p.104)

Figura 01



Elaboração própria

No Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em 1898 a linha política foi a do “reformismo”, com forte influência dos socialistas. Militantes anarquistas estavam presentes e conseguiram aprovar a tática da boicotagem. Deliberou-se pela criação de uma Confederação, o que parece, não ter saído do papel.

I Congresso Operário Brasileiro, Rio de Janeiro, 1906

No I Congresso Operário Brasileiro, que aconteceu entre os dias 15 e 20 de abril de 1906, no Rio de Janeiro, foram definidos os princípios do sindicalismo revolucionário como linha de atuação do movimento sindical. Nesse primeiro congresso, que vai criar a Confederação Operária Brasileira (COB), ainda não se sabe, ao certo, se havia sindicalistas do Rio Grande do Sul. Silvia Petersen diz que os rio-grandenses não foram e enviaram um ofício em nome da União Operária. (PETERSEN, 2001, p.179) Outras fontes afirmam que o Rio Grande do Sul estava presente. Não foi possível ver as posições destes sindicalistas nos debates e votações do encontro. Uma fonte diz que, do Rio Grande do Sul, estava presente a União Operária e outra diz que era o Sindicato dos Marmoristas. (MATEUS, 2012, p.72) O certo é que, mesmo que sindicalistas rio-grandenses estivessem nesse congresso, eles não estavam “representando” os operários do Rio Grande do Sul. A Federação Operária do Rio Grande do Sul só vai surgir a partir das greves de outubro de 1906.

II Congresso Operário Brasileiro, Rio de Janeiro, 1913

No II Congresso da COB, ocorrido em 1913, estiveram presentes alguns representantes do movimento operário rio-grandense, organizados na Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). A FORGS estava de perfeito acordo com as deliberações do II Congresso, segundo o delegado Luiz Derive, muitos dos princípios adotados no congresso já eram princípios da FORGS. O Congresso se declarou firmemente sindicalista e contrário à introdução de política, assistência e cooperativismo no seu seio. (PETERSEN, 1992, p.176)

II Congresso Operário do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1920

Em 1920 aconteceram dois congressos: o II Congresso Operário do Rio Grande do Sul e o III Congresso da Confederação Operária

Brasileira. Em fevereiro de 1920, em Santa Maria, aconteceu uma reunião preparatória para o II Congresso Operário do Rio Grande do Sul, desta vez organizado pela FORGS. O Congresso se realizou de 21 a 25 de março em Porto Alegre. Estiveram presentes aproximadamente 30 associações ou sindicatos e o Congresso foi presidido por Luiz Derive. Nesse congresso algumas definições importantes foram tomadas. Uma delas foi que em caso de guerra externa deveria ser declarada uma greve geral revolucionária no campo e na cidade. Houve uma disputa entre maximalistas e anarquistas. Os primeiros queriam que o congresso se declarasse adepto da III Internacional Comunista de Moscou e os anarquistas defenderam a proposta do congresso se declarar adepto da Internacional apolítica de Berlim. Os anarquistas venceram. (PETERSEN, 2001, p.376)

A Declaração de Princípios aprovada no II Congresso Operário do Rio Grande do Sul deixou clara a sua posição enquanto “sindicalismo revolucionário”:

“(...) Os sindicalistas, na clara percepção dos fatos acima expostos, são adversários de qualquer organização monopolista. Eles aspiram a socialização das terras, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas e de todas as riquezas sociais, à reorganização de toda a vida social sobre a base de um comunismo livre, isto é, desprovido do que se chama o Estado (...) Os sindicalistas repelem a chamada conquista do poder político. (...) Sua missão é educar espiritualmente as massas e congregá-las nas organizações econômicas de combate, para conduzi-las, por meio da ação econômica direta, que tem sua expressão mais elevada na greve social, para a luta que se há de travar pela libertação da humanidade do jugo da servidão e do moderno Estado dividido em classes. Porto Alegre, RS, abril de 1920. (PETERSEN, 1992, p.230)

Nesse congresso a FORGS declarou adesão à Internacional anarcossindicalista, demonstrando que apesar das matizes, havia uma relação próxima entre essas duas estratégias sindicais que eram confortáveis do ponto de vista ideológico ao anarquismo. Mas no final, a FORGS lançou um manifesto reafirmando os princípios do sindicalismo revolucionário.

III Congresso Operário Brasileiro, Rio de Janeiro, 1920

Entre os dias 24 e 29 de abril de 1920, no Rio de Janeiro, aconteceu o III Congresso da Confederação Operária Brasileira. Fizeram-se presentes mais de 103 organizações e representando o Rio Grande do Sul estava presente a FORGS (apareceu no relato representação de Porto Alegre, Pelotas e Bagé). Os delegados do Rio Grande do Sul foram: Alberto Lauro, Orlando Martins e Joaquim Martins Areyes. (*A Voz do Povo*, 22/04/1920, p.01) O III Congresso decide por separar as caixas de beneficência dos sindicatos de resistência. Aqueles sindicatos que ainda possuem caixa devem tê-las separadas do sindicato para dar liberdade aos trabalhadores de se organizarem pra resistir sem necessariamente terem que contribuir com as caixas. O III Congresso orienta os sindicatos de resistências a não adorem nenhum tipo de cooperativismo. Declara a expectativa simpática a Internacional de Moscou cujos princípios correspondem aos anseios de liberdade e igualdade dos trabalhadores de todo o mundo saudação especial ao proletariado russo. Para o 1º de Maio, segue o exemplo da CGT Francesa, que propõe que no 1º de Maio nenhum trabalhador compareça ao trabalho. O 1º de Maio é dia de protesto e não de festa. (*A Voz do Povo*, 01/05/1920, p.01)

Orientação e finalidade. O 3º C.O.B. tendo em vista as condições particulares aos meios operários do Brasil, reafirma em linhas gerais as declarações sobre orientação feitas nos congressos de 1906 e 1913; por outro lado, porém, examinando e ponderando a situação histórica e de fato em que se encontra o proletariado mundial, nesse momento, julga necessário estabelecer, em termos precisos, um critério fundamental, positivo e realista, pelo qual deverão orientar-se todas as organizações, todas as lutas, todos os esforços dos trabalhadores do Brasil. (...) (*A Voz do Povo*, 30/04/1920, p.01)

Nesse manifesto fica elucidado que tudo gira em torno do choque de interesses entre trabalhadores e patrões, pobres e ricos, oprimidos e dominadores. Que a classe trabalhadora é quem produz a riqueza e

é roubada pelos capitalistas. Da consciência nasce a revolta, da revolta nasce a organização e a luta. Ficam assim definidos os princípios da organização operária: revolta contra a injustiça e contra o regime de desigualdade entre os homens, ação pela justiça, luta por um regime de igualdade. (*A Voz do Povo*, 30/04/1920, p.01)

Figura 02



AVOZ DO POVO, Rio de Janeiro, 01/05/1920. p.01

O III Congresso da Confederação Operária Brasileira (COB), confirma as orientações do sindicalismo revolucionário dos congressos anteriores (1906 e 1913).

III Congresso Operário do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1925

No III Congresso Operário do Rio Grande do Sul, organizado pela FORGS, em Porto Alegre, no final do mês de setembro de 1925, ficou nítida a confusão de propósitos e de linha de atuação dos sindicalistas. Aos poucos o movimento sindical vai abandonando o sindicalismo revolucionário e adotando princípios do anarcossindicalismo. Nesse Congresso, entre os pontos da pauta, estava: 01 – Informe dos delegados; 02 – informes do Congresso da AIT, 03 – Imprensa operária, 04 – Comitê pró-presos, 05 – Nosso lema de luta, 06 – Situação da mulher operária, 07 – Organização dos trabalhadores rurais, 08 – Grupo Libertários, 09 – a política no seio dos trabalhadores e 10 – Diversos.

A FORGS delibera afirmando sua aderência às decisões do Congresso de Amsterdam, da AIT (anarcossindicalista), de março de 1925. Logo após os relatos e debates sobre os congressos anarquistas ocorre um conflito com os delegados representantes da União dos Operários Estivadores (UOE) de Porto Alegre. Um anarquista perguntou (Kniested) se a entidade havia sido convidada pra participar do Congresso Operário. Os trabalhadores responderam que sim. Ocorre um protesto, por parte dos representantes da UOE, pela pergunta que lhes foi feita. Kniested justificou a pergunta alegando que conhece um dos delegados que é militante de um partido político. O delegado da UOE, Manoel Pereira, diz que deve ser afastada do Congresso toda e qualquer discussão ideológica e política. Entende-se que o militante comunista defende os princípios do sindicalismo revolucionário! Kniested afirma que o III Congresso se declarou seguidor da AIT e por isso não deveria aceitar membro de partidos no Congresso Operário. Manoel Pereira se posiciona assim: “(...) diante dessa resolução, de não aceitar a sua proposta, retirando do congresso a discussão ideológica reserva-se o direito de criticar a orientação do mesmo.” (PETERSEN, 1992, p.279) Os ânimos se acirram. Reduzindo Colmenero (anarquista de Bagé) ataca a ditadura do proletariado e diz que não aceita o tratamento de camarada por parte daqueles que são favoráveis ao regime despótico da Rússia, da ditadura dos bárbaros senhores de Moscou e seus asseclas, entre outras acusações. Manoel Pereira retruca dizendo que está, na-

quele congresso, numa ditadura. Sobre a imprensa operária é discutido o fato que não existe no Brasil um jornal libertário. Sobre o ponto 09 – a política no seio dos trabalhadores, os congressistas retomaram as discussões do Congresso Operário Brasileiro, declararam que a política, nas suas mais diversas modalidades, a mais formidável barreira as aspirações igualitárias. Afirmam que o III Congresso operário combate todos partidos políticos, mesmo os que se apresentam com a burla da tal “ditadura do proletariado”. Defende a organização dos trabalhadores em federações de produtores livres para a instituição do comunismo libertário. (PETERSEN, 1992, p.287)

Esse Congresso possui característica do anarcossindicalismo pelo fato de não permitir a participação de militantes operários filiados a partidos políticos. Para participar do Congresso o operário ou militante deveria aderir a um projeto com princípios libertários. Aprovaram uma resolução com os princípios do anarcossindicalismo e aderem a Internacional de Amsterdam, de 1925, anarcossindicalista.

IV Congresso Operário do Rio Grande do Sul, Pelotas, 1928

O IV Congresso Operário do Rio Grande do Sul aconteceu em 1928 e foi precedido de um encontro preparatório em 1927. O encontro preparatório de 09 e 10 de janeiro de 1927, em Pelotas, que contou com 18 delegados, sendo dois de Porto Alegre, nove de Pelotas e quatro de Bagé. Na abertura do encontro foi discutido o caráter do mesmo. Se era sindicalista revolucionário ou anarcossindicalista. Se fosse o primeiro, os participantes seriam definidos pelos convites e se fosse anarcossindicalista seria por delegação dos sindicatos e necessitaria de credenciamento. O caráter de reconhecimento das posições ideológicas se sobrepôs em relação ao critério de delegação. Houve um desentendimento em relação à presença de um delegado sindical que não era anarquista. As principais decisões desse encontro foram: a confirmação da adesão a AIT e a transferência da sede da FORGS pra Bagé. (LONER, 2011)

O IV Congresso aconteceu nos dias 02 e 03 de janeiro de 1928, na cidade de Pelotas. Nele participaram vários sindicatos e organizações

anarquistas, do Rio Grande do sul, do Brasil e de países vizinhos. O anarquista Florentino de Carvalho defende a proposta que os delegados libertários tenham voz e voto no Congresso e aconselhou que fosse aumentado o número de seus representantes. Essa proposta foi aprovada. O militante denominado Pinto, representante da organização operária de Uruguaiana, propõe uma mudança de estratégia nas organizações. Ele defendeu que fosse criada a Associação Proletária Regional Gaúcha e que fosse evitado o uso do termo sindicalista. Segundo ele o termo sindicalista prejudicou muito a militância libertária. Essa associação proposta por Pinto seria a união de todas as associações operárias do Rio Grande do Sul. Que essa associação abandonaria a luta por conquistas imediatas. Pinto faz uma crítica ao sindicalismo revolucionário e ao anarcossindicalismo. Ele critica o anarcossindicalismo adotado pela Federación Obrera Regional Argentina (FORA) e pela Unión Sindical Argentina (USA) e acrescenta que defende a organização moldada pelos métodos bakunianos, que, segundo ele, foram experimentados em 1870, e, mais tarde, desviados de sua rota inicial por elementos sindicalistas. (RODRIGUES, sd, p.02)

O debate proposto por Pinto, de Uruguaiana, consome várias horas. Esse debate tão longo foi motivado pela oposição do delegado de São Paulo, Domingos Passos. O delegado de São Paulo afirmou que qualquer mudança no modelo de organização iria lançar as associações operárias nas mãos dos inimigos. O delegado de Bagé, Reduzindo Colmenero, faz críticas a proposta de Pinto e fala dos “desvios” da Federação Unitária da França”, da “Federação Nacional da Espanha”. Reduzindo elogia a atuação da FORA. O delegado de Uruguaiana, Pinto, continua afirmando que por experiência, por ter militado muitos anos na Argentina, sabe que existem bons militantes anarquistas na FORA, e que essa organização falta com sua missão história pelos defeitos do sindicalismo. Continua afirmando que (...) as organizações que propõe não são sindicalistas nem anarquistas, e que, tão pouco pretende a organização de grandes “massas.” (RODRIGUES, sd, p.02)

Abaixo mais um trecho da fala de Pinto:

Devemos trabalhar seriamente pela organização do maior número possível, e, dentro destas organizações, procurar propagar o nosso ideal e os nossos métodos de luta. Se o sindicato no sul não tem correspondido à expectativa foi por causa, como se tem observado, das próprias declarações dos delegados; os anarquistas aparecem nos sindicatos como estranhos, superiores ou messias; acham que nos devemos confundir com os trabalhadores, e não destacar-nos; é preciso que nossas palavras encontrem eco no coração do povo, e não se assemelhem a ordens ou lições. Concorda que os anarquistas formem agrupações suas, e, que, depois destas formadas, procurem arrastar para elas todos os homens, indistintamente. (PINTO apud RODRIGUES, s/d, p. 02)

Pinto acrescenta: “(...) a incompreensão das nossas atividades, pode levar os trabalhadores a um descalabro.” (Idem) O representante de São Paulo, Domingos Passos, diz que o Congresso Operário do Rio Grande do Sul não poderia colocar a perder a obra construída pela COB, em seus três Congressos. Propõe um comitê de reorganização da COB. A proposta foi aprovada. Militantes de Porto Alegre defendem que a COB tenha orientação genuinamente anarquista. Domingos Passos diz que a orientação da COB será traçada no quarto Congresso. (PASSOS apud RODRIGUES, s/d, .p. 02)

Este congresso de 1928 foi, talvez, o mais complicado, confuso e tumultuado dos congressos da FORGS. Nele ficou nítida a disputa por estratégias distintas dentro do movimento operário. Alguns anarquistas presentes no Congresso pretendiam mudar de estratégia, cogitando inclusive, abandonar a luta sindical. Os militantes anarquistas acabaram se isolando. Em 1928 a Federação Operária do Rio Grande do Sul deixou de ser “operária” e passou a ser anarquista/anarcossindicalista.

Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi conhecer a linha política adotada pelos Congressos Operários no Rio Grande do Sul. No Primeiro Congresso Operário, de 1898, a linha foi reformista com o congresso se declarando socialista, contrário às ações radicais (revolucionárias) e a favor das mudanças através do voto. Nesse primeiro congresso ficou decidida a criação de uma entidade regional, mas parece que a proposta não saiu do papel. Em relação ao Primeiro Congresso Operário Brasileiro, de 1906, não havia representação operária do Rio Grande do Sul, pelo simples fato de não existir uma entidade ou um instrumento que representasse os operários deste Estado. Talvez estivessem presentes alguns operários, trabalhadores em mármore (anarquistas), que a partir das orientações e articulações do congresso influenciaram na greve de 1906, em Porto Alegre, origem da FORGS. Esse primeiro congresso operário brasileiro se declarou sindicalista revolucionário. No II Congresso Operário Brasileiro, em 1913, o operariado rio-grandense, através da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), estava representado. De acordo com o delegado, Luiz Derive, muitos dos princípios e orientações do Congresso, já eram experimentados e desenvolvidos pela entidade do RS. Isso nos leva a crer que nessa época, a linha política da FORGS, era o sindicalismo revolucionário, linha definida pelo II Congresso Operário Brasileiro. Em 1920, no II Congresso Operário do Rio Grande do Sul, aparece uma disputa interna na FORGS. Estavam presentes propostas pró Moscou (maximalistas). Os comunistas queriam que o Congresso se declarasse adepto da Internacional de Moscou e os anarquistas, que venceram, propuseram a adesão à Internacional anarcossindicalista de Berlim. No final do Congresso fazem um manifesto declarando os princípios do sindicalismo revolucionário. Delegados do Rio Grande do Sul estão presentes no III Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1920. Esse congresso ratifica a linha do sindicalismo revolucionário dos congressos anteriores (1906 e 1913). No III Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em 1925, em Porto Alegre, a FORGS com poucos sindicatos filiados, de início já se posiciona de

acordo com o Congresso anarcossindicalista de Amsterdam, ocorrido naquele mesmo ano. Além de ter um número reduzido de sindicatos participando do congresso, os operários não permitem que representantes de sindicatos que não sejam anarquistas, ou que sejam filiados a partidos políticos, participem do Congresso. Em 1927, em Pelotas, antes de acontecer o IV Congresso Operário do Rio Grande do Sul, os militantes operários anarquistas, ou militantes anarquistas, realizaram um encontro de preparação do mesmo. Nesse encontro foi permitida a participação somente de militantes anarquistas e discutiram a organização do Congresso da FORGS de 1928. Do encontro preparatório ficou decidida a adesão à internacional Anarcossindicalista de Amsterdam. Em 1928, no IV Congresso Operário, percebe-se uma baixa participação de entidades operárias. O critério de participação era ser adepto do anarcossindicalismo ou do anarquismo. Nesse Congresso houve um grande debate sobre a estratégia a ser adotada pelos operários e anarquistas. Tiveram propostas anarcossindicalistas, proposta sindicalista revolucionária e proposta de criar organizações políticas anarquistas (modelo de Bakunin). Venceu, o que tudo indica, a proposta anarcossindicalista.

A linha do sindicalismo revolucionário teve destaque no Rio Grande do Sul, a partir de 1912, com destaque para os anos de 1917, 1918 e 1919. Depois dos anos 20, principalmente de 1925 em diante, o anarcossindicalismo teve mais destaque nos Congressos da FORGS. Dos quarenta anos da Primeira República, entre dez e quinze anos o sindicalismo revolucionário influenciou significativamente a luta operária no Sul. A repressão, a Revolução Russa com a crescente participação dos comunistas, as outras correntes e partidos políticos e o anarcossindicalismo contribuíram para a fragmentação e conseqüente enfraquecimento do movimento operário no Rio Grande do Sul, no final da República Velha. Alguns anarquistas do Rio Grande do Sul começaram a fazer “obra de partido” dentro do movimento operário (lembrando Neno Vasco em 1906). A confusão se deu em relação as concepções de tática e estratégia: organização política, corrente/tendência e movimento social (de massa).

Algumas questões podem ser problematizadas: Por que não houve Congresso Operário no Rio Grande do Sul, entre 1912 e 1920,

período de maior influência do sindicalismo revolucionário? Se não houve, como perceber e analisar a forma de introdução dessa linha política? Qual a relação entre os anarquistas, o anarcossindicalismo, o sindicalismo Revolucionário e a FORGS?

Fontes

A Voz do Povo, Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=720003&pagfis=825&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso: 10 de agosto de 2016.

Referências bibliográficas

BAKUNIN, Mikhail. *Textos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

BATALHA, Claudio. “Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário”. *Anos 90*. Porto Alegre, nº 08, 1997.

CORRÊA, Felipe. *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo: Faísca, 2011.

CORRÊA, Anderson Pereira. “Demetrismo e Cassalismo na formação da classe operária alegretense”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio grande do Sul*. Porto Alegre: nº.148, 2014.p.11-26.

LEVAL, Gaston. *Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário (a dupla greve de Genebra)*. São Paulo: Editora Imaginário, 2007.

LONER, Beatriz Ana. “O Movimento Operário”. In: _____. *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

_____. “O IV Congresso Operário Gaúcho e o ocaso do movimento Anarquista no Rio Grande do Sul”. *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.2, 2011, p. 176-203.

LSOC, 07 de novembro de 2014. Localizado em: <http://amigosdalsoc.blogspot.com.br/2014/11/a-carta-de-amiens-um-marco-do.html> Acesso em: 28/08/2016. 19:25

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. “O sindicalismo revolucionário como estratégia dos Congressos Operários (1906,1913,1920)”. *Revista Enfrentamento*. Goiânia: nº 12, 2012. p.65 – 76.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870 – 1937)*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Tchê!: 1992.

_____. “*Que a união operária seja nossa pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editorufsm; Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

RODRIGUES, Edgar. “O 4o Congresso do rio Grande do Sul visto por Domingos Passos”. In: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/passos/10congresso.htm>

SAMIS, Alexandre. “Pavilhão Negro sobre pátria Oliva: Sindicalismo e anarquismo no Brasil”. COLOMBO, Eduardo Et al (Org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

_____. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.

SCHMIDT, Benito. *Em busca da Terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarina, 2004.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. “A Bipolaridade Política Rio-grandense e o Movimento Operário (188?-1925)”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, n.2, 1996. p.5-26

Militância anarquista e Verbo de Fogo: Pedro Augusto Motta, sindicalismo revolucionário e imprensa libertária no Ceará dos anos 1920³³

Victor Pereira

Doutorando em História Social
Universidade Federal do Ceará

O presente capítulo enseja discutir sobre o sindicalismo de resistência, o sindicalismo revolucionário, a imprensa libertária e as ideias anarquistas no Ceará dos anos 1920, tomando como ponto de partida e fio condutor a trajetória do militante Pedro Augusto Motta, gráfico anarquista cuja vida é marcada por significativa atuação sociopolítica no Brasil das primeiras décadas do século XX. O militante teve participação em associações do seu ofício, no movimento operário, em grupos de afinidade e de propaganda anarquista, assim como na imprensa de matriz libertária, editando e escrevendo nos jornais *Voz do Graphico* (CE – 1920-1922), *O Combate* (CE – 1921) e *A Plebe* (SP – 1917-1951).

Como dito, o recorte espacial do texto se circunscreve ao Ceará. Entretanto, embora a delimitação traçada *a priori* esteja dentro dos limites político-administrativos do que se convencionou chamar de Ceará na época, a história do sindicalismo revolucionário, da imprensa libertária, do anarquismo, assim como do militante Pedro Augusto Motta, não se restringem a esse recorte, por estarem em constante conexão e intercâmbio com militantes, grupos editores e núcleos de afinidade em ou-

³³ Este capítulo é uma versão adaptada de parte da dissertação de mestrado defendida no ano de 2013, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social/UFC, com título “Pedro Augusto Motta: Militância Libertária e *Verbo de Fogo*”. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil, 2013.

tras cidades do Brasil (notadamente Recife, São Paulo e Rio de Janeiro) e ainda com outros lugares do mundo, como é o caso de Portugal.

Além disso, cumpre destacar que, na trajetória de Pedro Augusto Motta, observando as dimensões de seu itinerário, só é possível reconstituir e compreender seu percurso levando em consideração as articulações políticas, os intercâmbios, as leituras, as práticas associativas e experiências militantes do seu tempo, no diálogo com o movimento operário, o anarquismo e a militância libertária nas primeiras décadas do século XX no Brasil, no âmbito das práticas e sociabilidades anarquistas.

Pedro Augusto Motta. Leitor, poeta social, tipógrafo, autodidata, editor de jornais operários, conferencista nos modestos salões operários, polemista, participante destacado nas lides associativas comprometidas com a luta e resistência ante a exploração e a opressão. Múltiplas facetas compõem sua trajetória militante. Nascido no Ceará, não se sabe precisamente onde, nem exatamente quando; no entanto, é provável que tenha sido em Fortaleza, cerca de 1894. Pedro Motta (nome que adotou na escrita de seus artigos, quando não usava pseudônimos) desenvolveu intensa atividade militante, nas cidades de Fortaleza e São Paulo. Foi um dos animadores do Partido Socialista Cearense (PSC), fundado no Ceará no ano de 1919; experiência de largo significado em sua formação.

Em Fortaleza, no princípio dos anos 1920, difunde no meio operário o sindicalismo revolucionário, em paralelo à ação pela palavra impressa, colaborando na organização dos trabalhadores pela base, destacando-se como um dos principais animadores, senão o mais destacado, de várias experiências organizativas que resultariam na criação de associações de trabalhadores, organizações de ofícios vários e comitês de solidariedade, intensificando o intercâmbio e relações políticas com anarquistas de São Paulo e do Rio de Janeiro e difundindo a palavra impressa como forma de educação entre os trabalhadores. Nessa labuta organizativa, vai afirmando sua escrita de combate como um dos mais ativos “jornalistas da classe” no Ceará, editando os jornais *Voz do Graphico* e *O Combate*. Fruto de sua escrita nas folhas operárias, nos panfletos, nas convocatórias, nas cartas, se vai lapidando um “Verbo de Fogo”, título de uma brochura que enfeixa sua poesia social.

Pedro Augusto Motta compartilha o pioneirismo na difusão das ideias anarquistas no Ceará nas primeiras décadas do século XX. Devido à sua firme atuação, sofreu perseguições dos patrões, da imprensa de matriz católica, do pensamento conservador. Logo, seu nome estaria na “lista negra dos indesejáveis” – expediente comum da repressão patronal. No ano de 1919, é demitido da tipografia do jornal *Correio do Ceará*, periódico que pertencia ao empresário do ramo gráfico Álvaro da Cunha Mendes, mais conhecido como A. C. Mendes. O motivo alegado pelo patrão para a demissão é dito claramente: “moralizar o seu estabelecimento gráfico”. Sem trabalho, Pedro Motta, em vão, bate à porta de outras oficinas gráficas da cidade, não conseguindo lugar em nenhuma delas. Na oficina do Sr. Francisco Carneiro, revela-se o porquê da não aceitação de Pedro Motta em sua tipografia: “Porque o Sr. A. C. Mendes não quer que se dê collocação a nenhum adepto do Partido Socialista Cearense”. (*CEARÁ SOCIALISTA*, 10/08/1919, p. 1) No início dos anos 1920 é improvável conseguir trabalho nas oficinas gráficas de Fortaleza; como retaliação dos patrões-industriais, urgia afastar sua influência e silenciar sua atividade militante.

Em meio às dificuldades materiais de sobrevivência e em causa das atividades militantes, migra para São Paulo, no meado de 1923, sendo acolhido pela rede de solidariedade libertária espalhada pelo Brasil, que tinha como destacado ponto de convergência o jornal *A Plebe*, um dos periódicos anarquistas de maior difusão no meio operário do período em várias cidades do país. Saído de Fortaleza em direção a São Paulo, é recebido pelos camaradas anarquistas do Grupo d’*A Plebe*.

Continua sua militância na capital paulista participando do Centro Libertário Terra Livre, grupo de afinidade e propaganda libertária, passando a integrar o grupo editor do jornal *A Plebe*, onde logo teria participação destacada. No periódico libertário, escreveu de um todo – notícias e fatos da luta social, artigos, poemas e colunas. Em sua atividade no grupo editorial d’*A Plebe*, manteve a coluna “Commentários”, onde sua verve irônica discorre sobre os fatos e notícias de interesse para a militância libertária e o operariado no Brasil. Em São Paulo, mantém ativos os laços de solidariedade e intercâmbio com a militância libertária

no Ceará, cuja expressão é a regular correspondência e os acesos embates por impresso com o proselitismo católico em Fortaleza.

Na capital paulista, vistos os fatos da conjuntura e o grau de sua militância anarquista, Pedro Motta é preso, vítima da intensa repressão dos anos 1920, quando, em meio aos fatos decorrentes da Revolta Paulista de 1924, assina com outros trabalhadores libertários um Manifesto de apoio aos militares sediciosos. Trancafiado em São Paulo, em seguida é transferido para o Rio de Janeiro, então Capital Federal, onde passa alguns meses preso na Polícia Central, junto com outros presos políticos anarquistas. De lá, em maio de 1925, é deportado com centenas de outros “indesejáveis”, seguindo em um navio-prisão para o desterro na Clevelândia do Norte, campo de concentração localizado no Oiapoque, extremo norte do Brasil, na fronteira com a Guiana Francesa.

A trajetória de Pedro Motta, apresentada em traços gerais neste capítulo, desde o exame dos registros da memória militante, é forjada pela reconhecida atividade militante sindical, na imprensa libertária e na propaganda do anarquismo, e ainda pela perseguição política, levada a efeito pelos potentados por conta de sua postura de rebelde e “indesejável”. Uma militância impulsionada por um profundo sentimento de ódio à tirania e à exploração e, ao mesmo tempo, alimentada pelo amor às ideias novas, donde sedimenta a convicção no anarquismo como ideário de transformação social e o desejo de realizar a utopia de um mundo novo por meio da revolução social. Um itinerário de agitação social, que se nega a ser visto em linha reta ou de um único ângulo. Sua trajetória carrega dimensões da experiência coletiva de seu tempo, desde a luta por melhores condições de vida e trabalho para os homens e mulheres operárias, à crítica ao capitalismo enquanto sistema de dominação social, à construção do movimento operário, à defesa da organização e união dos trabalhadores, à bandeira da educação operária, à propaganda das ideias novas, às batalhas pela revolução social, à poesia radical, ao anúncio do mundo novo que virá, baseado na solidariedade, na igualdade e na liberdade.

As ações e o pensamento de Pedro Augusto Motta desenvolvem-se em diálogo com a experiência militante no período. No associativismo operário ou na imprensa, sua atuação é resultante do esforço

de múltiplos sujeitos sociais, e deve ser compreendida como experiência coletiva. Ainda que sua militância seja incansável nas associações de trabalhadores das quais participa e seu ativismo ganhe destaque nas páginas dos jornais que edita e escreve – sendo muitas vezes um de seus principais articuladores –, esta abordagem da trajetória militante de Pedro Motta não se propõe a tratá-lo como uma “liderança privilegiada”, um “grande homem”, um indivíduo “à frente de seu tempo”, ou como um “herói do movimento operário”, e sim como um personagem da história social dos trabalhadores, um sujeito que viveu em determinado espaço e tempo, pleno de contradições, antagonismos, necessidades e interesses³⁴

Do sindicato de resistência ao sindicalismo revolucionário: Pedro Augusto Motta, os gráficos e as afinidades libertárias no Ceará dos anos 1920

No ano de 1920, parte da militância dissidente do recém-criado (e logo dissolvido, com poucos meses de existência) Partido Socialista Cearense (PSC), entre eles o gráfico Pedro Augusto Motta, passa a defender um tipo de sindicalismo que no Ceará se nomeou de sindicalismo de resistência, uma proposta de organização e luta sindicalista que se apresentava como uma oposição às sociedades beneficentes e de auxílio mútuo, pelo seu caráter reivindicativo e por defender a resistência ao patronato, ao capitalismo e às suas formas de dominação e opressão. O sindicalismo de resistência inaugura no Ceará uma agenda de reivindicações e um estilo militante que traz consigo essencialmente a postura rebelde ante à exploração econômica capitalista e a defesa de um corte de classe entre os exploradores e os explorados, propondo a elevação

34 Como sugere o historiador E. P. Thompson, os homens e mulheres devem ser compreendidos como sujeitos, embora: “(...) não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] e [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.” (THOMPSON, 1981, p. 182)

da consciência dos trabalhadores e apontando como horizonte da luta social a completa emancipação dos trabalhadores.

O primeiro passo no sentido de unir os trabalhadores em uma proposta de associativismo reivindicativo de resistência (de acordo com a documentação consultada), parece ser a fundação da União Geral dos Trabalhadores Cearenses (UGT), em 1º de Maio de 1920, reunindo cerca de trezentos associados. Participam da diretoria João Gonçalves do Nascimento, Raymundo Ramos, Frederico Salles, Manoel Paulino de Moraes. Alguns meses depois, outro passo é a fundação da Associação Graphica do Ceará (AGC), em 12 de setembro de 1920. O gráfico Pedro Augusto Motta participa da diretoria da Associação Graphica, ao lado de José Moraes (secretário), Raymundo Bessa (tesoureiro), Francisco Falcão (delegado) e Pedro Ferreira (delegado).

Assim como a UGT, a criação da Associação Graphica, pela sua militância e na propaganda das ideias, defende o sindicalismo de resistência, como se pode observar nas páginas do seu jornal *Voz do Graphico*, em sintonia com a estratégia anarquista para o movimento operário no Brasil, o chamado sindicalismo revolucionário, proposta de organização amplamente difundida no país e outras partes do mundo naquele período, definida nos Congressos Operários Brasileiros de 1906, 1913 e 1920.³⁵ De modo geral, o sindicalismo revolucionário³⁶ defendia a luta pela ação direta, sem a mediação parlamentar, mesmo que de origem operária, e a neutralidade política e religiosa, entendendo-se o sindicato enquanto lugar de luta econômica. Os sindicalistas revolucionários se abstinham de discutir ou deliberar assuntos “políticos” ou religiosos, embora compreendessem a luta também como política, no entanto, em um sentido mais amplo, exterior à esfera parlamentar, à chamada “política burguesa”. Quanto à perspectiva revolucionária, sua expressão se dirige à luta pela emancipação econômica, social e política. Essa emancipação seria fruto da união e organização dos trabalhadores

35 As resoluções dos três congressos operários, definidas no congresso de 1906 e em grande parte reafirmadas nos congressos subsequentes de 1913 e 1920, podem ser encontradas em (PINHEIRO & HALL, 1977) e (RODRIGUES, 1979).

36 Para uma definição do conceito de sindicalismo revolucionário, cf: (DE JONG, 2004, pp. 271-284). Para ver uma discussão mais aprofundada acerca do sindicalismo revolucionário: (SAMIS, 2004) e (SAMIS, 2009).

e adviria da luta pela Revolução Social, pelo advento do Novo Mundo. Para os anarquistas, a nova sociedade, fundada no máximo de igualdade, liberdade e solidariedade, é a Anarquia.

A Associação Graphica do Ceará e a União Geral dos Trabalhadores Cearenses se formam num contexto de disputa no meio operário do Ceará. Há bem pouco tempo (1919), a experiência do Partido Socialista Cearense (PSC) havia assustado o patronato cearense, com suas greves, *meetings*, manifestações públicas e a adesão de grande número de trabalhadores ao Partido. Logo em seguida fundou-se a UGT, com trezentos associados, depois a Associação Graphica, com uma militância que carregava consigo a experiência dessas lutas anteriores e passara a desafiar o poderio de industriais, patrões, donos de jornais, e defendendo uma estratégia de luta de combate e revolucionária. Assim, nesse contexto, de um lado, temos as sociedades beneficentes, modelos de cooperativas de consumo e de apoio aos trabalhadores, em caso de doença ou outra necessidade. Junto das beneficentes, estava o Circulismo Católico, que faz frente ao modelo de sindicato de resistência e traz para suas fileiras cada vez mais trabalhadores, adquirindo grande força e base social; de outro lado, o sindicalismo de resistência, que se define pela luta reivindicativa e perspectiva revolucionária.

Nessa conjuntura, os gráficos da AGC, junto de outros militantes, avaliam a necessidade de criar uma organização ampla, que possa reunir associações, ligas operárias e sindicatos de trabalhadores, e que seja uma organização de tipo abertamente sindicalista e de luta aberta contra a exploração e a opressão dos trabalhadores. Nesse sentido, iniciam um esforço de criação de outra organização de ofícios vários, desta vez a Federação dos Trabalhadores do Ceará (FTC), que se propõe a agregar trabalhadores de várias categorias em defesa de um sindicalismo de combate e enfrentamento aos patrões. Agora, diferente da União Geral dos Trabalhadores e da Associação Gráfica, é clara a adesão ao sindicalismo revolucionário, como podemos constatar da leitura de seus estatutos, publicados n’*O Combate*, jornal da Federação:

CAPÍTULO I

Constituição

Art. 1º – Fica constituída em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, a Federação dos Trabalhadores do Ceará, formada pelas associações operárias organizadas em sindicatos de ofícios e de indústria, ou em ligas operárias ou sindicatos de transportes e ofícios vários, e que reúnam as seguintes condições:

serem compostas exclusivamente de trabalhadores assalariados;

basear-se na defesa dos interesses operários e resistir à exploração capitalista;

contar no mínimo vinte associados;

não tratar de religião, nem política no seu seio;

[...]

CAPÍTULO II

Fins

Art. 2º – A Federação dos Trabalhadores do Ceará, tem por fim promover o levantamento moral e intelectual de seus federados, a união dos trabalhadores assalariados, estreitando os seus laços de solidariedade, estudando e propagando os meios de ação mais práticos para, com força e coesão, reivindicarem os seus direitos, já econômica, já profissional, já moral e socialmente falando, e esforçando-se para sua completa emancipação. (*O COMBATE*, 26/06/1921, pp. 300-301. grifos nossos.)

O militante Pedro Augusto Motta contribui de forma significativa em todas essas experiências associativas, na fundação da Associação Graphica do Ceará, na União Geral dos Trabalhadores Cearenses e na Federação dos Trabalhadores do Ceará. Além disso, promove, com outros camaradas, várias ações no meio operário, entre iniciativas de solidariedade no Comitê Pró-Flagelados Russos e no Grupo Libertário Amigos d’*A Plebe*, quando se inicia a afinidade libertária com o grupo editor do jornal *A Plebe* de São Paulo. Além disso, como atestam os registros da época, são de significado suas ações voltadas para a difusão

dos pressupostos da educação racional e a luta de propaganda nos salões operários, quando as leituras comentadas em forma de conferências vão espalhando os conteúdos dos livros e das leituras do período. Uma nota publicada no jornal *Voz do Graphico* convida os trabalhadores para uma “Palestra Operária”, a ser proferida pelo “companheiro Pedro A. Motta, com título ‘O Socialismo e as sociedades de resistência ou sindicalistas’.” (*VOZ DO GRAPHICO*, 06/01/1921, p. 94)

Suas ações na imprensa e nos sindicatos de resistência fazem parte de um mesmo projeto: a imprensa alimenta a movimentação social e as ideias correntes, afirmando a perspectiva do sindicato como escola; e a luta alimenta a imprensa, desde a prática e experimentação do pensamento dando substância às ideias defendidas nas páginas dos jornais. Palavra e ação, em sintonia. A pedagogia da militância se faz na luta e no jornal, nas associações, nos *meetings*, na greve, nas conferências.

Da leitura do jornal *Voz do Graphico*, tem destaque as relações firmadas entre o núcleo libertário de Fortaleza e alguns camaradas no interior do Ceará, que, ao passo que criam as afinidades, realizam o intercâmbio de ideias socialistas, comunistas e anarquistas. Na edição de 11 de dezembro de 1921, uma nota felicita a fundação da escola “Solon de Magalhães”, pela Aliança Artística e Proletária de Quixadá, associação operária fundada naquele ano na cidade de Quixadá – cidade que fica a aproximadamente 170 km de Fortaleza; (*VOZ DO GRAPHICO*, 11/12/1921, p. 232) Estudos sobre o período afirmam a afinidade da Aliança com o movimento anarquista, sendo a expressão mais evidente as relações com Pedro Augusto Motta e a Associação Graphica do Ceará. O intercâmbio via conferências, jornais e sessões de propaganda indicam a influência do núcleo libertário de Fortaleza e a “amizade libertária de longa” data que alimentava as relações entre os grupos.

As afinidades e leituras compartilhadas se verificam quando da escolha do nome da escola noturna da Aliança. Discutido com “vivo interesse” o assunto pelos associados, a primeira sugestão é a de Francisco Ferrer y Guardia, como homenagem à “vida de peregrinação do socialista espanhol [...] que fora fuzilado pelo fato de pregar doutrinas libertárias.” (*ATA DA ALIANÇA ARTÍSTICA E PROLETÁRIA DE QUIXADÁ – AAPQ*, 13/11/1921 apud: SILVA, 2000, pp. 94-95)

Fruto deste intercâmbio é a presença do jornal *A Plebe*, de São Paulo, chegado a Quixadá pelas mãos dos editores do *Voz do Graphico*, como se verifica nas atas da Aliança para o ano de 1921. Passados dois anos, já se vê o intercâmbio frutificando em ações concretas de apoio à difusão da imprensa anarquista no Ceará. Da leitura do jornal *A Plebe*, a diretoria da Aliança pratica o princípio da solidariedade militante, acolhendo “um apelo da redação do mesmo para que se proteja pecuniariamente aquele órgão de publicidade, paladino das classes trabalhadoras no Brasil”. Por proposta do camarada secretário-relator (Sizenando Cavalcante), ficou assentado se mandar circular uma Bolsa em benefício dos jornais ‘*A Plebe*’ e ‘*O Trabalho*’, na reunião de Assembleia Geral [...] atendendo desta maneira o apelo dos valentes órgãos dos oprimidos”. A Bolsa rendeu 16\$000, valor equivalente à contribuição mensal de oito sócios, “quantia considerável, ao menos para as contas da associação.” (ATA DA ALIANÇA ARTÍSTICA E PROLETÁRIA DE QUIXADÁ – AAPQ, 13/11/1921 apud: SILVA, 2000, pp. 95-96)

Tais laços certamente decorrem da ação de Pedro Augusto Motta em torno do Grupo Libertário Amigos d’*A Plebe*, de Fortaleza. Esses laços de afinidade entre os militantes de Fortaleza e do interior do estado acabam despertando preocupação nos grupos politicamente conservadores e contrários ao sindicalismo revolucionário. Daí a interveniência do Centro Artístico Cearense³⁷, que, em carta enviada à Aliança, considera indevido o apoio prestado ao periódico *A Plebe*. A carta é refutada pela Aliança como “uma pretensão muito descabida” do Centro Artístico, e reagem afirmando que: “a remessa da mensagem pelos andarilhos cearenses aos redatores do jornal *A Plebe* [...] era uma ótima oportunidade de corresponder-se com aquele jornal [...] e que não causava nenhum dano a quem quer que fosse [...] que ali naquele centro ou por outras palavras na Capital paulista para onde seguem os tais pe-

37 O Centro Artístico Cearense, fundado no dia 8 de Fevereiro de 1904, é uma associação que poderíamos chamar de “agremiação aberta”, pois constituída por associados de diferentes ramos profissionais, ofícios e ocupações. Em sua linha política, o Centro defendia que os trabalhadores deveriam eleger representantes parlamentares, para que tivessem participação política e voz nos negócios do governo e do Estado, o que ia de encontro à perspectiva defendida pelo grupo editor do *Voz do Graphico* e d’*O Combate*; daí os embates entre os militantes afinados com a proposta do sindicalismo revolucionário e o Centro Artístico.

destres, temos alguns amigos e entre eles alguns cearenses...” (ATA DA ALIANÇA ARTÍSTICA E PROLETÁRIA DE QUIXADÁ – AAPQ, 13/11/1921 apud: SILVA, 2000, p. 97. grifos no original)

A solidariedade de classe salta das páginas do jornal *Voz do Graphico*, dando a perceber que o princípio do apoio mútuo, vivido como expressão de camaradagem, se estende ao imperativo de manter viva a difusão da ideia. É o caso aqui da notícia vinda de Pernambuco, quando diversos *camaradas operários* se juntam em apoio ao *Voz do Graphico*, afirmando que o periódico anarquista “tem a hombridade de defender o direito dos oprimidos, sem temer a rolha do poder ou ambicionar as patacas estaduais, oiro este que até hoje tem encravado as válvulas da imprensa mercenária como é a dessa terra de tartufos”. Em “Munições Recebidas”, destaca-se também um notável costume na imprensa anarquista, divulgar as contribuições recebidas para afirmar a independência do periodismo e valorizar o compromisso coletivo com a sustentação das folhas libertárias:

MUNIÇÕES RECEBIDAS

De diversos camaradas operários de Pernambuco, cuja consciência reflete tanto como a cristalina luz que banha a face do mundo em noites luarentas de mês de agosto, as mais poéticas e sonhadoras, recebemos algumas munições que muito concorrem para solidificação de nosso jornal, que, conforme expressões dos ditos camaradas, “tem a hombridade de defender o direito dos oprimidos, sem temer a *rolha* do poder ou ambicionar as patacas estaduais, *oiro* este que até hoje tem encravado as válvulas da imprensa mercenária como é a dessa terra de tartufos”. [...]

É assim que, cearenses e pernambucanos, comungando conosco no combate aos elementos que nos tem escravizado até os momentos que correm, se manifestam na sinceridade do seu sentir e, mais que tudo, reconhecem a necessidade que têm os jornais operários da feição do “*Voz do Graphico*” em ser auxiliado, para que amanhã, ante a prepotência burguesa, não venham de desaparecer, antes venham de se desenvolver conforme testemunham aqueles que fora daqui, tanto no norte e sul do país como no estrangeiro, dia a dia vão se tornando os verdadeiros timoneiros da liberdade.

Por medida de precaução limitamo-nos a publicar as iniciais somente dos nomes dos camaradas que ora nos visitam acompanhados da respectiva importância.

São eles: T.S. – 2\$000, S.S. – 3\$000, V.B. – 3\$000, L.S. – 3\$000, R.V. – 2\$500, C.T. – 2\$500, Z.B. – e Z. 5\$000. Total – 21\$000. (*VOZ DO GRAPHICO*, 12/11/1921, pp. 208-209)

A militância libertária de Fortaleza também realiza suas ações de solidariedade, contribuindo para a manutenção de periódicos de outras partes do país e colaborando com o movimento dos trabalhadores, inclusive em escala internacional. Nesse sentido, Pedro Augusto Motta e outros camaradas criam em novembro de 1921 o Comitê Pró-Flagelados da Rússia, promovendo campanha em defesa da Revolução Russa e dos trabalhadores que naquele país passavam por uma situação de penúria e necessidade. Com essa ação em solidariedade à classe, o Comitê afirma e põe em prática um princípio basilar do socialismo revolucionário, o internacionalismo:

Diante dos acontecimentos que nesta hora arrastam o povo russo às portas de um flagelo impiedoso e cruel, diante das suas funestas consequências a ponto de roubar a vida de seres que representam no futuro, os rebentos de uma nova geração social, pela conquista de uma nova sociedade, efetivamente igualitária, alguns trabalhadores cearenses, secundando a atitude de nossos camaradas do sul do país e atendendo ao apelo que os trabalhadores da Rússia dirigiram ao mundo inteiro, resolveram fundar nesta capital, como instituição humanitária, o Comitê Pró-Flagelados da Rússia, para cuja divulgação enviaram um apelo aos trabalhadores cearenses já organizados e criaram listas particulares, bem como fizeram comunicação à imprensa da terra e dirigiram outro apelo às diversas instituições como sejam: Loja Theosófica Unidade, Loja Igualdade e Centro Espírita.

O “Comitê” enviou também a todas as associações operárias de Fortaleza comissões de propaganda de sua fundação, apelando para

a criação de bolsas semanais, no sentido de angariar donativos em benefício das vítimas do flagelo da Rússia. (*VOZ DO GRAPHICO*, 26/11/1921, p. 214)

Tais iniciativas de solidariedade do núcleo militante de Fortaleza recebem destaque no jornal anarquista *A Plebe*, de São Paulo, que noticia a fundação do Grupo Libertário Amigos d’*A Plebe*, a quem consideram camaradas sinceros e convictos:

Com o título acima acaba de ser fundado em Fortaleza, capital do Ceará, mais um grupo composto de camaradas sinceros e convictos que se propõem defender e propagar tanto quanto lhes seja possível os princípios ideológicos que, como a nós que aqui lutamos, lhes bafejam a mente.

Este grupo que foi fundado em data de 23 de fevereiro passado resolveu, depois de metucioso estudo, apoiar o nosso Manifesto Programa [...].

Toda a correspondência para o G. L. A. P. deve ser dirigida ao camarada Ernesto Brasil – Rua Major Facundo, 60, Fortaleza – Ceará. (*A PLEBE*, 07/04/1923, p. 4)

As relações de afinidade se estabeleciam para além do campo de militância, entrando por vezes no âmbito familiar e dos afetos. Enganam-se os que pensam os militantes como pessoas que passavam seus dias apenas a trabalhar, estudar, escrever jornais e organizar atividades. Eles também tem momentos de lazer, vida social, por vezes entre os companheiros de luta, quando se estreitam os laços de camaradagem. O jornal *Voz do Graphico* costuma publicar uma pequena coluna chamada “Graphico Social”, na qual felicita aniversários de companheiros, nascimento de seus filhos, oferece sentimentos na morte de entes queridos, tanto de gráficos como de trabalhadores em outras categorias. Dizem ainda das festas que os camaradas dão:

Domingo, 20 do corrente, o lar do nosso camarada Fernando Sidrack Leão esteve em festas pela passagem do aniversário natalício de sua estremecida filhinha Maria Onice.

Por esse motivo foi oferecido um almoço íntimo aos seus camaradas de arte e, no decorrer do dia, ouvia-se de muitos dos convidados recitativos e contos.

Por ocasião do almoço foram brindados pais e aniversariante pelos camaradas Francisco Falcão, Pedro Mota e Raimundo Soares. (*VOZ DO GRAPHICO*, 26/11/1921, p. 221)

A militância libertária no Ceará forja-se no estabelecimento das relações de solidariedade e camaradagem, das leituras compartilhadas, na luta sindical e na escrita de combate na imprensa. Dividem espaço nos jornais de que participa Pedro Augusto Motta os artigos de sua autoria (muitos sob pseudônimos) com o informe das ações da Associação Graphica, da União Geral dos Trabalhadores, da Federação dos Trabalhadores, de companheiros, de outras associações de classe e suas iniciativas no associativismo operário, o que nos permite afirmar que sua militância era, ao mesmo tempo, de articulador do movimento operário e “jornalista da classe”, desempenhando tarefas concernentes ao universo dos gráficos e aos trabalhadores de outras categorias, participando de atividades em associações do seu ofício e também de ações que tinham como anseio a união dos trabalhadores para a luta contra o capital e por melhorias nas condições de vida para os trabalhadores. Uma militância de combate e um *verbo de fogo* contra os *inimigos do operariado*.

A imprensa libertária, o *verbo de fogo* e o anarquismo de Pedro Augusto Motta

Ao mesmo tempo em que realizavam a luta sindical, os militantes organizados na Associação Graphica, dentre eles Pedro Motta, dedicavam sua disposição militante no campo da luta jornalística – como se costumava dizer –, editando jornais para propagar as novas ideias, ou seja, as ideias comunistas, socialistas e anarquistas. Na construção das organizações de trabalhadores, nos sindicatos de resistência, nos de tipo sindicalista revolucionário e nestes jornais ora apresentados se marca uma corrente inspirada na matriz do anarquismo, difundindo ideias e práticas de corte socialista libertário, como se vê no *Voz do Graphico* (Fortaleza/CE – 1920-1922) e *O Combate* (Fortaleza/CE – 1921).³⁸

Na primeira edição do jornal *Voz do Graphico*, os editores dizem a que veio a folha libertária, destacando o papel do periódico, as motivações e valores que conclamam à luta, assim como a aspiração em organizar-se em defesa do operário e contra o capitalismo:

O Nosso Programa

A “Associação Graphica do Ceará”, criando um grupo editor para dar a luz à “Voz do Graphico”, teve por objetivo combater explorações irritantes, e cooperar com sinceridade, na medida de suas forças, à orientação de um caminho reto e seguro, por onde deve enveredar o operariado de nossa terra à conquista de seus direitos, garroteado pela prepotência do capitalismo retrógrado e inócuo que asfixia nossas justas aspirações.

A “*Voz do Graphico*” será, portanto, um defensor ardente do Operário, preferindo morrer a transigir de seus princípios, os quais motivaram sua vida.

³⁸ Para conferir a versão integral dos periódicos, ver: (GONÇALVES; SILVA, 2000). Pedro Motta também escreveu em outros jornais, como o *Diário do Ceará* e *Ceará Socialista*. Todavia, sua participação nestes periódicos é esporádica.

Camaradas! O nosso modesto jornal será o porta-voz fiel do que sentimos, e esperamos o bom acolhimento dos nossos irmãos para que ele seja o paladino das nossas aspirações. A “*Voz do Graphico*” será o clarim altissonante, tocando reunir em volta à nossa bandeira, a avalanche obreira de nossa terra nativa, ainda dispersa pela falta de organização consciente. (*VOZ DO GRAPHICO*, 25/12/1920, pp. 85-86)

O jornal *Voz do Graphico* é o porta-voz da Associação Graphica do Ceará. Seu grupo editor é o mesmo núcleo militante da diretoria da Associação Graphica. Mesmo sendo um jornal mantido por uma categoria em específico, propõe-se porta-voz dos trabalhadores do Ceará. Essa é a perspectiva do jornal desde seu primeiro número, datado de 25 de dezembro de 1920, na escrita de “O Nosso Programa” e “Porque e para que surgimos”, este da autoria de Pedro Augusto Motta, sob pseudônimo “Atom”.

No *Voz do Graphico*, Pedro Augusto Motta é um dos militantes que mais explicita a defesa da organização em sindicatos de resistência como forma de luta contra a exploração do capitalismo, em lugar das sociedades beneficentes, que se restringem à ajuda ao trabalhador em caso de necessidades de doença e morte. Nos escritos na forma de artigo, é enfatizado por diversas vezes o diagnóstico da “ignorância” e “falta de consciência” dos trabalhadores, sendo visto como um mal a ser superado na luta social. Na visão do jornal, um dos “principais problemas operários atuais” é a questão da educação. A crítica ferrenha ao parlamentarismo, aos políticos profissionais – inclusive os que têm origem nos meios operários – e à “representatividade” burguesa é outra ideia-força recorrente nas páginas e desde o início faz parte do programa do *Voz do Graphico*.

A perspectiva de luta contra a exploração e a opressão dos trabalhadores, com vistas à “transformação radical da vida universal”, é declarada, demonstrando a que veio o jornal e demarcando sua proposta e objetivos. Em “porque e para que surgimos”, o próprio Pedro Augusto Motta assevera:

Seremos pois, contra tudo e contra todos que nos oprimem e exploram, se chegarmos a compreender que o nosso esforço pelo engrandecimento das classes trabalhadoras de nossa terra não é correspondido e respeitado por quantos são responsáveis e culpados da sua estabilidade moral e material a que tem estado até os dias que correm celeremente para a transformação radical da vida universal. (*VOZ DO GRAPHICO*, 25/12/1920, pp. 87-89)

No dia 1º de Maio de 1921, o grupo editor do *Voz do Graphico* adota como resolução lançar um novo jornal, que cumpriria a função de porta-voz da Federação dos Trabalhadores do Ceará, organização que, como dito, enseja organizar os operários de variadas “classes trabalhadoras”. Assim, sai de cena o *Voz do Graphico* para dar à estampa *O Combate*:

Em virtude de ter ultimamente surgido a “Federação dos Trabalhadores do Ceará” – síntese da organização das classes trabalhadoras – donde a necessidade inadiável de publicação de um órgão mais geral, com um programa mais vasto, o Grupo Editor do ‘*Voz do Graphico*’, tendo em vista que o nosso meio não comporta mais um jornal operário, resolveu ceder o campo da luta jornalística ao novo paladino da nossa causa comum, o qual conforme resolução da F.T.C. aparecerá, por estes dias, como o nome de “O Trabalhador”.

Assim, a “*Voz do Graphico*”, que é órgão da “Associação Graphica do Ceará”, será substituído pelo “O Trabalhador”, órgão da F.T.C.³⁹ (*VOZ DO GRAPHICO*, 26/03/1921, p. 147)

A saudação ao novo jornal é feita pelo grupo editor d’*APlebe*, que destaca a orientação sindicalista revolucionária d’*O Combate*. Da saudação também se salienta o intercâmbio⁴⁰ das folhas libertá-

39 Embora o novo jornal tenha sido anunciado com o título “O Trabalhador”, o jornal *Voz do Graphico* veio a ser substituído, na verdade, por um jornal de título *O Combate*, de vida curta. O periódico teve a publicação de quatro edições, de junho a julho de 1921. No mesmo ano, no mês de outubro, o *Voz do Graphico* volta a ser publicado, começando uma segunda fase.

40 Por sua vez, o *Voz do Graphico* e *O Combate* publicam, de forma recorrente, o recebimento de periódicos de outras partes do país. Na coluna “O nosso correio”, o *Voz do Graphico* (19/02/1921), atesta o recebimento de jornais da Bahia e São Paulo: como *A Voz do Trabalhador*, órgão do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e demais classes, e dos trabalhadores geral, da

rias, articulando afinidades entre militantes e grupos de Fortaleza e São Paulo:

“*O Combate*” – É como se intitula um pequeno jornal que a Federação dos Trabalhadores do Ceará, com sede em Fortaleza, está publicando desde o mez de junho como seu orgao.

Orienta-se pelas normas syndicalistas revolucionarias, trazendo em todos os números boa collaboraçao e interessantes informações sobre o movimento operario daquelle Estado nortista.

Saudamol-o. (*A PLEBE*, 05/11/1921, p. 4)

O jornal *O Combate* recolhe sua matéria no mundo do trabalho, com acento na organização do movimento operário, ou, como defende Pedro Augusto Motta, adotando “um programa mais vasto”, pela “união de vistas” frente às lutas comuns. Em sua primeira edição, em “Para que vimos”, sintetiza o caminho e o passo da caminhada:

Eis porque e para que vimos.

A causa do nosso aparecimento foi o espírito de solidariedade que rompeu de nossa alma de moços, como um grito solene de protesto!

O fim – objetivo – é a defesa intemerata e sobranceira dos nossos direitos que até agora não tem sido respeitados.

No terreno das idéias não daremos tréguas aos nossos adversários, se a campo, de futuro desejarem vir. O que lhes asseguramos, de ante-mão, é que acima das conveniências de qualquer natureza, estão as nossas convicções de moços independentes, postas à prova, bastantes vezes, neste rincão da terra brasileira, abrasada de sol e de miséria... (*O COMBATE*, 5/11/1921, pp. 285-286)

Bahia; e o *Internacional*, órgão dos empregados em Hotéis, Restaurantes, Confeitarias, Bares, Cafés e classes anexas (São Paulo). Além do anúncio de recebimento de jornais, do Ceará e de outros estados, mencionam um grande número de periódicos, indicando o universo das leituras de folhas (operárias ou não). Aparecem *A Voz do Trabalhador*, *A Plebe*, *O Proletário*, *O Internacional*, *Tribuna Graphica*, *Phenix Caixeiral*, *A Vanguarda*, *Correio de Manhã* e muitos outros, comentados nos artigos, transcritos, ou mencionados em notícias e notas.

A esta imprensa em que atuou o militante Pedro Motta, chamamos de “imprensa libertária do Ceará”, adotando a sugestão de Adelaide Gonçalves para designar os jornais que se aproximam do anarquismo no Ceará.⁴¹ A história dessa imprensa de matriz libertária no Ceará é também a história de Pedro Augusto Motta, como se vê em seu propósito de edição, escrita e difusão das folhas. Da pesquisa de sua trajetória militante, fica evidente que:

A existência do *Voz do Graphico* e d'*O Combate* não se compreende sem a iniciativa militante de Pedro Augusto Motta, que marca o movimento operário no Ceará nesta época. Ele foi um dos redatores do *Voz do Graphico* e d'*O Combate*, autor do livro de poesia social *Verbo de Fogo* e ativo organizador sindical. (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 18)

Na trajetória militante de Pedro Augusto Motta o periodismo se configura como uma “trincheira de luta” em favor da propaganda das ideias e da organização para a luta contra a exploração e a opressão. Contra os patrões, o Estado e os políticos, ergue sua barricada da palavra, empunhando o jornal como arma de combate. O jornal era, com efeito, visto como uma ferramenta de luta, um porta-voz dos direitos, das dores, da miséria, do sofrimento, um amplificador do grito de revolta dos trabalhadores.

Esta imprensa, no tocante ao seu universo temático, recobre as dificuldades de organização na luta contra a exploração e a opressão, as condições de vida e trabalho, a carestia da vida, os preços abusivos do aluguel e dos gêneros de primeira necessidade; os motivos, meios e fins da luta dos trabalhadores; entre vários outros temas. Alguns assuntos

41 De acordo com a autora: “Embora não se conheça no Ceará, ao contrário do aconteceu em outros estados, a partir da década de 90 do século XIX, uma imprensa editada por grupos especificamente anarquistas, alguns jornais cearenses revelam no seu discurso valores e afinidades próximos do anarquismo e da estratégia sindicalista revolucionária que caracterizou a prática anarquista entre o operariado brasileiro até os anos 30 do século seguinte. Essa é a imprensa que denomino libertária, usando o conceito que os próprios anarquistas forjaram no final do século XIX para se definir como corrente diferenciada de outras vertentes do socialismo.” Os jornais que demarcam esta imprensa de matriz libertária no Ceará são *O Regenerador*, *Voz do Graphico* e *O Combate*. (GONÇALVES & SILVA, 2000).

ganham especial destaque, sendo recorrentes e amplamente discutidos: as ideias novas e a evolução da sociedade; representatividade, eleições, voto e política; educação, instrução, consciência dos trabalhadores; organização, associativismo, sindicalismo de resistência e sociedades beneficentes; anarquismo, socialismo e comunismo; repressão e perseguição aos trabalhadores que lutam; leis, direitos e conquistas dos trabalhadores; a organização dos trabalhadores em outras partes do Brasil e do mundo; a luta social, a revolução social e o novo mundo, entre outros.

A imprensa de que participa Pedro Augusto Motta se constitui num contexto de mudanças socioeconômicas, formação do movimento operário e acompanha a própria constituição de uma imprensa dos trabalhadores no Ceará de modo mais amplo, que tem em sua formação experiências acumuladas desde meados do século XIX, guardando certas relações com o que ocorre no restante do Brasil do período. Discutindo a imprensa libertária do Ceará, Adelaide Gonçalves e Jorge Silva propõem que:

O aparecimento dessa imprensa no Ceará está ligado a pelo menos três principais ordens de razões, sem hierarquização entre si. A primeira [...] resulta das mudanças sócio-econômicas que se vão operando no Ceará na virada do século. A segunda deriva do próprio movimento operário no Ceará e das ideias socialistas que começavam a ser esboçadas, desde o final do século XIX, em várias cidades brasileiras. A terceira advém da relação estabelecida entre os militantes locais e a Confederação Operária Brasileira com vistas à aplicação no Ceará das resoluções dos seus congressos, como ainda do intercâmbio com os grupos editores das folhas operárias do Brasil e de Portugal. (GONÇALVES; SILVA, 2000, pp. 18-19)

Em outras partes do Brasil, observa-se a difusão de uma imprensa dos trabalhadores, que assume contornos libertários e se aproxima do ideário anarquista, como um fenômeno predominantemente urbano e comum a várias regiões do país, guardadas as diferenças de cada região e o compasso do tempo dos conflitos e das lutas contra o Capital. A formação da imprensa dos trabalhadores no Brasil se dá nes-

se período entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no contexto da industrialização, da constituição de grandes cidades e formação de um operariado urbano. A imprensa é, portanto, um meio que nos ajuda a entender essas particularidades regionais, possibilitando pensar as mudanças socioeconômicas ocorridas nos primeiros anos do século XX em diferentes cidades e regiões do país, bem como pensar as especificidades do movimento dos trabalhadores e a própria formação dos núcleos militantes e grupos de afinidade libertária.

Para o caso do Ceará, nos periódicos operários é possível percebermos várias dimensões das lutas sociais e a atuação de Pedro Augusto Motta e outros militantes do período. Com o estudo dos jornais operários, podemos ter acesso a informações sobre as condições de vida e trabalho, os problemas cotidianos, a agenda de reivindicações, o intercâmbio de ideias, as leituras, as atividades associativas, entre outras questões do universo sociocultural dos homens e mulheres trabalhadoras.

É na imprensa que aparecem boa parte das atividades do militante de Pedro Augusto Motta, que está imerso no universo do trabalho e dos trabalhadores de sua época. Pelos jornais podemos levantar várias informações sobre sua trajetória: conferências que profere, grupos de que faz parte, associações e trabalhadores com quem se relaciona, jornais que lê, livros e autores com os quais tem contato, as ideias que toma como fonte de inspiração e que informam seu pensamento e ação. Aos poucos, pela leitura dos jornais, vamos percebendo como Pedro Motta construiu sua militância, além da conformação de um pensamento próprio, do seu modo particular de olhar e agir no movimento operário, fruto de suas leituras, da troca de experiência, do intercâmbio de periódicos. A escrita dos jornais, e a ação de Pedro Augusto Motta e dos núcleos militantes de que faz parte, vão aos poucos apresentando um programa libertário para o movimento operário no Ceará. (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 48) Pedro Augusto Motta é pioneiro nesse sentido, juntamente com um núcleo de militantes articulado em torno da imprensa e das atividades associativas dos trabalhadores no Ceará do período em questão.

No campo da imprensa, a atuação de Pedro Augusto Motta no *Voz do Graphico* e no *O Combate* marcam um jornalismo diferente daquele praticado por literatos (com preocupações em grande medida

estéticas e literárias) ou por jornalistas profissionais da “imprensa burguesa” (que viam a atividade jornalística como um trabalho ou meio de vida, praticando um jornalismo conservador). O jornalismo de Pedro Motta e de parte dos seus companheiros de militância configura-se como uma escrita de combate direto ao Estado, à Igreja e à ordem social capitalista, propondo em suas páginas a revolução social e a construção de outra sociedade, um novo mundo, uma nova vida; um tipo de periodismo que poderíamos chamar “jornalismo de classe”. Eram estes os sujeitos que mantinham a edição e a escrita de textos nos jornais operários, dedicando seu tempo, recursos e esforços para manter a circulação dos periódicos, motivados fundamentalmente por preocupações de natureza militante: pela divulgação das ideias novas, para a educação dos trabalhadores, para a propaganda do ideal.⁴²

Os jornais operários se apresentam, no período em exame, ao mesmo tempo, como instrumento de formação dos trabalhadores para a luta social e como ferramenta de educação do “novo homem” e da “nova mulher” para a “nova sociedade”. Esse é um elemento que merece ser ressaltado. Como na imprensa anarquista em geral, a educação é matéria corrente nos jornais da imprensa libertária do Ceará. No *Voz do Graphico* e n’*O Combate*, é constante a preocupação com essa questão, pois:

(...) é preciso que todos nós operários procuremos desde já instruir-nos, sem perda de tempo, a fim de expulsarmos do nosso meio a ignorância reinante, este elemento pernicioso que asfixia a classe tra-

42 Ao pensar essas questões em torno da imprensa é preciso atentar para algumas preocupações de ordem teórico-metodológica. Os estudos desenvolvidos nos últimos anos sobre a imprensa, tendo como corte as relações entre imprensa e história, demonstram que os jornais não podem ser tidos apenas como suportes de notícias, que trazem matérias sobre temas diversos, com assuntos abordados de forma neutra e imparcial. Esse modo de pensar é simplista para entender a complexidade da imprensa, em todo processo que envolve sua produção e seus usos. Para pensar os jornais como fonte e objeto do conhecimento, é necessário abrir a percepção à infinidade de dimensões interpretativas e de práticas sociais que orbitam *em torno do documento jornal* em suas temporalidades e contextos sociais. Como ensinam Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, é preciso, antes de tudo, entender os jornais como *instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social*. É necessário abordar a imprensa e os jornais não como neutros ou imparciais, mas como documentos que carregam projetos de mundo e interesses de determinados grupos, falando a partir de lugares sociais específicos, o que impede de tratarmos essas fontes, como qualquer outra, como registros *objetivos e independentes*. Essas reflexões foram colhidas em: (PRADO & CAPELATO, 1980). Outros estudos sobre o tema, para o caso do Brasil, são: (CAPELATO, 1997); (CAPELATO, 1989); (LUCA, 2005).

balhadora e único causador da nossa miséria. (*VOZ DO GRAPHICO*, 12/03/1921, pp. 140-141)

O próprio jornal é uma ferramenta educativa, que apresenta temas do mundo dos trabalhadores, em textos escritos por trabalhadores e para trabalhadores. A partir da leitura de artigos de alguns jornais, de diferentes lugares do Brasil, entre eles o jornal *Voz do Graphico*, *A Voz do Trabalhador* (Rio de Janeiro/RJ – 1908-1915) e *A Plebe* (São Paulo/SP – 1917-1951), é possível perceber que as notícias eram escolhidas de modo a dar conta do universo dos trabalhadores, de seus sofrimentos, suas reivindicações, das razões da luta. Destaca-se a criação de novas associações e novos jornais. Publicam-se notícias e artigos tratando de outros estados e países, quando se relacionam ao movimento operário, como em “O nosso dever”, artigo de avaliação da conjuntura e do processo de transformação que vem ocorrendo no mundo no período, publicado no *Voz do Graphico*; ou na notícia “ANATOLE FRANCE E O COMUNISMO – O grande escritor francês acaba de aderir à Terceira Internacional de Moscou”, uma transcrição de excertos do jornal *Correio da Manhã* sobre a adesão do escritor à Terceira Internacional de Moscou. (*VOZ DO GRAPHICO*, 05/02/1921, p. 114)

A imprensa aqui estudada trata da discussão de um vocabulário comum à matriz anarquista, intentando conectar as lutas sociais imediatas ao projeto de construção da “nova sociedade”, a “nova aurora”, o “mundo novo”, tendo como perspectiva a Revolução Social, que abriria caminho para a sociedade Comunista Libertária ou a Anarquia. Neste sentido, é expressão dos valores que cimentam o mundo novo, como a solidariedade e o apoio mútuo, praticados desde já, em coerência com o princípio anarquista de que os fins estão nos meios, e que os meios devem estar em consonância e harmonia com os fins. O *Voz do Graphico* e *O Combate* guardam estreita relação com esta imprensa de matriz anarquista.

Como forma de incentivar a leitura em torno do *sindicalismo revolucionário*, o grupo editor do *Voz do Graphico* difunde excertos na coluna “Biblioteca do Movimento Social Emile Pouget”. Por esta e outras formas, o jornal incentiva à leitura e à difusão de textos e ideias anarquistas, relacionadas ao sindicalismo de resistência. Cumpre destacar,

portanto, a relevância dos livros e das leituras radicais na formação de Pedro Augusto Motta, de seus companheiros de militância e, certamente, dos trabalhadores que liam os periódicos e com quem mantinham contato e relações de afinidade. A par da publicação de periódicos contestadores, essa geração de militantes se (in)forma por meio das edições de livros, folhetos, revistas e outros impressos. Como salienta o gráfico anarquista e editor do jornal *A Plebe* Edgar Leuenroth: Foi através dessas edições que essa geração formou seu espírito, alimentou seu cérebro, criou uma consciência que mais tarde devia eclodir em movimentos já de âmbito bem desenvolvido, à frente de agitações coletivas [...]”(apud: GONÇALVES; SILVA, 2001)

A partir da leitura das fontes desta pesquisa, se percebe que a trajetória militante de Pedro Augusto Motta enquanto editor dos jornais libertários aqui referidos e como ativo organizador do movimento operário no Ceará, vai definindo suas escolhas doutrinárias e delineando sua adesão ao anarquismo, um dado fundamental para situar sua migração para São Paulo, onde continuaria seu percurso militante junto ao grupo editor do jornal *A Plebe*.

Na imprensa libertária do Ceará, pelos jornais *Voz do Gráfico* e *O Combate*, Pedro Motta desenvolveu por escrito suas ideias e práticas, expondo seu pensamento, suas estratégias políticas e suas escolhas no campo do sindicalismo e do anarquismo. Nestes jornais, exercitou uma escrita de combate ao capitalismo, ao Estado, à burguesia, aos patrões, aos exploradores, e todos aqueles que se apresentavam como inimigos do operariado. Como disse Paulino Moraes, um de seus companheiros gráficos, a pena de Pedro Motta “era ferro em braza na consciência em putrefação dos inimigos do proletariado.” (*TRABALHADOR GRÁFICO*, 01/05/1930, p. 14 apud: GONÇALVES; BRUNO, 2002) Assinando como Pedro A. Motta, Pedro Motta, Ordep, Atom, Argos, Argus, Tupan, Vulcano ou Plutão, esse pouco conhecido personagem da história social dos trabalhadores percorreu uma trajetória militante radical, constituindo um itinerário que ficou marcado pela propaganda e prática do sindicalismo revolucionário, por uma escrita de combate na imprensa libertária e pela defesa do anarquismo como ideário de trans-

formação social revolucionária. Viveu uma vida de intensa luta contra o capitalismo, o Estado, o clero e os inimigos do operariado. Da trincheira da imprensa libertária, disparou suas palavras em chamas na direção dos antagonistas de classe dos trabalhadores. Praticou uma militância revolucionária e escreveu com *verbo de fogo* a poesia da luta social dos trabalhadores por um mundo novo.

Fontes

A Plebe, São Paulo, 1917-1951. Arquivo Pessoal (digitalizado).

Ceará Socialista, Ceará, 1919. Publicados em versão integral no livro: (GONÇALVES, 2001).

O Combate, Ceará, 1921. Publicados em versão integral no livro: (GONÇALVES, 2000).

Voz do Gráfico, Ceará, 1920-1922. Publicados em versão integral no livro: (GONÇALVES, 2000).

Atas da aliança artística e proletária de Qixadá (13 de novembro de 1921, 30 de setembro de 1923, 13 de janeiro de 1924. Publicadas em: (SILVA, 2000)

Referências bibliográficas

BRAGA, Francisco Victor Pereira. *Pedro Augusto Motta: Militância Libertária e Verbo de Fogo*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará - Fortaleza, 2013.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Os arautos do liberalismo*. Imprensa Paulista, 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DE JONG, Rudolf. “A A.I.T. de Berlim. De 1922 à Revolução Espanhola”. In: COLOMBO, Eduardo et al. *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge (Orgs.). *A Bibliografia Libertária: o anarquismo em língua portuguesa*. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. (Orgs.). *A Imprensa Libertária no Ceará (1908 – 1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000.

_____; BRUNO, Allyson. “Libertários: educação da solidariedade e educação da revolta”. *VERVE: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária*, nº 2, 2002

_____. (Orgs.). *O Trabalhador Gráfico*. Fortaleza: Editora UFC/Sindjorce/Funcet, 2002.

GONÇALVES, Adelaide (Org.). *Ceará Socialista: anno 1919*. (fac-símile). Florianópolis: Insular, 2001.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil (1889-1930): documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO, Maria Lígia; CAPELATO, Maria Helena. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979.

SAMIS, Alexandre. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. In: COLOMBO, Eduardo et all. *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

_____. “Anarquismo, ‘bolchevismo’ e a crise do sindicalismo revolucionário”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil Volume 2*. Achiamé: Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Marcos J. D. *Lapidando a pedra bruta: a Maçonaria na organização de artistas e proletários cearenses*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará - Fortaleza, 2000.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

“Guerra à guerra”: raça, antimilitarismo organização política anarquista durante a Primeira Guerra Mundial⁴³

Kauan Willian dos Santos

Doutorando em História Social
Universidade de São Paulo

Em setembro de 1916, um ano após o início das publicações do periódico *Guerra Sociale*, em São Paulo, os redatores apresentaram uma chamada intitulada “Per la nostra guerra e per la nostra pace” através de uma página anexa. A função da nota era sistematizar e reafirmar posições apresentadas durante a trajetória do jornal até aquele momento. Os militantes anarquistas com o mote “Guerra Alla Guerra” mostravam que eram necessárias atitudes incisivas por parte dos trabalhadores e dos grupos subalternos contra os responsáveis pelos conflitos nacionais e suas consequências em âmbito global. Ao fazerem isso, explicavam que tais conflitos não eram uma “maldição de um deus maligno, agora cínico e feroz, mas de uma ordem social.” Assim, nenhum dos dois blocos da guerra – a Tríplice Entente ou Aliados formados pelo Reino Unido, França e Império Russo e a Tríplice Aliança ou Impérios Centrais formados pelo Império Alemão, Áustria-Hungria, Império Otomano e Itália (a partir de 1915) – deveriam ser defendidos. Para os personagens envolvidos com o periódico, portanto, as evocações nacionalistas e militaristas provinham dos “interesses do capital: a rivalidade, o apetite dos diferentes grupos financeiros, o expansionismo colonial, o estatismo, o nacionalismo, todas as suas instituições e toda a sua moral, com base na violência.” (*GUERRA SOCIALE*, 20/09/1916, p.1)

43 Este capítulo apresenta resultados da minha dissertação de mestrado intitulada “Paz entre nós, guerra aos senhores”: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos *Guerra Sociale* e *A Plebe* na segunda década do século XX em São Paulo realizada na Universidade Federal de São Paulo- Campus Guarulhos com bolsa pela Capes e do “Paz entre nós, guerra aos senhores”: anarquistas em São Paulo diante da Primeira Guerra Mundial, organizado pela editora Prismas. Agradeço à professora Edilene Toledo, orientadora dessa pesquisa, bem como os professores Luigi Biondi, Carlo Romani e Robert Sean Purdy.

Interpretando que os embates de caráter nacionalista provi-
nham dos projetos ligados aos grupos detentores dos meios de produ-
ção industrial, influenciando também os rumos políticos, os envolvi-
dos com a fundação do jornal, majoritariamente provindos das regiões
italianas, começaram a tensionar a posição etnocêntrica que alguns
militantes, anos antes, haviam apresentado. Sobre outra campanha vi-
sando “Ai Lavoratori di tutti paesi, Austriaci turchi, francesi o russi,
sassoni o iberici, neri o bianchi – lavoratori, fratelli nostri: ascoltate!”,
o jornal mostrava:

Nós vivemos sob uma parte da terra a que chamamos de Brasil, que
possui um presidente, ministros, deputados, empregados e soldados.
Pois bem, é vizinho dele um outro país chamado Argentina, que por
sua vez também possui um presidente, ministros, deputados, empre-
gados e soldados, é vizinho deste um outro chamado Chile, vizinho
deste outro chamado Perú, etc., etc., que são partes componentes da
América e do mundo – em todos estes países vivem homens formados
igualmente a nós, com um nariz, uma boca, olhos e orelhas, homens
que não nos conhecem e não nos querem fazer mal, e aos quais, por
nossa vez, não desejamos mal. (*GUERRA SOCIALE*, 1/05/1916, p.1)

Muito mais do que propagar apenas um suposto valor de igual-
dade, a forte tomada do internacionalismo, a partir de uma visão liber-
tária e classista, resultou também na busca de elementos históricos que
poderiam comprovar os motivos das desigualdades entre grupos dife-
rentes, desde que dentro de uma “ordem social”:

As aspirações que animaram os combatentes pela extinção da es-
cravatura dos homens de cor foram grandes e generosas, mas, em
realidade a maldita escravidão das massas proletárias ainda não foi
abolida. Com efeito, os homens de cor continuam a ser considera-
dos como escravos, como bestas. Hoje diz-se entre a gente burguesa
'quem escapou de branco é preto e preto não é gente'. O ódio da raça
perdura em toda a sua intensidade, voltando-se aos homens de cor o
mais profundo desprezo. E não somente os ex-negreiros, os padres
e os funcionários públicos declaram que os homens de cor não têm

espírito ou inteligência, mas até os pseudocientistas sustentam que
a raça negra e a mestiça constituem espécies ou variedades incapazes
de evoluir. Neste rol são também compreendidos os indígenas,
habitantes dos sertões, os quais são vítimas da ferocidade dos ne-
greiros nacionais ou estrangeiros, tipos sem entranhas, que com o
auxílio dos capangas e das forças legais massacram essa pobre gente.
(*GUERRA SOCIALE*, 20/05/1916, p.3)

É interessante perceber que tais redatores entendiam que pen-
samentos e práticas racistas eram compartilhados por boa parte da popu-
lação, destacando as classes médias e altas, mas que provinha de diversas
esferas de dominação (econômico, social e ideológico), a partir de resquí-
cios históricos e de discursos contemporâneos. Não obstante, para uma
atuação efetiva, mostravam que, no momento, era necessária a destruição
completa dos grupos detentores dos meios de produção em consonância
com os poderes estatais, pois além de reinterpretarem tais ideários para
seus interesses, como era o caso dos conflitos nacionais, eles

vivem da mentira, do crime da exploração e da violência, escravi-
zando barbaramente as classes laboriosas, roubando iniquamente o
produto do nosso trabalho, detentando a terra e os outros instru-
mentos de produção, os quais constituem o patrimônio da humani-
dade. [...] Escravos modernos trabalhadores, somos os mais úteis,
constituímos pelo número e pelo valor a verdadeira humanidade. É
chegada a hora de iniciar uma nova cruzada redentora. Surjam pois
os novos campeões, os novos propagandistas da abolição – do regime
capitalista, do Estado e de todas as iniquidades sociais. (*GUERRA
SOCIALE*, 20/05/1916, p.3)

De acordo com os redatores, a exploração entre diferentes clas-
ses ainda seguia e, portanto, era necessária a unificação das lutas so-
ciais para um único fim e objetivo. A partir dessa experiência e de suas
propostas, reconhecendo que havia diferenças históricas e sociais que
deveriam ser superadas levando em conta necessidades especiais de cada
grupo étnico, era ainda preciso unificar a classe produtora ou oprimida
entre suas diferentes demandas, já que tais pensamentos de segregação

seriam instrumentalizados pela classe dominante com o intuito de segregar os explorados e emperrar a própria luta pela igualdade.

A posição do grupo mencionado expressa os debates e a experiência anarquista frente à Primeira Guerra Mundial. Na verdade, desde o início da segunda década do século XX, os militantes anarquistas já acompanhavam o desenvolvimento e origens desse evento que assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX na análise do historiador Eric Hobsbawm (1995). Não obstante, os libertários sabiam muito bem, ao contrário dos grupos mais abastados, que tais conflitos só eram resultados da expansão da economia capitalista e da política liberal, bem como sua dominação imperialista.

Para o cientista político Benedict Anderson (2005), que considera o anarquismo, seja na militância ou mesmo na influência indireta, uma das maiores forças contra o avanço da dominação nacional, principalmente das nações européias desde o século XIX, a história dessa participação foi amplamente ofuscada ou negligenciada por muitas pesquisas até recentemente. (ANDERSON, 2005, pp.1-8)

De fato, se pensarmos na literatura sobre o socialismo, muitos estudos se centraram principalmente no papel que a Revolução Russa teve no combate às forças imperialistas em seu território, no período da Primeira Guerra Mundial e depois, através da influência e a partir do contato com outros partidos comunistas no mundo, alavancando igualmente as lutas contra os movimentos fascistas. Não obstante, como ainda aponta Anderson (2005), antes mesmo do início do primeiro conflito mundial e da própria revolução soviética, uma força anti-imperialista internacionalista já moldava muito das perspectivas de anarquistas e sindicalistas no mundo. (ANDERSON, 2010, pp. xiii-xxxi)

Como Lucien Van der Walt e Steven Hirsh (2010) notam, existe uma ampla tradição anarquista preocupada com a libertação de grupos étnicos ou nacionais dos poderes de grandes potências ou de economias e políticas opressoras. Para eles, “o anarquismo de Bakunin implicava um movimento ‘multi-nacional, multirracial’ e uma organização de trabalho ‘mundial’ dedicada a uma revolução libertariana baseada em classe”. (HIRSH; VAN DER WALT, 2010, p.lvii) Bakunin e seu

órgão político, a Aliança da Democracia Socialista (ADS), imaginaram o anarquismo sendo alastrado das regiões periféricas para as centrais dando voz para os grupos minoritários. Tais militantes não imaginavam as lutas de libertação como construção consequente de outro nacionalismo, mas de um embate que unia as especificidades e necessidades locais com um ideário internacionalista que visava alastrar potencialmente a revolução após a destruição da opressão regional ou nacional.

Mesmo com essa atuação, que influenciava os rumos políticos do anarquismo, é necessário salientar que não foram todos os anarquistas que receberam ou construíram o ideário anti-imperialista e muito menos participaram de qualquer processo de libertação nacional. Alguns ativistas e intelectuais, por exemplo, ao perceber que as lutas de libertação dos estados dominados por outras potências levariam a um tipo de nacionalismo, preferiram atuar em suas redes transnacionais não orgânicas, ou através de uma luta extremante regionalista e federativa por meio dos grupos de propaganda ou criando movimentos insurrecionais, tentando desconstruir, através da divulgação de suas ideias ou por essas lutas, qualquer imagem nacionalista de ambos, ocupados e dominadores. Outros, em um extremo oposto, enxergaram os conflitos nacionais declarados como agregadores de forças contra outras potências econômicas e políticas e, ignorando a teoria anarquista que visa proteger os grupos minoritários dentro das unidades nacionais, apoiaram algum lado do conflito. Para o historiador Woodcock (2007), esse foi o caso dos personagens Jean Grave, Piotr Kropotkin, Charles Malato e Paul Reclus declarando apoio aos Aliados, especialmente na França, depois de vislumbrarem o aumento das mortes de seus conterrâneos durante o conflito e a suposta ineficácia de suas propagandas antimilitaristas. (WOODCOCK, 2007, p.99) Do mesmo modo, a Unione Sindicale Italiana e a Confederación General del Trabajo, também contando com a forte presença de sindicalistas pragmáticos e socialistas, tiveram alas e conselhos que apoiaram seus respectivos países, numa forma de rebater, para eles, “o militarismo austríaco e alemão, para uma futura revolução contra a reação.” (ANTONIOLI, 2004, p.200)

Todavia, em uma comparação global, os anarquistas, principalmente fora da Europa ocidental e nas regiões afetadas, seja as colônias

apoderadas desde o final do século XIX, quanto durante os efeitos das grandes guerras, participaram amplamente de uma posição anti-imperialista construindo práticas enraizadas nas estratégias anarquistas. O caso desse embate entre os militantes brasileiros, principalmente na cidade de São Paulo é que desenvolveremos no presente capítulo.

Se preparando para o ataque: o desenvolvimento do ideário anti-imperialista entre os anarquistas

Os anarquistas brasileiros não fizeram parte de nenhuma luta de libertação anticolonial, mas haviam desenvolvido um caráter combativo e antimilitarista desde o início dos conflitos nacionais. No início da segunda década do século XX, esses militantes também se deparavam com um refluxo do movimento operário que tinha crescido potencialmente com a ajuda das forças anarquistas. (SANTOS, 2015, pp.122-125) Vislumbrando o aumento da repressão e a desaceleração do movimento sindical, os militantes libertários munidos de seus contatos translocais e transnacionais na América do Sul propuseram dois congressos relevantes nesse período. O Congresso Internacional da Paz em 1915 era resultado das ações entre as entidades sindicais e os militantes em torno da Confederação Operária Brasileira que, a partir das observações dos acontecimentos internacionais, como o irrompimento da Primeira Guerra Mundial, propuseram também o Congresso Anarquista Sul-Americano. (OLIVEIRA, 2009, pp.222-223)

Os dois congressos que se realizaram no Rio de Janeiro faziam claras frentes ao avanço dos conflitos mundiais propondo garantir uma resistência sindical para além das fronteiras nacionais. Não obstante, apresentavam diferenças nas suas intenções. Enquanto o segundo congresso citado foi proposto especificamente pelos militantes anarquistas no interior da confederação, tentando atingir outros núcleos ou grupos de propaganda libertária do continente sul-americano, visando um tipo de programa para a atuação de sua família política no interior dos espa-

ços operários, o outro tentava garantir a junção com grupos ideológicos (socialistas, anarquistas) e sindicais (de ofício ou regionais) de várias partes do globo, visando à união das forças de origem proletária para tensionar especialmente as decisões dos estados nacionais no desenrolar da Primeira Guerra Mundial. (OLIVEIRA, 2009, pp.210-232)

Nos dois casos, os anarquistas que estiveram presentes tentaram estreitar relações com outros órgãos e militantes, alguns evidentemente conhecidos pela própria experiência onde transitaram em países como Argentina, Uruguai, Itália e Portugal. Do mesmo modo também tentavam barrar a possível fragmentação do movimento operário, almejando uma força específica contra o avanço do militarismo que, para os libertários, era resultado do próprio funcionamento do capitalismo industrial:

Aos socialistas, sindicalistas, anarquistas e organizações operárias de todo o mundo. A pressão exercida pelos governos das nações beligerantes sobre o governo espanhol, obrigando a este a proibir a reunião, em Ferrol, do Congresso Internacional da Paz, marcado para 30 de abril próximo passado, é uma prova de que os governos da burguesia temem que os proletários do mundo inteiro cheguemos a combinar esforços e, unidos todos, façamos cessar a horrorosa matança [...]. Beligerantes e neutrais, sofremos as mesmas consequências do atual estado de coisas, - uns dando a sua vida nos campos de batalha, em holocausto ao deus do capital, os outros, por efeito da crise industrial e comercial, morrendo de fome e de miséria, sem que uns e outros tenhamos um gesto de rebeldia para sublevar-nos contra os causantes de tão monstruoso crime de lesa-humanidade. (ATAS CONGRESSO INTERNACIONAL DA PAZ – CEDEM/UNESP, 1915)

Na chamada feita pela Confederação em 1915 para o Congresso Internacional da Paz, percebemos que o evento era percebido como resultado da proibição de outro congresso que aconteceria na Espanha, fato que atesta o laço de continuidade transnacional contido entre os militantes anarquistas presentes, mas também do internacionalismo operário que era fortalecido. Do mesmo modo, é possível notar a preocupação em construir ações para impedir o enfraquecimento do movimento operário diante dos acontecimentos.

Anarquistas representantes na própria entidade, como é o caso de Edgard Leuenroth, não tardaram em assinar sua adesão e ação prática em tais eventos. As redes dos militantes garantiram notícias e adesões de outros grupos anarquistas como o Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, Centro Feminino de Jovens Idealistas de São Paulo, Grupo Anarquista Renovação de Santos, *La Protesta* e *La Rebellion* da Argentina, União Anarquista Comunista de Portugal, Grupo Educacion Anarquista da Espanha e outros nos quais estreitavam relações. Mesmo nível de inserção garantia também as adesões de entidades sindicais do país, entre elas as federações operárias do Rio Grande do Sul e de Alagoas, bem como de trabalhadores fora do espaço especificamente fabril como a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas e a União dos Empregadores Barbeiros e Cabeleireiros, que também garantiam seus próprios interesses pela luta material progressiva. As adesões conseguiram ser estendidas de forma internacional entre diversas organizações de caráter econômico ou político como a União de Classe Operários Tecelões e a União das Juventudes Sindicalistas de Portugal, o Ateneo Sindicalista Ronda e o Grupo de Educacion Anarquista da Espanha, a Confederação de Sindicato Obrero de la Republica Mexicana, a Unione Sindicalista Italiana e o Partido Socialista da Argentina.

Os dois congressos tentavam criar um órgão para garantir uma união de forma estável a partir de uma Confederação Operária Sul-Americana, que não se concretizou nos anos seguintes. Com certeza havia inúmeras dificuldades para esses projetos que visavam um organismo transnacional de ação comum, entre estas os próprios empecilhos empíricos em unir personagens ou associações com nuances em suas performances, tanto ideológicas ou mesmo por disparidade regional, a falta de adesão de demais grupos não fixos e a intensa reação desencadeada pelos aparatos repressivos nos referidos países. Não obstante, para Oliveira, “se a tão esperada Confederação Operária Sul-Americana não se efetuou, por outro lado concretizaram-se uma série de atividades de solidariedade, pelo menos por parte do Brasil e Argentina. (OLIVEIRA, 2009, p.223) Os laços de continuidade, o intercâmbio e as propostas de solida-

riedade que acompanhavam notícias sobre a atuação dos grupos, assim, eram trazidos para a própria militância local na cidade.

Depois de tais tentativas, os anarquistas que acompanhava o desenrolar dos movimentos operários em diversas partes do mundo e observavam os seus próprios dilemas propuseram o “Comitê de Agitação contra a Carestia de Vida”, logo sob os efeitos da Primeira Guerra Mundial, tentando agrupar os organismos sindicais e outros grupos militantes inflamando possíveis movimentos reivindicatórios e denunciando as condições de vida da população. Um ano depois, o periódico *A Lanterna* ainda desejava rebuscar os efeitos da Confederação Operária Brasileira:

Há, pois, que reanimar, que revivificar a nossa obra. É agora, mais que nunca, se torna necessário intensificar e estender a ação da COB, a COB, sois vós são os vossos sindicatos, as vossas associações. Em vós, todos, portanto, está a potência capaz de lhe dar o vigor indispensável. E assim que vos dirigimos esta circular, apelando para vossa boa vontade, para o vosso dever sindical, no sentido duma colaboração metódica e energética na vida da COB. Trabalhai dentro da vossa associação, agitai a vossa classe, animai o movimento nessa localidade, e deste modo é que contribuirei eficazmente para o bom andamento dos trabalhos da COB. (*A LANTERNA*, 27/02/1915, p.3)

Tais indícios mostram a relevância da presença anarquista entre os trabalhadores e o movimento operário diante do declínio do movimento operário frente ao contexto local e internacional, tentando organizar e mobilizar a população e ainda almejando transformar a sociedade.

Com a perspectiva revolucionária e a própria circularidade entre os grupos e as redes ativistas anarquistas possibilitou a existência de outras propostas que eram influenciadas pelo mesmo contexto. Em 1913 vinha a iniciativa do grupo de Alessandro Cerchiai, Angelo Bandoni, Gigi Damiani, para a publicação do jornal *La propaganda Libertaria*, iniciado em 12 de julho. O jornal apresentou uma breve experiência de dois anos e sofreu diversas interrupções e dificuldades de se manter financeiramente, mostrando uma queda evidente de leitores em compa-

ração com outros jornais nos quais o grupo estava envolvido, como o *La Battaglia*, que chegou ter uma tiragem de 5.000 exemplares.

Como apontado, os personagens ligados ao periódico estavam sendo influenciados pelo contexto de grande repressão econômica e também pelo refluxo das atividades grevistas. Posições da estratégia antiorganizacionista, contrária às reformas e praticantes das táticas anti-sindicalistas estavam ainda presentes no grupo, pois para estes

a questão não é saber se o sindicalismo pode ou deve proclamar-se anarquista. [...] A verdadeira questão é saber se eles devem ou não, os anarquistas, castrar-se castrar para os belos olhos de sindicalismo. [...] Ninguém nega a razão e a legitimidade da força do movimento operário. O que eu nego e que muitos dos nossos camaradas rejeitam, é que o anarquista deve calar a boca porque um próspero movimento, que não é o seu próprio, declara que se abstenha a priori de considerar a doutrina anarquista, no cumprimento das suas agitações. Eu acho isso: os anarquistas, onde quer que eles vão, devem fazer valer as suas opiniões, exercer a sua proclamação crítica como sua peça ideal, não importando se a palavra é perturbar-lhes o bom desempenho das greves de categoria. (*LA PROPAGANDA LIBERTARIA*, 5/10/1913, p.3)

Céticos em relação ao sindicalismo, mas abertos às possíveis críticas e discussões como afirmavam, o referido grupo, pela própria condição emergente, tentava atuar em diversos organismos e círculos militantes, mesmo que assinalando suas considerações contundentes. Em algumas empreitadas, como na tentativa da reanimação da Confederação Operária Brasileira, era destacada sua atuação e associação com outros grupos como o Centro Socialista Internacional, que tentava reunir os diversos grupos anarquistas, e com os redatores de *A Lanterna*, incentivando movimentos classistas e internacionalistas. (OLIVEIRA, 2001, pp.96-97) Buscando entender os motivos da apatia do movimento operário, reafirmaram sua busca pelos eventos e debates socialistas, sindicalistas e anarquistas, internacionais e locais:

Eis a grandiosidade do programa dos revolucionários mexicanos, que, ao fundo, é bem o programa dos anarquistas de todo o mundo! [...] Enquanto dezenas e dezenas de milhares de homens e mulheres põem em prática as ideias que animam a revolução, outras dezenas e dezenas de milhares de pessoas continuam a percorrer todos os cantos do México para propagar e proclamar bem alto os princípios de *Terra e Liberdade para Todos!*(*LA PROPAGANDA LIBERTARIA*, 15/11/1913, p.4)

Além de tentar trazer eventos internacionais para a possível mobilização e ação dos militantes e dos trabalhadores na cidade, a propaganda também começou a ser dirigida contra os conflitos nacionais em outros países que, além de ocasionarem grandes danos às classes baixas, para os redatores, “o início das guerras dos estados balcânicos contra a Turquia” marcaria o poder dos estados nacionais ligados aos detentores dos meios de produção que seriam também “acionistas das grandes fábricas de armas e munições, bem como fornecedores dos exércitos e dinheiro.” (*LA PROPAGANDA LIBERTARIA*, 12/07/1913, p.2)

Os redatores mostravam os problemas nas regiões balcânicas, evidenciando os abusos dos danos estruturais ou supostamente morais, que os conflitos causavam nas populações. (HOBSBAWM, 2002, pp.417-452) Ao fazerem referências a outros grupos anarquistas e à teoria, assinalavam sua posição contrária à guerra e antimilitarista:

Mau grado os hinos patrióticos, os arroubos da eloquência nacionalista, e os entusiasmos cívicos, percebe-se entre a bruma dessa propaganda, aparentemente desinteressada, o fato real e sensível que nos demonstra ser o exército uma instituição ao serviço dos grandes capitalistas, servindo de garantia à exploração e à espoliação por eles exercida de uma forma desenfreada, repelindo, à baioneta e à bala, as reclamações dos explorados. [...] Lutemos titanicamente em prol da vitória da nossa causa, que é a causa da liberdade, da justiça e da civilização. (*GUERRA SOCIALE*, 20/08/1916, p.3)

Com o avanço dos conflitos mundiais, incluindo a eclosão da Primeira Guerra Mundial oficialmente em 28 de julho de 1914

(FERRO, 2008), essa postura foi progressivamente levada a cabo, ocasionando a busca de um internacionalismo de intenção federalista contrários, portanto, aos projetos da expansão do capitalismo industrial e do Estado Nacional.

Em 1915, novamente reformulando suas táticas, o grupo lançou um novo jornal intitulado *Guerra Sociale*, ainda contendo quatro páginas e conseguindo ter regularidade semanal ou quinzenal. Com a direção de Angelo Bandoni, o nome apostava incisivamente na propaganda contra os conflitos nacionais que estavam chamando a atenção dos mais variados grupos sociais. Ao mesmo tempo, assumiam posições que haviam levado desde o início de suas trajetórias, como a preparação para a revolução anticapitalista, contrários igualmente à exploração nas fábricas e aos poderes estatais. A própria posição do grupo e periódico também transformava suas próprias visões sobre a atuação local, sua visão e luta étnica e de raça e também, com o seu desenvolvimento, sobre a organização e a questão das lutas operárias no movimento operário.

Guerra Sociale: buscando o internacionalismo e a coesão militante

Boa parte do grupo em torno do periódico *Guerra Sociale* já vinha atuando desde o início do século de forma bastante assídua na cidade de São Paulo. Alguns personagens em torno do periódico *La Battaglia*, composto por personagens provindos de diversas regiões italianas, por exemplo, eram atuantes em diversos tipos de mobilizações e não foram raras as vezes que puderam organizar ou impulsionar boicotes na cidade, defendendo a destruição das condições que consideravam desiguais. Contudo, seus recostos nas uniões de tendência étnicas, derivadas de sua própria inserção em ambientes compostos por imigrantes deixavam suas claras marcas. Ao tentar comparar, por vezes, os processos reivindicatórios dos lugares de origem para sua situação local, anexavam discursos de segregação, julgando a população

nativa como passiva, assim como a rede política institucional do Brasil atrofiada ou retrógrada:

Deixemos de lado o proletariado nacional, este é ainda em formação e com ele ninguém nunca pode contar. É um rebanho de eleitores a bom preço. Falta a preparação histórica, talvez também o próprio ambiente econômico com o qual possa se formar um proletariado indígena. Temos bons companheiros brasileiros, operários ou profissionais, mas, por favor, não vamos procurar o socialismo, o sindicalismo e o anarquismo nas sociedades operárias indígenas, organizadas com fins políticos, de vulgar política. (*LA BATTAGLIA*, 27/01/1917, p.1)

O grupo em torno do periódico em questão, adeptos da estratégia antiorganizacionista, já desconfiavam dos ambientes mais sólidos de resistência, mas isso também pode ter sido um caso de como o tipo de associação étnica, a partir da imigração, apesar de contribuir com a rápida disseminação de projetos políticos dentro de grandes grupos imigrantes, em contrapartida, algumas vezes, dificultava a implementação efetiva destes entre trabalhadores nativos criando empecilhos para uma ação conjunta.

Não obstante, a própria experiência dos militantes junto aos trabalhadores com o passar dos anos fez ser necessária a revisão dessas práticas. Para os personagens, ainda, o evento da Grande Guerra parecia ter aberto esse debate já que precisavam de novas posturas para reativaram o fôlego das manifestações que tinham participado, mesmo que contrários à suposta estratificação sindical. Após as discussões e posição do Congresso Anarquista Sul-Americana e apesar de assumirem que seus leitores eram majoritariamente estrangeiros ou filhos destes, essa era uma boa oportunidade para incluir colunas em outras línguas:

A necessidade de uma edição portuguesa da “*Guerra Sociale*” cada dia se faz mais sentida. Renunciar, porém, à edição italiana é impossível e por razões econômicas, visto serem italianos a maior parte dos nossos assinantes e também porque é indispensável, num estado onde a imigração italiana constitui mais da metade da classe proletária ter

um órgão que neutraliza a propaganda nacionalista e de outras tendências, feitas em italiano, a um público italiano. Por outra parte, está desaparecendo a indiferença do elemento indígena sobre os assuntos sociais e já “Guerra Sociale” conta com avultado número de assinantes brasileiros, os quais reclamam uma colaboração em português mais desenvolvida. [...] Convidamos portanto os companheiros que sabem escrever o português [...], a colaborar com perseverança para a nossa atual sessão portuguesa, que se hoje não sai mais ampla é porque faltam colaboradores. [...] Nacionalizar a propaganda anarquista, não é fazer nacionalismo; mas é dar-lhe uma base positiva, ajudando o desenvolvimento de elementos locais que não podem estar sujeitos, como nós estamos, às eventualidades de uma qualquer lei de expulsão. (*GUERRA SOCIALE*, 27/01/1917, p.1)

Não sabemos se a atitude descrita, visando não só estender o jornal para diversos círculos étnicos da cidade, mas também solidificar uma militância anarquista em âmbito nacional, aumentou o número de cópias do periódico, mas é possível notar que tal iniciativa agregou mais colaboradores e militantes, de origens diversas, portuguesas, espanhóis e brasileiros, como João Crispim, Rafael Esteve, Neno Vasco e Florentino de Carvalho. Fato que acabou aumentando o número de colunas do jornal, anteriormente contendo quatro páginas, mas que dobrou seu tamanho e também estabeleceu regularidade semanal. Portanto, não deixa de ser uma atitude imprescindível para os rumos que os redatores, no período, almejavam dar para o jornal.

Como percebido pelo trecho, de fato, a situação dos trabalhadores e grupos subalternos não era a mesma de anos atrás. Embora, como notado, boa parte da população nos centros industriais da cidade possuía suas raízes de nascimento no continente europeu, a vivência destes com os brasileiros ou com outros imigrantes se tornava mais comum com o passar dos anos. O contexto da Primeira Guerra Mundial, que dificultava o fluxo da vinda de imigrantes para o país, assim como barrava suas tentativas de retorno, foi somado à grande migração das áreas rurais para o centro industrial, condições que resultaram o surgimento de um ideário de fixação que levava em consideração “construir uma vida em São Paulo sem pensar mais em voltar.” (BIONDI, 2011, p.326)

Fato que, para alguns autores, como Sheldon Maram (1979), significou, mesmo com a continuação da instabilidade na vida dos residentes dos bairros operários, se ater mais incisivamente à luta classista em sua região (MARAM, 1979, pp.56-57).

Argumentando que a revolução pelas vias libertárias deveria ser a solução para acabarem os conflitos e a discrepância entre as classes, os anarquistas, se reportando também à teoria e à prática de militantes reconhecidos como Errico Malatesta, bem como aos debates de outras regiões, reforçavam suas posições. Tentavam explicar, assim, que os danos militares foram consequência da expansão nacionalista, conectadas principalmente com o avanço capitalista que, para os redatores, deveriam ser superados em consonância. Com tais medidas, reviam suas posições sobre os ganhos materiais progressivos, se aproximando da estratégia organizacionista:

A greve geral no comércio de Santos é um fato; no Rio de Janeiro já deve a estas horas ter estalado um movimento de revolta e em outras localidades cogita-se de realizar movimentos de protesto e de resistência contra os novos impostos. Nesta emergência os trabalhadores e especialmente os anarquistas não podem permanecer na indiferença; o protesto contra os impostos, contra a lei e o Estado deve surgir do peito de todos os subversivos. O momento é assás excelente para iniciar uma campanha de crítica contra as instituições econômicas e políticas do regime capitalista. (*GUERRA SOCIALE*, 13/01/1917, p.1)

Como visto, para os militantes do jornal era necessário se organizar e reivindicar melhores condições de vida, citando os impostos e a inflação dos gêneros de necessidade básica, visando, no decorrer deste, uma ótima oportunidade para a crítica que passava do funcionamento econômico para o político.

Além de incentivarem a organização operária e aceitarem as lutas por melhorias dos trabalhadores e grupos marginalizados a partir do espectro revolucionário, a busca de debates internacionais contrários à Grande Guerra como do militante Luigi Fabbri, cria-

vam uma articulação mais objetiva com sua rede de sociabilidade, pois era necessário

...reunir numerosos camaradas que se encontravam dispersos por todo o país, vivendo na mais completa apatia por falta de coesão, de relações de solidariedade que deveriam existir perenemente, de maneira ativa e eficaz entre homens que sentem as mesmas aspirações, professam os mesmos princípios e lutam pelo mesmo ideal. (*GUERRA SOCIALE*, 30/09/1916. p.1)

A justificava do jornal, que se referia à fundação da *Alliança Anarquista*, não tinha como intuito simplesmente conhecer os grupos anarquistas em lugares mais distantes, pois isso já havia sido feito em boa parte da trajetória dos anarquistas, pelo menos nas regiões paulistas. A proposta provinda exatamente da união dos grupos anarquistas, na capital e no interior, que tentavam se alargar de forma nacional, começava gradativamente a apostar na unificação de determinados princípios e estratégias, sob a bandeira do “mesmo ideal” que poderiam ser efetivas no momento:

Os anarquistas residentes no Estado de S.Paulo e localidades dos Estados vizinhos, considerando o excepcional momento histórico causado pela conflagração europeia, cujas consequências hão de provocar acontecimentos sociais de ordem econômica e política, em todos os países, acontecimentos que devemos e queremos determinar num sentido libertário e revolucionário. (*GUERRA SOCIALE*, 14/10/1916, p.3)

Se opondo às inclinações individualistas, e buscando meios práticos entre os grupos, ou na palavra dos próprios redatores, “um sentido”, a base de acordo ainda determinava suas funções:

A Aliança fomentará, por todos os meios ao seu alcance, a propaganda contra as causas fundamentais da conflagração atual e de todos os males sociais que tem como origem o Estado e a propriedade individual, de instituições particulares e públicas.[....] A Aliança

combaterá a propaganda eleitoral e qualquer partido político estatal, mesmo o que se propunha reformar e, por tanto, consolidar a atual organização política e econômica, ou qualquer outra que se assenta sobre as aberrações nacionalistas e patrióticas. [...] Com relação ao movimento de classe, a Aliança favorecerá o desenvolvimento das organizações econômicas de resistência dos operários das cidades e dos trabalhadores rurais ou colonos, provocando-as, mesmo, onde não existam, elaborando, para este fim um programa especial, subordinado, porém, a sua intervenção e ação à propaganda integral do anarquismo. (*GUERRA SOCIALE*, 14/10/1916, p.3)

A *Alliança Anarquista*, portanto, apostava em uma forma dupla de organização. De um lado, visava à luta gradual pela melhoria material dos grupos operários e marginalizados dos bairros populares em geral, adentrando e impulsionando os movimentos de reivindicação, desde que dentro do espectro internacionalista e classista e fora da esfera parlamentar ou estatal. E, ao mesmo tempo, defendida a própria organização dos anarquistas a partir de bases internas, definindo métodos para suas atuações nos respectivos ambientes essencialmente econômicos, transformando-os, em instrumentos também de reclamação política.

Longe de ser uma nova corrente, esse tipo de proposta havia sido defendido por alguns militantes libertários em âmbito global, e possivelmente circulava entre os membros da família política anarquista. O autor Felipe Corrêa defende que muitos princípios do dualismo organizacional, ou seja, a intenção que “tem por base comum um regulamento interno e um programa estratégico, os quais estabelecem, respectivamente, seu funcionamento orgânico, suas bases político-ideológicas e programático-estratégicas, forjando um eixo comum para a atuação anarquista” (CORRÊA, 2013, p.37), estavam presentes desde a atuação da Aliança da Democracia Socialista na Primeira Internacional dos Trabalhadores que tinha como participantes Mikhail Bakunin, desde fins do século XIX (CORRÊA, 2015, pp.262-268). Alguns debates anarquistas dentro da esfera sindical, reformularam ou adaptaram essa estratégia, tal como foi no Congresso Anarquista de Amsterdã de 1907, no qual Errico Malatesta, afirmando que a luta sindicalista por me-

lhorias materiais, embora fosse imprescindível, se isolada, estava fadada ao reformismo e portanto era necessária também a organização “propriamente anarquista que, tanto dentro como fora dos sindicatos, lutam pela realização integral do anarquismo e procuram esterilizar todos os germes da corrupção e da reação.”(MALATESTA, 2000, pp.163-164)

Luigi Fabbri, que foi citado em algumas colunas do periódico, também defendia propostas de organização anarquista. O militante nasceu no ano de 1877 em Ancona, na Itália, mas teve sua ação envolvida no movimento operário em diversas regiões, como na França e Suíça e depois da década de 1920 no continente sul-americano. Fabbri participou de eventos e reuniões, muitas vezes de envergadura internacional como o Congresso Anarquista de Amsterdã de 1907. (RAGO, 2012, pp.155-168) Tal agente defendia que o vínculo explícito e programático entre o anarquismo e o sindicalismo (anarcossindicalismo) não seria eficaz, pois levaria à divisão dos interesses da própria classe, pois se esse último trazido em estratégia

não quiser ser sectária, dogmática e autoritária, deve evitar toda afirmação ideológica que possa dividir a massa proletária em função de preocupações de partido, conservar o conteúdo solidário de todos os trabalhadores contra o capitalismo. Se levamos [aos sindicatos] a preocupação partidária, inclusive a anarquista, isso significa romper a solidariedade operária e fazer uma atividade antilibertária. (CORRÊA, 2015, p.218)

A ideia de Luigi Fabbri não era abandonar os sindicatos e muito menos isolar-se, mas justamente tornar eficaz a participação dos libertários aos órgãos de resistência populares. Para tal, longe de realizar essa obra pessoalmente, os anarquistas deveriam criar grupos que norteariam suas funções dentro e fora desses ambientes a fim de criar elementos possivelmente sólidos na intenção de inflamar essas atuações ou mesmo se defenderem quando necessário:

Por organização, entendemos a união dos anarquistas em grupos e a união federal dos grupos entre si, sobre a base de ideias comuns e

de um trabalho prático comum a realizar. Tal organização deixará naturalmente a autonomia dos indivíduos nos grupos e dos grupos na federação, com plena liberdade dos grupos e federações para se formar em segundo as oportunidades e circunstâncias, por ofício, por bairro, por província ou por região, por nacionalidade ou por língua, etc.(...) A organização é um meio de se diferenciar, de se precisar um programa de ideias e de métodos estabelecidos, um tipo de bandeira de reunião para se partir ao combate sabendo-se com quem se pode contar e tendo-se consciência da força que se pode dispor. (...) Dizemos, por exemplo, partido anarquista, entendendo simplesmente por isso o conjunto de todos aqueles que combatem pela anarquia. Quando dizemos federação socialista-anarquista, pensamos na união preestabelecida dos indivíduos e grupos aderentes que, em determinada localidade, puserem-se de acordo em torno de um programa de ideias e métodos.(FABBRI, 2013)

Não sabemos, fora as próprias posições do jornal *Guerra Sociale*, se a *Alliança Anarquista* de São Paulo definia seus métodos em conjunto ou como prefigurava maneiras de organizar as estratégias anarquistas, após a adesão dos demais membros.

Ainda assim, é possível notar também que iniciativas para tais uniões não faltavam, pois os ativistas defenderam frequentemente programas de atuação e reunião para debates. Projetos que eram transformados em grandes chamadas no qual tentavam sistematizar algumas posturas básicas, tanto para sua família política quanto para população em geral:

A *Alliança Anarquista*, à qual aderiram mais de trinta organizações libertárias e de classe, além de um grande número de companheiros não organizados e que conta com a solidariedade de outros grupos anarquistas existentes nos Estados da Federação Brasileira, faltaria à sua missão se nesta hora angustiada para todos, em que trágicos acontecimentos se anunciam, esquecesse que é nos momentos históricos que os partidos e os homens de ideias devem, a todo o transe, assumir a responsabilidade dos próprios atos e proclamar sem vacilações, nem tibiezas, o que pensam e os ideais que professam,

que defendem e pelos quais se batem. [...] Não sabemos se este manifesto será bem aceito pela maioria do povo brasileiro numa hora de entusiasmo e exasperação, como ignoramos se o nosso gesto irá provocar perseguições e repressões para nós e para os nossos amigos. Mas temos um dever a cumprir e o cumprimos sejam quais for as consequências que este ato de hombridade e de sinceridade nos possa acarretar. (*GUERRA SOCIALE*, 1/05/1917, p.4)

Diante do fragmento, que revela uma incisiva aposta por partes dos anarquistas em torno do jornal *Guerra Sociale* de disseminarem seu projeto organizador, evidencia-se igualmente a recepção dos demais grupos libertários, de diversas partes do Brasil, para tal proposta. Os anarquistas confederados à tal Aliança teriam a função de encarnar responsabilidades políticas bem como disseminar suas visões de transformação, em defesa das classes exploradas, principalmente com o alongamento dos conflitos nacionais. Outra questão interessante é que, mais uma vez, o “povo brasileiro” aparecia no periódico, ou seja, uma preocupação em estender uma militância nacional, na visão dos militantes mais coesa com as particularidades do país, estava sendo levada a cabo.

Nos meses finais de 1916 tanto a Aliança Anarquista quanto o periódico *Guerra Sociale* estavam alicerçados sob práticas e objetivos coerentes à organização sindical e militante, preocupação que passava desde os idiomas falados nos espaços operários, mas também revelava a união estável com militantes assíduos do movimento anarquista, propondo meios de organização nos dois níveis citados (sindical e especificamente político). Fatores que resultaram em diversas adesões, que vinham desde o interior de São Paulo pelas cidades de Sorocaba, Bauru, Ribeirão Preto, dos coletivos e apoiadores do estado de Minas Gerais pelas cidades de Guaxupé e Poços de Caldas, do Rio de Janeiro, e das regiões do nordeste como no Belém do Pará.

Essa ampliação de suas articulações, se não desencadeava ainda para o grupo em torno do jornal *Guerra Sociale* um agrupamento especificamente político, ganhava imenso respaldo entre os grupos anarquistas ligados mais pragmaticamente com as associações sindicais bem como o anarquismo de caráter organizador, e que gastavam a maioria dos seus

esforços nisso. Um órgão de militância que estava se tornando eficaz em coordenar esforços libertários para uma atuação nacional sobre o espírito internacionalista logo foi aderido pelos militantes de tradição organizacionista como Edgard Leuenroth e Neno Vasco que o impulsionavam sob o periódico *A Plebe*.

À guisa de conclusão: reverberações das articulações políticas e sindicais anarquistas diante à Primeira Guerra Mundial

Três anos após a Primeira Guerra Mundial e seus efeitos nos bairros industriais como a inflação dos produtos de primeira necessidade e o aumento do desemprego somados às articulações políticas de militantes, tiveram seus resultados. O ano de 1917 foi marcado por um intenso fôlego grevista que tomou conta da cidade de São Paulo. As paralisações de duas fábricas têxteis do Cotonifício Rodolfo Crespi, buscando melhores condições de trabalho e salário, somado ao caráter repressivo das autoridades aos movimentos reivindicatórios urbanos que dariam fim à vida do militante anarquista e sapateiro José Martinez, representavam o início de uma onda reivindicativa de grande proporção. Na semana de nove a dezesseis de julho, tais paralisações acompanhadas de intensas manifestações revelavam uma intensidade inédita, se alastrando posteriormente para cidades do interior paulista e outras regiões como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul.

O episódio demonstrou a força prática dos sindicatos que se multiplicavam de maneira considerável nas últimas duas décadas anteriores, como vimos, com certos momentos de refluxo e outros de ápice, mas apresentando sempre a presença militante, resultando em formas de atuação que propiciavam o crescimento combativo entre os trabalhadores na cidade. Tais organizações tentavam ser articuladas sobre a Confederação Operária Brasileira, que também na segunda década do

século XX reforçou o anseio para a coordenação do movimento operário em nível nacional sobre a forma de correspondência política com as federações locais. (TOLEDO, 2007, pp.63-64) Esse caráter de combate marcava as falas dos personagens assíduos no interior desse movimento, experiência que foi condensada na criação do jornal *A Plebe*, escrito durante as reivindicações de julho de 1917:

O clarim da liberdade ressoa por toda a parte chamando a postos os defensores da causa libertaria, da causa do povo. Do norte ao sul do Brasil, o movimento operário está em plena atividade, cresce o número de sindicatos e associações de classe, bem como o número de aderentes. São frutos das últimas agitações. [...] Proletários! Univos, agrupai-vos todos sob a mesma bandeira, certos de que a união vos dará a força e a vitória com a qual podereis quebrar para sempre a grilheta da miséria que nos escraviza. (*A PLEBE*, 11/08/1917, p.2)

O periódico afirmou que, além dos eventos internacionais já presentes nas campanhas dos redatores, a referida greve seria o resultado de eventos locais e conjunturais, como o crescimento das organizações sindicais a partir do início século XX - ações que tentavam se articular nacionalmente - e o aumento dos grupos militantes, bem como a adesão de boa leva dos trabalhadores aos movimentos e associações que foram criadas. Interessante perceber também que o apelo visava à união “sob a mesma bandeira” ressaltando, mais uma vez, medidas emergenciais e a união de militantes de diversas orientações para a construção de um movimento operário consistente.

O início confronta interpretações de pesquisadores que atribuíram o caráter espontâneo, pelas pressões exercidas pelos conflitos nacionais, para a eclosão da referida greve. Um desses, Boris Fausto (1977) argumenta que, além da formação desigual da sociedade brasileira, a influência do anarquismo entre o movimento operário, que se baseava em críticas morais e não propunha táticas e estratégias avançadas, não compreendia o papel do Estado e se distanciava da política representativa e eleitoral, foram fatores que contribuíram para o isolamento do proletariado estrangeiro, aumentando o poder das classes dominantes no período.

Evidentemente, a Primeira Guerra Mundial teve um peso determinante no contexto, mas esta foi interpretada por ações e práticas entre os militantes que a transformavam através de suas vontades e necessidades. Na capital de São Paulo, antes da grande greve, percebendo um refluxo dos ambientes sindicais após as manifestações de 1913-14, os militantes anarquistas e socialistas instituíram as associações por ligas de bairro, criando a União Geral dos Trabalhadores. Dessa maneira, as associações já existentes por ofício e por federações das cidades ligadas à Confederação Operária Brasileira seriam substituídas ou integradas às particularidades das uniões por região de seu bairro. Esses organismos descentralizados, desde que atuantes, ajudariam a ligar as greves e manifestações de grupos e gêneros sindicais por região, coordenados pela Federação Operária de São Paulo, alastrando-os por toda a cidade, ocasionando a possibilidade de uma greve mais ampla e significativa. (LOPREATO, 1996, pp.95-99) Para os militantes de orientações políticas diversas, as reivindicações não ficariam tão dependentes das decisões dos grupos sindicais, prontos para serem desmembrados em momentos de refluxo econômico ou da repressão estatal. A decisão era pontuada e estimulada pelo jornal *Guerra Sociale*:

Damos a seguir as bases de acordo da União Geral dos Trabalhadores que estão sendo adotadas pelas ligas Operárias de Bairro. [...] Fins imediatos: a) Combater todos aqueles que, por meio do açambarcamento, de trusts, ou de outros criminosos manejos comerciais, conseguem elevar os preços dos gêneros alimentícios assim como mover a guerra contra os seus falsificadores. b) Sustentar um constante e vivo movimento de protesto contra os impostos e as tarifas alfandegárias, assim como contra as tributações ferroviárias, que concorrem para tornar mais penosas as condições do povo; c) Lutar pelo barateamento dos alugueis das habitações, exigindo que estas ofereçam todas as condições de higiene; d) Fazer com que os operários não sejam forçados a executar serviços excessivos e brutais e que os lugares de trabalho ofereçam todas as necessárias condições de segurança, de higiene e de conforto para evitar os acidentes e as moléstias hoje tão habituais e que determinam o agravamento da penúria operária. e) Exigir da parte dos patrões, empreiteiros, encarregados, gerentes,

mestres e contra-mestres a mais completa urbanidade a respeito para com os operários. f) Lutar pela igualdade dos salários das mulheres aos dos homens, e que lhes sejam garantidos os mesmos, quando, no último período da gravidez ou após o parto, forem obrigados a deixar de trabalhar g) Impedir que sejam ocupadas no trabalho as crianças menores de 14 anos ou de físico deficiente, permitindo que somente os homens sejam confiados os serviços que, pela sua índole, exijam maior robustez e resistência. [...] i) Firmar a jornada de 8 horas, com a completa abolição do trabalho extraordinário; [...] m) Tratar por todos os meios de suprimir o trabalho noturno, salvo nos vapores hospitalares ou outros estabelecimentos em que este seja de absoluto necessidade pública. (GUERRA SOCIALE, 26/05/1917)

Tais decisões faziam parte de uma exigência prática e concreta, inclusive pelos militantes estarem inseridos e atentos às nuances do movimento operário e por serem aceitas e impulsionadas por grupos não anarquistas. Não obstante, como observamos na resolução e no andamento dos grupos anarquistas, a mudança de tática favorecia igualmente os aspectos ideológicos e estratégicos do anarquismo e sua inserção no movimento operário e sindical da cidade, inclusive aquelas ainda reiteradas pelos congressos, como a adoção da ação direta. Além das medidas e resultados nomeados como “fins imediatos”, como a luta pela jornada de oito horas, as melhorias das condições de trabalho e de moradia, a igualdade de salários entre homens e mulheres, o fim do trabalho infantil e das longas jornadas noturnas, os agrupamentos regionais também deveriam aderir ao antimilitarismo, ao anticapitalismo, à ação direta e aos horizontes da luta de classes, objetivando o fim do sistema político e econômico vigente. Para os aderentes da União Geral dos Trabalhadores, as ligas deveriam:

[...] servir-se-á unicamente, para o trabalho de propaganda e educação dos trabalhadores e sua luta contra o capitalismo, dos meios próprios de ação direta, tais como a greve parcial e geral, a boicotagem, a sabotagem, o label, a manifestação pública, etc., variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e do momento. [...] A Liga Operária do..., sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos

políticos de que necessitam as organizações econômicas, não pertence a nenhuma doutrina estatal ou religiosa, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações religiosas, nem podendo qualquer sócio servir-se dessa qualidade para se manifestar. [...] Sendo a luta ao capitalismo a sua ação essencial, a Liga Operária do... não permitirá em seu seio qualquer obra de beneficência, mutualismo ou cooperativismo, cujos encargos pesam sempre sobre os poucos recursos dos trabalhadores, desviando-os do seu único objetivo, que é trabalhar pela emancipação. (GUERRA SOCIALE, 26/05/1917, p.1)

A medida, assim, fazia parte de um conjunto de táticas a fim de disputar os ambientes operários, que via tanto uma solução para os possíveis refluxos posteriores, mas também para a cristalização do sindicalismo, tentando infiltrar nestes os “direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas.” (GUERRA SOCIALE, 26/05/1917, p.1)

Evidentemente, bem como nas agrupações por ofício ou regionais, os militantes necessitavam de coligações políticas diversas e de momentos favoráveis para construir eventos reivindicativos bem como negociar os interesses de classe quando necessário. Percebendo a questão, os anarquistas continuavam a propelir seu órgão político, a *Alliança Anarquista*, proposta anos antes para reunir grupos anarquistas na cidade e no país, visando uma ação coesa entre os libertários. A Aliança também era uma forma de tentar resguardar aspectos ideológicos frente a um possível desmembramento de projetos essencialmente políticos em relação à militância sindical ou mesmo regional. Em meio às agitações operárias, o periódico *A Plebe*, em 1917, reiterava o projeto proposto pelo grupo em torno do jornal *Guerra Sociale*:

Há fatos que nos autorizam a acreditar que uma modificação no bom sentido se vai operando. Fundaram-se alguns grupos em várias cidades, havendo outros em formação. Já não é raro aparecer, em ocasiões oportunas, boletins e manifestos bem orientados. Começa-se, enfim, a agir um pouco por toda a parte sem aguardar o sinal de pontífices. E o que mais constitui motivo de animação é o apoio que vai recebendo, embora lentamente, como é natural, devido às causas

acimas expostas, a Aliança Anarchista, constituída, não há muito tempo, em São Paulo, com o fim de servir de traço de união entre as diversas agrupações e os camaradas diversos por aí além. (*A PLEBE*, 09/06/1917, p.2)

A coluna continuava fazendo propaganda da Aliança, ao mesmo tempo em que tentava convencer os leitores a continuarem fundando e seguindo as organizações operárias, sendo uma campanha favorável tanto aos anarquistas quanto à classe operária e subalterna. Na tentativa de inserção dualista, a *Aliança Anarquista* tentava reunir grupos políticos anarquistas e, ao mesmo tempo, anexá-los aos de classe e sindicais e, neste procedimento, tinha bastante respaldo entre diversos grupos do interior de São Paulo, do nordeste e sul do país. Para os militantes envolvidos com o projeto, foi esse tipo de atuação que garantiu uma efetividade para as ações anarquistas nunca vivenciada nas décadas atrás.

Após os desdobramentos das manifestações de 1917, não é possível visualizar os encaminhamentos e o desenvolvimento da *Aliança Anarquista*, fato que leva a pensar na diluição do projeto pelos próprios libertários em razão de suas participações nos eventos e a necessidade de impulsionarem entidades e agrupamentos classistas e econômicos, de tal forma que não sobrou energia para um resguardo político. Ainda assim, esse encaminhamento, intercalando propostas políticas com as essencialmente econômicas, que se davam meses antes das grandes manifestações, garantiram posições de destaque ao anarquismo no movimento operário na cidade e possibilitaram debates para a organização política anarquista em décadas posteriores.

Fontes

Atas do Congresso Internacional da Paz, Rio de Janeiro, 1915. Centro de documentação e memória da Universidade Estadual de São Paulo (CEDEM), São Paulo.

A Lanterna, São Paulo, 1909-1914. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

A Plebe, São Paulo, 1917-1920. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Guerra Sociale, São Paulo, 1915-1917. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

La Battaglia, São Paulo, 1904-1912. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

La Propaganda Libertaria, São Paulo, 1915-1917. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

_____. “Preface.” In: HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (Orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Leiden: Brill, 2010. pp. xiii-xxxi.

ANTONIOLI, Maurizio. “A USI: O Sindicalismo Revolucionário Italiano.” In: COLOMBO, Eduardo *et all* (Org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004. pp.191-205.

BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas- São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: Rediscutindo o anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

_____. “Questões organizativas do anarquismo.” *Espaço Livre*, vol. 8, num. 15, pp.33-48, 2013.

FABBRI, Luigi. *A Organização Anarquista. Excertos*. São Paulo: Editora Faísca, 2013.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e Conflito social: 1890- 1920*. São Paulo: Difel, 1977.

FERRO, Marc. *A Grande Guerra: 1914-1918*. Editora Brasil, 2008.

HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (Orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The praxis of national liberation*,

internationalism and social revolution. Leiden: Brill, 2010.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPREATO, Christina. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000.

MARAM, Sheldon. *Anarquismo, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, Antoniette. *(Des) fazer-se, (Re) viver... a (des)continuidade das organizações anarquistas na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia - Minas Gerais, 2001.

OLIVEIRA, Tiago. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense- Rio de Janeiro, 2009.

RAGO, Luiza Margareth. “Luigi e Luce Fabbri: uma ética de liberdade.” *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, Paraíba, n. 36, 2012. pp.155-168.

SANTOS, Kauan Willian dos. “Derrubando fronteiras: a construção do jornal *A Plebe* e o internacionalismo operário em São Paulo (1917-1920).” *História e Cultura*, v. 4, pp. 122-139, 2015.

TOLEDO, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889- 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp.53-88.

WOODCOCK, George. *Historia das ideias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

Anarquismo e feminismo: as mulheres libertárias no Brasil (1900 – 1930)

Samanta Colhado Mendes

Mestre em História

Universidade Estadual de São Paulo

O movimento anarquista foi e ainda é tratado com descaso pela historiografia e relegado ao ostracismo por ela e por inúmeros movimentos sociais. Retratado como um movimento sem organização e violento por parte das esquerdas ou reprimido por partidos políticos e vertentes ideológicas marxistas ortodoxas, se viu esquecido não só dentro de tais movimentos, mas dos meios acadêmicos e de estudos sérios sobre o tema. Foi estigmatizado e observado através de preconceitos. Todavia, nas últimas décadas, importantes estudos⁴⁴ nos ajudam a compreender o movimento libertário em sua complexidade e diversidade, bem como a perceber suas inúmeras contribuições às lutas dos oprimidos, dos marginalizados sociais. Ainda são poucos, entretanto, os estudos a respeito das mulheres libertárias, de suas lutas e de suas reais e fundamentais contribuições ao movimento anarquista e mesmo aos feminismos.

Isso não significa que sua participação e suas lutas tenham sido menores, mas sim que há um esquecimento intencional das mulheres na história ou mesmo um tratamento de suas vivências carregado de estigmas, que vão desde a observação de mulheres que se colocavam a frente das lutas sociais como “não respeitáveis”, até os estudos da psicologia/psiquiatria que nos tratam como histéricas. Como já colocara Michelle Perrot (2001), as mulheres foram “esquecidas e silenciadas” da história.

Quando se trata de mulheres das classes médias e altas, ainda há rastros de sua história, seja pelo que se estudou sobre elas ou sobre o que elas mesmas, a revelia, deixaram como legado escrito. Não há como

⁴⁴ Entre os importantes estudos sobre o anarquismo recém-publicados estão o de CORRÊA (2015) e o de CORRÊA; SILVA e SOARES (2014).

negar que nas sociedades ocidentais há um privilégio da história escrita em relação à tradição oral, dessa forma, aqueles que não dominam a escrita se vêem relegados ao esquecimento. As mulheres trabalhadoras do início do século XX, por outro lado, tinham pouco acesso à educação formal e à instrução. Embora participassem amplamente das lutas, pouco deixaram de rastros de memória ou testemunhos escritos. A libertária Elvira Boni, em entrevista realizada em novembro de 1983, publicada na obra “Velhos militantes”, coordenada por Ângela de Castro Gomes (1988), afirmava que, apesar da preocupação de seu pai, que queria que ela estudasse, não completou o segundo ano do antigo ensino primário, porque precisava cuidar de um irmão mais novo, doente.

A esse fato, se soma, certamente, o machismo dentro dos próprios meios trabalhadores, que pouco reconheceram o verdadeiro peso das lutas femininas e suas contribuições ao movimento operário. Mulheres libertárias como Emma Goldman, Louise Michel e Voltarine de Cleyre - fora do Brasil - e Maria Lacerda de Moura e Izabel Cerruti - por aqui -, só para citar alguns exemplos, tiveram grande importância dentro do movimento libertário, incorporando a ele, ou fazendo-o incorporar, novas questões ao imprimir suas reflexões e lutas. Porém não ganharam a visibilidade que tem Bakunin, Malatesta e Kropotkin, por exemplo. Isso sem citar as operárias, que lutaram como anônimas diariamente, nas greves, boicotes, questionamentos aos abusos sexuais nas fábricas, nos sindicatos livres e teatros operários, imprimindo, também elas, suas marcas ao movimento, o diversificando ainda mais e contribuindo para conquistas históricas da classe operária como a jornada de oito horas de trabalho.

Resgataremos, aqui, a história dessas mulheres operárias libertárias, praticamente anônimas. Tal resgate de memórias e ações promove o próprio resgate do movimento libertário e de suas especificidades nas mais diversas regiões do globo. Nos torna capazes de perceber como as pessoas agem e se organizam para além das estruturas e superestruturas, nas fissuras da vida cotidiana e na ação política conjunta, dá sentido à nossa própria memória e identidade. Significa, portanto, como colocara Edward Palmer Thompson (1987), “resga-

tar os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores”. (THOMPSON *apud*: MELO, 2011, p. 114).

A presença das mulheres no nascimento e desenvolvimento do anarquismo e sindicalismo no Brasil

O período de 1900 a 1930, no Brasil, é marcado por intensas transformações, a começar por seu marco político – a República Velha, ou Primeira República –, passando pela onda imigratória – surgida da demanda por força de trabalho agrícola, principalmente para as fazendas de café do interior paulista, e conseqüente demanda de mão de obra industrial nas cidades (como Rio de Janeiro e São Paulo), com urbanização crescente relacionada, justamente, a tal industrialização. Assim, grande parte das operárias eram imigrantes ou filhas de imigrantes vindos da Europa (principalmente Itália, Espanha e Portugal), onde o movimento anarquista era corrente majoritária dentro do movimento operário. Portanto, algumas delas, ou suas famílias, possivelmente tinham certa bagagem política, que amadureceram quando construíram o movimento libertário aqui no Brasil, em contatos com companheiros e companheiras de luta e por meio das leituras dos livros e jornais anarquistas e sindicalistas que aqui circulavam. Outras tantas descobriram aqui o anarquismo, por intermédio de grupos e militantes libertários e, aqui, criaram sobre ele seu próprio olhar e suas práticas.

Elvira Boni e sua irmã, Carolina Boni⁴⁵, por exemplo, eram filhas de imigrantes italianos que tinham contato com ideias libertárias desde a Itália (seu pai circulava entre meios anarquistas de seu país natal). Sua família se aproximou dos meios libertários que se formavam na pequena cidade do interior onde elas nasceram, Espírito Santo do Pinhal. Elvira

⁴⁵ Elvira e Carolina nasceram em Espírito Santo do Pinhal, interior de São Paulo, e viveram na capital do estado, mas tiveram maior atuação no movimento anarquista do Rio de Janeiro.

era costureira e Carolina, bordadeira, e entraram em contato com o anarquismo já em família (em grupos frequentados pelos pais e irmãos). Elas tiveram importante papel no anarquismo brasileiro, seja no teatro operário - em que tiveram participação ativa -, seja na União das Costureiras e no Grupo pela Emancipação Feminina, respectivamente.

Além disso, grande parte das mulheres operárias estavam empregadas nos setores têxteis. Aliás, as indústrias têxteis, que eram a grande receita industrial brasileira nesse início de século empregavam, em maior parte, mulheres e crianças, nas mais péssimas condições de trabalho. Jornadas que chegavam a dezesseis horas diárias, salários diferentes dos pagos aos homens e pagamento deles com base em tabelas que estabeleciam valores segundo o número de peças produzidas ou operação de vários teares ao mesmo tempo.

A resistência a tais condições começava pelos boicotes e sabotagens, mas também são inúmeros os relatos de greves nos setores têxteis durante todo o período. As operárias anarquistas as observavam como método importante de ação direta, seja pelas chamadas “melhorias imediatas”, pelo aprendizado da luta na prática, seja para a construção da revolução social que libertaria toda a humanidade.

Estas greves surgiam a partir de questões cotidianas, como denúncia de abusos sexuais e maus-tratos de mestres e contramestres, de denúncias de demissões consideradas injustas pelas operárias - como, por exemplo, a da Fábrica de Tecidos Anhaia, localizada no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, que, no ano de 1902 contou com uma greve em protesto contra a expulsão da operária Emma Sartorelli (de 16 anos) pelo mestre de teares e com a exigência da demissão imediata de tal empregado - ou greves com a participação direta das organizações operárias por pautas consideradas bandeiras do movimento operário, como a redução da jornada de trabalho - a exemplo da greve das operárias da Lavanderia Paulista, que exigiam redução nas jornadas de onze para nove horas diárias.

O exemplo mais emblemático dessas greves no período foi, sem dúvida, a Greve Geral Anarquista de 1917, que paralisou as indústrias em grande parte do estado de São Paulo ao longo do mês de

julho do referido ano. Fatores como o aumento no custo de vida não acompanhado pelo aumento de salários e as altas jornadas de trabalho, somados ao empenho dos libertários na oposição à guerra, culminaram na movimentação grevista, observada não só como uma maneira de se alcançar as melhorias “momentâneas” nas condições de vida e jornadas de trabalho, uma vivência da luta na prática, mas como meio de ação direta capaz de levar à expropriação da burguesia, destruição das classes e derrubada do Estado para a construção da sociedade libertária.

Na noite de 2 de junho de 1917, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos convocou os trabalhadores do setor para uma assembléia na sede da entidade, na rua da Mooca, 292. Nos dias subsequentes, as reivindicações de aumento preencheram a pauta de várias reuniões. Assim começou a greve geral paulistana de 1917, envolvendo homens, obviamente, porém em muito maior quantidade, mulheres e crianças. A polícia os meteu na cadeia, indistintamente, após uma passeata organizada por anarquistas e socialistas defronte à Crespi.

[...] Emma Menocchi⁴⁶, integrante do Centro Feminino de Jovens Idealistas, tem participação ativa: grita contra os tiras que espancam as mulheres e as detêm. Os militantes anarquistas se organizam para levar comida às que erguem barricadas e resistem no interior da fábrica de tecidos. (BIONDI, 2006, p. 172. grifos nossos)

Essa greve, obviamente, não levou à revolução social libertária, como almejavam os anarquistas, nem mesmo se cumpriu totalmente o acordo firmado entre o Comitê de Defesa Proletária e os industriais. Entretanto, houve aumentos salariais e redução de jornadas para algumas categorias e ela se tornou grande referência de luta dos trabalhadores de todo o país em diversos momentos históricos que a precederam, significou, ainda, o aprendizado da luta na prática, que defendiam os libertários. Em 1919, por exemplo, no Rio de Janeiro houve outra grande greve. Inúmeras organizações anarquistas se formaram, como a União

46 Emma Menocchi era imigrante italiana, residente em São Paulo e companheira do anarquista Gigi Damiani. Fundou, aproximadamente em 1910, a Associazione Femminile, associação de mulheres anarquistas italianas em São Paulo.

das Costureiras, que alcançaram a jornada de oito horas diárias durante essa greve.

Mesmo por meio dos relatos da repressão policial, com todos os estigmas e interesses com que estejam carregados, é possível perceber as condições de trabalho das mulheres nas fábricas nesse momento histórico, o controle exercido sobre elas pelos patrões e gestores de fábrica (encarregados, contramestres, etc.), suas estratégias de resistência cotidiana e a importância que as greves possuíam na ação direta das mulheres libertárias e suas formas de ação e organização.

São Paulo, 29 de agosto de 1922

Exmº Snr. Dr. Everardo Bandeira de Mello

D. D. Director do Gabinete de Investigações e Capturas

Em additamento a nossa parte de 25 do corrente mez, com relação a Fabrica de Seda “Santa Branca”, temos a vos informar o seguinte. No dia 24 visto o abuso de algumas operarias quando iam a privada alli demorassem algum tempo, a gerencia fez um novo regulamento, o qual não foi bem recebido pelas operarias em questão. Estas dirigiram-se a gerencia dando-lhes oito dias para deixarem a fábrica, tendo então o gerente despedido-as desde aquelle momento. As referidas operarias reuniram-se então em casa de Angelina Soares, isto é no dia 26, ficando estabelecido fazerem a greve geral da fabrica que pretenderam levar a effeito, pois no dia 27, muitas operarias não concordando com a tal medida tomada por suas companheiras entraram para fabrica muito tempo antes da hora do costume; foi nesse momento que ia para o trabalho a operaria Ida Pastore, acompanhada de seu marido Antonio Pastore, tendo sido ambos agredidos por Angelina Soares, Angelo Bolognesi e outros operários e auxiliados mais pelos anarchistas Francisco Rux, vulgo “Carioca” e Manoel Soares.

Ida Pastore a victima da aggressão que se acha em estado de gravidez adeantado foi medicada na Policia Central, visto as parteiras terem se negado a esse exame.

A fabrica se acha normalisada, tendo hoje sido dispensados pela gerencia da mesma os nossos serviços.

Assinamos Fioravante Pagano e Oreste Lascalla. (PRONTUÁRIO Nº 0327 – MARIA ALLES, DEOPS – SP. grifos nossos)

No prontuário do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) referido acima, cujo prontuário é Maria Alles, se encontra a relação das operárias dispensadas da Fábrica de Sedas Santa Branca no dia 24 de agosto de 1922 e que teriam se reunido para preparar a greve geral na fábrica. São elas: Iracema Domingos, Giardiara Domingos, Maria Alles - ou Allé -, Francisca Alles - ou Allé -, Victoria Guerreiro, Adelaide Afani, Conceição Saraiva, Philomena Ponte, Angelina Soares, Irma Mosconi, Narcisa Severini, Maria Ragazzi, Palmyra Silva, Izabel Bohemer, Beatriz Formigiani, Assumpta Alles - ou Allé -, Angelo Bolognesi, Margarida Phillippi e Antonio Garcia.

Nessas greves e ações como o boicote e a sabotagem, está implícita a observação das mulheres libertárias sobre a condição feminina, principalmente da mulher operária, em uma sociedade que passava por tantas mudanças naquele momento. Sobre a mulher pesavam inúmeros padrões sociais e de conduta. Esperava-se da mulher que fosse dona de casa exemplar, cuidadosa e zelosa, a educadora dos “futuros cidadãos” da nação - os filhos - e dedicada (quase devota) ao marido. Recaiã sobre ela o estigma da prostituta - era necessário se controlar para que seu comportamento não se parecesse com o da “mulher da vida”, oposta ao da dona de casa - e os preconceitos, que afirmavam sua suposta inferioridade natural. Sobre ela, também, se debruçavam os apelos da moda e da publicidade, em plena ascensão nas cidades em crescente urbanização e concentração industrial. O consumo a visava. A mulher operária, além do trabalho na fábrica, nas condições que já mencionamos, pesava o papel moral da esposa, da mãe ou da filha - a dupla exploração do trabalho. Justamente por isso, ser mulher operária tem singularidades em relação aos seus próprios companheiros de classe.

A percepção da relação de classe e gênero implícita nesta análise da condição da mulher traz consigo a defesa das organizações li-

vres – sindicatos, uniões, ligas aos moldes anarquistas - especificamente femininas e por ofício. Ser mulher libertária não é o mesmo que ser homem libertário. Essa observação não é sectária e meio de divisão do movimento, mas um meio de, através da percepção das singularidades, criar as pautas e lutas de toda a classe operária de forma completa e contemplando suas diversidades e complexidades e forçando o próprio movimento a percebê-las, sem legitimar relações opressoras em seu seio. Tal percepção se insere, ainda, nas próprias discussões teóricas do sindicalismo de intenção revolucionária (incluindo o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo) no que se refere à importância das organizações livres e por ofícios, presentes seja nos textos de Errico Malatesta, ou nas organizações da Revolução Espanhola, em 1936 – ou seja, são discussões recorrentes dos anarquistas em várias partes do mundo nos mais variados tempos históricos. Como afirmava a libertária Matilde Magrassi, em 27 de julho de 1903:

É já tempo que a mulher operária faça também nesta cidade o que vai fazendo em tantas outras cidades civilizadas (...). Uni-vos, formai sociedades de resistência, procurai conquistar bem-estar, despertai do longo letargo no qual tendes estado adormecida até hoje. (MAGRASSI. *O AMIGO DO POVO* apud: RAGO, 2000, p. 595. grifos nossos)

Para as anarquistas, a libertação feminina só seria possível com a libertação de toda a humanidade, porém seria necessário ao movimento perceber a condição de escravidão a que estava submetida a mulher nas mais diversas esferas e combatê-la. Só assim ela não permaneceria nesta condição. Todavia, só a mulher poderia ser agente de sua própria libertação e, com seus companheiros, construtora da sociedade realmente livre. A emancipação feminina, portanto, seria obra das próprias mulheres, não de partidos ou de representantes eleitos pelo sufrágio universal. Suas propostas e lutas trouxeram, assim, não divisões ao movimento anarquista, mas um “repensar” e mais diversidade a ele, principalmente por meio de suas denúncias do machismo, mesmo no meio operário libertário.

Dessa forma, com bases no sindicalismo revolucionário com influência determinante do anarquismo organizaram suas uniões, li-

gas e sindicatos por ofícios ou “núcleos femininos”, como defendiam as anarquistas que fundaram o Grupo pela Emancipação Feminina, no Rio de Janeiro. Não havia presidentas ou hierarquias, nem autoridade, mas sim comissões executivas com rotatividade de membros, geralmente secretário, tesoureiro, revisor de contas e vogais eleitos em assembleia e com votos deliberativos.

Em 18 de maio de 1919, no Rio de Janeiro, foi fundada por Elvira Boni, Eliza Gonçalves de Oliveira, Aída Morais, Isabel Peleteiro e Noêmia Lopes (empolgadas pelas manifestações do 1º de maio) a União das Costureiras. Algumas de suas fundadoras eram anarquistas, outras o conheciam ou simpatizavam com as ideias, por isso, se organizaram aos moldes libertários: sem presidenta, apenas com primeira e segunda secretárias, primeira e segunda tesoureiras e bibliotecária.

Em sua primeira reunião, realizada na sede da União dos Alfaiates, segundo Elvira Boni, em entrevista de 1983 (GOMES, 1988), havia quarenta mulheres e após três meses da fundação fizeram uma greve pela jornada de oito horas de trabalho e melhores salários. A jornada de oito horas foi alcançada.

Nós precisávamos ir chamar as moças para fazerem a greve. E, numa dessas ocasiões, duas ou três companheiras foram presas numa fábrica de camisas para homens na Rua dos Andradas. Quando eu soube disso, me juntei com mais duas e fomos lá na Rua da Relação falar com o Bandeira Mello [Chefe de Polícia]. Ele apareceu e disse: “O que as meninas querem comigo?” Eu digo: “Protestar contra o absurdo que houve. Prenderam três moças porque elas estavam chamando as companheiras para fazerem greve para a conquista das oito horas de trabalho”. E dali a pouco elas foram soltas. O Bandeira Mello me deu muitos conselhos, disse que eu não me deixasse levar por aqueles sindicalistas da União dos Alfaiates, porque eles só sabiam fazer barulho e mais nada. Eu digo: “Não, nós temos ideias próprias. Não vamos nos deixar levar por ninguém”. (BONI apud: GOMES, 1988, p. 34. grifos nossos)

Em São Paulo, *A Plebe* de 19 de abril de 1919 noticiava a fundação da União das Costureiras, também segundo os moldes anarquistas

tas, mas, anos antes, já em 1906 *A Terra Livre*, publicava um artigo de três costureiras, Tecla Fabbri, Teresa Cari e Maria Lopes, que incitava as operárias desse ofício a se organizarem solidaria e livremente para a luta. Criticavam a condição a que estava submetida a mulher operária, as grandes jornadas de trabalho, incluindo o noturno, e exaltavam a importância da educação e da instrução feminina para a sua libertação. Aliás, como veremos a frente, esse era ponto outro ponto central das lutas das mulheres libertárias, assim como a organização livre e a ação direta.

Às Jovens Costureiras de São Paulo:

Companheiras!

Em vista da apatia que vos domina e que ninguém ainda pôde sacudir, nesta cidade em que somos tão exploradas, resolvemos nos fazer uma nova tentativa em defesa de todas, esperando não deixareis sós a declamar os direitos que nos cabem indiscutivelmente. É justo recordar que já por vezes alguns amigos, nas colunas do “Avanti!” de “La Battaglia” e da “Terra Livre” surgiram em nossa defesa, e as suas palavras não foram ouvidas. Mas esperamos que não nos deixareis, a nós também, pregar no deserto.

Devemos demonstrar enfim que somos capazes de exigir o que nos pertence e se todas forem solidarias, se nos acompanharem nesta luta, se nos derem ouvidos, nós começaremos por desmascarar a cupidez dos patrões sanguessugas.

No último movimento de greve geral nesta cidade, ficou provado claramente que a nossa classe é a mais ignorante e atrasada. Nesse movimento de solidariedade operaria tomaram parte todas as corporações de ofício, desde o mecânico ao marceneiro, desde o ferreiro ao carpinteiro, chapeleiros, pedreiros, seleiros, quase todos os trabalhadores gráficos, os operários e operarias das fabricas de fósforos, de tecidos, de camisas, etc, os marmoristas, os ourives e muitos outros. Em Jundiahy, o comércio fez causa comum com os grevistas, fechando as portas. Aqui, em São Paulo, os próprios estudantes manifestaram as suas simpatias pelos operários, tendo de ser fechada a Faculdade. E nós, as costureiras, que fizemos?

Nós passamos indiferentes pelo meio dos grevistas que enchiam as ruas da cidade e fomos trabalhar, mostrando que não tínhamos

sentimentos, que não tínhamos sangue nas veias. E no entanto naquela multidão estavam nossos pais, nossos irmãos, nossos noivos, por entre os quais nós passamos sem pensar que eles reclamavam um direito para nós também. E, assim demonstramos ainda que não tínhamos afetos de família nem amor!

Refleti, companheiras, que devemos nós também ser sempre solidarias com os que lutam pela libertação do trabalho, se queremos igualmente ser ajudadas, nas nossas mais do que justas reclamações.

Companheiras! É necessário que recusemos trabalhar também a noite, porque isso é vergonhoso e desumano. Em muitas partes, os homens conseguiram a jornada de 8 horas, já desde 1856; e nós que somos do sexo fraco temos que trabalhar até 16 horas! o dobro das horas de trabalho deles, que são do sexo forte. Pensai, companheiras, no vosso futuro de mais, e que, continuaremos a consentir que nos depauperem, nos tirem o sangue deste modo, depois, tendo perdido a nossa energia física, a maternidade será para nós um martírio e nossos filhos serão palidos e doentes.

E vós, os que sois nossos pais, certamente, nos ajudareis, porque não temos força para trabalhar, muitas vezes até às 11 horas da noite! Não deveis falar só quando estamos em casa, mas na cara dos nossos desumanos patrões, cujos negócios crescem dia-a-dia. Ide a noite protestar, á bengalada, se for preciso contra esses vilíssimos ladrões! Vinde, quando tardemos, arrancar-nos com energia das garras dos ávidos exploradores! Tereis muito que perder? Que nos dão eles, os abutres, em paga de tanta fadiga? Um salário ridículo. Uma miséria!

E nós também queremos as nossas horas de descanso para dedicarmos alguns momentos a leitura, ao estudo, porque quanto a instrução, temos pouca; e se esta situação continua, seremos sempre, pela nossa inconsciência, simples máquinas humanas manobradas a vontade pelos cúpidos assassinos e ladrões.

Como se pode ler um livro, quando se vai para o trabalho às 7 horas da manhã e se volta para casa às 11 da noite? Das 24 horas, só ficam 8 de repouso, que nem bastam para recuperar no sono as forças exaustas! Nós não temos horizontes ou antes, temos um horizonte sem luz: nascemos para que nos explorem e para morrer nas trevas como brutos.

Mas esperamos que não nos abandonareis, companheiras, e que nos ajudareis a desnudar e fustigar a infame atrocidade dos patrões, que deve ter um fim. Sim! Contamos com o vosso apoio de irmãs e de companheiras e assim a vitória será nossa. Mãos a obra!

Nota: Aceitaremos com prazer e desde já agradecemos todas as informações, os conselhos, que qualquer companheira nos queira mandar. A correspondência pode ser dirigida a esse jornal. (FABBRI; CARI; LOPES. *A TERRA LIVRE*, 28/07/ 1906, p.2. grifos nossos).

O Centro Feminino de Jovens Idealistas foi outra importante organização das libertárias do qual participou, por exemplo, Emma Menocchi. Em outubro de 1915, no contexto das campanhas anarquistas contra a Primeira Guerra Mundial, endereçaram uma carta “Ao Camarada Orlando”, pedindo publicação “Na Barricada” de uma circular do Centro sobre sua “Campanha Contra o Serviço Militar Obrigatorio” (Maria Antonia Soares, Sofia Loise, Encarnación Mejias e Esperança Maestre, *CARTA DO CENTRO FEMININO DE JOVENS IDEALISTAS*, outubro de 1915, p. 1, CEDEM – SP), que seria levada a cabo por um “Comité de Agitação Contra o Serviço Militar Obrigatorio” (Idem), incumbido de seus trabalhos e composto por Maria Antonia Soares, Sofia Loise, Encarnación Mejias e Esperança Maestre, que, além disso, publicariam um manifesto às mães do Brasil, “no qual, depois de expor os males que advirão dessa lei, se fara um apelo aos sentimentos maternas para que venham com vós a impedir que tal lei vigore” (Idem). Criariam, ainda, uma lista de subscrição voluntária para efetivar sua campanha e pediam apoio de seus camaradas.

O Centro Feminino de Jovens Idealistas, reunido em assemblea geral na noite do 24 do corrente mez, resolveu iniciar imediatamente uma activa campanha contra o serviço militar obrigatorio, por considerá-lo prejudicial à vida moral e econômica deste povo, como foi à vida dos povos onde esta lei vigora.

O Centro constituiu em seu proprio seio, um comité, o Comité de Agitação Contra o Serviço Militar Obrigatorio, o qual se incumbirá dos trabalhos necessarios para essa campanha.

O Comité ficou constituído pelas companheiras Maria Antônia Soares, Sofia Loise, Encarnación Mejias e Esperança Maestre.

[...]

Todos os meios possíveis adoptará o Comité para que esta campanha tenha um resultado satisfatorio. Portanto, ficaremos contentes, mesmo gratas, si algum camarada, achando bom um meio qualquer, o propôr ao Comité, o qual o estudará, pondo-o em pratica, si o achar conveniente. (Maria Antonia Soares, Sofia Loise, Encarnación Mejias e Esperança Maestre, *CARTA DO CENTRO FEMININO DE JOVENS IDEALISTAS*, outubro de 1915, p. 1, CEDEM – SP, grifos nossos).

Tal centro também atuou ativamente na Greve Geral Anarquista, organizou listas pró-presos e deportados (por meio de *A Plebe*, em 1920), promoveu festivais de propaganda e de solidariedade a operários ou suas famílias, se estivessem doentes, desempregados ou fossem perseguidos por atuação em movimentações, contribuiu para a fundação de escolas livres e ajudou a divulgar o teatro operário. Suas bases eram a organização livre e autônoma, pautada na solidariedade. O Centro Feminino de Jovens Idealistas também publicou em *A Plebe*, em 1920 inúmeros artigos, onde ficam expressas suas ações. Dentre os quais podemos destacar o seguinte trecho:

Não pode ter-se apagado na mente dos trabalhadores de São Paulo a lembrança da brutal reação policial, levada a cabo em outubro do ano passado. Não devem tampouco, ter sido olvidado que dezenas de operários foram arrancados brutalmente do nosso convívio e enviados para além-mar.

Camaradas! São transcorridos já, desde então, dez longos meses e ainda um número bastante elevado daqueles companheiros se encontra sofrendo os rigores do carcere. As cartas por eles enviadas nos últimos tempos falam de maus tratos e privação de alimentos.

Compreende-se que a burguesia e a polícia de todos os países estejam em absoluto acordo e unidos para perseguirem e torturarem os trabalhadores menos submissos; defendem seus interesses egoístas. Mas o que não se pode compreender, o que não ha nada que possa justificar é os trabalhadores ficarem de braços cruzados, indiferentes, diante das torturas morais e físicas infringidas a esses companheiros.

Causas de absoluta necessidade, um dever inadiável que a nossa ação de solidariedade por esses homens se faça sentir imediatamente.

O Centro Feminino de Jovens Idealistas tomou a seu cargo a iniciativa de levar a efeito uma campanha de protesto por meio de uma serie de conferencias e angariar ao mesmo tempo recursos economicos que serão para atenuar as terríveis condições em que aqueles operários se encontram e também para conseguir judicialmente a sua liberdade.

Que os trabalhadores de São Paulo, que todos que não se conformem com essa injustiça tão revoltante, ajudem essa iniciativa, emprestando-lhe o seu concurso moral e econômico. (Centro Feminino de Jovens Idealistas. *A PLEBE*, 21/08/1920, p. 3. grifos nossos)

Quando a União das Costureiras do Rio de Janeiro foi dissolvida, em meados de 1922, algumas mulheres que a compunham resolveram constituir um novo grupo, na mesma cidade, que contou, também, com outras mulheres que não faziam parte da primeira organização. Fundouse, assim, em 1923, o Grupo pela Emancipação Feminina, que visava, não só as melhorias imediatas, mas, como afirmavam no editorial “Ao Publico”, de seu jornal de propaganda: “despertar em nós [mulheres] do sentimento de solidariedade”. (*O NOSSO JORNAL*, 01/05/1923, p. 1). Denunciavam a soberania masculina⁴⁷, mesmo nos meios operários, ao discorrerem sobre o egoísmo masculino, que colocava a mulher em uma posição de inferioridade e questionavam a diferença salarial entre ho-

47 O termo “soberania masculina” (ou mesmo “soberania do macho”) aparece em textos das libertárias, como Anna de Castro Osório, que colaborava com *A Plebe*. O termo foi mantido em nosso texto para retratarmos o que e como pensavam essas libertárias e não cometermos possíveis anacronismos. Em última análise poderíamos dizer que elas denunciavam o machismo, mesmo nos meios operários e libertários.

mens e mulheres. Apontavam para as práticas patronais de reforçar a inferioridade feminina para justificar as diferenças salariais entre homens e mulheres e os menores salários que as últimas recebiam. Tal prática fortalecia a concorrência entre os operários e pressionava os salários de toda a classe para baixo, haja vista que havia oferta de força de trabalho, mesmo com os baixíssimos salários e as péssimas condições de trabalho, dadas as necessidades de sobrevivência dos trabalhadores. Colocavam, ainda, a emancipação feminina como ponto central da questão social, visto que, para elas, a emancipação da humanidade só seria completa em igualdade, sem que nenhum ser humano fosse inferiorizado.

[...] Desejávamos mostrar que a atual situação da mulher, apesar de seu extraordinário progresso, conseguido nestes últimos anos, não era ainda a situação ideal de verdadeiras mulheres.

Porque, embora vissemos que a mulher, principalmente depois da guerra, tem galgado muitíssimos postos para os quais a ignorância e o egoísmo dos homens e mesmo das próprias mulheres, persistam em julgá-la incapaz, embora soubéssemos que a mulher em geral, finge sentir-se feliz, tudo isto não é mais que uma ilusão do verdadeiro progresso.

Os factos demonstram claramente. Todos os logares outrora ocupados por homens, em toda a parte onde a mulher faz hoje o mesmo que ontem era feito pelo homem, não é retribuída com igual salário como se fôra ele. Nas fábricas, no comercio, nos ministérios, sempre isto se verifica. Não é, porventura querer eternizar a inferioridade da mulher com essa diferença? Porque não poderá ela ganhar tanto quanto ele se faz o mesmo trabalho? Atualmente, até já se prefere muito o trabalho feminino. Porque? Porque a mulher se submete com muito mais facilidade aos ordenados inferiores. Muitas prezas pelas necessidades, outras porque trabalham unicamente para satisfazer exigências do luxo contentam-se em ser tão mal retribuídas, não vendo sequer a clamorosa injustiça que com elas se pratica. Não vêm também que, assim, fazem concorrência aos homens, prejudicando-os.

[...]

Contudo, será de facto a mulher sempre assim? Não sentirá um dia pulsar o coração num assomo de revolta contra a atual sociedade que só isto proporciona? Não quererá destruir nunca o falso pedestal de deusa que lhe criaram para demonstrar que necessita unicamente de ser respeitada e não mentirosamente glorificada?

Oh! Sim! Tenhamos esperanças na realização deste nosso sonho! Principalmente hoje, dia 1º de Maio, em que os escravizados do mundo inteiro dão-se as mãos por cima das fronteiras afirmando a inutilidade delas, para lembrar o sacrifício heroico de mártires como eles, que morreram em defesa da nossa liberdade!

A nossa obra foi simplesmente interrompida. Há de renascer um dia, mais difícil de ser vencida! Há de ser compreendida porque não é apenas uma questão feminina, mas um dos pontos mais importantes da questão social.

Confiamos que a revolta feminina explodirá um dia e realizará a obra da regeneração da humanidade, porque a emancipação da mulher será o principal fator para a formação da Sociedade Futura! (Grupo pela Emancipação Feminina. *O NOSSO JORNAL*, 01/05/1923, p. 1. grifos nossos)

O Grupo pela Emancipação Feminina teria fim determinado. Lançariam um único número de um jornal de propaganda, e o grupo se dissolveria. As mulheres continuariam a atuar no movimento operário e anarquista. Lançaram *O Nosso Jornal* em 1º de maio de 1923 com as bases do que defendiam: a emancipação feminina como obra das próprias mulheres e tal emancipação como cerne das lutas sociais pela libertação da humanidade por meio da revolução social e construção da sociedade ácrata.

Rumo à educação feminista e anarquista: o papel da educação para as mulheres libertárias

O Nosso Jornal, escrito só por mulheres, trazia artigos sobre a educação libertária; a importância da instrução para a emancipação intelectual e moral da mulher; discutia os feminismos e sua importância para as lutas das mulheres, bem como para as conquistas femininas daquele momento; e defendia a organização livre de mulheres, com bases nos preceitos anarquistas. Os artigos foram assinados por: Carolina Boni, Esperança Manjon, Iveta Ribeiro, Pillar Serra, Maria Lopez, Maria Alvarez, Olga Castro, Fidola Cuñado, Joana Rocco e Clementina. Tratava-se de um importante veículo de propaganda, que expressava que essas ideias e as lutas femininas libertárias não se encerrariam com a dissolução do grupo. Aliás, nesse sentido, cabe dizer que a propaganda era observada, no meio anarquista e pelas mulheres libertárias que lutaram aqui no Brasil como importante meio de luta e de preparação para a sociedade futura, assim como importante instrumento educativo. A propagação das ideias libertárias servia como aprendizado aos operários. Em consonância com essas ideias, o jornal trazia, ainda, um trecho de texto de Maria Lacerda de Moura originalmente publicado na revista *Renascença*, veículo importante e propagação das ideias anarquistas e lutas femininas.

Nesse aspecto, cabe mencionar que Maria Lacerda de Moura e Izabel Cerruti⁴⁸ foram grandes propagandistas das ideias libertárias e das lutas pela emancipação feminina. Escreveram para jornais como *A Plebe* e fizeram inúmeras conferências. A primeira delas, inclusive fora do país - como no Uruguai - e viu seus livros publicados em outras localidades do globo. Izabel Cerruti participava de conferências libertárias no estado de São Paulo, fundou e participou ativamente do Centro

⁴⁸ Izabel Cerruti e Maria Lacerda de Moura não eram operárias, mas sim mulheres da classe média. Maria Lacerda de Moura, professora, é considerada a primeira antifascista das Américas, engajou-se nas lutas antifascistas e presidiu o Comitê Anti-Guerreiro, que denunciou a guerra como a morte de trabalhadores pelas mãos dos próprios trabalhadores. Propôs, inclusive a “Greve dos Ventres” às mulheres, para que seus filhos não servissem como soldados.

Feminino de Educação e, além das falas sobre a condição feminina e sobre o anarquismo, teve papel ativo nas lutas anticlericais, assim como o fez Luiza Peçanha de Camargo Branco, que teve grande aproximação dos meios anticlericais e até libertários durante a década de 20 e início dos anos 30 do século XX. Realizou conferências com a própria Izabel Cerruti e Edgard Leuenroth, mas ao longo dos anos 30 militou junto à Aliança Nacional Libertadora e no Partido Comunista. A propaganda era entendida, também, como instrumento importante da educação feminina e era vigiada de perto pela polícia. Vigilância essa institucionalizada com a fundação do DEOPS, em 1924.

Gabinete de Investigações

São Paulo

São Paulo, 31 de agosto de 1922. Illmo Sr. Dr. E. Bandeira de Mello. M. D. Director do Gabinete de Investigações e Capturas.

Levo ao conhecimento de V. S. que se encontra nesta capital, vindo do Rio de Janeiro o ex-anarquista, hoje bolchevista José Areas Diniz, cujo vem a assumptos de propaganda. Terá hoje uma reunião de grupos libertários em conjunto, na rua Teixeira de Freitas nº33. Remeto a V.S. um manifesto do “Comité Feminino de Educação”, cujo pretende fazer uma serie de conferencias. Os elementos principais deste “Comité” são: Angelina Soares, as irmans Alles (Maria e Francisca Alles) e Victoria Guerreiro, todas ellas grevistas da fábrica “Santa Branca”, e Olga Tornasini, Isa Rutti, colaboradoras de jornaes libertários.

Sem mais. Sempre ás ordens de V. S. (a) Eufrasio Guerreiro. (PRONTUÁRIO Nº 0195 – ISA RUTI OU ISSA RUTTI⁴⁹ – DEOPS - SP, grifos nossos)

Juntamente com a propaganda, o teatro operário era importante meio de propagação das ideias libertárias, assim como lazer sadio e operário e meio de se perpetuar a imagem da sociedade futura, pautada na igualdade e na solidariedade. Eram grupos teatrais aos moldes dos teatros

⁴⁹ Ao que tudo indica, Isa Rutti era o pseudônimo de Izabel Cerruti.

amadores, onde não havia divisão concreta entre atores e espectadores e a obra estava comprometida com a ideia de revolução social e ideais anti-autoritários de derrubada do Estado e destruição das classes sociais. Maria Antônia Soares, Maria Angelina Soares, Olga Biasi, Maria Garcia, Elvira e Carolina Boni, Victoria Guerreiro e Maria Valverde são só alguns exemplos de mulheres que atuavam no teatro libertário brasileiro.

É interessante notarmos a grande importância que tiveram Paula, Maria Angelina, Maria Antônia, Matilde e Pilar Soares dentro do movimento anarquista. A primeira, mãe das demais e madrastra de Florentino de Carvalho, transformou sua casa, em 1910, na Rua Brás Cubas, em Santos, em local de reuniões e debates anarquistas. Suas filhas, todas trabalhadoras, tiveram importante papel como propagandistas do anarquismo, seja como atrizes do teatro operário ou defensoras da educação libertária e da instrução feminina, principalmente depois que mudaram para São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1914, quando se mudaram para a Rua Bresser, no bairro paulistano do Brás, transformaram a casa em pousada para anarquistas foragidos e desempregados de passagem, ponto de encontro, sala de reuniões, sala de aula de alfabetização, sociologia e anarquismo. Segundo Edgard Rodrigues (2007):

Angelina Soares conheceu o anarquismo em Santos. Em 1914 transferindo-se para São Paulo começando a ajudar seu irmão – Florentino de Carvalho – a fazer o jornal “La Barricata” – “Germinal” em português e italiano. Escreveu artigos, fez palestras, trabalhou no teatro anarquista (São Paulo e Rio de Janeiro) com suas irmãs, fundou e dirigiu grupos de cultura social enquanto exercia o magistério particular em escolas anarquistas, discursou e foi presa por suas ideias ácratas.

Centro Feminino de Educação

Companheiro Edgard Leuenroth.

Convidamos o companheiro e sua família para assistir à sessão de propaganda que se realizará no dia 17 do corrente às 20 horas, no salão sito à Rua Brigadeiro Machado, 47.

Farão uso da palavra a companheira Izabel Cerrutti e Ricardo Cipolla.

Certos de seu comparecimento, manifestam-se gratas.

Pelo Comitê

Angelina Soares. (RODRIGUES, 2007, pp. 120-121)

A fundação do Centro Feminino de Educação (ou Comitê Feminino de Educação, segundo os agentes do DEOPS), em 1920, por Izabel Cerrutti, Angelina Soares e suas companheiras se insere em uma das bases de questionamento e luta das mulheres anarquistas não só no Brasil como em outras partes do mundo: a educação. As libertárias denunciavam a rara oferta de educação formal mais básica para as mulheres e falta de instrução, inclusive por conta das intensas jornadas de trabalho ou pela dupla jornada (já que tinham o papel moral de mãe, filha e esposa). Criticavam, ainda, o forte dogmatismo religioso que permeava a educação feminina informal. Ele contribuía para reforçar preconceitos, os modismos ditados pela publicidade e os estereótipos femininos, que afirmavam o cuidado do lar e dos filhos como obrigação única da mulher, o que pesava mais ainda às operárias. Vinculam a dominação masculina, mesmo dentro da classe trabalhadora, à perpetuação da condição de ignorância e falta de instrução das mulheres, reforçando, novamente, que a libertação da classe passaria pela emancipação feminina, como afirmava Fidola Cuñado, em 1923:

Alegando que lhe basta lavar, varrer e cozer e nada mais. Enquanto preocupar-se com problemas sociais, isso nem se pensa.

Todo o seu raio se limita a cuidar de seus filhos e manter a sua casa o mais correcta possível, como si o pensar racionalmente e preocupar-se com a classe operária impedisse que a mulher cuidasse de seu lar e do seu amor.

[...] Como há de despertar a inteligência da criança e ensinar-lhe a criar uma consciência? Se em seu cérebro não penetrou a luz de uma ideia, que coisa há de inculcar-lhes se não velhos prejuízos e antigos costumes?

Nestas condições, que benefício proporcionam á humanidade e a elas mesmas?

Nenhum, seguramente. Mas, os que assim pensam, “os débeis de espirito”, os que já não conhecem senão caminhos já trilhados, não admiram o benefício e o progresso que tal perfeição moral proporcionaria á causa operaria, por ser ela a mais prejudicada por esse atraso. Só vêm uma coisa, isto é, que a mulher, ao elevar-se á altura de seres pensantes, deixaria de ser a escrava incondicional do homem e isto não lhe agrada.

[...] Não somos tão exploradas nas fábricas e oficinas? Porque pois, enquanto eles procuram livrar-se por todos os meios ao teu alcance, da exploração de que são objeto, a nós querem negar o direito de tomar parte ativa nas lutas sociais? Que argumentos apresentam os que vêm com maus olhos a emancipação moral e econômica da mulher?

[...] Mas é preciso ter em conta que a educação até o presente a mulher tem recebido é deficiente, deixa muito a desejar. Isto somado aos obstáculos que em seus passos devido a falsas crenças e costumes antigos, torna mais meritória e bela sua obra. Quer dizer que si se educasse a mulher igualmente como o homem, seria como ele, inteligente e valerosa. (CUÑADO. *O NOSSO JORNAL*, 01/05/1923, p.3. grifos nossos)

Assim como nos países da Europa, os índices de analfabetismo entre as mulheres da classe trabalhadora eram grandes por aqui, não são raros os exemplos de operárias sem nenhum grau de instrução. Além do exemplo de Elvira Boni, que citamos anteriormente, com pouca escolaridade, Maria Alles, anarquista, imigrante espanhola tecelã, segundo seu prontuário do DEOPS, não sabia ler nem escrever, tinha instrução “nula”. Não há sequer sua assinatura no mesmo registro policial⁵⁰. Maria Alvarez, também em *O Nosso Jornal*, denunciava essa situação e os preconceitos que permeavam a educação feminina.

50 Maria Alles, segundo prontuário nº 0327, do DEOPS, era espanhola, nascida em Sevilha, em 10 de fevereiro de 1900. Em 1926 residia na Rua Uruguayana, 62 ou 78, no Brás. “Professa a doutrina anarquista e procura propagá-la por todos os meios a seu alcance. Toma parte em reuniões de caráter subversivo e mantém estreitas relações com anarquistas domiciliados nesta capital”. (Prontuário nº 0327, Maria Alles, DEOPS – SP).

Observai que a educação que elas recebem no lar e pensai si, com ela, a mulher poderá ser útil e livre algum dia. Ela educa a filha no mesmo molde que foi educada sem ficar a dever coisa alguma. Quanto afã, quanto trabalho se toma para argumentar o desenvolvimento, a beleza corporal de sua filha, com quanto abandono esquece o cultivo dos seus sentimentos, à beleza de sua alma! Inconscientes, mãe e filha, no presente, não pensam no futuro. (ALVAREZ. *O NOSSO JORNAL*, 01/05/1923, p. 3)

Portanto, a emancipação feminina se iniciaria pela emancipação intelectual e moral da mulher, como já dissemos. Essa, sem dúvida, seria sua base. Consequentemente, a libertação da humanidade, que visavam alcançar, passaria por tal emancipação. A mulher, juntamente com seus companheiros, em solidariedade e sem a perpetuação da escravidão de qualquer ser humano, construiria as bases da revolução social, que libertaria a classe operária, e, ao fim, consolidaria a sociedade anárquica. Classe e gênero, novamente, caminham juntos nas colocações das libertárias – a condição feminina estaria relacionada ao contexto social e de classe em que viviam e era observada de maneira mais ampla: teria a educação como uma das bases, bem como a organização livre (pautada na igualdade e na solidariedade) e a propaganda.

A educação, em uma sociedade burguesa, era falha. Reforçava a condição feminina de inferioridade e a exploração das operárias. Como denunciava Carolina Boni, as escolas não formavam “nas crianças um espírito de iniciativa, um desenvolvimento natural que as habilita a guiar-se por si mesmas” (*O NOSSO JORNAL*, 01/05/1923, p. 4), nem permitia às operárias se instruírem, dadas as altas jornadas de trabalho, como denunciavam as costureiras paulistanas Tecla Fabbri, Teresa Cari e Maria Lopes ao afirmar que queriam “suas horas de descanso para dedicarmos alguns momentos à leitura”. (*A TERRA LIVRE*, 28/07/1906, p.2) Era necessário, portanto, pautar a educação em outras bases, em bases libertárias.

Justamente por isso, as libertárias formaram grupos de educação feminina, criaram salões de leitura e salas de alfabetização em espaços improvisados em suas casas ou associações de classe e foi, nesse contex-

to, com bases nos princípios de Francisco Ferrer, que as escolas livres – ou escolas modernas – foram criadas em todo o país. Elas contaram com a enorme participação feminina. Teresa Maria Carini (a Teresina⁵¹) e Maria Angelina Soares participaram ativamente das Escolas Modernas da Água Branca e do Brás, respectivamente. Angelina dirigiu, com seu irmão – Florentino, a Escola Moderna do Brás. São comuns, também, os artigos, de libertárias, sobre essas escolas nos jornais anarquistas, como em *A Terra Livre*. Anna de Castro Osório⁵² escrevia, em 1907:

Eis um titulo que ha de surpreender muita gente no nosso país, para o qual a escola é sinônimo de prisão e de castigo.

A Escola Livre!... Mas isto deve ser para a maior parte uma utopia de poeta e para o resto um disparate, que nem merece discussão.

Crianças, doidos, mulheres e criminosos, têm merecido o soberbo desprezo do homem, que se julga superior e desdenha de ter a sua atenção no estudo das condições morais e materiais em que vive essa grande multidão humana, que são como párias duma sociedade em que ele só é a classe dirigente e pensante, nem sempre equivalendo ao seu orgulho, e muitas menos vezes correspondendo á justiça, que se arrogou como distribuidor.

Para a grande maioria dos homens, ainda hoje, apesar do muito que a consciência humana tem melhorado na sua relatividade social – quanto mais apertadas forem as prisões materiais e morais, onde se guardam essas criaturas inferiores, melhores resultados futuros ele julgaria tirar para a própria felicidade.

[...]

As mulheres, que ele na sua soberania de macho não escolhesse para o seu gozo material, não tinham outro emprego senão o convento, a prisão, a vigilância.

As que no casamento tinham acolhida encontravam no lar (no gineceu) uma prisão pouco menos asfíxiante, e muito mais trabalhosa do que claustral.

E para todas a religião, ainda hoje tida, não como uma aspiração superior da alma, não como uma necessidade íntima de certos tem-

51 Teresina, apesar dessa participação, não se definia como anarquista.

52 Anna de Castro Osório também contribuía, em 1923, com a Revista Renascença, editada por Maria Lacerda de Moura.

peramentos ideológicos, mas como um freio, uma sujeição moral a juntar a todas as outras que fazem da mulher uma criatura irresponsável. Inútil freio, tantas vezes tomado nos dentes e não obstante as desvairadas fugas para fora do caminho direito!...

[...]

Para grande parte dos educadores, ainda hoje, educar é aborrecer, contrariar, tornar bem patente o despotismo autoritário. O ideal da educação tem sido convencer a criança que o estudo é um castigo que Deus põe nas mãos dos pais e dos professores, como lhes pôs a palmatória. É a velha teoria teocrática de que o homem vem ao mundo para pagar culpas que não cometeu. E assim o trabalho foi convertido em condenação e exploração, em vez de ser transformado em pura fonte de gozo e alegrias saudáveis.

A criança pergunta, na sua insaciável sede de tudo aprender, ella, coitada a nada sabe e nada compreende!?

- A criança é considerada ameaçadora e curiosa, incorrigível e mandada fechar no mais absoluto silêncio!

A criança gosta de ler coisas que lhe prendam a imaginação mal desperta, ver ilustrações que lhe falem aos olhos e ao espírito, rabis-car os desenhos que realizam o sonho das suas almazitas ingênuas e primitivas!

- O professor e os pais retiram-lhes logo com enfado esses motivos de alegria espiritual e mandam-nas autoritariamente para o livro de leituras oficial para o caderno da escrita e dos problemas, para o desenho do compendio – necessários para o exame!

Porque o exame, o terrível, está sempre suspenso sobre a cabeça da criança como uma ameaça terrível, como o dia do julgamento para o criminoso. Vai-se para lá um pouco inconscientemente e sem saber bem o que vão procurar e volta-se de lá, se calhou bem com o alívio de quem tomou um remédio e com a ideia firme de fechar os livros sobre estudos que já não são precisos – porque o exame esta passado.

E assim, de disciplina em disciplina, a criança vai fechando com rai-va, a cada exame feito, a matéria estudada “para cumprir”, chegando-se por este modo ao fim do curso sem nada saber do princípio.

E como não ha de existir o horror ao estudo se a criança tem como pronta a ameaça quando faz qualquer maldade no colégio e na escola?!

Foi assim que a escola se converteu... em presídio. (OSÓRIO. *A TERRA LIVRE*, 02/04/1907, pp.1- 2)

A discussão da situação da mulher submetida à soberania masculina e escravizada no lar, no casamento ou pela religião, discutida por Anna de Castro Osório evidencia como as mulheres libertárias observavam o próprio contexto histórico, a relação da mulher com ele e como dialogavam com os papéis e padrões femininos, tão marcantes naquele momento.

Evidentemente, ainda hoje, são inúmeras as expectativas e padrões de conduta que recaem sobre a mulher, todavia, em um momento de urbanização crescente e aumento populacional visível – dada a inserção dos imigrantes no país – e com a industrialização em seu primeiro grande impulso na história nacional (absorvendo massivamente o trabalho feminino) a presença feminina nos espaços públicos se torna cada vez mais evidente e até incontrolável, por assim dizer.

Seja para o trabalho, no caso das operárias, professoras, trabalhadoras do comércio, seja para o lazer ou *footing*, das mulheres das classes médias e altas, a mulher, definitivamente se faz presente nos espaços urbanos. O imaginário social, a publicidade, a moda, a medicina, a filosofia positivista se ocuparam de visualizá-la, estudá-la e mesmo criaram sobre ela expectativas, regras, hábitos e comportamentos.

Padrões de como se esperava que se comportasse, se vestisse e até que papéis deveria ocupar na sociedade se tornaram cada vez mais visíveis. A dona de casa, modelo ideal a ser seguido por mulheres de todas as classes, inclusive para as operárias que trabalhavam fora o dia todo, se contrapunham à figura da “mulher da vida”, a prostituta – limite moral para moldar comportamentos e ações. A solteirona e até a figura da mulher pública ou da militante política – anarquista, socialista ou comunista – estavam presentes e moldavam comportamentos e lutas.

As mulheres anarquistas dialogavam com esses papéis e padrões, como pudemos notar até aqui. Discutiam sobre o que se esperava delas e questionavam as posições estabelecidas e padrões estabelecidos socialmente. A ideia de que a mulher teria papel fundamental na educação dos filhos e reeducação do marido, sustentada por positivistas e pulverizada no imaginário social, aparece em textos como o de Clementina, “Um Conselho às Mães”, em *O Nosso Jornal* (1/05/1923, p.4). As mães, submetidas a uma educação carregada de dogmatismos religiosos e

preconceitos, educaria os filhos segundo esses valores. Entretanto, extrapolava as ideias positivistas ao afirmar que seu papel de educadora poderia ajudar a construir outro tipo de sociedade, a sociedade livre, e não manter a sociedade burguesa, como um pilar social, que os positivistas acreditavam que a mulher seria. “Mães! Não continues a cultivar a ignorância de vossos filhos, porque neles levais vossa parte de responsabilidade social.[...] Fazei uma obra saneadora no mundo!” (*O NOSSO JORNAL*, 01/05/1923, p.4)

Discutiam, também, os apelos e as exigências da moda e do consumo sobre a mulher, de todas as classes e a necessidade de se adequar a tais apelos. Tomavam a situação da mulher operária como grande ponto de partida em suas discussões, exaltando a instrução e o lazer operário, em detrimento aos luxos e consumo de vestidos e maquiagens para atender padrões estabelecidos de estética, como observamos no artigo de Olga Castro:

Nas condições atuais em que vive a mulher, podemos dizer que ela é escrava da burguesia, isto é, dessa minoria de exploradores, que vive à custa dos nossos esforços dando-nos em paga um salário miserável.

[...]

E nós, companheiras! Poderemos talvez considerar-nos felizes com nossa atual situação? Quantas trabalham ainda o mínimo 9 horas por dia! Muitas companheiras, trabalhando todo esse tempo, não ganham entretanto mais que uns minguados 60 ou 70\$000 mensais que mal chegam a pagar as passagens e restar alguma coisa para o seu sustento.

Quem sabe quantas necessidades passais, companheiras, ganhando tão pouco, mas não deixando de vestirdes á melindrosa, gastando vestidos e meias de seda com suas patrôas? (CASTRO. *O NOSSO JORNAL*, 1/05/1923, p. 3)

Além dos preconceitos a que estavam submetidas às mulheres, aos estereótipos e padrões legitimados pela moda e pelo consumo, denunciados em textos como o mencionado acima, as libertárias ob-

servavam o amor e o casamento burguês, sancionados pelo Estado e pela religião, também, como responsáveis pela prisão feminina. Aliás, a religião era apontada como uma das principais responsáveis por sua servidão, haja vista que pregava a obediência e a inferioridade feminina. A mulher, segundo Maria Lacerda de Moura, “é escrava do salário, do pai, do marido, patrão, diretor espiritual ou sociedade.” (MOURA apud: LEITE, 1984, p. 102) Era necessário, por conseguinte, romper com essa escravidão a partir de um questionamento da moral religiosa e da normatização das relações pelo Estado e pela Igreja. Fica evidente, aí, primeiramente, o anticlericalismo das libertárias. Theresa Escobar, que fazia propaganda em *A Plebe*, Teresa Maria Carini e Maria Lacerda de Moura, só para citar algumas delas, tinham forte posição anticlerical.

Segundo elas, o amor não poderia existir sob tais sanções e legitimando a inferioridade feminina nas relações matrimoniais (como no casamento burguês). Ao contrário, o amor deveria ser livre. Ou seja, dois indivíduos que nutrissem amor e afinidade um pelo outro deveriam se unir livremente. Essas uniões eram comuns entre membros da classe trabalhadora, que por conta da própria condição social, não acessavam o casamento burguês, e, algumas delas, eram realizadas em cerimônias de uniões livres celebradas pelos próprios militantes e finalizadas com festas operárias.⁵³ Mulheres como Maria Lacerda de Moura, defendiam o amor plural, ou seja, aquele em que mais de dois indivíduos poderiam unir-se livremente segundo o amor e as afinidades.

Dialogavam, também, com outro papel que recaía sobre a mulher quase como sagrado e inquestionável - a maternidade. Ser mãe, ainda hoje, é um ato observado como destino natural da mulher. Há grande sacralização da maternidade, como ápice maior da realização feminina. As libertárias, desde o século XIX, em diversas regiões do globo, questionavam essa máxima (essa “lei universal”). A maternidade deveria ser livre opção da mulher e, em última instância, de seu companheiro. Não era obrigação, mas escolha consciente, pensada e preparada. Questionavam, a condição das mulheres das classes baixas, fatigadas, além do trabalho,

⁵³ Edgard Rodrigues (2007), nos traz uma ata de união livre, que demonstra que eram assim que ocorriam.

pelas gestações subsequentes, defendendo assim, o controle de natalidade. Aqui, novamente, a postura anticlerical é evidente.

A denúncia desses padrões femininos que escravizavam a mulher e o diálogo com muitos deles, reforçando o comprometimento da mulher com a construção da sociedade futura se inserem num debate constante com as lutas femininas que se desenvolviam desde os fins do século XIX: os feminismos.

Nas primeiras décadas do século XX, inúmeras associações e organizações de mulheres surgiram no Brasil. Como já vimos, as anarquistas se organizavam discutindo a condição feminina das várias classes sociais e, principalmente das operárias, mas também se vê um crescimento de movimentos feministas sufragistas, majoritariamente, e do feminismo marxista, também com expressão considerável por aqui.

De maneira geral, as organizações sufragistas, no Brasil, tinham muitas adeptas e eram maior força dentro do que se denominava feminismo. Tais organizações, de maneira geral, eram dirigidas por mulheres burguesas. A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), liderada por Bertha Lutz, defendia a educação feminina e o direito ao voto – o sufrágio –, todavia reforçava a noção de casamento burguês e um padrão feminino em que a mulher se dedicasse ao lar, ao estudo de línguas estrangeiras – como o francês – e se vestisse de acordo com os padrões da moda, reforçados pela publicidade e pelos apelos ao consumo. Chegavam, inclusive, a criticar a postura de mulheres que praticavam a ação direta e que não se comportassem de acordo com os padrões do que se esperava de uma mulher nos espaços públicos. Por isso, foram amplamente criticadas pelas anarquistas, que criticavam o fato de não se debruçarem sobre a análise da condição da mulher operária, por reforçarem preconceitos e a servidão feminina e, principalmente, por insistirem e reduzirem as lutas femininas ao direito ao voto. Inclusive, dada a associação do feminismo ao sufragismo (recorrente na época), as libertárias se negavam a esse rótulo⁵⁴. Izabel Cerruti, por exemplo, se

54 É interessante refletirmos, nesse sentido, como, mesmo negando o rótulo de feministas, as reivindicações das libertárias eram reivindicações feministas e quanto suas lutas contribuíram para as conquistas e lutas femininas de períodos posteriores. Sem dúvida, elas são referências importantes ao movimento feminista de períodos subsequentes.

opõe fortemente às proposições das feministas sufragistas, defendendo as leituras libertárias da condição feminina e as lutas das mulheres anarquistas pela emancipação feminina.

Como se a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco... O programa anarquista é mais vasto nesse terreno; é vastíssimo: quer fazer compreender a mulher, na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como factora histórica, para a sua inteira integralização na vida social. (...)

Antes de tudo, e isso é o essencial ela deve fazer uso do seu raciocínio para se despir dos vãos temores, dos tolos preconceitos e dos ridículos escrúpulos que lhe incutiu a falsa moral de Deus e da Pátria, para assim obter o seu pensamento emancipado. Uma vez com o pensamento emancipado a mulher deve estudar, ha de investigar a causa da sua escravidão social e ha de, sem grande esforço, compreender que essa causa tem sua razão de ser nas cadeias do capitalismo que a prende ao homem, constrangida a mover-se com ele num círculo vicioso, num ambiente saturado de dor e imoralidade. A Revista Feminina propõe propugnar pela emancipação da mulher conseguindo para ela o direito de empenhar-se em lutas eleitorais. É isto que chamam de emancipação feminina? (...) Qualquer reforma nas leis vigentes que venha a conferir-lhe direitos políticos iguais ao homem não a põe a salvo das chacotas e humilhações, não a livra de ser espezinhada pelo sexo forte e prepotente, enquanto perdurar a moral social que constrange e protege a prostituição.

Nós os anarquistas com clara noção da verdadeira e sã moral, esforçamo-nos para que um dia seja realidade uma organização social mais perfeita do que a atual, para que a honra das famílias seja assegurada ao amor livre. (CERRUTI. *A PLEBE*, 20/11/1920, apud: LEITE, 1984, p. 42. grifos nossos)

Isso não quer dizer que não reconhecessem a importância do feminismo para as lutas das mulheres e para os progressos que alcançaram até então. Esperança Manjon, em artigo sob o título “Feminismo e sua obra”, publicado, também, no único número do *O Nosso Jornal* (1/05/1923), reconhecia a importância de alguns progressos alcançados

pela mulher, mas afirmava o movimento do Grupo pela Emancipação Feminina como mais amplo e notável, por propor a ruptura com o luxo, a vaidade e o papel de “boneca de vitrine” a que estavam submetidas as mulheres. Afirmava que a educação feminina, sob os ideais de solidariedade e igualdade seria a base da emancipação. Aliás, as mulheres anarquistas afirmavam que a completa emancipação feminina só se daria com a emancipação da humanidade por meio da destruição da sociedade burguesa e construção da sociedade anárquica e não da luta parlamentar, negada pelos anarquistas. Essa crença as distanciava claramente das sufragistas. Como colocava Izabel Cerrutti, “Nós devemos é lutar ao seu lado e junto aos homens para que a emancipação da mulher seja um fato, não para a mulher, ou para o homem, mas para todas as para a Humanidade, porque os dois sexos se integram e se completam” (CERRUTI apud: CORRÊA, 1986, p. 65. grifos nossos), ou como colocavam as mulheres do referido grupo:

Convém notar também, uma vez esboçado o nosso programa, que não somos sufragistas. Seria um contrassenso trabalharmos para delegar a outras mulheres, poderes tratar da nossa libertação. “A política é a arte de enganar os povos”, disse alguém, e nós não seremos inteiramente livres enquanto aceitamos a liberdade concedida pelos poderes de todas as nações mas sim, quando o conquistamos com nossos próprios esforços.

Contamos alcançar o nosso objectivo por meio de reuniões ordinárias, edição de folhetos e manifestos, festivais, procurando assim despertar nas mulheres o interesse necessário para os problemas que lhe dizem respeito. A nossa obra chamaria á realidade aquelas ainda inconscientes da nossa situação. Daria mão forte a todas aquelas as que já se tivessem revoltado contra ela, para que não esmorecessem e prosseguissem na luta até o fim. Um dos principais meios com o qual também contávamos era a edição de um jornal mensal, colaborado unicamente por nós, dedicado principalmente á educação da mulher. (Grupo pela Emancipação Feminina. *O NOSSO JORNAL*. 01/05/1923, p.1)

Com as notícias da Revolução Bolchevique, em 1917, circulavam aqui os escritos de seus teóricos e, entre os marxistas brasileiros, o feminismo marxista se fazia presente.⁵⁵ A ideia de “amor camaradagem”, defendida, por exemplo, por Alexandra Kolontai, questionava as uniões burguesas e os padrões femininos, todavia, afirmava que as uniões deveriam fortalecer a sociedade socialista, portanto, estariam pautadas na colaboração de esforços revolucionários e partidários. Em contraposição a tal ideia, assim como fizera Emma Goldman, Maria Lacerda de Moura, afirmava a total liberdade, solidariedade e afinidade do amor e das uniões. Essas deveriam ser suas únicas bases.

Não será um erro, uma repetição de um crime contra a natureza, o marxismo forjar e organizar uma moral nova em relação ao amor, para impor a todo orbe, como defesa da luta de classes? (MOURA apud: LEITE, 1984, p. 108)

Para mim, o amor completo, integral, tem de realizar a afinidade mental, espiritual, sentimental, afetiva e sexual. Mas, cada um com as suas características de sexo e suas qualidades específicas sem que um tente modelar ao outro pelo seu temperamento ou pelos seus atributos pessoais e pela individualidade. (MOURA apud: LEITE, 1984, p. 104, grifos nossos)

Afirmar essas características do amor; questionar os padrões e papéis a que estavam submetidas as mulheres em uma perspectiva ampla que envolvia o que hoje chamamos de conceitos de gênero e classe,

55 Grosso modo, as marxistas observavam que a “questão feminina”, ou opressão feminina, se findaria com a consolidação da revolução socialista e a instauração da ditadura do proletariado. Ela eliminaria a opressão. Criticavam o sufragismo brasileiro como burguês, mas também divergiam das anarquistas. Pagu (Patrícia Galvão), por exemplo, em sua fase de militância pelo Partido Comunista, criticou em sua coluna “A Mulher do Povo” (27/3/1931), do Jornal “O homem do Povo” (CAMPOS, 2014, p. 134), a defesa do neo-mathusianismo por Maria Lacerda de Moura, acusando-a de reformista e afirmando que o materialismo, ao fazer com que problemas maiores acabassem, acabaria com esse também. As libertárias, por outro lado, não colocavam a exploração feminina como “problema menor”, e salientavam que, apesar do Estado e do capitalismo serem os responsáveis pela opressão feminina, a revolução, para ser bem sucedida, deveria ser moralmente preparada pela luta solidária ainda nessa sociedade, com garantias de melhores condições de vida (dentre os quais se inclui o controle de natalidade) até a construção de uma sociedade anárquica pautada no apoio mutuo e na igualdade.

reforçando a necessidade da luta autônoma e de ação direta, de mulheres organizadas em bases livres, pautadas na percepção da singularidade de ser mulher e dos variados ofícios, com suas pautas e discussões próprias; reforçar a importância da educação e da emancipação intelectual feminina para a sua libertação e a libertação total da humanidade; denunciar a dominação masculina, inclusive nos meios libertários; estabelecer diálogos e críticas com as diversas formas de lutas femininas e com os feminismos; defender, acima de tudo, que a libertação feminina seria obra das próprias mulheres, são pontos que demonstram a importância que as mulheres libertárias desse período tem para a história das lutas e conquistas femininas, do anarquismo e sindicalismo de intenção revolucionária e para as lutas sociais de uma maneira geral. Conhecer suas histórias, dar voz a elas, retirá-las desse anonimato intencional a que foram relegadas na história oficial e na própria história das movimentações sociais, é necessário para compreendermos nosso tempo e nossas próprias lutas no presente.

Fontes

Revista Renascença. São Paulo, 1923. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

A Plebe, São Paulo, 1917 – 1930. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

A Terra Livre, São Paulo, 1905 – 1906. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

O Nosso Jornal. Rio de Janeiro, 1923. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Prontuário nº 0195 – Isa Rutti ou Issa Rutti, Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário nº 0327 – Maria Alles, Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Carta do Centro Feminino de Jovens Idealistas, outubro de 1915. Centro de Documentação e Memória da UNESP – SP (CEDEM). Documentação de Astrogildo Pereira.

Referências bibliográficas

BIONDI, Luigi. “Na construção de uma biografia anarquista: os anos de Gigi Damiani no Brasil”. In: DEMINICIS, Rafael Borges; FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). *História do anarquismo no Brasil (Volume 1)*. Rio de Janeiro- Niterói: Mauad, 2006.

CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: Rediscutindo o anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

CAMPOS, Augusto de. *Pagu: vida-obra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____; Rafael Viana da Silva; Alessandro Soares da Silva (Orgs.). *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

CORREIA, Francisco. “Mulheres libertárias: um roteiro”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOMES, Ângela de Castro; FLAKSMAN, Dora Rocha; STOTZ, Eduardo (coord.). *Velhos militantes: depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier, Hilcar Leite*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LEITE, Mirian Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

MELLO, Wanderson Fabio de. “A Comuna de Paris e a educação: lutas dos trabalhadores e o ensino na perspectiva da humanidade social”. In: *História Revista*, vol. 16, num. 2, 2011.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

RAGO, Margareth. “Trabalho feminino e sexualidade”. In: DEL PRIORI, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

RODRIGUES, Edgard. *Mulheres e anarquia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

“Anarquismo e Revolução”: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República⁵⁶

Tiago Bernardon de Oliveira

Professor do Departamento e do Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraíba

O anarquismo é uma corrente política e filosófica que almeja um futuro novo, onde a humanidade esteja livre de todas as formas de opressão e exploração para se ver plenamente emancipada. Para tanto, ao lado de intensa propaganda orientada por valores condizentes com seus objetivos, concebe ser necessário um processo revolucionário, dado que as forças que garantem a reprodução das múltiplas formas de dominação e os mais variados privilégios sociais não vacilarão em fazer uso de todo seu aparato repressivo e simbólico para impedir tais propósitos. Dito desta forma, parece óbvio avaliar que o anarquismo tem tanta clareza de seus fins quanto dos meios para alcançá-los. Mas a permanente dialética entre fins e meios é um dilema intrínseco a qualquer movimento político minimamente sério. Com o anarquismo, portanto, não seria diferente. Trata-se de uma das questões centrais de seu movimento e que o acompanha ao longo de toda sua história. Do contrário, pensar o anarquismo como se fosse constituído de uma corrente pronta, com um programa, valores, concepções, estratégias e táticas pré-estabelecidas, atemporais e universais, sem analisar sua historicidade, seria o mesmo que considerar que as lutas dos militantes que se identificavam com as causas libertárias estariam, por si só, fadadas ao fracasso, por se dedicarem a objetivos ina-

⁵⁶ * Este texto é uma retomada, com alguns novos elementos e argumentos, de questões desenvolvidas em trabalhos anteriores. Em grande medida, reporta a uma tentativa de síntese de minha tese de doutorado (OLIVEIRA, 2009). Agradeço a oportunidade gentilmente proporcionada pelos organizadores desta obra, Kauan Willian dos Santos e Rafael Viana da Silva.

tingíveis, ou “utópicos”, no sentido pejorativo que seus detratores costumavam empregar para combatê-lo.

Este texto pretende oferecer um panorama geral sobre a trajetória do anarquismo no Brasil da Primeira República – avançando, brevemente, aos anos iniciais da década de 1930 – em seus debates em torno da pertinência do sindicalismo revolucionário como método de luta para a eclosão de um processo revolucionário.

A revolução anarquista como processo histórico: Malatesta e a recusa das certezas atemporais

Analisar o movimento anarquista brasileiro da Primeira República e seus esforços por fazer sua revolução requer acompanhar o acúmulo de debates e experiências contemporâneas em outras partes do mundo.

O grande embate entre correntes revolucionárias ligadas às ditadas classes subalternas durante o século XIX se deu entre marxistas e anarquistas. A cisão que se tornou inconciliável a partir da dissolução, em 1872, da Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida também por I Internacional, teve como mote as divergências sobre táticas e estratégias que deveriam orientar o movimento internacional dos trabalhadores para a promoção de sua emancipação e, por consequência, por construir a emancipação de toda a humanidade. Em linhas muito gerais, dentre as muitas divergências, de um lado estavam os “germânicos” e a defesa da organização em formatos político-partidários, ainda que em contrariedade a perspectivas reformistas; de outro, os grupos próximos a Bakunin, que faziam a defesa intransigente da autogestão e da organização livre e federativa dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que negavam a possibilidade de se dedicarem ao terreno político-parlamentar, sob risco de corrupção dos princípios e do movimento revolucionário autônomo. (SAMIS, 2015; BAKUNIN, 1989)

A dissolução da I Internacional tornou-se o grande cisma dessas duas correntes revolucionárias ainda hoje não resolvidas.⁵⁷ A própria auto-identificação dos anarquistas como “libertários” ou “antiautoritários” deve-se muito à oposição construída em torno do atribuído “autoritarismo” marxista. Mas, assim como o marxismo teve de enfrentar suas cisões internas, sendo talvez mais apropriado falar em “marxismos” no plural, o anarquismo também teve de enfrentar suas múltiplas faces, muitas vezes contraditórias e conflituosas. No cerne da questão, como sempre, a definição de táticas e estratégias que fossem coerentes com os princípios éticos e os fins almejados.

Neste sentido, alguns debates envolvendo Errico Malatesta talvez sejam exemplares das dificuldades para se tentar garantir, a um só tempo, a organicidade e unidade do movimento anarquista com vistas à efetivação da insurreição revolucionária.

Na ocasião do falecimento de Piotr Kropotkin, em 1931, Malatesta escreveu um obituário (MALATESTA, 1931), no qual, disse que, “em homenagem à verdade e ao interesse superior da causa [anarquista] é necessário reconhecer que sua obra não foi toda e exclusivamente benéfica”. Isso porque, o velho russo tentava explicar todos os processos sociais pelos mesmos princípios das ciências naturais, como se tudo (“do curso dos astros ao nascimento e decadências de uma civilização, do perfume de uma rosa ao sorriso de uma mãe, de um terremoto ao pensamento de um Newton, da crueldade de um tirano à bondade de um santo”) obedecesse a leis universais mecânicas comuns entre os homens e a natureza, “sem possibilidade de variações”. A Sociedade Anarquista de Kropotkin seria, portanto, um fenômeno inevitável integrante de um sis-

⁵⁷ Recentemente, Olivier Besancenot e Michel Löwy lançaram o livro *Afinidades revolucionárias* (2016), um esforço intelectual para resgatar o que essas duas tradições têm a contribuir uma com a outra, após mais de um século de acusações que só fizeram aumentar o fosso entre as duas. Esta também, aliás, foi uma das motivações políticas para o desenvolvimento de minha tese de doutorado iniciada em 2005, dedicada à história do anarquismo no Brasil do início do século XX. Outros compromissos assumidos me levaram sempre a adiar uma pequena contribuição neste sentido nos anos seguintes, apesar de ter sinalizado essa intenção em diversas ocasiões acadêmicas ou políticas. Seja como for, faço aqui essa anotação, porque realmente acho que, no momento histórico em que nos encontramos, a questão da busca de afinidades, daquilo que mais une do que divide, pode ser enriquecedor para a construção de alternativas organizativas frente aos novos desafios impostos pelos impasses do mundo contemporâneo.

tema universal, uma “verdade científica” provada sistematicamente a partir da observação da natureza pelas descobertas mais recentes dos diversos campos do conhecimento científico (“da astronomia à biologia e à sociologia”). Para Malatesta, isso fazia com que, “no fundo, Kropotkin concebesse a Natureza como algo próximo à Providência, graças a qual a harmonia devia reinar sobre todas as coisas, inclusive a sociedade humana.”⁵⁸

Ainda segundo Malatesta, essa concepção cientificista e naturalista fazia com que Kropotkin, “muito severo com o fatalismo dos marxistas, caísse, por sua vez, em um fatalismo mecânico, que é bem mais paralisante”. Isso teria produzido efeitos danosos sobre o movimento anarquista, uma vez que muitos de seus seguidores teriam passado a se distanciar da militância para cuidar de seus próprios afazeres, pois, afinal, nesta perspectiva, “a revolução não se faz”, e cedo ou tarde, ela “virá”.

Em contraposição à perspectiva de Kropotkin, Malatesta apresentava o elemento “vontade” como vital para um processo revolucionário efetivo. A dimensão da “vontade” seria a única capaz de mover os seres humanos para a intervenção no processo histórico e transformar radicalmente a realidade. No entanto, Malatesta também ponderava que não seria qualquer ação voluntarista algo útil e conseqüente para os objetivos da revolução, pois se a ação “espontânea” não viesse acompanhada da filosofia anarquista, redundaria em uma ingenuidade estéril, impotente, conforme tantas experiências do passado comprovavam (TRAGTEMBERG, 2003). Ao compreender a revolução como uma construção humana, fruto de sua ação e intenção, o “projeto anarquista é, antes de tudo, para Malatesta, um projeto ético.” (MIÉVILLE, 1997, p. 63)

Àquela altura, quase aos 78 anos de idade, pouco antes de seu próprio falecimento, em 1932, Malatesta mantinha a mesma preocupação que o acompanhou durante toda sua trajetória de militante: como realizar o ideal anarquista? Ou, em outras palavras, como, por

58 Apresentada desta forma, o entusiasmo cientificista de Kropotkin, que vinculava todos os fenômenos naturais e humanos a um sistema lógico universal, o aproximava bastante da perspectiva positivista de Comte (1991, p. 1-39). Diversos autores apontam o peso do pensamento cientificista e evolutivo em pensadores anarquistas, como Pietr Kropotkin e Elisée Reclus, assim como para as tradições social-democratas e marxistas. Para o caso brasileiro, indica-se a leitura de SEIXAS, 1992, p. 83-97.

quais meios, tornar efetivamente viável um processo revolucionário que viesse, por fim, criar uma nova sociedade livre de todas as formas de opressão e exploração?

Ao longo de sua trajetória, Malatesta vivenciou uma série de cisões, rupturas e outras dificuldades na construção de relações orgânicas que resultassem em coesão mínima e ações conseqüentes. Sem transigir ao que considerava equívocos por parte de seus companheiros, talvez Malatesta tenha sido um dos grandes nomes do anarquismo internacional a colocar a dinâmica e o processo histórico como elemento central para orientar a ação militante.

Malatesta sempre teve convicção que só a luta coletiva, como intervenção voluntária no processo histórico, poderia tornar possível a almejada revolução e a construção de um novo mundo. E para isso, sempre se debateu com os anarquistas que defendiam posições individualistas mais extremas. Afinal, muitas vezes, os esforços para fazer despontar uma ação orgânica e complexa foram abortados por ações “espontâneas” individuais precipitadas, como o explodir de uma bomba em um local público, que, sob a justificativa da “propaganda pelo fato”, teria efeito inócuo, servindo apenas de ativar a violência desmedida da repressão contra todos os anarquistas, ainda que estivessem alheios ou contrários ao feito.

Estes embates entre organizacionistas e antiorganizacionistas (por vezes, individualistas) foram comuns nesta virada do século XIX. Esteve presente, por exemplo, em 1907, durante um congresso anarquista em Amsterdã, que reuniu militantes das mais diferentes posições. O experiente Malatesta avaliava que só a organização coletiva poderia tornar possível a revolução. Ali teve que se debater com posições como a de H. Croiset, quem tomava por divisa apenas “Eu, eu, eu... e os outros em seguida!”, sob o argumento de que qualquer forma de deliberação coletiva que implicasse em cobrança mínima de disciplina individual acarretaria, inevitavelmente, em uma forma de opressão sobre a liberdade individual e, portanto, antilibertária.

Mas houve outro debate que centralizou as atenções naquele congresso. O francês Pierre Monatte anunciou que, na França, esta-

va em voga um rejuvenescido anarquismo, que finalmente se colocava como capaz de efetuar a concretização de seus ideais, ao contrário da inoperância de seus precursores, muito mais focados nas “torres de marfim” dos debates estéreis filosóficos do que na ação prática. A novidade se chamava “sindicalismo revolucionário” e estaria em plena execução na França sob a égide da Confederação Geral do Trabalho (CGT).

O historiador Jacques Julliard (1988), ao analisar a história do sindicalismo revolucionário na França, entende sua emergência como uma “solução de compromisso” firmado na Carta de Amiens, em 1906, entre as diversas correntes políticas existentes no movimento operário francês, sobretudo as que se viam como revolucionárias e que se digladiavam pela hegemonia interna. Tratava-se, sobretudo, de estabelecer as bases comuns para a ação coletiva autônoma do operariado, jogando para o segundo plano as inevitáveis disputas por projetos políticos distintos. Do contrário, a fragmentação se imporia como realidade insuperável a favor da perpetuação do capitalismo.

No caso francês da virada do século XIX, as maiores disputas se davam entre anarquistas e socialistas vinculados à II Internacional. O estabelecimento da neutralidade política e religiosa dos sindicatos, o federalismo e a ênfase na ação direta eram os pontos em comum entre as duas vertentes. Trabalhadores adeptos de quaisquer correntes políticas ou fé religiosa, além de qualquer origem étnica ou nacional, eram bem-vindos para engrossar as fileiras dos sindicatos. A liberdade política e religiosa dos indivíduos e a coesão interna dos trabalhadores só poderiam ser garantidas através da neutralidade do sindicato enquanto entidade. A questão era reconhecer a possibilidade de livre discussão política entre os trabalhadores no interior do sindicato, e não afastá-los previamente a partir da identificação da entidade com determinada corrente política, o que acabaria em redundar no agrupamento daqueles que já se reconheciam como companheiros, reproduzindo redutos exclusivos, com pouca ou nenhuma capacidade de ampliação. Apresentada como grande novidade pelos dirigentes da CGT, estavam ali, antes de tudo, os pilares básicos de organização da classe trabalhadora para além do limitado corporativismo e a perpetuação de clivagens internas à classe.

Ao entusiasmo arrogante do jovem Monatte, que chegara a afirmar que o “sindicalismo revolucionário bastava em si mesmo”, Malatesta objetou, a partir de sua experiência, que muitos dos aspectos apresentados como novidades já eram exercidos pelo movimento anarquista há décadas. E, de fato, se observarmos a história da participação nos meios sindicais, é difícil discordar do entendimento de Gaston Leval (2007), para quem Mikhail Bakunin havia sido o grande fundador do sindicalismo revolucionário, uma vez que suas linhas gerais, fundadas na luta de classes, na organização sindical federativa e na recusa de outros meios que não a ação direta dos trabalhadores a partir de suas demandas econômicas, visando a coletivização dos meios de produção e a instauração revolucionária de uma nova ordem social, já estavam delineadas e sendo executadas pelos militantes que agiam junto aos sindicatos como espaços de resistência.

A crítica mais dura de Malatesta dirigia-se às convicções automatistas da “novidade” francesa. De acordo com que Monatte apresentava, os esforços militantes deveriam estar reduzidos ao terreno econômico, afastando do seio dos sindicatos as disputas políticas e religiosas que apenas faziam dividir o proletariado. As lutas eminentemente econômicas, por melhores salários e condições de trabalho, tornariam possível a identificação dos interesses comuns do conjunto dos trabalhadores no interior de um sindicato. Cada greve, boicote, sabotagem, piquete e outras formas de ação promovidas pelos trabalhadores em seus sindicatos contribuíam para o desenvolvimento da consciência de classe, da condição de exploração e da possibilidade de superação do capitalismo. Cada experiência de luta fazia parte de uma preparação, tal qual uma “ginástica revolucionária”, para o grande ápice, a “greve geral revolucionária”.

Para Malatesta, porém, essa concepção limitava-se a um cálculo economicista. O italiano objetou que a luta meramente econômica, sem a orientação decisiva de ideais anarquistas revolucionários, conduziria todo esse esforço organizativo à acomodação dentro da ordem capitalista, uma vez que os sindicatos tenderiam a lutar por conquistas residuais e imediatas de interesses limitados aos seus associados ou de

uma ou outra categoria, abandonando a perspectiva de classe e a luta sistêmica contra o capitalismo. A luta econômica, sem a discussão política, resultaria, inevitavelmente, a uma conduta meramente corporativista, caudatária do capitalismo, uma vez que, ao não lhe opor riscos estruturais, faria apenas valer as regras da oferta e da procura para o mercado de trabalho e constituiria aristocracias operárias mais interessadas na manutenção de privilégios conquistados por suas lutas sindicais fragmentadas. Isso de nada serviria para a emancipação de toda a humanidade. Era preciso reconhecer que, sob o capitalismo, existem disputas de interesses egoístas internos à própria classe, e o sindicalismo revolucionário, com seu automatismo, não reconhecia essa realidade e, por isso mesmo, não oferecia possibilidade concreta de sua superação e a construção da unidade classista. Afinal, na hora da chegada da “grande greve geral revolucionária”, como se organizaria a nova sociedade? Com quais orientações organizativas? Quais laços de solidariedade para superar os mecanismos de controle da burguesia e dos governos, que seriam usados para açambarcar alimentos e usar suas forças de repressão para combater o proletariado em greve pela fome e pelas baionetas? Caberia aos anarquistas orientar a superação desses desafios, pois se “o movimento operário é um sujeito revolucionário, deveria haver em seu seio um motor que o conduza para a direção desejada. Este motor seriam os anarquistas.” (MIÉVILLE, 1997, p. 72)

As objeções de Malatesta à apresentação de Monatte sobre o sindicalismo revolucionário não devem ser entendidas, porém, como uma recusa do italiano à luta sindical como campo de ação da militância anarquista. Ao contrário, eram objeções sobre a convicção fatalista de que a luta econômica, por si só, produziria resultados satisfatórios concernentes aos fins almejados. Ele alertava para o fato de que convicções tão otimistas sobre tais métodos, sem uma organização política anarquista e sem a avaliação permanente de seus limites, levariam inevitavelmente a amargas frustrações com efeitos futuros sobre todo o movimento internacional. Ação e reflexão, portanto, deveriam sempre andar de modo inseparável.

O sindicalismo revolucionário e o movimento anarquista no Brasil

Segundo Marcel van der Linden e Wayne Thorpe (1992), o sindicalismo revolucionário, com suas especificidades e nomenclaturas nacionais, tornou-se a orientação predominante da organização sindical em diversos países durante as duas primeiras décadas do século XX. A expressão que o sindicalismo revolucionário atingiu no Brasil deveu-se, sobretudo, à militância anarquista.

Em dezembro de 1905, fazia-se publicar na imprensa brasileira uma convocatória do I Congresso Operário Brasileiro, a ser realizado no Distrito Federal em 1906, na qual se lia, como norma primeira, que “só poderão tomar parte no Congresso os socialistas, ficando proibidos os elementos revolucionários”, pois ao lado da intenção de criação da “União Geral dos Trabalhadores do Brasil”, ou qualquer outro que for escolhido”, seria discutido “se o operário deve ou não ser político, e qual política aceitar.” (CORREIO DA MANHÃ, 25/12/ 1905 *apud* FARINHA NETO, 2002, p. 19-20)

Sem terem sido, portanto, os organizadores do evento, tampouco bem-vindos, os anarquistas se fizeram presentes no evento e, mesmo não sendo maioria, conseguiram fazer valer suas teses, implicando na constituição da Confederação Operária Brasileira (COB), sob a insígnia do sindicalismo revolucionário, aos moldes da CGT francesa.

Entre os primeiros autores a sublinhar o caráter sindicalista revolucionário autossuficiente, e não anarquista, da COB estão Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, em pioneira obra de compilação de textos do movimento operário brasileiro. Na apresentação da transcrição das Bases do Acordo da Confederação Operária Brasileira, aprovadas pelo Congresso, os autores afirmaram o seguinte:

O Congresso de 1906 mostra a clara influência do sindicalismo revolucionário: há mesmo uma menção ao operariado francês como “o modelo de atividade e iniciativa do trabalhador brasileiro”. Tal doutrina, nos anos imediatamente anteriores a 1906, chega a domi-

nar a organização do movimento operário de São Paulo e a exercer uma larga influência no movimento do Rio de Janeiro. De fato, as resoluções do Congresso são muito mais sindicalistas que revolucionárias (do anarquismo dificilmente se encontra algum traço). Apesar de endossar entusiasticamente a ideia da ação direta e de sindicatos compostos de minorias militantes, e apesar de criticar os partidos e a participação política, é mencionada apenas de passagem a greve geral, então pedra de toque da teoria sindicalista revolucionária. A destruição do Estado e a construção da sociedade do futuro – debatida incessantemente entre os sindicalistas revolucionários europeus – não foram discutidas naquelas resoluções. Além disso, poucos sindicalistas revolucionários europeus ousariam ter tão em alta conta as greves econômicas, pelo menos sem alertar contra os graves perigos do reformismo. Muitas das resoluções são bastante específicas e sugerem dificuldades práticas enfrentadas por muitos operários nesse período: direito de reunião, multas nas fábricas, trabalho por peça, pagamento em dia, etc. (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 41-42).

Estas observações salientam não apenas as diferenças entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo, como os limites da versão brasileira do sindicalismo adotado nas resoluções do I Congresso, compreensíveis, talvez, pela correlação de forças constitutivas daquele encontro.

Mas será Edilene Toledo, em sua tese de doutorado publicada em formato de livro em 2004, quem aprofundará essa distinção a partir do caso de três sindicalistas italianos que militaram no Brasil com posições políticas variadas (um socialista, outro anarquista e um terceiro sindicalista revolucionário que viria a tornar-se fascista). Em sua pesquisa, a historiadora compreende que existe uma distinção programática entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo. Seriam duas correntes que poderiam se sobrepor, mas eram conjuntos teóricos diferentes, tal como ocorria em outras partes do mundo, em especial na Itália, na França e na Argentina.

De fato, as observações sobre a distinção entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo são fundamentais para desfazermos confusões que acabaram se cristalizando na historiografia e mesmo na

sua identificação automática com o anarquismo. Por um lado, considero correta a ponderação de Edilene Toledo em relação à ideia de demonstrar as diferenças entre “sindicalismo revolucionário” e “anarcossindicalismo”, este último um como conjunto teórico surgido a partir da década de 1920, que, além do vínculo explícito com o anarquismo, identifica a construção da sociedade ácrata a partir de unidades produtivas diretamente vinculadas aos sindicatos, desenvolvido na década de 1930, principalmente na Espanha do período da guerra civil. Por outro lado, a distinção, tão ressaltada por parte da historiografia brasileira para o caso paulista, entre o “anarcocomunismo” e o “anarcossindicalismo” (este último entendido como o anarquismo que desenvolvia o sindicalismo revolucionário), a meu ver, foi, por vezes, sobrevalorizada. As discussões internas do movimento anarquista (e aí a importância do trabalho de Edilene Toledo e as observações Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall) diziam respeito a compreensões e convicções com ênfases distintas acerca do sindicalismo revolucionário como principal método de luta e construção do caminho para o objetivo final, a revolução libertária. Assim, esses embates verificáveis nas fontes eram, sobretudo, avaliações permanentes, não encerradas em si mesmas, a respeito de algumas convicções acerca dos métodos de luta que, na realidade, não se mostrariam tão eficazes. Essas avaliações acerca do método sindicalismo revolucionário seriam mais ou menos críticas a depender da intensidade da mobilização operária no país em determinadas conjunturas.

Neste sentido, embora possamos, de fato, verificar militantes ligados a correntes políticas distintas em entidades que se apresentavam como sindicalistas revolucionárias “puros”, entendo que, para o caso brasileiro, o sindicalismo revolucionário não se constituiu exatamente como uma corrente com um corpo teórico próprio, mas, antes de tudo, um conjunto de princípios que funcionariam como balizas para permitir à militância anarquista promover sua propaganda nos meios operários. Ou, dito de outra forma, a relevância do sindicalismo revolucionário no Brasil deveu-se ao movimento anarquista; e o movimento anarquista, por sua vez, teve no sindicalismo revolucionário o principal canal (ainda que não único) de difusão de suas ideias junto

à classe operária brasileira, conferindo-lhe relevância como corrente política durante a Primeira República. Ao contrário de alguns países onde se tentava tratar as tensões entre correntes políticas no interior do movimento operário através do denominador comum sindicalismo revolucionário, no Brasil, assim como em diversas outras partes do mundo, havia uma simbiose entre o método de ação sindicalismo revolucionário e o movimento anarquista.

Apesar de seus limites, a emergência de bandeiras políticas autônomas da classe trabalhadora brasileira pelos anarquistas é um feito nada desprezível e que não pode ser subestimado, afinal, tiveram que enfrentar as dimensões continentais do território do país, sua estrutura econômica majoritariamente agro-exportadora, a tradição escravocrata enraizada na sociedade brasileira e o monopólio da política pelas oligarquias regionais. Os limites de suas ações foram também acentuados pela intensa repressão exercida pelo Estado brasileiro, que recorrentemente imputava à presença do anarquismo a responsabilidade por uma série de distúrbios sociais, mesmo quando não tinham relação direta com os acontecimentos. Por outro lado, é possível pensar que parte da força que os ideais anarquistas adquiriram no Brasil da Primeira República tenha vindo justamente desse ambiente de exclusão proporcionado por um liberalismo oligárquico que não oferecia canais institucionais de reivindicação. Além dos contingentes de trabalhadores nacionais, cuja proporção de ex-escravizados era aguda, havia ainda um crescente número de imigrantes proletarizados com reduzidos direitos civis e políticos e inexistentes direitos sociais. Nestas circunstâncias, táticas e estratégias definidas pela ação direta pareciam bastante adequadas.

Ainda assim, qualquer esforço contra-hegemônico sempre tem gigantescas dificuldades para superar condições objetivas e subjetivas que reproduzem as múltiplas formas de dominação social. No caso dos anarquistas, a estratégia sindicalista não estava isenta de avaliação crítica interna, afinal, a relação entre meios e fins deve estar permanentemente sujeita a avaliações feitas em circunstâncias históricas específicas.

Após um período de refluxo da mobilização operária no início da década de 1910, a COB se viu instigada a reagir às tentativas de orga-

nização nacional do operariado brasileiro por parte de setores reformistas, adjetivados pejorativamente de “amarelos”, e que não se furtavam em deixar transparecer uma concepção de sociedade fundada na harmonia e na colaboração entre as classes sociais dentro da ordem capitalista.⁵⁹ A operação que viabilizou o IV Congresso Operário Brasileiro⁶⁰, ocorrido em novembro de 1912, na sede do Senado Federal, com apoio do deputado federal Mário Hermes, filho do presidente da República, foi capitaneada, em parte, pelos mesmos sindicalistas que organizaram o Congresso Operário Brasileiro de 1906 e tiveram suas principais teses rejeitadas ali. Desta vez, a chamada da programação novamente colocava em pauta a criação de um Partido Operário e de uma nova central, a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT), além de deixar bem claro, novamente, que elementos revolucionários não eram bem-vindos durante suas sessões.

Ainda assim, um grupo de militantes do Rio Grande do Sul se fez presente e se retirou depois de apresentar uma moção de protesto na qual eram denunciados os propósitos do evento e reivindicava-se a legitimidade exclusiva da COB. As resoluções do IV Congresso, dito “pelego” pela memória anarquista, não foram muito além da sua publicação em forma de opúsculo (CONFEDERAÇÃO BRAZILEIRA DO TRABALHO, 1913), tendo pouco ou nenhum resultado prático em termos de articulação nacional, de construção de uma nova central ou partido operário. Porém, ele teve efeito contrário, uma vez que a divulgação de seus preparativos foi mote para

59 Em minha dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2003, p. 74-116), tratei de fazer uma distinção interna aos que são considerados reformistas, reservando este termo àqueles que elegeram como tática a luta pela promoção de reformas no presente para melhoria imediata da classe trabalhadora, enquanto mantém a ideia de revolução socialista no horizonte, ainda que para um futuro distante. Os “colaboracionistas”, por sua vez, seriam os setores do movimento operário que também exerciam suas atividades militantes para a conquista de melhorias para a classe operária, porém dentro da ordem de classes, sendo indiferentes ou mesmo contrários a qualquer proposta de revolução no presente ou no futuro.

60 A contagem que atribuí a este evento o “Quarto” Congresso não é muito clara. Edgar Rodrigues (1979, p. 189-190, nota de rodapé) acredita que os organizadores estivessem levando em conta outros eventos de caráter regional, organizados no Rio Grande do Sul, em 1896, e em São Paulo, em 1907-8, ou os congressos socialistas de 1901. De todo o modo, é notória a intenção de desconsiderar o Congresso Operário de 1906 como o Primeiro e, até aquele momento, o único, conforme reivindicavam seus adversários anarquistas.

que os anarquistas brasileiros passassem a fomentar uma rearticulação junto ao movimento sindical.

Assim, ainda em 1912, começou a surgir a discussão entre os anarquistas sobre a urgência de um II Congresso Operário Brasileiro para avaliação dos efeitos das deliberações de 1906 e a definição de novos rumos para combater o avanço reformista. Nas páginas do periódico anarquista *A Guerra Social*, cuja sede ficava na Capital Federal, ao lado de textos teóricos e de notícias do movimento operário e revolucionário internacional (com especial destaque para a Revolução Mexicana), publicavam-se enquetes sobre a situação de paralisia em que se encontrava o movimento operário brasileiro. Alguns militantes manifestavam o entendimento de que as causas do “estado de apatia” do operariado brasileiro, em comparação ao que avaliavam ser um estado de ebulição de outras partes do mundo, deviam-se a fatores como um conformismo produzido por anos de escravidão ou pela falta de enraizamento dos estrangeiros, cuja maioria seria formada, ao seu ver, por elementos “retrógrados”. Por outro lado, militantes, como Edgard Leuenroth, reconheciam os baixos índices de mobilização naqueles anos, mas apostavam em sua retomada a partir da intensificação da militância anarquista junto aos sindicatos. Neste sentido, o II Congresso Operário seria a oportunidade para a avaliação crítica do que fora feito até então e sobre o que deveria ser feito dali por diante.

No entanto, nem todos os militantes anarquistas estavam convencidos de que os princípios do sindicalismo revolucionário deveriam continuar a ser o método de luta principal a orientar a ação e a propaganda nos meios operários. Do conjunto de textos que se faziam publicar na imprensa anarquista, e mesmo em *A Voz do Trabalhador*, que voltava a ser publicada em 1913, versava-se sobre pertinência ou impertinência do sindicalismo revolucionário como método para fins anarquistas.

A partir de junho de 1913, já em meio aos preparativos do II Congresso, houve uma polarização dos debates, através de uma sequência de artigos de Neno Vasco e João Crispim, em que um contestava o outro em *A Voz do Trabalhador* (Cf. OLIVEIRA, 2010). João Crispim, ligado à Federação Operária Local de Santos (FOLS), discorria sobre o

assunto que vinha se dedicando em outros espaços, como no periódico *Germinall*, no qual fez publicar, ainda em 15 de junho de 1913, o artigo “Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista”. Ele imputava ao sindicalismo à moda da CGT francesa, incluindo sua insistência na defesa do princípio de neutralidade política das entidades, a existência de obstáculos para o exercício da propaganda libertária que, por sua vez, instituíam o estado de paralisia generalizado, o corporativismo e a burocratização dos sindicatos, criando novas leis, regras e novas formas de despotismo interno em detrimento das liberdades individuais. Segundo sua argumentação, as entidades, para serem instrumentos realmente emancipadores, deveriam se declarar abertamente anarquistas para que o combate pudesse ser aberto, sem quaisquer entraves, conforme haviam feito a Federação Operária Regional Argentina do V Congresso (1905) e a própria FOLS em sua declaração de princípios. (*GERMINAL!*, 22/06/1913, p. 2)

Diversos anarquistas reagiram à proposta vinda de Santos. A polarização com Crispim se deu, principalmente, com o professor português e anarquista Neno Vasco, que se encontrava à época em Portugal. Sua contestação à proposta da FOLS insistia na defesa dos princípios da neutralidade política e religiosa, sob a égide do sindicalismo revolucionário, como única possibilidade de agregar a classe trabalhadora brasileira. A partir dessa congregação, seriam alavancadas as condições mínimas para sua ação coletiva e uma crescente coesão, proporcionada tanto pelas práticas de lutas econômicas comuns quanto pela concomitante propaganda libertária no interior do sindicato, fundamental para ampliar a consciência dos trabalhadores para questões muito maiores do que pautas imediatas. Ressaltava ainda que a proposição da FOLS era contraditória, pois evidenciava um autoritarismo na declaração de princípios exatamente quando se reivindicava maior liberdade individual dentro dos sindicatos contra a excessiva burocratização.

Este embate perdurou por mais de dois meses nas páginas da imprensa dirigida pelos anarquistas do Brasil. As atividades do II Congresso Operário Brasileiro foram iniciadas por essa questão, que, aliás, foi a que mais tempo tomou durante o encontro. A tese

apresentada pela FOLS encaminhava que “este II Congresso aconselh[e] a propaganda do anarquismo nas sociedades operárias, como meio para alcançar a emancipação dos trabalhadores” (*A VOZ DO TRABALHADOR*, 1/10/1913, p. 3). A proposta recebeu uma enxurrada de críticas. Santos Barboza, da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), por exemplo, apontava que o anarquismo deveria ser aceito e jamais imposto, pois, do contrário, não seria anarquismo. A grande maioria presente deliberou, então, por referendar os princípios de 1906, baseadas na ação direta contra o capitalismo, na liberdade de associação, no federalismo e na neutralidade religiosa e política dos sindicatos. Uma moção complementar do também anarquista José Borobio, por outro lado, tentava contemplar as queixas de seus companheiros santistas, procurando deixar mais claro que, no interior dos sindicatos, era possível e desejável uma “ampla exposição e discussão de todas as ideias” políticas e filosóficas entre seus afiliados.

Apesar dos protestos públicos em seus relatos sobre o conclave, os representantes da FOLS, João Crispim e Raphael Munhoz, consideraram que houve avanços no II Congresso em relação ao primeiro, exatamente por ter sido levantada a questão e, ao menos, provocado a moção de Borobio. Além disso, ainda que derrotados, mantinham-se engajados à COB. Crispim, por exemplo, assumiu funções importantes para a execução de determinadas deliberações, como a de excursionar pelo Brasil para a divulgação dos princípios promovidos pela COB.

Porém, ainda que a decisão tenha sido a de referendar o que fora deliberado em 1906, este caso demonstra o quanto não podemos cristalizar algumas recorrentes associações que costumeiramente somos tentados a fazer. As questões envolvendo as escolhas de táticas e estratégias são inerentes à história de um movimento político qualquer. O debate em torno do sindicalismo revolucionário como o principal método de ação anarquista no Brasil, porém, não se encerrou em 1913 e permaneceria durante toda a Primeira República e a primeira metade da década de 1930.

A inflexão provocada pela conjuntura de 1917 a 1919

Os debates sobre a construção de novos métodos de ação anarquista tomaram novo fôlego logo após as greves de 1917 deflagradas em diversos pontos do país. As proporções que esses movimentos tomavam eram inéditas no Brasil.

Apesar de a greve generalizada de São Paulo de junho de 1917, a maior delas, não ter sido iniciada e planejada pelas organizações anarquistas, autores como Christina Lopreatto (2000) afirmam que ela assumiu um cunho marcadamente anarquista, dado que no movimento é possível identificar uma série de elementos oriundos de anos de propaganda e organização libertária nos sindicatos, associações de bairros e centros culturais. Esta é leitura bastante plausível, pois, apesar da memória registrar um caráter “espontâneo” da greve de 1917, suas proporções e encaminhamentos precisam estar assentados em acúmulos de experiências de ação e organização anteriores, conforme os anarquistas vinham se dedicando há anos.

De todo o modo, após o avanço de greves gerais e generalizadas por todo o país – e o acompanhamento das notícias de ebulição revolucionária na Rússia ao longo daquele ano de 1917 foi um fator de avaliação positiva para o contexto –, a avaliação sobre quais ações empregar para fazer avançar a intensidade que aquelas mobilizações atingiram impôs-se como desafio aos militantes brasileiros.

Boris Fausto (1977), pioneiro historiador a tratar da história do movimento operário brasileiro com o uso de um significativo material empírico, avaliou que a incapacidade de levar adiante a “greve geral revolucionária” em 1917 era demonstrativa dos limites inerentes ao próprio anarquismo. Há um notório juízo de valor neste tipo de conclusão, que buscava aferir a necessidade de se criarem outros mecanismos mais eficazes para se promover uma revolução, especialmente os ligados a formas de organização leninista. A questão é que os anarquistas, imediatamente após a conclusão das greves de meados de 1917, passaram a fazer a avaliação de seu significado e das condições e dos meios em direção à almejada revolução.

Nos jornais dirigidos pelos anarquistas, começaram a ser publicadas chamadas da COB para a realização de um Congresso Geral da Vanguarda no Brasil a ser realizada no Rio de Janeiro, ainda em outubro de 1917, com o objetivo de reunir “os representantes de todas as associações operárias existentes no Brasil, como todos os elementos avançados socialistas, anarquistas, centros de estudos sociais, etc.” para serem estabelecidas “com máxima urgência (...), as bases de uma ação conjunta”. (*A PLEBE*, 4/08/1917, p. 2; 18/08/1917, p. 2; 25/08/1917, p. 3; 1/09/1917, p. 3) Até aqui, não foram encontrados registros de realização do referido Congresso. Provavelmente ele não aconteceu naquele momento devido à ofensiva da repressão que se abateu sobre o movimento operário, e em especial sobre os anarquistas, no final de 1917 como resposta às greves dos meses anteriores. Contudo, interessa aqui levar em conta a busca pela criação de novos instrumentos de luta com vistas à concretização real de um processo revolucionário. Havia ali uma leitura da realidade que avaliava ser viável o desenvolvimento de forças revolucionárias, ainda que não fossem totalmente capitaneadas pelos anarquistas ou que não resultasse, imediatamente, na sociedade ácrata. Essa percepção pode ser verificada, por exemplo, em um artigo publicado em março de 1919 em *A Plebe*, escrito pelo anarquista italiano Gigi Damiani:

Será possível a concentração de todas as forças proletárias para um fim único de imediato alcance?

Anarquistas, socialistas, sindicalistas poderão constituir um único organismo revolucionário sem que haja na luta dispersão de energias ou esforço contraditório?

Ontem teríamos respondido: não! Um “não” seco, conciso, brutal. Divididos pelas divergências doutrinárias e diferenciados essencialmente pelos métodos de luta, os elementos da vanguarda, nas contendas sociais, neutralizavam seus esforços, falando às multidões linguagem diversa, exagerando num ou noutro sentido. (...)

Eu não sei se a nossa intransigência foi sempre oportuna; sei, porém, que ela nos livrou de muitas desilusões. Penso, entretanto, que uma mais exata visão da vida real nos teria poupado um considerável

dispêndio de preciosas energias empregadas em futilidades transcendentais. (...)

Será, pois, possível, a concentração de todas as forças proletárias que professam um ideal de reivindicações sociais?

Sim, é possível, desde que não haja equívocos. (...)

Passou-se a época dos discursos e chegou a hora dos fatos.

Agora, o dilema que nos apresenta a *débâcle* da sociedade burguesa é este: pelo socialismo ou contra o socialismo.

Anarquistas, socialistas, sindicalistas somos todos pela socialização imediata da propriedade. (...)

Resta ver de que meios uns e outros teremos de nos servir para estabelecer essa socialização da propriedade no dia após a revolução triunfante.

Portanto, será bom que a concentração, possível e útil, não chegue à eliminação dos partidos.

O anarquismo, no movimento socialista e mesmo no seio da sociedade atual, representou uma força propulsora, mesmo na sua parte negativa. O anarquismo é dinamismo social. Foi-o ontem, e sê-lo-á amanhã, mesmo vigorando a república dos soviets...

Isso não impede que hoje nos irmanemos, anarquistas, socialistas e sindicalistas para fazer a revolução e socializar a propriedade... Depois... se o carro parar... nós [, anarquistas,] continuaremos a impeli-lo para a frente. (*A PLEBE*, 29/03/1919, p. 4)

A argumentação dialética de Damiani refuta purismos ideológicos. O processo revolucionário deveria ser entendido como contínuo, integrado não exclusivamente pelos anarquistas. Há, em suas observações, uma avaliação de conjuntura, calcada no ideário anarquista, que pretende contribuir para uma leitura da realidade imediata, das correlações de forças sociais e políticas do Brasil daquele final da década de 1910, articulando-a aos desdobramentos da Revolução Russa no plano internacional. Tratava-se de uma conclamação de todas as forças progressistas existentes no Brasil para fazer avançar um processo de mobilização consciente com a perspectiva de se construir canais revolucio-

nários concretos. Posições como estas de Gigi Damiani, em 1919, e da COB, em 1917, revelam a disposição dos anarquistas em buscar ampliar forças com aliados, reconhecendo-lhes, ainda que com suas diferenças, sua influência e capacidade organizativa em meios operários.

Este esforço pela união de vanguardas revolucionárias, rompendo com um exclusivismo anarquista, deve ser entendida como uma busca por novos instrumentos revolucionários, para além dos limites do sindicalismo. Em meio ao crescimento e radicalidade das greves que se desenvolviam em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife, reforçava-se a necessidade de se construir outros canais que articulassem a ação revolucionária em conjunto com a estratégia sindical, pois, ao contrário que proclamara Monatte em Amsterdã, notoriamente ela não bastava em si mesma.

Isso resultou, por exemplo, na criação de um Partido Comunista do Brasil em 1919, que procuraria construir essa articulação a partir da criação de diversos núcleos país afora. Em minha tese de doutorado (OLIVEIRA, 2009, p. 125-126) caracterizei, como outros autores até então, o Partido Comunista de 1919 como Partido Comunista-Anarquista do Brasil, conforme enunciado no opúsculo de José Oiticica (1919). Naquela ocasião, compreendi o que chamei de PCAB como um instrumento de articulação nacional, sem conotação eleitoral, em sentido próximo à ideia de Partido Anarquista defendido por Malatesta, um instrumento de orientação e articulação do movimento anarquista que superasse a dispersão da militância. No entanto, Frederico Bartz (2014, p. 144-169), a partir de um escopo maior de fontes, fez uma análise mais aprofundada que lhe permitiu concluir que o PCB de 1919, ainda que fosse uma iniciativa do grupo organizativo Aliança Anarquista, teria um caráter mais plural, o que pode ser verificado em diversas ocasiões, como o relato de um anônimo secretário da mesa da conferência de fundação do partido:

Em março de 1919, fundou-se nesta capital [federal] o Partido Comunista do Brasil, que admite em seu seio, anarquistas, socialistas e todos os que aceitem o comunismo social.

A reunião foi pública, tendo a ela assistido o Dr. Nicanor do Nascimento, não se tendo falado senão na organização do Partido.

Realizaram-se já diversas conferências públicas de propaganda, numa das quais falou o Dr. Evaristo de Moraes sobre o 13 de maio.

Convém notar que a comemoração de 1º de maio foi obra também do Partido, e que todas as nossas reuniões têm sido e são públicas, como foi a primeira sessão do Congresso anteo-ontem.

Ora, como o Partido era do Brasil, convinha, então, reunir os elementos avançados de todo o país, para numa Conferência ou Congresso, estabelecer de um modo claro e decisivo a nossa organização, bases de acordo e programa. (*A PLEBE*, 28/01/1919, p. 1 apud: BARTZ, 2014, p. 151)

Além da referência às bandeiras políticas “anarquistas, socialistas e de todos os que aceitem o comunismo social”, deve-se lembrar que Nicanor do Nascimento era um dos deputados federais identificados como integrante da chamada bancada trabalhista na Câmara e Evaristo de Moraes um advogado socialista. Este caráter de pluralidade política entre os fundadores do Partido Comunista de 1919 é nítido no trecho acima, publicado pelo periódico libertário *A Plebe* em janeiro daquele ano, e segue a linha da chamada do Congresso das Vanguardas de 1917 e do artigo de Gigi Damiani de março, referidos anteriormente. A ampliação do escopo organizativo de militantes revolucionários de diversas tendências em torno deste partido também é sublinhada por Kauan Willian dos Santos (2016), para quem trata-se de uma iniciativa que

De um lado, visava organizar militantes diversos através de um programa coeso, mas geral e aglutinador, construindo uma força significativa para lidar com o refluxo do ativismo nas cidades [particularmente Rio de Janeiro e São Paulo], visando erguer novamente os movimentos sociais que estavam danificados, desde que ancorados em algumas propostas básicas libertárias, e de outro, pessoalmente e através desse órgão e outros, alavancar os movimentos populares instrumentalizando qualquer ideário desde que fossem minimamente progressistas e revolucionários. (SANTOS, 2016, p. 147)

De acordo com Bartz (2014, p. 159), muito da atribuição do caráter anarquista ao partido deve-se às posteriores publicações de José Oiticica, redigidas ainda em meados do mesmo ano de 1919. E, de fato, é possível verificar que essa definição mais ampla do termo “comunista” vai dando lugar a uma definição mais estrita ao anarquismo ao longo do ano, quando o partido, na prática, não consegue ter continuidade, sobretudo por causa da repressão. Assim, em 16 de junho, o professor carioca fez publicar na primeira página do jornal *Spártacus* os “Princípios e fins” do partido, precedido dos seguintes termos:

No Congresso Comunista, aqui [Rio de Janeiro] realizado em junho deste ano, apresentei, condensados em proposições, em cânones, os princípios e fins do comunismo. Essas proposições foram discutidas na primeira sessão, ficando resolvido que uma comissão estudaria a redação final de algumas, das poucas não aceitas definitivamente. Sabem todos que a polícia nos vedou a segunda reunião no Centro Cosmopolita, indo os delegados, em grande número, reunir-se em Niterói. O original do meu trabalho estava comigo para retoque e eu não pude comparecer ao segundo encontro.

Daí não se haver aprovado a súmula por mim proposta. Como, todavia, as discrepâncias foram mínimas e eu refiz os cânones incriminados pondo-os de acordo com o pensamento dos discrepantes, acho que estão virtualmente referendados pelo congresso estas declarações teóricas.

Evidente me parece a necessidade de sua publicação. Nossos inimigos não nos poupam intenções indignas: caluniam-nos propositadamente para incutirem, no ânimo dos trabalhadores e da burguesia, horror aos nossos credos. Assim, muitas pessoas bem intencionadas lutam contra nós, conosco antipatizam por mal informadas. Um resumo claro, metódico, em fórmulas sucintas, facilmente mostrará o que pensamos e queremos e, estou certo, levará muitos a lerem nossos livros. Estes *princípios e fins* serão a carta de abecê introdutória do meu *Catecismo anarquista* que pretendo editar em livro. (SPÁRTACUS, 16/08/1919, p. 1)

Mais tarde, em dezembro de 1919, foi publicado o opúsculo cujo título era “Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista.” Na última página daquele documento, lia-se a seguinte nota de esclarecimento:

No Congresso Comunista, aqui realizado em Junho deste ano, o camarada José Oiticica apresentou em súmula uma **declaração de princípios**. Sobre este trabalho o Congresso não pode manifestar-se condignamente porque as violências – que ainda devem estar na maioria de todos – da polícia desta Capital, obstou os seus trabalhos.

Como reputamos o trabalho de José Oiticica de alta valia e significação, por conter definições novas na forma, de que se ressentia o programa-anarquista, resolvemos editá-lo em folheto, certos de que é um serviço que prestamos à propagando dos nossos ideais.

Rio, 20 de Dezembro de 1919.

Um grupo do P.C.B. (OITICICA, 1919, p. 17)

Diante desse conjunto de elementos, a despeito da posterior definição de “comunista-anarquista” do PCB de 1919, Frederico Bartz conclui o seguinte:

Sobre o caráter ideológico da organização, acredito que ela não possa ser considerada apenas libertária, sendo mais propriamente uma frente ampla que tinha como ideia norteadora a defesa e a promoção da Revolução Social. Sobre a composição dessa frente, certamente contava com os membros de diversos grupos comunistas recém-formados, mas também contava com a participação de organizações sindicais, ao mesmo tempo em que se abria para fora do mundo operário, procurando integrar membros da elite política e intelectual que concordassem com seu programa. Quanto à realização de seus objetivos, a defesa e a promoção da Revolução Social, isto efetivamente estava sendo planejado, mas o incidente de outubro em São Paulo e suas consequências frustraram os planos que os militantes haviam articulado. (BARTZ, 2014, p. 167)

O referido “incidente de outubro em São Paulo” foi a explosão de uma bomba no bairro do Brás, em 19 de outubro, que levou a óbito quatro

operários militantes, sendo um deles o espanhol José Prol, além de ferir a esposa e dois filhos. A explosão teria permitido à polícia de São Paulo descobrir as tratativas de uma insurreição que se preparava com a participação de militantes dos núcleos do PCB de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco. (OLIVEIRA, 2009, p. 123-124; BARTZ, 2014, 163-167) Ainda que os anarquistas repelissem as acusações, dizendo que as bombas e materiais de propaganda encontrados foram plantadas pela própria polícia, a repressão intensificou-se. Desde 1917, e ainda mais a partir de 1919, ampliava-se a prática de invasões de residência, empastelamento de jornais, prisões, torturas, sequestros, exílios e degredos de militantes estrangeiros e nacionais identificados como subversivos, ao arripio da própria Lei Adolpho Gordo, de 1907, que previa expulsão de estrangeiros, ainda mais endurecida em 1913 e 1921 para intimidar o movimento operário que recrudescia.

A tentativa insurrecional de 1919, no entanto, não foi a primeira, sendo precedida por uma ação em novembro de 1918, que deveria ocorrer no Distrito Federal, com o apoio dos tecelões do Rio de Janeiro, Niterói, Magé e Petrópolis organizados em torno da União Geral dos Trabalhadores, incumbida de coordenar as ações por uma greve geral revolucionária. Acreditava-se que dali a insurreição tomaria força para se estender por São Paulo e, a seguir, por todo o Brasil. Segundo seus planos, esta insurreição deveria iniciar pela tomada de alguns pontos estratégicos, como o Palácio do Catete, sede do governo federal, e paióis do Exército, da Marinha e da Polícia. Para o êxito desta ação, desejava-se contar com o apoio também de elementos das Forças Armadas, em particular, soldados e oficiais de baixa patente do exército. O tenente Jorge Elias, aliás, era quem deveria ser responsável por essa articulação. Contudo, ele havia dissimulado interesse na operação após receber um panfleto distribuído na Vila Militar. A insurreição foi, então, abortada pela delação do próprio tenente poucas horas antes do início da de sua deflagração, na madrugada do dia 18, tendo como resultado a prisão de quatorze militantes envolvidos. (ADDOR, 1986)

Ambas tentativas insurrecionais, ainda que antecipadamente frustradas, devem ser compreendidas como elementos de inflexão do

movimento anarquista no Brasil, no sentido de que avaliavam ser possível fazer avançar as proporções da mobilização operária iniciada em 1917. Para os militantes, vivia-se, portanto, um momento decisivo da luta de classes, pois o acirramento de posições, ao seu ver, tornava viável a eclosão de um processo revolucionário, tendo como substrato a mobilização sindical dos anos anteriores. Essa avaliação também era influenciada pelo acompanhamento do processo russo, levado a cabo pela união entre camponeses, operários e soldados. Estes últimos, ainda que servissem aos propósitos opressores do Estado, eram, afinal, filhos da classe trabalhadora. A tentativa de aproximação com elementos das forças armadas para propósitos revolucionários, manifestada nos escritos da imprensa ligada ao movimento anarquista, era uma novidade dessa conjuntura entre 1917 e 1919 (*O DEBATE*, 12/07/1917, p. 12; 26/07/1917, p. 1; *SPARTACUS*, 9/08/1919, p. 2-3; 16/08/1919, p. 3; *A PLEBE*, 21/07/1917; 4/08/1917, p. 2.), e deve ser entendida como mais um desdobramento no sentido de busca de renovação dos meios de ação.

No entanto, o recrudescimento das greves e as tentativas insurrecionais fizeram aumentar os temores das classes dominantes e do Estado sobre as possibilidades de que o Brasil viesse a se tornar uma nova Rússia soviética. Em resposta, a repressão foi ainda mais violenta. Na primeira metade da década de 1920, quando os tenentes também se revoltaram, o movimento operário e, em especial, o movimento anarquista, sofreu outros duros baques como vítimas do estado de sítio. No início dos anos 1920, em um contexto bastante adverso aos anarquistas, a questão sobre sua os limites e possibilidades do sindicalismo revolucionário como método de luta voltaria à tona.

O anarquismo e os novos agentes revolucionários das décadas de 1920 e 1930

A impossibilidade de concretizar as expectativas deflagração de um processo revolucionário no final da década de 1910, tal qual ocorre-

ra na Rússia, colocara novamente em avaliação o alcance dos métodos do sindicalismo revolucionário para os propósitos anarquistas. Desde as greves de 1917, aprofundavam-se os debates sobre a necessidade de reorganização política com vistas a superar os limites de uma atuação estritamente sindical.

Entre os que questionavam os limites do método com mais vigor estavam os militantes que viriam a fundar, em março de 1922, um novo Partido Comunista do Brasil, que desta vez viria a se vincular à III Internacional, de caráter bolchevique. Sob essa eminente cisão, ainda em 1919, iniciaram-se os preparativos de um III Congresso Operário Brasileiro, a ser realizado no Rio de Janeiro em 1920, como necessidade de reorganização do movimento operário, vítima de impactos destrutivos causados pela repressão.

Os anarquistas brasileiros acompanhavam de perto a situação russa e procuraram realizar análises críticas distintas do anticomunismo conservador. Sabiam que a dinâmica revolucionária produzia contradições, que, por sua vez, levariam a conflitos internos. Mas enquanto não estivesse definida a questão dos embates que resultariam na perseguição e eliminação aos anarquistas, os libertários brasileiros, de modo geral, mantinham seu apoio àquela que estava se concretizando como primeira revolução proletária de caráter duradouro. Diversos escritos nesse sentido foram publicados na imprensa operária vinculado ao anarquismo. Em 1º de maio de 1919, por exemplo, Edgard Leuenroth e Hélio Negro (pseudônimo de Antonio Duarte Candeias) publicaram o texto, escrito às pressas, *O que é maximismo ou o bolchevismo?* Neste momento, as críticas ao bolchevismo foram atenuadas, compreendendo-o como uma fase de transição, sob controle dos soviets, rumo à revolução social libertária, assentada em formas federalistas de sindicatos comunais de ofícios ou profissões. Ali era possível também ler críticas à existência do Estado e, em consequência, à perpetuação de privilégios.

A defesa circunstancial da Revolução Russa não deve ser entendida, porém, como confusão por parte dos militantes anarquistas. Segundo eles, o processo ainda estava em aberto, e necessitava da coesão de forças revolucionárias contra as forças reacionárias. Assim como em

outras partes do mundo, estava em jogo, em um primeiro momento, a defesa da revolução social. A forma que ela assumiria e as disputas futuras entre projetos distintos eram questões inerentes ao próprio processo. Alguns militantes brasileiros, porém, sobretudo nos debates internos, não mediam palavras para demarcar sua posição crítica, principalmente àqueles que procuravam modelos vindos de lá. Em 1920, as divergências passavam a se mostrar cada vez mais irreconciliáveis, chegando à cisão definitiva em 1921.

A tônica dos debates do III Congresso Operário Brasileiro já havia sido anunciada poucos meses antes, em março, no Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul, quando o barbeiro Abílio de Nequete, que não era anarquista, propôs a adesão ao braço sindical da III Internacional, a Internacional Sindical Vermelha. Ainda que diversos delegados indicassem a necessidade de novas orientações de ação, em resposta aprovou-se uma declaração de princípios em que se proclamava, em nome do socialismo e do comunismo, o combate a “toda e qualquer organização estatal”, repelindo “a chamada conquista do poder político” como “a primeira das condições preliminares para uma ordem verdadeiramente socialista” (RODRIGUES, 1979, p. 44-47).

Nestas circunstâncias, o III Congresso Operário Brasileiro teve uma dupla tônica: de um lado, a crítica às pretensões de vinculação do sindicalismo brasileiro ao bolchevismo, e, de outro, a retomada da crítica à algumas perspectivas mais economicistas sobre o sindicalismo revolucionário – a ideia de que “o sindicalismo bastava em si mesmo”, expressa por Monatte em 1907 –, pelas quais se concebia ser possível prescindir de uma presença política organizativa mais atuante nas lutas sociais.

Porém, os debates acabaram se concentrando na recusa, ainda que implícita, às propostas vistas como de tendência à bolchevização do movimento operário brasileiro. Concentrado os debates sobre esta questão, os anarquistas participantes não apresentaram alternativa senão reafirmaram a ênfase do federalismo, da ação direta e a neutralidade política e religiosa do sindicalismo revolucionário como orientação geral ao movimento operário brasileiro, uma vez que continuariam a ser os únicos condizentes com os princípios relativos à autonomia operária e à

liberdade individual. Pela primeira vez, porém, se tratou da necessidade de organizar os trabalhadores do campo. Mais uma vez, indicava-se que deveriam ser feitas campanhas de propaganda e organização Brasil afora, tal qual ocorrera em ocasiões anteriores.

Vencidas as proposições de aproximação com a Internacional Sindical Vermelha durante o III Congresso, alguns militantes procuraram estender o debate no interior do movimento anarquista nos meses seguintes. Foi o caso de Astrojildo Pereira, que propôs que a COB tomasse como modelo a também sindicalista revolucionária norte-americana IWW (Trabalhadores Industriais do Mundo, em inglês), com sua estrutura mais centralizada e articulada como forma de superar a fluidez do federalismo da COB. (*A PLEBE*, 28/05/1921) Do contrário, embora se reconhecesse que a COB precisava ter uma função mais ativa, o federalismo foi considerado um ponto-chave de preservação da autonomia e da liberdade dos associados e das associações.

Frente à reafirmação dos mesmos princípios sindicalistas revolucionários, militantes históricos das fileiras anarquistas do Brasil, como o próprio Astrojildo Pereira e o sapateiro José Elias, velho crítico do sindicalismo revolucionário em momentos de refluxo da mobilização operária, passaram a considerar a possibilidade de desligamento do velho ideal anarquista para constituírem, em março de 1922, o PCB. Em 1921, a traumática cisão era inevitável. “Nós agora é na exata!”, teria dito José Elias a José Oiticica, em referência ao título de “socialismo científico” reivindicado pelo marxismo, ou, na interpretação do professor carioca, à “férrea disciplina” da ditadura do proletariado. (*OITICICA*, 1970, p. 262)

A formação do PCB por militantes anarquistas foi a cisão interna definitiva que o movimento anarquista sofreu no início da década de 1920. Antes mesmo da formalização da célula do PCB, os anarquistas viram-se impelidos a declarar sua reafirmação de princípios, como os fizeram publicar no jornal *O Libertário* em 1º de janeiro de 1922. Era urgente fazer essas definições agora que outras correntes políticas surgiam para disputar a proeminência do uso do termo revolucionário em sua identificação. Afinal, o combate não se daria

mais apenas contra reformistas, mas também havia uma disputa franca entre agentes revolucionários. E um dos campos de disputa eram as organizações da classe trabalhadora, principalmente as sindicais (*A PLEBE*, 18/03/1922, p. 1 e 4).

Além dos comunistas, outros grupos também passaram a se afirmar como revolucionários, como os tenentistas e os partidários do movimento de outubro de 1930. E os anarquistas precisavam se distinguir também desses agentes e de suas “revoluções” para afirmarem-se frente a essa nova realidade.

A repressão por toda a década de 1920, no entanto, dificultou sobremaneira a rearticulação do movimento anarquista, reduzido, principalmente, ao Rio Grande do Sul, onde, em meio à guerra civil provocada pelas forças política tradicionais do estado, a repressão não foi tão violenta quanto em outros estados, como em São Paulo e no Distrito Federal. Naquele contexto, ambos os partidos em guerra procuravam buscar nos meios populares, inclusive operários, apoio às suas bandeiras, o que permitiu que os anarquistas gaúchos tivessem, relativamente, um pouco mais de mobilidade. Sendo assim, as possibilidades de debates sobre os métodos e estratégias de luta por parte dos anarquistas tornavam-se bastante reduzidas, não resultando no surgimento de novas alternativas a não ser sempre a reafirmação do sindicalismo revolucionário, cada vez mais identificado, por seus princípios de neutralidade política e religiosa e de defesa do federalismo, como bandeiras tipicamente libertárias e “anti-autoritárias.”

Um ressurgimento de vulto das atividades militantes anarquistas no Brasil só se verificaria no início da década de 1930, quando, após as disputas intraoligárquicas que depuseram Júlio Prestes da presidência, o novo governo de Getúlio Vargas procurou apoiar-se na classe operária para obter sustentação e legitimidade. Em um primeiro momento, a repressão foi atenuada e houve uma vaga para rearticulação de espaços como a Federação Operária de São Paulo (FOSP), entidade na qual os anarquistas brasileiros orbitaram neste período com maior organicidade. Porém, a construção de uma política trabalhista, voltada para atender reivindicações históricas da classe operária, colocou novos desafios nessa

rearticulação. O próprio novo governo, autoproclamado revolucionário, criava, politicamente, a clivagem simbólica com o conjunto dos governos republicanos anteriores imputando-lhes a nomenclatura de “República Velha”, quando, dentre as formas de “velha política”, vigia unicamente o tratamento policesco à “questão social”. Agora, além das disputas com os comunistas, era também preciso combater a estrutura sindical burocrática, pela qual Vargas intentava combater qualquer influência revolucionária autônoma da classe trabalhadora.

Aparentemente, salvo melhor análise, os anarquistas brasileiros não conseguiram organizar alternativas para responder a essa nova realidade a não ser apegar-se ao sindicalismo revolucionário como se fosse a grande alternativa que lhe conferisse identidade e distinção nas disputas internas junto ao operariado. No entanto, o sindicalismo revolucionário parecia ser uma resposta mais adequada quando a arena dos conflitos de classe, entre capital e trabalho, não tinha a mediação do aparelho do Estado. É inegável que a construção do corporativismo varguista, e suas pretensões de construção do consenso social, foi bastante eficaz, dificultando os ecos das bandeiras autônomas revolucionárias.

Na década de 1930, ao lado da reafirmação do sindicalismo revolucionário, os anarquistas dedicaram-se também a ações antifascistas. Ainda que os anarquistas se recusassem a integrar formalmente a Frente Única Antifascista, em 1933, participaram de muitas atividades públicas conjuntas, como conferências e o episódio conhecido como a Batalha da Praça da Sé, em 7 de outubro de 1934, quando os integralistas foram expulsos de uma manifestação pública pelas forças antifascistas, que incluíam anarquistas, comunistas e trotskistas, entre outros. Mas permanecia aos anarquistas superar a falta de maior articulação e penetração juntos aos meios operários, em um contexto em que principalmente os comunistas firmavam-se como alternativa revolucionária ao sindicalismo oficial.

Diante desse dilema, Edgard Leuenroth e Gusmão Soler realizaram, em 29 de junho de 1935, a conferência “Os anarquistas e a Aliança Nacional Libertadora”. Após discorrerem suas ressalvas sobre a ANL, o PCB e a figura de Luís Carlos Prestes, os velhos militantes

defendiam a participação do movimento anarquista em frentes amplas, como a ANL, dada sua grande repercussão pública, sob pena de serem atropelados e lançados ao ostracismo definitivo (A LANTERNA, 13/07/1935, p. 2). A proposta de ingresso dos anarquistas na ANL vinha ao encontro das iniciativas de coesão das forças de vanguarda, conforme se tentou em 1917 e 1919 no Brasil, como forma de reconhecer os limites da corrente anarquista em uma conjuntura histórica específica, e não o abandono ou sujeição de seu ideal. Sobre isso, os termos colocados por Edgard Leuenroth e Gusmão Soler são muito semelhantes aos colocados por Gigi Damiani em 1919, referidos anteriormente. Naquilo que lhes era comum, “encontrar-se-iam perfeitamente lado a lado, anarquistas e aliancistas”, ou seja, “enquanto os aliancistas estiverem na oposição, no combate ao fascismo, ao latifundiarismo e à tirania governamental (...)”. Quanto às diferenças, elas não eram negadas, somente ficariam para uma etapa posterior da batalha, “quando a Aliança Nacional constituir um Estado, isto é, quando ela for governo e julgarem os aliancistas que não há mais nada a fazer”. Neste segundo momento,

os anarquistas continuarão a sua obra, objetivando a completa emancipação do povo do jugo de todas as tirania e explorações, com a abolição do instrumento compressivo do Estado e sua substituição por um regime baseado no livre acordo, na organização federalista de todos os ramos da atividade humana, onde haja bem estar e liberdade para todos. (A LANTERNA, 13/07/1935, p. 2)

A repercussão da proposta gerou algumas formas de aproximação em atividades conjuntas, embora não a adesão de anarquistas à ANL. Porém, a repressão que se abateu como resposta à tentativa revolucionária dos comunistas em novembro de 1935 colocou novamente os anarquistas na berlinda, ainda que, igual a outras ocasiões, como na revolta tenentista de 1924, não tivessem participação alguma naqueles acontecimentos. Antes mesmo da instalação da ditadura do Estado Novo, portanto, os velhos militantes anarquistas encontravam-se em uma situação difícil, exatamente no período em que o movimento anarquista internacional vivia sua grande experiência – curta, porém intensa

– na Espanha da guerra civil. Após o término da II Guerra, os anarquistas brasileiros não conseguiram mais retomar o impacto político, social e organizativo que tiveram nas primeiras décadas do século XX, ainda que a presença de anarquistas e suas organizações políticas, sob diversas formas, sejam verificáveis em diversos momentos ao longo das décadas seguintes. Mas este já é um tema para outros capítulos a seguir.

Considerações finais

Os debates sobre a definição de estratégias, meios e instrumentos para a concretização de fins revolucionários acompanharam a trajetória do movimento anarquista em todo o mundo. No caso brasileiro, como e outros países, a expressão do movimento anarquista esteve diretamente relacionada com a sua vinculação ao movimento operário através dos métodos adotados pelo sindicalismo revolucionário. Embora o sindicalismo revolucionário tenha lhe conferido a força que lhe garantiu penetração junto aos meios operários brasileiros, ele não foi a única estratégia eleita pelo movimento anarquista brasileiro, tampouco esteve livre de avaliação crítica.

Na conjuntura da virada da década de 1910, em meio à efervescência das greves em todo o país, e das expectativas revolucionárias alimentadas pelo avanço da Revolução Russa rumo ao Ocidente, os anarquistas brasileiros avaliaram as possibilidades concretas de fazer eclodir um processo revolucionário no país, através de novos instrumentos de luta e alianças com outros agentes revolucionários, sempre em articulação com a mobilização proletária.

No entanto, devido ao crescimento da repressão e ao surgimento de outras correntes políticas que disputavam influência junto ao movimento operário, a partir da década de 1920 o movimento anarquista não conseguiu galgar sua reorganização e a constituição de novos métodos de luta. Nesse contexto adverso, passou apenas a reafirmar a defesa do sindicalismo revolucionário, inclusive, como forma de identidade política própria do anarquismo.

A não realização de seus intentos, no entanto, não permitem afirmações sobre a inoperância intrínseca do anarquismo. Esta é uma questão que foge à análise histórica e compete às escolhas políticas dos observadores. O que se pode afirmar, no entanto, é que a militância anarquista no Brasil não se limitou apenas a palavras de ordem, propaganda ou convicções especulativas. Ao contrário, agiu, concretamente, para construir sua revolução. E para que evitar que alcançassem os seus propósitos, os anarquistas foram tão duramente combatidos.

Fontes

A Guerra Social – Periódico Anarquista, Rio de Janeiro, ano I, 1912.

A Romaria Vermelha. *Spártacus*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 16 ago. 1919, p. 3.

A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira, 1908-1915.

As resoluções do Segundo Congresso. *A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 39-40, 1 out. 1913.

AST. P. [PEREIRA, Astrojildo]. Os fatos do exterior. A Revolução russa. *O Debate*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 12 jul. 1917, p. 12.

COMITÊ FEDERAL DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SANTOS. Declaração de princípios. *Germinal! – Semanário anarquista*. São Paulo, ano I, n. 14, 22 jun. 1913, p. 2.

CONFEDERAÇÃO BRAZILEIRA DO TRABALHO (PARTIDO POLÍTICO). *Conclusões do Congresso Operário Brasileiro realizado no Palácio Monroe no Rio de Janeiro de 7 a 15 de Novembro de 1912*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1913.

CONFEDERAÇÃO BRAZILEIRA DO TRABALHO (PARTIDO POLÍTICO). *Conclusões do Congresso Operário Brasileiro realizado no Palácio Monroe no Rio de Janeiro de 7 a 15 de Novembro de 1912*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1913.

Congresso geral da vanguarda social do Brasil – Um convênio da Confederação Operária Brasileira. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 10, 18 ago. 1917, p. 2.

CRISPIM, João. Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista. *Germinal – Semanário Anarquista*, São Paulo, ano I, n. 13, 15 jun. 1913, p. 2.

DAMIANI, Gigi (Luigi). Problemas da atualidade – Pela concentração dos partidos proletários. *A Plebe*, ano II, n.6, 29 mar. 1919, p. 4.

F. G. O regime da fome. Imitemos a Rússia. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 6, 21 jul. 1917, p. 3.

Graves revelações de um soldado do exército. Teremos também um Comitê de Soldados e Operários? *O Debate*. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 26 jul. 1917, p. 7-8.

LEUENROTH, Edgard e NEGRO, Hélio. *O que é o maxismo ou o bolchevismo: programa comunista*. São Paulo: Editora Semente, s./d. (Edição original de 1919).

LEUENROTH, Edgard, FELIPPE, Rodolpho, DOMINGUES, Antonino, CIPOLLA, Ricardo, CORDON Filho, Antonio, MARTINS, Emilio, PERES, João, RODRIGUES, José e PENTEADO, João. Os anarquistas no momento presente – Definindo atitudes – Aos anarquistas, aos simpatizantes do ideal libertário, ao proletariado. *A Plebe*. São Paulo, ano V, n. 177, 18 mar. 1922, p. 1 e 4.

Liga Comunista Feminina; Romaria Vermelha. *Spártacus*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 9 ago. 1919, p. 2 e 3.

O Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil – A feliz iniciativa foi recebida com entusiasmo. *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 11, 25 ago. 1917, p. 3.

O Congresso Geral de Vanguarda Social do Brasil – Os militantes do Rio tratam com interesse da feliz iniciativa. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 12, 1º set. 1917, p. 3.

O exército e a greve. Houve soldados que se negaram a vir a S. Paulo. Interessante palestra. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 8, 4 ago. 1917, p. 2.

O Libertário – Edição da 'Aliança Anarquista'. São Paulo, ano I, n. 1, 1 jan. 1922.

OITICICA, José. **Princípios e fins do Partido Comunista-Anarquista** – Apresentado pelo camarada José Oiticica na conferência comunista, reunida no Rio de Janeiro em Junho de 1919. Rio de Janeiro: s/ed., 1919.

OITICICA, José. Princípios e fins. *Spártacus*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 16 ago. 1919, p. 1.

Para uma ação conjunta – Congresso geral da vanguarda social do Brasil. *A Plebe*, São Paulo, ano I, n. 8, 4 ago. 1917, p. 2.

PEREIRA, Astrojildo. Pela reorganização proletária! *A Plebe*, São Paulo, ano IV, n. 119, 28 maio 1921.

Um Comitê dos Operários e Soldados do Brasil. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 6, 21 jul. 1917, p. 3.

Uma conferência libertária. *A Lanterna – Jornal de combate ao clericalismo*. São Paulo, n. 398, 13 jul. 1935, p. 2.

Referências bibliográficas

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

Anarchisme & Syndicalisme: Le Congrès Anarchiste International d'Amsterdam (1907): Nautilus; Paris: Editions du Monde Libertaire, 1997.

BAKUNIN, Mikhail. *Escrito contra Marx: conflitos na Internacional*. Brasília: Novos Tempos, 1989.

BARTZ, Frederico Duarte. *Movimento Operário e Revolução Social no Brasil: ideais revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. *Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. São Paulo: UNESP, 2016.

COMTE, Auguste. “Curso de Filosofia Positiva”. In: *Curso de Filosofia Positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista*. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 1-39.

FARINHA NETO, Oscar. *Atuação libertária no Brasil: a Federação Anarco-Sindicalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977*.

JULLIARD, Jacques. *Autonomie ouvrière: études sur le syndicalisme d'action directe*. Paris: Gallimard; Éditions du Seuil, 1988.

LEVAL, Gaston; BAKUNIN, Mikhail. *Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário; A dupla greve de Genebra*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias; Editora Imaginário, 2007.

LINDEN, Marcel van der; THORPE, Wayne. Essor et déclin du syndicalisme révolutionnaire. *Le Mouvement Social*, Paris, n. 159, p. 3-36, abr.-jun. 1992.

LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000.

MALATESTA, Errico. Peitro Kropotkin. “Recordo e critiche di un suo vecchio amico”. *Studi Sociali*, In: MALATESTA, Errico. *Bakunin e altri scritti sulla storia dell’anarchia*. Roma: Datanews Editrice, 2004, p. 105-120.

MIÉVILLE, Ariane. “Entre anarchie et syndicalisme”. In: *Anarchisme & Syndicalisme: Le Congrès Anarchiste International d’Amsterdam (1907)*, 1997, p. 7-105.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. “A neutralidade política no movimento operário brasileiro (1906-1913)”. In: ARAVANIS, Evangelia e QUEIRÓS, César Augusto Bubolz (Orgs.). *Cultura operária: trabalho e resistências*. Brasília: Ex-Libris, 2010, p. 177-192.

_____. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. *Mobilização operária na República excludente: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas primeiras duas décadas do século XX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil (1889-1930) – Documentos: Vol. 1 – O movimento operário*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

SAMIS, Alexandre. “A Associação Internacional dos Trabalhadores e a Conformação da Tradição Libertária”. In: CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares da (Orgs.). *Teoria e História do anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2015, p. 161-191.

SANTOS, Kauan Willian dos. “Paz entre nós, guerras aos senhores”: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas *Guerra Sociale* e *A Plebe* na segunda década do século XX em São Paulo. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Mémoire et oubli: anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1992.

TRAGTENBERG, Maurício. “Malatesta e sua concepção voluntarista de anarquismo”. *Verve*, São Paulo, n.4, p. 195-227, out. 2003.

Imaginação subversiva em circulação: imagens anarquistas como instrumento político e o transnacionalismo imagético na imprensa anarquista e anticlerical brasileira, argentina e espanhola (1897-1936)⁶¹

Caroline Poletto

Doutora em História

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Verifica-se que, nos últimos anos, e em especial na última década, se produziu e ainda está se produzindo uma renovação nos estudos historiográficos acerca tanto do movimento anarquista quanto da imprensa anticlerical e libertária como um todo. Além da retomada do interesse por essas temáticas, também se percebe que as recentes pesquisas estão realizando novas perguntas, possibilitadas, entre outros fatores, pela ampliação não somente das fontes utilizadas, mas também no que concerne à facilidade de acesso a elas, tendo em vista a gênese e o aprimoramento dos arquivos digitais em diversos países, bem como as novas possibilidades de reprodução e categorização dessas fontes, permitindo, entre outras inovações, um olhar de caráter mais global acerca desses movimentos.

O que possibilita que novos estudos centrados na cultura anarquista e anticlerical apareçam, de forma a permitir que o anarquismo deixe de ser considerado apenas como um momento específico na gênese do movimento operário mundial no final do século XIX e cujo

61 Notas

Esse artigo é resultante da tese de Doutorado intitulada “A Imaginação subversiva ao redor do mundo: imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936).

ápice se deu no decorrer do século XX (principalmente nas primeiras décadas) para se transformar em um interessante prisma de indagação sobre variados momentos do passado que vão além do simples conflito de interesses verificado no mundo do trabalho; superando, portanto, a concentração nas esferas rígidas dos campos político e econômico e adentrando no projeto cultural do anarquismo, o qual propõe uma nova educação, novos valores, uma nova visão de mundo e, por fim, a formação de um novo homem.

Talvez, um dos reflexos mais perceptíveis da utilização das novas tecnologias como um meio de auxílio ao pesquisador no que concerne à utilização das fontes esteja, no caso específico da imprensa anticlerical/ anarquista, na possibilidade atual de se reproduzir, melhorar e detalhar as imagens contidas nos periódicos⁶², de forma a transformar essa fonte visual em um lugar privilegiado do conhecimento histórico contemporâneo; fonte essa pertencente ao mundo do sensível, que mescla o artístico com o político, a objetividade com a subjetividade, justapõe os limites da realidade e da ficcionalidade. De maneira que as inovações tecnológicas atuais permitem voltar aos objetos, por vezes já estudados em décadas anteriores, com um olhar diferenciado e com uma abordagem específica, que apenas agora se torna efetivamente possível.

Ressalta-se ainda a pouca incidência de trabalhos centrados nos procedimentos relacionais dos periódicos da imprensa libertária e anticlerical de diferentes cidades e países, uma vez que o que mais se verifica é a ocorrência de estudos isolados que abordam os jornais de uma cidade ou país específico, sem realizar uma análise relacional entre os elementos da imprensa libertária de outros países, sem colocar, portanto, esses diferentes periódicos em contato. No entanto, esses estudos “isolados” têm uma importância fundamental para a compreensão da imprensa anarquista e anticlerical, porém, sente-se a falta de uma pesquisa que procure tratar essa imprensa como ela se autodesignava: internacionalista e universal.

⁶² O termo “periódico” será utilizado aqui para referir-se tanto aos jornais, quanto suplementos e revistas.

Pode-se dizer que o presente estudo comunga com os pressupostos da denominada história transnacional, pois pretende refletir sobre algumas das novas tendências e possibilidades historiográficas verificadas no campo da história do trabalho através da aplicação de uma lente transnacional de análise, demonstrando, por um lado, a busca pela superação tanto do nacionalismo metodológico quanto de uma visão eurocêntrica da história e, por outro, os ganhos que uma abordagem transnacional da história pode proporcionar ao ampliar os espaços de análise e estabelecer interconexões entre esses espaços e os atores sociais envolvidos. Segundo a historiadora Deborah Cohen (2014), as histórias transnacionais “[...] podem nos falar sobre circulação transnacional, história das trocas culturais, fenômenos internacionais.” (COHEN, 2014, p.282) A abordagem transnacional permite ir além dos sistemas localizados de produção e enxergar esses sistemas em movimentos de trocas permanentes e não isolados, fechados em si mesmos. Trata-se mais de entender processos de influência mútua do que unidades isoladas em comparação.

Portanto, ao trabalhar com a imprensa subalterna de cidades e países distintos, se tenciona recuperar conexões de uma extensa rede de comunicação e de trocas existente e alimentada no decorrer dos séculos XIX e XX no seio da imprensa anarquista e anticlerical. A incorporação de periódicos anticlericais na presente análise é importante, pois esses estabeleciam intensos contatos tanto com os periódicos libertários como com os colaboradores destes e, assim como os anarquistas o fizeram, constituíram um imaginário próprio ligado às suas crenças e percepções. Além disso, essa relação de proximidade existente entre anarquistas e anticlericais no decorrer do século XX ainda foi pouco explorada pela historiografia e se acredita que há muito a ser dito sobre essa afinidade.

Percebe-se uma proliferação de jornais anarquistas e anticlericais entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, de maneira que essa ebulição periódica apresentava, além de um papel altamente doutrinário, também uma função pedagógica evidente, de maneira que alguns autores chegam a considerar os jornais operários enquanto os “livros dos trabalhadores”, uma vez que a função des-

ses jornais superava o simples ato de informar e adentrava no campo do educar: educar os trabalhadores moral e ideologicamente de acordo com os princípios libertários e anticlericais. Vale ressaltar também que os jornais e revistas libertários e anticlericais foram, devido também ao seu baixo custo em detrimento dos livros, em variadas ocasiões, utilizados na alfabetização do operariado, lembrando que esse processo de alfabetização transbordava os ensinamentos de leitura e escrita, chegando a alcançar uma espécie de educação política das massas. De acordo com Sanchez Agustí (2002) “el periódico se convierte en una fuente de instrucción barata, asequible y cotidiana para el pueblo, por lo que las emergentes fuerzas de izquierda comenzaron a interesarse cada vez más por este libro del obrero.” (AGUSTÍ, 2002, p.24) Mirta Lobato (2009), estudando a imprensa operária argentina e uruguaia, também ressalta a função pedagógica dessa imprensa que acabava por tentar transmitir uma educação própria para as classes trabalhadoras:

La prensa gremial, como toda prensa alternativa, tenía el objetivo de contrainformar (su oponente era la prensa “burguesa” que sumía a los trabajadores en el oscurantismo) pero fundamentalmente tenía un sentido claramente pedagógico (enseñar, educar, iluminar a los trabajadores); la palabra, ya sea como “docencia militante” o “pedagogía revolucionaria”, poseía la función terapéutica de eliminar de las mentes obreras las ideas morales, políticas y religiosas introducidas por las clases dominantes a través de los periódicos, la escuela o la Iglesia. (LOBATO, 2009, p.45)

Essa imprensa operária sofria constante censura e repressão, de forma que as autoridades consideravam essa imprensa de protesto enquanto uma arma potencial empregada contra o Estado e à ordem social vigente e, exatamente por isso, mantinham uma postura vigilante em relação à essas páginas ousadas, bem como aos seus editores, administradores, autores, colaboradores e distribuidores; era necessário impedir a circulação dessas ideias “perigosas”. Sendo assim, em vários momentos do período aqui estudado, constata-se que algumas publicações terão sua periodicidade abortada e estagnada devido à censura do poder local

ou serão obrigadas a empregar estratégias de resistência a fim de manter a aparição de seus veículos impressos, como, por exemplo: publicar o periódico a partir de outras cidades (em alguns casos também cidades de outros países) contando com novos colaboradores que tentavam burlar a proibição legal ou, ainda, alterar o local da redação do periódico e manter uma periodicidade mais esparsa e irregular, lançando novos exemplares apenas quando as condições assim o permitissem. De forma que fica evidente que não apenas as autoridades estatais percebiam o poder dos impressos, mas também os próprios militantes e, exatamente por isso, empregavam esforços inimagináveis para garantir a permanência dessa fundamental arma de combate.

Os homens do poder e os revolucionários sempre tiveram consciência da força da palavra. É através do discurso oral ou escrito que as ideias circulam seduzindo, reelaborando valores e gerando novas atitudes. A partir do momento em que a cultura deixou de ser privilégio de uma elite, extrapolando o direito privado, aumentou o perigo das massas serem seduzidas pela palavra. [...] Esta sempre foi a preocupação dos censores do poder que, de uma forma geral, tentavam impedir que as ideias circulassem através do impresso, tornando “popular” o conteúdo que, até então, se fazia restrito a uma minoria. (CARNEIRO, 1997, p.19)

Arma de combate fundamental, o jornal operário é definido pela pesquisadora Célia Giglio (1995) como sendo um produto cultural responsável pela formação de uma comunidade específica de leitores que, alimentados por textos e imagens combativas, pedagógicas e doutrinárias poderão constituir pensamentos novos e imaginários próprios que serão transmitidos por uma rede dotada de poder combativo frente às instituições sociais vigentes:

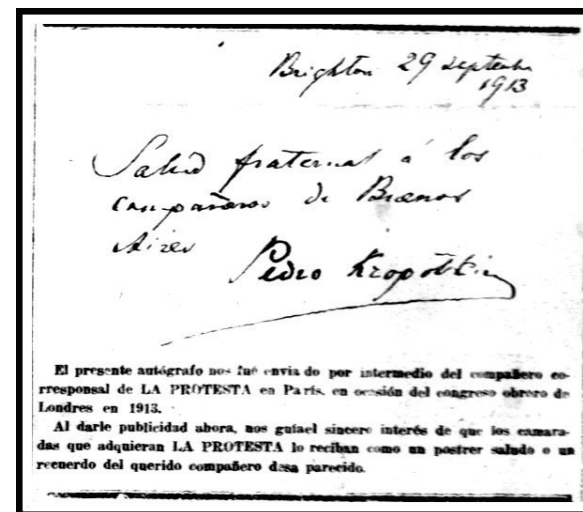
(...) o jornal operário era um produto cultural particular capaz de formar uma comunidade de leitores ouvintes que alimentavam-se das ideias e debates surgidos naqueles círculos, provavelmente alterando as formas de relacionamento que provocavam a distribuição de pensamentos novos. Mais que uma comunidade de leitores, os

impressos operários, por suas características doutrinárias, possibilitaram a formação de uma rede de distribuidores daqueles discursos, tornaram-se detentores de um poder combatido explicitamente por uma malha de instituições (a polícia, a escola, a igreja), especialmente a polícia, nos episódio de fechamento dos jornais e na destruição de bibliotecas de sindicatos. (GIGLIO, 1995, p.52)

Vale frisar que desde a realização do Primeiro Congresso Internacional Anarquista, ocorrido em Amsterdam, em 1907, do qual participaram delegados de variados países, os militantes libertários já demonstravam preocupações com a manutenção da circulação das ideias e dos artefatos culturais anarquistas pelo maior número de cidades e países possíveis, comprovando também a tamanha importância que esse movimento conferia à circulação de notícias e ao intercâmbio de experiências organizativas e autogestionárias, bem como ao papel fundamental que uma rede de intercâmbio de ideias bem consolidada apresentava entre os militantes dos mais diversos países, podendo ser essa rede a responsável pela manutenção de uma ação libertária conjunta e internacionalista e, ao mesmo tempo, a encarregada dos atos de resistência do proletariado mundial.

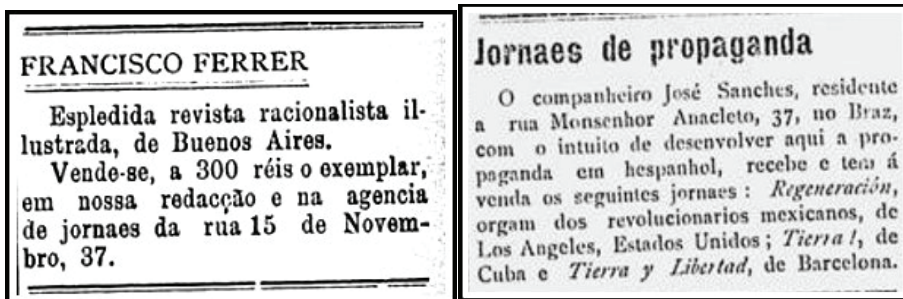
A prática desse intercâmbio internacional de ideias continua vigente nos anos subsequentes do I Congresso Internacional Anarquista de Amsterdam, de forma que se observa, durante o Congresso Operário de Londres, ocorrido em 1913, uma tentativa de aproximação entre o operariado europeu com o argentino, de maneira que o próprio Kropotkin, um dos principais expoentes do anarquismo europeu, fornece uma espécie de dedicatória ao correspondente do jornal anarquista *La Protesta* de Buenos Aires e saúda os companheiros argentinos. Tal dedicatória é publicada no jornal portenho apenas em 1921, ocasião em que chega, por fim, à sede da redação do diário. Tal tentativa de aproximação entre os trabalhadores europeus com os argentinos procura fortalecer uma rede de intercâmbio de ideias e também de pessoas, transmitindo a noção de que todos os trabalhadores do mundo pertenciam à um mesmo grupo (uma espécie de irmandade) o qual partilhava das mesmas experiências opressoras e que lutava em prol dos mesmos

libertários ideais. E a opção do jornal em publicar a dedicatória vários anos depois da ocorrência do fato ressalta a importância em se manter e fortalecer o caráter internacionalista do movimento anarquista.

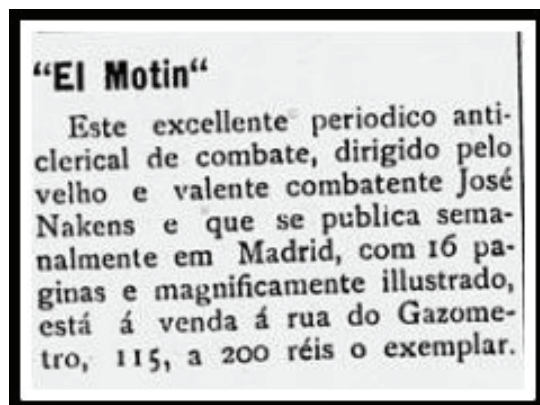


Dedicatória de Kropotkin para os companheiros de Buenos Aires
(LA PROTESTA, 06/03/1921, p.01)

A alimentação dessa rede de intercâmbio internacional de ideias era estimulada pelos veículos da imprensa libertária e anticlerical como um todo. O jornal anticlerical paulista *A Lanterna*, por exemplo, chegava a realizar a divulgação de certas publicações internacionais, como é o caso do jornal anarquista espanhol *Tierra y Libertad*, do anticlerical *El Motín* da revista racionalista *Francisco Ferrer*, de Buenos Aires. Comprovando, uma vez mais, que essas publicações estavam, de certa maneira, entrelaçadas.



Propaganda da revista *Francisco Ferrer* (*A LANTERNA*, 2/12/ 1911,p.3) e Propaganda do jornal *Tierra y Libertad* (*A LANTERNA*, 9/12/1911, p.4)



Propagando do jornal *El Motín*.(*A Lanterna*, 15/11/ 1911, p.3)

Além de apontar para essa circulação de periódicos e intercâmbio de artefatos culturais, o presente capítulo pretende desvendar parte do imaginário anarquista e anticlerical divulgado através da vinculação de imagens nessas folhas combativas. Kropotkin, já em 1885, ao escrever *Palavras de um Revoltado*, percebia a grande importância dos cartazes, devido tanto ao seu apelo visual quanto ao seu conteúdo ligeiro (uma folha solta) e de rápido alcance. Os cartazes ficavam expostos ao público, não havia quem passasse por eles e não parasse para observar os traços de uma iconografia raivosa e as agitadas palavras que os acompanhavam. Tendo por base os acontecimentos anteriores da Revolução Francesa, da

revolta de 1848 e da própria Comuna de Paris, ainda bastante presente na sua memória em 1885, Kropotkin observa que

Pero es el cartel, el manifiesto volante que los agitadores echaban mano con preferencia. El cartel, la hoja suelta, llama mejor la atención, crea agitación más viva que el panfleto o el folleto. Tan logo sucede un hecho cualquiera que interese a la masa popular, surge el manifiesto, la hoja suelta impresa o manuscrita. Arrancada hoy por la policía, reaparece al día siguiente haciendo crecer la rabia de los gobernantes y de sus esbirros. (KROPOTKINE, 1977, p. 110)

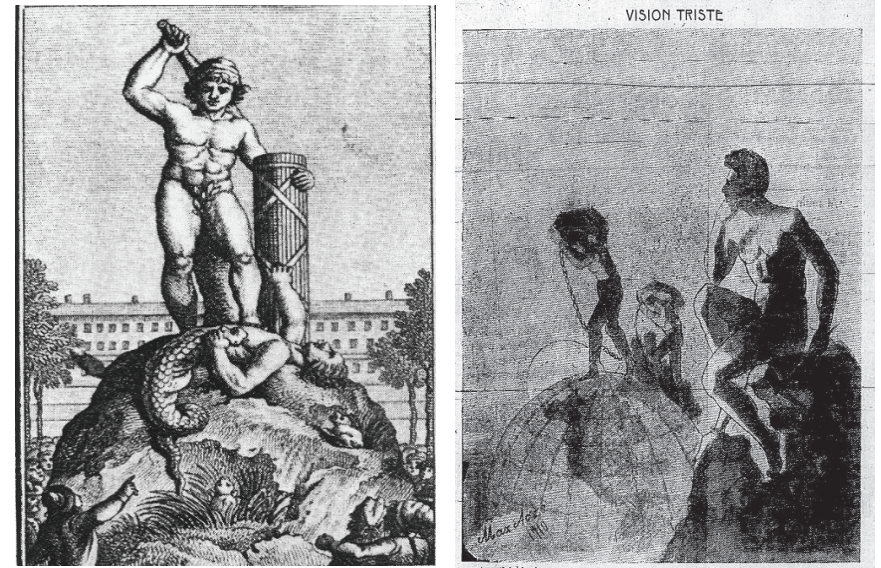
Função similar acaba acontecendo com as capas ilustradas dos jornais e revistas da imprensa anarquista e anticlerical. As imagens atraem os olhares da multidão e, ao mesmo tempo, transmitem conteúdos vinculados aos seus ideais. De forma que o aspecto visual representado pelo desenho tem uma grande importância nos periódicos desse período, uma vez que ele é um forte elemento doutrinador, dotado de crítica mordaz, irônica, satírica e principalmente humorística do comportamento humano; ainda mais num contexto rodeado por analfabetos, em que muitas vezes o traçado dos gravuristas/ caricaturistas era o único elemento do periódico que atingia esse público desprovido das habilidades da leitura e da escrita. As imagens apresentam ainda um forte poder de sedução e comoção, bem como o caráter do imediato, ou seja, transmitem suas mensagens numa fração de segundos e se fixam na mente do seu observador. Pesavento (2008), ao elencar as características do discurso visual, constata que

E a essa condição de retenção de memória e de potencial evocativo, talvez pudéssemos agregar mais uma propriedade que caracteriza as imagens: elas seduzem, cativam, encantam; elas possibilitam uma comunicação imediata; são intensas; despertam a atenção; prendem o olhar; emocionam. [...] Assim, na sua propriedade de sedução, as imagens detêm uma primazia em comunicabilidade. Elas circulam mais, atingindo um público mais amplo de receptores. Afinal, se nem todos lêem livros ou revistas, todos vêem imagens e as armazenam na memória. (PESAVENTO, 2008, p.111)

Portanto, o propósito das imagens não era apenas atingir o público, mas também criar um imaginário próprio vinculado aos interesses do grupo e de identificação com os princípios libertários e anticlericais. O historiador Mateus (2014) observou, no seu estudo sobre as imagens do jornal anarquista *A Plebe* que essas imagens não apenas alcançavam o público analfabeto ou recém alfabetizado, mas também criavam uma “estética de sentido” nos seus observadores: “[...] as imagens veiculadas potencializavam uma nova forma de atuação dos próprios anarquistas ao propor uma função inovadora, subversiva, não apenas em conteúdo e forma, mas como uma estética dos sentidos com a força de seus atos livres e engajados.”(MATEUS, 2014, p.168) Além disso, especificamente no caso brasileiro e também no argentino, em que houve uma grande onda de imigração, as imagens rompiam com as barreiras linguísticas e universalizavam, através de contornos definidos, a mensagem a ser transmitida.

Como as imagens presentes nos periódicos da imprensa anarquista e anticlerical se dividem, via de regra, em imagens alegóricas, em charges políticas e em caricaturas que exageram nos traços e que, por vezes, geram humor e comicidade, decidiu-se utilizar, para designar essas imagens, um termo genérico que engloba ambos tipos de representações visuais: “imagem política”; assim também esquivava-se da polêmica e, por vezes confusa, separação entre charges e caricaturas, uma vez que tais definições não são claras, tendo autores que privilegiam uma terminação em detrimento de outra e as utilizam, muitas vezes, para caracterizar o mesmo tipo de construção iconográfica, não passando, nesses casos, de simples sinônimos. Nas linhas que seguem serão analisados dois conjuntos de imagens: o primeiro referente ao imaginário anarquista do 1º de Maio e, o segundo, alusivo ao imaginário anticlerical.

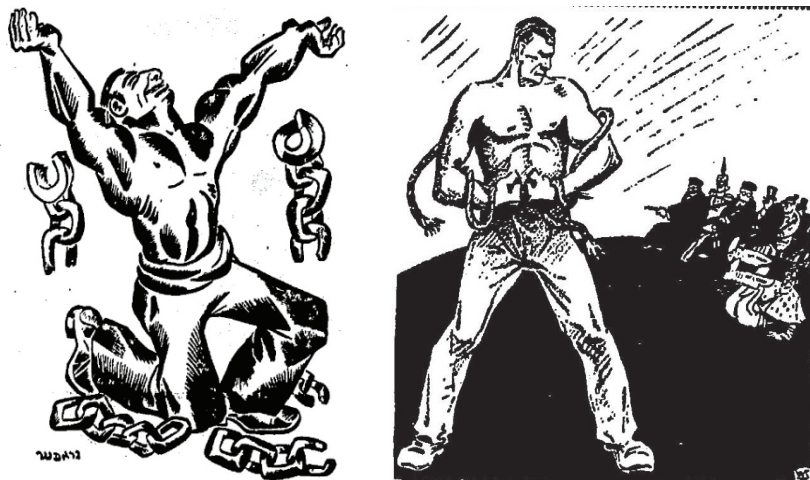
Gigantes do Porvir



The French People Overwhelming the Hydra of Federalism, por Jacques Louis David -1793(HUNT, 1984 p.97) e Visión Triste(LA PROTESTA, 01/05/1910, p.2)



1º de Mayo (La Protesta, 1/05/1913) e 1º de Maio(A Plebe, 01/05/1923, p.01)



Sem título (*Tierra y Libertad*, 27/04/ 1934, p.1) e Sem título (*Tierra y Libertad*, 01/05/1936, p.01)

As imagens acima apresentam, no centro da sua composição, a figura de um homem grande, agigantado, imbatível e, por vezes, musculoso. Essas imagens circularam de forma constante nos exemplares de 1º de Maio, assim como a alegoria feminina anunciadora da Revolução Social. Esse homem agigantado nada mais é do que o símbolo magnífico de uma ideia; ideia essa que concentra em uma única imagem – a do gigante do porvir – toda a força de uma classe consciente, dos proletários, em suma. Essas figuras agigantadas realizam uma clara alusão à força que o operariado reuniria ao se conscientizar do seu papel histórico e ao se apresentar enquanto um bloco coeso e unido, de forma que esse operariado organizado se tornaria um inimigo invencível, ao qual o estado capitalista e seus aliados não resistiriam.

Tendo como base os exemplares aqui analisados, verifica-se que essa representação gráfica centrada nesse homem forte e agigantado aparece, pela primeira vez, no ano de 1910 e se repete, de maneira ainda tímida, durante toda essa década para, nas duas décadas seguintes (1920 e 1930) ganhar impulso e circular de forma intensa. Apesar dessa circulação intensa, a figura masculina não substitui a alegoria feminina, de forma que ambas coexistem de maneira harmoniosa nos veículos da im-

prensa anarquista aqui analisados. O trabalhador agigantado de torso nu não rouba o lugar da alegoria feminina libertária, embora alguns autores, como Hobsbawm (2005), apontem para um processo de masculinização das imagens ocorrido com a ascensão dos movimentos proletários e socialistas do século XX. Na estética libertária esse processo de masculinização das imagens não é evidente, uma vez que ambos os gêneros (masculino e feminino) prevalecem nas imagens divulgadas.

Nas imagens acima há uma paixão pela anatomia, pelo corpo bem delineado que exhibe uma musculatura perfeita. De acordo com Starobinski (1988), essa anatomia perfeita está diretamente vinculada com a perfeição de um ideal, de forma que a imagem do trabalhador perfeito e agigantado é a própria corporificação deste *ideal* elevado. “Na nitidez do desenho, na pureza eloquente do gesto, na beleza das “anatomias”, é o ideal que se oferece a nós” (STAROBINSKI, 1988, p.74). É provável que essa representação rica em detalhes anatômicos tenha sido inspirada no colossal Hércules de David, elaborado durante o desenrolar da Revolução Francesa (em 1793, em plena Convenção) com nítidos traços provenientes da estética da Antiguidade Clássica, a qual valorizava a perfeição humana. No entanto, certos autores afirmam que a origem dessa imagem do trabalhador nu e musculoso se encontra no próprio movimento socialista e não na criação de David. Sobre essa questão Marcela Gené pontua que:

Según Victoria Bonnell, la matriz del obrero soviético se trazó sobre los símbolos del socialismo decimonónico, que constituían el referente más cercano temporalmente a los bolcheviques, si bien coincide con otros destacados especialistas del tema – Lynn Hunt y Maurice Agoullhon – en que fue el colosal Hércules, diseñado por Jacques-Louis David para un festival revolucionario de 1793, el antecedente histórico de la figura del trabajador sucesivamente reelaborada en los siglos XIX y XX. No fue entonces una imagen surgida de las tempranas revoluciones de la centuria pasada, como erróneamente señaló Hobsbawm en un artículo que inició un encendido debate donde Hunt y Agoullhon cuestionaron el origen de esta iconografía que el historiador inglés pretendió atribuir al socialismo. (GENÉ, 2006, p.457)

Acredita-se, assim como Agulhon e Hunt, que o desenho de David tenha influenciado, séculos mais tarde, a estética de esquerda, incluindo a anarquista, a qual (re)significa a imagem do trabalhador. Enquanto Hobsbawm (2005), por sua vez, procura vincular a origem da representação do trabalhador de torso nu na estética de esquerda com nomes de pintores e escultores ligados ao socialismo como Constantin Meunier e Jules Dalou.

Não se sabe ao certo quando o trabalhador de torso nu primeiro aparece na arte. [...] Pelo menos dos anos 1880 em diante ele esteve presente na escultura, na obra do belga Constantin Meunier, talvez o primeiro artista que se dedicou totalmente à representação do trabalhador braçal; possivelmente, também na de Dalou, partidário da Comuna de Paris, cujo monumento inacabado ao operariado contém motivos similares. (HOBSBAWM, 2005, pp.131-132)

Embora esse certo descaso de Hobsbawm (2005) com o Hércules de David, a existência de determinadas características nesse quadro sustenta a vinculação ou ligação, anos depois, dessa representação com a estética de esquerda. O Hércules revolucionário de David está destruindo a hidra do federalismo francês, em evidente alusão à Monarquia que se despedaçava; o próprio rei Luís XVI havia sido guilhotinado meses antes da aparição da obra de David, de forma que o caráter negativo tanto da Monarquia quanto do próprio monarca precisava ser ressaltado e reafirmado na representação gráfica. A postura de enfrentamento, de ação de David frente à hidra monárquica é reforçada pelo bastão que este exhibe orgulhosamente. A apresentação conjunta do bastão, da arma com os traços anatômicos perfeitos de Hércules transmitem certa noção de invencibilidade; de maneira que a hidra se torna minúscula frente ao colossal Hércules que se eleva sobre ela. O Hércules concentrava em si o poder da multidão contra as arbitrariedades monárquicas.

Nas figuras publicadas no *La Protesta*, o gigante do porvir prepara-se para a Revolução Social e para o conseqüente enfrentamento do inimigo. Seu corpo musculoso, bem definido e nu transparece a noção do ideal. Na segunda figura desse primeiro grupo de imagens, o

gigante está segurando um martelo (substituindo, portanto, o bastão do Hércules de David por um instrumento que é ao mesmo tempo arma e ferramenta de reconstrução, instrumento de luta e de libertação) e encontra-se em uma postura reflexiva – mão no queixo – e observando a triste exploração dos trabalhadores. O fato de o gigante ser retratado com o martelo transmite a noção de uma preparação para um possível confronto, ressaltando que o próprio porte avantajado e musculoso do gigante, juntamente com a arma que esse ostenta aludem ao potencial poder de destruição do proletariado. Assim, o gigante apenas esperaria o momento oportuno para agir em prol da emancipação dos trabalhadores. Momento esse que se tornaria possível com a conscientização do proletariado. Na realidade, o gigante nada mais é do que a corporificação do poder de toda uma multidão que se conscientiza do seu papel histórico e, ao realizar tal avanço de consciência, se torna invencível. A figura não apresenta legendas e os textos que a circulam desenvolvem temáticas variadas, de forma que a imagem é auto-explicativa, e o título “*Visión triste*” apenas reforça o caráter de exploração que a imagem transmite em seus traços.

Já na terceira figura, publicada em 1913, o homem nu agigantado não está segurando nenhuma arma ou instrumento de trabalho, ao contrário, se apresenta de braços cruzados e observando a movimentação, sempre positiva e esperançosa, da multidão. Nessa representação se verifica a presença de elementos constantes na estética libertária: o sol do porvir e as bandeiras de luta. Na figura é a multidão unida e ativa que permite a aparição do gigante. A legenda reforça, através de uma emotividade intensa (marca primordial de toda a literatura libertária) a aproximação do novo tempo:

El sol nace, las sombras que huyen. Quedan en el azul restos de humo, flotando en espirales abiertas. Se ve una laguna de cielo, azul, purísimo... De abajo, por el lado del puerto, una multitud andrajosa surge crepitante. Hombres que marchan como a la salida de la fábrica, con las manos rudas sepultadas, ociosas, en los anchos bolsillos. Rostros apenas abocetados, pechos robustos. Se ven algunas mujeres, la silueta gibada...Atrás, en el fondo, en la sombra aún no

descorrida del puerto, algunas vela ponen una mancha clara. Parecen alas o parecen lenguas o parecen gritos... ¿Gritos? Sí, son gritos, vítores, extrañas palabras. Suben, ascienden, como las floras del polo hasta las montañas del trópico; allí se quedan, sonando, abriendo flores. El cuadro entero era un carbón tan negro! Y con ojos nuevos contempla el hombre visión tan nueva... Es sólo una artista y su corazón ya se florece! Comprende ya los gritos, ve ya un futuro más noble: otro sol, otras luces, otra cumbre, otro reverdecir, otra aurora. Irá hacia ella. Irá. Irá. Ya está en sus labios la palabra de reunión: - ¡Compañeros!(*LA PROTESTA*, 1/05/1913, p.1)

O breve texto que acompanha a imagem é repleto de metáforas primaveris e alusões à natureza: é o sol que nasce, as montanhas que surgem, as flores que se abrem e o coração que floresce. Além disso, outra constatação importante se refere à estrutura da multidão: essa é formada tanto pelos homens que saem das fábricas, mas também por algumas mulheres, de forma que elas também fazem parte ativa do processo de emancipação proletária. A multidão entoava gritos de protestos e já projeta um futuro mais nobre, possibilitando a aparição do gigante. É um relato positivo e esperançoso, assim como a própria representação gráfica da figura. O texto reforça o conteúdo da imagem, mas ambos são independentes e transmitem aspectos do ideário anarquista com sensibilidade e emoção. Sobre a relação entre imagens e textos na estética libertária, Azevedo (2002) constata que: “as ilustrações e os discursos verbais veiculados possuíam uma matriz comum configurada num imaginário que fornecia metáforas e símbolos a ambos” (AZEVEDO, 2002, p.170). Essa matriz comum era duplamente reforçada nas imagens e textos e, por isso, os mesmos elementos se destacam nas distintas formas discursivas: o sol do porvir, a força gigantesca do operariado unido, entre outros.

A quarta figura, assim como a anterior, também apresenta o trabalhador agigantado de braços cruzados. No entanto, o mesmo encontra-se olhando diretamente para o receptor da imagem, e não de perfil como na figura anterior. Esse olhar que vai diretamente ao encontro do olhar do observador (em qualquer ângulo que este concentrar seu olhar, não há como fugir do olhar do gigante) como a encará-lo de frente, tem a

intenção de chamá-lo para a luta. Tal imagem foi publicada no 1º de Maio de 1923 no jornal paulista *A Plebe* e, novamente, dez anos depois, no ano de 1933, no mesmo periódico⁶³. A imagem, embora apresente elementos da estatutária – torso estático do trabalhador – é uma imagem que remete para a ideia de movimento; movimento da multidão que se concentra por detrás da imagem do trabalhador de torso nu. Portanto, embora a imagem tenha um único elemento de destaque – o homem agigantado –, a mesma, no seu cerne, é constituída pela força de múltiplos (é a própria força da coletividade dos trabalhadores que possibilitaria o surgimento do gigante do porvir, detentor de um poder indestrutível). A legenda da imagem conduz a uma determinada interpretação da mesma; a vincula com a greve geral: “o proletariado, cruzando os braços, paralisa a indústria: pensando e agindo revoluciona o mundo”. Nesse caso, legenda e imagem se complementam, uma vez que se pretende conceder uma interpretação pré-determinada à imagem, conduzir o olhar do observador para determinado caminho, o caminho da greve geral necessária para a emancipação do proletariado, através do enfrentamento direto com seu inimigo – a indústria (os patrões). Tal inimigo também aparece na representação gráfica, ao fundo e minimizado, em comparação com o gigante que se destaca em primeiro plano, de forma a aludir à superação deste inimigo – as fábricas – pelo gigante do porvir. O poder potencial do gigante é ressaltado ainda pela visualização dos instrumentos de trabalho – foice e martelo – que são também armamentos, na imagem gráfica. Hobsbawm (2005), no seu estudo centrado na iconografia da esquerda na Inglaterra, também entra em contato com a imagem do trabalhador musculoso e agigantado de torso nu e alerta para o aspecto alegórico dessa representação, uma vez que trabalhadores reais musculosos e nus eram raríssimos de ser encontrados em meados do século XIX e em um contexto fortemente marcado pela exploração física dos proletários:

[...] Algo curioso está acontecendo com o corpo do homem. Este assume cada vez mais um sentido simbólico. [...] Um jovem com o torso nu: a figura poderosa de um trabalhador, brandindo o martelo

63 *A Plebe*, 29/04/1933, p.01.

enu da cintura para cima. Esta imagem não é realista em dois aspectos. Em primeiro lugar, não era nada fácil encontrar muitos trabalhadores do século XIX, nos países com movimentos operários fortes, trabalhando com o torso nu. [...] Em segundo lugar, a imagem da nudez não é realista porque certamente excluía o vasto grupo de trabalhadores especializados e de trabalhadores de fábricas, que nunca sonhariam em trabalhar sem suas camisas e que, por sinal, formavam a grande parte do movimento operário organizado. (HOBSBAWM, 2005, p.131)

Esse sentido simbólico da imagem do trabalhador musculoso e nu pretendia se traduzir em atos realistas, não simbólicos, dos trabalhadores. Na quarta figura, é o ato da paralisação das atividades laborais, da greve que é incitado. Enquanto que na versão de 1933, em que a imagem é novamente utilizada, a legenda deixa de ser uma frase apenas para ser um breve conto; conto este que incita à destruição da sociedade vigente, alude à possibilidade de mudança e à crença no progresso humano e na possibilidade real do advento de uma sociedade melhor. Assim, a noção de invencibilidade transmitida pela figura, pelo trabalhador de torso nu que concentra em si o poder do proletariado, é (re) afirmada no conto que o acompanha no exemplar de 1933, uma vez que o narrador se encarrega de convencer tanto o personagem da narrativa como os leitores do jornal, do grande potencial de poder da classe operária organizada. Além disso, é importante ressaltar a ocorrência de conduções interpretativas diferentes da imagem do trabalhador colossal nas edições de 1923 e 1933, uma vez que a primeira utiliza uma legenda que aproxima a representação gráfica da greve geral: “o proletário, cruzando os braços...”, enquanto a segunda vincula a imagem a um conto que transmite a ideia de enfrentamento direto e em variados âmbitos sociais, não se restringindo apenas à greve geral. Dessa maneira, o mesmo desenho era (re) utilizado pelo mesmo jornal, porém com legendas e conduções distintas.

Pela visualização das duas últimas figuras percebe-se que, na estética libertária, ao mesmo tempo em que se minimiza a força dos inimigos, se maximiza e exagera a própria força do operariado. O imaginário precisa jogar ao seu favor, se utilizar do maravilhoso também

para exagerar na crença positiva da mudança. As algemas, os grilhões rompidos aparecem em grande parte das imagens aqui analisadas e, normalmente, acompanhadas da alegoria masculina agigantada. As algemas fazem uma analogia com a escravidão, uma vez que na sociedade capitalista os trabalhadores seriam explorados pelo patrão da mesma forma desumana que os escravos o foram pelos seus donos na Antiguidade. As duas imagens acima, publicadas no jornal espanhol *Tierra y Libertad*, nos anos de 1934 e 1936, respectivamente, reforçam a constante utilização das algemas ou amarras rompidas para aludir à força e à invencibilidade operária. Em ambas as representações, o trabalhador agigantado está com o peito nu e exibe uma musculatura exemplar. Na penúltima, a gestualidade do trabalhador ao se libertar transmite a ideia de um ato feliz, alegre, uma vez que o mesmo aparece sorrindo (fato pouco verificado nas imagens aqui analisadas). Normalmente o trabalhador, mesmo o agigantado, é retratado com uma gestualidade intimidante, de confronto, de vigia constante e não de felicidade. Essa gestualidade de confronto, de alerta aparece na última figura, em que o trabalhador está, ao mesmo tempo, exibindo sua força e alertando aos seus inimigos para se manterem afastados. Os inimigos aparecem encurralados no canto direito da representação, enquanto o trabalhador ocupa quase todo o espaço e se projeta para cima desses inimigos. Um deles já está caído no chão. O punho cerrado do trabalhador também reforça o caráter intimidante da representação.

Percebe-se assim que a imagem do trabalhador agigantado foi constantemente utilizada na imprensa libertária nos exemplares de 1º de Maio, inicialmente apresentando uma postura menos agressiva e mais contemplativa para, nas décadas de 20 e 30, embrutecer sua forma e transmitir o potencial poder destruidor e criador do proletariado; entretanto, não era a única imagem a constituir o imaginário do 1º de Maio, pelo contrário, dividia espaço com a alegoria feminina, com as bandeiras de luta e com o sol anunciador do novos tempos.

O deboche animalesco

Para a análise do conjunto de imagens anticlericais serão utilizadas publicações de cunho declaradamente anarquista como o primeiro exemplar do suplemento *La Debacle*- suplemento do jornal argentino *La Protesta*, a *Revista Ideas y Figuras*, bem como a *Revista Liberal* de Porto Alegre. Também serão utilizadas publicações anticlericais que apresentavam forte vinculação e simpatia para com os anarquistas, sendo que, muitas vezes, seus colaboradores/editores também atuavam em publicações anárquicas e, embora a maior parte do espaço do jornal fosse dedicada à questão anticlerical, algumas pequenas matérias, passagens ou citações de determinados autores acabavam por transparecer certa simpatia pelos anarquistas, como é o caso dos jornais brasileiros *A Lanterna* e *Lúcifer*. Alguns pesquisadores consideram esses jornais também anarquistas, no entanto, acredita-se que apesar de existir, sem sombra de dúvida, uma simpatia e uma relação de proximidade com os anarquistas isso não basta, não é o suficiente para rotular o próprio periódico como anarquista.. Por último, também se fará uso de uma publicação anticlerical que, embora ligada, desde seu surgimento, ao republicanismo radical espanhol, apresentou, em certos momentos, uma pequena aproximação com o anarquismo, principalmente durante sua segunda fase, nos anos de 1909-1911, quando as fortes imagens anticlericais dessa publicação passaram a ser elogiadas por outros jornais de cunho libertário e reproduzidas por essa imprensa contestatória: trata-se do jornal espanhol *El Motín*, cujo editor - José Nakens - tinha sido preso durante os anos de 1906-1908 acusado de ter encoberto o anarquista Mateo Morral após o atentado cometido por este contra o rei Afonso XIII, em 1906. Certamente esse fato contribuiu para maximizar a simpatia dos anarquistas pelo periódico *El Motín*.

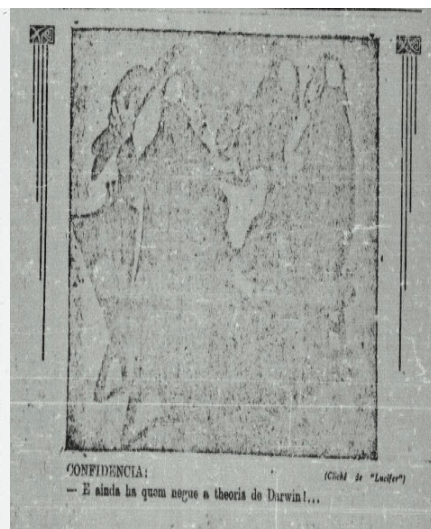
Alerta-se que o universo imagético encontrado nas publicações acima citadas, em torno do anticlericalismo, é bastante vasto e diversificado: tem-se, por exemplo, a representação do clérigo ladrão, usurpador dos poucos bens dos trabalhadores; do professor jesuíta que, ao invés de ensinar, acaba por atrofiar o pensamento dos alunos e torná-los cega-

mente obedientes; do clérigo depravado, assediador e luxurioso que acaba por seduzir as mulheres carolas convencendo-as a copular em nome de Deus, numa espécie de orgia do sagrado e, tem-se também, por último, a ampla utilização do recurso da animalidade, o qual assume duas posturas: ora burlesca, ora temerária, horripilante: a representação burlesca dos padres retratados enquanto animais diversos: burros, macacos, porcos acabava por ridicularizá-los e, ao mesmo tempo, pretendia arrancar risos do observador. Já a postura temerária, que realizava a apresentação dos entes clericais enquanto animais perversos, horripilantes (serpentes, morcegos, aranhas, sanguessugas, abutres, polvos) almejava causar espanto e uma atitude cuidadosa frente ao monstro clerical que se escondia atrás de uma posição pura, sagrada e privilegiada. Diante desse vasto universo de representações anticlericais, se analisará, no presente capítulo, apenas àquelas que se utilizam do recurso da animalidade para deteriorar a imagem clerical.

Observa-se, nesse segundo conjunto de imagens, uma intensa circulação de artefatos visuais, uma vez que a mesma imagem circulou entre os anos de 1907 a 1934 por quatro cidades, três países e, por pelo menos, cinco publicações distintas. O deboche animalesco presente nessa representação visual salta aos olhos e é reafirmado nos títulos e legendas que a acompanham. De forma que essas imagens, não são meras ilustrações textuais, mas detêm uma significação própria que se basta a si mesma. De acordo com Santos (2014) “a caricatura foi adotada durante toda a história da Igreja como excelente instrumento de oposição ao clero que, além de ridicularizar, por meio do grotesco, a religião, [...] opunha-se à intervenção exacerbada do braço clerical na seara política.” (SANTOS, 2014, p.61)



Darwinismo (*Lúcifer*, 28/11/1907, p.4) e Sem título (*El Motín*, Madrid, 09/02/1911, p.)



Sem título (*A Lanterna*, 02/12/1911, p.01) e Confidência (*Revista Liberal*, 05/1921, p.4)



Sem título (*A Lanterna*, 01/02/1934, p.1)

Embora nada inovadora, já que a utilização de macacos em caricaturas data, segundo Herman Lima (1963), ainda do século XVI, sendo esse século marcado pelo início do reinado dos animais como instrumento de sátira: “[...] é a hora de Singeries, curiosa coleção de pranchas mostrando os macacos em diversas funções humanas, bebendo, banquetecendo-se, entregues à alegria de Kernesse. Essa escolha explica-se pelo mimetismo dos símios” (LIMA, 1963, p.50), é nítido o esforço do caricaturista em desumanizar comicamente a figura clerical, retratando de maneira análoga o traseiro do macaco e a cabeça calva dos padres, de maneira que ambos se assemelham e se confundem, de forma que, ao entrar em contato com a imagem, seja difícil conter o riso. Sobre essa redução à animalidade, Girardet (1987) informa que “[...] o personagem acaba por ser total e realmente identificado com a máscara, com figura de animal que lhe foi simbolicamente atribuída.” (GIRARDET, 1987, p.44)

As investidas de desumanização do outro são claramente verificadas na iconografia acima, uma vez que se está em guerra permanente contra esse outro que, segundo a interpretação libertária e anticlerical, tanto prejudicava a evolução humana e a revolução social. Nesse sentido, os clérigos precisavam ser desvinculados da sua condição humana, para

serem mais facilmente combatidos e tratados como inimigos perversos, de forma que o elemento antinatural (animalização) dos clérigos tranquilizaria seus perseguidores, uma vez que aquilo que se combatia estaria afastado da coletividade, humanidade.

E em guerra, como se sabe, “não se limpam armas”, “tiram-se as luvas”, que é como quem diz: adeus sutilezas, olá simplificações. O outro passa a ser o inimigo, pelo que não só é permitido como até útil desumanizá-lo. O que só é justo porque, desde logo, o nosso inimigo é desumano – não são as suas ações a prova mesma disso? É de uma lógica à prova de bala: se o meu inimigo é desumano, eu não faço nada de mais em desumanizá-lo. Na verdade, limito-me a tirar-lhe a máscara (ou a retirar os óculos que me vendavam os olhos) e a vê-lo tal qual ele é: a encarnação do Mal, uma besta fétida, um macaco, um inseto contaminado, um polvo tentacular. (ZINK, 2011, p.52)

Entretanto, a caricatura, além de empregar um tom irônico e cômico inegável ao ridicularizar a figura do padre concedendo-lhe a paternidade do macaco, ainda toca numa questão bastante sensível da Igreja Católica - a crença no criacionismo e a negação da doutrina de Darwin - a qual estabelece a ocorrência da seleção natural no processo da evolução humana, admitindo a evolução do homem a partir do reino animal e não através de intervenções divinas; por isso o título da caricatura, na primeira figura, é Darwinismo e a alusão aos macacos serve para ridicularizar tanto a figura dos padres quanto a crença no criacionismo. Importante ressaltar também que, nos séculos XIX e XX, as teorias evolucionistas, a crença na experiência, na ciência e no progresso humano se afirmam de forma veemente, fazendo com que a Igreja precise se reformular e fortalecer sua influência antes que a modernidade a atropela e a deixe sobre ruínas.

Assim, a ciência passa a ser uma das principais armas contra o clericalismo e, nessa disputa, a teoria evolucionista de Darwin passa a ser usada como munição: “la ciencia, la enseñanza, el maestro, e ranlos antídotos contra el veneno clerical. De ahí el interés de los gobiernos, débiles o abiertamente alineados con las fuerzas del mal, en

perseguir a los propagadores de las doctrinas redentoras.”(JUNCO, 1990, p.412)

É primordial chamar atenção também para outros dois aspectos que saltam aos olhos quando se observa mais atentamente o conjunto de imagens aqui analisado: em primeiro lugar, a constante circulação da imagem e a rapidez com que a mesma se deslocava, isso ainda nas primeiras décadas do século XX, o que rompe com aquela falsa ideia que se tem de que a circulação intensa de artefatos culturais começou a ocorrer apenas nas décadas finais do século XX e concretizou-se efetivamente no século XXI, na chamara “era da Internet”; e, em segundo lugar, as diferenças percebidas nos títulos e legendas de cada uma das imagens, de forma que pequenas modificações são percebidas, o que garantia certo grau autoral às publicações, mesmo em se tratando da utilização de uma imagem que não era inédita na imprensa anticlerical.

A figura intitulada “Darwinismo” foi publicada no jornal anticlerical *Lúcifer*, de Porto Alegre, no ano de 1907. No entanto, fato raro na imprensa clerical e anarquista, o jornal *Lúcifer* faz menção à origem da imagem ou, ao menos, à publicação que ela foi retirada. Sendo assim, sabe-se que a imagem apareceu anteriormente na revista ilustrada franco-belga *Les Corbeaux*, a qual circulou de 1905 a 1909. Tem-se assim um indício da rápida circulação da imagem já que a mesma chegou em solo gaúcho ainda no decorrer do ano de 1907. Ela e a figura intitulada “Confidência” são as únicas, dentre as cinco figuras do conjunto, que apresentam titulação. O título da figura “Darwinismo” traz um diálogo, ou melhor, apenas uma pergunta burlesca do macaco para os padres: “- Perdão, reverendo: sois verdadeiramente vós que negais minha paternidade?”, ampliando ainda mais o humor transmitido pela iconografia. O jornal anticlerical *El Motín* redesenha a cena da imagem anterior (percebe-se a diferença dos traços principalmente através da observação do chapéu levantado pelo religioso) no ano de 1911, e apresenta como legenda não mais uma pergunta, mas sim uma afirmação: “Los que niegan a paternidade del mono”. No mesmo ano, a imagem aparece no jornal anticlerical paulista *A Lanterna* mantém a mesma legenda que acompanha a figura do periódico *El Motín*, apenas realizando a tradu-

ção para o português: “Aqueles que negam a paternidade do macaco”. É importa lembrar aqui que *A Lanterna* publica uma nota em alguns dos seus exemplares avisando que utilizará as belas imagens do *El Motín* da Espanha na sua publicação, o que, segundo os editores, contribuiria para torná-la ainda mais atrativa.

A figura visualizada na *Revista Liberal* de Porto Alegre, de 1921, também faz referência ao jornal da onde foi retirada a imagem: no presente caso, a imagem foi retirada do jornal anticlerical *Lúcifer*. O que permite supor que existia uma relação de proximidade e aceitação entre os editores da revista anarquista e do jornal anticlerical gaúcho. Além disso, percebe-se que o título e as legendas que acompanhavam a imagem no *Lúcifer* sofrem pequenas modificações: o título “Darwinismo” é substituído por “Confidência” e a legenda pela seguinte afirmação: “- E ainda há quem negue a teoria de Darwin.” O que leva a crer que, embora a revista se utilizasse de uma imagem proveniente de outro jornal, ela tinha intenção de manter certo grau autoral, mesmo que sutil e, para isso, alterava o título e a legenda, mas sem modificar seu significado. A última imagem do conjunto aparece novamente no jornal anticlerical paulista *A Lanterna*, no ano de 1934. No entanto, a legenda que acompanha a imagem sofre modificação, não sendo, portanto, a mesma da figura do mesmo jornal, anos antes. Na legenda mais atual do *A Lanterna* aparece a seguinte frase, repleta de ironia: “Aqui está a prova de que os padres têm razão negando que o homem descende do macaco”.

Pode-se afirmar que a ironia percebida na legenda da última imagem de *A Lanterna* foi utilizada como tática de propaganda, uma vez que a ironia surte um efeito positivo quando é empregada com a finalidade de oposição e subversão à ordem estabelecida. Ela é, por si própria, uma arma contra essa ordem que não satisfaz:

Durante a luta revolucionária, a ironia é bem-vinda por causa de seus arremessos contra o inimigo. Uma vez que a revolução estiver posta na sela, a ironia recebe um desligamento imediato e desonroso (D.J. Enright, 1986 p.108-109). Tal mudança só é possível por causa da natureza transideológica da ironia: enquanto pode-se usar a ironia para reforçar a autoridade, também pode-se usá-la para fins de

oposição e subversão – e ela pode tornar-se suspeita por isso mesmo. (HUTCHEON, 2000, p.53)

Dessa forma, verifica-se que a mesma imagem (com suas adaptações) foi utilizada por várias publicações de cunho libertário ou anticlerical no decorrer de, pelo menos, três décadas, circulando entre França, Espanha e Brasil (Porto Alegre e São Paulo), de forma que se reconstitui aqui apenas uma ínfima parte do intenso caminho percorrido por essa imagem, o qual, se acredita, seja muito mais vasto, emaranhado e complexo. Com esses cinco exemplos da (re) apropriação da imagem percebe-se como a mesma sofre modificações no seu em torno, nas legendas e títulos. Tal caminho, ao que tudo indica, não segue uma linearidade única (o caminho sofre bifurcações), uma vez que, provavelmente, existam dois percursos concomitantes: o primeiro seguindo a seguinte geografia: *Les Corbeaux* (França) – *Lúcifer* e *Revista Liberal* (Porto Alegre), e o segundo: *Les Corbeaux* (França) – *El Motín* (Madri) – *A Lanterna* (São Paulo). Importante ressaltar que o primeiro percurso é iniciado antes do segundo, de forma que a imagem chegue antes em Porto Alegre do que em São Paulo, rompendo com aquela falsa e ultrapassada visão de que os artefatos culturais se alastram, necessariamente, dos grandes centros para as periferias. Seria muito interessante continuar a decifrar esse caminho, para visualizar tanto as permanências quanto as modificações acontecidas no percurso dessa iconografia profana.

Tentou-se, nessas breves linhas, apresentar algumas características fundamentais da iconografia anarquista e anticlerical encontrada nos jornais anarquistas ou em publicações que estavam, de alguma forma, relacionadas com esse movimento contestatório. Demonstrando inclusive a forte relação de proximidade existente entre certos grupos anticlericais com os anarquistas. Também tencionou-se desvendar uma ínfima parte de uma rede de intercâmbio de imagens verificada no seio desta imprensa e, ao mesmo tempo, apontar para a intensa circulação dos artefatos imagéticos e sua constante permanência e reutilização ao longo do tempo, sobrevivendo com o passar das décadas e, eventualmente, sofrendo modificações, atualizações e adaptações, de forma que as imagens se apresentam enquanto arma de combate, como artefato

político e cultural na imprensa subalterna e podem tanto cumprir o papel de idealização (trabalhador de torso nu) ou de desumanização do outro (comparação dos clérigos com os macacos).

Verifica-se também a inserção do anarquismo brasileiro nesta rede transnacional de intercâmbio de ideias e de artefatos culturais, de forma que os periódicos brasileiros não apenas copiavam e reproduziam passivamente as imagens que circulavam em outros veículos da imprensa contestatária internacional, mas as adaptavam para a sua realidade, contribuindo para que o imaginário anarquista e anticlerical fosse, ao mesmo tempo, alimentado e (re) significado através dessa circulação imagética de caráter transnacional.

Fontes

La Protesta, Buenos Aires, 1897-1936. UCLA Library (Digital Collections) - Universidade de Los Angeles, Califórnia/Hemeroteca do CEDINCI -Buenos Aires/ Hemeroteca da Biblioteca Nacional de la República Argentina -/Instituto Internacional de História Social de Amsterdam

La Debaque, Buenos Aires, 1909.Hemeroteca do CEDINCI, Buenos Aires.

Revista Ideas y figuras, Buenos Aires, 1909-1916. Federación Libertária Argentina, Buenos Aires

Revista Francisco Ferrer, Buenos Aires, 1911-1912. Biblioteca Popular José Ingenieros, Buenos Aires

Tierra y Libertad, Madri/Barcelona, 1904-1936. Centro de documentação antiautoritária e libertária.

El Motín, Espanha, 1909-1911.Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de España.

A Lanterna, São Paulo,(1909-1916). Hemeroteca Digital Brasileira

A Plebe, São Paulo, 1917-1924; 1927; 1932-1935. Arquivo Edgard Leuenroth - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Lúcifer, Brasil, 1907-1911.Museu de Comunicação Hipólito José de Costa, Porto Alegre.

Revista Liberal, Porto Alegre, (1921-1923): Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

COHEN, Débora. In: BARROS, José de Assunção. “Histórias Cruzadas – considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais”. *Anos 90*, Porto Alegre, v.21, nº40, p.277-310, dez. 2014.

GENÉ, Marcela. “Iconografia peronista: los “cuerpos” en las fábricas.” In: *XXV Coloquio Internacional de Historiadel Arte: La Imagen Política/ edición a cargo de Cuahueméc Medina*. México: UNAM, 2006.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. *A voz do trabalhador: sementes para uma nova sociedade*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HARDMAN, Francisco Foot. *A estratégia do desterro (situação operária e contradições da política cultural anarquista, Brasil: 1889-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas- São Paulo, 1980.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HUNT, Lynn. *Politics, Culture, and Class in the French Revolution*. Los Angeles: University of California Press, 1984.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e Política da Ironia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

JUNCO, José Alvarez. *El Emperador del Paralelo: Lerroux y la demagogia populista*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

KROPOTKINE, Pedro. *Palabras de un rebelde*. Palma de Mallorca: Pequeña Biblioteca CalamusScriptorius, 1977.

LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963.

LOBATO, Mirta Zaida. *La prensa obrera*. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. “Arte e Anarquismo no jornal *A Plebe*.” Revista História UEG. v.3, n.1, 2014.

PESAVENTO, Sandra. “O mundo da imagem: território da história cultural.” In: PESAVENTO, Sandra; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em historia cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

SANCHEZ AGUSTÍ, Maria. *La educación española a finales del siglo XIX: una mirada a través del periódico republicano La Libertad*. Madrid: Ministerio de Educación, 2002.

SANTOS, Cristian. *Devotos e Devassos: representação dos padres e beatas na literatura anticlerical brasileira*. São Paulo: Edusp, 2014.

STAROBINSKI, Jean. 1789: *Os emblemas da razão*. Tradução do Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ZINK, Rui. “Da bondade dos estereótipos”. In: Isabel Lustosa (Org.), *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Anarquistas e sindicalistas em São Paulo: repressão política e resistência nos anos 1930⁶⁴

Rodrigo Rosa da Silva

Doutor e Professor na Faculdade de Educação
Universidade de São Paulo

A grande maioria dos trabalhos que se referem à história do anarquismo no Brasil concentram suas análises no período conhecido como Primeira República, mais especialmente entre os anos de 1890 e 1920. Há grandes obstáculos e dificuldades em abordar a atuação anarquista pós golpe de 1930, seja por questões vinculadas às fontes, seja por questões políticas que impedem um olhar acurado sobre as resistências e capitulações das diferentes correntes políticas frente ao novo cenário estatal. Acreditamos ser de suma importância compreender o papel dos anarquistas no movimento de oposição dos trabalhadores à nova configuração e enquadramento sindical implementado logo nos primeiros meses do governo provisório de Getúlio Vargas. Portanto, torna-se imprescindível conhecer os fatos relativos à presença anarquista na vida política nos anos 1930, bem como sua organização e luta no campo sindical, marcados sempre pelos princípios da ação direta e da resistência dos trabalhadores contra o Estado e o capital.

Os antecedentes históricos ao período aqui analisado encontram-se descritos no estudo de Paulo Sérgio Pinheiro (1992) sobre a década de 1920 em que dedica um longo capítulo às práticas repressivas do governo “democrático” contra os militantes de esquerda em geral,

64 Versão revista e ampliada do artigo “A Federação Operária de São Paulo: Anarquistas e sindicalistas nos anos 1930” apresentado no XXVI Simpósio Nacional da ANPUH (Associação Nacional de História), 2011, São Paulo. Publicado nos Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo : ANPUH-SP, 2011. v. 1; publicado também no site do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA).

incluindo aí os anarquistas. Os desterros arbitrários e os dados sobre a Clevelândia – Colônia Penal na região da fronteira com a Guiana Francesa – apontados por Pinheiro são analisados com muita profundidade e competência por Alexandre Samis (2002), possibilitando uma ampla compreensão sobre essa instituição e seu correspondente método de repressão, assim como os intensos movimentos políticos de resistência e as atitudes de colaboração frente à política oficial.

Nesse período foi criado o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão governamental que sistematizou a repressão aos grupos e movimentos de oposição ao governo. Destacaremos a repressão aos sindicalistas de orientação anarquista em São Paulo, principalmente aquela levada a cabo pelo DEOPS, seção estadual do órgão de repressão política brasileiro. Ao que se refere à sua atuação mais geral, organização e *modus operandi* indicamos os trabalhos de Elizabeth Cancelli (1994) e Regina Célia Pedroso (2001). Podemos encontrar referências aos anarquistas em estudos realizados junto aos prontuários policiais do DEOPS, assim como revelações substanciais sobre a lógica e a prática pela qual pautava-se a ação desse órgão repressivo. (FLORINDO, 2006; ANDREUCCI, 2001; MAGALHÃES, 2001 e PARRA, 2003)

Entretanto, nota-se, ainda nos dias de hoje, a escassez de pesquisas que tratem especificamente da relação entre a repressão policial e a resistência anarquista nos sindicatos inscrita na ótica particular da imprensa libertária e dos relatórios policiais. Escassez esta que o presente capítulo visa colaborar para sua diminuição. Acreditamos ser possível esclarecer vários pontos sobre o tema, ainda hoje obscuros e/ou obscurecidos na historiografia, através do acesso ao arquivo do DEOPS e analisando, junto a outros arquivos, a publicação de jornais anarquistas e as notícias sobre as atividades sindicais dos libertários nos anos 1930. Um olhar detido e uma análise séria sobre as fontes podem elucidar equívocos, desmistificar certas teses apressadas e fazer presentes os trabalhadores e as trabalhadoras anarquistas que imprimiram sua revolta nas páginas esquecidas (ou arrancadas) da história da classe trabalhadora no Brasil.

A Federação Operária de São Paulo

Ontem, na sede da Federação Operária realizou-se uma assembléia (...) a quase totalidade dos anarquistas de S. Paulo estiveram presentes. A sala quase que só tinha anarquistas. (PRONTUÁRIO N° 144 – FLORENTINO DE CARVALHO, DEOPS – SP)

Ao nos depararmos com tal relato não poderíamos logo imaginar que essa reunião tenha ocorrido no início do século XX, quando os anarquistas eram atuantes e “hegemônicos” nos sindicatos, segundo parte da historiografia sobre o movimento operário brasileiro? Talvez em 1906, quando da realização do Primeiro Congresso da Confederação Operária Brasileira ou nas agitações preparatórias para a Greve Geral de 1917? Mas qual não é a surpresa ao constatar que a referida assembléia realizou-se no dia 23 de agosto de 1933, em pleno regime varguista. Tratava-se de uma conferência onde discursaram os anarquistas Florentino de Carvalho e Hermínio Marcos para uma platéia repleta de anarquistas e para os ouvidos atentos dos policiais infiltrados, que relataram todo o ocorrido às autoridades do DEOPS.

A análise detida de novos documentos possibilita não só afirmarmos a sobrevivência da atuação anarquista nos anos 1930 e a atividade cotidiana de muitos militantes anarquistas, grupos e órgãos de orientação libertária como também identificarmos a presença do anarquismo na cena política e sua grande influência nas associações e sindicatos de trabalhadores, contrariando a maioria das teses sobre a história do movimento sindical no Brasil.

A maior parte dos autores que se dedicou a estudar o anarquismo no Brasil – com raras exceções – considerou-o como uma fase embrionária do sindicalismo brasileiro. Quase a totalidade das pesquisas que tratam, direta ou indiretamente, do anarquismo e dos anarquistas no Brasil conclui praticamente com as mesmas idéias: que o seu surgimento foi concomitantemente à chegada dos primeiros imigrantes italianos e espanhóis no último quartel do século XIX e que o ideal libertário se desenvolveu em conjunto com o movimento operá-

rio, mantendo uma forte influência nesse meio até meados da década de 1920, quando, supostamente, sofreu o seu “declínio”. Segundo os autores que partilham dessa teoria, o anarquismo teve seu apogeu durante a década de 1910, sendo a Greve Geral de 1917 seu principal símbolo, e a partir da criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, o movimento anarquista teria perdido sua força, chegando até a desaparecer em meados da década de 1920. Outros estudos mais recentes apontam seu “declínio” como consequência da perda de sua influência junto ao operariado e à constante repressão levada à cabo pelos órgãos policiais do período pós-1930.

Podemos encontrar uma interpretação diferente, principalmente, nos livros de Edgar Rodrigues (1972; 1992) e em algumas teses acadêmicas produzidas nos últimos anos (AZEVEDO, 2002; NASCIMENTO, 2000; ROMANI, 2002; SAMIS, 2002; SILVA, 2014). Os indícios da atuação dos anarquistas após a criação do PCB e da Revolução de 1930 evidenciam-se na continuidade da publicação de jornais, nas manifestações, especialmente antifascistas e anticlericais, e na resistência anarquista nos sindicatos, contra a subordinação ao Estado de Vargas e às leis de sindicalização e reformas trabalhistas.

Sobre a presença e atuação anarquista nos sindicatos nos anos 1930, objeto principal deste capítulo, há duas importantes pesquisas que trazem perspectivas interessantes. Angela Araújo (2002) caminha no sentido contrário da maioria dos historiadores em sua tese de doutorado sobre a implantação do corporativismo pelo governo getulista ao reconhecer a influência anarquista no movimento sindical durante os primeiros anos após o golpe. Já no final do ano de 1930, logo após a implantação do novo governo, muitos sindicatos, que haviam sido fechados com a repressão dos anos anteriores, foram reorganizados a partir de movimentos grevistas e da articulação encabeçada por anarquistas e trotskistas, através do Comitê de Reorganização Sindical. Diversas categorias tiveram seus sindicatos criados ou reerguidos, culminando com a formação de duas federações sindicais estaduais: a Federação Sindical Regional de São Paulo (FSRSP), “dirigida pelos comunistas, que reunia principalmente sindicatos de cidades do interior, sem bases

expressivas na capital” (ARAÚJO, 2002, p. 47); e a Federação Operária de São Paulo (FOSP), “que congregava o maior número de sindicatos e algumas das categorias de trabalhadores mais importantes da capital.” (ARAÚJO, 2002, p. 47)

A FOSP, de orientação anarquista, tinha marcada influência em diversos sindicatos. Podemos ter uma idéia de seu alcance e das categorias que ela representava através de um relatório policial sobre “propaganda anarquista” em São Paulo:

A propaganda anarquista em São Paulo é sustentada pela ‘Federação Operária de São Paulo’ composta, em sua maioria, por elementos estrangeiros. Conta, essa Federação, com os seguintes sindicatos, todos ilegais: Liga Operária da Construção Civil; União dos Artífices em Calçados; Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros; Sindicato dos Padeiros; União dos Canteiros de S. Paulo; União dos Operários em Fábricas de Chapéus; União dos Empregados da Light; Sindicato dos Operários em Ofícios Vários; União dos Ladrilheiros; Liga Operária da Água Branca e da Lapa; Liga Operária da Vila Anastácio. (PRONTUÁRIO Nº 1579 – ASSOCIAÇÕES DE CLASSES E SINDICATOS, DEOPS – SP)

Além dessas entidades enunciadas pela polícia, sabemos que a União dos Profissionais do Volante, a União dos Operários Metalúrgicos, a União dos Vendedores Ambulantes e a União dos Canteiros de Itatiba, assim como outros sindicatos de cidades do interior, também eram filiações à Federação Operária.

Diante do projeto autoritário-corporativista de promover a colaboração dos trabalhadores com o Estado e discipliná-los através de propostas inclusivas de participação política atrelada à legalização dos sindicatos e da promulgação de leis sociais, “os anarcossindicalistas foram a única corrente sindical que se manteve irreduzível na defesa da organização autônoma dos trabalhadores e na oposição ao sindicalismo corporativista.” (ARAÚJO, 2002, p. 49)

Angela Araújo (1994) ainda aponta os principais motivos da perda de força dos anarquistas dentro dos sindicatos: a disputa política

com outras correntes de esquerda, que tinham visões diferentes a respeito da relação com Estado e a situação que o governo getulista impôs ao movimento operário ao promulgar leis sociais. Ainda, segundo a autora,

cabe considerar que à todas estas dificuldades veio ainda se somar a repressão crescente que acompanhou o crescimento da movimentação operária e da radicalização política entre 1934 e 1935. Os anarcossindicalistas sofreram uma perseguição constante dos órgãos de segurança. A FOSP esteve sob vigilância contínua da polícia e foi várias vezes invadida. As prisões de suas lideranças foram frequentes e houve vários casos de deportação dos estrangeiros. (ARAÚJO, 1994, p. 190)

Tal vigilância pode ser comprovada através da análise do prontuário nominal dedicado à Federação Operária de São Paulo, dividido em 4 volumes recheados de relatórios de investigação, materiais apreendidos e outros documentos oficiais, produzidos pelos agentes ou pelos delegados do DEOPS.

Com base nesses e em outros documentos, Raquel de Azevedo (2002) buscou demonstrar a sobrevivência dos sindicatos libertários entre os anos 1927 e 1937. Centrando sua análise nas greves e na resistência à legislação trabalhista, a autora, acrescentou dados substanciais acerca da organização dos operários anarquistas no período, arrolando as muitas paralisações e greves que ocorreram e listando mais de 30 sindicatos de orientação anarquista na ativa durante o referido decênio. Azevedo chega às mesmas conclusões que Angela Araújo (2002) a respeito da paulatina perda de predominância libertária no meio sindical: a concorrência de outras correntes políticas, em especial, os comunistas, pelo controle dos sindicatos; a intervenção estatal nas organizações operárias; e a intensa repressão. Porém, ela acrescenta uma nova visão sobre o movimento: para além da participação no meio operário, a resistência anarquista “se processava através das formas de organização autônomas e de atividades artísticas e educativas.” (AZEVEDO, 2002, p. 7) Ou seja, os anarquistas faziam-se presentes não só nas Uniões Operárias e na FOSP, mas também em seus grupos de afinidade, em suas publicações e conferências.

Em meados de 1933 outros grupos que atuavam em conjunto com a FOSP utilizavam a mesma sede. Destacam-se dois jornais – *A Plebe* e *O Trabalhador* – e o Centro de Cultura Social. A partir de estudos sobre a atuação deste Centro (GERALDO, 1998, pp. 165-192), podemos notar que em certo período, coincidindo com a perda de influência nos sindicatos, alguns grupos anarquistas mantiveram-se ativos, porém em outros âmbitos e de maneira menos ligada ao movimento sindical. Aqui não se pode ignorar que, durante todo o debate político interno do anarquismo no Brasil, houve discordâncias quanto ao meio e maneira de atuação libertária, gerando várias correntes dentro do próprio seio do movimento. Algumas delas optavam por não participar diretamente das lutas operárias e de sindicatos. Ao mesmo tempo há uma interpretação que compreende a rede de relações e colaborações entre militantes e diferentes grupos anarquistas, constituindo verdadeiras frentes amplas de atuação, abarcando não só a atuação sindical, mas espalhando-se por práticas educativas e culturais. Assim, sugerimos que os anarquistas neste período, como em outros momentos históricos e em outros países, construíram diferentes “instituições” ou espaços de atuação que encontravam-se em constante diálogo.

Se tomarmos, por exemplo, a atuação do catalão Francisco Ferrer y Guardia na primeira década do século XX em Barcelona veremos a sua presença na construção do seu grande projeto pedagógico, a Escola Moderna, mas também nas ações anticlericais e nos círculos maçons, assim como na agitação sindical de caráter revolucionário, através do periódico *La Huelga General* (SILVA, 2013). Sendo assim, podemos compreender a organização anarquista em São Paulo como uma rede de homens e mulheres, articulados em diferentes espaços políticos cumprindo um papel diferente em cada um deles, porém, todos constituindo um projeto libertário que desse conta de dar respostas aos trabalhadores e explorados em geral em diversos aspectos da vida político-social, sem deixar de lado as reivindicações econômicas. Sendo assim, o Centro de Cultura Social, a Federação Operária de São Paulo e *A Plebe* constituem-se como diferentes frentes de atuação de um projeto anarquista mantido por um grupo de militantes na capital paulista.

Podemos, assim, afirmar com convicção que a Federação Operária de São Paulo foi, sem dúvida, a entidade de cunho libertário de maior projeção logo nos primeiros anos após o golpe getulista. A FOSP, segundo informou em 09 de março de 1933 o delegado de ordem social ao chefe do Gabinete de Investigações,

professa o anarquismo e, por todos os meios ao seu alcance, procura infiltrá-lo entre as massas proletárias. Não é entidade reconhecida pelo Governo Federal e, em absoluto, não reconhece a autoridade do Ministério do Trabalho. (PRONTUÁRIO n. 188 – HERMÍNIO MARCOS HERNANDEZ, DEOPS-SP)

De acordo com notícia do jornal *Folha da Manhã* de 07 de agosto de 1931, a Federação congregava 13 sindicatos e mais de 1000 afiliados. Segundo o artigo, a FOSP encontrou terreno fértil para sua expansão no período “pós-revolucionário”, ou seja, após o golpe getulista, por estar garantido aos trabalhadores o direito de reunião e associação, enquanto que sob o governo anterior “o proletariado era um caso de polícia”. Ironicamente, essa notícia encontra-se anexada ao prontuário policial de Arsênio Palácios, um dos principais articuladores da referida Federação, sempre observada de perto por investigadores e sob constantes ameaças de fechamento por parte das autoridades policiais.

Durante a Terceira Conferência Operária Estadual, realizada nos dias 13, 14 e 15 de março de 1931 (RODRIGUES, 1995, p. 141) deu-se a retomada da FOSP, na tentativa de reconstruir a força que a Federação teve desde sua fundação em 1905. Reunindo diversos sindicatos de orientação anarquista, destacou-se por sua ardorosa luta contra a burocratização e a oficialização dos sindicatos, recusando-se a aceitar a carteira do trabalho, por entenderem ser esta uma “carteira policial”. Os trabalhadores ligados à Federação eram constantemente vigiados e detidos para averiguação pelos agentes do DEOPS devido a essas posturas da entidade. A FOSP foi, sem dúvida, um dos focos de maior resistência à ingerência do Estado sobre as organizações de trabalhadores em São Paulo, porém não resistiu às diversas investidas contrárias, tanto por parte de outras tendências políticas que concorriam pelo controle

dos sindicatos, como pela ação do Estado por meio de seus diversos mecanismos de controle – a exigência da regulamentação sindical atrelada à concessão de alguns direitos, a representação parlamentar operária e a intensa repressão policial – acabando por ser desativada e ter sua sede definitivamente lacrada pelas autoridades em 1937.

Sendo a FOSP de forte orientação anarquista e a entidade que dentre poucas lutou fervorosamente contra a domesticação dos trabalhadores nos anos 1930 em São Paulo, parece estranho que tão poucos pesquisadores tenham se dedicado a este tema tão importante para a história do movimento operário, já que caracterizava-se pela recusa em ter suas entidades sob controle estatal ou sob representação parlamentar. A atuação da FOSP, em especial durante os anos de 1931 e 1937, marca a presença relevante dos trabalhadores anarquistas no movimento sindical de massa paulistano. Essa presença era notada pela polícia também, que a vigiava constantemente. A FOSP sofria, de tempos em tempos, ataques policiais que prendiam seus filiados e fechavam sua sede. Podemos notar isso nas páginas de *A Plebe* através de um relato do comício de Primeiro de Maio de 1933:

A Federação já tinha anunciado o comício no Largo da Sé. Depois [houve] uma proibição emanada da chefatura de Polícia (...). O operariado não se conformou (...) e realizou o anunciado comício (...). Chegou uma nova proibição (...). Centenas de trabalhadores regressaram à sede da Federação (...). A certa altura chegaram inspetores e soldados que se postaram na porta, não deixando sair ninguém do salão. Pouco depois chegaram as jardineiras e grande número de agentes, os quais, subindo no salão deram voz de prisão a quantos lá se encontravam, passando a revistar a todos à medida que iam saindo (...) e encafuando-os nas jardineiras, que os transportaram ao presídio da rua do ‘Paraíso’, tendo fechado a Federação. (*A PLEBE*, 06/05/1933, p.01)

O relato segue informando que à noite foram todos soltos e a Federação reaberta, o que deixa clara a insistência dos anarquistas em manterem-se ativos, à despeito da repressão que sofriam.

Num relatório escrito pelo agente infiltrado que assinava sob o pseudônimo de Guarany, é possível notar o objetivo da ação policial e a análise dos resultados:

No 1º de Maio que há pouco se passou, mais uma vez foi dado a todos constatar o quanto é útil a ação preventiva da polícia. Assim foi que, embora a ação perniciosa dos maus elementos promettesse acontecimentos desagradáveis para esse dia, com as medidas postas em prática pela polícia, tudo correu calmo e 1º de Maio foi comemorado condignamente pela massa dos trabalhadores. (PRONTUÁRIO n. 2945 – CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA, DEOPS-SP)

Em torno da FOSP havia uma grande quantidade de grupos, ligados direta ou indiretamente à entidade. Filiados a ela existiam dezenas de sindicatos e pequenos grupos de afinidade, mas também circulavam em sua sede, localizada então na rua Quintino Bocaiúva, número 80, centro da capital, diversos militantes e agrupações libertárias. Nesse salão encontravam-se instaladas diversas secretarias de sindicatos filiados e havia espaço para assembleias e reuniões. A Federação possuía um jornal que era considerado, pelos investigadores do DEOPS, “órgão oficial da Federação Operária”, batizado de *O Trabalhador*. Todos esses fatores faziam com que a FOSP fosse, provavelmente, a maior e mais influente organização de trabalhadores em São Paulo. Tal fato pode ser constatado pelo reconhecimento de sua força por parte das autoridades policiais: numa reunião com a FOSP convocada pelo delegado de ordem política e social, o Dr. Caiuby afirma “reconhecer a força que possui a Federação” e acrescentou ainda que só não mandou fechar a entidade “atendendo a força que dispõe a mesma” e que não faria para evitar “derramamento de sangue.” (PRONTUÁRIO n. 715 – FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO PAULO, DEOPS-SP) A Federação não tinha armas, mas tinha homens o suficiente para fazer frente às investidas policiais. A resposta da FOSP foi intensificar seus ataques às autoridades o que levou os infiltrados a continuarem seu trabalho de vigilância e opinião sobre os passos pretendidos pelos militantes e organizações anarquistas.

A presença anarquista na Federação Operária

Na edição de 05 de dezembro de 1931 do jornal *O Trabalhador* foi publicado documento intitulado “Bases de Acordo da Federação Operária de São Paulo”, produzida durante a Terceira Conferência Operária, que em seu artigo 3º afirma:

A FOSP não obedecerá à nenhuma tendência político-partidária ou religiosa, não podendo nenhuma de suas aderentes ou qualquer de seus membros, individual ou coletivamente, servir-se de suas filiadas ou aderentes para se manifestar em sentido político ou religioso. (*O TRABALHADOR*, 05/12/1931, p. 02)

Acrescenta ainda, mais adiante, que “não poderá pertencer à FOSP quem ocupar cargos políticos ou [que] a eles se faça candidato”. Na mesma edição podemos ler no editorial que o jornal ressurgia “abraçando o seu ideal libertário, tendo à flor dos lábios, o seu hinário de revoluções sociais antiestatais”. (*O TRABALHADOR*, 05/12/1931, p. 01)

A pesquisadora Edilene Toledo (2004), citando trechos de um relatório policial do ano de 1931, conclui que tal documento seria uma fonte que confirmaria “a tese da influência das idéias sindicalistas revolucionárias no movimento operário paulista”, negando assim “sua associação direta a uma corrente política, como o anarquismo.” (TOLEDO, 2004: 118) No sentido contrário, Lúcia Parra (2003) cita o mesmo documento como comprovação de que “os sindicalistas e anarcossindicalistas eram maioria no movimento operário.” (PARRA, 2003: 49) Curiosamente, a análise do mesmo documento originou conclusões opostas das duas pesquisadoras. Antônio Ghioffi, investigador autor do referido relatório faz uma análise dos movimentos sociais atuantes na época e diferencia, dentro do movimento operário, diversas correntes políticas: “trotskismo, anarquismo, sindicalismo, anarcossindicalismo e anarquistas puros”. Dentro dos sindicatos sempre foi comum as disputas de idéias, porém nem sempre essas posturas eram completamente divergentes, como o relatório pode fazer transparecer, havendo uma luta

entre “anarquistas puros” e sindicalistas. Não se pode negar que algumas correntes do anarquismo colocavam em xeque o papel do sindicato, os denominados comunistas libertários, por exemplo, ou até mesmo se opunham à participação nessas organizações, em especial os que tinham tendências individualistas. Essas disputas, mais do que demonstrar uma incoerência dos próprios anarquistas, reforçava-o, na medida em que nenhuma dessas correntes tentava lançar mão de artimanhas políticas ou violentas para conquistar uma pretensa “hegemonia”, termo sempre tão usado nas pesquisas históricas sobre o movimento sindical no Brasil. Os anarquistas, ao contrário dos comunistas, não acreditavam que deveria existir um “sindicato anarquista”, onde somente partidários dessa idéia poderiam filiar-se. Todas correntes entendiam o sindicato como uma organização de classe, formada por trabalhadores explorados que se reuniam para melhorar suas condições de vida e trabalho, porém divergiam quanto ao grau de participação de anarquistas nessas instituições. Errico Malatesta, militante anarquista italiano que teve suas idéias muito difundidas nos meios libertários brasileiros, para além de uma crítica ao sindicalismo que, segundo ele, pretendia transformar “os meios em fins”, ameaçando a transformação radical da sociedade como um todo, insistia, no Congresso Anarquista realizado em Amsterdã no ano de 1907, que

é preciso que os anarquistas continuem ingressando nos sindicatos antes de mais nada para difundir o anarquismo entre os operários e depois, porque está é a única forma de que chegue o dia – pelo qual todos esperamos – em que poderemos ter à nossa disposição grupos capazes de assumir o controle da produção. (MALATESTA, 1981, p, 204)

Nesse congresso internacional foi colocado em discussão a questão da organização, com diversos posicionamentos sobre o papel do sindicalismo e da participação de anarquistas em organizações. Malatesta (1981), após ouvir alguns militantes versarem sobre o individualismo, o sindicalismo, o anarcossindicalismo e a organização, principais temas do Congresso, sintetizou sua impressão:

o que nos divide são palavras que entendemos de maneira distinta. Buscamos querelas acerca das palavras. Mas, no âmago da questão, estou persuadido de que todos concordam. (...) É um erro grave representar os ‘organizadores’, os federalistas, como autoritários; e é outro, não menos grave, figurar-se os ‘antiorganizadores’, os individualistas, como se condenando deliberadamente ao isolamento. (...) Em outras palavras, organizadores e antiorganizadores, todos se organizam. (GUÉRIN, 2000, pp. 15-16)

Na moção final, proposta por Amédée Dunois e aprovada, tendo apenas um voto contrário, pode-se ler que “a organização operária, fundada na identidade de interesses, não exclui uma organização baseada na identidade de aspirações e de idéias.” (GUÉRIN, 2000, pp. 15-16)

Acreditamos que o artigo 3º das “Bases de Acordo” da FOSP, demonstra a vontade de manter fora dos sindicatos os partidos políticos e as religiões, pois em consonância com a referida moção aprovada em Amsterdã, o sindicato deveria ser um órgão de todos trabalhadores, independente de sua orientação política ou religiosa.

Em nota oficial publicada em *A Plebe* de 7 de janeiro de 1933, a FOSP anuncia que

tanto na sua primeira fase, como na atualidade, soube manter incólumes os princípios do apoliticismo sindical, [mas] está sendo alvo do ódio dos politiquinhos de todos os matizes e de todas as cores. Ainda há poucos dias, dois elementos que, por quererem arrastar as organizações operárias ao terreno da política, desligaram-se da Federação, juntamente com a organização que representavam e que à revelia da maioria dos trabalhadores da classe passou a obedecer às ordens de determinada facção partidária (...). (*A PLEBE*, 07/01/1933, p. 04)

Além disso, em seus boletins, nas páginas de *O Trabalhador* e nas publicações de outros sindicatos filiados à FOSP, os militantes deixavam transparecer sua filiação ao movimento anarquista. Em panfleto exaltando as agitações sociais na Espanha, intitulado “A gloriosa epopéia do povo ibero: pelo comunismo anárquico”, assinado pelo Comitê Federal da FOSP e apreendido pela polícia, lê-se:

Nem Monarquia, nem República, nem Capital, nem Estado. A Revolução Social é o brado épico dos paladinos do ideal anárquico, dos guerrilheiros do Comunismo Libertário. (...) A Federação Operária de S. Paulo, integrada nos mesmos princípios ideológicos da F.A.I.⁶⁵ e da C.N.T.⁶⁶, se solidariza com o proletariado espanhol nesta hora decisiva.(PRONTUÁRIO n. 1088 – DONATO DE VITIS, DEOPS-SP)

Tal declaração não deixa dúvidas quanto a orientação anarquista da FOSP, inclusive em documentos públicos como panfletos e jornais editados pelos sindicatos à ela filiados

A imprensa sindicalista e anarquista

O primeiro número do jornal *O Trabalhador*, órgão de propaganda da FOSP, surgiu em setembro de 1931, carregando na capa o lema anarcossindicalista “Trabalhador, combate o Estado em todas as suas formas”. O responsável pelo periódico era o espanhol Hermínio Marcos.

Em suas páginas, *O Trabalhador*, que afinal era um jornal sindicalista, mas também anarquista, segue atacando o Estado e propagando as idéias anarquistas. Em sua edição de julho de 1932 publica um ácido texto crítico ao Estado, assinado por Francisco Cianci e um cabeçalho que dizia, em letras garrafais: “Para garantir as liberdades individuais e coletivas, a existência das organizações trabalhistas, ameaçadas pela coligação clérigo-fascista, todos os meios são justificáveis.” (O TRABALHADOR, 07/1932, p. 01) Na mesma página principal há um comunicado da Federação que afirma a não participação dos anarquistas nos movimentos constitucionalistas daquele ano, por não se envolverem com questões político-partidárias.

Sendo *O Trabalhador* um eficiente meio de propagação das idéias anarquistas nos sindicatos e de resistência às investidas do gover-

65 Federação Anarquista Ibérica, grupo anarquista espanhol.

66 Confederação Nacional do Trabalho, sindicato anarquista espanhol.

no contra as organizações proletárias, tornou-se alvo da polícia política. Em suas páginas encontram-se ferrenhas críticas ao governo e a todas autoridades, assim como ao Ministério do Trabalho.

Dentre os prontuários analisados, é em nome do suíço Felix Zirolia (PRONTUÁRIO n. 1685 – FELIX ZIROLIA, DEOPS-SP) que encontra-se anexada uma cópia de *O Trabalhador* de 1º de maio de 1932 e a notícia de sua prisão junto a José Surckre “por portar jornais e panfletos” libertários. Ainda no prontuário da Federação Operária de São Paulo pode-se achar a edição nº2, ano II do mesmo jornal, datado de fevereiro de 1933 e um exemplar do nº2, ano I, de 05 de dezembro de 1931 no prontuário da União Sindical dos Profissionais do Volante (PRONTUÁRIO n. 2005 – UNIÃO SINDICAL DOS PROFISSIONAIS DO VOLANTE, DEOPS-SP), no qual foi publicada as bases de acordo da FOSP.

O periódico acolheu e publicou a afirmação de princípios do Ateneu Libertário de Cultura Social em 1932 e, um ano depois, as bases de acordo do Centro de Cultura Social. Também anunciava a publicação de diversos periódicos anarquistas e o lançamento de livros, além de noticiar as agitações revolucionárias em marcha na Espanha e as constantes notas sobre o movimento dos sindicatos filiados à Federação. Assim, é evidente a orientação anarquista do referido periódico.

Nos primeiros anos da década de 1930 circulavam em São Paulo outros jornais direcionados às categorias profissionais específicas, editados por seus respectivos sindicatos: *O Trabalhador da Light*, *O Trabalhador Padeiro*, *O Trabalhador Chapeleiro*, *O Trabalhador Vidreiro*, *A Voz dos Profissionais do Volante*, dentre outros. A intensidade da propaganda sindicalista libertária era grande, fazendo circular as idéias e as notícias por meio dessas folhas, de duração muitas vezes efêmera e publicação esporádica, mas que se faziam presentes e eram importantes na luta operária. Uma análise dos registros policiais permite-nos compreender a lógica da vigilância e da censura à imprensa anarquista que atingiu todas as fases do processo de sua concepção, idealização, confecção, impressão e distribuição.

Proibições expressas de circulação, apreensão de exemplares em bancas e nas mãos de militantes, “batidas” policiais às redações e censuras quanto aos conteúdos e teor dos artigos impressos, foram práticas comuns durante o referido período.

Documentos produzidos pela própria polícia política e social apontam a folha anarquista como um “perigo à ordem social”. Logo, podemos medir a ameaça sentida pelas autoridades e os motivos que desencadearam os mecanismos de repressão a esses jornais como meio de atingir o movimento anarquista e a resistência dos trabalhadores como um todo, para além do castigo aos indivíduos, buscando golpear de maneira severa sua produção intelectual e uma de suas principais formas de expressão pública. Assim, julgava-se diminuir a circulação de informações contrárias aos interesses do governo, ceifando de vez as “idéias proibidas”, que tinham esses “papéis impressos” como um dos seus mais importantes meios de divulgação e popularização.

Muitos jornais anarquistas foram apreendidos pelos investigadores do DEOPS, em diversas situações e por diferentes motivos. Diversos outros títulos de periódicos anarquistas podem ser encontrados anexados aos prontuários, figurando como uma suposta prova de um “crime”. Jornais anarquistas e sindicalistas nacionais e estrangeiros eram apreendidos aos montes pela polícia, seja através de assaltos a redações, entidades ou até mesmo às casas de militantes, seja através da censura postal imposta durante todo o período ou ainda casualmente, quando algum investigador se deparava com algum transeunte lendo ou distribuindo alguma folha anarquista. Mas a sistemática vigilância exercida pela polícia política, não só ao periódicos ou organizações sindicais, mas também em relação aos militantes mais destacados e atuantes foi um dos mais duros contra FOSP e o movimento anarquista do período.

O anarquista e “agitador” Hermínio Marcos

Segundo informações contidas no seu prontuário policial, Hermínio Marcos Hernandez, diretor de *O Trabalhador*, vinha sendo vigiado pela polícia desde 1915, quando, sob o pseudônimo de “Rocamble”, supostamente dirigiu cartas com ameaças de morte a alguma pessoa não-identificada com o fim de extorsão. Porém, em sua declaração ao delegado de ordem social Ignácio da Costa Ferreira,

em 06 de outubro de 1933, Hermínio afirmou que “milita nos meios anarquistas desde 1918”. Consta ainda nos documentos policiais que participou ativamente numa greve dos funcionários da limpeza pública em 1920 e que seu nome figura na “Relação de Anarquistas”. No mesmo documento é descrito como uma pessoa “de atitude francamente revolucionária” e que procurava “sempre induzir operários laboriosos e pacíficos a enveredarem pelo caminho das greves violentas, afim de lançá-los numa revolução social.” (PRONTUÁRIO n. 188 – HERMÍNIO MARCOS HERNANDEZ, DEOPS-SP) Ainda era considerado agressivo por responder desrespeitosamente às autoridades e por expressar seu ideal libertário, atacando qualquer governo constituído. Devido a seu papel dentro da Federação Operária mantinha correspondência com diversos grupos e militantes estrangeiros, inclusive com a Federación Obrera Regional Argentina (FORA), com a Confederación Nacional Del Trabajo (C.N.T.) e a Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.), com sede em Berlim, o que aguçava ainda mais a desconfiança da polícia paulista.

Os documentos referentes à vigilância às atividades de Hermínio Marcos concentram-se entre os anos de 1931 e 1934, período em que realizou dezenas de conferências e comícios, chegando a reunir, por vezes, cerca de 1000 pessoas. Tudo sob os atentos olhos dos investigadores do DEOPS. Foi preso diversas vezes, acusado de “agitador”. Todos os relatórios policiais apontam-no como uma figura de destaque no meio anarquista paulista e um orador que, sem poupar palavras, impressionava a audiência, arrancando reações em forma de gritos de “abaixo o Estado” ou “morte aos políticos”. Referindo-se à reunião realizada no dia 02 de janeiro de 1933, o investigador que presenciou a homenagem a dois operários anarquistas mortos⁶⁷, onde discursou, entre outros, Hermínio Marcos, relatou que o

⁶⁷ O investigador denomina os operários anarquistas mortos como “Antoninho de tal e Cipolla”. A homenagem referia-se à Ricardo Cipolla, morto durante um festival libertário em 31 de dezembro de 1922 por Indalécio Iglesias, para muitos anarquistas, tido como policial infiltrado e à Antonino Dominguez, assassinado pelo ex-anarquista e membro do PCB Pedro Bastos durante uma reunião em 14 de fevereiro de 1928, quando Dominguez tentava desmascarar as manobras comunistas no Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro. Ambos eram sapateiros e a homenagem foi encabeçada pela União dos Artífices de Calçados de São Paulo. (RODRIGUES, 1972)

trabalho vagaroso e inteligente de alguns elementos cultos do meio operário, (...) ao lado da força sugestiva e exaltada de outros, vai tomando um caráter verdadeiramente educativo dos seus princípios e ideais, o que não deixa [de] se constituir sério perigo para a nossa sociedade, para o Estado e para o País. (PRONTUÁRIO n. 188 – HERMÍNIO MARCOS HERNANDEZ, DEOPS-SP)

Em janeiro de 1933, uma caravana de investigadores do DEOPS da capital dirigiu-se para Sorocaba com a missão de colaborar com as autoridades policiais locais para debelar a greve decretada nas fábricas Votorantim e Nossa Senhora da Ponte, que juntas somavam quase 5.000 operários.⁶⁸ Em uma das diligências, Hermínio Marcos foi detido ao chegar à cidade, junto a outros militantes da FOSP, dentre eles Francisco Cianci. Já Albino Sbrana⁶⁹ foi detido por receber “boletins subversivos” enviados pelo correio pela Federação Operária e Fernando Navarro⁷⁰ acabou preso ao desembarcar na estação de trem com uma mala cheia de boletins de propaganda. Os conflitos ocorridos durante essa greve resultaram na morte do operário Vitorino Domingues, durante uma investida policial contra uma manifestação.

Os registros policiais apontam ainda a participação de Hermínio Marcos junto à Confederação Operária de São Paulo, ao Comitê Antiguerrero e ao Comitê Antifascista, sendo ainda citado como participante das reuniões para formação da Frente Única Antifascista, que enfrentaria os integralistas em 07 de outubro de 1934, no episódio conhecido como a “batalha da Praça da Sé” contra os integralistas ou a “revoada dos galinhas verdes.”⁷¹

68 Detalhes sobre essa e outras greves do período, ver AZEVEDO, 2002.

69 Albino Sbrana foi um sapateiro italiano que participara de greves na cidade de Sorocaba nos anos 1920 e voltou a ser detido em 1933. (PRONTUÁRIO n. 041 – ALBINO SBRANA, DEOPS-SP)

70 Fernando Navarro era filiado à Liga Operária da Construção Civil e em janeiro de 1933 recebeu a missão de levar boletins da FOSP para distribuir entre os trabalhadores em greve em Sorocaba, acabando preso ao desembarcar do trem. PRONTUÁRIO n. 041 – FERNANDO NAVARRO, DEOPS-SP)

71 Segundo Eduardo Maffei, “os líderes que compareceram às reuniões preparatórias foram Edgard Leuenroth, que dirigia *A Lanterna*, Pedro Catalo, brasileiro que conversava em espanhol, sapateiro intelectualizado, que deixou, publicadas, cinco peças teatrais (...), mais Rodolfo Felipe, então diretor de *A Plebe*, Gusman Soler e Hermínio não me lembro de quê”. (MAFFEI, 1984, pp. 76-77)

O anarquista ainda voltou a ser preso diversas vezes entre os anos de 1931 e 1934 e o último registro de seu prontuário dá conta de sua libertação do Presídio Político do Paraíso em 19 de julho de 1934. O periódico *A Plebe* de 13 de outubro de 1934 noticia que Hermínio foi preso em um hotel quando de sua viagem ao Rio de Janeiro em meados de agosto do mesmo ano e processado, com fins de expulsão. Acabou sendo deportado para a Espanha, junto com outros 16 trabalhadores. (RODRIGUES, 1995, p.142)

A resistência anarquista

Apesar do comprovado poder que a repressão tem sobre suas vítimas, os anarquistas, muitas vezes insistiam em demonstrar que não se deixavam intimidar. Conforme relatório reservado datado de 09 de março de 1933, em reunião ocorrida na sede da FOSP, foi “discutido o caso da prisão de Rodolfo Felipe, redator d’*A Plebe*”. Hermínio Marcos relatou que, em conversa com o Delegado do DEOPS, Dr. Bento Borges da Fonseca, este “concordou com ele, achando arbitrária” a prisão e acrescentou “que os comunistas têm mais direito de reunião, que eles anarquistas, porque quase todos os comunistas são nacionais, ao passo que os anarquistas são estrangeiros.” (PRONTUÁRIO n. 188 – HERMÍNIO MARCOS HERNANDEZ, DEOPS-SP) Um outro relatório reservado revela que, além de se oporem às políticas trabalhistas de Getúlio Vargas, os anarquistas tinham ciência da infiltração de agentes realizada pela polícia política:

Hermínio Marcos foi agressivo ao último limite contra os Poderes constituídos, depois de fazer referências ao Ministério do Trabalho e ao Departamento Estadual do mesmo (...). Aconselhou os ouvintes à rebeldia do operariado espanhol, terminando por dizer que o operário deve rebelar-se e não aceitar as imposições de quem quer que seja, inclusive não temer a polícia de Ordem Social, cujos representantes se ali estivessem nada poderiam fazer. (PRONTUÁRIO n. 188 – HERMÍNIO MARCOS HERNANDEZ, DEOPS-SP)

A Plebe não fazia questão de esconder que já sabia da atuação do DEOPS contra os anarquistas. Em outubro de 1933 podemos ler em suas páginas: “Como já noticiamos em nosso numero passado, foram presos pela polícia de Ordem Política e Social vários camaradas”. (*A PLEBE*, 14/10/1933, p. 03)

Em uma reunião do Sindicato dos Artífices em Calçados e Classes Anexas, realizada na sede da mesma Federação em abril do mesmo ano, um dos delegados da classe

atacou a polícia por ter prendido e proibido a circulação do jornal '*A Plebe*', dizendo também que a polícia, agora, tem agido, porém com mais receio, porque sabe bem que os operários agora estão organizados e por isso a polícia já tem um pouco de medo. (PRONTUÁRIO n. 2303 – *A PLEBE*, DEOPS-SP)

Em nota produzida pela polícia num relatório encontramos o seguinte relato, que vale a pena ser transcrito:

Os elementos da Federação Operária dizem que foram convidados a comparecerem à presença do Dr. Delegado de Ordem Social. O Hermínio Marcos Hernandez diz que apenas três dos diretores da Federação atenderam ao convite, sendo estes ouvidos pelo Dr. Caiuby, que lhes disse reconhecer a força que possui a Federação, mas que devia censurá-los por ter feito publicar um boletim que a todos ameaça, desde o Interventor até a própria tranqüilidade social e pública. Disse que o Dr. Caiuby lhes fizera ver que o Dr. Chefe de Polícia pretendia fazer fechar a Federação, e só o não fazia atendendo à força que dispõe a mesma, embora esta não tenha armas – tem homens, mas não estão armados para uma luta. Queria o Dr. Chefe de Polícia evitar derramamento de sangue, por isso procurava ter entendimento para que a Federação mudasse de proceder nas suas ameaças. O Hermínio, referindo-se a esse encontro com as autoridades disse que agora tem conhecimento de que a polícia teme a Federação, e por isso, ia mandar imprimir e distribuir violentos boletins, não só dando notícia do fato, como ainda continuando nos seus ataques. (PRONTUÁRIO n. 188 – HERMÍNIO MARCOS HERNANDEZ, DEOPS-SP)

Em 30 de janeiro de 1933 houve um comício interno de protesto contra a repressão à greve realizada nas fábricas Votorantim e Nossa Senhora da Ponte na cidade de Sorocaba. Pedro Catalo, além de fazer uma exposição sobre o anarquismo, “violento como sempre (...) lavrou seu veemente protesto contra as prisões últimas verificadas em Sorocaba”. O mesmo Catalo, em 22 de março de 1934, utilizou “termos violentos” contra a polícia que encontrava-se de prontidão em frente ao Salão Cervantes, onde se realizava comício da Liga Operária da Construção Civil. (PRONTUÁRIO n. 377 – Pedro Catalo, DEOPS-SP) Tais palavras violentas já eram de conhecimento dos investigadores que as anotaram durante uma reunião ocorrida em abril do ano anterior, quando os membros da FOSP protestavam contra a série de prisões que vinham sofrendo seus militantes:

Se a canalhada policial pensa que nós, com isso, ficamos inativos, engana-se; pois é esse o papel dessa corja de crápulas: quem sabe se lá fora estão me esperando os cachorros da Ordem Social para que eu vá fazer companhia ao camarada Hermínio? (PRONTUÁRIO n. 377 – PEDRO CATALO, DEOPS-SP)

O investigador Guarany continua o relatório afirmando que Pedro Catalo falou

contra o Gen. Waldomiro, a polícia, o clero, o Ministro do Trabalho, etc., e, terminando, disse que tudo quanto acabava de afirmar, era para mostrar que não tinha medo, pois sabia que dentro de reunião se encontravam lacaios da polícia, para, em relatórios e a troco de miserável ordenado, tudo comunicarem às autoridades policiais. (PRONTUÁRIO n. 377 – Pedro Catalo, DEOPS-SP)

Em junho de 1933, Hermínio Marcos também atacou o General Waldomiro de Lima durante uma reunião do Comitê Antifascista, acusando-o de ter invadido dia 19 de maio de 1933, pessoalmente, a sede da Federação Operária e taxando-lhe de “o chefe fascista e único perseguidor dos homens livres.” (PRONTUÁRIO n. 188 – HERMÍNIO MARCOS HERNANDEZ, DEOPS-SP)

O mesmo Hermínio Marcos, encerrou seu discurso em protesto à repressão em Sorocaba, segundo um investigador, com as seguintes palavras: “A Federação Operária tem se mantido calma até hoje. Mas se a polícia continuar com a sua reação, a Federação conclamará a greve geral, e formará trincheiras se preciso for.” (PRONTUÁRIO n. 188 – HERMÍNIO MARCOS HERNANDEZ, DEOPS-SP)

Segundo o investigador Joaquim A. Gentil a resistência dos anarquistas extrapolava o mero discurso e as ameaças. Ele e outros oito investigadores ficaram de campana nos arredores do Salão das Classes Laboriosas, onde acontecia uma conferência antifascista dia 14 de novembro de 1933. Ao final da reunião diversos participantes saíram em passeata até a praça da Sé, onde entoaram A Internacional e gritavam palavras de ordem e davam “vivas ao comunismo e ao anarquismo”. Segundo Gentil, guiados pelos “líderes” Aristides Lobo, Hermínio Marcos, Pedro Catalo, João Perez e Rolando Henrique Guarany, os cerca de 150 manifestantes decidiram dirigir-se para o bairro do Brás em passeata. Com ordem de efetuar a prisão dos “líderes” e com apoio de reforços, Gentil relatou que ao serem notados pelos manifestantes foram intimados a retroceder, pois os manifestantes, “de armas em punho”, teriam efetuado um disparo em sua direção, obrigando-os a atirar para cima como advertência. Assim, “formou-se violento tiroteio”. Desse conflito resultou a prisão de dezessete participantes da demonstração, dentre eles, Benedito Romano. O sapateiro italiano e anarquista Agostinho Farina, ferido na perna durante o confronto, acabou detido. Segundo a polícia, ele portava uma garrucha e um punhal.⁷² (PRONTUÁRIO n. 188 – HERMÍNIO MARCOS HERNANDEZ, DEOPS-SP) Deve-se sempre desconfiar das fontes policiais, mas se tomamos este episódio como ilustrativo de uma das formas de resistência anarquista à repressão podemos afirmar que ainda há muito o que se estudar quanto a “perda de hegemonia” dos anarquistas no campo sindical brasileiro.

⁷² Maiores detalhes sobre a resistência anarquista à repressão ainda estão por ser estudados. Mais informações sobre o referido conflito ver SILVA, 2005.

Apontamentos Finais

Um olhar panorâmico sobre a movimentação anarquista no período e a atuação de seus mais destacados militantes permite (re)conhecer alguns de seus principais sujeitos, muitos dos quais não se dedicavam exclusivamente aos sindicatos de classe, mas também concentravam esforços na organização e realização de atividades culturais ou intelectuais em diferentes órgãos de orientação libertária.

Um perfil da agitação anarquista, observada durante nossa pesquisa, pode ser traçado através do cruzamento das informações contidas nos prontuários do DEOPS, nos jornais libertários editados na época e nas referências apontadas em alguns livros e pesquisas acadêmicas. A análise desse material nos leva a uma importante observação: nos cinco primeiros anos da década de 1930 pode-se dizer que havia um movimento anarquista ativo e que diversos sindicatos, militantes e entidades circulavam nos mesmos meios e participavam de atividades em comum, caracterizando-se como elos de ligação entre as diversas práticas libertárias. Exemplos disso não faltam. Militantes como Edgard Leuenroth, Rodolfo Felipe, Hermínio Marcos, Pedro Catalo e muitos outros circulavam por diversos grupos, estavam presentes em muitas reuniões e assembleias, tinham escritos publicados em periódicos e realizavam viagens de propaganda pelo interior e por outros estados. Diversos periódicos eram impressos e mantidos por eles, em especial *A Plebe*, *O Trabalhador* e *A Lanterna*. Vários sindicatos de importantes categorias profissionais tinham uma nítida influência de trabalhadores de orientação anarquista em seus meios. Manifestações públicas, reuniões e assembleias eram constantes, contando com a presença de dezenas e, às vezes, centenas de pessoas. Assim, através da trajetória de alguns personagens dessa história escamoteada e de suas organizações de classe traçamos um breve panorama desse movimento e de seus principais personagens em São Paulo, tentando apreender aspectos de sua luta e resistência às imposições no campo sindical e trabalhista, bem como à repressão or parte do DEOPS.

Vale ressaltar que a FOSP agregava em suas fileiras diversos militantes que eram notadamente de orientação anarquista, dentre os

mais destacados e citados pelas fontes policiais estão Hermínio Marcos Hernandez, Arsênio Palácios, Francisco Cianci e Pedro Catalo. Há muitos homens e mulheres, uns conhecidos, outros anônimos, muitas vezes elevados à ameaça à ordem social e política do país, vigiados e prontuáriados pelos investigadores e delegados do DEOPS.

Por fim, acreditamos que através de um olhar dedicado aos documentos disponíveis, sejam eles produzidos pela polícia ou pelos trabalhadores organizados, podemos concluir que a FOSP, com seus princípios baseados na ação direta, na greve geral revolucionária, na sabotagem e no antipartidarismo não era, em sua teoria e em sua prática, contrária às idéias anarquistas. Muito pelo contrário. O fato de em seu seio serem acolhidos todos anarquistas que se interessassem em participar ativamente do movimento sindical, sem que com isso, entrassem em contradição com suas idéias e, ao mesmo tempo, a relação da Federação com diversos grupos e indivíduos anarquistas faz com que possamos afirmar que a ação sindical dentro da FOSP era uma das diversas táticas empregadas pelos anarquistas em suas lutas cotidianas pela emancipação dos trabalhadores e de toda humanidade.

Fontes

A Plebe, São Paulo, 1932-1935. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

O Trabalhador, São Paulo, 1931-1934. Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Prontuário n. 041 – Albino Sbrana. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário n. 144 – Florentino de Carvalho. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário n. 188 – Hermínio Marcos Hernandez. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário n. 377 – Pedro Catalo. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário n. 715 – Federação Operária de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário n. 1088 – Donato de Vitis. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário n. 1507 – Arsênio Palácios. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário n. 1579 – Associações de Classes e Sindicatos. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário n. 1937 – Fernando Navarro. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário n. 2945 – Confederação Operária Brasileira. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Angela. *Construindo o Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos anos 30.* Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas – Campinas/São Paulo, 1994.

_____. “Estado e Trabalhadores.” In: _____. *Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra.* São Paulo: Boitempo, 2002.

AZEVEDO, Raquel. *A resistência anarquista: uma questão de identidade,* São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O Serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas.* São Paulo: UNESP, 2006.

GERALDO, Endrica. “Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951).” *Cadernos AEL – Anarquismo e anarquistas*, N. 8/9, Campinas: IFCH, pp.165-192, 1998.

GUÉRIN, Daniel (Org). *Congresso Anarquista de Amsterdã, 1907.* Porto Alegre: Brisa de Liberdade, 2000.

- MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.
- MALATESTA, Errico. "Sindicalismo: a crítica de um anarquista." In: WOODCOCK, George. *Grandes Escritos Anarquistas*, Porto Alegre: L&PM, 1981.
- NASCIMENTO, Rogério. *Florentino de Carvalho – Pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela Liberdade: O Movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS-SP (1924-1945)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos (1922-1946)*, Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1972.
- RODRIGUES, Edgar. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*, Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.
- RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.2*, Rio de Janeiro: VJR, 1995.
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*, São Paulo: Annablume, 2002.
- SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, São Paulo: Imaginário, 2002.
- SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Rio de Janeiro, 2014.
- SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas – Campinas/São Paulo, 2005.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário – Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Sindicalismo e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)⁷³

Rafael Viana da Silva

Doutorando em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Embora haja certo consenso na historiografia especializada ao demonstrar que o anarquismo debilitara-se profundamente com a crise do sindicalismo revolucionário na década de 30, seria incorreto afirmar que sua atividade se extinguiu nos anos posteriores, ou suas tentativas se limitaram apenas a manter atividades culturais. Os anarquistas, mesmo sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945), jamais cessaram suas atividades, ainda que o movimento, sob clandestinidade, tivesse suas forças reduzidas consideravelmente e operasse basicamente nos eixos sul e sudeste do país. Em Itaim (SP), um pequeno sítio intitulado “Nossa Chácara” serviu de local de reuniões, permitindo manter vivo um espaço de sociabilidade e os laços sociais entre os libertários, elementos facilitadores para a rápida reorganização do anarquismo na abertura democrática.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, o fim do Estado Novo se precipita. A pressão sobre Vargas aumenta paulatinamente; o repatriamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutara ao lado dos aliados contra os exércitos das potências do eixo se dá em plena crise do Estado Novo. Havia uma contradição nascente que punha em cheque a existência do regime político vigente no país; os praçinhos lutaram com o bloco capitalista democrático, e ajudaram a derrotar as potências do eixo, estas, constituídas em torno de regimes autoritários e fascistas, como os de Hitler e Mussolini. Como aceitar então, a contra-

73 Este texto é um resumo (dando ênfase em algumas questões) com algumas alterações da dissertação de mestrado sobre mesmo tema e do livro *Elementos Inflamáveis: Organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo*, também organizado pela editora Prismas.

dição política de terem lutado externamente pela democracia, enquanto no próprio país vivia-se um regime autoritário controlado por Vargas?

A alta oficialidade do exército não pagou para ver até onde iria, a agenda liberalizante de Getúlio, e em 29 de outubro de 1945, o depôs, com apoio da oposição liberal (CACHAPUZ *et all*, 2011). A administração do Estado brasileiro após o golpe coube ao presidente Eurico Dutra (1946-1951). Este, ao contrário da relativa autonomia da política externa empreendida por Vargas, manteve-se altamente alinhado ao bloco democrático e estadunidense. E apesar de haver um suposto clima democrático no país, a estrutura repressiva⁷⁴ se mantivera intacta, apesar de um pouco mais relaxada. Os anarquistas assim como outras correntes políticas, aproveitam este frágil e instável ambiente democrático e se reorganizam, inicialmente formando periódicos e reatando as relações políticas⁷⁵.

Imprensa anarquista

No fascinante estudo de Edward Thompson (1987) sobre a classe trabalhadora inglesa, este historiador destaca um elemento fundamental para a formação da classe naquele contexto e que nos merece atenção, que é a capacidade das classes subalternas em produzir seu próprio conhecimento através do autodidatismo e a produção de periódicos. (THOMPSON, 1997, pp. 303-304) Ainda nos marcos do século XIX, Thompson sublinha que os trabalhadores formaram “um clube de tecelões, a 1 pênica por mês, com a finalidade de comprar periódicos e jornais radicais.” (THOMPSON, 1997, p. 311) Segundo este historiador, “a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade.” Este marco

⁷⁴ A legalização do PCB, por exemplo, durará pouco tempo. Em 1948 o PCB tem sua sede lacrada pelo governo Dutra.

⁷⁵ *A Plebe* em 1947, *Remodelações* e *Ação Direta* em 1946 são fruto desta reorganização. A reabertura do Centro de Cultura Social em 1945, em São Paulo também está inserida neste contexto.

foi fundamental para constituir nas décadas seguintes, uma consciência de classe “mais claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas.” (THOMPSON, 1997, p.304)

No que diz respeito ao caso brasileiro e não perdendo de vista os perigos em aproximar objetos de diferentes temporalidades, os aportes thompsonianos nos servem para refletirmos sobre a continuidade da imprensa anarquista no período de nossos estudos. Tal imprensa inscreve-se – tendo em vista a experiência de classe a que está conectada – num projeto que é sem dúvida alguma anterior, constitutivo da formação da classe trabalhadora no início do século XX. A imprensa operária foi decisiva para a propaganda do setor ideológico claramente vinculado ao anarquismo e ao projeto do sindicalismo revolucionário. É preciso ressaltar que há distinções entre o que é imprensa anarquista e o que é imprensa operária. Entendemos também, que dos anos 1970 até meados dos anos 1990 em geral a historiografia tratou essas duas imprensas como uma só. Mas perceberemos, que mesmo sendo intimamente ligadas (em alguns casos há anarquismo nas páginas sindicais e sindicalismo nas páginas anarquistas), estas possuem práticas discursivas diferentes, suas próprias linguagens e representações. (RODRIGUES apud: ADDOR; DEMINICIS, 2009, p. 174)

Com o fim do Estado Novo, os anarquistas reorganizarão rapidamente sua imprensa, cujos objetivos estavam intimamente ligados às suas estratégias políticas para o período. O primeiro periódico a circular neste período fora o jornal *Remodelações*, editado pelo anarquista cearense Moacir Caminha. Seus nomes (com exceção de *Remodelações*) nos dão uma dimensão deste “fio condutor” que unia gerações militantes e tempos históricos distintos de que falamos anteriormente. O jornal *Ação Direta* editado no Rio de Janeiro e que circula de 1946 a 1959 era uma homenagem ao homônimo, que fora publicado durante o final da década de 20 e no decorrer da década de 30. Outro periódico que toma de empréstimo, o título da pujante imprensa anarquista do início do século, será o jornal *O Archote*.⁷⁶ Teve curta duração (apenas o

⁷⁶ Sobre o nome deste periódico o militante Raul Vital explica sua adoção: “O título

ano de 1947) e fora publicado pelo grupo anarquista de mesmo nome, sediado na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro. E por fim, na cidade do Rio de Janeiro, circula o jornal *A Revolta*, produzido e editado pela Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, homenageando o jornal de mesmo título que circulou na década de 10, na cidade de Santos-Sp. O jornal *A Plebe* editado em São Paulo, publicado durante o início do século, “retornava” numa nova fase, a partir de maio de 1947 e até 1951. Aliás, mesmo produzido num contexto muito distinto do ambiente da Primeira República, os anarquistas que trabalharam em *A Plebe*, em sua nova fase viam-na sempre, como um prolongamento de *A Plebe* que circulara nas décadas anteriores e de maneira geral, a imprensa anarquista desse período retomava os nomes dos periódicos anteriores. Com o fim da publicação de *A Plebe*, surgia no início dos anos 60 o periódico *O Libertário*, uma referência direta ao seu homônimo, que circulara no início do século XX. A imprensa nesse sentido obedece não apenas ao procedimento de retomar elementos de uma “tradição” libertária, mas está ligada a uma intenção de rearticulação militante e num sentido mais amplo, de interferir nos debates públicos vigentes. É importante não perder esta dimensão da imprensa militante. Esta não é um fim em si mesmo – apesar de ter sido estudada deste modo em alguns momentos – mas está ligada a um desejo de incidir em questões políticas e de classe mais amplas. É uma imprensa, essencialmente voltada a ação. Segundo o jornal *A Plebe*, “Os libertários interveem sempre e ativamente nos debates e questões públicas em que os direitos populares são postos em jogo”. Para esses militantes intervir nos debates que envolviam os direitos dos trabalhadores era agir “mesmo na solução das questões de caráter imediato, na consciência popular para despertar o seu interesse pelo problema da transformação social.” (*A Plebe*, 01/05/1947, pp. 04-05)

A imagem de um anarquismo espectador de seu tempo ou deslocado das questões que afetavam a classe trabalhadora passava longe

foi de difícil escolha. Anotei uma série deles e, após demorados confrontos, optei pelo “O Archote”, pela sua significação simbólica: um braço sustentando um facho de fogo. Raul Vital.” Reflexões de um Anarquista. (*Ação Direta*, Rio de Janeiro, 03/1959, p. 02) O desenho do Archote foi feito por Ideal Peres.

da prática dos libertários nesse período. Por conseguinte é impossível compreender a imprensa anarquista sem relacioná-la com as questões e debates que ocorriam no universo da classe trabalhadora. Num primeiro momento, essa imprensa atuava no sentido de articular os anarquistas “dispersos” e num segundo, incidir nas entidades de classe, como bem atestam os temas do jornal e seus pontos de distribuição.

O primeiro objetivo formalizado nas páginas de seus periódicos era a tentativa de retomar o trabalho nas entidades sindicais e a segunda, empreender esforços na formação de uma organização política anarquista de amplitude nacional, que se distinguiria, de seu organismo sindical. Sobre seu modelo de luta, este andava em consonância com o compasso organizativo do anarquismo mundial, concretizado num congresso internacional realizado em 1949, que contou com a participação dos brasileiros. Essas discussões preliminares, mesmo que caminhando em direção a um consenso organizativo, não poderiam ser aprofundadas sem um espaço político próprio. Neste sentido, os congressos anarquistas foram fundamentais para a construção de um campo com uma identidade política adequada ao seu tempo.

Os congressos anarquistas e a constituição de um campo político-organizativo

Em 1948, os anarquistas brasileiros realizam um congresso nacional, na cidade de São Paulo. Participam deste congresso, grupos e individualidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Circulares de convite ao congresso foram enviadas para os estados de Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina. Mas estes estados, por motivos diversos, não conseguiram enviar seus representantes. Este foi o congresso sem dúvida alguma, mais importante desse período. Mas outros seriam realizados, um em 1953, no Rio de Janeiro, outro em 1959 e um encontro (mais modesto) em 1963.

Se por um lado, cada encontro está inserido em temporalidades conjunturais específicas, há, entretanto, uma permanência, uma continuidade de certos elementos que podem ser observados numa perspectiva mais ampla. Primeiro há uma preocupação permanente em tentar consolidar um campo político com propostas coerentes, fato que se insere de maneira mais ampla, na busca incessante desses militantes em formarem uma federação anarquista de porte nacional e atuar de maneira organizada na classe trabalhadora. Sobre as estratégias militantes, a opção pela atuação sindical fora ratificada em diversos e subsequentes congressos, sendo deslocada apenas pelas contingências conjunturais. Apenas no encontro de 1963 há um estado de ânimo mais cauteloso com o movimento sindical. Em todos os outros congressos, a energia dos anarquistas não desviará os olhos desse espaço classista.

Outra questão que é a frequência de realização desses encontros, algo muito distinto do contexto anterior do anarquismo. Foram 4 encontros nacionais realizados nesse período, sem contar a participação dos militantes em 1 encontro americano, 1 internacional e 2 congressos sul-americanos (com presença da Federación Obrera Regional Argentina e da Federación Anarco-Comunista Argentina). Essa continuidade pode ser compreendida como uma tentativa permanente de formar um campo com identidade política própria, que na Primeira República, perdeu terreno para uma atuação anarquista, excessivamente sindical. O dualismo organizacional seria o conceito utilizado por alguns pesquisadores para explicar a defesa de uma organização política anarquista que atuaria dentro das entidades de classe. Essa proposta seria defendida por anarquistas históricos, tais como José Oiticica, Edgar Leuenroth e Pedro Catallo insistentemente no período em questão. Neste sentido, as modificações da cultura política da geração dos anarquistas da década de 40 e 50 revelam novos significados políticos e ideológicos que caminham em direção a consolidação da proposta do organizacionismo anarquista.

Esta posição segundo diferentes pesquisadores foi defendida em diferentes lugares e contextos históricos distintos e apesar de não poder ser generalizada como a majoritária entre os anarquistas, encontra-se presente numa variedade de contextos temporais e espaciais.

(WALT, 2016 e CORRÊA; SILVA, 2016) No período presente, há, no interior do campo político anarquista – em nível internacional – um “consenso” em torno da tarefa de formar organizações anarquistas, as divergências se davam em torno do modelo de organização.

Organizações anarquistas (1945-1964)

A presença de organizações anarquistas, principalmente após 1948, no Rio de Janeiro e São Paulo possuem ligação estreita com a conformação de uma determinada cultura política. Porém, uma coisa é a consagração das linhas de um determinado projeto político num congresso anarquista, outra, bem diferente, são as possibilidades de sua efetivação, tanto no âmbito externo do movimento (conjuntura política e social) quanto de suas condições internas (determinada cultura política interiorizada e compreendida pela maioria de seus membros). Nesse sentido, achamos que é completamente crível dividir a formação das organizações anarquistas nesse período em dois momentos. Num primeiro momento, incentivado pelo congresso de 1948 os anarquistas formarão organizações e grupos diversos, dentro do eixo Rio-São Paulo e no Rio Grande do Sul com uma perspectiva de articulação nacional. O segundo momento pode ser descrito como um período mais modesto para essas organizações, dando lugar a iniciativas voltadas mais ao campo da propaganda.

Esse primeiro momento, no Rio de Janeiro, a organização anarquista mais relevante era a União Anarquista do Rio de Janeiro. Entidade reduzida – se comparada às grandes forças políticas daquele período – mas atuante, cujo modelo de organização supunha um projeto político consagrado no congresso de 1948. A UARJ contava com cerca de 30 membros efetivos; fazia parte da mesma, uma organização juvenil, a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro. Em duas atas – infelizmente não publicadas integralmente pelo pesquisador e militante Edgar Rodrigues – referentes ao Grupo Juventude nº 1 e Grupo

Juventude nº 2, (provavelmente, sinônimos para a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro), nos é possível ter uma ideia de suas atividades e estrutura. Consta que este grupo realizou 17 reuniões no ano de 1949 (RODRIGUES, 1993, p. 35), além de um plenário da Juventude, realizado em 11 de junho no escritório do anarquista Roberto das Neves. O grupo realizou “a expedição de pacotes do jornal *Ação Direta*, formação de uma biblioteca, doação de livros, contribuições para a União Anarquista, realização de piqueniques de conagração ideológico e promoção de palestras e distribuição de imprensa. O grupo também publicou o jornal *A Revolta* que em 1949 estava em seu quarto número e neste número assinou um manifesto referente ao Primeiro de Maio com a União Anarquista do Rio de Janeiro. O nascimento da *Juventude Anarquista do Rio de Janeiro* ocorreu antes do congresso anarquista de 48. Definiram um plano básico de atuação numa reunião realizada em 10 de junho de 1946, objetivando realizar “propaganda, mormente nas academias e colégios de ambos os sexos irão aumentando os seus quadros e promovendo a educação de todos para a verdadeira ação anárquica.” (*AÇÃO DIRETA*, 08/06/1946, p.4. grifo do autor) A JARJ entrara em contato com as Juventudes Libertárias da França e se insere no contexto de formação de organizações políticas próprias para a juventude, tais como a Juventude do Partido Comunista.

Outro grupo foi o Ação Libertária. Há contradições em relação a sua data de fundação, mas contava com a presença dos anarquistas Afonso, Ideal e Leão, este grupo “sem pôr de lado a parte teórica, o grupo dedicar-se-á preferentemente, a trabalhos de ordem prática” (RODRIGUES, 1993, pp. 80-81), tais como a contribuição ao jornal *Ação Direta*. Segundo Edgar Rodrigues, uma das suas atividades foi “pichar muros, fixar cartazes, distribuir imprensa e participar – como observadores – de manifestações públicas” e a venda de “cadernos das questões sociais.” (RODRIGUES, 1993, pp.80-81) O grupo também realizou um curso de “capacitação ideológica”, para principiantes, uma espécie de “curso de formação”. O que demonstra a necessidade de agregar novos militantes, mas também tornar homogêneo o uso de determinados conceitos e a compreensão “doutrinária” do anarquismo. O grupo

agregou outros militantes durante a sua existência e segundo consta filiou-se já na data de sua criação a UARJ. Apesar de modesto, o grupo teve longevidade. Em 1959, na véspera do primeiro de maio, “realizou o Grupo Ação Libertária farta distribuição pelas ruas centrais do Distrito Federal do número de ‘Ação Direta’ dedicado aquela data reivindicadora”. (*AÇÃO DIRETA*, 01/06/1959. p.2) Ainda no estado do Rio de Janeiro, o grupo libertário *O Archote* era fundado em 05 de abril de 1947, cuja sede, era a cidade de Niterói. Sua finalidade era “congregar jovens de ambos os sexos que aceitem os princípios da igualdade humana” e “despertar o interesse pelos estudos sociais”. Além disso, se orientava por “três naturezas”, “intelectuais, artísticas e recreativas”. O grupo reunia “duas espécies de membros”, “efetivos e simpatizantes”. Tinha como objetivo “um mundo sem senhores e escravos, sem exploradores e explorados, sem grandezas e misérias, isto é, uma sociedade humana e justa”. (*O ARCHOTE*, 04/1947, p.3)

Suas características assemelham-se mais aos grupos de afinidade. Mas é importante frisar sua nova estrutura interna neste período, que permite integrar variados graus de compromisso militante. Muito longe da imagem de desorganização política que o senso comum pode nos impor, há uma estrutura interna relativamente bem planejada. Já a UARJ era formada, portanto, de grupos e individualidades; possuía um secretariado executivo de seis membros e uma comissão de imprensa de cinco.

A União Anarquista de São Paulo também se constituía na esteira do congresso de 1948. Nos prontuários policiais, a UASP e a UARJ são tratadas, como se fossem uma única organização. O trânsito de militantes entre esses estados atesta que essa relação frequentemente, fazia com que a polícia confundisse as fronteiras dessas organizações. O contingente militante dos anarquistas em São Paulo era maior do que o do Rio de Janeiro; soma-se a isto, o fato de que na capital paulista, seus militantes contavam com um espaço próprio, o Centro de Cultura Social, com atividades regulares, o que no Rio de Janeiro só vai acontecer com a fundação do Centro de Estudos Professor José Oiticica em 1958.

Outro grupo, fundado num momento cujo estado de ânimo é bem distinto dos anos seguintes ao congresso anarquista de 1948 é o

Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), formalizado em 1958. Este tinha como objetivos: “divulgar a doutrina anarquista”, incentivar a divulgação do jornal *AÇÃO DIRETA*, “facilitar sua administração”, “manter relações (...) com todos os organismos libertários existentes no Brasil e no exterior”, “editar livros de propaganda”, “promover palestras” e angariar “recursos financeiros”. (*AÇÃO DIRETA*, 06/1958, p.4) Segundo Edgar Rodrigues a atuação de um suposto agente infiltrado provocou a cisão da União Anarquista do Rio de Janeiro em dois grupos: o GAJO e o Ação Libertária. Independente da exatidão desta informação, podemos afirmar que a morte de Oiticica junto a dificuldade de renovação interna, provocara um vazio difícil de preencher e as dúvidas sobre a gestão do periódico Ação Direta se multiplicam. A crise interna foi debatida numa reunião entre militantes do Rio e de São Paulo, que apontaram de resolver os problemas internos numa reunião geral em 1959. (RODRIGUES, 1993, pp. 163-164) Os conflitos dificultaram a formação de uma organização unificada.

Da Aliança Libertária de São Paulo, mencionada no encontro anarquista de 1962, temos poucas informações. O que podemos dizer é que esses dois grupos constituíam-se como remanescentes de um projeto de organização anarquista nacional e que de acordo com a realidade dos fatos, viam seus objetivos serem fortemente reduzidos. A constituição de grupos ou organizações específicas almejou como indicamos a formação de uma Federação anarquista brasileira. Esta era, segundo o projeto político à época, uma necessidade para não cometer os mesmos erros do “excesso” de sindicalismo dos militantes que “descuidaram-se” segundo Oiticica e outros militantes em não construir organizações específicas para atuar dentro do movimento operário.

Estavam longe, portanto, da imagem dos grupos anarquistas de propaganda e preservação da cultura, que caracterizaram a memória contemporânea sobre o anarquismo das décadas de 40 e 50 e desconheciam (ou ignoravam) a polêmica da Plataforma versus Síntese. A oxigenação ideológica dessas organizações dependia do sucesso de suas práticas no interior da classe trabalhadora. Não é a toa que a dificuldade em manter as organizações anarquistas acompanhe *pari passu* a dificul-

dade de inserção militante e que ao longo desse período a proposta da federação nacional não tenha saído do papel, dando lugar no âmbito prático, a grupos mais modestos. Baseando-nos em relatórios policiais (a polícia vigiou os anarquistas nesse período), o anarquismo chegou a ter cerca de 200 membros envolvidos direta ou indiretamente nessas organizações, que apesar do esforço, passam dificuldades de se manter ativas, principalmente a partir da década de 60.

Ação militante: sindicalismo, internacionalismo e ações culturais

Não é verossímil argumentar – diante os avanços da historiografia especializada – a favor da tese que afirma que a estrutura corporativista herdada do Estado Novo, nos anos de 45 a 64, impediu completamente o movimento dos trabalhadores e que este período fora completamente letárgico do ponto de vista de suas mobilizações. Apesar da herança corporativista, a classe trabalhadora jamais se submeteu totalmente às limitações da estrutura burocrática implementada pelo Estado brasileiro. Os avanços teóricos da História social nos anos 90, em específico da História Social do Trabalho (BATALHA, 2006), ampliaram não apenas os métodos de análise das pesquisas sobre o movimento operário, mas contribuíram com a dilatação do marco cronológico que orientava esses estudos (FORTES, 1999). Os historiadores passaram a se debruçar sobre este período formulando novas questões, que revigoraram o campo de pesquisas, inspirados entre outras questões, principalmente pelos trabalhos de Edward Thompson (1997) e seu conceito de experiência.⁷⁷ Uma classe trabalhadora ativa e envolta em dilemas políticos profundos, ainda que, pressionando ou sendo pressionada por uma estrutura sindical corporativista, caracterizava de maneira

⁷⁷ Principalmente a polêmica de Thompson com os círculos estruturalistas franceses (fortemente influenciados por Louis Althusser).

geral o resultado dessas pesquisas. Os anarquistas no período estudado, também possuíam suas próprias análises dessas questões. Se por um lado faziam duras críticas a estrutura corporativista e ao que chamavam de sindicalismo “pelego”, jamais deixaram de valorizar as lutas sindicais de base, cuja experiência de classe, acabava por motivá-los a uma ação política permanente, acreditando assim, num possível despertar do sindicalismo revolucionário. A despeito disto, do ponto de vista de nosso recorte histórico e temático, o anarquismo permaneceu no campo da pesquisa, numa condição semelhante à da caricatura da classe trabalhadora “letárgica” reforçada nos estudos do período de 1946 a 1964 anteriores a renovação da História Social. Ao ignorar a dimensão sindical do anarquismo, muitos historiadores ressaltaram as questões estritamente culturais (fundamentais, mas não as únicas) ou ignoraram a ligação do anarquismo com esse universo sindical.

Para os anarquistas, o afastamento dos sindicatos foi produto de “fatores alheios à sua vontade”(A PLEBE, 02/06/1947, p.3) o que fará com que estes trabalhem durante grande parte do período em questão, para retomar um trabalho sindical consequente. Não apenas nas linhas do seu periódico, mas em ações concretas no interior do campo sindical. Para fins de recorte cronológico, podemos dividir o período destas em quatro fases, já que dizem respeito a conjunturas distintas: a primeira é a fase da retomada das lutas no processo de redemocratização (1945-1946); a segunda, de repressão aberta, nos anos finais do governo Dutra (1947-1950); a terceira, a fase da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e de ressurgimento das greves (no segundo governo Vargas e nos primeiros anos do governo Juscelino Kubitschek) e a quarta, uma conjuntura de grandes mobilizações do início dos anos de 1960. (MATTOS, 2003, p. 78)

Na primeira fase, que coincide – não por acaso – com o aparecimento dos primeiros jornais anarquistas no Rio de Janeiro já há sinais claros da “retomada efetiva das atividades sindicais na conjuntura do declínio do Estado Novo”, não apenas no que diz respeito à sindicalização, mas também em relação a movimentos grevistas.⁷⁸ No final

78 Segundo MATTOS (2003), 873 sindicatos foram criados até 1945, e em 1946, criaram-se mais 66.

de dezembro de 1945 já se notam francas movimentações grevistas. A posse de Dutra, efetivada em primeiro de fevereiro de 1946 é marcada por este cenário paredista, de uma onda de greves que agita o país, como por exemplo, a dos bancários e dos trabalhadores da Light, que se iniciara entre os dias 27 e 30 de dezembro de 1945. (MATTOS, 2003) Os anarquistas, reafirmando a importância das greves, apoiavam esses movimentos em sua imprensa específica. Opinando sobre a importância da greve, afirmam que esta “é um gesto de rebeldia contra a exploração do trabalho.” (REMODELAÇÕES, 26/01/1946, p.4) Defendendo uma antiga bandeira do sindicalismo revolucionário e do anarquismo avaliam que a “greve parcial de uma só profissão, de uma só classe de trabalhadores, precisa estar garantida pela possibilidade da greve geral de todas as classes operárias.”(REMODELAÇÕES, 06/02/1946, p.1)

Cabe dizer, que os anos de 1945 e 1946 mostraram no que diz respeito às movimentações sindicais, um contexto pulsante. Esta iniciativa implicou num primeiro momento, um “impulso das entidades sindicais de combater qualquer iniciativa que se desse fora do seu controle”, mas num segundo momento, diversos sindicatos foram apropriados ou pressionados pelas instâncias de base a assumir determinadas reivindicações. (COSTA, 1995, p. 30) “As entidades assumem uma postura de franca condenação dos movimentos grevistas que vinham crescendo desde o início daquele ano [1945].” E em algumas categorias, “o fuso horário entre a direção do sindicato e a sua base tornava-se cada vez maior.”(COSTA, 1995, p.30) Tal conjuntura fazia os anarquistas acreditarem num possível ascenso do movimento operário a partir de suas bases ou ruptura com os setores que as dirigiam, em específico o PCB e o PTB.

Sob essa efervescência sindical temos alguns indícios que confirmam a atuação dos anarquistas em direção a formação de grupos de oposição sindical ainda no ano de 1946 com vistas a tentar influenciar – ainda que minimamente – as bases sindicais. A primeira iniciativa relativamente bem organizada fora noticiada no jornal *Ação Direta*, os libertários falam sobre a formação em São Paulo de “uma União

Os trabalhadores afiliados, que, em 1945, somavam 474.943, passaram a contar 749.691 já em 1946.

Proletária Sindicalista” de curta duração. Na categoria dos trabalhadores da Light, no Rio de Janeiro, os anarquistas formaram com outros trabalhadores um Grupo de Orientação Sindical dos Trabalhadores da Light que editaria um jornal específico para as questões sindicais da categoria, o jornal *UNIR*.⁷⁹ Este jornal segundo seus militantes “vêm difundindo naquela empresa de transportes, os princípios do sindicalismo revolucionário e de ação direta em frente aos demagogos de partidos políticos e do Ministério do Trabalho.”(*AÇÃO DIRETA*, 03-04/1951,p.2) Difícil avaliar, devido a ausência de fontes qual foi o grau exato de penetração da ideologia anarquista e dos preceitos do sindicalismo revolucionário defendido pelos militantes na categoria, mas os dados posteriores e mais amplos podem nos ajudar nesta questão. Atuaram de maneira minoritária na categoria dos professores e dos jornalistas, mas a atuação mais relevante se deu no interior da categoria gráfica. Entre 1947 e 1951, fase do governo Dutra marcada pela repressão ao movimento sindical, o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos (STIG) ficou sob intervenção de uma junta governativa (THIAGO, 2011, p. 59). Essa junta foi eleita numa assembleia realizada em 25 de maio de 1952.(Ata da Assembleia extraordinária para eleição de uma Junta Governativa, 25/05/1952) Esses anos evidenciaram disputas entre os intervencionistas e seus opositores e certo esvaziamento da participação direta dos sindicalizados nos espaços de deliberação, fruto, de uma crise de legitimidade do sindicato dentro da categoria.

Lembremos que de 1947 a 1952 a linha do PCB foi a de constituir organizações paralelas fora da estrutura sindical oficial. Mas mesmo sob esta linha, a militância sindical de base ligada ao partido frequentemente ignorou sob indisciplina partidária suas diretrizes. Isso garantiu ao PCB, manter quase intactas, suas raízes sindicais. Nesse período de intervenção ministerialista (1947 a 1952) os anarquistas inicialmente defenderão a linha sindical do congresso de 1948. Esta linha apontava para a formação de Grupos de Resistência Sindical ou Grupos Sindicais de Ação Direta com o objetivo de “intervir na vida orgânica dos sindicatos.”(RODRIGUES, 1992, p.157) A ideia era, a partir desses grupos,

reconstruir o sindicalismo revolucionário. Nesse período de intervenção ministerialista (1947 a 1952) os anarquistas inicialmente defenderão a linha sindical do congresso de 1948. Entretanto, entre a intenção e a aplicação de uma política sabemos que há uma distância considerável. O sucesso dessa política variava de acordo com as localidades em que os anarquistas estavam inseridos e cujas dificuldades eram variadas. Em algumas cidades, como Campinas, os anarquistas avaliavam não ser possível interferir diretamente nos sindicatos. (RODRIGUES, 1992) Em outras, como Curitiba, a aplicação desta linha motivava-os a ser possível sua maior difusão.⁸⁰ Cabe ressaltar que a despeito de seu baixo grau de influência nas entidades sindicais, os anarquistas jamais abandonaram o universo dos trabalhadores e suas questões de classe e esperavam até onde possível, uma conjuntura mais favorável para aplicarem o que acreditavam ser mais correto do ponto de vista de sua política sindical. Se comparada a política do PCB de 1947 a 1952, os anarquistas foram menos “sectários”, mas com certeza, menos “efetivos”. A dispersão dos anarquistas – reduzidos numericamente – em diferentes categorias, num contexto de certo modo, hostil às suas propostas, não lhes dava a exposição suficiente para irradiar sua proposta.

Com o fim da intervenção ministerialista, os anarquistas trabalharão mais ativamente para tentar retomar uma iniciativa dentro dos sindicatos. Tal empuxo, diríamos, um estado de ânimo interno do anarquismo e também incentivado pela conjuntura, iria, pelas iniciativas na categoria da Light e dos Gráficos, convergir para uma “tendência”⁸¹ sindical mais ampla, chamada Movimento de Orientação Sindical (MOS). O MOS contou além dos anarquistas, com a participação de socialistas independentes, sindicalistas e militantes de várias categorias profissionais. O ano de constituição do MOS (1953) é emblemático e ficou marcado do ponto de vista sindical pela chamada “greve dos 300 mil em São Paulo” e “pela organização dos trabalhadores nos locais de trabalho” e que representou “um marco na retomada das mobilizações operárias” (MATOS, 2003, p. 87). O MOS pro-

⁷⁹ Que infelizmente não conseguimos ter acesso em nosso inventário de fontes.

⁸⁰ Relatavam a atuação de dez elementos anarquistas nos sindicatos. (RODRIGUES, 1992, p. 160)
⁸¹ Usamos o termo tendência no sentido de uma fração/corrente sindical própria.

pugnava como principal objetivo “lutar pela completa autonomia e liberdade dos sindicatos de Trabalhadores”.

A greve de 1953, como bem aponta o historiador Hélio da Costa pode ser entendida como um marco de “renovação do movimento sindical com o aparecimento de novos militantes [...] e o crescimento contínuo da participação do sindicalismo na vida política do país”. (COSTA apud: FORTES, 1999, p. 113) De fato, mesmo tendo em vista que existia uma intenção política como pano de fundo para a criação do MOS, este se misturava a experiência da classe naquele contexto que empurrava os sindicatos a posições mais combativas. Segundo, a greve dos 300 mil em 1953, expôs no interior das mobilizações “a permanência viva no seu cotidiano de toda uma memória de lutas e uma tradição de resistência que tornavam os locais de trabalho.”(COSTA apud: FORTES, 1999, p. 113)

A grande dificuldade do MOS estava de certo modo, ligada a política do PCB. Lembremos que do ponto de vista de sua atuação sindical, o PCB jamais abandonou os sindicatos. Num segundo momento, que corresponde ao contexto inaugurado da greve de 1953, os militantes comunistas eram orientados a “criar conselhos sindicais nas empresas” o que lhes garantiu grande prestígio. Algumas práticas sindicais – com as quais os anarquistas sentiam-se “confortáveis” do ponto de vista estratégico – eram capitaneadas por outras forças políticas de esquerda.

Em São Paulo a atuação do MOS na categoria gráfica daria vida ao jornal *Ação Sindical*, organizado pela Ação Sindical dos Gráficos, que em seu primeiro número, no ano de 1958, estamparia sem sectarismos, matérias escritas pelos socialistas do Partido Socialista Brasileiro (PSB), anarquistas e sindicalistas independentes. (*AÇÃO SINDICAL*, 03/1958, p.1) Este grupo atuaria interferindo no STIG. (CASTELLAN, 2010, p. 130) Mesmo avaliando que os sindicatos, “associações de defesa dos interesses dos trabalhadores” não gozavam de liberdade dentro da estrutura sindical, seus militantes trabalhavam pela “[...] unidade, pois não achamos recomendável a criação de novos sindicatos, uma vez que os que existem podem e devem livrar-se de todas as tutelas e dos maus elementos que os Infestam.”(CASTELLAN, 2010, p. 130) Ou seja, de que mesmo anali-

sando a ligação do sindicato a uma estrutura corporativista, a experiência da classe e suas mobilizações de base foram decisivas para convencê-los que esta poderia ser tensionada e quem sabe, a ponto de permitir um retorno a um sindicalismo que consideravam como independente.

Os anarquistas portanto, não viam o sindicalismo apenas como simples expressão institucional dos sindicatos, mas uma prática mais ampla, de classe, que seria conformada também pelos locais de trabalho. Se acreditavam que havia uma estrutura estrangulando os sindicatos e limitando seus alcances práticos, por outro lado, convenciam-se pela experiência direta, que as mobilizações de base assemelhavam-se em germe ao modelo do sindicalismo revolucionário.

Na categoria dos gráficos, os anarquistas não ignoraram as lutas pelas regulamentações vigentes e as conquistas imediatas (reformas), pois viam a importância dessas regulamentações naquele contexto. Contrariando certas generalizações históricas, os anarquistas jamais foram contra as reformas. O cerne da questão para esses militantes se dava no sentido de evitar que esta regulação desses direitos trabalhistas estivesse subordinada a quaisquer atrelamentos do sindicato ao Estado. Mesmo considerando o imposto sindical como um das armas de subordinação dos sindicatos, a opinião da ASG era a de que havia outros elementos, resultantes das disputas políticas do interior da classe trabalhadora – ou seja, em seu próprio fazer – que conseqüentemente mantinham os sindicatos tutelados pelos órgãos governamentais. Assim, a forma que o sindicato assumia, na opinião da ASG era em grande medida determinada pela fórmula: atuação da classe (e suas disputas internas) mais relação de subordinação ao Ministério do Trabalho pela legislação herdada do Estado Novo. A atuação sindical dos anarquistas dependia também de renovação e para sua efetivação, uma coordenação política mais eficiente, propugnada pelo Congresso de 1948, mas que nos anos posteriores, teve grandes dificuldades em se “reproduzir”. Um caminho elencado pelos libertários, foi o de reforçar as trincheiras de seus espaços culturais.

Contrariando a falsa percepção que o anarquismo nesse período desvinculara-se totalmente do mundo do trabalho ou que foi com-

pletamente absorvido pela estrutura sindical, a prospecção nessas duas categorias revela uma prática frequente de inserção das ideias e estratégias ácratas no universo sindical brasileiro, seja interferindo no interior de determinados sindicatos, seja na aproximação da base de determinadas categorias. A conjuntura iniciada nos anos 60, entretanto, modificaria totalmente a correlação de forças e os significados políticos no interior do campo da esquerda. Só então, que os libertários restringiriam sua atuação a determinados espaços e estratégias culturais.

O recém-reaberto Centro de Cultura Social de São Paulo desenvolveria “conferências e palestras comentadas, em sua sede, ou em outros recintos de associações populares ou sindicatos operários” buscando interferir nessa “arena” de disputa. O espaço também organizaria “cursos de aperfeiçoamento cultural, artístico e profissional”; fundaria uma “biblioteca circulante, constituída principalmente de obras e publicações periódicas que tratem da questão social”. Promoveria “exposições artísticas, científicas e profissionais de alcance popular”; organizaria para “seus sócios, um serviço de livraria com o fim de adquirir [...] livros e publicações periódicas, cooperando para a divulgação das de caráter social nos meios populares”; promoveria “saraus lítero-artísticos, exibições cinematográficas e excursões com programas de acordo com as finalidades do Centro de Cultura Social; patrocinaria “a atividade do grupo de Teatro Social, cujo programa é promover espetáculos em centros populares”; promoveriam “outras iniciativas que se tornarem necessárias para o desenvolvimento da obra do Centro de Cultura Social e que estejam de acordo com seus princípios e orientação”; e por fim, decidiam “auxiliar a fundação de centros com igual finalidade em subúrbios de S. Paulo e em outras cidades estabelecendo com os mesmos e com as entidades similares já existentes, uma obra de conjunto.” (PRONTUÁRIO n. 05 – CENTRO DE CULTURA SOCIAL, 1945, DEOPS-SP, pp. 2-3) A proposta de difundir esses centros culturais pelos espaços de moradia da classe trabalhadora indicam sobremaneira o centro da estratégia anarquista deste período mas na prática, limitou-se ao espaço do CCS em SP e do CEPJO no RJ.

Apesar do caráter cultural das atividades, o CCS foi vigiado durante muitos anos por um agente policial. Além de peças teatrais e

atividades culturais encenadas no CCS, estas foram também realizadas em espaços sindicais, como as peças “Ao Relento” de Afonso Schimdt e “O herói e o Viandante” de Pedro Catallo, dentro de um festival organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil em Santos. (*A PLEBE*, 01/01/1947, p.6) Além da peça de teatro que foi organizada pelo CCS, este levou também “um núcleo musical” para este festival. Esta atividade foi realizada no dia Primeiro de Maio, uma data repleta de significados para os anarquistas, mas também disputada por inúmeras forças. O (re)lançamento do primeiro número de *A Plebe* sob um festival cultural dentro de um sindicato resumia o principal objetivo da proposta cultural anarquista do período.

Além das apresentações teatrais, outras atividades também eram realizadas, tais como conferências e palestras de temas variados, como o curso de “Higiene Mental e Política”, organizado “por iniciativa da Universidade Popular – Presidente Roosevelt, em cooperação com o Centro de Cultura Social” ou “festas campestres”, como a que foi realizada no dia 25 de maio de 1947 na *Nossa Chácara*. (*A PLEBE*, 15/09/1947, p.4) Esta contou com um “ato litero-musical, com números musicais, canto, recitativos, palestras, etc., partidas de pingue-pongue, cestobol, além de brinquedos para as crianças”. Participaram desta, “dois núcleos musicais”. (*A PLEBE*, 01/01/1947, p.6)

No Rio de Janeiro, até a fundação do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), não havia um espaço como o CCS para os anarquistas realizarem suas atividades culturais. Parece correto supor que as atividades culturais tocadas pelos anarquistas no Rio de Janeiro, ganharam força apenas com o esvaziamento de sua ação sindical e de suas organizações específicas. Em São Paulo, ao contrário, a atividade cultural permanece atuante – paralela a atuação sindical –, desde os primeiros anos de reorganização dos anarquistas, ainda em 1947. As atividades anarquistas no CEPJO, fundado em 07 de março de 1958, eram eventualmente publicadas na grande imprensa; seus objetivos eram atrair um possível público militante. Em 1960, noticia-se na grande imprensa, o “Curso de Psicanálise” (*CORREIO DA MANHÃ*, 16/03/1960, p.2) no CEPJO e a conferência “Os conflitos familiares e

as neuroses” no mesmo ano. (*CORREIO DA MANHÃ*, 01/07/1960, p.2) Em 1962, a imprensa noticia os cursos ministrados pelo CEPJO, “Freud e a Análise dos Sonhos” (*CORREIO DA MANHÃ*, 23/11/1962, p.6) e em 1963 a conferência “Jung e os tipos psicológicos”. (*CORREIO DA MANHÃ*, 11/07/1963, p.2) Buscavam não somente compreender melhor a realidade com novas ferramentas teóricas, mas usar estes espaços como mecanismo de aglutinação militante. Essas atividades culturais seguiam uma lógica, que pode ser compreendida por uma frase impressa no verso de um programa do CCS, que dizia: “Procuremos divertir-nos instruindo-nos e educando-nos ao mesmo tempo”.

Seguindo o objetivo de ampliar a ideologia em contato com as “classes populares”, tais práticas encontraram barreiras consideráveis nos anos finais da década de 50. Nos anos que se seguem há pouca menção às práticas sindicais, já que é patente a grande dificuldade dos anarquistas em se inserirem nesse universo. Se por um lado, no contexto de “manutenção mínima” do anarquismo, na primeira metade da década de 60, tem nas suas atividades culturais um polo de atração de militantes, o efeito colateral é desconectar o anarquismo das questões mais visíveis da luta de classes do período. O que inicialmente supunha ser, uma tática, de uma ideologia revolucionária, corria o risco de se constituir como um fim em si mesmo. Com o golpe de 1964, muita coisa mudará. O CEPJO chega a funcionar por mais 04 anos até seu fechamento definitivo, por agentes da aeronáutica em 1968 (que prenderá e processará diversos militantes) e o CCS é fechado após a promulgação do AI-5, interrompendo suas atividades no dia 21 de abril de 1969, que permanecerão daí em diante, clandestinas.⁸²

Além de atividades culturais, os prontuários do DEOPS-SP revelam que os anarquistas também trabalharam em ações de solidariedade aos exilados espanhóis. No Congresso Anarquista de 1948, a rede de solidariedade aos anarquistas de outros países fora chamada pelos militantes “nacionais” de Solidariedade Social. Porém, alguns meses antes de qualquer decisão “oficial” do congresso, a atividade

⁸² O que ocasionou a prisão do militante Ideal Peres e de integrantes do Movimento Estudantil Libertário (MEL). Atualmente desenvolvo um estudo comparativo do anarquismo nas ditaduras militares, entre elas, o anarquismo brasileiro de 1964-1985.

desta rede, já era realizada, em nome da Solidariedade Internacional Anarquista. Apoiaram “cinco fugitivos do inferno franquista que ainda domina a Espanha” e “agiram no sentido de ser conseguido seu desembarque em terras brasileiras”. (*A PLEBE*, 15/09/1947) Mesmo com o esforço dos militantes paulistas os espanhóis foram trasladados para um navio de bandeira espanhola. Tendo em vista os depoimentos do militante anarquista Edgar Rodrigues outras ações foram empreendidas, nem sempre com sucesso. Em 1959 o CEPJO se mobilizou para salvar o anarquista espanhol José Comin Pardillos. José Comin tinha chegado clandestinamente num navio chamado “Cabo San Roque”, em 17 de maio de 1959 (RODRIGUES, 1993b, p. 268). Ainda com base nos depoimentos de Edgar, a União Nacional dos Estudantes (UNE) também se envolveu no caso, mas o estudante foi devolvido a Polícia Marítima e retornou ao território espanhol. Os anarquistas estiveram como constatado, envolvidos intimamente com o apoio a luta contra o franquismo e o salazarismo em território nacional. No dia 12 de março de 1959, o auditório da UNE recebeu o capitão português exilado no Brasil, Fernando Queiroga. Queiroga era um conhecido oficial anti-salazarista e pronunciou uma palestra com ampla participação de brasileiros e portugueses, entre eles, os militantes anarquistas do CEPJO. O livro de Queiroga, “Portugal oprimido” fora publicado pela Editora Germinal, gerida pelo anarquista português Roberto das Neves. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 13/05/1959)

Outra ação de solidariedade que merece ser mencionada foi a que envolveu 24 indivíduos a bordo do navio português Santa Maria. Na madrugada do dia 23 de janeiro de 1961, militantes do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) organizaram uma ação para tomar o controle deste navio, que resultou na morte de um membro da tripulação e dois feridos. A ação (chamada de Operação Dulcinéia) tinha como objetivo realizar um “ato político de oposição aos fascismos ibéricos (Salazar em Portugal e Franco em Espanha)” e foi organizada na cidade de Caracas, Venezuela (PINTO, 2012, p. 206). Perseguidos pela ação conjunta da Marinha e as Forças Aéreas de vários países, acabaram se entregando às autoridades do governo brasileiro no dia 02 de fevereiro, al-

guns dias após a posse de Jânio Quadros. A questão foi amplamente noticiada pela mídia e segundo depoimento de Edgar Rodrigues alguns membros do DRIL ficaram albergados na “Nossa Chácara” (RODRIGUES, 1993b, p. 52) por alguns meses e outros permaneceram por mais tempo. Contrariando a “profecia” que os condenara à extinção, a atividade dos anarquistas durante a década de 40 e 50, fora fundamental para manter os laços das distintas gerações do anarquismo conectados. A atuação dos libertários neste período; revigorou minimamente o anarquismo sob um contexto completamente adverso. e permitiu que a experiência de suas organizações específicas atravessasse os anos.

Fontes

Ação Direta (2ª fase), Rio de Janeiro, 1946-1959. Biblioteca Social Fábio Luz, Rio de Janeiro.

Ação Sindical, Rio de Janeiro, 1958. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.
A Plebe (2ª fase), São Paulo, 1947-1949. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

A Liberdade, Rio de Janeiro, 1919. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1960-1963. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1959. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

O Archote, Rio de Janeiro, 1947. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

Remodelações, Rio de Janeiro, 1945-1947. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

Depoimento de Adélcio Copelli. Entrevistador: Rafael Viana da Silva e Gabriel Amorim. Rio de Janeiro, 2011. Arquivo Mp3.

Prontuário n. 05 – Centro de Cultura Social, 1945. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Referências bibliográficas

ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. *História do Anarquismo no Brasil – Volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

BATALHA, Cláudio. “Os Desafios Atuais da História do Trabalho”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, 2006.

CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio; SILVA, Raul Mendes (Orgs.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro, 2011.

CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. *Artesãos da Subversão. Os Trabalhadores Gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo - São Paulo, 2010.

CORRÊA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo – 1953 a 1964*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas- São Paulo, 2007.

CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da. “Bakunin, Malatesta e o debate da plataforma”. *Instituto de Teoria e História Anarquista*, 2016.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sunderman, 2012.

FORTES, Alexandre *et all*. *Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

MATTOS, Marcelo Badaró *et all*, *Greves e Repressão Policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

PINTO, João Alberto da Costa. “O Sequestro do Santa Maria / resenha do livro de Ludenbergue Góes, *O Sequestro do Santa Maria: um sonho de liberdade*. São Paulo: Companhia dos Livros, 2011.” *Revista UFG*,, Ano XIII, nº 12, 2012.

RODRIGUES, Edgar. *Entre Ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993.

RODRIGUES, Edgar. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1992.

_____. *O Ressurgir do Anarquismo (1962-1980)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1991.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2014.

_____. *Indelévels Refratários: As Estratégias Políticas Anarquistas e o Sindicalismo Revolucionário no Rio de Janeiro em Tempos de Redemocratização (1946-1954)*. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas- São Paulo, 2005.

THIAGO, Cristiane Muniz. *Ofício militante: trabalhadores gráficos da cidade do Rio de Janeiro (1960-1980)*. Tese (doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas- São Paulo, 2011.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VAN DER WALT, Lucien. “Fora das Sombras: a base de massas, a composição de classe e a influência popular do anarquismo e do sindicalismo.” In: Andrey Cordeiro Ferreira (Org.). *Pensamento e Práticas Insurgentes: Anarquismo e Autonomias nos Levantes e Resistências do Capitalismo no Século XXI*. Niterói: Alternativa Editora, 2016.

Anarquismo, movimento estudantil e imprensa alternativa: a trajetória do jornal *O Inimigo do Rei* (1977-1988)⁸³

João Henrique de Castro Oliveira
Doutor em História Social
Universidade Federal Fluminense

O jornal *O Inimigo do Rei* (*IR*) foi uma das experiências mais originais dentre as publicações da “imprensa alternativa” durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Lançado localmente por estudantes universitários de Salvador, Bahia, o periódico logo ganhou distribuição nacional, conquistando leitores, reunindo colaboradores e retomando a discussão sobre as propostas anarquistas num período em que o regime verdugo começava a se distender – na tal “abertura lenta, gradual e segura”, iniciada no fim dos anos 70.

A publicação também trazia influência das ideias que, no período pós-II Guerra Mundial (1939-1945), puseram em xeque tanto a pseudoliberalidade oferecida pelo sistema capitalista quanto o endurecimento autoritário no interior das esquerdas de inspiração marxista-leninista. Nesse sentido, *IR* retoma alguns pontos da heterogênea pauta dos movimentos de “contracultura” e do chamado “esquerdismo”, cujo protagonismo se deu nos anos 1960, principalmente nos Estados Unidos e na Europa.

Como uma das trincheiras de resistência à ditadura, *IR* foi original em relação aos periódicos de outras tendências de esquerda, que ganharam maior atenção da historiografia especializada. Enquanto os

83 Este artigo é uma adaptação de parte da dissertação '*Do underground brotam flores do mal. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira* (OLIVEIRA, 2007), na qual são analisados, além de *O Inimigo do Rei*, outros seis jornais alternativos brasileiros, publicados entre 1969 e 1992. O objetivo da pesquisa foi compreender como o anarquismo e a contracultura serviram de influência para tais periódicos e seus respectivos grupos editoriais, no contexto de resistência à ditadura civil-militar (1964-1985).

jornalistas-militantes daqueles impressos viam como positiva a possibilidade de ocupar espaço na política institucional burguesa – apoiando, assim, a formação de novos partidos – periódicos anarquistas da época foram críticos ferozes dos limites da democracia liberal.⁸⁴ E *O Inimigo do Rei* foi um dos melhores exemplos nesse sentido.

Vozes libertárias em tempos sombrios: a resistência da imprensa alternativa

O pesquisador Rivaldo Chinem conta que entre “1964 e 1980 nasceram e morreram cerca de trezentos periódicos que se caracterizavam pela oposição intransigente ao regime militar.” (CHINEM, 1995, p.7.) Buscando mapear o mesmo fenômeno, Leila Miccolis (1986) organizou um catálogo de publicações independentes brasileiras. Nele, apresentou uma definição do que poderia ser considerado “imprensa alternativa”. Note-se que precisou ser um conceito devidamente amplo para dar conta da heterogeneidade dos “marginais” (tanto em termos temáticos quanto gráficos). Rivaldo Chinem fez referência a essa definição:

Ao classificar as várias publicações que saíam apesar dos anos de chumbo [...], a poetisa Leila Miccolis separou o que chamou de nânicos – em geral mimeografados, com tiragens pequenas, em papel-ofício grampeado – dos alternativos, como considerou os tablóides e minitablóides de médio porte, muitos com esquema de distribuição nacional até em bancas de jornais. O critério para Leila definir o que seria alternativo foi a presença de algum tipo de resistência contracultural no sentido amplo, de público universitário, de teatro,

84 Outros três títulos anarquistas analisados em minha pesquisa (OLIVEIRA, 2007) foram as revistas *Barbárie*, *Autogestão* e *Utopia*. A primeira foi lançada também em Salvador (BA), entre 1979 e 1982, e tinha linha editorial bem semelhante ao *IR* (inclusive, havia colaboradores em comum). Quanto à revista *Autogestão*, de São Paulo, foi localizada apenas uma edição (número 3, de junho de 1980), que também reforçava a temática socialista libertária. Por fim, já no período de “redemocratização”, *Utopia* (1988-1992) reunia militantes cariocas do Centro de Estudos Libertários (CEL), entre eles o veterano anarquista Ideal Peres (1925-1995).

de música, de propaganda, de asa-delta, de cinema, místico-filosófico, de fanzines, de grupos estigmatizados (negros, mulheres, homossexuais, índios), de literatura, de alimentação natural, de costume, de ecologia, de variedades, etc. Foi bastante empregado na época o termo “geração do mimeógrafo”, tal o número de poetas que assim publicavam sua arte e saíam vendendo a tiragem de mão em mão. (CHINEM, 1995, pp.38-39. Grifos meus)

Outra definição bastante abrangente foi dada por Maria Paula Nascimento Araújo, que investigou jornais independentes para compreender as experiências da esquerda brasileira nos anos 70 do século passado.

A imprensa alternativa congregava jornais de vários tipos: a) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas); b) revistas de contracultura (que reuniam intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos” – os que produziam fora do esquema comercial); e c) publicações de movimentos sociais (englobando nesse campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa – aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra”, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas etc.). (ARAÚJO, 2000, p.21)

Bernardo Kucinski chamou a atenção para a necessidade de resistência e o desejo de participação política dos militantes. O texto é bem semelhante ao de Rivaldo Chinem, mas diverge na estimativa do número de publicações – de 300 para 150:

Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica*. A palavra *nanica*, inspirada no formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários [...]. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. [...] Já o radical de *alternativa* contém quatro dos

significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUCINSKI, 1991, p.XIII)

Kucinski propôs uma tipologia para os jornais alternativos: os “predominantemente políticos”, de um lado, e os mais ligados à “crítica dos costumes e à ruptura cultural”, de outro. O primeiro grupo seria herdeiro dos que valorizavam um projeto nacional-popular, com raízes no nacional-desenvolvimentismo dos anos 50. Também estariam presentes ali os adeptos de um “marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos 60”, nas palavras do autor.

A classificação, um tanto estanque, enquadrava os jornais anarquistas no segundo grupo, também chamado de “existencialista”, que reuniria...

[...] os jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contra-cultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. (KUCINSKI, 1991, p.XV. Grifos meus)

Em pesquisa sobre jornais anarquistas e contraculturais (OLIVEIRA, 2007), procuramos demonstrar que alguns deles não tratavam apenas de “crítica dos costumes” e “ruptura cultural” num sentido estrito. Proposições políticas, projetos alternativos de sociedade e críticas mais duras ao sistema também estavam presentes em suas páginas. Esse era o caso de *O Inimigo do Rei*, que foi classificado por Kucinski apenas como “existencial”. O periódico baiano vai retomar, de fato, alguns aspectos dos “movimentos de contra-cultura”; entretanto, não deixou de lado os temas “predominantemente políticos”, tornando-se um dos mais ferrenhos críticos da ditadura – mais até que os jornais de frentes “progressistas”, que celebravam o restabelecimento do pluripartidarismo, com a possibilidade de participação nas eleições sob os parâmetros da democracia liberal-burguesa.⁸⁵

⁸⁵ Kucinski, numa atualização a sua história da imprensa alternativa, reconheceu que os pe-

Ironia e engajamento: *O Inimigo do Rei* entra em cena

Um jornal simultaneamente militante e bem-humorado, engajado e desbocado, que exalava um inconfundível perfume contracultural, trazendo em suas páginas desde textos falando sobre anarcossindicalismo e mártires de Chicago, até matérias sobre sexualidade e maconha. A experiência editorial do *IR* surpreendeu pela longevidade: onze anos de existência, com alguns hiatos. Depois dos primeiros números, a Bahia ficou pequena: colaboradores do Rio, São Paulo, Porto Alegre e outros lugares participaram com textos e notícias que tornavam realidade a presença do anarquismo no país.

O jornalista Toni Pacheco, um dos fundadores do *IR*, lembra que o jornal teve um “embrião”: um panfleto mimeografado lançado na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Seu nome era *O Fantasma da Liberdade* e surgia no contexto do movimento estudantil (ME) da época.

A gente via o ME todo na mão do pessoal comunista, mais autoritário do que a ditadura. E eles agiam com a gente igual à ditadura agia com o povo brasileiro. Era uma ditadura severa contra o ME. Eles controlavam tudo. Eles que eram donos dos diretórios acadêmicos (DAs). Eram coisas assim... “singelas”. Eles tinham as chaves e não deixavam os alunos entrarem nos DAs deles próprios. Quer dizer: era uma propriedade dos movimentos marxistas. Aí tinha o PCB [*Partido Comunista Brasileiro*] de um lado – que eram os comunistas históricos – o PCdoB [*Partido Comunista do Brasil*] de outro... E tinha a Libelu [*Liberdade e Luta*], que era trotskista... (Entrevista concedida a BAQUEIRO & NUNES, 2007)

Pacheco e o colega Alex Ferraz, que faziam o curso de Jornalismo, tiveram a ideia de transformar o panfleto em jornal. Assim nascia o *IR*, cujo número de estreia foi publicado em outubro de 1977. Abaixo do

riódicos “de raízes mais existencialistas do que marxistas atuavam num plano da contingência política, opondo-se até mais visceralmente ao regime” (KUCINSKI, 1998, p. 181).

título, um *slogan* irônico resumia o espírito do impresso: “Enfim, um jornal antimonarquista”. A tal “monarquia” poderia representar tanto o governo militar de direita quanto as “aristocracias” de partidos que dominavam os países “comunistas” e o movimento de estudantes.

No primeiro número, sobressai o caráter semi-artesanal da produção. O formato não é ainda o tabloide (28 cm de largura por 38 cm de altura), que vai caracterizar os exemplares seguintes, mas apenas um pouco maior do que uma folha de papel ofício (21,6 cm × 35,6 cm). São dez páginas, em preto e branco, trazendo poucas ilustrações e muito texto, numa diagramação “pesada”.⁸⁶

Os coletivos responsáveis pelo *IR* eram formados por estudantes da UFBA: “Fantasma da Liberdade” (do curso de Filosofia), “Um Estranho no Ninho” (Economia), “Ovelha Negra” (Comunicação) e “Fim de Festa” (Ciências Sociais). Questões pertinentes ao ambiente universitário correspondiam à maioria dos assuntos tratados na primeira edição, como se pode ver nas manchetes: “Podemos melhorar o curso de Filosofia?”; “Ciências Sociais: A quem serve o Diretório?”; “Comunicação. Que Comunicação?”.

O jornal surgia como instrumento de crítica e de proposição. Por um lado, atacando o que eles entendiam como uma burocratização do movimento estudantil; e, por outro, apresentando a proposta libertária. Os ataques do *IR*, desde seu número de estreia, demonstravam a opção bem típica do anarquismo e de correntes de contracultura naqueles tempos de “Guerra Fria”: o não alinhamento em relação tanto aos governos de direita quanto aos partidos marxista-leninistas. Dessa forma, o periódico tinha uma postura crítica diante do processo de “redemocratização”, vista pelos editores e colaboradores como um projeto das elites, um mero rearranjo de poder que não beneficiaria a população em geral. E mesmo que o foco fosse o universo estudantil, os artigos abordavam o cenário político nacional e internacional. Isso fica óbvio quando o grupo se refere ao avanço da ala jovem do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no interior do DCE (Diretório Central dos Estudantes):

86 4 Termo usado no meio jornalístico para descrever publicações que apresentam muito texto, formando blocos que ocupam praticamente todo o espaço. Quando uma publicação é mais “arejada”, ela traz mais espaços em branco, uso de fotos e ilustrações, num equilíbrio com a palavra escrita, dando impressão de um visual mais “leve”.

“Este grupo com estas atitudes dignas de repúdio, demonstra seu oportunismo, fielmente calcado no oportunismo do MDB: a classe média em busca do poder.” (*O INIMIGO DO REI*, 09/1977, p.3)

O segundo número, publicado em maio de 1978, apresentava tímidas modificações gráficas, estando, porém, mais bem ilustrado que o anterior. Uma das figuras da capa fazia referência ao Maio de 68, que naquele ano completava seu décimo aniversário. Outra chamada dizia respeito a um tema que também estava entre os mais discutidos pelo jornal: a autogestão. Diferentemente do número de estreia, a segunda edição vinha com oito páginas e um formato novo: o tabloide.

Outro tema muito abordado pelo *IR* – e que o caracterizava como jornal tipicamente ácrata – foi o resgate da memória do anarquismo no Brasil e no mundo. Nesse segundo número, uma matéria de página dupla relembra as manifestações grevistas de 1917. Com o título de “História das esquerdas no Brasil”, o texto fazia críticas ao livro do brasileiro John Foster Dulles, *Anarquismo e comunismo no Brasil*. O autor (não identificado)⁸⁷ dizia que Dulles sobrevalorizou as lutas entre anarquistas e comunistas, “como se isso fosse o ponto mais importante da questão social no Brasil”. O brasileiro, segundo o autor, teria descrito os anarquistas como operários que “andaram o tempo todo a fazer greves, a praticar atos de violência e, a partir de 1922, a brigar com os comunistas”, esquecendo-se de mencionar a obra educadora dos mesmos, as lutas pela obtenção de seguro contra acidentes, o teatro social, os Centros de Cultura Social, etc. (*O INIMIGO DO REI*, n°2, 05/1978, p.6-7)

Anarquismo e ditadura

Nos seus dois primeiros números, *IR* já dava mostras de sua postura política, de suas escolhas temáticas e da disposição de esquentar

87 No livro *O anarquismo no banco dos réus* (1993), Edgar Rodrigues reproduz o mesmo texto como sendo de sua autoria. Sabemos que Rodrigues foi colaborador do *IR*, o que torna plausível que a matéria no jornal, mesmo sem autoria, tenha sido realmente escrita por ele.

o debate em torno do anarquismo no país, adormecido desde a ação repressiva sobre o Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), no Rio de Janeiro, em 1969.

Fundado em 1958, o CEPJO tinha função primordialmente didático-cultural, realizando palestras, cursos e conferências sobre os mais diversos temas, tais como psicanálise, literatura, medicina, maçonaria e, obviamente, socialismo libertário. Espaço de resistência, aglutinou grupos que nos anos 1960 defendiam ideais antiautoritários, tais como o Movimento Estudantil Libertário (MEL), o Grupo de Teatro Social (Grutepa), o Movimento Pacifista Brasileiro, o Centro Internacional de Pesquisas sobre Anarquismo no Brasil (CIRA-Brasil), entre outros. Também faziam parte do CEPJO: Ideal Peres, que militou nos anos 40 e 50, era filho de Juan Perez Bouzas e ex-aluno de José Oiticica; o português Edgar Rodrigues, memorialista que deixou grande obra sobre anarquismo; e Roberto das Neves, fundador das editoras Germinal e Mundo Livre. Esses três seriam, anos mais tarde, colaboradores e entusiastas d'*O Inimigo do Rei*.

O Centro se desenvolveu num período em que o anarquismo brasileiro já não possuía uma inserção maciça nos movimentos sociais – como havia ocorrido nas primeiras décadas do século XX. O CEPJO faria parte (assim como o *IR*, mais adiante) do que os pesquisadores Michael Schmidt e Lucien van der Walt (2009) chamaram de “quarta onda” do anarquismo no mundo, que iria de 1950 a 1989. De acordo com essa periodização, esse intervalo marcaria um refluxo em relação ao “período glorioso” – ou seja, a época das três ondas iniciais: a *primeira, de 1868-1894* (os primórdios do anarquismo, que surge no seio da tradição socialista, num contexto de formação e lutas da classe trabalhadora no século XIX); a *segunda, de 1895 a 1923*; e a *terceira, de 1924 a 1949*.

Contudo, mesmo com a perda do vetor social de outrora, a quarta onda seria marcada pela revalorização da tradição anarquista, notadamente nos movimentos sociais de juventude (Maio de 68, contracultura, críticas ao “socialismo realmente existente”, oposição ao imperialismo estadunidense, luta contra regimes totalitários, etc.). Tal influência perdura no que Schmidt e Walt identificaram como “a quinta

onda”, de 1990 até os dias atuais, quando muitas ideias, práticas e militantes anarquistas compõem no contexto de heterogêneos movimentos “autonomistas”, “anticapitalistas” e “antiglobalização”.⁸⁸

Depois do golpe de 1964, “elementos desconhecidos passaram a frequentar as reuniões do CEPJO, sempre realizando perguntas estranhas que pudessem comprometer o Centro” (CORRÊA, 2009, p. 87.). Em 1969, chamou a atenção do Estado autoritário a atuação do MEL, que havia distribuído panfletos considerados “subversivos”. Num dos trechos de uma das publicações, reproduzido no inquérito da Justiça Militar, o grupo de estudantes anarquistas afirmava: “Infeliz o país que tenta resolver os problemas do ensino à custa do cassetete e da bala”.⁸⁹

Em seguida, três jovens que frequentavam o CEPJO foram presos e torturados, fornecendo o nome de outros frequentadores. A partir desse episódio, a espiral de arbitrariedade se desenrolou, resultando em prisões de membros do MEL, invasão do CEPJO por agentes da Aeronáutica, detenção de diretores do Centro (entre eles Ideal), tortura de alguns integrantes e instauração de um inquérito policial. O procurador da Justiça Militar fez denúncia ao juiz da 1ª Auditoria da Aeronáutica contra 16 militantes, acusados pelo Estado de “ameaça à Segurança Nacional” e envolvimento “num movimento anarquista subversivo”. No julgamento, a defesa alegou, com base nos estatutos do CEPJO, que a doutrina anarquista não havia sido divulgada no local (uma mentira providencial, obviamente) e que não havia provas suficientes para caracterizar uma “ação subversiva”. Felizmente, todos foram absolvidos. (RODRIGUES, 1993)

O golpe de 1964 e a ditadura que se estabeleceu provocaram receio nos militantes que restaram. Não era recomendável atuar abertamente. Assim, o Centro de Cultura Social (CCS) de São Paulo, espaço

88 Claro que a “teoria das cinco ondas” traz todos os inconvenientes das propostas esquemáticas, que fatalmente deixam passar nuances que não podem ser captadas pelo modelo. Nesse caso específico, poderíamos contestar, por exemplo, que a revalorização das ideias anarquistas da “quarta onda” foi muito mais sentida na Europa ou nos EUA do que no Brasil ou na América Latina em geral, onde as correntes de tendência marxista-leninista protagonizaram a resistência às ditaduras locais. De qualquer forma, é um modelo que tem seu valor didático e ilustrativo para que possamos compreender tendências mais amplas da história do anarquismo no mundo.

89 Os documentos que se referem ao episódio de repressão ao CEPJO podem ser acessados no site ‘Brasil Nunca Mais Digital’: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>

tradicional de anarquistas fundado em 1933, resolveu fechar as portas (que só seriam reabertas em 1985). Reuniões, debates e correspondências passaram a ocorrer de modo clandestino. Em 1973, por exemplo, Ideal Peres vai fazer parte do Grupo Alfa de Estudos Históricos (ou Grupo Projeção), que tinha como objetivo preservar a memória anarquista. Ele também realizou, em sua própria casa, reuniões “para a leitura e reflexão de textos libertários, conseguindo lá aglutinar jovens interessados nas ideias anarquistas”. (CORRÊA, 2009, p. 91.)

O jornalista Milton Lopes relata sua aproximação com o grupo que fazia reuniões na casa de Ideal Peres e o clima de apreensão dos que se interessavam pelas “ideias subversivas”.

Isso que eu estou falando ocorre de 68 até 72, mais ou menos. Eu, muito novo, tive de trabalhar numa empresa. Lá entrou muita gente da minha faixa etária, 20 e poucos anos, e o pessoal tinha certas preocupações sociais. Aí, eu descubro que meu chefe era marxista, e isso na época era inconcebível. Hoje, o cara fala tranquilamente que é marxista. Naquela época, fazer qualquer crítica mais dura ao regime significava correr alguns riscos. Foi um regime sinistro, um negócio nazista mesmo.

E a gente, com toda nossa perplexidade em torno de várias questões, resolveu formar um grupo. Até que eu vi um livro do Daniel Guérin, *O Anarquismo*, que o Roberto das Neves, da editora Germinal, havia editado. Aí, eu li aquele livro e achei interessante. Tinha o endereço no livro e resolvi procurar o Roberto das Neves, no Edifício Dark, nono andar, onde era a editora. Esperamos um tempão e aí aparece o Roberto. Ele passa um bilhetinho dizendo pra gente procurar o Ideal Peres na casa dele, no Leme. E ele dizendo que acabaram de passar por um processo. (Depoimento de Milton Lopes em 23 nov. 2006. Apud OLIVEIRA, 2007, p.150)

O encontro entre Ideal e Milton representa a ponte de gerações que vinha se fazendo nesses pequenos grupos, mantenedores de uma memória que se recusava a apagar. De 1969, ano do fechamento do CEPJO, até 1977, as ideias anarquistas se mantiveram acesas em

pequenas células. Naquele fim de anos 70, com os primeiros sinais da “abertura”, uma experiência editorial de alguns estudantes baianos fez com que antigos militantes se agitassem novamente.

Numa reunião, a Ester [*Redes, mulher de Ideal Peres*] disse que ele estava muito contente, pois estava se correspondendo com um pessoal da Bahia. Era o pessoal de *O Inimigo do Rei*. E o Ideal disse pra gente que eles eram engraçados porque puseram um anúncio que chamava quem estivesse interessado em comprar uma ilha para fazer uma comunidade. Aí, o Ideal disse pra eles: “Vocês estão malucos!? Querem repetir aquelas experiências de comunidade?”. Eles responderam que não... Era mais uma tentativa de atrair as pessoas que estavam dispersas pela ditadura [*risos*]. Era uma “isca” para as pessoas. (Depoimento de Milton Lopes em 23/11/2006 apud OLIVEIRA, 2007, p.150)

Da Bahia para o Brasil

Aproveitando-se do clima de relativa abertura, o *Inimigo* começou como uma experiência de estudantes e logo se tornou o jornal anarquista mais influente em nível nacional. Ele funcionou como verdadeiro catalisador, atraindo anarquistas que estavam “escondidos”, dispersos e silenciados pelos tempos de obscurantismo – além, é claro, de conquistar novos adeptos entre os jovens, que passam a conhecer a ideologia ácrata.

A partir do terceiro número (setembro-outubro de 1978), as mudanças se tornaram mais evidentes. De início, um “inchaço” considerável no número de páginas: de oito para 20. O caráter estudantil não era mais tão central: o expediente não citava mais os coletivos que fundaram o periódico. Em seu lugar aparecem, pela primeira vez, os nomes dos realizadores. Entre eles, Ricardo Líper, Antônio Carlos (Toni) Pacheco, Edmundo Sento-Sé, João Carneiro e José Liberatti. Estes dois últimos nomes eram, na verdade, pseudônimos usados pelo

veterano anarquista Ideal Peres.⁹⁰ Sua colaboração no jornal pode ser encarada como emblemática quanto à aproximação de duas gerações de militantes cindidas pela ditadura.

Aos poucos, o jornal ia definindo sua identidade gráfica e editorial. Nesse mesmo número, um comunicado na página dois resumia a principal marca: a afirmação dos princípios autogestionários. “Quando circula o seu terceiro número, *O Inimigo do Rei* atinge sua maturidade, como uma empresa autogestionária, cujo maior significado é uma experiência de jornalismo realmente livre e independente, feito por equipe, sem estrelas ou constelações.” (“Quem é o inimigo”. *O INIMIGO DO REI*, 09-10/1978, p.2.)

Nas páginas seguintes, criticava-se a Igreja Católica soteropolitana; denunciava-se a tortura de índios; defendia-se o voto nulo diante do jogo de cartas marcadas da democracia parlamentar (isso num momento em que os anseios pelo voto eram cada vez mais ouvidos na sociedade civil); e tinha início uma série de ensaios que buscavam explicar o que significava a autogestão. Atenção especial era dedicada às organizações sindicais, como na matéria sobre o 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria, no Pavilhão de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. O autor, Antônio Fernandes Mendes, trazia informações do próprio local, demonstrando que os assuntos tratados pelo jornal começavam a extrapolar os limites da Bahia. O interessante do relato é que ele traz ao nosso conhecimento a existência de grupos dissidentes, entre os quais os libertários que, segundo o repórter, gritavam “Viva a autogestão!” (“V CNTI: onde estavam os trabalhadores?”. *O INIMIGO DO REI*, 09-10/1978, p.7)

O movimento sindical paulista foi assunto da matéria assinada por José Liberatti, isto é, Ideal Peres. O título era “Qual é a de Lula?” e o texto ressaltava certa “inspiração anarcossindicalista” nos discursos e

90 Num levantamento feito por Milton Lopes, do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa (NPMC), constam nove nomes utilizados por Ideal em textos enviados para o *IR*. Além de José Liberatti e João Carneiro, temos: João Liberatti, Antonio Carvoeiro, Martins Freire Lustrador, Ari Selênio Candeeiro, Sujiro Chibata, Arcádio O.Silva e Marino de Sá Caniculeiro. O que mais assinou artigos foi José Liberatti (com nove), seguido de João Liberatti (dois). Os demais aparecem com um artigo cada. Agradecimentos a Renato Ramos, que forneceu essas informações.

práticas dos operários do ABC. Citando uma declaração de Luís Inácio Lula da Silva ao jornal *Em Tempo* (3/7/78), Ideal lembrava que o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema expressou posições em favor das bases – “À classe trabalhadora deve ser dada a liberdade de agir e pensar” –, demonstrando rejeição ao paternalismo, apoio à descentralização e desconfiança em relação aos partidos. Contudo, Ideal fazia uma ressalva, que já estava expressa no próprio título: “[...] não sabemos o que pensa o Lula e que caminho tomará no futuro face aos problemas da classe operária e dos sindicatos estatais, entretanto ficam aqui registrados seus pensamentos para uma eventual confrontação”. (*O INIMIGO DO REI* 09-10/1978, p.9)

A “eventual confrontação” foi feita no número 7 (09-10/1979), quando Ideal, agora usando o pseudônimo Martins Freire Lustrador, analisava a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a atuação de Lula no processo. Peres contestava as afirmações de que o PT seria “fundado, constituído e dirigido por trabalhadores”, já que Lula teria dito que “alguns componentes do MDB poderiam fazer parte da agremiação”. Destoando de jornais como *Em Tempo*, que celebravam com esperança a chegada de um “partido dos trabalhadores”, Ideal previa que o partido logo iria se interessar pelo poder e se afastar das lutas dos trabalhadores.

Há um trabalho pertinaz a ser executado na esfera sindical, visando à alteração da estrutura fascista, e não será, naturalmente, o “Lula” pessoa interessada nessa luta, pois seu objetivo claro agora é o de resolver seu problema pessoal se candidatando ao cargo de deputado pelo hipotético PT, e assim afastar a ameaça de voltar a ser operário metalúrgico. (*O INIMIGO DO REI*, 09-19/1979, p.5)

A “abertura política”, com a saída do regime bipartidário e a volta de partidos proscritos, era vista por Ideal Peres com fina ironia:

O diabo é que nesse momento de pseudo abertura uma série de partidos estão se autoproclamando como os autênticos partidos dos trabalhadores. É o PC do senil Carlos Prestes, o PCBR do ressuscitado João Amazonas, o PTB do gozador Leonel Brizola e o PSB.

Todos se proclamando vanguarda operária. É vanguarda em demasia para tão escassa retaguarda. (Id.)

Uma mudança gráfica radical foi realizada a partir de 1979. A cor vermelha aparecia em destaque na capa, compondo com o preto uma combinação que tinha tudo a ver com o anarquismo – já que a bandeira rubro-negra é um símbolo adotado tanto pelo anarcossindicalismo quanto pelo comunismo libertário. O logotipo mudou e o formato tabloide se firmava. Mais uma vez, 20 páginas de temas que davam a cara do jornal.

Podemos resumir aqui as principais questões tratadas pela linha editorial de *IR* ao longo de sua trajetória:

- a) anarquismo e autogestão;
- b) críticas ao marxismo-leninismo;
- c) combate à ditadura;
- d) movimento estudantil;
- e) minorias políticas (homossexuais, negros, mulheres, índios);
- f) ecologia;
- g) legalização da maconha;
- h) movimento operário;
- i) Maio de 68 e contracultura.

“A na bola” pichado nos muros da contracultura

Alguns teóricos definiram o termo “contracultura” como algo relativo a uma cultura minoritária, ou a “um conjunto de valores que contradizem os da sociedade dominante.” (OUTHWAITE, 1996, p.134). A partir daí, coexistem duas tendências. A primeira utilizaria o conceito acima de fronteiras históricas, generalizando seu significado a outros períodos e movimentos sociais. Assim, seriam considerados con-

traculturais movimentos como a cristandade – na Jerusalém judaica e na Roma pagã – ou algumas seitas da Inglaterra do século XVII.

Uma segunda alternativa, que preferimos utilizar aqui, é tratar a contracultura como um fenômeno temporalmente circunscrito, ainda que ela possa tomar como referência movimentos distanciados até por milênios. Historicamente produzido, o conceito contemporâneo de contracultura faz referência, então, “aos valores e comportamentos da mais jovem geração (...) dos anos 60, que se revoltava contra as instituições culturais dominantes (...)” (OUTHWAITE, 1996, p.134.)

Um dos pioneiros a tentar analisar essa geração foi Theodore Roszak (1972), que lançou um livro sobre o tema em 1968 (data da primeira edição nos EUA). Sua obra é fundamental, mas é um estudo centrado numa perspectiva estadunidense: após a leitura, fica a impressão de que o principal vetor da contracultura parte somente dos EUA. Nessa linha, Roszak argumentava que os jovens norte-americanos teriam condições mais vantajosas para impor resistência ao *status quo*, exatamente porque não seriam tão influenciados pela tradição socialista, como os europeus.

Outros autores, entretanto, defendiam que grupos fora dos EUA teriam antecipado o que mais tarde viria a se tornar conhecido mundialmente – devido à força da indústria cultural estadunidense. Um exemplo seria o coletivo *Provos* (termo derivado da palavra “provocação”), que se formou na primeira metade dos anos 60, em Amsterdã, Holanda. Para Matteo Guarnaccia (2001), o grupo holandês antecipou uma série de representações e práticas que ganhariam, anos mais tarde, o *status* de “contracultura”. E um detalhe reforça a tese de que realmente havia relações entre os jovens dos anos 60 e a ideologia ácrata: os integrantes do *Provos* se assumiam como anarquistas e fundamentavam suas inserções políticas nos preceitos da ação direta.

Daí que o entendimento da contracultura como fenômeno amplo não deve ignorar, a nosso ver, o cenário europeu e principalmente as agitações nos meios estudantis. Richard Gombim, por exemplo, chamou a atenção para o fenômeno do *esquerdismo*, que ele definiu como “uma alternativa radical ao marxismo-leninismo” (GONBIM, 1972, p.21.) E, ao contrário do que julgava Roszak, a tradição socialista da Europa vai fornecer ao esquerdismo sua

base teórica mais sólida, demonstrando que os movimentos juvenis do Velho Mundo dispunham, por vezes, de maior consciência política.

O esquerdismo europeu criticava a hegemonia do marxismo-leninismo, que estava “monopolizando a direção ideológica do movimento revolucionário organizado”. (GONBIM, 1972, p.12.) Também propunha o combate à burocratização/reformismo dos sindicatos e partidos; ao patronato e à autoridade estatal; e às direções operárias. Nessa luta – não alinhada nem ao capitalismo, nem ao socialismo de Estado – tornaram-se comuns referências ao pensamento anarquista, como fica claro no trecho a seguir: “Lutando ao mesmo tempo contra as estruturas constrangedoras da sociedade global e contra o domínio das direções operárias, os trabalhadores reencontram reflexos muito antigos, que um Proudhon e um Bakunine haviam sentido melhor do que um Marx ou Lenine. (GONBIM, 1972, p.19. Grifos meus.)

Nesse movimento de renovação das esquerdas, recuperam-se bandeiras históricas do anarquismo, como a autogestão, a greve geral e o fim da dicotomia dirigente-dirigido. Assim, negava-se o explícito vanguardismo (hipervalorizado pelo leninismo) em favor de uma maior pluralidade e diversidade de tendências políticas no ambiente revolucionário.

Dessa forma, o anarquismo se apresenta nos movimentos dos anos 60/70 como elemento de influência, infiltrando-se em discursos heterogêneos. Essa participação difusa foi maior do que como movimento orgânico, composto por bases relativamente numerosas e ideologicamente coesas. O historiador Francisco Foot Hardman procura demarcar bem as diferenças entre aquele anarquismo histórico (umbilicalmente ligado ao universo operário) e as propostas que chamou de “anarquizantes”:

[...] houve uma ruptura entre o movimento anarquista mundial que interveio na luta de classes até a guerra civil espanhola, início da II Guerra Mundial, e, posteriormente, as gerações que reapareceram já nos anos 60, retomando propostas “anarquizantes”, estando filiadas, contudo, não mais ao movimento operário e sim a movimentos radicais da pequena burguesia nas Universidades, nos meios artísticos, nas manifestações da juventude na Europa e nos EUA, marcadas pelos signos de maio de 68 e Woodstock. (HARDMAN, 1983, p.76.).

Ecoss da contracultura n’*O Inimigo do Rei*

Ao lado dos temas clássicos do anarquismo, o *IR* também levantou algumas bandeiras que vieram à tona com os movimentos de contracultura. A defesa das minorias, notadamente dos homossexuais, comparecia entre os temas preferidos do tabloide. No número 5 (04-05/1979) foi publicada uma entrevista com um homossexual identificado como Jufe. Ele falava da repressão familiar, das surras que levava do pai e das fofocas, demonstrando que o jornal não se preocupava apenas com a questão da opressão entre classes sociais e abria espaço para as questões ligadas à sexualidade.

No clima das revoluções comportamentais dos anos 60/70, que ainda chocavam moralistas dos anos 80 (e, por que não dizer?, ainda escandalizam os puritanos neste início de terceiro milênio), *IR* fazia o que melhor se propunha: provocar. Na capa do número 9 (01-02/1980) estampava uma manchete bem grande: “Prática sexual ampla, geral e irrestrita”, parafraseando o lema da abertura. Mais abaixo: “Denúncia: eletrochoques contra os homossexuais”. E bem no pé da página: “Congresso anarcossindicalista”. Por trás das chamadas, uma foto de dois homens se abraçando.

A questão das drogas também aparece em alguns textos. Mas o destaque maior foi dado no número 13 (11/1980 – 03/1981), com a irônica chamada de capa: “Você pode fumar baseado (Desde que não seja do PDS ou TROTSKISTA)”. Na foto por trás das letras, uma pessoa fuma um cigarro de maconha. O artigo é assinado por Antônio Carlos Pacheco, que propõe a divisão entre os que glorificam o trabalho e os que valorizam o prazer, compondo o velho embate mítico entre Apolo e Dionísio. Do lado de Apolo, o autor coloca Hitler, Marx e até mesmo o anarquista Proudhon – que Daniel Guérin (1980) já havia chamado de “reprimido sexual” e “puritano” em matéria de sexualidade.

Para Pacheco, a origem da glorificação do trabalho estaria na divisão da sociedade em classes, quando os que viviam do trabalho alheio passam a pregá-lo como “digno”, “enobrecedor.” Nesse sentido,

as campanhas contra a liberdade de fumar maconha estariam imbuídas por esse *patrulhamento apolíneo*: um controle contra o prazer que foi praticado tanto pelos regimes capitalistas quanto pelos autointitulados “comunistas.” Daí que a habitual crítica aos dogmas da esquerda volta à tona no artigo:

Uma mostra disto [*refere-se à proibição ao uso da maconha*] pode ser dada por uma circular que andou pelas células da Organização Socialista Internacionalista (que congrega o movimento estudantil “Liberdade e Luta”, o jornal “O Trabalho” e alguns setores do PT). Nesta circular proíbe-se aos militantes fumar maconha e pior (bem pior), recomenda-se que se trotskystas **não andem em companhia de maconheiros** para evitar o contágio. (“Baseado em quê se proíbe a maconha?”. (*O INIMIGO DO REI*, 11/1980 a 03/1981, p. 10. Grifos no original)

Pacheco argumentava que o corpo “é a única propriedade que não pode ser coletivizada”, criticando o controle imposto pelo capitalismo e pelo marxismo (“os dois lados idolatram Apolo e abominam Dionísio”). O discurso em favor das experimentações com drogas é tipicamente contracultural. Todavia, a matéria do *IR* não perdia de vista o horizonte da revolução social, não confundida com o ato de fumar um cigarro de maconha – mais ligado a uma revolução comportamental que não se confundiria com a luta mais ampla pela destruição do capitalismo:

Quem acende um baseado não o acende pensando em escapar do capitalismo, pois só um imbecil pensa em ser possível escapar do capitalismo sem destruí-lo. [...]

Prazer pelo prazer [...]. É como trepar: ninguém vai pra cama pensando em acabar com o capitalismo.

[...] fumar baseado é uma coisa revolucionária por colocar em xeque as estruturas do Sistema no que elas têm de mais sólido que é a ideologia apolínea do trabalho. (*O INIMIGO DO REI*, 11/1980 a 03/1981, p.10)

O número 13 é um dos mais recheados de tópicos bastante discutidos pelos movimentos de contracultura. A questão da sexualidade é retomada, mesclada mais uma vez com a crítica ao marxismo-leninismo. No artigo “Lênin fala sobre sexo”, expõe-se o que seria a moral pudica do comunismo leninista diante das questões sexuais. O desenho que ilustra a matéria é bastante criativo: um pênis sendo atravessado pela clássica foice que, junto ao martelo, ilustra a bandeira soviética. Para o jornal, as “posições de Lênin sobre sexo são as mesmas dos judeus, da Igreja Católica e de Benito Mussolini, daí a União Soviética ser o que é hoje, um país onde a repressão sexual é maior que em qualquer parte do mundo.” (*O INIMIGO DO REI*, 11/1980 a 03/1981, p. 18)

“O único jornal autogestionário do Brasil”

Um dos temas centrais do anarquismo, a autogestão não era apenas uma das pautas das edições do *IR*, mas constituía a prática jornalística de seus editores. O aumento da rede de colaboradores leva-os a ressaltarem com maior vigor sua filosofia, que mesclava a independência característica da imprensa alternativa com a bandeira clássica do movimento operário revolucionário: o fim da divisão entre trabalho manual e intelectual.

Aos colaboradores. A quem quiser escrever para O INIMIGO DO REI:

Nós somos o único jornal autogestionário do Brasil.

Isso significa que todas as pessoas que aqui escrevem estão em pé de igualdade e não sofrem censuras de “conselhos editoriais” iluminados.

Entretanto, o critério para escrever este jornal é assumi-lo e trabalhar braçalmente por ele. Vendê-lo de mão em mão, suportar as exaustivas reuniões etc. [...]

Em resumo: não fazemos distinção entre o trabalho intelectual e braçal. (O INIMIGO DO REI, 04-05/1979, p.2).

Outro traço marcante do *IR* – também comum a outras experiências comunicacionais dos anarquistas ao longo da História – era quebra da hierarquia entre funções dentro de um jornal. Na imprensa comercial é comum a diferenciação de jornalistas que assumem postos de direção (editor-chefe, redator-chefe, editores, subeditores, etc) daqueles que seriam os “soldados-rasos” da redação (repórteres, fotógrafos, diagramadores, etc.). Para o *IR*, todavia, todos que trabalhassem pelo jornal estariam em pé de igualdade, conforme exposto no expediente da edição 13:

O INIMIGO DO REI é feito por trabalhadores intelectuais e braçais, do campo e da cidade; por universitários; por secundaristas; e por grupos de afinidade, de forma autogestionária: não há hierarquia e todos são responsáveis igualmente pelo jornal. (O INIMIGO DO REI, 11/1980 a 03/1981, p. 2. Grifos no original.)

Essa postura autogestionária foi responsável pelo sucesso relativo do jornal em outras praças. Em pouco tempo, outras capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Florianópolis, Recife, João Pessoa e Belém contavam com coletivos e indivíduos dispostos a distribuir o periódico diretamente nas bancas, sem precisar contar com a intermediação de uma grande distribuidora. Além disso, foi estabelecido uma espécie de rodízio editorial, no qual cada praça contribuía tanto na logística (impressão e distribuição) quanto na proposição e produção de conteúdos.

A rede autogestionária incentivada pelo *IR* favoreceu a formação e aproximação de grupos e indivíduos dispersos em locais distantes de Salvador, como foi o caso do Rio de Janeiro. Em meados dos anos 80, o *IR* passa a ser impresso na capital fluminense, como nos contou Renato Ramos, um dos fundadores do Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO): “O GAJO era o responsável por mandar o jornal para a gráfica, pegá-lo e distribuir em bancas do Rio de Janeiro. Além de enviar, por

ônibus, para os outros estados”. (Entrevista de Renato Ramos a João H. C. Oliveira, em 18 jan. 2014).

Paulo Alcântara, outro militante do GAJO, ressaltou o caráter de ação direta daquela empreitada de comunicação libertária:

Veio a oportunidade de colaborarmos na impressão e distribuição do *IR*. Oportunidade única. Aprendemos também a procurar os jornalistas e criar o esquema de distribuição nas bancas. Fizemos o primeiro levantamento de bancas dispostas a divulgar o periódico. Fiz cartazes do meu bolso e com meu traço, além de colagens de outras figuras para divulgar o jornal. (Entrevista de Paulo Alcântara, por e-mail, em dez. 2006. Apud OLIVEIRA, 2007, p.163).

Mas não foram apenas os cariocas que ajudaram os baianos. O movimento inverso também ocorreu: *IR* aproximou militantes que, naqueles tempos sem *internet*, às vezes não tomavam conhecimento das ações dos outros, ainda que estivessem na mesma cidade. Foi o aconteceu com Renato Ramos, que passa a conhecer o veterano anarquista Ideal Peres (1925-1995) por intermédio dos libertários baianos:

Eu escrevi para o pessoal do jornal [*O Inimigo do Rei*] por volta de 1986 e eles me responderam dizendo que havia no Rio um grupo que se reunia semanalmente para discutir, fazer palestra. Ou seja: eu conheci o Círculo de Estudos Libertários (CEL) e passei a me corresponder com o Ideal Peres a partir da intermediação do pessoal da Bahia. (Entrevista de Renato Ramos a João H. C. Oliveira, em 18 jan. 2014).

Na base da autogestão e da solidariedade, o jornal ampliou seu alcance e conseguiu entrar para o seleto grupo dos alternativos que tiveram distribuição nacional. A rede de colaboração tornava *IR* uma fonte de informação valiosa, trazendo a cobertura de fatos em diversos cantos do Brasil – na maioria das vezes, acontecimentos ignorados pela imprensa liberal-burguesa. No número 15 (1981), novos locais são adicionados ao cabeçalho na capa, mostrando que a rede se ampliara: além de Bahia, Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, compareciam Pernambuco e Santa Catarina.

“Censura econômica” e fim do *Inimigo*

Como dez entre dez periódicos independentes, *IR* sofreu os percalços da “censura econômica”. Ou seja: mesmo concedendo uma relativa abertura política, o sistema hegemônico impunha barreiras que tornavam caro o processo de impressão.

Maria N. Ferreira analisou as dificuldades por que passaram as publicações operárias (muitas das quais também anarquistas) durante a Primeira República. Naquele período, contudo, além da dificuldade financeira ainda enfrentavam a repressão estatal, conforme fica claro no trecho a seguir:

Poucos foram os jornais que conseguiram certa regularidade e sobrevivência por um período relativamente longo. Essa vida irregular devia-se a dificuldades que enfrentavam e que eram de dois tipos: financeiras, pois não havia quase publicidade e o público leitor era composto de trabalhadores de baixo poder aquisitivo, não sendo possível a sobrevivência com recursos do próprio jornal. A solução encontrada, na maioria das vezes, foi dar às entidades operárias (também paupérrimas) o encargo de editar seus jornais. O segundo tipo de dificuldade que encontraram foi a perseguição por parte do Estado. É muito longa e trágica a história das investidas policiais contra as singelas oficinas onde os jornais eram impressos. Nessas investidas, o material era apreendido, as máquinas quebradas e o pessoal geralmente aprisionado. (FERREIRA, 1988, pp.19-20. Grifos meus.)

O *IR* viveu situação semelhante em seu tempo. A publicação de cupons para a assinatura do periódico era constante, visto que não apresentava anúncio (exceto pequenos e esporádicos “reclames” de livrarias). A falta de dinheiro se refletia na irregularidade das edições. Seus realizadores planejaram edições mensais, mas o que imperou foi uma periodicidade incerta, ainda que a bimestralidade conseguisse se manter por alguns momentos. Apelos aos leitores não faltavam, como o que se segue:

Desde o início do século, a imprensa libertária vem se mantendo às custas de incontáveis sacrifícios. [...] Contra o capitalismo, seus

patrões e seus algozes, e também contra os burocratas das ditaduras do proletariado [...]. Entendemos que a responsabilidade com a manutenção do jornal – e a única garantia de sua autonomia – é de cada simpatizante que tem nele o espaço aberto para se manifestar. [...] Assine e divulgue *O Inimigo do Rei*: Faça 4 assinaturas do *IR* e ganhe uma de graça.

[...]

O Inimigo do Rei já resiste há 5 anos somente pela solidariedade e pela confiança na experiência da autogestão, participe dessa luta. (*O INIMIGO DO REI*, 1981, p. 12.).

Tantas dificuldades obrigaram o jornal a uma parada forçada. Um hiato de dois anos entre o número 17 (setembro de 1982) e o 18 (lançado na Primavera de 1984). Uma volta cheirando a convalescença: um número “magro”, com apenas oito páginas, num formato menor que o de tabloide. Mas ainda estavam lá as características marcantes do jornal, na reafirmação dos princípios anarquistas (um grande “A na bola” ilustra a capa) e na sátira ácida frente à política nacional (como na manchete “As relações secretas entre Maluf e Roberta Close”). Um editorial-manifesto apresentava os motivos do sumiço forçado do jornal, citando a “censura econômica” como obstáculo:

O INIMIGO DO REI está de volta. Apesar de ninguém se aperceber disto (o pior cego...), é o único jornal autogestionário feito no Brasil e o único alternativo político feito na Bahia. As dificuldades são imensas, principalmente financeiras, pois como o centro de Informações do Exército (CIEX) dizia nos idos do começo do governo Figueiredo, a meta do Sistema não é a censura da Polícia e, sim, a censura econômica. Isto é, eles foram criando barreiras econômicas para a impressão de qualquer coisa, a tal ponto que ficou tão caro imprimir o jornal que tivemos que passar uma temporada nos reorganizando [...]. (*O INIMIGO DO REI*, 1984, p. 2. Grifos meus.).

O número 18 foi um breve alento, uma tomada de fôlego rápida, uma tentativa. Mas a onda de dificuldades trouxe seus realiza-

dores mais uma vez. Um novo hiato, ainda maior, vai separar o nº 18 do seguinte, publicado apenas em maio de 1987. Na capa, indicava-se o número 1. No número seguinte (que retoma a contagem no 20) se explica que não passou de um erro de impressão: era para ser o número 19 mesmo.

Com todas as dificuldades financeiras, *IR* publicou sua última edição (nº22) em março/abril de 1988, encerrando um ciclo, mas entrando para a história da imprensa libertária brasileira.

Conclusões

Na historiografia da “imprensa alternativa” em particular – e das esquerdas no geral – há pesquisas que privilegiaram certas publicações. Por exemplo, *O Pasquim*, *Opinião* e *Movimento* são constantemente citados como experiências bem-sucedidas no universo das mídias contra-hegemônicas. Mas a presença de coletivos libertários durante o regime ditatorial ainda é desconhecida para muitos. Ainda que pequenos e não envolvidos na luta armada (como outras correntes, notadamente as de orientação marxista-leninista), os grupos anarquistas representam uma nuance política a ser considerada no campo das resistências aos militares e civis favoráveis ao governo. Felizmente, já temos uma série de trabalhos que vêm recuperando a participação de grupos ácratas no contexto da imprensa alternativa brasileira, em especial a rica trajetória de *O Inimigo do Rei* (ver bibliografia no final deste artigo).

Ao longo de sua história, o *Inimigo* incorporou os variados soques dos libertários brasileiros e agitou o universo da comunicação contra-hegemônica. Eram edições provocativas, polêmicas e acidamente críticas em relação aos temas que pipocavam na época: abertura, anistia, “diretas já”, volta do pluripartidarismo – além de trazer pautas características do jornalismo anarquista, como autogestão, crítica ao bolchevismo, sindicalismo e resgate da memória ácrata.

Também foi original em relação àqueles periódicos de “frentes progressistas”, que celebravam a reabertura dos canais institucionais de representação política. Como bom representante da tradição anarquista, *IR* vai apontar as contradições e limites da democracia burguesa e da “redemocratização” – interpretada pelos editores e colaboradores como um projeto das elites, um mero rearranjo de poder que não beneficiaria a população em geral.

Ademais, a experiência editorial de *IR* deixou marcas em outros estados, fomentando a criação de coletivos que ajudaram a manter acesa a “chama negra do anarquismo” no Brasil. No Rio de Janeiro, por exemplo, estimulou a aproximação de Ideal Peres a jovens interessados em anarquismo, que passaram a comparecer às reuniões semanais do Círculo de Estudos Libertários (CEL), criado em 1985. No CEL, formaram-se coletivos que marcaram o anarquismo carioca dos anos 80 e 90, como o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), Grupo Anarquista Ação Direta (GAAD), Coletivo Anarquista Estudantil 9 de Julho (CAE-9) e o grupo Mutirão. Como horizonte, o desejo de retomar gradativamente aquele perdido vetor social dos áureos tempos.

A militância no jornalismo anarquista continuava a gerar novas experiências. Alguns libertários cariocas que, anteriormente, vestiram a camisa do *IR* – colaborando com textos, participando de sua edição ou auxiliando na distribuição – iriam publicar o primeiro número da revista *Utopia* em 1988, no mesmo ano da “morte” do *Inimigo*. Já em 1991, o CEL lançava o informativo *Libera... Amore Mio*. Publicado até os dias de hoje (e desde 2003 como jornal da Federação Anarquista do Rio de Janeiro – FARJ), o *Libera*, com 26 anos de estrada e quase 170 edições lançadas, tornou-se o jornal anarquista brasileiro mais duradouro da história.

Fontes

O Inimigo do Rei, Salvador-Bahia, 1977-1988. Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL) - Centro de Cultura Social (CCS) do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Maria P. N. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.
- CORRÊA, Felipe. “Dedicação à militância: a vida de Ideal Peres”. In: ADDOR, Carlos A.; DEMINICIS, Rafael (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Vol.2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.
- GONBIM, Richard. *As origens do esquerdismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.
- GUARNACCIA, Matteo. *Provos. Amsterdam e o nascimento da contracultura*. São Paulo: Conrad, 2001.
- GUÉRIN, Daniel. *Um ensaio sobre a revolução sexual após Reich e Kinsey*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Ed.Página Aberta, 1991.
- _____. “A aventura alternativa. O jornalismo de oposição dos anos 70”. In: _____. *A síndrome da antena parabólica. Ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MICCOLIS, Leila (Org.). *Catálogo de imprensa alternativa*. Rio de Janeiro: Centro de imprensa alternativa e cultura popular/Rio Arte, 1986.
- OUTHWAITE, William et al. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- RODRIGUES, Edgar. *O Anarquismo no Banco dos Réus (1969-1972)*. Rio de Janeiro, VJR, 1993.
- ROSZAK, Theodore. *A contracultura. Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, Michael. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.

Obras sobre (ou que citam) *O Inimigo do Rei*

- BAQUEIRO, Carlos; NUNES, Eliene (Orgs.). *O Inimigo do Rei*. Imprimindo utopias anarquistas. Rio de Janeiro: Achiamé, s.d.
- OLIVEIRA, João Henrique de Castro. *Do underground brotam flores do mal. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: UFF, 2007.
- PAGANOTTO, Waldir. *Imprensa alternativa e anarquismo: “O Inimigo do Rei” (1977-1988)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Unesp, Assis, 1997.
- PINTO, Leonardo Carvalho. O Inimigo do Rei: um jornal anarquista. In: DEMINICIS, Rafael B.; REIS FILHO, Daniel A. (orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. V.1. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p.133-45.
- _____. *Imprensa anarquista: O Inimigo do Rei*. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em História. Santo Antônio de Jesus: Uneb, 2001.

Vídeo

- BAQUEIRO, Carlos; NUNES, Eliene. *O Inimigo do Rei*. Imprimindo utopias anarquistas. Projeto Experimental do Curso de Jornalismo da Faculdade da Cidade do Salvador. Documentário em vídeo. 2007. 22 min. Disponível em <<https://anarquismonabahia.wordpress.com/2012/08/25/o-inimigo-do-rei-4/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

Ideias, crítica e combate: o anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985)⁹¹

Rafael Viana da Silva

Doutorando em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Os esforços orientados pela ação anarquista no fim da década de 50 em ações sindicais e culturais encontraram duros obstáculos na conjuntura efervescente da sociedade brasileira. As bases sindicais dos anarquistas foram quase que totalmente solapadas em detrimento da hegemonia de trabalhistas e comunistas e a dificuldade de renovação política também eram obstáculos a serem enfrentados. A tentativa de formar uma organização anarquista nacional também limitou-se, a ação de organizações em Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, cuja força política reduziu-se em detrimento de ações muito mais localizadas e sem a articulação política desejada por seus militantes. Apesar dessa dimensão organizativa estranhamente não ter sido objeto de muitos estudos historiográficos do anarquismo, a dimensão política e classista, longe de ser uma preferência teórica do historiador, era um componente central na identidade libertária, presente em variadas temporalidades e locais. Deslocados do grande jogo político, o anarquismo nesse período procurava restituir suas bases sociais e crescer num período de polarizações e incertezas.

De “1960 a 1964, a política brasileira não se limitava ao parlamento – tornara-se algo bem abrangente.” (MORAES, 2011, p. 33) Neste sentido, variadas organizações políticas participavam da esfera pública e construía seu projeto de sociedade. Três formas de mobilização tornavam-se evidentes no período: um movimento estudantil muito ativo e com grande impacto na opinião pública, um movimen-

⁹¹ Este artigo é uma versão preliminar de parte de uma pesquisa de doutorado em andamento.

to camponês que ocupava terras e por fim, um movimento sindical renovado (SINGER apud: TOLEDO, 2014, pp. 24-25) A campanha de desestabilização, fartamente comprovada pelo pesquisador René Armand-Dreifus (1981) foi operada fundamentalmente à partir de 1961, tendo como auge, os anos de 1962-63. Paralelamente, um processo de desestabilização do governo João Goulart era operado principalmente à partir do complexo golpista entre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que reunia empresários, tecno-empresários, militares e setores civis alinhados com o anti-comunismo, a linha econômica do capital nacional-multissociado e o conservadorismo no campo dos valores. (DREIFUS, 1981, pp. 162-165) Os esforços da elite orgânica alcançaram resultados mistos nas diversas áreas de ação e com exceção das classes médias, o complexo IPES/IBAD sofreu forte resistência e até mesmo derrota em alguns setores (movimento estudantil). Apesar de não ter conseguido operar um consenso e “impor-se na sociedade brasileira”, estes institutos foram fundamentais para “estimular uma reação generalizada contra o bloco nacional-reformista.” (DREIFUS, 1981, p. 337) Essa reação, de nenhum modo pode ser restringida aos setores militares, “o golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores.” (NAPOLITANO, 2014, p. 243)

Os anarquistas, ainda que com capacidade de ação política reduzida, não ficaram fora deste polarizado contexto político e organizavam seus centros de cultura, participavam modestamente do mundo sindical/estudantil e divulgavam sua imprensa específica. Um ponto de inflexão na conjuntura desses espaços se daria com o golpe civil-militar de 1964. Preocupados com as possíveis consequências do golpe, os anarquistas do Rio de Janeiro reuniram-se imediatamente para fazer um balanço interno da situação política. (CENTRO DE CULTURA SOCIAL, São Paulo, 1968, p.2)

A primeira iniciativa dos anarquistas foi “perder” o livro de atas das reuniões do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), pois estas continham temas sensíveis à conjuntura política do país e se

livrarem de material comprometedor. Cientes de que o anarquismo em poucos momentos pode se dar o luxo de não ser vigiado ou reprimido, as atas foram refeitas com “assuntos que pudessem ser lidos pelas autoridades policiais” e fora marcado um encontro com os anarquistas de São Paulo para o dia 1º de Maio de 1964. (RODRIGUES, 1993, p. 55) O tema do encontro foi a situação política do Brasil, um balanço das prisões conhecidas e a guarda de documentos relativos ao anarquismo no Rio de Janeiro e São Paulo. A edição do jornal *O Libertário* programada para o fatídico mês de abril, jamais foi distribuída, por razões de segurança e no lugar deste, fundariam o periódico *Dealbar* em 1965, cuja mudança se daria principalmente em seu conteúdo (mais cultural), evitando atrair o olhares da repressão. Muito já se falou sobre a resistência das esquerdas a este processo, inclusive, as auto-críticas póstumas nos depoimentos traziam a angustiante questão: porque a esquerda não reagiu a altura? Se tal frase serve para reflexão dos setores majoritários da esquerda que se opunham aos golpistas, para os anarquistas, limitados a pequenos espaços organizativos, a reflexão impunha outros contornos: como passar pelo golpe e avançar.

No mesmo dia do golpe, Ideal Peres e Edgar Rodrigues foram até a sede do CEPJO se livrar de materiais que poderiam comprometer os anarquistas. Essa cultura de segurança dos anarquistas era fruto de uma prática acumulada, que não lhes permitia agir com ingenuidades. Como dito por Carlos Fico, a tese “de um golpe asséptico e banal relaciona-se à persistência do mito da história incruenta e corrobora a leitura segundo a qual nos primeiros anos do regime militar não teria havido tortura”. (FICO, 2014, p. 59) Pelo contrário, o golpe liberou um onda de arbítrio. À época, o CEPJO dividia seu espaço com uma organização trotskista, com vistas a pagar o aluguel da sala e materiais tiveram de ser rasgados e jogados pela lixeira do edifício. O restante foi colocado numa carroceria de uma caminhonete, que passou incólume diante uma *blitz* na entrada da cidade de Niterói. (RODRIGUES, 1993, p. 165)

As articulações anarquistas pós-golpe e a imprensa anarquista (1964-1968)

Os anarquistas prosseguiriam com discrição política. As atividades nos centros de cultura e sua modesta imprensa serviam como ponto de contato entre os militantes que se articulavam minimamente. Os encontros anarquistas teriam pautas políticas importantes de análise da situação conjuntural e formas mínimas de manutenção de sua organização. Em 1966, uma carta enviada por Ideal Peres a Elias Iltchenco, um anarquista russo que radicara em solo brasileiro desde a década de 10 confirma que 30 militantes anarquistas do Rio de Janeiro visitaram São Paulo e que havia a iniciativa em prosseguir na articulação para o sul do país. (PERES. Carta, 04/06/1966, Rio de Janeiro, [para] Elias Iltchenco, p.1)

As atividades culturais seriam públicas, já as estritamente políticas seriam feitas de modo silencioso em casas de militantes de maneira alternada e envolveriam além dos antigos militantes, estudantes entusiasmados com a ideologia anarquista. (PERES. Carta, 03/12/1966, Rio de Janeiro, [para] Rafael Fernandes, p.1)

A participação de um setor estudantil nas atividades anarquistas desse período pode ser compreendida não somente como fruto de um conjuntura efervescente no mundo estudantil da época, mas – usando a lupa micro-histórica – como resultado da atuação planejada de velhos militantes anarquistas. Ideal Peres afirma que as “reuniões congregam em geral 40 a 50 pessoas”. Reunindo temas clássicos do anarquismo como questões contemporâneas, esses encontros clandestinos dos anarquistas atraíram estudantes também em solo paulista, onde segundo Ideal, na cidade de Ribeirão Preto, havia “um grupo de 15 estudantes todos interessados em nossas doutrinas.” (PERES. Carta, 03/12/1966, Rio de Janeiro, [para] Rafael Fernandes, p.1)

Na capital paulista, o trabalho do Centro de Cultura Social (CCS) garantia uma difusão mais consistente do anarquismo. Ideal Peres avaliava que a “penetração de nossas idéias tanto no Rio quanto

São Paulo me faz pensar seriamente no Rio Grande do Sul. É um campo aberto também, para um reinício de nossas atividades”. Lúcido da necessidade de renovação, Ideal afirma que “qualquer movimento aí só poderá progredir e tomar corpo se for iniciado e orientado por jovens e estudantes. Acredito sinceramente que os velhos companheiros não estão mais em condições físicas e culturais para um reativamento de movimento.” (PERES. Carta, 03/12/1966, Rio de Janeiro, [para] Rafael Fernandes, p1)

Em carta para Jaime Cubero, um militante (provavelmente Ideal) afirmará que “a única saída para o nosso movimento é lançar semente na juventude. Tudo deve ser feito objetivando esse fim. Não adianta lançar semente em terreno pedregoso.” Reafirmará também a necessidade de renovação, não apenas política, como teórica do movimento dizendo que era preciso superar a prática de “relembra figuras do passado” e passar a investir na juventude presente. (CARTA, 02/11/1967, Rio de Janeiro, [para] JAIME, p. 01. CARTA, 02/11/1967, Rio de Janeiro, [para] JAIME, p.1)

Os jornais anarquistas sempre tiveram uma importância fundamental a estes militantes. Nos momentos de menor articulação política, fazer um jornal significava manter o disperso minimamente coeso. Mesmo com o golpe, estes arriscariam-se a fazer um periódico e no lugar de *O Libertário*, os anarquistas fundariam *Dealbar*. Contudo, as condições de produção do jornal eram muito distintas das dos anos anteriores. Em cartas enviadas a Ideal Peres, Pedro Catallo já enumera uma série de dificuldades de se fazer um jornal anarquista em pleno regime militar. Evitando a repressão, o militante afirma que “é preciso tomar muito a sério duas fortes razões. Uma delas é, manter no máximo possível, a linguagem prudente e precavida, evitando sempre comprometer e comprometer-se”. (CATALLO. CARTA, 16/12/1965, Rio de Janeiro, [para] IDEAL PERES, São Paulo. 2 páginas, p.1)

Decerto a opção por fazer uma disputa no campo cultural passava pela dificuldade de poder apresentar elementos políticos mais claramente anarquistas sem atrair os olhos da repressão e não pela adoção de um suposto viés estratégico ou teórico “culturalista”. Como bem aponta

o historiador Marcos Napolitano (2014), nesse primeiro momento a opção de se combater no terreno da cultura era possível, pois “vivia-se uma ditadura suficientemente forte para reprimir os movimentos sociais e políticos, mas taticamente moderada para permitir que a esquerda derrotada na política parecesse triunfar na cultura.” (NAPOLITANO, 2014, pp. 97-98)

Dealbar, produzido em São Paulo, teve 17 números e circulou de 1965 a 1968 e utilizou largamente temas culturais para difundir sua ideologia libertária. Outro jornal anarquista editado no período foi o jornal *O Protesto*. Iniciativa de jovens estudantes do Rio Grande do Sul, possuía uma linguagem mais ousada e circulou de modo ininterrupto entre o curto espaço de 1967 e 1968. Outras iniciativas, ainda que mais precárias e efêmeras merecem ser mencionadas. O jornal *Autogestão* que circulou durante o período e era distribuído para grêmios estudantis do interior da cidade do Rio de Janeiro e o jornal *Autogestão Operária* lançado (e finalizado) em 1969. Depois de 1969, essa imprensa ficaria adormecida por alguns anos. Um dos motivos mais fortes para o caso da imprensa anarquista seria a repressão sofrida em 1969 e as dificuldades financeiras em editar os jornais.

O Movimento Estudantil Libertário (MEL): “olho por olho, dente por dente” (1967-1968)

No trabalho do pesquisador Marcelo Ridenti (2010) é possível dimensionar o impacto da presença estudantil no arco das esquerdas. A maior parte da base militante e de apoio das esquerdas, principalmente após 1964, segundo Ridenti era jovem. E segundo este pesquisador uma grande parte desta base de apoio provinha do meio estudantil. Tal fato se favorecia “pelo clima político e cultural dos anos 60” e a atuação juvenil nos movimentos sociais do período. Lembremos que as décadas anteriores ao golpe foram anos de expansão, crescimento e abertura da universidade brasileira. O ensino superior brasileiro tinha apenas 27 mil

estudantes em 1945 e já eram 142 mil em 1964. Essa massificação do ensino superior trouxe também disputas internas das diferentes frações que atuam no movimento estudantil. É apenas a partir de 1961 e 1962 que as forças de esquerda passam a ter um peso mais significativo no conjunto da representação estudantil. Mesmo com a iniciativa do regime militar em desmobilizar os estudantes, intervindo em seus centros acadêmicos e organizações, estes conseguiram se reorganizar após o golpe. De 1965 a 1968, apesar da repressão ter ceifado lideranças e afetado o funcionamento das suas entidades, o movimento estudantil teve relativa liberdade de ação. Desde 1966, os estudantes realizavam uma série de protestos públicos, permanecendo como um dos espaços mais ativos de oposição ao regime militar. Foi neste contexto que surgem as condições “ideais” para a criação do Movimento Estudantil Libertário (MEL).

A ação dos anarquistas gaúchos de *O Protesto* se ligaria a velhos e novos militantes de Rio de Janeiro e São Paulo. Desde julho de 1967 os anarquistas priorizariam “conquistar o maior número possível de jovens estudantes. E no fim de 1967, militantes do Rio de Janeiro e São Paulo afinavam posições organizativas. Em dezembro desse ano o MEL era fundado com a intenção de “fixar posição e dar combate”, assim como “ter presença ativa nas lutas de classe e ideológicas marcando rumos mais de acordo com os princípios federalistas, que devem reger a vida de toda organização de classe.” (*O PROTESTO*, 12/1967, p. 6-7)

Uma das lutas estudantis que mobilizavam também os anarquistas ocorria no centro do Rio de Janeiro, em torno do restaurante Calabouço, onde diversos estudantes secundaristas se aglutinavam. A realização de uma reunião do Fundo Monetário Internacional, que seria realizada próximo ao restaurante, impeliu o governo a intervir naquele espaço – ameaçando demolir o restaurante –, mas houve grande resistência por parte dos estudantes. Em fevereiro de 1968 os militantes do MEL, marcando posição diante as lutas estudantis divulgam as resoluções do 1º Encontro Nacional de Estudantes Libertários no quinto número de *O Protesto*, onde defendiam: 1) criação de um comitê coordenador dos estudantes libertários, visando criar uma organização local e depois nacional; 2) Participar ativamente das manifestações estudan-

tis que visem lutas reivindicatórias; 3) expressar ampla solidariedade ao estudantado e à todo movimento social em prol da dignificação dos sindicatos operários e de melhorias em suas condições sócio-econômicas; 4) influenciar para que as decisões das entidades estudantis sejam verdadeiramente representativas e não aquelas de “grupos” ou indivíduos dirigentes e por fim, 5) apoio a UNE desde que independente de interesses políticos-demagógicos e religiosos. Vê-se, portanto, que o MEL possuía relativa estrutura organizativa e um programa mínimo de ação. Contraria-se assim, a afirmação feita no livro *Brasil Nunca Mais* (1985), de que o Movimento Estudantil Libertário era apenas uma “denominação que as autoridades policiais forjaram para intitular as atividades de um grupo de anarquista” ou que tal sigla, se insere no rol de grupos que “sequer constituíram organizações realmente estruturadas, aparecendo como tais por força da imaginação dos responsáveis pelos inquéritos.” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 112) Descartamos também as interpretações historiográficas que consideraram a ação anarquista nesse período, como apenas restrita ao campo cultural.

Logicamente o contexto político e organizativo dos anarquistas estava aquém da capacidade da esmagadora maioria da esquerda, mas há uma intenção organizativa muito bem delineada e que desconstrói os usuais estereótipos acerca desses libertários. Com razoável articulação, os militantes do Rio de Janeiro pertencentes ao MEL teriam um ano muito atribulado. Neste ano tumultuado para a luta estudantil organizariam debates, conferências, formariam grupos de ação de rua, reuniões e venderiam folhetos ideológicos. Lutariam também contra o acordo assinado pelo Ministério da Educação e pela United Agency for International Development e que ficou conhecido como acordo MEC-USAID. Segundo Araújo o “acordo MEC-USAID foi a resposta da ditadura militar à luta pela reforma universitária que os estudantes vinham travando desde o início dos anos 1960.” (ARAÚJO, 2007, p. 158)

O Movimento Estudantil Libertário (MEL) afirmará que o acordo MEC-USAID “pretende transplantar o sistema universitário de um país de estrutura social, econômica, psicológica e racial totalmente diferente do Brasil”. Ressaltam que os “estudantes conscientes

não querem de nenhuma forma que as suas costas seja atrelada a canga de uma filosofia totalitária, antihumana e tecnológica”. A postura anti-imperialista e contra o acordo MEC-USAID defendida pelo MEL se vincula de maneira mais ampla ao ambiente e contexto político-cultural do final dos anos 60.

Em torno da tensão da chegada do quarto ano de aniversário do golpe, no dia 28 de março de 1968 os estudantes se organizavam para ir em passeata à Assembleia Legislativa para reivindicar melhores condições do restaurante. Neste dia, a polícia se antecipou, cercou o calabouço e reprimiu brutalmente os manifestantes. O saldo foi a morte por disparo de fogo de Edson Luis, cujo corpo foi carregado a Assembleia pela massa estudantil. No editorial de abril do jornal anarquista *O Protesto*, intitulado “PMs matam estudante” os anarquistas afirmarão que “é preciso que a morte de Edson Luiz não seja em vão.” Para estes “nada adianta se sua morte não fôr sentida, se sua luta não fôr avante”. A seqüências de mobilizações à partir da morte de Edson Luiz seriam intensas. Os anarquistas lançariam nesse contexto um panfleto intitulado “Olho por Olho: dente por dente” que atrairia ainda mais os olhares da repressão. O movimento estudantil entrava em em refluxo e parte deste seguia para a luta armada. O anarquismo seria golpeado antes de quaisquer iniciativas de radicalização ou organização mais amplos.

Análise anarquista sobre o golpe e o endurecimento do regime militar

Em abril de 1968, logo após a morte do estudante Edson Luís, os anarquistas organizados no jornal *O Protesto*, intuindo a crescente institucionalização e fechamento do regime, avaliavam que a palavra democracia no Brasil “nos pareça suspeita e encobridor de tentativas totalitárias” (*O PROTESTO*, 04/1968, p.1) Analisam igualmente que isto ocorre com “evidente supremacia do poder militar sobre o civil.” Neste ponto devemos ter cuidado com o tratamento das fontes. A prudência

dos anarquistas ao caracterizar em 1968, o regime como uma ditadura, não significa que estes consideravam-no uma “ditabranda”, como algumas pesquisas históricas tentam caracterizar o regime. Já havia o temor dentro dos círculos anarquistas em se expor demasiadamente desde 1964. Se de fato há vantagem para o historiador em analisar o regime por uma ótica prospectiva e dificuldade para os atores sociais compreenderem acuradamente o próprio tempo em que se encontram, não se pode negar que para os anarquistas a ditadura ganha todos os seus contornos sem nenhuma sobra de dúvida, principalmente após 68.

Estes afirmam em abril de 1969: “Nós não nos rendemos, conclamamos a todos para que façam o mesmo, demonstrando o seu repúdio a essa ditadura militar.” (AUTOGESTÃO. 21/04 apud: RODRIGUES, 1993c, p. 165) Para os anarquistas do período a relação entre a instalação do regime de força e os interesses econômicos burgueses era evidente, quando afirmam que “damos seguimento a nossa luta de denúncia pública contra o regime de força e opressão que se acha instalado no Brasil, assim como ao sistema capitalista que o sustenta.” (AUTOGESTÃO. 21/04 apud: RODRIGUES, 1993c, p. 165)

A imaginação golpeada: repressão ao MEL e o CEPJO (1969-1972)

Já antes da instauração do Ato Institucional número 5 (AI-5), os anarquistas iriam ter de lidar com o autoritarismo do regime militar. O grupo de teatro que atuava no Centro de Cultura Social (CCS) de SP teria a peça “O Testemunho” censurada por agentes da D.D.P, vinculada a Secretaria de Segurança Pública. Em 13 de dezembro de 1968, o governo anuncia em cadeia de rádio e tv, o Ato Institucional número 5. No que diz respeito aos movimentos que se opunham ao regime, o recado do AI-5 era bem claro. Ele permitia suspender os direitos políticos, proibir atividades sobre qualquer assunto de natureza política e aplicar determinadas medidas de “segurança”. Essas medidas incluíam

liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares etc. O ato também suspendia a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos e contra a segurança nacional.

Os pesquisadores do regime militar são praticamente unânimes ao afirmar que 1968 foi um momento de acirramento e aprofundamento do aparato repressivo. Não se tratava de um “golpe dentro do golpe”, pois como bem alerta o historiador Carlos Fico, o “AI-5 não expressou uma mudança da natureza do regime militar”. Isso não significa dizer que de 1964 a 1968 o regime fora menos violento, mas que à partir de 68 sofisticava-se no campo repressivo. A sede do CEPJO seria invadida por agentes da Aeronáutica e 18 militantes seriam presos, em outubro de 1969. Entre os presos, membros do MEL – alguns destes relatando torturas sofridas – e o médico anarquista Ideal Peres, que permaneceu preso durante cerca de 1 mês.

Esses militantes seriam processados, assim como anarquistas de Porto Alegre, que também sofreriam inquéritos militares. Os anarquistas seriam denunciados pela Procuradoria da Justiça Militar no ano de 1969. A principal acusação seria feita com base em desrespeito de dois artigos do decreto lei 988/69, a chamada Lei de Segurança Nacional. O artigo 13 dizia respeito a “redistribuir material ou fundos de propaganda de providência estrangeira [...] para a infiltração de doutrinas ou idéias incompatíveis com a constituição” e o 14 “formar, filiar-se ou manter associação [...] que, sob a orientação com o auxílio do governo estrangeiro ou organização internacional exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional”. Um dos processados, militante do MEL é acusado de trabalhar no periódico *O Protesto* e ter distribuído o jornal *Autogestão* para grêmios estudantis do interior da cidade do Rio de Janeiro. Em janeiro de 1971 o delegado da polícia e chefe do cartório do DOPS irá emitir um mandado de busca para apreensão de “livros, jornais e escritos subversivos”. O velho fantasma das “articulações” estrangeiras, curiosamente voltava como um elemento de acusação às movimentações anarquistas. Outra militante é acusada de enviar jornais para uma amiga na Bolívia e participar de reuniões “nas quais se discutia sobre o jornal *Autogestão*, sobre o socialismo e a

cêrca da política atual do País”. No mesmo processo são indiciados mais dois militantes gaúchos, que tiveram suas casas invadidas pelos agentes da repressão, que relataram encontrar “farto material subversivo.” No dia 15 de fevereiro de 1971 foram apreendidos também, 1.450 livros de Daniel Guerín na editora Prôa entre outros materiais. Os agentes buscavam também informações sobre uma suposta “Organização anarquista.” Chamava atenção dos agentes, as possíveis ligações dos militantes porto-alegrenses com anarquistas uruguaios, principalmente, porque um dos pais de uma das atingidas era militante comunista. Some-se a isto, que nas páginas de *Autogestão* os anarquistas gaúchos divulgavam um manifesto dos Tupamaros, uma das principais organizações da luta armada no Uruguai. No processo do MEL, os 16 militantes processados conseguiriam ser absolvidos. Em grande medida por uma hábil manobra jurídica, da fachada legal dos centros culturais geridos pelos anarquistas (CEPJO e CCS) e de relações pessoais.

A resistência silenciosa (1972-1977)

O efeito da repressão, conjugado com as dificuldades próprias de se manter espaços políticos e culturais funcionando neste período mantiveram os anarquistas num estado de semi-clandestinidade. Semi-clandestinidade porque se de fato não estavam sendo mais perseguidos “oficialmente”, expor-se politicamente neste contexto, era correr o risco de reincidir nas acusações anteriormente elencadas pelo poder judiciário. Havia uma leitura que aquele momento era de sobrevivência “perante o poderoso processo repressivo deflagrado pela ditadura.” (LOPES apud: DIAS, 2012, p.2) Lembremos que a partir de 1972 a oposição armada começa a ser completamente desbaratada, sendo o fim da Guerrilha do Araguaia, em 1974, seu estertor. Com base nas memórias do militante Milton Lopes, à época estudante, de 1972 a 1977 os anarquistas se concentraram em receber e orientar aqueles que se aproximavam, realizar propaganda pela editora Germinal e no estudo e resgate da história do

anarquismo. Muitas das reuniões realizadas pelos anarquistas, no caso do Rio de Janeiro ocorriam no apartamento de Ideal Peres e da militante anarquista Esther Redes, evitando assim possíveis agentes da repressão.

Segundo Milton Lopes (DIAS, 2012), Esther e Ideal se esforçariam para tentar articular minimamente a juventude simpatizante do anarquismo com vistas a criar um germe de organização. As reuniões apesar de não terem no imediato, gerado uma organização mínima e estável, permitiram a articulação silenciosa de seus militantes e a lenta reconstrução de seu campo político. Podemos afirmar que esse tipo de prática era uma forma possível de resistência realizada pelos anarquistas naquele momento, algo que o historiador James Scott – dissertando sobre as formas de resistência que fogem do olhar costumeiro dos pesquisadores – considera uma infra-política, fruto de contextos onde a “atividade política explícita está quase proibida.” (SCOTT, 2004, p. 235) Segundo o depoimento quase todo domingo os anarquistas se reuniam nesse apartamento. Nesse espaço figuras históricas e militantes mais novos participariam de reuniões com temas de estudo do anarquismo. Em São Paulo, um espaço que garantiria a sociabilidade e encontro dos anarquistas nesse período foi o “Nosso Sítio”, local, que nosso depoente chegou a visitar algumas vezes.

Sobre a luta armada, Lopes avaliava à época que o movimento anarquista existia em nível de sobrevivência e que tais ações eram completamente inviáveis. Apesar da empolgação de alguns mais novos pelas ações guerrilheiras, na metade da década de 70, Ideal Peres alertava sobre a necessidade de manter discrição, para que futuramente o anarquismo pudesse prosseguir em sua trajetória política. Milton Lopes em seu relato, afirma ter optado por tentar articular um grupo libertário dentro de sua faculdade, que mais adiante se desarticulou. Ainda assim havia uma comunicação permanente do anarquismo com o exterior, que era mantida com grande cautela, após os desdobramentos de 1972: jornais anarquista internacionais eram guardados num fusca pertencente a Ideal e posteriormente distribuídos aos novos militantes. Segundo Milton Lopes, essas reuniões ocorreram durante anos e algumas iniciativas de possíveis trabalhos de inserção social foram “testadas” pelos anarquistas,

mas sem nenhum grande sucesso. Isso só mudaria com o aparecimento de um jornal anarquista em plena ditadura militar.

Inimigo do Rei, movimento estudantil e sindical (1977-1985)

O primeiro jornal a retomar a imprensa anarquista depois da prisão e absolvição de anarquistas do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro será o *O Inimigo do Rei*. O jornal foi lançado em 1977 por estudantes baianos que aderiram ao anarquismo na onda das manifestações estudantis e no caldo cultural do Maio de 68 e funcionou com interrupções até 1988. Segundo Simões o jornal surge do embate de estudantes da Universidade Federal da Bahia com outras correntes políticas de esquerda – na disputa de uma chapa de estudantes de filosofia – e nasce, sem relação direta com a “velha guarda” do anarquismo. (SIMÕES, 2007, pp. 168-169) Segundo depoimento de Toni Pacheco (um dos fundadores do IR) e colhido pelo historiador João Henrique de Castro Oliveira, o jornal “nasceu como um panfleto mimeografado”, lançado na Universidade Federal da Bahia intitulado *Fantasma da Liberdade*. (OLIVEIRA, 2007, p. 152) Já em sua primeira edição o IR propõe uma Federação Libertária Estudantil (FLE), tentando resgatar uma ideia desarticulada com a repressão sofrida pelo MEL. A proposta dos anarquistas era modesta mas ousada e aproveitava o processo de “distensão” planejado pelo regime. Ao lançarem o jornal IR, os anarquistas faziam um cálculo político arriscado, mas aproveitavam as brechas que o momento lhes dava. Paralelamente, levantavam a falta de participação popular nesse debate da redemocratização, afirmando que “o povo, é mantido ao largo das decisões.” (*O INIMIGO DO REI*, 10/1977, p.9)

A análise dos anarquistas era a de que os diretórios acadêmicos são “altamente dependentes da direção e dos colegiados de curso, quem determina e controla suas eleições e seu funcionamento em geral”. Propunham como solução “a criação de alguma espécie de órgão

independente” que organize-se à partir de “grupos e curso” e seja “aberta a todos os estudantes” com “ampla participação, aliada ao mínimo de controle”. A FLE nascia com a adesão de quatro grupos estudantis: “Fantasma da Liberdade (filosofia), Fim de Festa, Um Estranho no Ninho (economia) e Ovelha Negra.” (*O INIMIGO DO REI*, 10/1977, p.10) Como contraponto ao modelo hierárquico de organização na sociedade, a FLE defenderá a autogestão, retomando a ideia das ocupações dos “locais de trabalho”, das “ruas e praças, nas fábricas, nas escolas, etc.” A autogestão seria compreendida como “a administração e organização da vida social pela coletividade (autogestão social).” (*O INIMIGO DO REI*, 10/1977, p.10) Defendem a criação de “comitês de base – sem chefias, nem imposições” e as pautas do movimento negro, dos homossexuais, das mulheres, dos dissidentes entendendo que é um “engano achar que são movimentos marginais, de uma minoria, pois em número constituem a maioria das pessoas.” Em relação aos partidos políticos dirão que “quem se filia a qualquer dos dois partidos, Arena ou MDB, está em verdade emprestando um ar de democracia onde só existe árbitro.” (*O INIMIGO DO REI*, 10/1977, p.10)

No jornal número 6, uma foto estamparia o artigo “O Fantasma da Liberdade ronda a UNE, Ameaçador”. A foto trazia alguns estudantes vinculados a FLE com uma faixa onde lia-se: “-FLE- Por uma UNE Autogestionária”. A foto referia-se ao encerramento do 31º congresso da UNE, realizado em Salvador e que reuniu quase 10 mil estudantes. A avaliação da FLE era a de que “o Congresso foi a oportunidade para que o pensamento libertário dos estudantes brasileiros encontrasse um momento para deflagrar a guerra ao autoritarismo”. Os anarquistas da FLE de Salvador distribuíram um panfleto intitulado “Abaixo o conchavo”, onde denunciavam os “métodos ortodoxos e ultrapassados impostos pelos organizadores do congresso de reestruturação da UNE” e também propunha “uma proposta libertária de organização.” (FERRAZ. *O INIMIGO DO REI*, 07-08/1979, p. 9) Tentavam os anarquistas e libertários da FLE, colocarem suas propostas para a UNE.

O jornal também sofria influência de vários elementos contra-culturais, o que é determinante para modificar o léxico e as prá-

ticas discursivas desse periódico. Tentavam também, incorporar novas ferramentas teóricas e agregar reflexões sobre raça, gênero e questões sexuais⁹². Decerto, o IR trouxe inovações a imprensa anarquista, mas esse jornal não é uma ruptura completa com elementos já presentes no anarquismo. Em nossa percepção, dois fatores fizeram com que o IR fosse visto como algo completamente distinto dos periódicos anteriores. Primeiro, uma falsa ideia de que há um “ressurgimento” completo do anarquismo durante os anos 70, tese, que demonstramos em outros trabalhos, não se aplicar ao Brasil. (SILVA, 2012) Em segundo, o desconhecimento ou ocultamento da imprensa anarquista anterior. Como vimos anteriormente, *Dealbar* já traz alguns elementos que estão presentes em IR, tais como a ironia, a importância da cultura, o uso de fontes garrafais e chamativas, o debate do racismo, etc. Temas clássicos do anarquismo e temas contemporâneos convivem nas mesmas páginas do jornal. O jornal *Inimigo do Rei* também era recortado por polêmicas internas e não havia total coesão nas posições políticas que ocorriam. Debates acalorados em torno de temas teóricos e ideológicos espalhavam-se pelas páginas do jornal, nem sempre, com resultados animadores. As principais polêmicas giravam em torno da relação que os anarquistas teriam com outros setores da esquerda. Cabe afirmar que tanto a FLE quanto o IR assumirão o sindicalismo como uma ferramenta de luta. Não há nenhum discurso “anti-sindical” ou posição que ignore as lutas de classe, mas a incorporação (pela FLE e pelo IR) de “novos temas que emergiram à partir das contestações às autoridades na década de 60 e 70.” (SIMÕES, 2007, p. 178) Para a FLE o “sindicato é a organização operária por excelência. Muito mais que qualquer partido, o sindicato conta com o concurso dos trabalhadores.” (*O INIMIGO DO REI*, 05/1978, p. 8) Aproveitando o reflexo das mobilizações operárias em São Bernardo do Campo e a experiência da FLE os anarquistas procuravam capitalizar ações sindicais, que em 1979 tornavam-se mais concretas. O jornal IR acompanhava essa empolgação e mudava seu as-

92 Segundo o historiador João Henrique de Oliveira (2007), *O Inimigo do Rei* era um “jornal simultaneamente militante e bem humorado, engajado e desbocado, que exalava um inconfundível perfume contracultural, trazendo em suas páginas desde textos falando sobre os mártires de Chicago até matérias sobre sexualidade e maconha.

pecto gráfico, ganhando cores e um *design* mais moderno. Para os editores do jornal o que era um tabloide estudantil, “hoje amplia seu raio de ação. De um sindicato vai a outro. Estende as mãos aos trabalhadores gráficos para que voltem a dialogar com seus companheiros Jornalistas.” (*O INIMIGO DO REI*, 03/1978, p. 2) A tática utilizada pelos militantes da FLE abusou da criatividade. Circularam uma espécie de enquete na categoria dos jornalistas em Salvador sobre as condições de trabalho e o mundo sindical e publicaram algumas respostas ao formulário no jornal. Criavam assim, uma identidade entre os seus leitores e o jornal e faziam deste, uma ferramenta de organização da categoria. Essa ação nasceu dos próprios estudantes, que segundo consta em IR, “já trabalham como estagiários nos jornais de Salvador” (*O INIMIGO DO REI*, 03/1978, p. 2) e logo teve a adesão de outros nomes.

Em São Paulo, o Coletivo Libertário de Oposição Sindical (SP) aproveitaria a realização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) para se organizarem melhor. O encontro envolvia oposições sindicais de 16 estados do Brasil. Os anarquistas do Coletivo Libertário de Oposição Sindical (COLOPS) participariam destas iniciativas se aproximando das ideias defendidas pela Oposição Operária Metalúrgica (OPOM). Em São Paulo também funcionaria o Coletivo Libertário do Funcionalismo, que fará um balanço das lutas tocadas pelo funcionalismo nos anos 80 e os anarquistas ensaiariam iniciativas na categoria dos bancários e da educação. Em alguns momentos, o jornal trata o termo sindicalismo revolucionário como sinônimo de anarcossindicalismo ou o chama como sindicalismo livre, mas a rigor, o que o IR está efetivamente defendendo (se analisada a proposta estratégica) é o modelo do sindicalismo revolucionário. Não há neste sentido, nenhuma ruptura com a ação sindical, pelo contrário, tais ações são encaradas como parte fundamental da tradição anarquista. Os anarquistas acompanhariam também atividades comunitárias, tentando difundir suas propostas políticas e seus modelos organizativos, como na participação da Associação dos Moradores da Lauro Müller e Adjacência (ALMA), fundada em 1976, que além de assembleias no bairro, protagonizou uma mobilização para urbanizar e transformar um

terreno situado nos fundos dos blocos residenciais em área de lazer. A ALMA também organizou um mutirão contra o custo de vida, minimizando o preço com a compra coletiva de alimentos para a comunidade e seu presidente, Pedro Porfírio defenderia a “autogestão [...] das comunidades.” (*O INIMIGO DO REI*, Bahia, 09-10/1979, p. 11). A ALMA realizaria um segundo congresso que teria como temas: Custo de vida, autogestão e cooperativismo, educação e comunidade e realidade brasileira. A meta organizativa do congresso da ALMA era posteriormente fundar uma “Federação de comunidades” e do ponto de vista imediato, lutavam em sintonia com a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ) contra a implantação da auto-estrada Lagoa-Barra (CANDIEIRO. *O INIMIGO DO REI*, 11-12/1979, p.14) Não sabemos ao certo o grau de inserção dos anarquistas nessas atividades, mas sem dúvida alguma, parece ser provável pelos relatos que essa ação comunitária tenha contado com participação anarquista.

Apesar do discurso operado por Geisel de abertura política “lenta, gradual e segura” a vigilância e a repressão continuaram como marcas do regime. Segundo Mello (2014) episódios emblemáticos contrariam um suposto “fim da ditadura”, como a repressão sofrida pelo movimento operário do ABC, os atentados terroristas na seção da OAB fluminense. (MELO, 2014, p. 179) No caso dos anarquistas, a sensação de viver num regime arbitrário era recorrente, mesmo após 79 e não pode ser desprezada de maneira alguma. A violência de extrema direita prosseguiria sem impecilhos até 1981. Entre abril e outubro de 1978 foram 26 atentados, entre julho de 1979 a abril de 1980, 25 atentados. Entre abril e setembro de 1980, dezenas de bancas de jornais em várias cidades brasileiras, foram incendiadas a noite. Os alvos eram as bancas que distribuíam os jornais alternativos, o que também causou dificuldades de distribuição para o IR. (NAPOLITANO, 2014, pp. 294-295. O jornal sofreu vigilância das forças repressivas e segundo Baqueiro e Nunes, “pelo menos uma vez foi descoberto um agente da Polícia Federal nas reuniões do grupo editor.” (BAQUEIRO; NUNES, s/d, p. 10)

O Círculo de Estudos Libertários (CEL) e a abertura (1985)

Com o ambiente político mais arejado, os anarquistas formariam também um espaço público, o Círculo de Estudos Libertários (CEL), que seria uma incubadora da militância de anarquistas, que atuariam no âmbito sindical, comunitário e estudantil no Rio de Janeiro. As experiências anteriores – fragmentárias (ou ignoradas) aos olhos dos pesquisadores – retornariam com a insistência da reorganização do anarquismo. Fundado em 1985 após o curso “Anarquismo, por novas formas de organização social”, passou a promover reuniões semanais na escola Senador Corrêa após ter feito uma convocatória pública. O espaço de grupo de estudos serviu para construir ações políticas concretas e se relacionar com anarquistas de outros estados e países. (LOPES, 2015) Segundo Corrêa (2008) dentro do CEL desenvolveram-se grupos anarquistas como o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), reorganizado em 1987, o Grupo Anarquista Ação Direta (GAAD), o Coletivo Anarquista Estudantil 9 de Julho (CAE-9) e o grupo Mutirão (1991), com trabalho em movimentos sociais agrários. Também foram importantes as iniciativas editoriais, tais como “a revista *Utopia*, o informativo *Libera... Amore Mio* e o jornal *O Mutirão*.” Dispersas, mas não isoladas, essas iniciativas foram importantes para gerar um caldo organizativo que ganharia fôlego nos anos posteriores.

Abria-se um novo ciclo do anarquismo, materializado com mais nitidez com a fundação da Federação Anarquista Gaúcha (FAG), em 1995. A FAG nasce estimulada pela relação com a Federação Anarquista Uruguaí (FAU), esta última, uma sobrevivente da ditadura militar neste país cuja experiência de luta na ditadura mediante uma organização política estruturada em frentes sociais de trabalho político davam aos anarquistas gaúchos e posteriormente, os de outros estados, um modelo político que nunca se efetivou completamente no Brasil até aquele momento: uma organização anarquista nacional. Essa ponte transnacional, frequente dentro da história do anarquismo, traria um

componente político que seria responsável por reflexões organizativas profundas. Esse novo capítulo, da história do anarquismo brasileiro, obviamente pode ser elucidado em momento mais oportuno e certamente, ainda tem suas linhas a serem escritas e reescritas.

Fontes

Associação Promoção Auto Liberação Bicho Mau ou Coletivo Autonomia e Ação Direta. “Eleição Direta ou Ação Direta”. Rio/São Paulo, Abril de 1984.

Ação Direta (2ª fase), Rio de Janeiro, 1946-1959. Biblioteca Social Fábio Luz, Rio de Janeiro.

A Plebe (2ª fase), São Paulo, 1947-1949. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

Ação Sindical, São Paulo, 1958. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro / Biblioteca Social Fábio Luz, Rio de Janeiro.

Autogestão, Rio de Janeiro, 1968-1969. RODRIGUES, 1993c.

Autogestão Operária, Rio de Janeiro, 1969. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1960-1963. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Dealbar, São Paulo, 1965-1968. Biblioteca Social Fábio Luz, Rio de Janeiro

O Inimigo do Rei, Bahia, 1977-1988. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo (CEDEM), São Paulo. Biblioteca Social Fábio Luz, Rio de Janeiro.

O Libertário, São Paulo, 1965. Biblioteca Social Fábio Luz, Rio de Janeiro.

O Protesto, Rio Grande do Sul, 1967-1968. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo (CEDEM), São Paulo.

Prontuário n. 05 – Centro de Cultura Social, 1945. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Dossiê Brasil Nunca Mais In Brasil Nunca Mais Digital (BNMD). Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)

Ideal Peres. Carta, 04/06/1966, Rio de Janeiro, [para] Elias Iltchenko. 1 páginas, p.1

Ideal Peres. Carta, 03/12/1966, Rio de Janeiro, [para] Rafael Fernandes. 1 páginas, p.1

Carta, 02/11/1967, Rio de Janeiro, [para] Jaime. 1 páginas, p.1.

Depoimento de Milton Lopes. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Rio de Janeiro, 2015. arquivo .mp3.

DECRETO-LEI 898/69 | Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69>

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ANARQUISTAS (ANA). “Entrevista com Carlos Baqueiro.” *Centro de Mídia Independente (CMI)*, 31/07/2008. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/07/425512.shtml?comment=on>

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias studentis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Roberto Marinho, 2007.

BAQUEIRO, Carlo. “Entrevista com Renato Ramos.” *Blog Inimigo do Rei*, 2007. Disponível em: <http://oinimigodorei.blog.terra.com.br/2007/03/06/entrevista-com-renato-ramos/>

BAQUEIRO, Carlo; NUNES, Eliene. *O Inimigo do Rei: imprimindo utopias anarquistas*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

CORRÊA, Felipe. “A militância de Ideal Peres.” *Núcleo de Pesquisas Marques da Costa (NPMC)*, 2008.

_____; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares (Orgs). *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

DIAS, Quezia. “O anarquismo e a ditadura militar no Rio de Janeiro – memórias de Milton Lopes.” *Emecê*, ano VIII, nº 23, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. São Paulo: Editora FGV, 2014.

LEMOS, Renato. “Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964.” *Marx e Marxismo*, v.2, n.2, 2014.

MELO, Demian Bezerra de (Org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, João Henrique de Castro. *Do underground brotam flores do mal: Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1972)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro, 2007.

PINA, Fabiana. *O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis-São Paulo, 2011.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 64 a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODRIGUES, Edgar. *Entre Ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993.

_____. *O Anarquismo no Banco dos Réus (1969-1972)*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993b.

_____. *O Ressurgir do Anarquismo (1962-1980)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993c.

SCOTT, James. *Los dominados y la arte de la resistencia*. México, D.F: Ediciones Era, 2004.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*: Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-Rio de Janeiro, 2014.

SIMÕES, Gustavo. “Por uma militância divertida: o inimigo do rei, um jornal anarquista.” *Verve 11*, pp. 168-181, 2007.

TOLEDO, Caio de Navarro. *1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

Libera... Amore Mio – imprensa anarquista em tempos de consenso neoliberal (1991-2011)⁹³

João Henrique de Castro Oliveira
Doutor em História Social
Universidade Federal Fluminense

O ano de 1991 já estava em sua metade. Era o primeiro da década de 90, a última do século passado. Para Hobsbawm (1995), no entanto, aquele ano já marcaria simbolicamente o fim do “breve século XX”, que teria “começado” em 1914. Na periodização proposta pelo famoso historiador britânico, o intervalo de tempo entre a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-18) e o colapso dos regimes ditos “socialistas” formaria um “período histórico coerente”. Na transição das décadas de 1980 e 1990, segundo ele, “uma era se encerrou e outra nova começou.” (HOBSBAWM, 1995, p.15)

Foi então, no despontar daquela “nova era”, que quatro jovens marcaram um encontro no bar da estação de bondes da Rua Senador Dantas, centro da cidade do Rio de Janeiro. Renato Ramos, Pedro Kroupa, Célia Regina Costa e Jaury de Oliveira decidiram “sacudir a poeira” do Círculo de Estudos Libertários (CEL), fundado em 1985. As atividades do grupo estavam desarticuladas, o número de frequentadores caiu e duas importantes figuras – que estavam entre seus fundadores – decidiram se afastar em fevereiro de 91: o veterano libertário Ideal Peres, então com 66 anos, e sua esposa Esther Redes.

A ideia dos quatro amigos era criar um boletim para divulgar as atividades e reativar as palestras semanais, mas também publicar textos que ajudassem a propagandear a ideologia anarquista. Segundo Renato

93 Este artigo é uma adaptação da tese de doutorado “*Libera... Amore Mio. Imprensa anarquista e comunicação contra-hegemônica em tempos de consenso neoliberal (1991-2011)*”, sob orientação do professor Carlos Augusto Addor (Universidade Federal Fluminense).

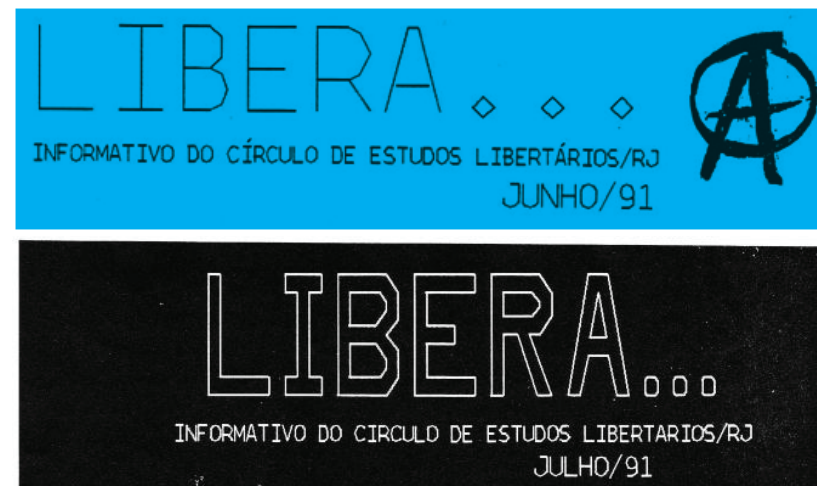
Ramos, aquela reunião no bar funcionou como uma “assembleia fundadora”, que deliberou “quem escreveria o texto de abertura, o prazo para fechar o calendário de atividades do CEL, a tiragem inicial e como seria o cabeçalho.” (RAMOS, 2011, p. 1)

Outro detalhe acertado foi o título da futura publicação. Pedro Kroupa sugeriu o nome de um filme de que gostava, recebendo aprovação de todos: “Libera, amore mio”, produção italiana dos anos 1970.⁹⁴ Um nome que, de acordo com Ramos, ganhou logo uma entonação local, com o deslocamento do acento tônico da primeira para a segunda sílaba. “Desde o princípio, o que no título do filme pronunciava-se ‘Líbera’, passou a ser ‘Libéra’, como até hoje.” (RAMOS, 2011, p.1)

Fonética à parte, era preciso materializar a ideia, transformá-la em papel e tinta. Numa época em que os computadores pessoais ainda estavam sendo introduzidos no Brasil, a feitura das primeiras edições do *Libera*⁹⁵ tinha um caráter semi-artesanal, mesclando técnicas de “recorte-e-cola” com trechos já produzidos em computador. Seus editores também praticaram, nas primeiras edições, uma espécie de “expropriação revolucionária” de recursos do próprio Estado. Nesse sentido, Célia Regina, que trabalhava no prédio da Petrobras, produziu em segredo, no computador da empresa estatal, os primeiros cabeçalhos e também o editorial do informativo.

94 “Libera, amore mio” foi um filme italiano, lançado em 1973 (segundo Pietro Ferrua) ou 1975 (de acordo com outras fontes consultadas), e dirigido por Mauro Bolognini. Libera Valente era o nome da protagonista, interpretada por Claudia Cardinale. Filha de um anarquista, Libera se une na luta contra o fascismo de Mussolini durante as décadas de 1930 e 1940. Pietro Ferrua chama a atenção para o fato de que a película começa com um grito anarquista: “Abaixo o rei! Abaixo a guerra! Vida longa à Anarquia!” (FERRUA, 2016). O *trailer* pode ser visto em <www.youtube.com/watch?v=ML8trIPgw64> (Acesso em 12 jan. 2016).

95 Do número 1 ao 118, o título do informativo foi composto por três palavras: *Libera... Amore Mio*. A partir da edição 119, será usado apenas o nome *Libera*. Na época do título composto, era comum a inclusão das reticências quando o jornal era citado em algum texto (*Libera...*), indicando a supressão da segunda parte do nome (*Amore Mio*). Optamos por utilizar apenas *Libera*, sem reticências, para fazer referência, indistintamente, aos dois tipos de título.



Os dois primeiros cabeçalhos do *Libera*, rodizados em computador e impressos a laser.

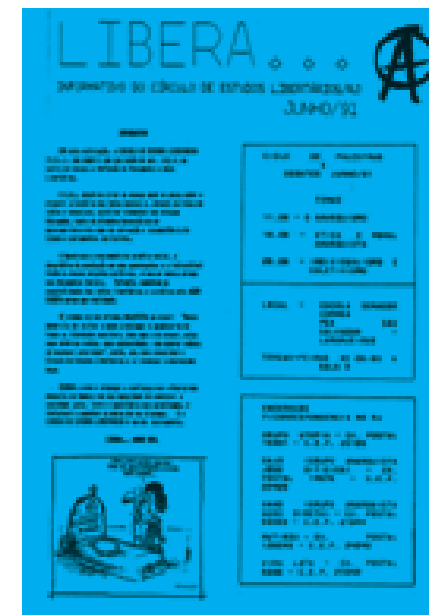
Em junho de 1991, era lançado o primeiro número do informativo. Com periodicidade mensal, o formato era extremamente simples: uma folha de papel A4 (21 cm X 29,7 cm), fotocopiada em frente e verso. Uma configuração mais próxima de um boletim do que de um jornal. No campo da editoração, boletim “difere do jornal e da revista, por suas características de formato (menor), estilo redacional não necessariamente jornalístico, e produção gráfica (pode ser mimeografado, apresentado em brochura, impresso em uma só folha, etc.).” (RABAÇA, BARBOSA, 1978, p.47) Quer dizer: o *Libera*, em sua fase inicial, enquadra-se como boletim em pelo menos três pontos: a) era menor que um jornal ou uma revista; b) era impresso numa só folha; c) tinha uma produção gráfica baseada em fotocópias.

Esse formato vai permanecer inalterado em seus 18 primeiros números, de junho de 1991 a novembro de 1992. Em dezembro deste último ano, a publicação cresceu: passou para quatro páginas, no mesmo formato. Contudo, voltou a ter apenas duas páginas entre janeiro e maio

de 1993. Em junho (nº 25), passou novamente a sair com quatro páginas, mantendo-as até o número 150.⁹⁶³

A tiragem dos primeiros números não passava de 200 exemplares, xerocados no Centro da cidade e distribuídos nas reuniões do CEL, universidades, locais de trabalho e despachados pelo Correio para uma pequena lista. O efeito no CEL foi quase que imediato, tendo aumentado a frequência nas atividades e, conseqüentemente, o número de contribuintes fixos e eventuais. (RAMOS, 2011, p. 1)

Em seu subtítulo, explicitava-se sua razão de existir: era o “Informativo do Círculo de Estudos Libertários”. A disposição dos elementos gráficos na capa reforçava essa missão. Duas colunas dividiam a página. À esquerda, o editorial, com uma fonte tipográfica menor, produzida em computador e reduzida para poder “caber na página.” Abaixo dele, uma charge, retirada de outra publicação. Na coluna direita, dois *boxes*. O de cima trazia a programação do “Ciclo e palestras e debates” daquele mês de junho. O *box* era cortado por uma linha, que o dividia em dois. Abaixo da linha, o endereço dos encontros do CEL: Escola Senador Correa, Praça São Salvador, Laranjeiras, Rio de Janeiro. Eles ocorriam toda semana, às terças-feiras, na sala 3 do colégio, às 20h. Aliás, desde 1985, quando o CEL foi fundado, as reuniões aconteciam naquele mesmo local.



Capa e contracapa da primeira edição do *Libera*(06/1991). Simplicidade e caráter semi-artisanal marcam os primeiros números do informativo.

Desde o número de estreia, o *Libera* quase sempre traz um texto que define a posição do veículo e expõe a interpretação do coletivo em relação aos acontecimentos contemporâneos. Trata-se do editorial, um tipo de espaço tradicional em diversos jornais ao longo da história. No número 1, ele vai funcionar como cartão de visitas, uma apresentação sobre os objetivos do CEL e da publicação que acabava de nascer.

Com esta publicação, o CÍRCULO DE ESTUDOS LIBERTÁRIOS (C.E.L.), vem cumprir com sua razão de ser, isto é, um Centro de Estudos e Reflexão do Pensamento e Ação Libertárias.

O C.E.L. objetiva criar um espaço onde se possa saber e discutir a história das lutas sociais e, através da troca de ideias e pesquisas, aglutinar elementos que estejam fatigados, tanto da ditadura burocrática do marxismo-leninista como da corrupção e incompetência do Estado e parlamentos capitalistas. (*LIBERA... AMORE MIO*, 06/1991, p.1)

96 3 A partir da edição 160 (10.-11.-12/ 2013), o periódico passou a ter oito páginas, configuração que manteve até o número 167 (01.-06/ 2016). A edição 168 (07.-09/ 2016) volta a ter quatro páginas, assim como a 169 (10.-12/ 2016), a última publicada até a finalização deste artigo.

Ao delimitar sua posição política, os anarquistas do *Libera* se mostravam contrários tanto ao *status quo* (“corrupção e incompetência do Estado e parlamentos capitalistas”) quanto a seus adversários históricos no campo socialista (“ditadura burocrática do marxismo-leninista”). Isso num momento em que, de um lado, o “socialismo realmente existente” se esfacelava (Queda do Muro de Berlim, em 1989; desmantelamento do Pacto de Varsóvia, em julho de 1991; dissolução da União Soviética, em dezembro de 1991). Na outra ponta, os ideólogos do capital comemoravam o que julgavam ser “o fim da História”, ou “fim das ideologias” e celebravam o capitalismo como “única alternativa” para a humanidade. Naquela conjuntura, os tecnocratas da América Latina se curvavam ao receituário neoliberal elaborado pelo chamado Consenso de Washington.⁹⁷

Além do fracasso do “socialismo” de Estado, o editorial citava as contradições do capitalismo – como o “monstruoso crescimento da miséria social”, a descrença da população frente aos governantes e a falência do projeto político liberal-burguês. Segundo o *Libera*, a incapacidade de o capitalismo promover o bem-estar social e a falha do comunismo burocrático em estabelecer um modelo alternativo abririam caminho para o anarquismo.

Esse prognóstico do informativo não deixou de se tornar realidade, pelo menos em parte. A partir de meados dos anos 1990, ganham visibilidade movimentos globais de oposição à ordem neoliberal/capitalista. Eles terão em comum o fato de que não “almejam a tomada do poder, mas a desintegração do poder na autonomia e na responsabilidade de cada um diante de todos” (SEVCENKO *apud*: CHRISPINIANO, 2002, p.13). Além disso, os diversos coletivos reunidos no chamado “movimento antiglobalização” – expressão que, segundo Ned Ludd

97 “Consenso de Washington foi como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Essa reunião foi convocada pelo Institute for International Economics, sob o nome de “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, e envolveu instituições e economistas de perfil neoliberal, além de alguns pensadores e administradores de países latino-americanos.” (PENA, 2016)

(2002, p.9), é uma “identidade forjada pela mídia”, criada “na tela da TV e nas colunas dos jornais burgueses” – vão se organizar “de forma autogestionária, isto é, não-hierárquica, não-burocrática e autônoma.” (LUDD, 2002, p.10)

Nesse sentido, embora muitos dos grupos anticapitalistas dos anos 90 não se declarassem explicitamente anarquistas, partilhavam de valores que o anarquismo historicamente sempre defendeu, como a ação direta, a autogestão, a autonomia, etc. Além disso, indivíduos e grupos declaradamente anarquistas (com todas as diferenças entre suas tendências) também estarão presentes nesse heterogêneo caldo político libertário da virada de milênio – assim como estiveram presentes no imediato pós-Segunda Guerra, notadamente no contexto de revoltas estudantis como o Maio de 68 e a contracultura. Isso confirma, portanto, a previsão do *Libera*, em 1991: as contradições do capitalismo, aliadas ao fracasso do socialismo de Estado, aumentariam “as possibilidades das ideias libertárias e a prática pela AÇÃO DIRETA serem uma realidade.” (*LIBERA... AMORE MIO*, 06/1991, p.1)

Em 2002, quando os movimentos anticapitalistas globais viviam um momento ascendente, David Graeber foi mais longe ao considerar o papel do anarquismo naquele contexto:

[...] boa parte daqueles que gostariam de ver uma mudança revolucionária poderia não se sentir satisfeita plenamente ao comprovar que a maior parte da energia criativa e da política radical provém, na atualidade, do anarquismo – uma tradição que, até bem pouco tempo, boa parte deles desprezava – e que levar a sério este movimento levará necessariamente a assumir com ele um compromisso respeitoso. [...] O anarquismo é o coração do movimento, sua alma; a fonte de boa parte do que nele podemos encontrar de novo e auspicioso. (GRAEBER, 2002, pp.61-62)

Comunicação para organizar os anarquistas: a experiência da *Rede de Informações*

Segundo Hobsbawm (1995), a última parte do século passado foi uma era de decomposição, incerteza e crise – e de catástrofe para grandes áreas do mundo, como a África, a ex-URSS e as partes anteriormente socialistas da Europa. À medida que a década de 1980 dava lugar à de 1990, o estado de espírito dos que refletiam sobre o passado e o futuro do século era de crescente melancolia *fin-de-siècle*. (HOBSBAWM, 1995, p.15-16) Um dos fenômenos mais “característicos e lúgubres do final do século XX” é o que ele chama de “destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas” (HOBSBAWM, 1995, p.13)

No contexto internacional, eram tempos de celebração da “globalização”, do término da polarização da Guerra Fria, da queda do Muro de Berlim e do “fim da história”, proclamado depois da derrocada do “socialismo real” e de seus estados totalitários de inspiração bolchevique. Os arautos da direita liberal – também chamada de “neoliberal” – proclamavam a vitória incontestada do capitalismo, que seria, então, a “única-alternativa-possível”, um mantra recitado *ad nauseam*, explícita ou implicitamente, nos discursos da mídia hegemônica a serviço das classes dominantes. Os Estados Unidos e seus aliados do mundo ocidental ditavam as regras do “melhor caminho a seguir” (vide Consenso de Washington), e se utilizavam sobremaneira dos meios de comunicação de massa e de uma tentacular indústria cultural para obter a hegemonia global.

No Brasil, depois das trevas da ditadura civil-empresarial-militar, não houve mudança estrutural na composição de classes do Estado, que continuava a ser gerenciado por representantes das elites. Malgrado algumas tensões entre suas frações, elas mantinham intacta uma estrutura política que distanciava a maioria da população das escolhas e decisões que a afetavam diretamente. Um “caçador de marajás” ocupava a presidência da República desde 1990. Havia sido eleito, em 1989, no

retorno da “democracia representativa” (ou pseudodemocracia, para observadores mais críticos) após uma campanha política que se confundia com o *marketing* dos produtos capitalistas: muita propaganda, exposição na mídia, gestos e discursos tragicômicos. Fernando Collor (1990-1992) prometia liquidar a inflação, combater a corrupção e “modernizar” o Estado brasileiro. A tal “modernização”, no entanto, significava manter a posição de semicolônia e se curvar diante do cânone neoliberal.

Nesse cenário, os anarquistas brasileiros procuravam se rearticular nacionalmente. Em agosto de 1992, um evento serviu de marco para essa reorganização: o encontro “Outros 500 – Pensamento Libertário Internacional”, realizado na cidade de São Paulo. O mote era a crítica tanto à Eco-92 (evento internacional sobre meio ambiente, sediado no Rio de Janeiro) quanto às “comemorações” dos 500 anos da chegada europeia à América. O caráter libertário e autonomista (não só anarquista) pode ser mensurado pela presença de intelectuais como Cornelius Castoriadis (França), Ronald Craig (EUA), Pietro Ferrua (Itália), Eduardo Colombo (França), além dos locais Maurício Tragtenberg, Ideal Peres, Roberto Freire e Jaime Cubero.

Nas palavras dos editores do *Libera*, o “Outros 500” foi “um passo decisivo nesta fase de renascimento e reconstrução do movimento Anarquista no Brasil” (*LIBERA... AMORE MIO*, 09/1992, p.2). Naquele evento, decidiu-se pela criação da *Rede de Informações*, que teria o objetivo de “divulgar notícias e atividades de interesse de grupos e indivíduos anarquistas” (*LIBERA... AMORE MIO*, 09/1992, p.2). Uma rede na qual o *Libera* teve papel central e foi um dos animadores do projeto durante um bom tempo. Renato Ramos narra suas impressões sobre esse episódio:

A rede era um embrião de uma tentativa de articulação nacional. Era tentativa de contato, apoio mútuo, etc, através das publicações. Como sempre, o último que sobrou foi o *Libera*. O resto foi sumindo, sumindo... Porque era uma coisa muito frouxa, embora importante por alguns meses. Lógico que isso foi importante futuramente porque esse encontro pessoal começa a colocar em contato gente de vários estados, estabelece correspondência contínua. Funcionou por

alguns meses. E a gente já apontava que a rede seria vital para projetos futuros de federalização do movimento anarquista. (RAMOS, Entrevista, 05/2014)

A estratégia da rede era bem simples: ela teria “nós”, ou seja, coletivos/publicações encarregados de repassar informações produzidas/recebidas. O compromisso seria divulgar material de outros “nós”; comunicar aos outros de que forma e a quantos grupos a informação foi repassada; e “nós” sem publicações periódicas procurariam produzi-las. Outra regra: socializar as listas de endereços libertários.

Analisar o caso da rede de informações anarquistas pode nos revelar o *modus operandi* de uma experiência de comunicação contra-hegemônica. A intenção de criar uma rede de notícias e um jornal de alcance nacional aponta a necessidade de fazer circular seus próprios discursos, como uma forma de romper com o monopólio dos grandes grupos de mídia.

Transformações e crescimento do *Libera*

O ano de 1993 começou com o *Libera* lançando um editorial sobre sua própria história, que se confundia com a trajetória do Círculo de Estudos Libertários. “O CEL não pode esperar” era o título de um texto que dialogava diretamente com o leitor, pedindo-lhe a colaboração para a continuidade do periódico. Pela primeira vez, podemos perceber que, realmente, o informativo havia crescido bastante, e demandava tempo dos militantes, que desabafaram: “Estamos respondendo a mais de cem cartas por mês, fora as rotinas de produção dos seminários, edição e, claro, tem que sobrar um tempinho pra ‘ir às ruas’.” (*LIBERA... AMORE MIO*, 01/1993, p.1)

Apesar de dificuldades constantemente relatadas, nota-se um avanço no empreendimento editorial. Isso pode ser quantificado pela tiragem. Se em 1991 ela começa em torno de 200 e 300 exemplares,

vai aumentar rapidamente em 1993. Será de 500 exemplares na edição 23, em abril. Na edição 26 (julho), passa para 600; e, logo na seguinte, informa-se que a tiragem foi para 1.000 exemplares. Ou seja: em pouco menos de três anos, a tiragem quintuplicou. Apesar das constantes queixas sobre problemas financeiros, o ano de 1994 se encerrava com o *Libera* #43 dando mais um salto: a tiragem passava de 1.000 para 2.000 exemplares.

A partir de 1994, transformações na parte gráfica chamam a atenção. Um novo logotipo, mudanças nas fontes e uso de três colunas na página 3 (quando, tradicionalmente, o jornal só usava duas em todas as páginas). Apesar do considerável volume de textos – visto que o *Libera* passava a ser cada vez mais espaço de formação política para o leitor – há certa leveza na diagramação, com uso de charges sem molduras, dando a impressão de estarem “soltas” na página. Nota-se, portanto, um uso mais hábil dos programas de editoração eletrônica, que definitivamente se inseriam na produção do informativo. As transformações são comentadas com bom humor, na própria edição:

Prá quem ainda não percebeu, estamos inaugurando “novo visual”, graças a graciosa (em ambos os sentidos) colaboração de surrealistas em potencial. Estamos presenteando nossos ilustríssimos leitores com alguma experimentação estética – e por que não? (*LIBERA... AMORE MIO*, 01/1994, p.1)

Na edição de fevereiro de 94 (n° 33), o *Libera* apresentava elementos gráficos que até então não explorava. Recursos de editoração eletrônica eram utilizados criativamente, com títulos mais estilizados, uso de capitulares, *boxes* e elementos gráficos que destacavam trechos textuais, facilitando a leitura. Em certa medida, o *layout* se profissionalizava, estando mais próximo do acabamento de publicações de grande porte. A fase “recorte-e-cola” estava definitivamente superada, graças aos recursos tecnológicos.

Na última edição de 1994, podemos aferir como estavam se formando coletivos anarquistas pelo Brasil. A coluna de endereços libertários, bem no rodapé da última página, mostrava um aumento em

relação às edições anteriores. Alguns nomes da lista: Grupo Ruptura Libertária (GRL), de Cabo Frio/RJ; Centro de Cultura Social (CCS), de São Paulo/SP; União Libertária de Minas Gerais (ULMG), de Três Corações/MG; Grupo Via Direta de Ação (Gravida), de Curitiba/PR; Movimento Anarco-Punk (MAP), de Florianópolis/SC; Centro de Cultura Social (CCS), da Paraíba; Associação em Prol do Pensamento Libertário (APPL), de Salvador/BA; Juventude Libertária (JL), de Porto Alegre/RS; Centro de Cultura Libertária (CCL), de Belém/PA; Coletivo Anarco-Feminista (CAF), de Guarulhos/SP; União Libertária da Baixada Santista (ULBS), de Santos/SP; e União Libertária (UL), de Campinas/SP. Se compararmos com o primeiro *Libera*, no qual saíram endereços de cinco grupos (Utopia, GAJO, GAAD, Mutirão e Vira Lata), o número pula para 14, três anos depois do lançamento do periódico.

Claro que os números não indicam que o movimento anarquista brasileiro estava crescendo a ponto de ameaçar a tecnocracia capitalista com uma revolução – como nenhuma outra corrente da esquerda revolucionária estava. Contudo, apontam para, pelo menos, a eficácia comunicacional do *Libera*, que conseguiu articular contatos em rede. Claro que eram laços dinâmicos e, por vezes, voláteis, mas que potencializavam a troca de informações entre libertários do país.

O ano seguinte, 1995, foi um marco importante na história do CEL/*Libera*. A partir dali, o coletivo carioca dialoga com a experiência da Federação Anarquista Uruguaia (FAU) e de sua concepção de anarquismo, chamada de “especifismo”. Em fevereiro daquele ano, o *Libera* publicava um texto que podemos tomar como marco inicial dessa relação com a organização uruguaia: “Um olhar sobre a F.A.U.”, assinado por Bruno. O sobrenome não é citado, mas se trata de Bruno Lima Rocha, que é considerado por Renato Ramos como uma das figuras mais importantes para o estabelecimento do especificismo entre os anarquistas que então formavam o CEL.

O Bruno teve uma participação importante no *Libera*, naquela época da reconstrução, e foi o cara que trouxe o especificismo para o Brasil. Militou na FAU, ficou morando no Uruguai e trouxe isso. Ajudou a

fundar a FAG [*Federação Anarquista Gaúcha*] e influenciou a gente. (RAMOS, Entrevista, 01/2014)

Em linhas gerais, o especificismo defende a atuação de anarquistas em duas esferas que se complementam: a *social* (em movimentos sociais classistas) e a *política* (a própria organização específica de anarquistas). Seguindo a concepção bakuniniana de “minoría ativa”, os militantes buscariam participar de movimentos sociais, procurando disseminar pensamentos e práticas libertárias, sem, contudo, “dirigi-los” ou agir como “vanguarda iluminada”. Ao contrário, o objetivo seria “lutar ombro a ombro” com os explorados. (CORRÊA, 2016)

Uma crítica libertária à aceitação acrítica da ordem neoliberal

A opção do *Libera* por estar presente nos temas importantes de seu tempo fica clara no seu escopo temático, assim descrito por Felipe Corrêa (2007):

[...] longe de pregar um anarquismo sectário e antiquado, ele [*Libera*] “conversava” amplamente com os acontecimentos contemporâneos que enchiam as páginas dos periódicos da imprensa burguesa; isso sempre a partir de uma perspectiva crítica e libertária, evidentemente. Dentre muitos outros assuntos que foram abordados, o *Libera...* tratou de fazer uma série de críticas ao neoliberalismo defendido por Fernando Henrique Cardos e pelo PSDB, criticou fortemente a institucionalização e o “aburguesamento” da antiga esquerda do PT; [...]. Tratou ainda do assassinato do índio Galdino e dos crimes cometidos pela elite brasileira, da repressão no Brasil e na América Latina, tratou de discutir o Plano Real e o euro; o neoliberalismo e a ideologia de Fukuyama; as privatizações, terceirizações e os direitos trabalhistas; os direitos da mulher; o MST e a luta pela terra; o bombardeio dos EUA no Sudão; a guerra do Kosovo; o encontro

da OMC; os zapatistas [...]; a comunicação popular; os ataques de 11 de setembro e o terrorismo; [...] a crise argentina de 2001 [...]. (CORRÊA apud: FARJ, 2007, pp.24-25)

Em sua batalha comunicacional, os anarquistas do *Libera* se apresentam como contraponto à mídia hegemônica. Assim, buscam produzir contradiscursos que desvelem as artimanhas do discurso dominante, que costuma universalizar o que é historicamente criado, apresentando sentidos unívocos e escondendo outras significações.

Falar em hegemonia e contra-hegemonia é pensar no antagonismo entre classes sociais que, a partir de sua posição dominante ou subalterna no interior da sociedade e do Estado de classe, exercem, sofrem e disputam permanentemente o poder. Em todas as épocas da história da sociedade e do Estado de classes, a luta pela hegemonia, como luta de classes, se desenvolveu como luta em torno da apropriação dos meios de produção e de vida, da riqueza socialmente produzida e do poder político do Estado. (DANTAS apud: COUTINHO, 2008, p.91).

No caso dos anarquistas, entretanto, não é a conquista do poder do Estado que está em jogo, mas a diluição deste poder em organismos descentralizados, fomentadores do poder popular. Nesse sentido, a dinâmica hegemonia/contra-hegemonia foi abordada em outros termos por Rudolf De Jong (2008). Em sua concepção libertária de transformação social revolucionária, De Jong utiliza os conceitos de centro e periferia.

Quando aplicamos a terminologia centro-periferia [...], os marxistas parecem aderir à política orientada para o centro, isto é, tentam criar um centro político para assumir o poder, e usam os centros existentes de organização e poder político. A perspectiva dos anarquistas é orientada para a periferia. Eles procuram criar uma confederação de unidades básicas autotitigidas [...]. (DE JONG, 2008, p.59)

Portanto, a postura contra-hegemônica (ou periférica) do *Libera* teria muito mais a ver com a *práxis* revolucionária que tenta-

ria destruir o “centro” (em contraposição ao marxismo, que buscaria conquistá-lo).

Todavia, há que se considerar a complexidade social-histórica, na qual se estabelecem diferentes relações centro-periferia, dependendo do referencial considerado. Em outras palavras, um mesmo grupo pode ser considerado periférico numa situação, ou central em outra. De Jong cita, por exemplo, o caso das “novas esquerdas” na década de 60. Elas faziam parte de sociedades centrais do Atlântico Norte, como EUA e Europa, que exerciam inclusive relações imperialistas em relação a países periféricos no contexto geopolítico internacional. Entretanto, mesmo nascida “dentro do centro”, a *New Left* criou “uma área periférica – a contra-cultura – através de uma escolha deliberada de indivíduos que preferiram ‘cair fora’ da sociedade afluente.” (DE JONG, 2008, p.79)

A percepção dessa dinâmica é importante para compreendermos a posição do *Libera* em relação ao avanço da lógica neoliberal no Brasil e na América Latina. Se o objetivo finalista do anarquismo é, de fato, destruir o Estado capitalista (considerado “centro”), isso não inviabilizaria a luta por conquistas de curto prazo. Assim, o *Libera* vai empreender uma luta pelo que Noam Chomsky chamou de “ampliação da área da jaula”.⁹⁸ Quer dizer: se a conjuntura não favorece a derrubada imediata do sistema, não se deve permitir a perda de direitos conquistados historicamente pelos movimentos periféricos, mesmo dentro da limitada democracia liberal-burguesa.

Seguindo essa lógica, os libertários cariocas bradavam um “Não à privatização” no editorial da edição 46 (03/1995). Um tema bastante

98 “[...] Chomsky vai chegar a uma conclusão que ele sustenta com bastante eloquência: as corporações multinacionais são tiranias muito piores que os governos. Segundo o seu ponto de vista, os governos, por menos democráticos que sejam, dão a possibilidade – mesmo que mínima – de intervenção ou participação do público, e as corporações são ditaduras informais que não dão praticamente nenhum espaço para influência ou participação. [...] Essa possibilidade de influência não necessariamente deveria passar pela via institucional; ela poderia se dar também, e principalmente, por pressão popular, movimentos de ação direta, enfim, as pessoas poderiam pressionar o governo de todas as maneiras possíveis. [...] Para ele, as conquistas sociais, que foram conseguidas depois de anos e anos de movimentação social, estão sendo perdidas em nome dos lucros. A jornada de oito horas de trabalho, as boas condições de saúde e segurança no trabalho, o registro em carteira, as férias e diversos outros direitos duramente conquistados, são exemplos de perdas que temos sofrido a cada dia com a ordem neoliberal que vem emergindo. Por isso, fazer com que o Estado faça cumprir essas leis, para Chomsky, é um caminho de dar ajudas de curto prazo às pessoas que realmente precisam.” (CORRÊA, 2004)

em voga naquele início de governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Como de costume, o *Libera* se colocava no debate de conjuntura, não se esquivando do diálogo com a realidade político-econômica do período. Com base na realidade concreta, não caía em abstrações, nem preservava uma suposta “pureza” idealista do anarquismo. Ou seja: se o anarquismo tem como uma de suas características a negação do Estado e a perspectiva revolucionária, não poderia, em tese, argumentar em favor da manutenção do papel do Estado como regulador da economia e provedor de serviços públicos. Mas, no caso do *Libera*, há um claro posicionamento em favor da preservação de direitos conquistados pelos trabalhadores.

Desse modo, o *Libera* começava seu editorial ressignificando o discurso neoliberal, que defende a privatização em nome da “produtividade”, “mais investimentos”, “saneamento do déficit estatal”. Para os socialistas libertários, tais argumentos “escondem uma questão de fundo: o ataque contra as conquistas dos trabalhadores do setor público”. A face dura do neoliberalismo – sentida principalmente pelas classes proletárias – se materializava em “enxugamento” de empresas (“mais demissões e mais desemprego”), achatamento de salários e perda de estabilidade no emprego público. “A privatização é, pois, uma tática do capital para aumentar o domínio sobre os trabalhadores”, afirmavam os editores.

O ponto-chave do texto é o que esclarece a aparente contradição: anarquistas “defenderem” o papel do Estado. Mas, na verdade, a preocupação maior era defender a classe trabalhadora contra os ataques do capital.

Já é hora de nós, anarquistas, nos posicionarmos contra as privatizações. Não por preferirmos a propriedade jurídica estatal, uma vez que a revolução social abole as relações de propriedade, com a expropriação dos meios de produção estatais e privados. Somos contra essa (não tão) nova estratégia de reprodução do capital, que obtém superlucros numa batida de martelo, por entender que este é mais um ataque aos trabalhadores e pelas consequências desumanas deste processo. (*LIBERA... AMORE MIO*, 03/1995, p.1)



Capa do *Libera* 46 (03/1995). O processo de privatização, carro-chefe do governo FHC, é criticado pelos anarquistas do CEL

Adeus ao mestre, mudança editorial e recorde histórico

Em setembro de 1995, era publicada a edição 52, que pode ser considerada uma das mais emblemáticas na trajetória do *Libera* e do CEL. O editorial talvez seja o mais emotivo que o jornal publicou em toda sua história. Ele noticiava a morte de Ideal Peres (1925-1995), uma referência para aquele grupo de anarquistas. Com o título “Perdemos o ‘nosso velho’... morreu Ideal Peres”, o escrito refletia a admiração dos discípulos. O texto informava que ele havia tido um problema cardíaco meses antes. Debilitado, mas “se recuperando”, o

militante libertário foi acometido por uma insuficiência renal, acompanhada por uma infecção pulmonar.

Na descrição do funeral, o jornal informava sobre a presença de “muitos amigos, parentes, antigos e novos companheiros”. Em seu enterro, “de um homem que foi anarquista por toda a vida”, não podia faltar a bandeira ácrata, “cobrindo seu corpo até o último momento”. De acordo com o *Libera*, a Internacional foi entoada pelos presentes, enquanto o caixão baixava à sepultura.

Relatado seu enterro, a vida dedicada à militância passa a ser narrada. A narrativa, obviamente, ajuda a construir a identidade, a referência que os mais jovens vão passar à frente. Nesse sentido, sobressai a imagem do “ativo militante”, filho de anarquistas, que “começou a atuar na reconstrução do movimento após o Estado Novo de Vargas”, ao lado de “alguns dos mais notáveis libertários deste século, como José Oiticica, Edgar Leuenroth e Pedro Catalo”.



Capa do *Libera* 52 (09/1995), dedicada ao veterano libertário Ideal Peres

Depois da morte de Ideal, o CEL foi rebatizado em homenagem ao velho companheiro. Tornava-se *Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP)*, que se mantém em atividade até os dias de hoje.

Ainda em 1995 (edição 54, novembro), o *Libera* vai passar por uma transformação importante em sua linha editorial. Como relata Renato Ramos, ele “deixa de informar as atividades do agora *Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP)* e passa a priorizar a divulgação de textos teóricos, históricos e as Notícias Libertárias.” (RAMOS, 2011, p. 1) Desse modo, de simples boletim semi-artesanal, lançado com o objetivo de divulgar reuniões de estudo, o *Libera* vai se consolidando como jornal, veículo de informação, debate e formação política.

Atravessando a década de 1990, o *Libera* chegava a uma marca histórica para qualquer publicação independente: em maio-junho de 2000 era lançado o número 100. No título do editorial, um jogo de palavras brincava com o feito: “Sem Estado! Sem capitalismo! Sem autoridade! CEM *Liberas*...!!!!”. Mais uma vez, a história do informativo era recontada, ajudando a construir a memória e a identidade do grupo:

Chegamos ao centésimo *Libera*...! Conseguimos atravessar a década de 90 e, se depender de nós, entraremos pelo século 21 com a mesma disposição daquele “longínquo” junho de 1991 quando, reunidos em um bar da estação de bondes, na Rua Senador Dantas, decidimos publicar um informativo para o CEL (hoje CELIP). (*LIBERA... AMORE MIO*, 05/2000, p.1)

O discurso ajuda a criar uma genealogia, uma filiação histórica. Para os editores do informativo, o *Libera* teria seguido o “rastros da reestruturação do *Círculo de Estudos Libertários*, fundado em 1985”. Este, por sua vez, seria “herdeiro da tradição libertária dos antigos centro de cultura, dos festivais operários e do Centro de Estudos Prof. José Oiticica (CEPJO), depredado e fechado pela ditadura militar em 1969”. A construção de tal identidade, de certa forma, legitimava os anarquistas do *Libera*, diferenciando-os de outras tendências – principalmente do “anarquismo estilo de vida” (BOOKCHIN, 2009), ou de grupos não preocupados com a inserção social. O papel do periódico também era reconhecido, sem falsa modéstia, por seus autores:

A partir do *Libera...* muit@scompanheir@s tiveram (e continuam tendo) o primeiro contato com textos teóricos, históricos e sobre as experiências passadas e presentes do anarquismo no Brasil e no mundo. As “Notícias Libertárias” e a intensa correspondência vinculada ao envio do *Libera...* (alguns milhares de cartas trocadas nesses anos...) serviram como ponte para o aumento das relações e da solidariedade entre os libertários. (*LIBERA... AMORE MIO*, 05-06/2000, p.1)

Em 2003, ocorre outra virada importante na trajetória do *Libera*: a partir do número 119, o jornal passava a ser o porta-voz da recém-criada Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ). A partir daí, até os dias de hoje, o periódico – juntamente com outros grupos afins – passa a representar a trajetória de uma corrente do anarquismo contemporâneo que busca uma reinserção nos movimentos sociais, de forma organizada e com perspectiva revolucionária.



Libera 119 (2003). O periódico carioca passa a ser o porta-voz da recém-fundada Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), levantando a bandeira da inserção dos anarquistas nos movimentos sociais.

A edição especial continha o “Manifesto de Fundação da FARJ”, a “Carta de Princípios” da organização e mensagens de saudações de outros militantes. Além do conteúdo, mudanças formais também ajudaram a reforçar a nova identidade visual do periódico, em consonância com as diretrizes da Federação. Entre outras transformações: um novo logotipo foi criado; no cabeçalho, a figura de Guy Fawkes, personagem da história em quadrinhos “V de Vingança” (Alan Moore), cedia lugar ao pássaro Tiê Sangue, símbolo da FARJ; e a frase “...Amore Mio” não mais fazia parte do título.

Na “Carta de Princípios”, o primeiro parágrafo definia o anarquismo com o qual a FARJ procurava se alinhar. Um anarquismo entendido como uma “ideologia política de transformação” que busca “intervenção na realidade”; uma “teoria revolucionária”, com origem “nas lutas da classe trabalhadora”.

Comprometida com estes princípios, que a fazem continuadora da corrente organicista do Anarquismo, a *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* (FARJ) propõe-se a trabalhar – desde já e sem intermediações – no sentido de interferir nas diversas realidades que compõem o universo dos movimentos sociais. (*LIBERA*, 07-08/2003, p.2).

Esse desejo de “interferir nas diversas realidades que compõem o universo dos movimentos sociais” vai ser posto em prática ao longo da primeira década do século XXI. E podemos acompanhar nas páginas do *Libera* a construção de projetos que envolviam os libertários do Rio de Janeiro e de outros estados.

Antes mesmo da fundação da FARJ, em 2000, os membros do CELIP passaram a frequentar o prédio que anteriormente havia abrigado a Associação Baiana de Beneficência (ABB), na Rua Torres Homem, bairro de Vila Isabel. Em 18 de novembro de 2001, foi criada naquele espaço a Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL). Assim, depois de quase 15 anos, “o CELIP/CEL conseguia concretizar o sonho de ter um espaço para reunir seu acervo e, o mais importante: disponibilizá-lo ao público.” (CORRÊA apud: FARJ, 2007, p.31). A casa também passou a abrigar, em março de 2003, o Centro de Cultura Social (CCS-RJ),

espaço público gerido pela FARJ. O local também vai sediar projeto de padaria comunitária com jovens do Morro dos Macacos, próximo ao CCS-RJ; trabalhos de reciclagem e de educação ambiental; cursos de letramento voltados às crianças da comunidade; pré-vestibular comunitário; entre outras iniciativas, sempre noticiadas pelo *Libera*.

O informativo também vai registrar a atuação dos anarquistas da FARJ em algumas ocupações urbanas feitas pelo movimento sem-teto. Com todos os obstáculos e aprendizados, realizava-se o objetivo inserir a teoria e prática libertárias em movimentos sociais concretos. Sem abandonar, é claro, a tarefa de propaganda, encabeçada pelo *Libera*, mas também diversificada por empreendimentos editoriais durante a primeira década do século XXI.⁹⁹

Em 2006, mais uma importante transformação em termos gráficos. A partir da edição 136 (07-12/2006), o *Libera* ganhou um novo formato (32cm X 29cm) e passou a ser impresso em papel jornal, numa gráfica em Petrópolis. Seu *layout* também se alterava sensivelmente, apresentando uma diagramação mais profissional. Essa mudança teve muito a ver com a chegada de Gabriel Amorim, um dos fundadores da FARJ. Formado em Desenho Industrial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com habilitação em Programação Visual, o militante elaborou um novo projeto gráfico. Ele nos contou como a mudança nos rumos editoriais foi definida coletivamente:

A gente [*da FARJ*] toma contato com uma gráfica de Petrópolis, que fazia um preço bom. Mesmo trazendo para o Rio, era um preço bom para 1.500 e 2.000 exemplares, tiragens que a gente normalmente faz. O formato era maior, era papel jornal... Eu não lembro exatamente a discussão que a gente fez. Sei que na época a gente avaliou que era melhor fazer num *offset*, gráfica, impresso em papel jornal. Ia ficar com mais cara de jornal. Ao mesmo tempo a gente começa a trabalhar essa coisa visual, para ter mais cara de jornal também. A gente avalia que ia ficar melhor do que na xerox. (AMORIM, Entrevista, 7/11/ 2015).

99 Entre as iniciativas no campo da propaganda, destacamos a criação, em dezembro de 2004, do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (NPMC), que funciona, até hoje, no âmbito da BSFL. O NPMC possui publicação própria, o boletim *Emecê*, que sai encartado ao *Libera*.

De boletim a jornal, de informativo do CEL a porta-voz da FARJ, ultrapassando a transição dos séculos XX e XXI, o *Libera* foi sendo publicado sem interrupção, mesmo alternando momentos em que a periodicidade não se manteve regular.¹⁰⁰ Em 2011, vinte anos depois de sua estreia, o informativo alcançava um recorde notável: tornava-se o jornal de maior longevidade na história do anarquismo brasileiro (em termos de publicação ininterrupta).¹⁰¹



100 Em maio de 2017, quando a redação deste artigo foi concluída, o *Libera* estava em sua 169ª edição (10-12/2016), com 25 anos de publicação ininterrupta. Embora com alterações na periodicidade, não houve um ano sequer em que o informativo deixou de circular – mesmo que fossem lançados apenas dois números ao longo de doze meses, como aconteceu em 2007, 2009 e 2015.

101 Outros periódicos anarquistas também foram publicados por muito tempo, mas sofreram interrupções marcantes em sua periodicidade, deixando de circular por longos períodos. Um dos exemplos mais citados na historiografia é o do jornal *A Plebe*, fundado em 1917 por Edgard Leuenroth (1881-1968). O título ganhou notoriedade na imprensa anarquista e operária, tendo alcançado um feito significativo: em 1919, circulou diariamente durante dois meses. Naquele mesmo ano, no entanto, a polícia invadia a sede do impresso, em São Paulo, pondo fim à empreitada. Em meio a outras intempéries (principalmente por conta da ação de forças repressivas), Leuenroth conseguiu tocar sua publicação até 1951. Essa história de mais de 30 anos foi recordada por hiatos, configurando fases de circulação ininterrupta: 1917; 1919 a 1924; 1927; 1932 a 1935; 1947 a 1951. Nenhuma das fases de publicação regular, entretanto, superou os 25 anos de publicação ininterrupta do *Libera*.



Capas do *Libera* 150 e da edição especial (encartada em seu interior): 20 anos do jornal anarquista brasileiro mais longo da história

Na edição em que se comemorou o recorde, Milton Lopes registrou assim o fato:

Desde que façamos uma comparação entre o tempo de sua existência com o de outras publicações de conteúdo ácrata/libertário, em um universo de 264 jornais e revistas, de cunho operário, sindical ou especificamente anarquista, editadas no país de 1892 a 2010, constatamos que o *Libera* demonstra a maior longevidade. (LOPES, 2011, p.2.)

Conclusões

Mais de duas décadas de existência. Mais de 150 números publicados. O jornal anarquista brasileiro mais duradouro da história. Como a historiografia poderia ignorar isto?

Claro que a trajetória do *Libera* já foi contada fora dos círculos acadêmicos. Ao tratar d'*A História da FARJ*, nos Cadernos de Formação da organização, Felipe Côrrea (2007) registrou diversos momentos do informativo. Além disso, a própria publicação relembrou seus passos, principalmente em edições especiais.

No campo acadêmico, localizamos apenas duas pesquisas que utilizaram o *Libera* como fonte. Tendo como referência a área da Psicologia Social, a dissertação de Alessandro de Oliveira Campos (2007) abordou a identidade dos ativistas do Movimento de Resistência Global, tecendo “reflexões sobre as diferentes possibilidades de fazer política além das instituições e partidos tradicionais”. Em seu texto, o pesquisador cita um artigo publicado no número 112 do periódico anarquista (maio-junho de 2002). Nada mais que isso.

Já Mariana Affonso Penna (2010) explorou uma temática bem próxima à de nossa proposta. No estudo, a autora analisa movimentos atuais no Rio de Janeiro que adotam práticas socialistas libertárias, orientadas pela ação direta e autogestão. A FARJ encontra-se entre as organizações por ela investigadas, ao lado do Acampamento Maria Júlia Braga e da Frente de Luta Popular. E uma de suas fontes primárias foi exatamente o *Libera*. Sua aprofundada consulta ao periódico (do número 1 ao 143), ajudou-a a traçar um histórico bem feito e útil para a compreensão da trajetória de militantes libertários no Rio.

Contudo, a investigação sobre o *modus operandi* do periódico (o que o torna, mais do que fonte primária, o objeto da pesquisa) não se configurou no foco das pesquisas consultadas. Isso reforçaria a originalidade de nossa proposta: a análise do *Libera* como objeto em si, não apenas como fonte para compreender outras questões.

Nesse sentido, ao propormos essa investigação pretendemos colaborar com a historiografia das mídias alternativas, das esquerdas e dos movimentos sociais de resistência. Pois não há como ignorar a presença dos grupos anarquistas nos movimentos anticapitalistas contemporâneos. E seu caráter minoritário em relação a correntes hegemônicas, ou o fato de não ocuparem postos na política institucional (como o fazem partidos de esquerda), não pode servir de desculpa para que sejam esquecidos.

Acreditamos que é relevante conhecer as propostas socialistas libertárias na arena política, esta aqui entendida num sentido amplo, que incorpora as ações de movimentos sociais não-institucionalizados. Elas podem nos fornecer tanto elementos de crítica ao *status quo* quanto apontar alternativas para superar suas contradições. Do mesmo modo, as práticas anarquistas no campo da comunicação podem inspirar a (vital) resistência diante de um aparato midiático nada democrático – ainda que se venda como “defensor da população”.

No jogo de ilusões da ideologia dominante, a informação se torna arma imprescindível para aqueles que acreditam que outro mundo é possível.

Fontes

Libera... Amore Mio (apenas *Libera* a partir da edição 119). #1 (junho de 1991) a #150 (maio/julho de 2011), Rio de Janeiro, 1991-2011. Biblioteca Social Fábio Luz.

Depoimento de Gabriel Amorin. Entrevistador: João Henrique Oliveira. Rio de Janeiro, 2015. Arquivo Mp3.

Depoimento de Ricardo Ramos. Entrevistador: João Henrique Oliveira. Rio de Janeiro, 2014. Arquivo Mp3.

Referências bibliográficas

BOOKCHIN, Murray. “Anarquismo Social ou Anarquismo de Estilo De Vida (excertos)” *Anarkismo.net*, 2016.

CAMPOS, Alessandro de Oliveira. *Identidade ativista e autonomia: o Movimento de Resistência Global e a emancipação dos sujeitos em um mundo dominado*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica- São Paulo, 2007.

CORRÊA, Felipe. “Anarquismo social no Rio de Janeiro. Breve História da FARJ e

de suas origens”. In: FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO. *A história da FARJ: passado e presente. Cadernos de Formação*. Rio de Janeiro: 2007.

_____. “Especificismo e Síntese/Sintetismo” *Anarquismo.net*, 2016.

_____. “O Pensamento Socialista Libertário de Noam Chomsky”. *Centro de Mídia Independente*, 2016.

DANTAS, Rodrigo. “Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia.” In: COUTINHO, Eduardo Granja. (Org.) *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

DE JONG, Rudolf. *A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária*. São Paulo: Fáiça; FARJ, 2008.

FERRUA, Pietro. “Libera, My Love (Libera, Amore Mio)”. *R.A. Forum*. Disponível em: <<http://raforum.info/spip.php?article110&lang=en>>. Acesso em: 19/01. 2016.

GRAEBER, David. “The new anarchists”. *New Left Review*, nº 13, jan/feb. 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUDD, Ned. (Org.). *Urgência das ruas. Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad, 2002.

PENA, Rodolfo Alves. “Consenso de Washington. Brasil Escola”. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

PENNA, Mariana Affonso. *Socialistas Libertários e Lutas Sociais no Rio de Janeiro: Memórias, Trajetórias e Práticas (1985-2009)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense- Rio de Janeiro, 2010.

RABAÇA, Carlos A.; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

SEVCENKO, Nicolau. “A primavera que não quer acabar”. In: CHRISPINIANO, José. *A guerrilha surreal*. São Paulo: Conrad; Com-Arte, 2002, p.11-13.

“Ou se vota com os de cima ou se luta com os de baixo”: presença e a (re)organização do anarquismo em tempos neoliberais no Brasil (1980-2013)¹⁰²

Bruno Lima Rocha

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor de Relações Internacionais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos/ Porto Alegre

Kauan Willian dos Santos

Doutorando em História Social
Universidade de São Paulo

Mariana Affonso Penna

Doutora em História Social
Universidade Federal Fluminense

Rafael Viana da Silva

Doutorando em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Introdução

O mantra dos anos 1990 “não há alternativa ao capitalismo neoliberal” foi, na esteira de Seattle e outras lutas, substituído pelo slogan mais otimista “Um outro mundo é possível”. Mas de que tipo de mundo estamos falando e como é que ele deverá ser criado? Acredito

102 Este texto é a sistematização de uma discussão feita pelos autores sobre o anarquismo à partir da década de 1980 até os dias de hoje e que encontra diferentes limites do ponto de vista metodológico, esperamos que futuras empreitadas de pesquisa possam aprofundar este período.

que as ideias e a história da ampla tradição anarquista têm muito a contribuir para os movimentos progressistas dos anos vindouros. Trata-se de um movimento multirracial e internacional com um profundo impulso feminista, um movimento com um importante lugar nas lutas sindicais, operárias e camponesas, valorizando a razão sobre a superstição, a justiça sobre a hierarquia, a autogestão sobre o poder do Estado, a solidariedade internacional sobre o nacionalismo, a comunidade humana universal sobre o paroquialismo e o separatismo – o anarquismo e o sindicalismo são isso e muito mais – Lucien Van der Walt (IN FERREIRA, 2016, p.115)

Assistimos recentemente, numa perspectiva global, a concentração de renda num número cada vez menor de pessoas, no aumento de conglomerados econômicos que suprimem o pequeno proprietário e, com a falha do neoliberalismo em lidar com as questões do mundo, a fome e a miséria se alastram. Também podemos percebermos o avanço de discursos e práticas xenofóbicas e racistas que tentam proteger a nação de seu colapso que, junto com políticas de caráter fascista, também inflamam práticas misóginas e lgbtfóbicas. Como Lucien van der Walt ressaltou, o século XXI é “um mundo de extremos.” Em 1996, a riqueza das 358 pessoas mais ricas do mundo, representou a renda total de 45% da população mundial, em torno de 2,3 bilhões de pessoas. Essa desigualdade só vem aumentar nos últimos anos, no qual em uma pesquisa recente aponta que 1% da população mundial detém 99% da riqueza do mundo. (VAN DER WALT In: FERREIRA, 2016, p.114-120) E ao contrário do que muitos pesquisadores e pensadores também afirmam, ao destacar o fim da luta de classes com a fluidez identitária do suposto mundo pós-estruturalista, o número de trabalhadores, tanto de fábricas, agrícolas e informais, inclusive em condições precárias é o maior da história, como destaca o estudo do trabalho Marcel Van der Linden. (2013, p.27-48)

Anarquistas vêm contribuindo de maneira significativa para a crítica e o combate a essa realidade, advertindo o mundo que as propostas neoliberais, em ascensão e hegemonia nas últimas décadas, eram uma falácia e que, além de difundirem a miséria, resultariam em polí-

ticas autoritárias mais tarde, como bem ressaltamos. É certo que para estudiosos, inclusive de renome, como Eric Hobsbawm (1985), com a visibilidade do anarquismo no fim da década de 1960 nos movimentos sociais e estudantis, parecia um “fenômeno curioso e à primeira vista inesperado. Há dez anos atrás teria parecido sumamente improvável.” (HOBSBAWM, 1985, p.90) De acordo com a teoria do “ressurgimento anarquista”, esta ideologia entraria em colapso após seu último grande feito com a Revolução Espanhola iniciada em 1936 e, depois de sua repressão, o anarquismo não conseguiria mais ter respaldo frente às transformações da classe trabalhadora e de grupos oprimidos.

Refutando tal hipótese, autores inspirados nas renovações da História Social e Política, como Lucien Van der Walt e Steven Hirsh, que tem estudado o anarquismo fora do espectro essencialmente europeu, apresentam outra divisão e análise para compreendermos o impacto da cultura política dessa ideologia. (HIRSCH; VAN DER WALT, 2010) Para Felipe Corrêa, rebuscando esses e outros e vendo as principais características e formas de atuação do anarquismo, corrobora a existência de cinco ondas que caracterizam suas fases e impactos. Nesse sentido, houve, de fato uma primeira onda, de 1868-1894, sobre a construção do anarquismo, pouco conhecida, e a segunda onda, de 1895-1923, que envolve as revoluções no México, na Rússia e na Ucrânia. A terceira onda, por sua vez, de 1924-1949, igualmente famosa, abarca as revoluções na Manchúria e na Espanha, e que, juntamente com a segunda onda, constitui o período mais evidente no imaginário comum sobre anarquismo. Não obstante, diferente das teses que afirmam um desaparecimento do anarquismo, existiu a quarta onda, de 1950-1989, cujo ápice se deu na Revolução Cubana em 1952-1959 e, novamente, com a Nova Esquerda de 1968. Já,

A quinta onda, atual, gerada em 1989 pela queda do Muro de Berlim e pelo surgimento de mobilizações “horizontalistas” contrapondo-se ao antigo e velho “comunismo” marxista (na realidade, um capitalismo de Estado autoritário), às ditaduras de direita e ao neoliberalismo, por meio de novos movimentos das classes populares globalizadas. (CORRÊA, 2015, p. 282-283.)

Nesse novo esquema, percebemos que o anarquismo nunca saiu de cena, mesmo que em alguns contextos, sejam globais ou regionais, fossem condicionantes para diminuir a influência e ação dos movimentos inspirados por tal proposta política. Podemos afirmar que, mesmo após o contexto da Revolução Espanhola, com a repressão aos anarquistas nas duas Guerras Mundiais e com o contexto da Guerra Fria dividindo o mundo em dois blocos econômicos rígidos sem a abertura às discussões libertárias, o anarquismo, realmente enfraquecido, teve presença significativa em movimentos de populares como a Revolução Cubana na década de 1950, em lutas de massa na Bulgária da década de 40 e 50, com a Nova Esquerda de 1968, nas lutas sociais e luta armada uruguaia dos anos 60 e 70, na Coreia diante da Revolução de Abril de 1960, na Revolução Iraniana de 1978-1979, entre outros.

Desde a queda do Muro de Berlim e do colapso da União Soviética, a busca de movimentos sociais, militantes e intelectuais por modelos que estavam fora desse viés, contribuíram para a busca e o estudo de antigas e novas práticas e teorias do anarquismo. Com a hegemonia do neoliberalismo e do capitalismo monopolista, projeto e sistema emergente após esse contexto, o anarquismo se apresentou, a partir de diversas formas e influenciando de variadas maneiras os movimentos sociais, como um significativo contraponto fora da esquerda estatista ou da social-democracia. Para Felipe Corrêa,

Uma iniciativa que uniu internacionalmente movimentos bastante diversos, amplamente influenciados pelo anarquismo, foi o Movimento de Resistência Global, ou “Antiglobalização”, que durou quase uma década, entre meados dos 1990 e 2000, e esteve articulado, em grande medida, na Ação Global dos Povos (AGP), criada em 1998. Com foco nas mobilizações contra o neoliberalismo capitalista, o movimento desdobrou-se em protestos massivos em todo o mundo contra instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o North American Free Trade NAFTA, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), além das guerras imperialistas protagonizadas pelos Estados Unidos. (CORRÊA, 2015, p.290)

É nesse contexto que o anarquismo vai influenciar movimentos, também se modificando, desde o fim da década de 1980. Evidentemente, no país, o contexto da Ditadura Militar, o anarquismo gastou energia pelo embate ao caráter autoritário do governo lidando com constante repressão, silenciamento e perseguição. Assim, o campo da cultura foi uma dimensão social de atuação mais visível no período (e visibilizado pelos posteriores historiadores), mas este contou igualmente com práticas sindicais que relativizam a ideia de um anarquismo estritamente orientado para as ações culturais.

Tal foi a atuação dos anarquistas naquele momento que apesar de modesta não seria passada despercebida pela ditadura. Integrantes do Movimento Estudantil Libertário e do Centro de Estudos Professor José Oiticica no Rio de Janeiro foram presos e torturados. (PENNA; DORIA, 2012)

No mesmo período em que ocorreu o episódio que narramos acima, no ano de 1969, o militante anarquista Ideal Peres foi preso durante quase um mês nos porões do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Rio de Janeiro. O local, o Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), funcionava como um dos poucos espaços de difusão do pensamento político anarquista. Na década seguinte, Ideal Peres chegou a organizar na sua própria casa um grupo de estudos que tinha como objetivo aproximar jovens interessados no anarquismo. Outra iniciativa foi a reativação do Centro de Cultura Social de São Paulo, em 1985, contando com a participação de militantes como Antônio Martinez, “que possuía um passado de envolvimento com a luta sindical, e Jaime Cubero, que se envolveu na reativação da Confederação Operária Brasileira (COB).” (OASL, 2015, p.6)

A partir de então, o anarquismo, passou a espriar sua atuação de maneira ininterrupta, e, principalmente, a partir dos primeiros anos da década de 1980 iniciou um trabalho com movimentos sociais, retomando suas atividades e sua intenção junto aos trabalhadores. Eram os primeiros passos para um salto qualitativo nas atuações anarquistas em busca da retomada de seu vetor social, ou seja, a volta ao seio de movimentos sociais que vinham sendo sufocados pela ditadura militar.

São alguns desses grupos, culturais, sindicais, operários e estudantis, que iremos adentrar no próximo tópico e que deram possibilidades para a presença do anarquismo nos dias atuais.

A (re)organização do anarquismo nas últimas quatro décadas

Podemos afirmar que a década de 1980 foi importante para a inserção cultural do anarquismo, embora a perspectiva sindical e junto à classe trabalhadora nunca tenha saído de vista, como salientando anteriormente. Nesse sentido, os resultados do periódico e dos grupos em torno do *Inimigo do Rei* cumpriram função essencial ao ter difundido o anarquismo no meio estudantil, principalmente das classes baixas, que deixariam uma marca militante libertária nas próximas décadas no sindicalismo e no campo, principalmente na região nordestina, mas também em São Paulo e Porto Alegre. (SIMÕES, 2007, p.175) Em seus últimos números, além de noticiar discussões, por vezes calorosas no Centro de Cultura Social de SP (CCS-SP) - espaço importante na década de 1930 para o anarquismo e refundado na década de 1980 - os militantes do periódico mostravam a importância da reativação da Confederação Operária Brasileira, a COB:

O operário está verificando a necessidade de agir diretamente, buscando as saídas, como procuravam os trabalhadores brasileiros das duas primeiras décadas do século, através de federações que agiam sem pactos com partidos ou com governo, numa luta que convergia nacionalmente para a Confederação Operária. (O INIMIGO DO REI, 01/05/1987, p.2)

Se inclinando timidamente a essa tendência sindical desde, pelo menos, a metade desta década, o Círculo de Estudos Libertários (CEL), que mudou de nome para Centro de Estudos Libertários Ideal

Peres (CELIP), em homenagem a este militante (falecido em 1995), no Rio de Janeiro e o citado CCS em São Paulo também encaminhavam novas ou demandas reformuladas sobre as questões de gênero, sexualidade, étnico-raciais e sobre as novas questões políticas ou econômicas como o neoliberalismo e o chamado “novo sindicalismo” gerido na região do ABC deste último estado.

Ainda assim, uma meta imprescindível para os militantes foi traduzir e trazer obras anarquistas importantes para o movimento em nível global, já que este tipo de coisa se dificultava pela realidade do Regime Militar, assim como comumente o anarquismo era “esquecido”, por vezes propositalmente, pelos marxistas e liberais na academia. Nesse sentido, nasceu a editora Novos Tempos pela iniciativa de Plínio Augusto Coelho, que retornava da França, onde obteve contato com anarquistas como Alexandre Skirda, historiador da Revolução Russa. Plínio Coelho traduziu e editou diversas obras anarquistas, ainda inéditas, de Pierre-Joseph Proudhon, Mikahil Bakunin, Errico Malatesta, Nestor Makhno e outros teóricos e militantes centrais para o movimento. Essa intenção possibilitou e inflamava a criação de outros periódicos que também ajudavam a inserção cultural do anarquismo como o jornal *Libertárias* de 1989 em São Paulo e o periódico *Utopia* entre 1988 e 1992. (SALLES, s/n)

Outra iniciativa que merece ser mencionada é a fundação da Editora Achiamé, em 1978 que vai ter um papel fundamental na produção editorial anarquista, principalmente nos anos 80 e 90. A editora foi criada por Robson Achiamé. Ligado ao mercado editorial desde cedo e formado em Letras pela Universidade Federal Fluminense, Robson tomou seu primeiro contato com anarquismo dentro do colégio Pedro II, num grupo de estudos de filosofia formado pelos próprios estudantes. Segundo o depoimento de Robson, tal ligação com o anarquismo ficou adormecida. Após sua saída do cargo de editor na Fundação Getúlio Vargas (FGV), decidiu montar “uma editora para publicar os autores nacionais que não tem voz dentro das editoras convencionais”(ACHIAMÉ, 2008). Começou editando livros de antropologia, literatura, socialismo, o anarquismo foi

ganhando maior espaço em suas publicações e se consolidou como linha editorial central de sua editora.

Para a disseminação do anarquismo, não podemos negligenciar o papel importante do movimento punk, que através do estilo musical e comportamental, trazia discursos e práticas libertárias formando o que se chamava de contracultura, embatendo práticas comportamentais e de consumo do neoliberalismo. É certo que o punk esteve ligado ao “ganguismo” e a pessoas que não tinham proximidade nenhuma com os ideais anarquistas, ou apenas no nível estético e musical. Porém, punks anarquistas passavam de discursos e maneiras de se vestirem para ações concretas de difusão e inserção dessa ideologia, como o Encontro Punk Libertário de Belo Horizonte em outubro de 1990, quando, na verdade, anarquistas militantes trouxeram o conceito de anarcopunk. O próprio movimento anarcopunk – um conceito de politização da cultura de protesto com status de frente político-cultural – assim como a vida em *Squats* (um apartamento coletivo, ocupado ou não que serve como local de moradia e base política) e as relações solidárias com movimentos sociais. Tais esforços, também resultaram, junto com a militância de outros grupos, em muitos seminários (no caso do Rio, especificamente o Seminário Movimentos Sociais Hoje, em 1992, 1993 e 1994) sobre movimentos de grupos oprimidos como o movimento negro, do orgulho LGBTQ, da defesa dos camelôs e trabalhadores da economia informal, dos trabalhadores petroleiros do norte fluminense, de fábricas ocupadas, da oposição rodoviária, nas constantes participações em greves de professores do SEPE, em ocupações urbanas (que foram o germe para futuras ocupações rurais e de edifícios), e também na mescla – hoje fruto de crítica e autocrítica – do ativismo cultural (na época não existia esse conceito) com status de participação política. Nestas ocasiões, também foi estreitado o contato e algum laço solidário com militantes de associações de moradores em áreas de favelas no Rio e Grande Rio, alvos de grupos de extermínio composto de policiais, ou eliminados fisicamente pelo narcotráfico visando controlar estas comunidades.

Ainda na segunda metade da década de 1970, militantes saídos do movimento anarco-punk também foram essenciais na reconstrução

da COB em São Paulo e seus contatos com o restante do Brasil, através do encontro entre cultura e militância e se organizavam em sua maioria pela lógica dos grupos de afinidade. Aliás, cabe dizer que o trânsito entre essas diferentes estratégias era comum no período. Diversos punks e anarco-punks abandonaram o ambiente contracultural para participar de organizações políticas anarquistas ou iniciarem sua militância no movimento popular ou sindical.

Yuriallis Bastos nos informa que “o encontro que aproximou os punks e os anarquistas de João Pessoa aconteceu no ano de 1986, quando integrantes do Núcleo Pró-C.O.B. foram a um show punk, organizado no Teatro Lima Penante, e lá conheceram três punks integrantes da banda “Devastação”, de Natal/RN”. (BASTOS, 2005, p.341-342.)

A reorganização do anarquismo no meio estudantil, sindical e nessa juventude, assim como a tradução de obras teóricas de militantes importantes, não só para o movimento libertário, mas para a história do socialismo e do sindicalismo em geral, fez o interesse acadêmico crescer em torno desse tema. A construção da História Social de matriz inglesa, preocupada com os sujeitos negligenciados por outras narrativas, assim como os grupos explorados, ajudou o tema e objeto do anarquismo florescer nos ambientes científicos principalmente na Universidade Estadual de Campinas, mas também na Universidade de São Paulo, a Universidade de Brasília e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Entre as principais obras desse período podemos citar *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil* de Francisco Foot Hardman no qual o autor busca a política cultural anarquista em consonância com a cultura operária na Primeira República no Brasil. (HARDMAN, 2013)

Essa disseminação cultural e intelectual, que veio da militância anarquista, inflamou novamente esta última que, nos anos 90 – em plena alvorada neoliberal –, tentava se expandir e adentrar mais sistematicamente nos movimentos populares, sindicais e do campo. Na verdade, a trajetória política do período começa no pedido de ingresso de grupos de afinidade, pequenos coletivos formados por pessoas conhecidas no movimento que tinham como principal atividade a propaganda da ideologia e alguma inserção social.

Um desses coletivos se chamava Célula Anarquista Estudantil 9 de julho (data da greve geral de São Paulo, 1917). A célula atendia pela sigla de CAE-9, e realmente, apesar das tensões internas vividas, na memória de militantes do período como Bruno Lima Rocha, deu o salto de qualidade no debate político e inserção social necessária. Em abril de 1990, o CAE-9 se torna coletivo, e o processo de ingresso passa a ser aberto para todos os estudantes que desejassem militar socialmente. Como o CAE-9 coletivo ultrapassava a frente estudantil, no segundo semestre daquele mesmo ano, passa a se chamar Grupo Anarquista Ação Direta (GAAD), organizado em frentes de trabalho, reunião semanal de coordenação e uma proposta de inserção por local de atuação e estar sempre solidário às lutas da metrópole do Rio de Janeiro.

Uma postura de inserção social também se modificou consideravelmente quando, para os militantes da Organização Anarquista Socialismo e Liberdade, o “grupo Mutirão, do Rio de Janeiro, já compreendia que o anarquismo deveria se desenvolver no seio do povo para conseguir alcançar seus objetivos finalistas de uma revolução socialista libertária.” (OASL/FARJ, 2015.) A proposta, chamada de especificismo, uma corrente anarquista que “caracteriza-se, na prática, pela defesa de dois eixos fundamentais: a organização em níveis distintos e complementares dos anarquistas, que atuam tanto como membros da organização anarquista como dos movimentos populares” (OASL/FARJ, 2015), rebuscando elementos do dualismo organizacional, mas reformulados, foi colocada em prática quando, militantes em Alegrete, São Leopoldo, Porto Alegre e a Região Metropolitana gaúcha estabeleceram, em 1994, contato com Federação Anarquista Uruguaia (FAU), difusora desse modelo de luta anarquista. No ano seguinte, anarquistas, também alguns deles que participaram da COB, entendiam que o nível de massas e político juntos como nesta última associação não bastava e instituíram uma organização política específica anarquista, a Federação Anarquista Gaúcha (FAG).

Os militantes da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) que agrupa, hoje, os órgãos especificistas no Brasil contam que entre o final de 1995 e início de 1996, com o aprofundamento das relações com a

FAU, culminou ainda na confecção no documento “Luta e Organização: pela Construção Anarquista Brasileira”, que tinha como meta criar, no curto prazo, instâncias políticas organizadas em nível local, e a longo prazo constituir uma organização anarquista em nível nacional. Para isso, a força política agiria como grupo orgânico, reunindo poucas pessoas, no intuito de criar uma organização anarquista. Desta forma, para estes, é que o especificismo passou a ser propagandeado no Brasil. (OASL/FARJ, 2015) Com isso, em 1997, nasceu a Organização Socialista Libertária (OSL), um agrupamento anarquista de nível nacional, fruto de debates por quase dois anos entre os grupos e organizações com afinidades ideológicas do anarquismo especificista. Os grupos e organizações estaduais se tornaram núcleos da OSL, que durou até o ano de 2000.

Nesse período ainda, se desenrolava com mais força as intencões culturais e intelectuais anarquistas, no qual podemos mencionar o fortalecimento da Editora Imaginário e da Achiamé que, embora existisse desde 1978, ganhou força e potência publicando livros sobre as mais variadas e tendências anarquistas, incluindo a história do sindicalismo e do movimento operário, assim como do feminismo e outras questões acerca do movimento libertário. Róbson Achiamé e seu grupo lançou a *Letra Livre*, revista de “Cultura Libertária, Arte e Literatura” que foi “uma das mais importantes publicações libertárias contemporâneas no Brasil, que perdurou até 2009, sendo lançados 50 números” (FARJ, 2014), de acordo com os militantes da Federação Anarquista do Rio de Janeiro. Este militante e muitos outros também ajudaram a construir o periódico *Libera... Amore Mio*, mais tarde chamado apenas de *Libera*, analisado no capítulo anterior. Como já mencionado, esse órgão foi o jornal de maior longevidade do anarquismo brasileiro e uma das principais frentes alternativas ao neoliberalismo, apresentando também inserção mais considerável do que anteriormente em movimentos populares ajudando, assim, a alastrar as ideias anarquistas bem como aprofundá-las.

Nessa década, a junção de várias tendências anarquistas, como antiorganizacionistas, individualistas, organizacionistas, entre eles integrantes da COB, foi tentada diversas vezes, sob a lógica do projeto organizativo nomeado de sintetista. Entre as intencões desse tipo

podemos citar o Encontro Internacional de Cultura Libertária, que aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina entre os dias 04 e 07 de setembro de 2000. Deste encontro participaram militantes e experiências díspares, agregando desde participantes da Somaterapia – um processo terapêutico-pedagógico baseado em Wilhelm Reich, Gestalt Terapia, Anarquismo e Antipsiquiatria – aos anarquistas envolvidos em lutas sindicais.

O boletim informativo do Centro de Cultural Social informava que aconteceram “palestras, mesas redondas, grupos discussão, leituras dramáticas, exposições, oficinas, amostras de vídeo, lançamento, venda e exposição de Livros, e muita criatividade foram o libertária esteja impossibilitada por uma série de tempero desses quatro dias de convívio,” ainda ressaltando que

o Centro de Cultura Social tão logo soubera da iniciativa lançou publicamente e com entusiasmo seu apoio e solidariedade ao e nele esteve para contribuir com três leituras dramáticas e um tema da Mesa Redonda; organizou o que ficou conhecido como a “caravana corações que as transformações têm de realizar-se libertária” rumo ao encontro: o fretamento ônibus cuja excursão reuniu companheiros da capital, Santos, Campinas, Belo Horizonte, Espírito Santo e Rio de Janeiro. (Boletim informativo do Centro de Cultura Social, 2000, p.1)

No evento foi proposto uma Federação Anarquista que reuniria essas várias tendências, fato que fazia o CCS noticiar:

Um último ponto que gostaríamos de tocar é o tão polêmico tema da Federação. Como se sabe, alguns grupos de SP propuseram a Federação ao encontro e, durante o encontro, vários indivíduos No dia 26 de setembro, como todos com certeza discordaram da proposta. (Boletim informativo do Centro de Cultura Social, 2000, p.1)

O projeto da Federação Anarquista (de síntese, modelo da federação francesa) não se concretizou por inúmeras divergências, como citado, mas os trechos mostram que tal reunião foi importante para os

próprios militantes anarquistas visualizaram as tendências mais ou menos atuantes, além de poderem fazer balanço da penetração dessa ideologia no país, bem como suas estratégias e táticas. A divisão clara das tendências anarquistas, na década de 2000, embora tenha fragmentado o movimento, deu mais consistência e certeza para que alguns grupos gastassem suas energias em trabalhos mais sistêmicos.

Nesse movimento, o especificismo também se multiplicou consideravelmente em vários pontos do Brasil, especialmente depois da construção da Confederação Anarquista Brasileira (CAB) em 2012, que foi criada depois de dez anos do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), em reunião realizada em São Paulo, em setembro de 2001, cuja instância definidora ocorrera em Belém, no Pará, no mesmo ano. Hoje, a CAB coordena e integra o Coletivo Anarquista Bandeira Negra de Florianópolis, o Coletivo Anarquista Luta de Classes no Paraná, a Federação Anarquista Gaúcha do Rio Grande do Sul, a Federação Anarquista dos Palmares em Alagoas, o Fórum Anarquista Especificista na Bahia, o Coletivo Mineiro Popular Anarquista de Minas Gerais, a Federação Anarquista do Rio de Janeiro, a Organização Anarquista Socialismo Libertário de São Paulo, Organização Resistência Libertária de Fortaleza, a Federação Anarquista Cabana no Pará, e a Rusga Libertária do Mato Grosso que tentam, além de discutir internamente as estratégias anarquistas, impulsionar ou criar movimentos populares, com inserção emergente nas lutas do campo e algumas frentes indígenas, bem como muitas outras sindicais e de bairro. O dualismo organizacional ainda apresenta outras perspectivas como a União Popular Anarquista (UNIPA) que veio do Laboratório de Estudos Libertários (LEL) publicando o periódico *A Causa do Povo* e a revista *Ruptura* e que foi fundada em 2003 (como Federação Anarquista Insurreição originalmente). Outras organizações adeptas do dualismo organizacional são a Organização Anarquista Terra e Liberdade (OATL), que é fundada em 2012 e a Liga Anarquista, de matriz sintetista, fundada em 2013.

Coletivos e grupos anti-fascistas, ainda que não adeptos do dualismo organizacional, também podem ser encontrados em diferentes estados e são anteriores ao *boom* de 2013, assim como inúmeros grupos

de estudos anarquistas (alguns com pouca longevidade). Alguns destes foram o embrião de perspectivas mais organizadas e contribuíram para a disseminação das estratégias libertárias.

Com a era das redes sociais e a popularização da internet, a disseminação e disputa cultural do anarquismo ainda continua, no qual militantes marcam desde debates nesses espaços ou mesmo convites para grupos e palestras em lugar físico. Além do ativo Centro de Cultura Social em São Paulo e no Rio de Janeiro, podemos citar ainda a proposta da Biblioteca Terra Livre de 2010, criado pelo Coletivo Anarquista Terra Livre de 2004 que descendia das lutas antiglobalização de São Paulo. Tal coletivo e a biblioteca seguem divulgando o anarquismo por meio Colóquio Internacional Movimento Operário de 2004 e as Feiras Anarquistas, que começaram com a I Feira Anarquista de 2006. Além de guardar e publicar livros em espaço físico também propõe grupos de estudos, discussões, colóquios e congressos sobre os temas libertários. (Biblioteca Terra Livre, 2017) O Carnaval Revolução foi outro evento de forte marca contra-cultural que aglutinava num espaço público libertário diferentes perspectivas do anarquismo. Existiu de 2002 a 2008 e ocorreu nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Sobre as pesquisas anarquistas, uma grande concentração delas se desenvolve dentro do Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-sol) no programa de estudos pós-graduados em ciências sociais da PUC-SP que une “pesquisadores libertários voltados para problematizar relações de poder e inventar liberdades.” (Nu-sol, 2017) Recentemente também podemos citar o Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), fundado em 2012 e que junta pesquisadores de diversos países publicando artigos de suas pesquisas científicas dentro de universidades brasileiras

Tudo isso faz crer, portanto, que mesmo “subterrâneo” por décadas na memória social, o anarquismo não adormeceu e ressuscitou nas manifestações de caráter horizontal nas Jornadas de Março, Abril, Maio, Junho e Julho de 2013. Mulheres e homens anarquistas apresentaram e apresentam complexas e diferentes estratégias e táticas de luta tentando disseminar o anarquismo e enfrentar os males do neoliberalismo, assim como de fundamentalismos e autoritarismos crescentes na sociedade

brasileira, assim como outros pontos do mundo. História que ainda está sendo contada e tem a ver com outros movimentos tipicamente libertários não declaradamente anarquistas e outras demandas populares, questões que debatemos adiante.

Relação entre anarquismo e lutas sociais até 2013

Nesta seção do capítulo a intenção é observar alguns movimentos sociais com caráter perceptivelmente libertário, identificando assim a influência anarquista em algumas das mais expressivas lutas sociais do Brasil recente. Esta tarefa, porém, não é nada simples. Conforme apontam Felipe Correa e Rafael Viana (2014) em

(...) compreendemos que buscar essa relação entre anarquismo e lutas sociais não é tarefa simples, visto que os movimentos populares que tiveram participação e/ou hegemonia anarquista incluíram milhares de militantes que nunca se identificaram com o anarquismo. Por isso, acreditamos ser fundamental compreender o papel e a influência do anarquismo nesses movimentos, identificando a força dos anarquistas dentro deles e, em que medida suas estratégias pautaram os rumos dos movimentos - se o anarquismo constituiu uma força majoritária e hegemônica dentro deles ou não. O anarquismo só pode ser devidamente compreendido por meio de suas complexas relações com esses vetores sociais - ele é tão indissociável dos anarquistas quanto das lutas sociais. (CORRÊA; SILVA, 2014, p.12)

No trabalho cujo trecho citamos, os autores apresentam uma proposta teórica e metodológica para a compreensão do anarquismo entendido, necessariamente, como um fenômeno histórico. Além desta perspectiva, compartilham com Van der Walt (2016) a percepção de que não se pode compreender o anarquismo tomando apenas os “anarquistas” (ou aqueles que se entendia como anarquistas) como vinham se realizando em alguns dos trabalhos que se tornaram referências no

estudo sobre o anarquismo. Para tais autores, a escolha dos “sete sábios”, pensadores tomados pelos estudos de referência até então como “pais fundadores” do anarquismo, além de bastante arbitrária e eurocêntrica, não servem de instrumento teórico e metodológico que permita a compreensão apropriada do anarquismo. A resposta para esta dificuldade de compreensão deste fenômeno, de acordo com Correa e Silva (2014) estaria na necessária associação entre o anarquismo das lutas sociais que lhe dão corpo e retroalimentam sua produção teórica e estratégica.

Seguindo esta proposta, buscaremos nesta seção final do capítulo abordar algumas das principais lutas sociais que marcaram a atuação anarquista no Brasil nas últimas décadas, ou seja, nesse período correspondente à quinta onda do anarquismo no mundo. Certamente, considerando os propósitos deste capítulo e por questão de concisão, muito ficará necessariamente de fora. Por isso optamos por algumas lutas sociais que em geral obtiveram significativa repercussão em meio à sociedade brasileira, muitas das quais ainda estamos longe de reconhecer seus desdobramentos e repercussão históricos. Trataremos assim dos movimentos de crítica ao capitalismo global; das iniciativas de comunicação independente; de movimentos sindicais, de luta por moradia e terra e da luta contra o aumento do transporte público; estopim das manifestações que sacudiram o país em 2013.

Tem se tornado lugar comum na análise do anarquismo no período recente tomar como ponto de partida aqueles que ficaram cunhados pelos grandes meios de comunicação de massas como os movimentos antiglobalização. A dimensão que as manifestações promovidas a partir do final da década de 1990 assumiu mundialmente justifica essa abordagem. Mas não é apenas em termos do fenômeno em si das manifestações durante os encontros de cúpulas do capital que devemos entender a importância dos movimentos anticapitalistas – preferimos definirmos assim. Os protestos articulados em “dias de ação global” contra o capitalismo tiveram importância fundamental na gestação de novos movimentos. Conforme apontam Henning e Queluz (2016), tanto o Movimento Passe Livre, como diversos militantes que mais tarde compuseram a Coordenação Anarquista Brasileira participaram ativamente da Ação Global dos Povos, AGP.

A Ação Global dos Povos, conforme observa-se em variadas fontes e estudos sobre o tema, surgiu diretamente vinculada ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), a partir de um evento que aproximou diversos movimentos sociais do mundo a fim de criar uma articulação global para conter o processo de “neoliberalização”. Era o início de uma onda de manifestações que sacudiu o mundo através dos protestos durante os encontros das organizações gestoras do capitalismo global tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), encontros dos grandes países de industrialização avançada, dentre outros. (AGP, 1998, HENNING; QUELUZ, 2016, ORTELLADO, 2002, LUDD, 2002)

Apesar de ter sua origem na Alemanha ainda na década de 1980, é a partir dessas grandes manifestações contra essas cúpulas econômicas que o chamado “Black Bloc” como uma prática de ação direta durante as manifestações vai ganhar enorme visibilidade em função principalmente do ataque aos “símbolos” do capital – destruição de bancos, lojas de empresas multinacionais, dentre outros – ainda que servisse também ao propósito de autodefesa da manifestação. (HENNING & QUELUZ, 2016, p.4)

Apesar de ter se difundido e ganhado grandes proporções o método Black Bloc foi paulatinamente se enfraquecendo, principalmente a partir do assassinato do militante Carlo Giuliani em julho de 2001 em meio aos protestos durante o encontro do G8 em Gênova. No Brasil, que é o que mais nos interessa, as manifestações, ainda que expressivas, não tiveram a repercussão que alcançaram em outros países. Da mesma forma, a tática do Black Bloc passou longe da “boca do povo”. Apenas em 2013 quando as manifestações alavancadas pela luta contra o aumento do transporte público, puxadas pelo Movimento do Passe Livre, tomam as ruas, que a tática do Black Bloc é assumida principalmente por uma nova geração de ativistas alcançando enorme repercussão e crítica a partir dos meios de comunicação de massas.

Mas ainda que os protestos do início da década de 2000, organizados em diversas cidades brasileiras como Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outras, não tenham alcançado a repercussão das re-

centes Jornadas de Junho de 2013, sua relevância histórica não é menos significativa. Isto porque é a partir do contexto das manifestações anticapitalista do início da década de 2000 que militantes vão se articular, ou rearticular e uma série de lutas passa a ganhar corpo nos anos seguintes.

Foi especialmente a partir do advento das “ações globais” e suas manifestações contra os organismos internacionais de gestão do capitalismo que libertárias e libertários em diversas localidades no Brasil, motivados por este contexto e euforia internacional, passaram a dedicar seus esforços militantes a criar e difundir meios de comunicação pautados em uma lógica de organização interna horizontal, que pudessem servir como ferramenta para as mobilizações e movimentos existentes. Este processo acompanha, portanto, as “ações globais” e, isto fica evidente quando observamos a trajetória daquele que foi possivelmente o maior veículo de informação e difusor das mobilizações do período, o *Indymedia*, ou *Centro de Mídia Independente*, aqui no Brasil.

Jefferey Juris (2004), antigo participante e estudioso da história do *Indymedia*, analisa a trajetória do grupo como originada ainda na primeira metade da década de 1990 criada como rede de apoio ao levante zapatista de 1994. Para sua formação confluíram diferentes grupos do norte do planeta, europeus e estadunidenses, voltados para a criação de softwares livres e para a difusão de uma mídia alternativa e autogerida por seus participantes que servisse de instrumento de lutas.

Conforme aponta Guilherme Gitahy Figueiredo (2015), também em referência ao trabalho de Juris, este processo foi possível graças à “fusão entre a ética *hacker* - ligada à defesa do *software* livre - e a luta global anticapitalista, que se intensificou no final dos anos 1990”. (FIGUEIREDO, 2015, p. 322) Mas foi em 1999 que podemos falar propriamente da eclosão do *Indymedia*, quando diversos pequenos grupos se articularam, angariaram recursos, compraram equipamentos e, após intenso trabalho, prepararam um centro para produção midiática que cobrisse e auxiliasse na organização dos protestos anticapitalistas marcados para o dia 30 de novembro de 1999, quando se reuniu a Organização Mundial do Comércio em Seattle.

Foi com o movimento de Seattle que os “movimentos antiglobalização” ganharam repercussão mundial e espalharam em muitos e

variados cantos do mundo como protesto frente aos organismos gestores do capitalismo internacional e os avanços neoliberais que desmontavam os Estados de bem-estar social nos países de capitalismo avançado e aprofundavam as já enormes disparidades sociais nos países de capitalismo dependente. Parte desta onda de protestos e mobilizações globais, o *Indymedia* assumiu papel de destaque. Com uma tecnologia de publicação aberta, podiam se articular militantes em todos os continentes numa grande rede, a qual se espalhou muito rapidamente, um fenômeno de grande repercussão e cujos efeitos ainda estão longe de serem plenamente reconhecidos e analisados. Mas decerto, um dos resultados imediatos do sucesso do lançamento do *Indymedia*, que conforme aponta Figueiredo (2015), recebeu já na sua primeira semana de vida em torno de 1 milhão e 500 mil visitas, foi a sua expansão em um tempo curtíssimo. Militantes estadunidenses obtiveram enorme sucesso em instrumentalizar tecnologicamente os movimentos pelo planeta, valendo-se para isso não apenas da própria internet e seu alcance global, como também de viagens para estreitar as relações com militantes e simpatizantes em outros países. Como resultado, de acordo ainda com o autor, com base nas estimativas dos próprios militantes do *Indymedia* na época, a organização cresceu vertiginosamente, sendo que nos primeiros anos eram fundados um novo coletivo de mídia independente a cada 11 dias. Em 2004, quando Juris escreveu seu artigo, já eram 120 coletivos que se distribuía pelos cinco continentes do mundo e alcançavam 2 milhões de visitas em seus sítios eletrônicos.

Carlos André dos Santos (2010), em dissertação, observa o surgimento do *Indymedia* no Brasil, o *Centro de Mídia Independente*, a partir de militantes em São Paulo envolvidos com a organização de manifestações paralelas aos encontros de cúpula do capitalismo, como os encontros do FMI e Banco Mundial em Praga, em setembro de 2000. Mas foi a partir das campanhas contra os avanços imperialistas estadunidenses no Brasil através do Acordo de Livre Comércio das Américas que o grupo começou a se fortalecer e, no ano seguinte, com a participação no I Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, que a rede se expande para várias outras cidades brasileiras, as-

sim como permite o contato com militantes do Indymedia de outros países. O mesmo autor, afirma em sua dissertação, que data de 2013, que houve mais de 170 coletivos no mundo. No Brasil, entre o período de 2001 e 2005, teriam sido formados 14 coletivos distribuídos nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Ourinhos, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Tefé, Salvador e São Paulo e outros 16 estavam em vias de formação. (SANTOS, 2010, p. 179)

Os Centros de Mídia Independente tiveram um papel de destaque nas mobilizações sociais da década de 2000. É possível dizer até que foram uma ferramenta essencial para o avanço de muitas das lutas desenvolvidas, fossem as manifestações vinculadas aos propósitos da Ação Global dos Povos, que lhes deram origem, fossem ações de cunho mais local, como se destacou no apoio às ocupações de prédios urbanos abandonados que pipocaram pelo Brasil como uma das lutas características desse período marcado pelos significativos efeitos do avanço neoliberal da década anterior (contínuo êxodo rural, desindustrialização e desemprego nas cidades).

Além de ter esse caráter prático durante o período auge de sua existência, o Centro de Mídia Independente serviu ainda como aglutinador e formador de uma militância libertária, pois conforme observamos em Figueiredo, em referência também ao trabalho de Santos,

(...) o CMI-Brasil entrou em um novo ciclo por volta de 2006. Com o fim dos dias de ação global e o retorno à fragmentação dos movimentos, os voluntários da rede passaram a se dedicar a movimentos populares locais como a luta pela moradia, movimentos indígenas, coletivos autônomos - feministas, anarcopunk, etc. - e na construção do Movimento do Passe Livre (MPL). (FIGUEIREDO, 2015, p. 325)

Este novo ciclo, que Figueiredo e Santos associam ao “fim dos dias de ação global”, se por um lado significou o expressivo enfraquecimento e mesmo desarticulação do Centro de Mídia Independente na maioria das localidades em que atuava, por outro abriu espaço para uma série de outras ações militantes, dentre elas, como já aponta

Figueiredo, a luta pela moradia e o Movimento do Passe Livre, que veremos nas próximas subseções.

Nesse sentido, difícil pensar nas ações anarquistas em tempos de neoliberalismo sem considerar a prática das ocupações urbanas e rurais que marcaram, em certa medida, o final dos anos 1990 e, com peso mais significativo, a década de 2000. Caracteriza assim outro “braço” das lutas sociais promovidas por libertárias e libertários nesta quinta onda anarquista e relaciona-se diretamente com outras esferas de atuação como as mobilizações em torno da luta global anticapitalista (JURIS, 2004), assim como é favorecida pelo crescimento e difusão dos meios de comunicação independente que se fortaleceram principalmente na década de 2000, como vimos anteriormente.

Ainda que o ato de ocupar terrenos vazios e prédios abandonados públicos e privados para utilizá-los como moradia esteja longe de ser uma prática inaugurada por anarquistas contemporâneas(os), visto que é parte da (sobre)vivência concreta das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, foi a partir de finais da década de 1990 que percebemos um crescente envolvimento anarquista nessas ações.

No Rio de Janeiro, o ano de 1992 é um marco deste crescente envolvimento anarquista em ocupações, com o apoio dos petroleiros do norte fluminense, incluindo a ocupação em Campo Grande e o assassinato de um militante sindical reconhecido na luta das ocupações de plataformas. As ocupações na zona oeste da cidade se mantiveram até 1995, com a Comunidade de Sepetiba, também resultando em repressão política, assassinatos de ocupantes e expulsão dos coordenadores. Na sequência, houve a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), homônimo do movimento de mesma sigla, que surgiu neste mesmo ano em São Paulo, com vínculos diretos com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O MTST de São Paulo tem origem na regional de Andradina e a organização de ocupações em Campinas e região. O MTST do Rio de Janeiro, surgiu um ano antes, ainda organizado na Central de Movimentos Populares (CMP), chegando a coordenar esta central no ano de 1996. A luta no Rio resultou em ao menos duas importantes ocupações, nas quais anarquistas se envolveram

diretamente, desde a organização, até a ocupação propriamente dita. A primeira ficou conhecida como Ocupação Batistinha (1997), ocorreu no bairro da Pavuna e a segunda, Nova Canudos (1998-1999), no centro do Rio de Janeiro, em um prédio abandonado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Mas foi no início da década de 2000 que uma série de ocupações com forte presença anarquista – por vezes totalmente articulada e organizada por militantes em sua maioria identificados com o anarquismo ou correntes políticas de viés libertário – passaram a agitar o panorama político da cidade. Ocupações como o Centro Popular Canudos em 2003, Chiquinha Gonzaga em 2004, Zumbi dos Palmares em 2005, Quilombo das Guerreiras em 2006, Largo do Boticário em 2007, Vila da Conquista em 2005 (momento em que se liga à FIST) e tantas outras promovidas fosse pelo Comitê de Resistência Popular, pela Frente de Luta Popular (FLP) ou pela Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST) - movimento popular que contava com participação da FARJ - demonstram que os anos 2000 foram fortemente marcados por esta forma de luta social. Isso sem falar no apoio prestado por militantes libertários a ocupações já existentes, auxiliando em caso de ameaça de despejo, oferecendo formação política, atividades educacionais, dentre outros.

O exemplo do Rio de Janeiro é apenas um, mas podemos considerar que a luta pela moradia através da realização de ocupações foi uma importante esfera de atuação libertária nas últimas décadas. Foram e são várias as ocupações com forte presença anarquista, algumas dando origem a documentários como o realizado pelo Centro de Mídia Independente de Goiânia, “Sonho Real” que denunciou a extrema violência do processo de despejo em 2005. Em alguns estados, como é o caso de Minas Gerais, a realização de novas ocupações é uma marca ainda dos anos recentes, diferentemente do Rio de Janeiro que passou por um período de retração na década de 2010. Diversos *squats* ou casas *autônomas* (conceito utilizado por parte dos libertários) com participação de anarquistas – de maior ou menor longevidade – também ocorreram durante essa última onda: como a Ocupação Flor do Asfalto (RJ), despejada pelas obras do Porto Maravilha em 2011, o Squat Torém (CE) e a casa da Lagartixa Preta (de maior longevidade e fundada em 2007).

Mas além da ocupação urbana, observamos também a atuação junto a movimentos de ocupação rural, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse foi o caso no período deste artigo para algumas organizações da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) no Rio de Janeiro (Federação Anarquista do Rio de Janeiro), Rio Grande do Sul (Federação Anarquista Gaúcha) e São Paulo (Organização Anarquista Socialismo Libertário). O sindicalismo também foi um alvo de vários grupos como esses desde os debates em fins dos anos 1980, resultando em uma inserção modesta, mas emergente em diversas frentes e organismos, como no processo de ocupação do Edifício Sede da Petrobrás no Rio de Janeiro (EDISE) realizado no RJ em 1992. Essa ação foi a primeira ocupação de um prédio público depois da ditadura militar e em 2001 e 2003 esta luta foi retomada, contando com o apoio e participação de anarquistas que fundariam a FARJ (FARJ, 2008). Inclusive, estes publicariam um jornal específico para a categoria, chamado de *A Ressurgência*. Cabe ressaltar a presença sindical do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) em diferentes estados do país e categorias, com ênfase nos trabalhadores da educação e da saúde.

Processos de inserção sindical também seriam tocados por militantes anarquistas da União Popular Anarquista (UNIPA), que atuaram na Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) e da Frente de Luta Popular (FLP), assim como vale a pena ressaltar, a atuação em instâncias de base e sindicatos por anarquistas não necessariamente vinculados a uma organização política. Fato que dificulta a análise histórica (pois raramente deixa registros mais organizados) mas se configura como uma presença que não pode ser negada. Atividades comunitárias e de inserção de bairro diversas também foram tocadas nesse período como a do Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro (CCS-RJ) que completava 10 anos de atividade comunitária em 2013 ou aqueles trabalhos impulsionados por uma tendência político-social, uma organização “que agrupa setores populares que possuem afinidade em relação a questões metodológicas e programáticas” e que “não necessariamente possuem afinidades em relação a uma ideologia determinada” (CORRÊA, 2010). Em 1999 é fundada a tendência Resistência Popular (RP) que agrega

militante do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Mato Grosso e Goiás. Tal agrupamento organizará o trabalho político de um setor afinado com as práticas libertárias em espaços estudantis, sindicais e populares e intervirá inclusive nos períodos eleitorais com pichações e eventos políticos, reivindicando por exemplo, a consigna: “Ou se vota com os de cima ou se luta com os de baixo”. As tendências libertárias impulsionadas por anarquistas também terão um papel importante na construção do Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA) em 2003, que em 2013 estava na sua décima edição. Com fluxos e refluxos, a estratégia de tendência segue como algo presente até 2013 e com participação determinante dos anarquistas.

Acusado recentemente por alguns pelo crescimento da direita no Brasil e, em última instância, sendo até culpabilizado pelo próprio golpe contra o governo de Dilma Rousseff, o Movimento Passe Livre ocupou, decerto, posição central como estopim para os acontecimentos de junho de 2013. Devido à dimensão que as manifestações contra o aumento da tarifa alcançaram, o movimento passou a angariar ao mesmo tempo fortes simpatias, como também este tipo de críticas que beiram o absurdo ao atribuir culpa e uma causalidade direta entre os eventos ao relacionar o crescimento recente da direita àquela luta por extensão de direitos sociais, no caso, o direito ao transporte público. Mas fato é que a amplitude dos desdobramentos dos eventos iniciados a partir das manifestações do MPL em 2013 está longe de ser plenamente analisada e reconhecida. Atribui-se a origem do movimento às chamadas “Revoltas da Catraca”, ocorridas em 2004 e 2005 em Florianópolis, Santa Catarina. De lá surgiu a Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis que em janeiro de 2005 fundou o movimento em plenária do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Este movimento, por sua vez, tinha por referência também a forte Revolta do Buzu, ocorrida em Salvador, em 2003, o que demonstra que a existência de luta contra o aumento das passagens precede o MPL. Em verdade, Salvador foi apenas um exemplo, pois ganhou grande dimensão, em meio a várias manifestações que já eram realizadas pelo menos há mais de uma década.

No ano de 2013, a própria revolta em São Paulo, que ganhou dimensão gigantesca e acabou por desdobrar em revoltas por todo o

país de forma nunca vista antes na história do país numa luta contra o aumento do transporte público, foi precedida por manifestações de expressivo impacto em Porto Alegre e Goiânia, demonstrando sua dimensão nacional previamente à eclosão dos levantes de junho de 2013. E a partir dele novos coletivos do MPL são fundados em outros estados, com diversos simpatizantes vinculados a organizações anarquistas ou em alguns estados com frentes mais amplas, que incluíam diferentes forças políticas. A Coordenação Anarquista Brasileira, por exemplo, por meio de suas organizações locais, atuou durante o período em alguns MPLs pelo Brasil, mas de maneira geral, a composição do MPL era bem ampla e incluía libertários e anarquistas que não necessariamente participavam de uma organização específica anarquista.

Apesar de ter sido criticado pelos movimentos e intelectuais alinhados com o petismo não é possível ignorar a relação do MPL com a posterior onda de manifestações estudantis que tomaram diversos estados brasileiros em diferentes momentos. Assim, se no que diz respeito ao movimento de luta por moradia e sua possível influência para a eclosão dos movimentos estudantis recentes não é possível estabelecer uma relação inequívoca, ainda que coincidam muitos militantes envolvidos em ambas as lutas, o mesmo não se pode dizer das manifestações de 2013. Estas, alavancadas a partir das ações do MPL foram decisivas para a eclosão da luta nas escolas. Conforme afirmou Pablo Ortellado em entrevista, as ocupações seriam “filhas legítimas” de Junho de 2013, pois:

Os secundaristas estão trabalhando este duplo legado: seguem criticando o sistema de representação, e não estão fazendo isso por meio da ação de partidos políticos, mas por meio da luta direta, sem intermediação de partidos; e, ao mesmo tempo, estão defendendo essa pauta de ampliação, consolidação e defesa dos direitos sociais.¹⁰³

103 A ocupação de escolas é o filho mais legítimo de Junho de 2013. Entrevista especial com Pablo Ortellado. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/555196-a-ocupacao-de-escolas-e-o-filho-mais-legitimo-de-junho-de-2013-entrevista-especial-com-pablo-ortellado> Acesso em 31 de outubro de 2016.

Percebemos, portanto, nesta afirmação, a valorização justamente do caráter libertário das ocupações, caráter este que o autor atribui a presença de vários grupos com ligações com o MPL em 2013. Desta forma seria possível afirmar que tanto uma parcela expressiva dos movimentos de ocupação, assim como o próprio MPL poderiam ser compreendidos à luz da interpretação de Mintz como libertários, no sentido em que o autor atribui ao termo, ou seja, como espaços que mesmo sem uma identidade propriamente anarquista, visto participarem também destes movimentos pessoas que não se vinculam a esta ideologia no seu sentido doutrinário, mas que na ação política elaboram princípios e desenvolvem práticas anarquistas. (MINTZ, 2006)

Conclusões: o trabalho é cotidiano

Baseado nas memórias das organizações, grupos e jornais anarquistas desde 1980 e contrastando-os com a bibliografia internacional sobre o tema nesse período no mundo, podemos afirmar categoricamente que o anarquismo não decaiu nas últimas quatro décadas como, por vezes, afirmado. Muito pelo contrário, militantes e ativistas anarquistas aproveitaram a reabertura política no Brasil para se reorganizarem, seja trazendo novas demandas dessa ideologia em várias partes do globo ou mesmo adaptando a tradição do movimento no país à realidade em que se encontravam. Nesse sentido, o anarquismo se encontra presente, por vezes de maneira modesta, mas relevante, no campo, no meio estudantil, sindical, intelectual e cultural, resistindo e apresentando uma alternativa ao neoliberalismo e às propostas estatistas do socialismo.

Sobre sua atuação nos movimentos sociais e populares, se da década de 1980 até o final da década de 1990 foram poucos os eventos que lançaram os holofotes midiáticos para o anarquismo, isso não significa a inexistência do mesmo no decorrer do período. Geração espontânea não existe nem na biologia, nem nas práticas sociais, há sempre uma correia histórica de práticas que vinculam o presente ao passado. Aliás, a

tentativa de apagar essa continuidade histórica, serve para a construção de uma memória social que possui uma clara intenção política de caracterizar o anarquismo como algo efêmero e espontâneo.

Pudemos perceber um pouco ao apresentar estes eventos de maior visibilidade que eles se articulam, a militância se conecta e ainda que sem a grandiosidade das manifestações televisionadas e da repercussão das ações repressivas enfrentadas, libertárias e libertários agem de forma ininterrupta e, em suas ações, propagam sua ideologia e constroem suas propostas políticas seja nos sindicatos, escolas, movimentos populares ou mídias alternativas, fato que mais uma vez se desdobra em novas realizações.

Fontes

ACHIAMÉ, Robson. Robson Achiamé: depoimento [2008]. Entrevistador Augusto Acácio. São Paulo, 2008. Vídeo (26 min).

Boletim Informativo do Centro de Cultura Social, 2000. Arquivo do Centro de Cultura Social – São Paulo.

O Inimigo do Rei, 1987. Arquivo do Centro de Cultura Social – São Paulo.

Referências bibliográficas

AGP (Ação Global dos Povos). “Manifesto da Ação Global dos Povos.” 1998.

BASTOS, Yurriallis. “Partidários do anarquismo, militantes da contracultura: um estudo sobre a influência do anarquismo na produção cultural anarcopunk.” *Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, num. 9, 2005.

BIBLIOTECA TERRA LIVRE. “Nossa História.” Disponível em: <https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/about/>. Acesso em: 05/07/2017.

CORRÊA, Felipe. “O agrupamento de tendência”. In: Passa Palavra, 2010.

CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

_____; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares da (Org.). *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2014.

FARJ. *Anarquismo Social e Organização*. Rio de Janeiro: FARJ, 2008

Federação Anarquista do Rio de Janeiro. “Robson Achiamé, Editor e Anarquista.” Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2014/11/13/robson-achiamé/>. Acesso em 07/2016.

FERREIRA, Andrey Cordeiro (Ed.). *Pensamento e Práticas Insurgentes: Anarquismo e Autonomias nos Levantes e Resistências do Capitalismo no Século XXI*. Rio de Janeiro: Alternativa Editora, 2016.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. São Paulo: Rima, 2006.

_____. *Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2003.

HENNING, Luiz; QUELUZ, Gilson. “Representações de Ciência e Tecnologia no Anarquismo Brasileiro Contemporâneo e sua Relação com a Ação Direta.” In: *Anais da XI Jornada Latino-Americana de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologias*. ESOCITE, Curitiba: 2016.

HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (Org.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870–1940: The praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Leiden, Brill, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JURIS, Jeffrey. “Networked social movements: Global movements for global justice.” In: CASTELLS, Manuel (Ed.). *The network society: a cross-cultural perspective*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

MINTZ, Frank. *O Anarquismo Social*. Imaginário. São Paulo: 2006.

NU-SOL. “Nós.” Disponível em: <http://www.nu-sol.org/nu-sol/nu-sol.php?tipo=2>. Acesso em: 04/08/2017.

LIGA ANARQUISTA. “Carta de Princípios”. Disponível em: <http://www.slideshare.net/ligarj/carta-de-principios-35872181> Acesso em 10/08/2017.

LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do Mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*. Campinas – São Paulo, Editora da Unicamp, 2013.

LUDD, Ned (Org.). *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaimthe Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

Organização Anarquista Socialismo e Libertário. *OASL/ FARJ: Programa Mínimo de Formação*. São Paulo/Rio de Janeiro: 2015.

Organização Anarquista Terra e Liberdade. “Sobre a OATL”. Disponível em: <https://terraeliberdade.org/sobre-a-o%E2%92%B6tl/>. Acesso em: 04/08/2017.

ORTELLADO, Pablo. “Aproximações ao Movimento Antiglobalização”. In: *Centro de Mídia Independente*, 2002

PENNA, Mariana Affonso. *Socialistas libertários e lutas sociais no Rio de Janeiro: memórias, trajetórias e práticas (1985–2009)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói- Rio de Janeiro, 2010.

_____; DORIA, Renato de Souza. “Anarquismo Social no Rio de Janeiro Contemporâneo.” *LPPE: Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SANTOS, Carlos André. *A Rebelião por trás das lentes – Participação política juvenil no Centro de Mídia Independente no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SALLES, Marcelo Yamashita (Org.). *Editando o editor 8 – Plínio Coelho. Coleção: Editando o Editor*. São Paulo: Unesp.

SIMÕES, Gustavo. “Por uma militância divertida: o inimigo do rei, um jornal anarquista.” *Verve*, vol.1, São Paulo, 2007

Autogestão e mutualismo: as escolas dos movimentos sociais numa fricção entre tempos (São Paulo, 1906 – 2016)

Rogério de Castro

Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
e Professor do Colégio Pedro II

Nós conseguimos, em uma semana, ter tudo que não encontramos em anos estudando no mesmo local. Nós nos estudamos, nós nos conhecemos, nós nos descobrimos e fomos nos encaixando – Sabah Machado Farah¹⁰⁴

Durante os últimos anos letivos, mobilizados pela defesa da educação enquanto direito essencial, estudantes e trabalhadores da educação responderam, com a ocupação de suas escolas, ao anúncio do fechamento arbitrário de diversas instituições de ensino que integram a Rede Estadual de Educação de São Paulo. Ao surpreenderem o governo e as próprias vanguardas sindical e estudantil, reunidas em entidades de classe que, não raro, transformaram-se em correias de transmissão de partidos políticos, tais comunidades reivindicaram outro paradigma: as escolas dos movimentos sociais.

Tal esforço de “desescolarização”, conceito que compreenderemos aqui como iniciativa de desburocratização do ensino (TRAGTEMBERG. 2012, pp.67-68), aponta para a perspectiva de que a ação direta e o mutualismo oferecem um ambiente mais adequado para o convívio escolar. Além disso, a iniciativa de assumir a gestão da escola através de comissões, tais como as de limpeza, segurança, pedagogia, alimentação, comunicação e manutenção, aproxima os estudantes da democracia direta ambicionada pelas Escolas Modernas do Brás e do Belenzinho, conforme foram denominadas as escolas sindicais fundadas em princípios do século XX.

104 Estudante da E. E. Prof. Ezequiel Machado Nascimento. Disponível em Brasil Debate

Em síntese, ao contestarem o modelo oferecido pelo Estado, assim como a instrumentalização do ensino enquanto fator capaz de perpetuar as diferenças sociais, os jovens paulistas recuperaram questões que permitem inseri-los numa determinada trajetória de lutas. Nesse sentido, a compreensão da proposta defendida pelas Escolas Modernas, assim como as circunstâncias em que foram criadas, pode oferecer um significativo contributo ao entendimento das tensões sociais do presente.

As Escolas Modernas de São Paulo e sua relação com o Sindicalismo Revolucionário nos primeiros anos do século XX

Após o dia 13 de outubro de 1909, quando a justiça espanhola executou o educador catalão Francisco Ferrer y Guardia, os comitês criados em benefício de sua absolvição assumiram, também em São Paulo, a organização de escolas inspiradas nos princípios da Instrução Racionalista¹⁰⁵. Contudo, antes de avaliarmos a pedagogia proposta por Ferrer, precisamos salientar que as práticas educacionais vivenciadas na Escola Moderna de Barcelona não diferiam do conjunto de estratégias que caracterizam o movimento conhecido como Escola Nova. Afinal, o companheirismo entre professores e estudantes, a co-educação entre os sexos, a abolição dos castigos corporais e o estímulo à autonomia, por exemplo, foram partilhados pelos seguidores de

105 Francisco Ferrer, possivelmente em alusão à “Ciência Racional” preconizada por Mikhail Bakunin, denominou sua pedagogia através da expressão “Instrução Racional”. Nesse sentido, nos moldes propostos pelo revolucionário russo, propôs uma instrução popular em que o conhecimento estivesse ao serviço da classe trabalhadora, em oposição ao que observava no universo fabril. Tal designação, correspondeu, ainda, num meio de evitar que as autoridades espanholas associassem sua Escola Moderna aos postulados da Pedagogia Libertária, conjunto de reflexões e propostas educacionais construídas desde os primeiros encontros da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Adholpe Ferriere¹⁰⁶ e podem ser observados nos diferentes matizes do movimento escolanovista.

Nesse sentido, argumentamos, em primeiro lugar, que a atitude crítica reivindicada pela Escola Nova adquiriu nas Escolas Modernas uma conotação classista, circunstância que representa o ponto fora da curva de aproximação entre as perspectivas de Ferrer e Ferriere. Assim, enquanto as “missas de domingo”, expressão com a qual Ferrer designou suas reuniões comunitárias, aludiam ao conceito de democracia direta, as constantes visitas dos estudantes aos galpões fabris sensibilizavam para o mutualismo.

Por outro lado, tais ocasiões tanto favoreciam o protagonismo discente, quanto ensejava a inserção da consciência de classe no currículo da escola, acrescentando, desse modo, elementos que permitem associar a Escola Moderna aos debates educacionais da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Ao longo das reuniões da AIT, os delegados que defenderam uma pedagogia capaz de superar a segregação entre o pensar e o fazer, questão compreendida àquela altura como um dos pilares do sistema capitalista, solicitaram um estudo sobre os princípios que deveriam nortear a instrução pública. Não por acaso, mas pela influência do pensamento de Pierre-Joseph Proudhon entre os internacionalistas, a valorização do trabalho enquanto principal ferramenta pedagógica embasou a moção apresentada por Paul Robin ao Congresso de Bruxelas (1868). (GUILLAUME, 1946)

De acordo com o educador francês, encarregado de elaborar o referido estudo durante o Congresso de Laussane (1867), as seções da AIT deveriam organizar escolas que valorizassem uma formação pelo trabalho, estimulando entre os jovens a capacidade de superar o dissenso através do equilíbrio entre os desejos individuais e as necessidades coletivas. Desse modo, a dialética serial¹⁰⁷ estabelecida pela permanente re-

106 Considerado um dos fundadores da Educação Nova, o educador genebrino trabalhou pela renovação e democratização dos métodos de ensino, participando da *Ligue Internationale pour l'Éducation Nouvelle* e de seu primeiro congresso em 1921. Colaborou com a revista da *Ligue, Pour l'ère nouvelle* e atuou no *Bureau International d'Éducation*. Deixou ainda farta bibliografia sobre a Escola Ativa.

107 Distinguindo da concepção dialética de Hegel, os pares antinômicos para Proudhon não estabelecem, necessariamente, uma relação permanentemente antagônica. Ainda que eventual-

lação entre o pensar e o fazer deveria estimular o florescimento de uma Instrução Integral, capaz de contemplar a formação física, intelectual e social dos futuros trabalhadores. (SAFÓN, 2003)

No entanto, enquanto os comitês em defesa de Francisco Ferrer se converteram nos embriões responsáveis pela fundação de escolas amparadas pelo movimento social, as deliberações do I Congresso Operário Brasileiro de 1906 (COB), numa conduta análoga aos encontros da AIT, recomendaram a criação de centros educacionais alternativos como parte significativa da revolução social. De acordo com as resoluções do COB:

Tema 7 – Conveniência de que cada associação operária sustente uma escola laica para os sócios e seus filhos e quais os meios de que deve lançar mão para esse fim? Considerando:

- que o ensino oficial tem por fim inculcar nos educandos idéias e sentimentos tendentes a fortalecer as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais do que o próprio operário tem interesse em formar livremente a consciência de seus filhos;

- o Congresso aconselha os sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber sempre que tal seja possível; e, quando os sindicatos não o possam fazer cada um per si, deve a federação local tomar conta do encargo. (COB apud: ANDRADE, 1981)

Ao consultarmos os jornais operários do período, entre os quais podemos destacar *A Lanterna*, *O Amigo do Povo* e *A Terra Livre*, percebemos o alcance do anarquismo entre os trabalhadores do crescente parque industrial paulista. Entre as transcrições de Errico Malatesta, Piotr Kropotkin e Elisée Reclus, frequentes nessa imprensa operária,

mente contraditórios, podem equilibrar-se ao serem confrontados, estabelecendo-se desse embate uma tensão contínua em lugar da superação proposta pela “síntese” hegeliana.

encontram-se artigos de Fernand Pelloutier¹⁰⁸ e Sébastien Faure¹⁰⁹, nomes do sindicalismo francês que se destacaram na defesa de uma instrução popular franqueada pelo movimento social.

Enquanto Fernand Pelleoutier encorajou, na condição de secretário da Federação Internacional das Bolsas de Trabalho, a fundação de bibliotecas e cursos noturnos, Sébastien Faure inaugurou *La Ruche* (A Colméia) em 1906, associando, conforme Francisco Ferrer, os projetos de pedagogia e sociedade. Ao defender uma educação pelo trabalho, Faure rejeitou a instrução para o futuro emprego, modalidade que ainda predomina entre os filhos da classe operária, de sorte que todas as “abelhas” daquela “colméia” vivenciassem o apoio mútuo e a autogestão nas demandas coletivas. (PELLOUTIER apud: CHAMBAT, 2006, p.60)

De acordo com Pinto Quartim, em *La Ruche* as crianças despertavam cedo e se recolhiam em torno das vinte horas, desenvolvendo suas atividades num ambiente que os envolvia “numa atmosfera de liberdade e solidariedade, amor e respeito mútuo”, com vistas a acrescentar aos ensinamentos intelectuais e físicos uma formação social através do exemplo.”¹¹⁰ Ainda segundo o jornalista português, os estudantes faziam suas lições antes do almoço, retomando as atividades acadêmicas no período da tarde, sempre com interlúdios que as resguardassem de qualquer asoberbamento.

Tudo somado, podemos admitir que enquanto os jornais operários reforçam a ascendência dos ideais anarquistas entre os trabalhadores de São Paulo, a preocupação com a fundação de escolas ligadas aos sindicatos, a defesa do mutualismo e do antimilitarismo, a ênfase ao internacionalismo da classe, a valorização da questão econômica em detrimento da política partidária e a preferência pela greve geral enquanto principal tática de luta indica uma influência de uma determinada me-

108 Organizador das Bolsas do Trabalho, Pelleoutier defendeu a fundação de escolas sindicais autônomas, financiadas pelos organismos de classe com o fito de promover a instrução e a consciência de classe entre os trabalhadores. Apesar da morte precoce, suas ideias e ações o transformaram numa referência entre os sindicalistas revolucionários.

109 Educador e poeta francês, refundou o jornal *Le Libertaire*, periódico cujo título contribuiu para a associação entre tal expressão e as tradições anarquistas. Em Pâris, fundou a escola *La Ruche*, instituição inspirada nas experiências educacionais de Robin.

110 Fragmento de texto da autoria de Pinto Quartim, integra o Espólio Pinto Quartim, recolhido à Biblioteca do Centro de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

todologia sobre as resoluções da COB: o sindicalismo revolucionário.

Por outro lado, para compreendermos essa tática anarquista¹¹¹, precisamos tecer algumas considerações sobre tal parcela do pensamento político e social em suas diferentes formas históricas. De acordo com Rudolf de Jong (2008), o anarquismo teria surgido no contexto da Primeira Internacional, sobretudo após a ruptura entre os partidários de Karl Marx, interessados no fortalecimento do Comitê Central, e os antiautoritários ligados ao russo Mikhail Bakunin, para os quais a associação deveria respeitar autonomia das seções federadas. Ainda segundo com Rudof de Jong (2008), os anarquistas reivindicam uma sociedade de produtores/consumidores, cujas comunas, além de adotar uma relação federativa, devem substituir a centralização das decisões pela autogestão e o apoio mútuo. Assim, para impulsionar esse projeto de poder:

(...) o anarquismo considera atores principais os agentes sociais que são membros das classes sociais concretas, presentes em cada tempo e lugar, as quais constituem as classes dominadas de maneira mais ampla. O anarquismo busca, em meio a elas e como parte delas, aumentar permanentemente sua força social, por meio de processos de luta que impliquem: participação crescente, visando à autogestão, estímulo da consciência de classe, construção das lutas de baixo para cima, com independência em relação aos agentes e estruturas dos inimigos de classe; sustenta, assim, meios condizentes com os fins que pretende atingir. A consolidação desse projeto de poder se dá por meio de uma construção permanente, que encontra em um processo revolucionário, em que a violência é inevitável, um marco de passagem de um sistema de dominação para um sistema de autogestão. (CORRÊA, 2015, pp.117-118)

Apesar disso, os anarquistas que questionaram os resultados da Primeira Internacional optaram pelas bombas enquanto tática de ação. Em oposição a esses insurrecionais, como ficaram conhecidos os adeptos da “propaganda pelo fato”, os defensores da estratégia organizacional

111 Entenderemos como estratégia anarquista os “meios mais eficazes para se atingir objetivos e, por consequência, um caminho, constituído a partir de táticas, por meio do qual se desenvolve a intervenção política em conflitos determinados.” (CORRÊA, 2015, p.118)

pleitearam a intervenção nos movimentos sociais, aglutinando-se em torno das táticas sindicalista revolucionária e anarcossindicalista. (VAN DER WALT; SCHMIDT, 2009)

O que pretendemos sublinhar é que em sintonia com as propostas de Fernand Pelloutier e Sébastien Faure, o sétimo tema das resoluções expressa a preocupação de estimular os organismos de classe a sobrepujar os interesses meramente corporativos, assumindo uma intenção revolucionária nos moldes preconizados por uma determinada estratégia anarquista. Tal consórcio entre o mundo do trabalho e o do conhecimento deveria, nessa lógica, contribuir para que os trabalhadores refletissem sobre sua própria condição de existência, de tal maneira que pudessem, com maior propriedade, insurgir-se contra o Capital e o Estado. Sem assumir o controle direto dos organismos de classe, conforme defendem os anarcossindicalistas, mas inoculando a insurreição junto às bases, os sindicalistas revolucionários procuraram organizar núcleos específicos anarquistas que, por sua vez, interferiram nos movimentos sociais com o fito de evitar que estes se transformassem em correias de transmissão dos partidos políticos. Sobre as diferenças entre estas duas táticas organizacionais, Rafael Viana acrescenta que:

(...) o que distingue essas duas estratégias é o fato de o segundo [sindicalismo revolucionário] possuir um vínculo programático explícito com o anarquismo, ou seja, uma ideologia oficial, como ocorreu com a Federación Obrera Regional Argentina (FORA), a partir de 1905 e com a Confederación Nacional Del Trabajo (CNT) espanhola, a partir de 1919, ambas as quais são, a nosso ver, anarcossindicalistas. Outros exemplos, como por exemplo a Confédération Générale Du Travail (CGT) francesa, ou mesmo a Confederação Operária Brasileira (COB) brasileira, por não possuírem esse vínculo político-doutrinário com o anarquismo, defendendo a “neutralidade política” dos sindicatos, são sindicalistas revolucionárias. (SILVA in: CORRÊA; SILVA; SILVA, 2015, p.46)

Assim, cientes de que o movimento específico não substitui a organização do conjunto dos explorados, mas pode preservar o organis-

mo anarquista das oscilações de assenso e descenso que caracterizam o movimento popular, os sindicalistas revolucionários visaram imprimir aos sindicatos uma intenção revolucionária. De acordo com essa perspectiva, as Escolas Modernas, ainda que não trouxessem consigo o conjunto dos elementos necessários para a revolução social, poderiam transformar as lutas por emancipação numa ação cotidiana, inserindo as crianças na luta de classes, sem desconsiderar suas necessidades e seus meios. Em outros termos, com a fundação de escolas sindicais, os trabalhadores avançariam na construção coletiva de uma sociedade livre, conforme os pressupostos da estratégia sindicalista revolucionária, segundo a qual a interferência nos organismos de classe pode resultar em instituições capazes superar as pautas mais imediatas.

Além disso, para contemplar os aspectos físico, intelectual e social que constituem a Instrução Integral, os sindicalistas revolucionários, em sintonia com os postulados de Proudhon, reconheceram na politécnica da aprendizagem¹¹² o recurso adequado para a oferta de um contraponto aos modelos confessional e estatal, superando a instrumentalização do saber e a redução da escola enquanto mecanismo de controle. Elevada à condição de barricada permanente, a Escola Moderna incorporou os postulados proudhonianos da Internacional, passando a corporificar o protagonismo da classe trabalhadora em sua luta por emancipação, noção que precisaria ser internalizada desde tenra idade.

Todos

Abaixo os prêmios! Abaixo os prêmios!

112 “A educação foi para Proudhon uma constante preocupação, e a educação do povo pelo povo, a demopédia, uma exigência permanente. Sua concepção da educação é simultaneamente ampla e estreitamente articulada com o trabalho. Ele preconiza, com efeito, a igualdade entre a formação intelectual e a formação profissional que ele denomina “politecnicidade da aprendizagem”. Ela é, além do mais, um instrumento de realização do indivíduo e uma alavanca de emancipação social. Para ele, “a organização do ensino é simultaneamente a condição da igualdade e a sanção do progresso”. Mas, para isso, ela deve emancipar-se por sua vez, do julgo estatista ou religioso que não visa, pela instrução elementar, senão a encerrar a juventude e o futuro produtor “na certeza de suas funções parcelares pois, sem garantia e sem controle das associações operárias, a criança enviada às escolas será sempre um jovem servo adestrado para a servidão, no melhor dos interesses e da segurança das classes superiores”. Ora, acrescenta Proudhon, “queremos trabalhadores civilizados e livres.” (LENOIR, 2007, p.19)

Frederico

(Adiantando um passo) – E que cada qual trabalhe o mais que puder conforme suas forças!

Todos

Bravo! Bravo!

(Abraços e palmas)¹¹³

Em “Conforme as forças”, peça infantil escrita por Antônio Lima, a ideia de que os trabalhadores da educação devem corroborar com o assenso dos estudantes à condição de principais mestres de si, auxiliando-os na construção próprio conhecimento, aponta para a importância de “aprendermos a aprender”, corolário consoante à premissa proudhoniana segundo a qual “de cada um conforme seus meios.”

Ainda de acordo com Adolfo Lima, a conquista de uma sociedade sem pátria ou patrão requer uma educação sem prêmios ou castigos, contexto que, por sua vez, demanda uma instrução que parta do princípio ético de erradicar as diferenças sociais. Tal ensinamento, compreendido pelo educador português enquanto resultado de um convívio capaz de horizontalizar a tomada das decisões, remete, conforme avaliamos anteriormente, ao apoio mútuo e a ação direta enquanto instrumentos pedagógicos.

Devemos acrescentar que a peça em questão foi redigida para as celebrações do aniversário de A Solidária, organização formada pelos estudantes da Escola Oficina de Lisboa com o fito de promover saraus, aulas passeio e uma cantina comunitária através dos quais os jovens poderiam exercitar a democracia direta e o auxílio mútuo. Tal circunstância demonstra, mais uma vez, como os sindicalistas revolucionários reconheceram a emancipação social enquanto expressão da autogestão e do mutualismo, instâncias que necessitariam do amadurecimento vivenciado na rotina das escolas.

Piotr Kropotkin (s.d) elucida como a ideologia orienta nossas maneiras de ser, pensar e agir. Ao redarguir o pensamento liberal,

113 Acervo do Espólio Deolinda Lopes Vieira da Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

esse célebre geógrafo recorreu aos exemplos da natureza para rejeitar a competição enquanto lei social, identificando os grupos capazes de desenvolver a “colaboração entre pares” como mais preparados para a vida. Nesse sentido, em sua análise sobre o comportamento das águias, por exemplo, constatou que as aves mais experientes colocam seus conhecimentos ao serviço das mais jovens, ensinando-lhes a caça de tal modo que possam aprender através da observação. Não obstante ao ensinamento prestado, saciam rapidamente sua necessidade mais primária, assumindo uma posição na qual possam vigiar o ambiente enquanto os aprendizes usufruem da presa em segurança.

Enquanto estudava a fauna das estepes russas, viu certa vez uma águia de espécie gregária (cauda branca, *Haliaeetus albicilla*) que se elevava aos céus; durante meia hora, a águia observou amplas paragens, em silêncio, quando repentinamente ressonou seu penetrante granido. Em pouco tempo, outra águia respondeu seu apelo, aproximando-se dela em vôo, as quais se uniu uma terceira, uma quarta, entre outras, até que se juntaram nove ou dez, para que em conjunto se perdessem de vista. Depois de meio dia, Syvertsof alcançou o lugar para o qual haviam se dirigido, ocultando-se numa ondulação da estepa de onde pode observar o bando em torno do cadáver de um cavalo. As águias mais velhas, que geralmente se alimentam primeiro, conforme o costume de urbanidade entre elas, já estavam pousadas no cimo dos montes de feno, na condição de sentinelas, enquanto as jovens se alimentavam (...). (KROPOTKIN, s.d, pp54-55)

Como se vê, o autor reorientou o significado dos fenômenos naturais numa proposta diametralmente distante daquela preconizada pelo chamado darwinismo social. De acordo com sua teoria, o apoio mútuo assume a condição de lei primitiva, da qual nos distanciamos na mesma proporção em que a civilização nos afasta da natureza. Em outras palavras, num sentido contrário à desumanização que sofremos quando passamos a competir, Kropotkin (s.d) reconhece, no exemplo das águias, o caminho adequado para recuperarmos a humanidade: o mutualismo.

Também em São Paulo, numa atitude que se assemelha ao comportamento das águias descritas por Kropotkin (s.d), educadores

autodidatas colocaram seus conhecimentos ao serviço daqueles que almejavam a condição de principais mestres de si. Ancorados nessa lógica kropotkiniana, segundo a qual a proteção do mais fraco constitui uma “lei natural”, procuraram fazer com que os estudantes fossem exercitados no espírito das colméias, conforme aludiu Sébastien Faure, de maneira que observassem a complementaridade dos ofícios enquanto elementos garantidores da vida.

Portanto, também nas Escolas Modernas do Belenzinho e do Brás, os filhos da classe trabalhadora encontraram educadores envolvidos com a construção de um novo paradigma. Seus respectivos diretores, João Penteado e Adelino de Pinho, reconheceram na publicação de jornais infantis uma estratégia capaz de permitir a interação entre professores e estudantes, proporcionando aos jovens o exercício da auto-gestão e do apoio mútuo com os quais poderiam alcançar a consciência de classe necessária à revolução social.

Paralelamente, tal estratégia de produção e transmissão do conhecimento representou uma alternativa para os contratemplos, sobretudo de ordem financeira, que impediam a instalação de oficinas adequadas à fruição da politécnica da aprendizagem. Nessa contrapartida, a associação entre a teoria e prática devia ser vivenciada na produção de *O Início*, designação que sugere, possivelmente, o ingresso das crianças na militância político-social.

Infelizmente, por contar praticamente com recursos dos estudantes, *O Início* teve apenas quatro edições. Entretanto, as aulas-passeio descritas no jornal apontam para a tentativa de fugir à simplificação dos programas, estimulando os estudantes a encontrar, a partir da imersão no espaço físico da cidade, a curiosidade necessária ao florescimento da Instrução Integral. Vejamos:

No sábado, dia 6 de março, nós nos reunimos todos às 7 horas da manhã na nossa Escola e cantamos os hinos “A Mulher” e o “Primeiro de Maio”. Depois meia hora saímos, e descemos a rua Catumbi, tomamos a travessa do mesmo nome, fomos pela rua dos Prazeres, descemos a rua Cachoeira e seguimos uma rua cujo nome eu não sei. Eu vi pelo caminho uma pontesinha na travessa da rua Catumbi. Lá

o nosso professor nos explicou que troncos da taquara se chamam rizônia e que esses troncos caminham debaixo da terra. Ao chegarmos ao rio Tietê vimos barcas dentro e fora do rio. Um menino estava nadando vestido de calças no meio do rio.

Vimos as barcas no meio do Tietê e também uns meninos caçarem peixes. Depois brincamos de Caracol e Seranda-Serandinha. O João Bento, o Bruno, o Ernesto, o Carlos Chiesa e o Abílio Bento recitaram. Na ida vimos um cavalo morto e o Miniere botou flores em cima dele. O professor disse que o Miniere fez bem de botar flores em cima do cavalo morto. Na volta o professor nos mandou pegar uma varinha com flores e pegamos também taquaras de bambú. O Abílio Bento fez um estoque para mim. Na ida e na volta nos sentamos em cima dum ventilador de exgôto. Chegamos à nossa Escola quando faltavam 25 minutos para as dez horas. Depois o professor nos deu os cadernos e fomos embora para nossas casas. (MAZZONE, *O INÍCIO*, 04/09/1915)

Nessa redação de Edmundo Mazzone, observamos que a aula passeio entusiasmou os estudantes ao exercício físico da caminhada, ao exercício reflexivo sobre o contexto em que viviam e, finalmente, ao exercício da solidariedade. Tal recurso, que privilegiou a curiosidade dos estudantes como ponto de partida para a efetivação da tríade física, intelectual e social, parece apontar para as conclusões de Adolfo Lima:

(...) o assunto a tratar, é feito pelo aluno, pelos factos diários da vida escolar, em volta de nós, na natureza. (...) Não usamos portanto o livro, a lição de cor, a lição marcada; estas conduzem quasi sempre, parece-nos, a uma má vontade, uma não aceitação agradável da aula (...). (LIMA, *BOLETIM DA ESCOLA OFICINA N.1*, 04/1918)

Sobre a instrução física, reconhecemos que tanto a caminhada quanto as brincadeiras infantis atuavam no sentido de estimular o organismo das crianças. Ao mesmo tempo, a instrução intelectual pode ser percebida nas orientações do professor em relação ao vegetal que, muito provavelmente, trata-se de algum espécime de rizoma. Além disso, o repouso próximo à rede de esgoto sugere uma escolha premeditada, capaz

de oferecer condições de confrontar a paisagem natural com os efeitos do processo de urbanização e industrialização. Acrescentamos que as demonstrações de solidariedade dos meninos Miniere, depositando flores sobre o corpo do animal, e Abílio Bento, providenciando um ramo de flores para o autor do texto, representam experiências vinculadas à instrução social, de tal modo que “a criança sempre rodeada de bons sentimentos, bons os terá para todos; bem tratada, tratará bem todos os outros, será serviçal para com todos, sobretudo para com os mais fracos, como os mais fortes o são para com ela.” (ROBIN. *A SEMENTEIRA*, 01/09/1916)

Reconhecemos, na assertiva de Robin, as considerações de Piotr Kropotkin (s.d) acerca do individualismo e da competitividade que preponderam em nossa sociedade. Conforme sublinhamos, os libertários compreendem que o Capital e o Estado precisam ser substituídos pela cooperação entre trabalhadores/consumidores, capazes de resolver, coletivamente, as decisões sobre suas demandas. Assim, o expediente de encontrar na horizontalidade das decisões uma estratégia de superação do dissenso, valorizando a compatibilização entre os desejos individuais e as necessidades coletivas, deveria ser amadurecido no ambiente escolar. Nessa lógica, tal politização do espaço da escola tanto favoreceria a transformação dos estudantes em principais mestres de si, quanto levaria a cabo a perspectiva de que a educação, assim como a democracia, constituem construções coletivas.

Ação direta e mutualismo nas ocupações estudantis

Podemos considerar que a valorização do aprendizado pelo trabalho, o estímulo ao protagonismo dos estudantes e a solidariedade entre suas comunidades denotam o empenho das Escolas Modernas em estabelecer, da maneira mais imediata possível, relações pautadas na autogestão e no apoio mútuo. Entretanto, tal circunstância aponta, ainda, para a possibilidade de uma conexão entre essas escolas sindicais e os movimentos de ocupação que, recentemente, reorientaram o papel discente nas instituições de ensino paulistas.

O que pretendemos demonstrar é que com as ocupações realizadas pelos estudantes de São Paulo, a ação direta e o mutualismo reassumiram, em circunstância análoga àquela observada nas Escolas Modernas, a condição de importantes ferramentas pedagógicas. Assim, ao reclamar seu gerenciamento e estabelecer uma relação federada entre as instituições ocupadas, os jovens de hoje, ainda que intuitivamente, aproximam-se dos postulados educacionais que, em princípios do século XX, orientaram as Escolas Modernas. Ao mesmo tempo, ao eleger como paradigma a submissão da Secretaria de Educação às demandas comunitárias, garantiram um espaço real de participação, reivindicando o protagonismo dos movimentos sociais sobre a instrução popular, tal como fizeram os sindicalistas revolucionários envolvidos com a fundação das escolas sindicais.

Por outro lado, as ocupações imprimiram às escolas uma dinâmica distinta daquela que, até então, fora preconizada pela Secretaria Estadual de Ensino. Tal proposta alternativa, por sua vez, permite entrever que as relações de ensino/aprendizagem, assim como as demais atividades sociais, não são concebidas fora de uma determinada ideologia. Logo, suas contestações ao modelo tradicional apontam para a percepção de que este, ao confundir o enriquecimento intelectual com o êxito nos exames, contribui para instrumentalizar o saber e reforçar as diferenças sociais.

Com base nessas considerações, arriscamos dizer que os estudantes paulistas, ao reconhecerem que suas escolas não conseguem prepará-los para a competitividade assente nos exames de admissão nas Universidades, terminam por alcançar a consciência de sua exclusão. Em compensação, ao assumirem o desprendimento em relação às aulas formais que deixam de receber, tornam-se, com o auxílio dos mestres que decidiram apoiá-los, os principais mestres de si. Ao mesmo tempo, assumem o protagonismo na gestão da escola, organizando-se a partir de suas bases para exigir que a Secretaria Estadual de Educação cumpra suas demandas.

Dessa maneira, ao perceberem que a cultura pertence ao conjunto da sociedade, os estudantes restituem a instrução pública aos seus maiores interessados, evitando que a alienação da sociedade sobre as de-

cisões nesse campo, conforme termina por resultar a ação das Secretarias de Ensino, reduza suas escolas à condição de meros cumprimentos legais. Nesse esforço de auto-instituição, a reação ao sequestro da autonomia encontra no apoio mútuo um fator de resistência, antagonizando comunidade e burocracia escolar na disputa pela gestão pedagógica. Além disso, a sensação de impotência dos estudantes, em grande medida resultante dos métodos dispensados nas aulas, encontra um contraponto na ação direta e no mutualismo ensejado pelas assembleias e comissões de autogestão, dispositivos determinantes para o alcance de uma “pedagogia antiburocrática” fundada na:

autogestão – supõe a gestão da educação pelos envolvidos no processo educacional; isso significa a devolução do processo de aprendizagem às comunidades onde o indivíduo se desenvolve (bairro, local de trabalho);

autonomia do indivíduo – o indivíduo não é meio, é o fim em si mesmo. No universo das coisas (mercadorias) tudo tem um preço, porém só o homem tem uma dignidade. Negação total de prêmios ou punições.

Solidariedade – da mesma maneira que o capitalismo cria a competição entre os trabalhadores, para superá-la eles desenvolvem formas de solidariedade – sindicatos, por exemplo –; daí a educação autogestionária fundar-se prioritariamente não na competição e sim na solidariedade; ser uma educação crítica permanente das próprias formas educativas; anti-autoritária, preocupando-se em desenvolver as potencialidades de cada um – eis que o indivíduo não vale tanto pelo que sabe quanto pelas condições que tenha para saber mais –; e globalizante, não restrita ao taylorismo intelectual. (TRAGTEMBERG, 2012, p.183)

Como resultado da “pedagogia antiburocrática”, os jovens paulistas constatarem que pertencem a si mesmos, amadurecendo para a autonomia através do efetivo exercício do pensar (consenso conseguido nas assembleias) e do fazer (execução das demandas pelas comissões de trabalho). Assim, a construção coletiva da dinâmica social passa a oferecer a possibilidade de reunirem os cabedais necessários à vida, testemunho do papel da escola na construção da sociedade.

- Muita gente que eu não tinha amizade, já briguei várias vezes e conversando acabou virando amigo”. “Aí a gente conseguiu conviver mais.

- Você sabe que tem responsabilidades. Vai sair? Tem pessoas para ficar no seu lugar? Você sabe que horário volta? Você precisa ter a responsabilidade para não deixar as outras pessoas na mão.”

- Agora, eu aprendi a cuidar da escola, não é uma coisa só sua, você também vai dividir com outras pessoas.

- Eu enxergava os professores como [...] *meus inimigos*. Na ocupação eu percebi que [...] era bem diferente.¹¹⁴

Através dos depoimentos colhidos entre os estudantes, constatamos que cem anos após a fundação das Escolas Modernas, fechadas sumariamente pelo secretário de educação de São Paulo em 1919¹¹⁵, o movimento social recupera alternativas para um sistema cuja cúpula, encastelada nas dependências dos palácios de governo, coleciona projetos de reforma nos almoxarifados da burocracia. Tal fenômeno libertário recoloca o ensino enquanto uma responsabilidade de toda a sociedade, possibilitando novas formas de poder que se antepõem aos padrões desmobilizadores e autoritários sustentados pelos meios conservadores.¹¹⁶

Nessa fricção entre tempos, observamos que a educação pode superar a reprodução do sistema e concretizar utopias, trazendo para o centro das decisões aqueles que, até então, nunca puderam opinar sobre

114 Depoimentos dos estudantes. Disponível em Brasil Debate.

115 Após a explosão de uma bomba no bairro do Brás, episódio em que faleceu o diretor da Escola Moderna de São Caetano, a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo encontrou o argumento que necessitava para ordenar o fechamento sumário das Escolas Modernas. Acusadas de funcionarem em desacordo com a legislação, as escolas sindicais não tiveram a oportunidade de se adequar à legislação, circunstância que sugere o receio das autoridades paulistas em relação aos rumores de uma insurreição nos moldes daquela ocorrida na Capital Federal em 1918 com grande anuência dos órgãos e militantes anarquistas.

116 Felipe Corrêa destaca a “necessidade de se distinguir o que se poderiam chamar fenômenos libertários e anarquistas. Os primeiros estão ligados às lutas anti-autoritárias que têm por base a oposição à dominação e a aspiração à liberdade, e que vêm ocorrendo durante toda a história, pautadas em princípios mais amplos. Os segundos estão vinculados ao anarquismo, fenômeno essencialmente histórico, que se insere em um contexto determinado, pode ser localizado no tempo e no espaço, e define-se por princípios mais restritos.” (CORRÊA, 2015, p.91)

seus desejos e necessidades. Ao fim e ao cabo, convertidas em “ninhos de liberdade”, as escolas dos movimentos sociais restituem a natureza que deixamos ao proveito das águias, fazendo com que reaprendamos que não se pode ensinar a democracia, mas praticá-la através da autogestão e do mutualismo.

Em memória de Maurício Tragtemberg.
Teresópolis, outubro de 2016.

Fontes

Arquivo João Penteadó. Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME-FEUSP).

Espólio Pinto Quartin. Biblioteca do Centro de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal-Lisboa.

Espólio Deolinda Lopes Vieira da Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal-Lisboa.

Referências bibliográficas

BAKUNIN, Mikhail; KROPOTKIN, Piotr; JOYEUX, Maurice et al. *A Comuna de Paris: considerações libertárias*. São Paulo: Editora Imaginário, 2011.

_____. *A instrução integral*. São Paulo: Imaginário/ Instituto de Estudos Libertários: Núcleo de Sociabilidade Libertária do programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 2003.

CANDEIAS, António. *Educar de outra forma: a Escola Oficina n.1 de Lisboa 1905-1930*. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade do Porto – Portugal/ Porto, 1992.

CASTRO, Rogério Cunha de. *Nem prêmio, nem castigo! As Escolas Modernas como ação revolucionária dos sindicatos operários durante a Primeira República. (São Paulo, 1909–1919)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2014.

CHAMBAT, Grégory. *Instruir para revoltar: Fernand Pelloutier e a educação rumo a uma pedagogia de ação direta*. São Paulo: Editora Imaginário/ Faisca Publicações Libertárias, 2006.

CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2015

_____; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares da (Orgs.). *Teoria e história do anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

DE JONG, Rudolf. *A concepção libertária da transformação social revolucionária*. São Paulo: Faisca Publicações Libertárias/ Rio de Janeiro: Federação Anarquista do Rio de Janeiro, 2008.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. *La Escuela Moderna*. Madrid: EdicionesJucar, 1976.

GUILLAUME, James. *La Internacional de los Trabajadores (desde su fundación hasta el Congreso de Basilea)*. Habana: Editorial El Libro, 1946.

HALL, Michel; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil (1889–1930) Documentos. Volume I: Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

KROPOTKIN, Piotr. *El apoyo mutuo: un factor de la evolución*. Cali: Ediciones Madre Tierra, [s.d.].

LENOIR, Hugues. *Educar para emancipar*. São Paulo: Imaginário/ Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

LIMA, Adolfo. *Conforme as forças: peça infantil em um acto*. Revista de Educação: Lisboa, 1915

MORAES, Sylvia Vidigal (Org.). *Educação libertária no Brasil – acervo João Penteado: inventário de fontes*. São Paulo: Edusp, 2013.

NETTLAU, Max. *História da anarquia: das origens ao anarco-sindicalismo*. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2008.

PELLOUTIER, Fernad. *O anarquismo e os sindicatos operários*. São Paulo: Editora Imaginário, 2013.

PINHO, Adelino de. *Pela educação e pelo trabalho e outros escritos*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2012.

PROUDHON, Pierre Joseph. *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

RECLUS, Élisée. *Anarquia pela educação*. São Paulo: Hedra, 2011.

_____. *O homem e a terra: educação*. São Paulo: Editora Imaginário, 2010.

ROBIN. Paul. *Manifesto a los partidos de La educación integral (um antecedente de la Escuela Moderna)*. Barcelona: José J. de Olañeta Editor, 1981.

RODRIGUES, Edgar. *O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

SAFÓN, Ramón. *O racionalismo combatente: Francisco Ferrer y Guardia*. São Paulo: Editora Imaginário/ Instituto de Estudos Libertários: Núcleo de Sociabilidade Libertária do programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 2003.

TRAGTEMBERG, Maurício. *Educação e burocracia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, Michel. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland; AK Press, 2009.

